

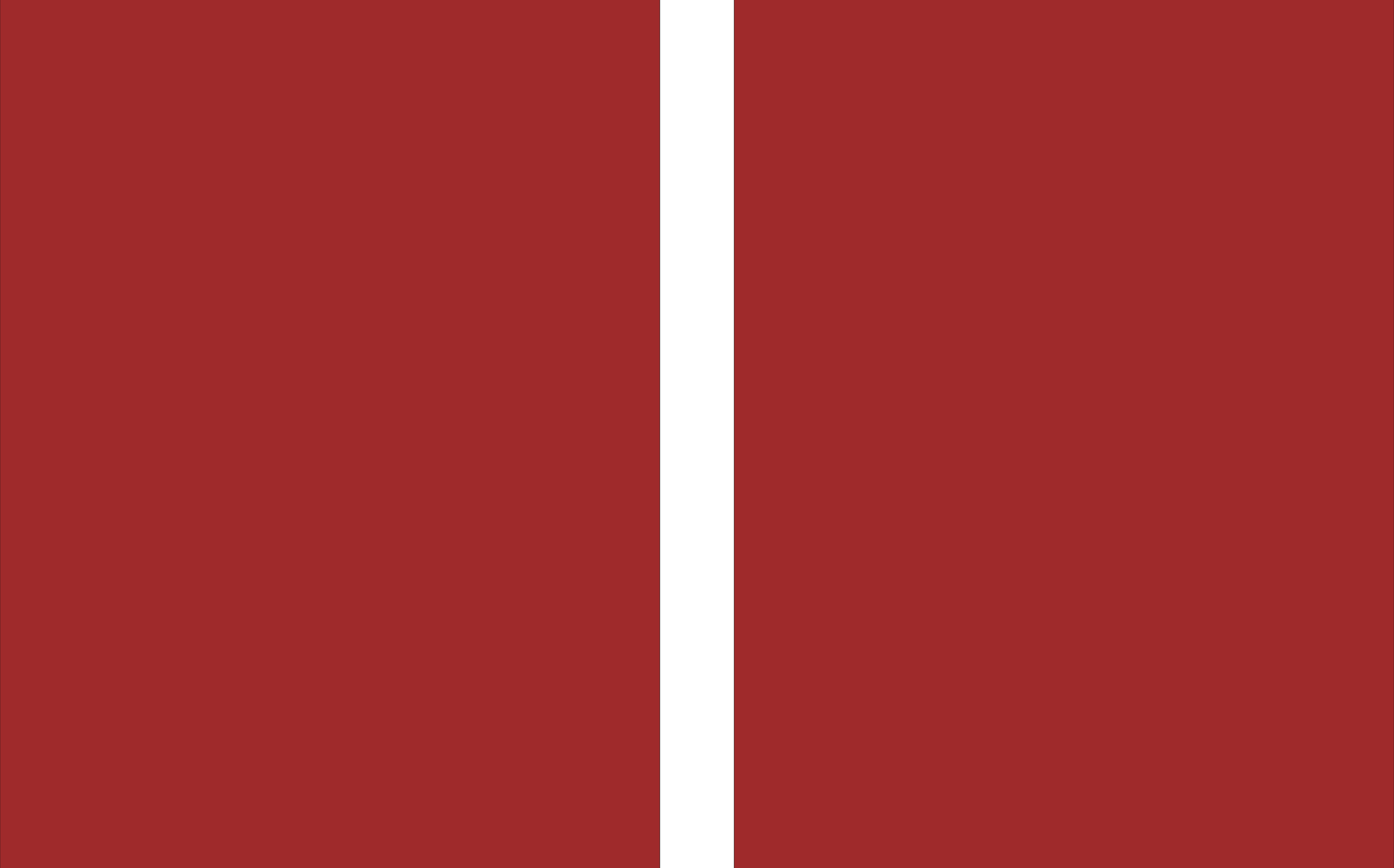
Luís Miguel Alves de Bessa Moreira
**Cartografia, Geografia e Poder:
o processo de construção da imagem
cartográfica de Portugal, na segunda
metade do século XVIII**

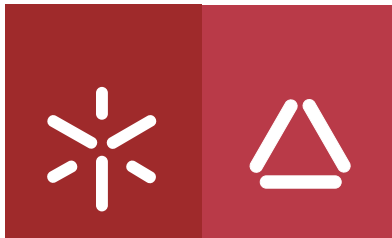


Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Luís Miguel Alves de Bessa Moreira

**Cartografia, Geografia e Poder:
o processo de construção da imagem
cartográfica de Portugal, na segunda
metade do século XVIII**





Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Luís Miguel Alves de Bessa Moreira

**Cartografia, Geografia e Poder:
o processo de construção da imagem
cartográfica de Portugal, na segunda
metade do século XVIII**

Tese de Doutoramento em Geografia
Especialidade de Geografia Humana

Trabalho realizado sob a orientação do
Professor Doutor João Carlos dos Santos Garcia
e do
Professor Doutor Miguel Sopas de Melo Bandeira

Novembro de 2012

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA TESE APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, ____/____/____

Assinatura: _____

Aos meus pais.

Á Filipa.
Aos meus filhos, Mariana e Duarte.

AGRADECIMENTOS

Em si mesma, a realização de uma tese académica é um trabalho individual. Contudo, o processo mais ou menos longo que permite a sua concretização é, quase sempre, um trabalho cooperativo e de partilha, resultantes de momentos de aprendizagem únicos. Há, por isso, vários contributos que têm de ser realçados, não por um gesto formal mas por dever de consciência.

Em primeiro lugar, destaco a competência científica, a generosidade, a disponibilidade e a amizade que o Professor João Carlos Garcia sempre manifestou à medida que acompanhou o meu percurso científico e académico, iniciado enquanto aluno da licenciatura em Geografia, na Universidade do Porto. Os seus valiosos conselhos, o modo como aponta alternativas, a forma como sugere leituras complementares e, sobretudo, o rigor científico que imprime pelo seu exemplo, lembram a figura, já quase esquecida, do “Mestre”.

Ao professor Miguel Bandeira, meu co-orientador, agradeço a forma calorosa como apoiou este projecto de doutoramento e aceitou orientá-lo, assim como as úteis sugestões avançadas e as palavras de incentivo quando as dúvidas eram muitas.

Devo um agradecimento muito especial ao professor Carlos Alberto Nabais Conde, do Departamento de Física da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, por me ter facilitado o acesso à sua magnífica colecção de mapas de Portugal, e que me permitiu poupar imenso tempo, viagens e gastos, à procura dos vários exemplares cartográficos arquivados nos mais diversos arquivos nacionais e estrangeiros.

À professora Maria Helena Dias, agradeço a leitura crítica e atenta de uma primeira versão deste texto, não esquecendo as suas preciosas correcções, sugestões e indicações, que permitiram enriquecer este trabalho.

Agradeço também os comentários e apontamentos dos professores Vladimiro Valério, Mary Sponberg Pedley e Mathew Edney.

A Charles A. Carpenter, proprietário da Historic Map Works, devo um agradecimento por me ter cedido gratuitamente uma imagem de alta resolução do mapa de Portugal de Thomas Jefferys, que se revelou fundamental para a análise do mapa.

Uma palavra de reconhecimento às diversas instituições, nacionais e estrangeiras, que, directa ou indirectamente, me permitiram obter dados fundamentais para a elaboração do presente trabalho.

Finalmente, mas não por último, agradeço o constante apoio da minha família, sem o qual, este projecto não poderia ser concretizado. Aos meus pais, que sempre me incentivaram a ir mais além. À minha mulher Filipa, devo todo o seu inestimável apoio, a sua paciência e compreensão ao longo de todo este tempo, e que permitiram sempre, suprir as minhas falhas. Aos meus filhos, Mariana e Duarte, por me fazerem perceber aquilo que é realmente importante na vida.

RESUMO

Durante a Idade Moderna, as imagens cartográficas criadas em Portugal foram, quase sempre, manuscritas e produzidas em contextos de guerra ou de confronto geopolítico. Por esta razão, os mapas eram considerados documentos ultra-secretos, acessíveis apenas a alguns (militares, políticos, diplomatas, governadores).

Deste modo, até ao século XVIII, eram raros os mapas impressos em Portugal e por isso as elites nacionais eram compelidas a usar mapas estrangeiros, ou de autores portugueses mas editados no estrangeiro.

Na segunda metade do século XVIII, o Governo português, sob a liderança do Marquês de Pombal, promoveu o reforço do poder absoluto da Coroa e a centralização da administração. Tudo isso implicou a realização de várias reformas políticas, administrativas, económicas, militares e científicas, a fim de promover o desenvolvimento geral do país em áreas como agricultura, indústria, comércio, estradas, canais, etc. Para realizar esta missão, os políticos e os técnicos (militares, engenheiros, arquitectos, ...) necessitavam de mapas atualizados do território.

Juntamente com esta produção nacional, geógrafos, cartógrafos, editores, gravadores e vendedores de mapas estrangeiros, produziam continuamente imagens cartográficas de Portugal. Estes materiais cartográficos impressos e publicados no exterior foram adquiridos pelas elites portuguesas usando-os não apenas como objetos de conhecimento, mas também como uma base para decisões políticas, administrativas e militares, transformando estes mapas em cartografia "oficial" do Estado.

Neste estudo pretende-se confrontar os diferentes mapas de Portugal: quais são as principais características, as fontes principais, o contexto histórico, suas finalidades e usos, etc. A sua análise permitirá, por um lado, fazer uma leitura geo-histórica de Portugal ao longo de toda a segunda metade do século XVIII e, por outro, reconstituir o processo de construção da imagem cartográfica de Portugal por autores estrangeiros.

Desta forma, tentaremos perceber de que forma a cartografia de Portugal produzida no estrangeiro era aceite e lida pelos portugueses.

ABSTRACT

During the Modern Age Portugal's cartographical images were almost all manuscript and created in contexts of war and/or geopolitical confrontation. For this main reason, maps were top secret documents and only a few (militaries, politicians, diplomats, governors...) had access to them. The wide majority of the population was cartographically unaware...

As a direct result, before the 18th century, maps printed in Portugal were scarce and that is why Portuguese elites were compelled to use either foreign maps or maps from Portuguese authors but published abroad.

In the second half of the 18th century, the Portuguese government under the leadership of the Marquis of Pombal promoted the reinforcement of the Absolute Power of the Crown and the centralization of the Administration. All this implied several political, administrative, economical, military and scientific reforms, in order to promote the general development of the country in areas such as agriculture, industry, commerce, roads, canals, etc. To carry on this mission both politicians and technicians (militaries, engineers, architects,...) needed updated maps of the territory.

Together with this national production, foreign geographers, cartographers, editors, engravers and map sellers continuously produced cartographical images of Portugal. These cartographic materials printed and published abroad were acquired by Portuguese elites using them not only as knowledge objects but also as a foundation for political, administrative and military decisions, transforming these maps into "official" State cartography.

In this study I intend to confront the different maps of Portugal: what the main characteristics are, main sources, historical context, their purposes and uses, etc., in order to clarify the process of constructing the national map of Portugal.

The final outcome of these two contributions were maps that depicted the country as it was seen by foreigners but also reflected some changes as they were adapted to be used by the Portuguese public.

In short, for a long period of time, Portugal's national cartographic identity relied on how others represented the country. Since early times the Portuguese got used to see their own country through the eyes of foreigner cartographers.

Índice

ACRÓNIMOS	xviii
APRESENTAÇÃO	1
CAPÍTULO I.....	13
1.1 - As imagens cartográficas de Portugal entre 1560 e 1750.....	15
1.2 – A Cartografia e o Poder em Portugal nos séculos XVI e XVII	17
1.3 - A renovação da Cartografia militar: a Guerra da Restauração, 1641-1668	32
1.4 - O (Re)conhecimento cartográfico do território, na primeira metade do século XVIII	69
CAPÍTULO II	91
2.1 - As imagens cartográficas de Portugal no período pombalino: de 1750 ao fim da Guerra Fantástica.....	93
2.2 - Os mapas de Portugal durante o Governo do Marquês de Pombal	97
2.3 – Os mapas da Guerra Fantástica	114
CAPÍTULO III.....	169
3.1 - Os mapas de Portugal no reinado de D. Maria I.....	171
3.2 - O ambiente geopolítico europeu nos finais do século XVIII.....	186
CAPÍTULO IV.....	237
4.1 - Os Grandes mapas de Portugal editados no estrangeiro.....	239
4.2 - Thomas Jefferys	242
4.3 - Tomás López	284
CAPÍTULO V.....	315
5.1 - A construção do Mapa de Portugal: validação de imagens cartográficas, 1790 – 1865.	317
5.2 - O Mappa ou Carta Geographica dos Reinos de Portugal e Algarve, por Thomas Jefferys/William Faden, 1790.	330
5.3 - As cópias e Variantes do Mapa General del Reyno de Portugal de 1778.	356

CONCLUSÕES	385
BIBLIOGRAFIA	393
1 - FONTES CARTOGRÁFICAS	393
2- FONTES MANUSCRITAS	437
3- OBRAS DE REFERÊNCIA E ESTUDOS	439

Índice de Figuras

Figura 1 - Mapa de Portugal de Fernando Álvaro Seco, Veneza, 1561, B.N.P.	20
Figura 2- <i>Tabla del Reyno de Portugal</i> , Pedro Teixeira Albernaz, 1634. O.N.B.....	27
Figura 3 - Rede hidrográfica do mapa de Portugal de Pedro Teixeira, 1634.	29
Figura 4 - Parte Setentrional do Reino de Portugal, Nicolas Sanson d'Abbeville, 1654. B.N.R.J.	44
Figura 5 - Parte Meridional do Reino de Portugal, Nicolas Sanson d'Abbeville, 1654. B.N.R.J.	44
Figura 6 - Rede hidrográfica do mapa de Portugal, de Sanson, 1654.	47
Figura 7 - Rede hidrográfica da Província de Entre Douro e Minho no mapa de Portugal de Sanson, 1654.....	48
Figura 8 - Rede hidrográfica da Província de Entre Douro e Minho no mapa de Portugal de Álvaro Seco, versão Ortelius, 1570.....	48
Figura 9 - Pormenor da representação do relevo no mapa de Portugal de Sanson, 1654.	49
Figura 10 – Descripción del Reino de Portugal, Jan Schorquens, ca. 1617-1630. B.N.F. 52	
Figura 11 – Pormenor do estuário do rio Tejo nos mapas de Portugal de Jan Schorquens, ca. 1617-1630 e de Nicolas Sanson, 1654.	54
Figura 12 - Descripción del Reyno de Portugal..., Pedro Teixeira Albernaz, Madrid, 1662, A.M.S.....	57
Figura 13 - Rede hidrográfica no mapa de Portugal de Pedro Teixeira, 1662	60
Figura 14 - Detalhe da representação do relevo no mapa de Portugal de Pedro Teixeira, 1662.	61
Figura 15 - Local e número de edições de Mapas de Portugal entre 1750 e 1812.....	95
Figura 16 - Partie Septentrionale du Royaume de Portugal, Sr. Robert, 1751. D.R.M.C.	106
Figura 17 - Partie Meridionale du Royaume de Portugal, Sr. Robert, 1751. D.R.M.C..	107
Figura 18 - Cartela do mapa de Portugal de Pedro Gendron, encimada pelas Armas da família Ludovici.	110
Figura 19 - Portugal Dividido en sus Provincias, por Pedro Gendron, 1754. B.N.R.J. ..	111

Figura 20 - Comparação da configuração da linha de costa da Província de Entre Douro e Minho nos mapas de Portugal de Sanson, Teixeira, Grandpré e Gendron.....	112
Figura 21 - A Ria de Aveiro e o Estuário do Tejo nos mapas de Grandpé e Gendron..	112
Figura 22 - Regna Portugalliae et Algarbiae..., por Tobias Conrad Lotter, 1762. B.N.P	117
Figura 23 - Le Royaume de Portugal..., por J.B. Nolin, 1762. S.R.U.B.....	123
Figura 24 - Les Frontières d’Espagne et de Portugal ..., por Charles Louis Desnos, 1762.	126
Figura 25 - Carte du Royaume de Portugal (Folha Norte), por Robert de Vaugondy, 1762. B.N.R.J.....	128
Figura 26 - Carte du Royaume de Portugal (Folha Sul), por Robert de Vaugondy, 1762. B.N.R.J.	130
Figura 27 - El Reyno de Portugal Subdividido en Muchas Provincias..., por Sebastien Longchamps, 1762.....	132
Figura 28 - Pormenor do mapa Le Portugal et ses Frontières avec l’Espagne..., por Bellin, 1762. C.N.C. B.G.U.C.	137
Figura 29 – Carte Particuliere de la Frontiere de Portugal, Bellin, 1762.....	141
Figura 30 - Folha Norte do Mapa dos Reynos de Portugal e Algarve..., por Rizzi-Zannoni, 1762	144
Figura 31 - Folha Sul do Mapa dos Reynos de Portugal e Algarve..., por Rizzi-Zannoni, 1762.	145
Figura 32 - Mapa del Reyno de Portugal, por Tomás López, 1762. R.A.H.....	150
Figura 33 - Parte Setentrional del Reyno de Portugal, por Pedro Campomanes, 1762. C.N.C.B.G.U.C.....	153
Figura 34 - Parte Meridional del Reyno de Portugal, por Pedro Campomanes, 1762. C.N.C.B.G.U.C.	155
Figura 35 - Carta Geographica do Reyno de Portugal, por Julião Guillot, 1763. B.N.P.	166
Figura 36 - Carta Geographica do Reyno de Portugal..., José Augustinho Borel, 1764. B.N.R.J.	168
Figura 37 - Partie Septentrionale du Royaume de Portugal, Santini, 1784. S.R.U.B. ...	181
Figura 38 - Karte von den Königreichen Portugal und Algarbien, Soltzmann, 1791. S.R.U.B.	184
Figura 39 - The kingdoms of Portugal and Algarve, John Lodge, 1794.B.N.P.	188

Figura 40 - La Parte Settentrionale del Regno di Portogallo, Giovanni Maria Cassini, 1794. C.N.C. B.G.U.C.	191
Figura 41 - La Parte Meridionale del Regno di Portogallo, Giovanni Maria Cassini, 1794. C.N.C. B.G.U.C.	192
Figura 42 - Karte von dem Königreiche Portugal, Franz Johann Joseph von Reilly, 1795. B.N.P.	195
Figura 43 - Chorographical map of the Kingdom of Portugal, William Faden, 1797. A.M.S.	199
Figura 44 - Chorographical map of the Kingdom of Portugal, William Faden, 1811. D.R.M.C.	201
Figura 45 - Carte Geographique de les trois Provinces Septentrionales de Portugal, Gussefeld, 1800.	204
Figura 46 - Les Provinces meridionales de Portugal, Gussefeld, 1800.	205
Figura 47 - A new map of the kingdom of Portugal divided into its provinces, John Cary, 1801.	208
Figura 48 - Charte von Portugal, Instituto Geográfico de Weimar, 1804. B.N.P.	213
Figura 49 - Charte von Portugal A.G. Schneider e C. Weigel, 1804. AM.S.	216
Figura 50 - Mapa Corografico dos Reinos de Portugal e Algarves Copiado do Inglez, W. Faden, Impressão Régia, 1809. I.G.P.	218
Figura 51 - A New Military Map of Portugal..., William Granville Eliot, 1810. B.N.P. ..	225
Figura 52 – Legendas nos mapas de Portugal de J.B. Nolin, 1724 e de Lotter, 1762...	233
Figura 53 - Legendas nos mapas de Portugal de Longchamps, 1762 e de Eliot, 1810.	234
Figura 54- Pormenor do mapa de Portugal de Bellin, 1762.	235
Figura 55 - Pormenor do mapa de Portugal de Rizzi-Zanonni, 1762.	235
Figura 56 - Pormenor dos mapas de Portugal de Cary, 1801; Eliot, 1810 e Faden, 1811.	236
Figura 57 - Mappa ou Carta Geographica dos Reinos de Portugal e Algarve, Thomas Jefferys, 1762. H.M.W.	245
Figura 58 - Escalas do mapa de Portugal de Thomas Jefferys.	247
Figura 59 - Pormenor da descrição geo-histórica do mapa de Portugal de Thomas Jefferys.	250
Figura 60 - Pormenor das “Notas” do mapa de Portugal de Thomas Jefferys.	251

Figura 61 - Grelha de avaliação do grau de distorção do Mapa de Portugal de Thomas Jefferys, 1762.....	253
Figura 62 - “Deslocações” de localidades.....	254
Figura 63 - Cartela do mapa de Portugal de Thomas Jefferys.....	257
Figura 64- Pormenor da configuração do estuário do rio Tejo no mapa de Portugal de Thomas Jefferys, 1762.....	259
Figura 65 - Rede Hidrográfica do mapa de Portugal de Thomas Jefferys.	262
Figura 66 - Áreas montanhosas figuradas no mapa de Portugal de Thomas Jefferys.	265
Figura 67 - Serras identificadas no mapa de Portugal de Thomas Jefferys.....	266
Figura 68 - Pormenor da representação do relevo no mapa de Portugal de Thomas Jefferys, 1762.....	267
Figura 69 - Rede hidrográfica e distribuição do relevo no mapa de Portugal de Thomas Jefferys.....	268
Figura 70 - Pormenor da figuração dos bosques no mapa de Portugal de Thomas Jefferys, 1762.....	269
Figura 71 - Distribuição da vegetação no mapa de Portugal de Thomas Jefferys.	271
Figura 72 - A Rede Viária no mapa de Portugal de Thomas Jefferys.....	276
Figura 73 - Pormenor da fronteira da Província do Alentejo no mapa de Portugal de Thomas Jefferys, 1762.....	277
Figura 74 - Pormenor do símbolo de batalha no mapa de Portugal de Thomas Jefferys, 1762.	279
Figura 75 - Fortificações e localidades amuralhadas no mapa de Portugal de Thomas Jefferys.....	281
Figura 76 - Mapa General del Reyno de Portugal, Tomás López, 1778. R.A.H.	287
Figura 77 - Grelha de distorção no mapa de Portugal de Tomás López.	289
Figura 78 - Rede Hidrográfica do mapa de Portugal de Tomás López	292
Figura 79 - Áreas montanhosas figuradas no mapa de Portugal de Tomás López.	295
Figura 80 - Serras identificadas no mapa de Portugal de Tomás López.....	296
Figura 81 - Pormenor da figuração do relevo no mapa de Portugal de Tomás López, 1778.....	297
Figura 82 - Pormenor da figuração dos bosques no mapa de Portugal de Tomás López, 1778.....	298

Figura 83 - Distribuição da vegetação no mapa de Portugal de Tomás López.	299
Figura 84 - Rede Viária do mapa de Portugal de Tomás López.....	305
Figura 85 - Fortificações e localidades amuralhadas no mapa de Portugal de Tomás López.....	308
Figura 86 - Grelha de distorção do Mapa de Portugal de Faden, 1790.	331
Figura 87 - A Rede Hidrográfica do mapa de Portugal de W. Faden.....	335
Figura 88 - As áreas montanhosas no mapa de Portugal de W. Faden.....	336
Figura 89 - Pormenor da figuração do relevo no mapa de Portugal de Faden, 1790..	337
Figura 90 – Pormenor da representação do Cabo da Roca no mapa de Portugal de Faden, 1790.	338
Figura 91 - A Rede Viária do Mapa de Portugal de W. Faden, 1790.	340
Figura 92 – O Forte de Lippe no mapa de Portugal de Faden, 1790.....	341
Figura 93 - Fortificações e localidades amuralhadas no Mapa de Portugal de W. Faden, 1790.	342
Figura 94 - Comparação com Mapa de Portugal atual.....	348
Figura 95 - Rede Hidrográfica	349
Figura 96 - Áreas Montanhosas.....	350
Figura 97 - Rede Viária.....	351
Figura 98 - Fortaleza, Fortes e Povoações Amuralhadas	352
Figura 99 - Mappa geographico do Reino de Portugal, Neves Costa, 1806. G.E.A.E.M.	362
Figura 100 - Versão manuscrita da Carta militar das principais estradas de Portugal, 1801(?) G.E.A.E.M.....	366
Figura 101 - Versão portuguesa da Carta militar das principaes estradas de Portugal, Lourenço Homem Cunha de Eça, post. 1808. B.N.P.....	368
Figura 102 - Carta militar das principaes estradas de Portugal, Lourenço Homem Cunha de Eça, post. 1808, pertencente a George Julius Hartmann. B.C.....	372
Figura 103 - Versão portuguesa do Mapa General del Reyno de Portugal, por Tomás López, post. 1811, I.G.P.	379
Figura 104 - Minuta de huma carta do Reino de Portugal, Neves Costa, 1840. G.E.A.E.M.	382

ACRÓNIMOS

Arquivos, Coleções e Instituições

A.H.M. - Arquivo Histórico Militar, Lisboa

A.M.S. - Krigarkivet (Arquivo Militar da Suécia), Estocolmo

A.N.T.T. - Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa

B.N.E. - Biblioteca Nacional de España, Madrid

B.N.F. - Bibliothèque Nationale de France, Paris

B.N.P. - Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa

B.N.R.J. - Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro

B.P.M.P. - Biblioteca Pública Municipal do Porto, Porto

B.P.B. - Biblioteca Pública de Braga, Braga

B.L. - British Library, Londres

C.N.C.B.G.U.C. - Coleção Professor Nabais Conde, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra

D.I.E./G.E.A.E.M. - Direção de Infraestruturas do Exército / Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar, Lisboa

D.R.M.C. - David Rumsey Map Collection, Stanford University, Stanford

I.C.C. - Institut Cartogràfic de Catalunya, Barcelona

I.G.P. - Instituto Geográfico Português, Lisboa

O.N.B. – Österreichische Nationalbibliothek, Viena

S.G.L. - Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa

S.R.U.B. - Sammlung Ryhiner, Universitätsbibliothek Bern, Berna

Cfr. – Conferir

APRESENTAÇÃO

Reconstituir o processo de construção da imagem cartográfica de um país, ainda que muito aproveite para a História do Pensamento Geográfico e para a própria Geografia, implica, antes de mais, compará-lo e enquadrá-lo na evolução mais geral da História da Cartografia. Contudo, esta tarefa impõe alguns riscos, uma vez que os mapas nos remetem para o âmbito da imaginação geográfica, ou seja, e neste caso específico, os mapas são considerados criadores da ideia de um país e divulgadores de conhecimentos geográficos, produzidos e divulgados intencionalmente. Deste modo, enquanto imagens geográficas, os mapas constituem condição central na construção da identidade nacional¹.

Um risco advém da possibilidade de adopção de uma perspectiva nacionalista, que enfatize os esforços e a produção nacional, e não a contextualize nem a relacione com os contributos estrangeiros. Um outro risco, este de carácter metodológico, surge quando se opta por uma perspectiva temporal alargada, o que, quase sempre, implica uma ordenação cronológica sequencial que, tradicionalmente, remete para uma análise evolutiva de exemplares cartográficos, considerando-se que os mapas são “bons” ou “maus”, “certos” ou “errados”, de acordo com informação factual que contêm, quando confrontados com os mapas actuais. Estas duas características, marcaram de forma mais ou menos evidente, os estudos pioneiros de História da Cartografia em Portugal, mas, actualmente, os investigadores consideram os mapas como produtos culturais de uma sociedade e inseridos tanto no contexto da História da Ciência e da Técnica, como no da História Social, Económica e Política². É neste “paradigma” que se enquadra este estudo, que pode ser considerado um contributo para uma “nova” História da Cartografia Portuguesa.

Após muitos anos de esquecimento e de alguma dispersão temática, o estudo da Cartografia terrestre de Portugal tem merecido, recentemente, um renovado interesse por parte dos investigadores portugueses. Uma vez ultrapassado o mito dos séculos XV- XVI, como o período de ouro da Cartografia náutica e da Expansão e

¹ José António HORTA, 2006, p.34-35.

² Hector MENDOZA VARGAS e João Carlos GARCIA, 2007, p. 2-13.

desfeita a teoria do declínio cartográfico durante os 60 anos da União Ibérica (1580-1640), os investigadores depararam-se com um vasto acervo composto por mapas dos territórios metropolitano e ultramarinos, disperso pelos mais variados arquivos e bibliotecas nacionais e estrangeiros, que necessitavam de ser estudados. Este acervo, correspondia, grosso modo, à sequência iniciada pelos *Portugalliae Monumenta Cartographica* (1960-1962) de Armando Cortesão e Avelino Teixeira da Mota que, na análise da Cartografia terrestre, termina em meados do século XVII. Os mapas que se encontram nestes arquivos, variam desde a escala local à escala nacional e até supranacional e são, na sua maioria, manuscritos cuja análise atenta vem demonstrando que Portugal acompanhou, dentro do possível, as principais tendências de evolução da ciência cartográfica europeia dos séculos XVII e XVIII³.

O século XVIII foi o século do pensamento científico e do saber enciclopédico. A Geografia, à semelhança de outras áreas de saber, conheceu um forte impulso, afirmando-se como ciência empírica moderna, em resultado das inúmeras viagens de exploração realizadas pelos europeus, tanto nos oceanos como no interior dos continentes. Esta “nova” Geografia, que poderíamos apelidar de “iluminista”, caracterizou-se pelo realismo e rigor nas descrições - por oposição aos relatos fantasiosos e de viagens imaginárias -, pela classificação sistemática de colecções (rochas, plantas, animais, ...) e pelo uso do método comparativo para a explicação dos fenómenos.

A Geografia iluminista, que visava dar a conhecer o Mundo, era, agora, praticada por mercadores, missionários, militares, diplomatas, cientistas, exploradores, viajantes e, até, “turistas” que observavam, examinavam e documentavam as paisagens visitadas dando-as, a conhecer, depois, sob a forma de relatos de viagens que se tornavam *best-sellers* internacionais⁴.

Paralelamente, as Universidades e as Academias de Ciências ou de História tornaram-se os espaços privilegiados de sociabilidade científica, em particular da Geografia, tendo muitas delas patrocinado e incentivado missões de exploração

³ Maria Helena DIAS *et al*, 2005.

⁴ Sobre o pensamento geográfico desta época, veja-se, por exemplo, Marie-Noëlle BOURGUET, 1997, p.209-249 e, sobretudo, David LIVINGSTONE e Charles WITHERS, 1999.

geográfica a territórios pouco conhecidos ou ainda inexplorados, contando também com o beneplácito das Coroas. Entre os vários exemplos, merecem destaque as viagens da equipa liderada por La Condamine à América do Sul, com o intuito de medir o arco de meridiano sobre o Equador (1735-1744) e a exploração do Pacífico Sul por James Cook (1765-1776) e La Perouse (1785-1788). No caso português, a grande viagem de exploração ao interior do Brasil denominou-se “Viagem Filosófica” e foi liderada por Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1792). As Universidades e as Academias eram as instituições que validavam os conhecimentos geográficos e reconheciam a cientificidade dos documentos produzidos⁵.

Intimamente associada à Geografia, a Cartografia – palavra que só seria “inventada” nos finais do século XVIII –, acompanhou as transformações científicas, adaptando-se aos novos tempos. A existência de elites políticas, diplomáticas e militares, cada vez mais alargadas, responsáveis pela organização da administração dos Estados modernos e a consolidação de uma classe de homens de negócios, bem como o aperfeiçoamento das técnicas de gravação e de impressão, contribuíram para o aumento generalizado do consumo de mapas que se verificou em todas as sociedades europeias do século XVIII⁶. Na perspectiva do Estado centralizado, a Cartografia converteu-se num instrumento privilegiado de reconhecimento e de planeamento territorial.

Para os militares, no contexto dos inúmeros conflitos armados que opuseram os vários Estados europeus durante toda a centúria de Setecentos, os mapas continuaram a ser utilizados tanto no planeamento estratégico (pequena e média escala), como nas acções tácticas, para o plano de batalha (grandes escalas). Estes mesmos conflitos despertavam a atenção, o interesse e a curiosidade do público que procurava imagens e mapas que ilustrassem os diferentes teatros de operações. Em suma, nas sociedades setecentistas, as imagens cartográficas, tanto em folha solta como integradas em atlas, acabaram por ocupar um lugar de destaque na secção de Geografia das principais bibliotecas, públicas e privadas, da época, tanto mais que, no pensamento do “Homem do Iluminismo”, os mapas constituíam as perfeitas sùmulas geográficas, verdadeiros epítomes do conhecimento enciclopédico do Mundo.

⁵ Charles WITHERS, 2007, p. 62-108.

⁶ Para o caso espanhol, ver Antonio CRESPO SANZ, 2010, p. 361-375.

Muito embora a retórica cartográfica desta época recorresse ao conceito de cientificidade, torna-se necessário fazer uma distinção entre dois tipos de Cartografia que se afirmavam como científicas. Por um lado, desenvolvia-se, cada vez mais, um tipo de Cartografia que poderíamos apelidar de científica/técnica, baseada em levantamentos topográficos no terreno, observações astronómicas e medições trigonométricas, concretizada por um corpo técnico especializado, geralmente engenheiros militares, e que deu origem a mapas com características próprias que estão na base da moderna Cartografia topográfica. O projecto de levantamento da Carta Topográfica de França, dirigido pela família Cassini (1756-1789), tornou-se no modelo a ser imitado por todos os Estados e servia os interesses tanto da Administração Central, enquanto documento de planeamento e de ordenamento do território (utilizado no desenvolvimento e construção de obras públicas ou no planeamento de reformas administrativas), como dos militares, cuja “arte” se convertia, cada vez mais, em “ciência”, exigindo mapas mais detalhados e exactos, construídos com base na geometria e trigonometria, línguas comuns às novas exigências da guerra moderna, da artilharia e da balística.

Por outro lado, esta produção existia em paralelo com um tipo de Cartografia “tradicional” e de “gabinete”, onde os então denominados “geógrafos” compunham e recompunham imagens a partir do cruzamento de várias fontes, literárias e cartográficas, manuscritas ou impressas, usando um discurso que acentuava o carácter erudito e académico dos mapas, que serviam para validar as imagens compostas⁷.

Enquanto os mapas científicos-topográficos eram compostos em escalas maiores e se destinavam a um público restrito, normalmente composto por militares e políticos; os de gabinete, privilegiando as escalas mais pequenas, destinavam-se a ser comercializadas e difundidos junto do grande público.

Do confronto entre estas duas metodologias de produção cartográfica, resultavam discussões académicas onde, “antigos e modernos” defendiam um e outro tipo de mapas. No caso português ficou célebre a discussão no seio da Academia Real da História Portuguesa, a propósito da metodologia a seguir na composição dos mapas regionais que deveriam ilustrar a “História de Portugal”. Durante anos o Engenheiro-

⁷ Para a França, ver, por exemplo, Monique PELLETIER e Henriette OZANNE, 1995.

Mór do Reino, Manuel de Azevedo Fortes, esgrimiou argumentos com os restantes académicos, incluindo o Cosmógrafo-Mór do Reino, Manuel Pimentel, defendendo as vantagens da Cartografia do tipo topográfico sobre a de gabinete. No fim, prevaleceu esta última por ser a solução mais rápida, mais barata e mais simples de elaborar, tendo dado origem aos primeiros mapas das províncias portuguesas impressos em Portugal, em 1730⁸.

No entanto, esta primeira tentativa nacional de composição de um mapa impresso do País, teve um grande impacto no panorama cartográfico europeu durante todo o século XVIII, constituindo, a principal fonte de inúmeros mapas de Portugal editados no estrangeiro. Deste modo, durante toda a segunda metade de Setecentos e a primeira metade do século XIX, os mapas de Portugal continuaram a ser produzidos de acordo com esta metodologia de compilação de fontes. Assim, o processo de construção cartográfica - gravação, edição e circulação de mapas – envolvia vários autores de diferentes países europeus que, fosse porque copiavam a informação uns dos outros, fosse porque se baseavam nas mesmas fontes descritivas e cartográficas, perpetuavam no tempo as mesmas representações do território português.

Em todo o caso, até ao início do século XIX, a produção de mapas do conjunto de Portugal era, essencialmente, um negócio dominado por geógrafos, cartógrafos e editores estrangeiros, concentrados nos principais centros editoriais europeus, principalmente Londres, Paris e em várias cidades alemãs.

Para os portugueses era vulgar a utilização de cópias e variantes manuscritas dos exemplares impressos estrangeiros e que eram utilizadas, entre nós, como Cartografia oficial pelas autoridades políticas, diplomáticas e militares. Também eram manuscritos os mapas levantados em diferentes escalas pelos engenheiros militares portugueses, quase sempre relacionados com a preparação da defesa das fronteiras, ou da renovação das fortificações terrestres e, a partir do final do século, foram utilizados, cada vez mais, como instrumento privilegiado de reforma e de ordenamento territorial, de modo a preparar eficazmente a administração e da defesa do Estado e a promover o desenvolvimento económico interno do país e dos territórios coloniais.

⁸ João Carlos GARCIA, 2006, p. 141-173.

Objectivos

Tendo em conta este contexto geral da História da Cartografia portuguesa, propomo-nos, neste estudo, acompanhar o processo de evolução e de fixação da imagem cartográfica de Portugal entre os meados do século XVIII e o fim das invasões francesas. Trata-se de uma época particular para a História da Cartografia e da Geografia portuguesas, que conheceram um forte impulso pela acção de uma elite inspirada pelos ideais “iluministas”. Numa escala mais ampla, esta época também se caracterizou pela afirmação do Estado-Nação e pela emergência dos nacionalismos europeus. Deste modo, a Cartografia será analisada tendo em conta este quadro nacional e internacional, procurando-se relevar o papel dos mapas, enquanto documentos e objectos culturais e simbólicos, na construção e afirmação da identidade nacional.

Neste processo de identidade/alteridade, essencial no desenvolvimento do sentimento de coesão e de pertença a uma comunidade nacional, por oposição a outras estrangeiras, teremos duas perspectivas diferentes em confronto, muitas vezes complementares uma da outra: os mapas de Portugal feitos pelos portugueses e os mapas compostos por estrangeiros. Por outras palavras, a perspectiva de como os portugueses se viam a si próprios e como eram representados e vistos pelos outros.

Em todo o caso, não é nosso objectivo fazer a análise do projecto de construção do Mapa “Científico” de Portugal, pelos portugueses, em moldes semelhantes ao da Carta Cassini, e que serviu de modelo a todos os governantes iluministas. Este projecto, desenvolvido em finais do século XVIII, deu origem a algumas dezenas de mapas manuscritos, levantados em grande escala, embora não se tenha completado uma imagem do conjunto do território peninsular português⁹. No entanto, será necessário levar em linha de conta este contexto específico e as suas implicações na produção e consumo de mapas em Portugal.

⁹ Sobre este projecto consultar Maria Helena DIAS, 2003 e 2010.

Fontes cartográficas e metodologia geral

O universo dos mapas de Portugal é muito vasto, sendo constituído por mapas manuscritos - mais raros e restritos - e por mapas impressos, em larga maioria e que tanto podiam circular isoladamente como integrados em colectâneas ou em atlas, ou ainda insertos em obras de natureza vária.

De forma a reduzirmos o universo a analisar, estabelecemos como critério de para a selecção dos mapas, aqueles que figuram apenas o território de Portugal continental. Excluem-se, assim, os mapas da Península Ibérica, mesmo aqueles de grandes dimensões e de maior escala, impressos em várias folhas¹⁰. Também se excluíram os mapas “de bolso”, de escala mais pequena, avulsos ou incluídos em atlas de menor dimensão ou em monografias. Assim, o nosso universo foi composto por exemplares que têm dimensões desde o tamanho “fólio”, isto é, cerca de 55 (altura) x 40 (largura) cm, até aos mapas compostos por várias folhas (entre 2 a 8 folhas). Entre os mapas de escala regional/provincial, apenas foram consideradas as colecções que formavam atlas ou álbuns que permitem compor uma imagem do conjunto de Portugal peninsular, como foram os casos dos mapas regionais gravados por Grandpré, Laurent, Carpinetti e Von Reilly. Não foram tidas em conta imagens avulsas das diferentes províncias, nem mapas em escala sub-regional ou local.

Deve-se ter em conta que, originalmente, e por uma questão de limitação técnica, todos os mapas foram impressos a tinta preta, sendo a sua coloração feita por um processo manual posterior – que encarecia o produto final - que tanto podia ser executado nas oficinas e ateliês cartográficos, como poderia ser feita ou mandada fazer pelos proprietários. Assim, os vários mapas coloridos e reproduzidos neste estudo, constituem exemplares únicos que não são representativos de toda a edição.

Importa referir que, na nossa metodologia, definimos que a análise cartográfica completa seria feita às primeiras edições dos diferentes mapas, utilizando-se as edições seguintes para aferir as alterações entretanto efectuadas, os novos

¹⁰ Como aquele que Joaquín e Nicolás Castelli da Vignola prepararam em finais do século XVII, composto por 12 folhas, ou o mapa, também em 12 folhas, gravado por Neele em 1812. Joaquín BOSQUE MAUREL, 2010, P. 55. O mapa de Neele intitula-se *New military map of Spain & Portugal, compiled from the Nautical Surveys of Don Vincent Tofiño, the New Provincial Maps of Don Thomas Lopez the large Map of the Pyrenees by Roussell, and various original documents*. Um exemplar pode ser consultado na B.N.P sob a cota C.A. 53 R.

contextos editoriais e a recepção pelo público. Uma vez definidos os critérios de selecção, apuramos um universo de 44 mapas datados de entre 1750 e 1812, sendo, na sua maioria, impressos e editados no estrangeiro; os poucos exemplares manuscritos são, quase todos, portugueses. Pudemos constatar que, considerando as dimensões dos diferentes mapas do conjunto de Portugal peninsular, podíamos agrupá-los em três grupos: os de menor dimensão, apresentando tamanho fólio; os de dimensão média, correspondendo, grosso modo, a duas folhas de atlas, ou noutras palavras, a um duplo fólio e, finalmente, os mapas de grande dimensão, compostos por várias folhas. Entre todos estes exemplares, faremos uma análise detalhada aos dois mapas de grande dimensão - de autoria de Thomas Jefferys (1762) e de Tomás López (1778) – salientando a sua influência nas posteriores representações cartográficas do país.

A identificação e a selecção dos exemplares cartográficos implicou a consulta directa ou *online*, através da *internet*, dos ficheiros das principais bibliotecas e arquivos nacionais e estrangeiros ou, por vezes, recorrendo a colecções particulares. Entre as instituições nacionais destacam-se as cartotecas e mapotecas da Biblioteca Nacional de Portugal, do Instituto Geográfico Português, da Direcção de Infra-Estruturas do Exército, da Sociedade de Geografia de Lisboa, do Arquivo Histórico Militar e da Biblioteca Pública Municipal do Porto. Das instituições estrangeiras, salientam-se as colecções da Bibliothèque Nationale de France, da British Library, da Biblioteca Nacional de España, da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, da Universitätsbibliothek Bern, da Cartoteca do Institut Cartogràfic de Catalunya e do Svenska Krigsarkivet (Arquivo Militar da Suécia), cujos catálogos *online* se revestem de uma importância vital.

Entre as colecções privadas, duas merecem uma referência especial: a colecção do Professor Doutor Nabais Conde, recentemente acolhida pela Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, e a colecção de David Rumsey, à qual acedemos através da *internet*. Várias galerias de livreiros e alfarrabistas foram “percorridas” e visitadas, na procura de mapas “novos” e desconhecidos.

Uma primeira tentativa de análise da fixação da imagem cartográfica de Portugal, até à primeira metade do século XVIII, foi realizada por Ana Sofia Coutinho (2007), cujo trabalho constitui um dos pontos de partida para o ensaio que se apresenta. Para além de termos levado em conta algumas das opções metodológicas utilizadas neste contexto específico do caso português, outros estudos e outros exemplos, agora de autores estrangeiros, foram também consultados, especialmente quando a análise incluía o século XVIII. Deve-se referir que a maioria dos autores e das obras consultados seguiu metodologias próprias da História da Cartografia, privilegiando o estudo de autores específicos, de casas editoriais ou do contexto socio-político e menos a análise geográfica a partir dos mapas produzidos¹¹.

No caso do Reino Unido, salientam-se os contributos de Roger Kain e de Catherine Delano-Smith e, embora estes autores tenham procurado estabelecer uma síntese da História Geral da Cartografia do Reino Unido, também fizeram uma análise à imagem do conjunto do país, quer em versões manuscritas, quer em versões impressas, ainda que tenham privilegiado os autores britânicos¹².

No caso da evolução da imagem do mapa de Espanha (ou da Península Ibérica) constituiu uma referência importante a obra de Agustín Hernando, que tem a particularidade de comparar diferentes “escolas” e autores europeus produtores de mapas no século XVIII e, à semelhança deste estudo, também privilegiou a cartografia comercial¹³. Também foram tidos em conta vários estudos específicos sobre as imagens cartográficas de algumas das Regiões Autónomas espanholas, nomeadamente da Catalunha¹⁴.

Em França, para além do contributo dos geógrafos e cartógrafos, é dado um maior destaque à ligação entre a produção cartográfica e o Poder e ainda o contributo da engenharia militar para o desenvolvimento da cartografia topográfica, destacando-se as obras de Josef Konvitz (1987), Mireille Pastoureau, (1981 e 1988), Catherine Bousquet-Bressolier (1995) e Monique Pelletier, 1995, 1996, 1999, 2001. Os trabalhos

¹¹ Foi assim o caso italiano, onde as principais obras de referência analisam o contributo individual de alguns autores ou centram a sua análise na produção editorial das principais cidades concorrentes entre si pelo mercado cartográfico; o mesmo sucedeu no caso da Holanda, Alemanha e da Áustria.

¹² Catherine Delano SMITH e Roger KAIN, 1999.

¹³ Agustín HERNANDO, 1995. Também foram tidos em conta vários estudos específicos sobre as imagens cartográficas de algumas das Regiões Autónomas espanholas, nomeadamente da Catalunha.

¹⁴ Carme MONTANER I GARCIA, 2005 e Rafael DALMAU, 2011.

de Gilles Palsky (1996, 1998a, 1998b, 2004 e 2005) centram-se, especialmente, na evolução da cartografia temática.

Para a fundamentação teórico e metodológica, socorremo-nos, especialmente, de bibliografia estrangeira. Para uma perspectiva geral da evolução do pensamento historiográfico da cartografia, consultamos autores como David Woodward (1987), Emanuela Casti (1999), Norman Thrower (2002), John Pickles (2004) e Mathew Edney (2005 e 2007). Ao longo desta evolução cronológica, confrontaram-se várias perspectivas diferentes entre si, mas quase complementares e que recorreram à interdisciplinaridade para abordarem o estudo de mapas antigos. Assim, conceitos próprios da hermenêutica, da semiótica, da história social, etc. foram reunidos numa perspectiva denominada de “desconstrutivista/reconstrutivista”, suficientemente abrangente para incluir os contributos de outras áreas do conhecimento e originando aquilo que se pode designar por teoria crítica da cartografia¹⁵. Deste modo, constituem especial referência os textos de autores como John Brian Harley (1987, 1992 e 1995), Mark Monmonier (1995), Gerald Fremlin e Arthur Robinson (2005), Christian Jacob (2006), Dennis Wood e Jon Fels (2008) ou Dennis Wood (2010). Também se revestiu de grande utilidade, a obra de Pau Alegre i Nadal (2010), que reuniu num mesmo volume, um conjunto de textos de alguns dos mais importantes historiadores da cartografia do século XX.

Estrutura

Este estudo estrutura-se em cinco capítulos. O primeiro, dedicado à evolução da Cartografia portuguesa entre os séculos XVI e a primeira metade do século XVIII, corresponde à parte introdutória do tema central, tendo servido, não só para acompanhar as sucessivas etapas na evolução do uso dos mapas, como instrumento do crescente processo de afirmação e de centralização do poder em Portugal, como também permitiu seleccionar os exemplares tidos como as fontes cartográficas mais antigas para os mapas da segunda metade do século XVIII e primeira metade do século XIX. A análise dedicada a estes exemplares está longe de se esgotar nesta abordagem,

¹⁵ Veja-se, a propósito desta teoria, Jeremy CRAMPTON e John KRYGIER, 2006.

pois qualquer um dos mapas mereceria uma investigação específica e exaustiva, a começar, desde logo, pelo primeiro mapa impresso de Portugal, datado de 1561, e atribuído a Fernando Álvaro (ou Alvares) Seco. Este capítulo permite lançar as bases para as abordagens seguintes, demonstrando-se que, ao longo do tempo, o processo de construção cartográfica apresenta mais linhas de continuidade do que rupturas.

O segundo e o terceiro capítulos, correspondem, genericamente, à cartobibliografia dos mapas de Portugal da segunda metade do século XVIII. Seguindo a perspectiva de autores como John Brian Harley e de Mathew Edney¹⁶, a análise cartobibliográfica de cada mapa implica a realização das biografias de todos os que contribuíram para a concretização daquele documento, desde o autor, ao editor e ao patrono, a quem se agradece a protecção ou a encomenda do serviço, passando pelo desenhador, o gravador e o impressor, tudo numa perspectiva de análise da História Social e Cultural, ou seja, considerando-se o mapa como produto próprio da técnica e da ciência específicas de uma época e de uma determinada sociedade. Neste particular, revelou-se importante a consulta de várias obras de autores estrangeiros, particularmente anglo-saxónicos e franceses: Mathew Edney, Mary Sponberg Pedley, Christine Petto ou Monique Pelletier, com estudos pioneiros sobre o comércio de mapas nos séculos XVII e XVIII; também as restantes “escolas de Cartografia”, editoras de mapas de Portugal no período considerado mereceram uma análise mais atenta, destacando-se os estudos de autores como Vladimiro Valerio para o caso italiano; Peter van de Krogt para os mapas holandeses; Agustín Hernando e Carmen Manso Porto, na análise ao único verdadeiro editor de mapas ibérico do século XVIII, Tomás López. Para facilitar a leitura e a análise, ordenaram-se cronologicamente os mapas e agruparam-se por reinados, sem ter havido a preocupação em separar os exemplares manuscritos dos impressos. Assim, no segundo capítulo, analisa-se a produção cartográfica até ao final da Guerra Fantástica (1762), que constitui um marco na produção e edição de mapas de Portugal. O terceiro capítulo, cuja análise se inicia no reinado de D. Maria e termina no final das Invasões Francesas, permitiu identificar as continuidades e as rupturas na configuração da imagem cartográfica de Portugal, nas décadas finais do Antigo Regime.

¹⁶ Brian HARLEY, 1995, p. 11-18.

O quarto capítulo foi dedicado, integralmente, a três exemplares de grandes dimensões que, mercê das suas características gerais e pela recepção que tiveram, podem ser considerados “mapas padrão” desta época. Tentámos acompanhar o processo de construção de cada um dos exemplares, procurando contextualizar devidamente as circunstâncias específicas que motivaram a sua realização. Mais do que a biografia de todas as personalidades envolvidas nestes processos, daremos relevo às fontes cartográficas e literárias, utilizadas para a composição de cada uma destas imagens.

Foram estabelecidas várias comparações entre estes exemplares, a partir da análise individual aos principais fenómenos, naturais e humanos, figurados em cada um. Deste modo, para além da elaboração de listagens de topónimos, nomes de rios e de serras portuguesas, também se procurou dar visibilidade a esta informação cartografando-a.

No quinto capítulo, procedeu-se à análise da recepção, circulação, uso e leitura dos mapas de Portugal, particularmente os de grandes dimensões. Tentaremos mostrar que, face à impossibilidade prática de compor um mapa do conjunto de Portugal de características “científicas”, apesar das tentativas institucionais iniciadas na última década do século XVIII, estes mapas adquiriram o estatuto de “Cartografia oficial”, sendo amplamente utilizados pelas autoridades portuguesas até aos meados do século XIX, altura em que os técnicos da Direcção-Geral dos Trabalhos Geodésicos elaboraram o primeiro mapa “oficial e científico” do conjunto de Portugal¹⁷.

¹⁷ Aqui destaca-se o contributo dos estudos desenvolvidos pela professora Maria Helena Dias sobre a Cartografia militar portuguesa e a construção da primeira carta científica do país.

CAPÍTULO I

1.1 - As imagens cartográficas de Portugal entre 1560 e 1750.

Na História da Cartografia dos países da Europa Ocidental, o período do Renascimento revestiu-se de uma importância particular. Efectivamente, a partir do século XV, a Cartografia tornou-se num poderoso auxiliar que as monarquias utilizaram amplamente nos seus esforços de concentração dos poderes e de afirmação da soberania dos Estados¹⁸.

Em cerca de cem anos, entre a segunda metade do século XV - altura em que graças à expansão da prensa móvel foi possível difundir as imagens cartográficas do mundo conhecido, baseado na redescoberta dos trabalhos de Ptolomeu - e a segunda metade do século XVI quando, em 1570, Abraham Ortelius publicou o primeiro atlas moderno, a imagem cartográfica do Mundo sofreu uma profunda alteração. Com ela, também o poder dos mapas conheceu uma evolução.

Neste período de tempo, e de uma forma gradual, todos os Estados emergentes procuraram fixar cartograficamente a sua própria Geografia, com um duplo propósito a atingir: por um lado, era uma forma de assegurar a legitimação social dos seus domínios e um meio de difundir o perfil geográfico do país pelos seus súbditos; por outro lado, era também uma forma de fazer um inventário dos recursos naturais, sociais e humanos e uma forma de facilitar a administração do território¹⁹.

No primeiro caso, podemos incluir todas as representações utilizadas para efeitos propagandísticos e/ou decorativos, numa tentativa de afirmação do poder do monarca. No segundo propósito, os mapas revelam já interessantes níveis de perfeição técnica e foram usados como registos territoriais na definição de jurisdições administrativas e governativas ou como forma de preparação de inventários territoriais. Assim, na Europa Ocidental da segunda metade do século XVI, estavam criadas as condições políticas, institucionais, científicas e técnicas para que os mapas fossem usados como instrumentos de planeamento e de controlo por parte do poder central.

¹⁸ Sobre a utilidade e uso da Cartografia e dos mapas neste período ver, entre outras, as obras de David BUISSERET, 1992 e 2004, Catherine BOUSQUET-BRESSOLIER, 1995, Monique PELLETIER, 2001, Marcelo ESCOLAR, 2003, p. 31 – 36 e David WOODWARD, 2007.

¹⁹ Marcelo ESCOLAR, 2003, p. 32.

Neste quadro geral da evolução da Cartografia europeia, a precoce individualização e delimitação do território português no espaço peninsular medieval, com fronteiras terrestres bastante definidas e consolidadas, funcionou como catalisador do processo de centralização e de afirmação do poder da Coroa que, de imediato, procurou consolidar a sua soberania sobre esse espaço²⁰.

Contudo, o controlo efectivo do território, pressupunha o seu reconhecimento e inventariação, pelo que é possível encontrar descrições geográficas e históricas de Portugal, logo a partir do século XV, altura em que conheceram um novo impulso, na sequência da acção centralizadora da política de D. João II (1481 – 1495)²¹. No entanto, a Coroa não se limitou a fomentar e aproveitar as descrições escritas recorrendo, também, ao desenho - e a todas as outras representações gráficas, onde se incluíam, obviamente, os mapas - e aos levantamentos populacionais que complementavam as informações (des)escritas²².

A utilização de mapas nos circuitos habituais da Coroa portuguesa era, nesta época (séculos XV-XVI), bastante frequente²³. Toda a epopeia da Expansão Ultramarina, na qual a Coroa tomou parte activa e interessada, terá produzido vasta Cartografia que desvendava e fixava as novas terras “descobertas”²⁴. Contudo, enquanto a Cartografia ultramarina conhecia um período de grande expansão, o desenvolvimento da Cartografia terrestre parece ter sido um pouco mais tardio.

²⁰ Cfr. o primeiro capítulo da obra de António Paulo DUARTE, 2003, pp. 25-156. Sobre a fixação e delimitação da fronteira portuguesa ver, entre outros, os textos de Rita da Costa GOMES, 1989, Amélia Aguiar ANDRADE, 2001, Walter ROSSA, Margarida CONCEIÇÃO e Luísa TRINDADE, 2008.

²¹ João Carlos GARCIA, 2002, p. 55-62.

²² Ver Beatriz BUENO, 1998, p. 267-281.

²³ Ver a opinião de David BUISSERET, 2003, p. 73 e Suzanne DAVEAU, 2010, a propósito do contexto da realização do primeiro mapa de Portugal.

²⁴ De acordo com Jerry BROTON, 1997, a Cartografia portuguesa dos Descobrimentos, ao incorporar, constantemente, novos conhecimentos geográficos, contribuiu para redefinir o estatuto sócio-cultural dos mapas. Estes já não eram meros produtos técnicos tinham, também, uma função simbólica, ligado ao poder e soberania política, para além de desempenharem, simplesmente, uma função estética, p. 48-49.

1.2 – A Cartografia e o Poder em Portugal nos séculos XVI e XVII

Conhecedor da grande utilidade dos mapas e das representações gráficas do espaço, D. Manuel I (1495-1521), ordenou o levantamento e representação dos principais castelos situados ao longo da raia luso-espanhola - trabalho desenvolvido por Duarte de Armas entre 1509 e 1510 e que constitui uma das primeiras representações do território continental - assim como levantar as plantas, as “vistas” e construir maquetas de todos os lugares fortes da costa²⁵. O reconhecimento e a delimitação da fronteira terrestre com Espanha, configura, em definitivo, uma acção centralizadora que visava já o reconhecimento dos limites do espaço sob administração da Coroa²⁶.

O interesse pelo conhecimento do território, continuou ao longo do reinado de D. João III (1521-1557) que, com fins administrativos e fiscais, ordenou um importante "Numeramento Geral do Reino", realizado entre 1527 e 1532 - a primeira grande tentativa de contabilização da população nacional - fornecendo informações importantes à Coroa, até porque, terá sido efectuada uma reforma da divisão administrativa, entre 1532 e 1536²⁷.

As mais recentes investigações desenvolvidas por Suzanne Daveau, têm apontado para o início do reinado deste monarca, como a época da realização daquele que terá sido o primeiro mapa de Portugal continental, cujo original manuscrito permanece desconhecido, mas que terá sido usado como protótipo para a composição do mapa de Álvaro Seco, impresso e editado em Itália na segunda metade do século

²⁵ “Tal levantamento visava a informar o Rei sobre a operacionalidade, poder de fogo e comunicações entre os 56 castelos da região fronteira, de Castro Marim a Caminha. Seus “debuchos” são extremamente relevantes do ponto de vista estratégico, topográfico e tático, indicando os itinerários entre cada fortaleza, registrando seus nomes e distâncias (em léguas), estado dos caminhos, disposições do terreno, cursos de água, pontes, fontes, poços de água, bombardeiras, etc.”, Beatriz Siqueira BUENO, 2004, p. 162.

²⁶ Para além deste levantamento gráfico, durante o reinado de D. Manuel I procedeu-se a uma marcação física, implantado marcos de fronteira, de forma a registar e a inscrever na paisagem uma “linha” de separação entre os dois reinos ibéricos. Cfr. Rita da Costa GOMES, 1989 e Walter ROSSA *et al*, 2008.

²⁷ Para aprofundar o tema do Numeramento de 1527-32, consultar a obra de Júlia GALEGO e Suzanne DAVEAU (1986) e, mais recentemente, de Suzanne DAVEAU, 2001, p. 7-39, que aborda a importância das descrições territoriais contidas no Numeramento e a sua utilidade para a Coroa portuguesa, nomeadamente para um possível levantamento cartográfico do país. Especificamente sobre o Numeramento ver João José Alves DIAS, 1996.

XVI²⁸. A reconstituição daquela que será, por agora, a mais antiga imagem cartográfica, só foi possível graças a um criterioso estudo que se apoiou na lista toponímica que forma aquele que é conhecido como o “Códice de Hamburgo”²⁹.

A autora avança algumas conclusões que merecem a nossa atenção: o mapa terá sido composto a partir de duas regiões cujos lugares terão sido determinados astronomicamente (Alto Alentejo e Cabo de S. Vicente), sendo o restante território levantado a partir dos roteiros terrestres mais habituais; as maiores variações e distorções na localização absoluta dos lugares verificam-se no norte do país, particularmente na Província de Entre Douro e Minho. Contudo, regista-se um assinalável rigor das posições relativas dos diferentes lugares assinalados no mapa; o documento cartográfico seria de grandes dimensões, encontrando-se dividido em, pelo menos, duas folhas, Norte e Sul, a partir do paralelo de Tomar³⁰.

Com D. Sebastião (1557-1578) e mesmo já antes, durante a regência de D. Catarina de Áustria, tornou-se mais evidente a utilização da Cartografia como instrumento de Poder. À semelhança do acontecido noutras monarquias europeias, nomeadamente a francesa, onde Francisco I e Henrique IV terão desenvolvido aquilo que se pode considerar o embrião do Corpo de Engenheiros ao serviço do rei, responsável por inúmeros levantamentos cartográficos de inigualável valor para os monarcas franceses³¹, também em Portugal, a criação da Escola de Moços Fidalgos do Paço da Ribeira, parece denunciar a preocupação por parte da Corte em dotar o reino de um corpo de técnicos que possuissem conhecimentos de representação territorial³². Desta forma, a Cartografia foi-se, progressivamente, tornando num instrumento ao serviço do "Estado" que a utilizava para os mais diversos fins: militares, administrativos, jurídicos, entre outros.

Em Portugal, à semelhança do que acontecia em Espanha, mas contrariamente ao que se passava no Norte da Europa, particularmente na Flandres e nos Países

²⁸ Suzanne DAVEAU, 2010.

²⁹ O “Códice de Hamburgo” é uma lista com cerca de 1500 topónimos referentes a Portugal - e que se conserva na Universitäts-Bibliothek Hamburg - para os quais se indicam os valores de latitude e de longitude. Terá sido feito para ser oferecido ao cardeal D. Afonso, irmão de D. João III.

³⁰ Suzanne Daveau, 2010.

³¹ Cfr. Monique PELLETIER, 2001, pp. 45-50.

³² Datam desta época alguns documentos cartográficos sobre o nosso território, que podem testemunhar a preocupação da coroa pela apreensão territorial, tanto a parte continental, como a parte ultramarina Cfr. Beatriz Siqueira BUENO, 2001; 2003 p. 102-107. Ver, ainda, Rui CARITA, 1984.

Baixos, os levantamentos cartográficos (sempre manuscritos), revestiam-se de um carácter institucional ligados ao poder real, tradição que se irá manter pelos séculos seguintes, e que, em parte, explica o fraco desenvolvimento da Cartografia impressa Ibérica face à daquelas nações, uma vez que aí a produção cartográfica dependia muito mais da iniciativa de comerciantes e investidores (editores e gravadores) privados³³.

Data deste período, a edição daquele que é considerado o primeiro mapa de Portugal, gravado em Veneza na tipografia de Michele Tramezzino - figurando a data de 1561, embora tenha sido, recentemente, avançado o ano de 1562 como o mais provável para a sua edição - de autoria de Fernando Álvaro Seco³⁴.

A história completa do primeiro mapa de Portugal está, ainda, por fazer, uma vez que não são abundantes os estudos sobre este documento ou sobre o seu autor, cuja biografia é ainda mais difícil de traçar³⁵. Tomaremos como exemplar de análise a cópia arquivada na B.N.P.³⁶

O mapa, que é de tipo corográfico, com dimensões aproximadas de 35 x 52 cm, composto numa escala ca. de 1:1 340 000, tem a particularidade de estar orientado com o Oeste para o topo. Foi a imagem divulgadora de Portugal na Europa, pois conheceu inúmeras e diferentes edições, especialmente após ter sido incluído no célebre atlas de Abraham Ortelius *Theatrum Orbis Terrarum*, de 1570, mantendo-se, pelo menos, até aos finais do século XVII³⁷.

³³ Sobre Cartografia holandesa ver Dirk de VRIES, 1993 e Peter van der KROGT, 1993. Cfr. José María SANZ HERMIDA, 2002, p. 25-26.

³⁴ Cfr. Maria Fernanda ALEGRIA *et al.*, 2007, p. 1039. Recentemente a B.N.P. adquiriu um exemplar deste mapa e a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, um outro, proveniente da colecção do Prof. Nabais Conde.

³⁵ Os trabalhos de Alves FERREIRA, Custódio de MORAIS, Joaquim da SILVEIRA e Amorim GIRÃO, 1956, p. 1-66 e 1957 p. 10-43 e os de Armando CORTESÃO e Avelino TEIXEIRA DA MOTA, 1960, constituem, ainda, referências fundamentais.

³⁶ João GARCIA, 2010, p. 363-368.

³⁷ Refira-se que Ortelius recorreu, várias vezes, a Tramezzini para obter os protótipos cartográficos de que necessitava para as suas criações. Cfr. Paul BINDING, 2003, p. 172.

Numa leitura rápida, dois fenómenos se destacam de imediato: a representação da rede hidrográfica e a profusão da toponímia. O primeiro fenómeno mereceu a atenção de Suzanne Daveau, que concluiu que a grande densidade e homogeneidade da informação para o conjunto do território português terá resultado de um levantamento planeado à escala nacional e não de uma mera compilação de informação regional pré existente, o que pressupunha a existência de um mapa de Portugal ainda durante a primeira metade de Quinhentos, que se veio a confirmar posteriormente, como já referimos³⁸.

Não obstante, uma análise mais pormenorizada à rede hidrográfica revela um pequeno contraste regional: há uma maior densidade na representação dos cursos de água a Sul do rio Tejo, e junto da fronteira com Espanha. Identificam-se, ainda, alguns erros de pormenor na figuração dos traçados de alguns rios, bem como na sua identificação. O mesmo estudo demonstra também que não terá existido uma relação directa entre a elaboração do mapa de Álvaro Seco (nem do seu protótipo) e o Numeramento de 1527-32, pois enquanto este servia os interesses da administração judicial, o mapa terá sido obra de militares e diplomatas, mais preocupados com a defesa das fronteiras com Espanha, até porque parece existir um maior cuidado na representação deste espaço do território nacional³⁹.

Quanto à toponímia, durante algum tempo considerou-se ser necessário confrontá-la com a listagem de topónimos que figura no “Códice de Hamburgo”, contudo, o já mencionado estudo de Suzanne Daveau (2010) demonstra que os nomes das localidades registados no códice terão sido obtidos a partir da consulta do mapa manuscrito protótipo, elaborado na década de 1520.

Deste modo, é muito provável que tenham existido várias versões manuscritas anteriores, uma vez que o modelo do mapa de Seco terá sido concluído por volta de 1558⁴⁰. Esta hipótese parece ser confirmada pelo estudo da representação do espaço português no denominado “Atlas do Escorial”, assim como pela análise à segunda

³⁸ Suzanne DAVEAU, 2000, p. 18 e 2010.

³⁹ Recordaríamos que este primeiro mapa impresso em Veneza, se baseia num protótipo manuscrito encomendado pelo latinista português Aquiles Estaço que o dedicou ao Cardeal Camareiro Guido Ascânio Sforza, enquadrado numa embaixada à Santa Sé, em 1560. Cfr. Suzanne DAVEAU, 2000, p.29-30.

⁴⁰ Cfr. Maria Fernanda ALEGRIA *et al*, 2007, p. 1036-1038 e Suzanne DAVEAU, 2010.

versão impressa do mapa de Seco, desta vez editada em Antuérpia, por Gerard de Jode, em 1565.

Esta versão, denominada *Portugalliae quae olim Lusitania*, apresenta inúmeros elementos diferentes da versão italiana, o que parece sugerir que este mapa se inspirou directamente num protótipo manuscrito e não no mapa impresso em Veneza em 1561⁴¹. Trata-se de um mapa com ca. 59 x 97 cm, elaborado numa escala de 1:790 000 e que, por isso, parece apresentar um maior pormenor na figuração dos fenómenos. O autor manteve a orientação do mapa com Oeste no topo e teve o cuidado de ornamentar profusamente o exemplar⁴².

Quanto à imagem de Portugal que poderemos extrair do Atlas do Escorial, e recentemente datada de 1539-1554, o Imperador Carlos V terá ordenado o levantamento cartográfico da Península a partir de 1539, e esse trabalho levado a cabo por Alonso de Santa Cruz resultou num atlas composto por 21 folhas numa escala média de cerca de 1: 350 000⁴³.

Entre as folhas que formam a imagem conjunta da Península Ibérica, destacam-se as correspondentes ao território de Portugal que, pelo maior rigor e detalhe de representação, parecem ter resultado de um levantamento anterior ao espanhol. Aliás, admite-se mesmo que tenha resultado da cópia de uma das versões manuscritas do mapa de Álvaro Seco, ou do seu protótipo, até porque algumas análises comparativas entre as primeiras edições impressas deste mapa com o Atlas do Escorial, revelam algumas diferenças assinaláveis confirmando que a sua origem não poderá ser atribuída à mera compilação de informação a partir das diferentes versões impressas⁴⁴.

Investigações recentes desenvolvidas em Espanha por Crespo Sanz, mostram que o autor do Atlas do Escorial esteve em Portugal em 1545 procurando fontes

⁴¹ Suzanne DAVEAU, 2000, p. 11-38.

⁴² Uma reprodução deste exemplar, cujo original se conserva na B.N.F., pode ser consultada em Maria Helena DIAS, 2006.

⁴³ Armando CORTESÃO e Avelino Teixeira da MOTA, 1960, vol. II. p. 83. Especificamente sobre este atlas, ver a tese de doutoramento de António CRESPO SANZ, 2008.

⁴⁴ Maria Fernanda ALEGRIA *et al*, 2007, p. 1042. Ver também Suzanne DAVEAU, 2007, que afirma que, mesmo antes da união dinástica (1580-1640), os governantes espanhóis podem ter tido acesso ao protótipo do mapa, pois, acredita-se que Luís Jorge Barbuda - que chegou a ser nomeado cartógrafo da Academia de Madrid e colaborador de João Baptista Lavanha - o terá levado clandestinamente para Espanha, em 1579.

cartográficas, admitindo que possa ter tido acesso a uma cópia de um mapa de Portugal que terá utilizado como fonte para o mapa da Península ibérica⁴⁵.

Também, a existência de um fragmento de um mapa de Portugal, em pergaminho, que apenas figura a costa portuguesa entre a cidade do Porto e Aveiro, existente em Madrid, na Real Academia da História, foi apontado por Suzanne Daveau, como hipotético protótipo para a parte portuguesa do mapa do conjunto da Península Ibérica do Escorial e, uma possível cópia directa do primeiro mapa de Portugal⁴⁶.

Em suma, é possível que o primeiro mapa impresso de Portugal seja uma versão de um mapa que terá sido levantado sob desígnio da Coroa portuguesa, apoiado num cuidadoso levantamento sobre o terreno, concluído, ainda, na primeira metade do século XVI, avançando, alguns autores, com a possibilidade de se terem feito triangulações no terreno⁴⁷. Desconhecem-se, até ao momento, qualquer versão manuscrita preparatória deste mapa.

No entanto, na análise às versões impressas, identificam-se inúmeros erros de latitude e na posição dos lugares que não se coadunam com a existência de trabalhos de triangulação. Assim, também se avançou com a possibilidade de o primeiro mapa de Portugal, tenha resultado de observações efectuadas ao longo de diferentes itinerários⁴⁸.

Em 1580, quando o rei de Espanha se converte, também, em rei de Portugal, para além de vários mapas manuscritos de Portugal, que seriam usados pelos governantes, diplomatas e militares portugueses, existiam já, três versões impressas que circulavam amplamente por toda a Europa.

Todo este universo revelou-se, também, muito útil para a governação do Reino no período da união dinástica que, contrariamente ao que a historiografia nacionalista portuguesa fez crer, não terá representado o declínio na produção cartográfica

⁴⁵ Antonio CRESPO SANZ, 2008, p. 876.

⁴⁶ Cfr. Suzanne DAVEAU, 2003, p. 36 e, mais recentemente, 2007. O fragmento de pergaminho está reproduzido em Cármen MANSO PORTO, 1999, p. 30-31.

⁴⁷ Ver, de novo, Armando CORTESÃO e Avelino Teixeira da MOTA, 1960, Vol. II, p. 83 e Geoffrey PARKER, 1992, pp. 132-133.

⁴⁸ Cfr. Suzanne DAVEAU, 2000, p.11-38 e Maria Helena DIAS, 2006, p.5.

portuguesa, ainda que o conjunto das nações do Norte da Europa se afirmasse, cada vez mais, como o grande centro europeu produtor/difusor de Cartografia⁴⁹.

Em todo o caso, estamos a considerar, apenas, a produção cartográfica do território nacional peninsular e não a Cartografia ultramarina, desde há muito privilegiada pela Coroa e que a utilizava na gestão do império colonial e cuja actividade foi, praticamente, ininterrupta desde o primeiro quartel do século XV⁵⁰.

No que diz respeito às representações terrestres, convém mencionar o contributo de alguns autores portugueses, responsáveis pela elaboração dos mais importantes levantamentos cartográficos terrestres na Península Ibérica, na primeira metade do século XVII.

O primeiro nome que se destaca é o de João Baptista Lavanha (ca. 1550-1624) que, depois de ter sido professor de matemática do rei D. Sebastião, foi nomeado por Filipe II Cosmógrafo da Corte e professor da Academia de Matemática de Madrid, tendo chegado mesmo a desempenhar os cargos de Engenheiro-Mor e Cosmógrafo-Mor do Reino em Portugal. Em 1610, Lavanha iniciou os trabalhos de campo (que incluíram medições astronómicas e topográficas) que lhe permitiram a elaboração, em 1615, do primeiro mapa do reino de Aragão, mas que só seria publicado em 1620. Até ao último quartel do século XVIII, este mapa conheceu nada menos que onze edições e foi considerado como a mais importante realização cartográfica regional até ao século XX⁵¹.

A partir da segunda metade do século XVII surgiram várias referências que associam o nome de Lavanha ao de Pedro Teixeira Albernaz na elaboração de um grande mapa de Portugal intitulado *Descripción del Reyno de Portugal y de los Reynos*

⁴⁹ Sobre a atenção que mereceu a produção cartográfica do território português peninsular durante a dinastia filipina, bastará recordar a presença de vários engenheiros estrangeiros (principalmente italianos) que fizeram numerosos levantamentos topográficos utilizados na preparação da defesa da costa portuguesa, cada vez mais assolada por piratas. Salientam-se, entre outros, os nomes de Tiburcio Spanochi, Leonardo Turriano e Alexandre Massai. Sobre a obra deste último autor para o Algarve ver Lívio da Costa GUEDES, 1988 e sobre a costa alentejana ver António Martins QUARESMA, 2007.

⁵⁰ Neste particular, a produção cartográfica ultramarina portuguesa dividia-se por dois espaços preferenciais: o Índico (as praças fortes e entrepostos comerciais) e o Brasil, desde a segunda metade do século XVI, onde se privilegiava a configuração do litoral.

Para a primeira metade do século XVII, vejam-se os trabalhos de Manuel Godinho de Erédia (1610), António Bocarro (1635) e de Pedro Barreto de Resende (1636) para a Índia, Pedro Nunes Tinoco (1620), Luís Teixeira (ca. 1590) e João Teixeira Albernaz I (1640), no caso do Brasil. Cfr. Maria Fernanda ALEGRIA e João Carlos GARCIA, 1995, pp. 61-65.

⁵¹ Cfr. Maria Fernanda ALEGRIA e João Carlos GARCIA, 1995, pp. 61-65 e Agustín HERNANDO, 1996, p.86.

de Castilha que parten por su frontera, que se manteve manuscrito até 1662 e, a partir de 1622, na *Descripción de España y de las costas e puertos de sus reinos*, que Pedro Teixeira terminou em 1634, dez anos após a morte de Lavanha⁵². Para além deste trabalho desenvolvido a partir de 1622, João Baptista Lavanha já havia colaborado com Luís Teixeira (pai de Pedro Teixeira) compondo aquele que é conhecido como “Atlas de Lavanha”, iniciado em 1597 e terminado em 1612, aí figurando um mapa de Portugal, integrado na parte ocidental da Península Ibérica⁵³.

Um outro cartógrafo português que se destacou pelos seus trabalhos desenvolvidos na Península Ibérica, neste período, foi o já mencionado Pedro Teixeira Albernaz (ca. 1595-1662)⁵⁴. Nascido no seio de uma importante família de cartógrafos portugueses, cedo iniciou as suas actividades tendo, conjuntamente com o seu irmão João e por mandato do Conselho das Índias e da Junta da Guerra, partido em 1618 para a América do Sul onde procederam a vários reconhecimentos cartográficos, nomeadamente, dos estreitos de Magalhães e de S. Vicente.

De regresso à Península Ibérica, no início da década de 1620, dedicou-se a dois projectos que mereceram especial atenção da Coroa. Por um lado, colaborou com João Baptista Lavanha na preparação da referida *Descripción del Reyno de Portugal y de los Reynos de Castilla que parten por sus fronteras*, cujo manuscrito original se presume ter dado origem ao mapa de Portugal editado em Madrid em 1662⁵⁵. Por outro, ao mesmo tempo que desenvolvia este projecto, o cartógrafo português percorreu por mais de uma década (entre 1622 e 1634), as costas da Península Ibérica procedendo a um minucioso levantamento cartográfico que culminou, em 1634, na *Descripción de España y de las costas y puertos de sus reinos*, um “atlas” composto por 116 perspectivas das áreas costeiras, cuja iniciativa pertenceu, também, a Lavanha.

Trata-se de um levantamento sistemático, para fins de defesa militar, e que reúne um conjunto de informações geoestratégicas dos pontos mais importantes da

⁵² Felipe PEREDA e Fernando MARÍAS, 2002, p. 13 e Richard KAGAN, 2002, p. 57.

⁵³ Sobre este Atlas que se conserva na Biblioteca Reale em Turim, ver Armando CORTESÃO e Avelino Teixeira da MOTA, 1987, vol. IV, p. 73 e Maria Fernanda ALEGRIA *et al*, 2007, p. 1042

⁵⁴ Ver uma resenha biográfica em Armando CORTESÃO e Avelino Teixeira da MOTA, 1987, vol. IV, p. 153, Felipe PEREDA e Fernando MARÍAS, 2002, p. 9-28 e Maria Helena DIAS, 2006, p. 7-8.

⁵⁵ Teixeira refere-se a este mapa, na versão manuscrita, numa resposta dada à Junta de Guerra em 1640. Cfr. Richard KAGAN, 2002, p. 49.

costa, pois os mapas eram complementados por uma descrição geográfica, histórica e demográfica. Portugal é, no conjunto peninsular, o território com o maior número de representações cartográficas, com um total de 21 perspectivas, onde se inclui um mapa do conjunto do seu território⁵⁶. Este atlas foi uma encomenda real, pelo que o autor dedicou especial atenção aos pormenores decorativos e ilustrativos, bem como à utilização da cor, de forma a embelezar o trabalho final, na linha da tradição da Cartografia manuscrita ibérica.

⁵⁶ Até muito recentemente, este Atlas, que se conserva em Viena, foi considerado perdido. Entretanto foi dado a conhecer ao público através da obra Felipe PEREDA e Fernando MARÍAS *El Atlas del Rey Planeta: La Descripción de España y de las costas y puertos de sus reinos*, Madrid, 2002.



Figura 2- *Tabla del Reyno de Portugal*, Pedro Teixeira Albernaz, 1634. O.N.B.

O mapa de Portugal encontra-se orientado com o Leste no topo, ainda que a rosa-dos-ventos, colocada sobre o “Oceano Occidental”, aponte o rumo Norte. Esta orientação, oposta às das versões do mapa de Álvaro Seco, denuncia, no entanto, a perspectiva pessoal do autor, que terá percorrido a costa portuguesa, quer a pé, quer de barco, ao largo, registando o território nessa óptica.

O litoral português mereceu, assim, uma atenção especial por parte do autor, que o representou muito recortado e com alguns pormenores como pequenas baías, reentrâncias e lagoas, particularmente no litoral Sul. Ao longo da costa, o cartógrafo desenhou inúmeros barcos de diferentes tipos e tamanhos, ostentando diversos pavilhões. No canto inferior esquerdo, foi colocada uma escala gráfica de 20 léguas, decorada e colorida.

Outro fenómeno que se destaca é a relativamente densa rede hidrográfica, atendendo à escala do mapa. No entanto, nem todos os rios foram identificados. Refira-se, a este propósito, que nas Províncias de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes, apenas foram nomeados dois rios, Lima e Pelim, e mesmo o rio Douro (“Duero”) apenas está reconhecido em território do Reino de Leão. Por sua vez, o Alentejo é a província que apresenta um maior número de rios mencionados.

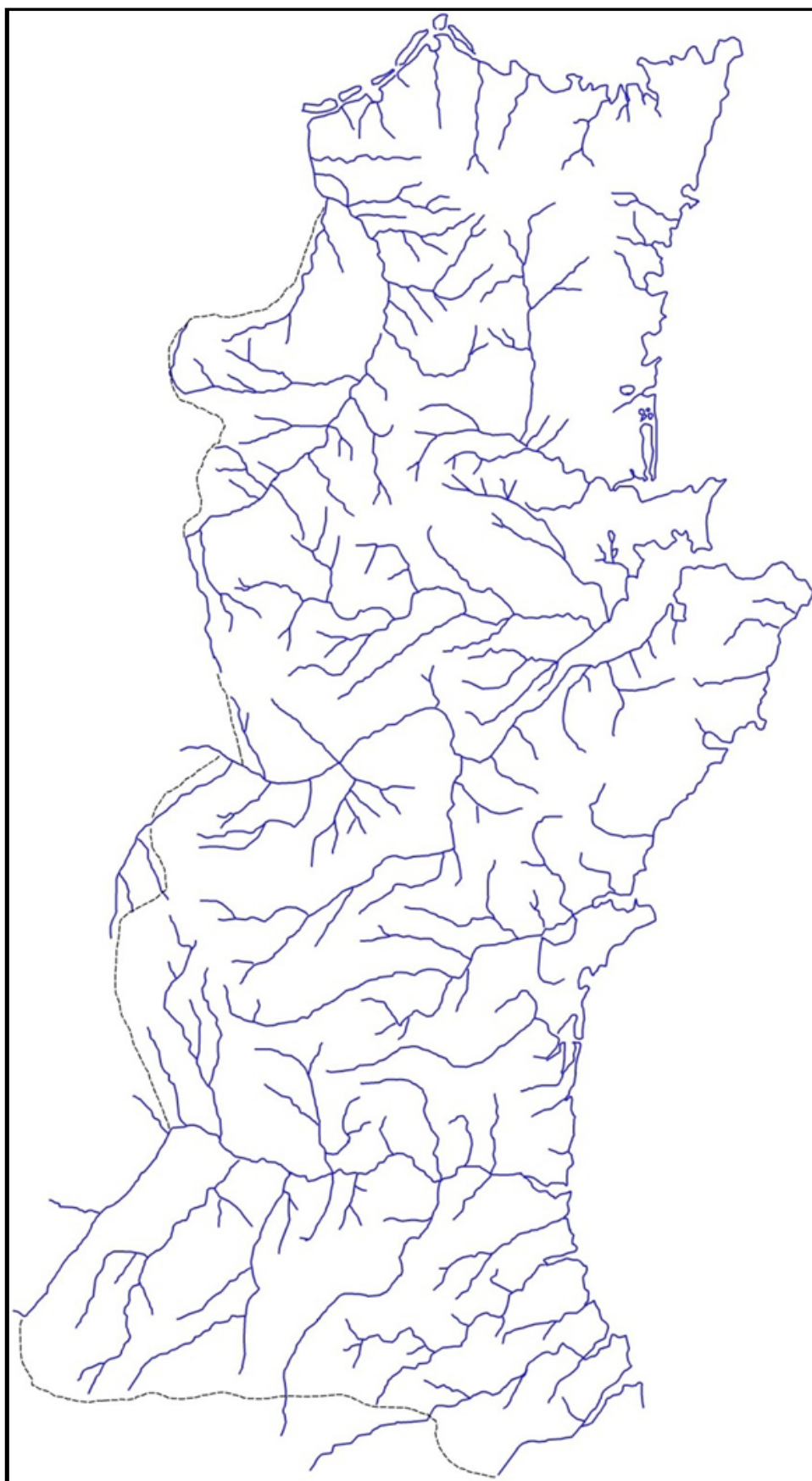


Figura 3 - Rede hidrográfica do mapa de Portugal de Pedro Teixeira, 1634.

Regista-se, ainda, um importante erro na representação/figuração de alguns rios da Província de Entre Douro e Minho, pois o percurso daqueles que seriam os rios Cávado, Ave e Leça foram trocados, respectivamente, pelo Neiva, Cávado e Ave, pelo que, neste mapa, a foz do Neiva está em Esposende, a do Cávado em Vila do Conde e a do Ave em Matosinhos. Este erro já tinha sido cometido no mapa da Península Ibérica que integra o mesmo atlas.

Esta opção é surpreendente, tanto mais que as inúmeras fontes cartográficas existentes na época baseadas no mapa de Álvaro Seco não cometem esta imprecisão e na representação das principais vistas da costa portuguesa, particularmente as de Vila do Conde e do Porto, na Província de Entre Douro e Minho, também já não se detecta este erro. Tal opção poderá estar relacionada com as indicações constantes nas fontes descritivas, nomeadamente, o *De Antiquitatibus Lusitaniae*, de André de Resende de 1593, a *Geografia Antiga de Lusitânia*, de Frei Bernardo de Brito, de 1597, e a *Descrição do Reino de Portugal* por Duarte Nunes do Leão, obra redigida nos finais do século XVI e impressa em 1610, onde os autores informam que o rio Neiva desagua no Cávado já próximo da sua foz entre Fão e Esposende. Outra possibilidade passa pela utilização de fontes cartográficas da época⁵⁷. Entre os mapas impressos, salienta-se o mapa da costa entre Caminha e Buarcos (*Die Zee Caerte van Portugal, tusschen Camino en Montego...*) incluídos no *Spiegel der Zeevaerdt* de Lucas Waghenaeer, editado em 1584 e em 1592, onde apenas os rios Lima, Ave e Douro foram figurados⁵⁸. Também será de admitir a consulta de mapas manuscritos onde esta informação estava registada. A este propósito valerá a pena referir que no mapa de Portugal que integra o Atlas da autoria de Luís Teixeira ou de João Teixeira Albernaz I, datado de 1597 e que se encontra em Turim, o rio que figura a desaguar em Vila do Conde é, tal como no mapa de Teixeira, o rio Cávado⁵⁹. A confirmarem-se estas possibilidades, tal significaria que o autor não terá realizado um exaustivo levantamento de campo.

⁵⁷ Ver a opinião de Agustín HERNANDO, 2002, p. 93-95.

⁵⁸ Sobre a importância da Cartografia hidrográfica holandesa do litoral português no século XVI, ver Gabriel MENDES, 1969 e Maria Fernanda ALEGRIA e Maria Helena DIAS, 2000, p.61-96.

⁵⁹ O Atlas é, por vezes, denominado “Atlas de Lavanha” uma vez que terá sido João Baptista Lavanha a terminar o trabalho em 1612. Cfr. Maria Fernanda ALEGRIA *et al*, 2007, p. 1042. O mapa está reproduzido no vol. IV dos *Portugalliae Monumenta Cartographica*, 1987, estampa 428 B.

O relevo foi representado de uma forma pictórica, através de pequenos montes desenhados em perspectiva. De novo o território a Sul do Tejo parece uma área muito mais montanhosa do que a Norte daquele rio. No total do espaço representado, apenas seis “serras” foram identificadas: a Norte do Douro a “Serra de Soato”, “Sierra do Souo?”, “Sierra de montoio”; a Sul do Tejo, a “Sierra de S. Iuan”, a “Sierra de Monteachique” e a “Sierra do Caldeirao”.

A toponímia é abundante e foi registada, preferencialmente, em castelhano, ainda que, por vezes, se encontrem expressões em português que terão escapado ao autor. Pedro Teixeira utilizou três tamanhos de letra, sendo a mais pequena para identificar as povoações menos importantes, a média para registar o nome das cidades e a maior para escrever o nome das províncias, ainda que os seus limites não tenham sido figurados. A exceção é o “Reyno do Algarve” que, para além de uma ténue linha pontuada a separá-lo da Província do Alentejo, foi colorido com uma tonalidade diferente da usada no restante território português.

Para a figuração dos núcleos de povoamento, o autor recorreu a uma variação do mesmo símbolo urbano, proporcional à importância das localidades e que varia desde uma torre e um círculo para as localidades menos importantes, até ao pequeno conjunto de casas e torres para representar as cidades.

Até aos meados do século XVII, paralelamente aos esforços desenvolvidos pelas autoridades centrais, no sentido de registar cartograficamente o território, circulavam várias descrições corográficas e geográficas, quer manuscritas, quer impressas, que complementavam e completavam-se com os mapas, e contribuía para a divulgação da imagem de Portugal⁶⁰.

Esta promoção do conhecimento geográfico do território português patrocinado pelo “Estado”, ainda que com escasso apoio institucional, desenvolveu-se no século XVI, durante a governação dos últimos reis da dinastia de Avis e teve ampla continuidade nos reinados filipinos. Num caso e noutro, a Geografia de Portugal, descrita através dos textos e das imagens cartográficas, contribuiu para o reforço da

⁶⁰ Salientamos as obras de autores como os já referidos André de Resende (1593), Frei Bernardo de Brito (1597), Duarte Nunes de Leão (1610), aos quais se juntam, por exemplo, Gaspar Estação (1625) ou Rodrigo Mendes da Silva (1648). Como se constata, quase todas estas obras foram editadas durante a União Ibérica. Cfr. Joaquim Romero de MAGALHÃES, 1980.

identidade nacional. Numa primeira fase, teria como objectivo assegurar a independência e a coesão nacional no contexto peninsular, mas, a partir de 1580, teria como objectivo enquadrar a identidade portuguesa na multi-nacional monarquia hispânica.

No que diz respeito ao uso de mapas pela Coroa, ao longo dos séculos XVI e XVII, identificam-se, desde logo, duas tendências principais. Por um lado, a Cartografia “oficial”, consultada por monarcas, militares e diplomatas permaneceu, geralmente, manuscrita e com escassa circulação, normalmente dentro do círculo mais restrito da Coroa que os procurava conservar no mais absoluto secretismo, até porque o seu uso estava, cada vez mais, relacionado com a condução de operações militares⁶¹.

Por outro, a Cartografia impressa, que conheceu uma enorme expansão neste período com o aperfeiçoamento da técnica de gravação em cobre, tornou acessíveis imagens territoriais que, de outra forma não o seriam, criando um crescente mercado consumidor.

Neste sentido, compreendendo o grande potencial propagandístico dos mapas, monarcas, nobres, ministros e clérigos, associaram o seu nome e prestígio a algumas das mais conhecidas obras cartográficas da época, patrocinando a edição de vários exemplares. Os mapas tornavam-se, desta forma, objectos de projecção de Poder.

1.3 - A renovação da Cartografia militar: a Guerra da Restauração, 1641-1668

Ao longo de todo o século XVII viveu-se num clima de belicismo permanente, que alterou, de forma significativa, o mapa político da Europa⁶². Foi neste contexto que, primeiro em Itália e depois nos Países Baixos e em França, se aperfeiçoaram as técnicas de fortificação abaluartada, cujas concepções teóricas permitiram a

⁶¹ Cfr. David BUISSERET, 2004.

⁶² Confirmar as principais motivações bélicas do século XVII, em Rui BEBIANO, 2001, p. 93.

consolidação das políticas de guerra defensiva, sendo adoptada na generalidade dos países europeus⁶³.

A França, que se viu envolvida num significativo número de operações militares decorrentes da centralização do Poder e da expansão das suas fronteiras terrestres, foi um dos primeiros Estados europeus a constituir um corpo de engenheiros militares responsáveis pelos levantamentos e reconhecimentos cartográficos dos locais onde se planeavam construir as fortalezas que, em breve, seriam reestruturadas e rebaptizadas de "praças-fortes", pois para além das funções defensivas estritamente militares, as cidades fortificadas desempenhavam uma função urbana em tempo de paz⁶⁴.

Entre os mais importantes e prestigiados engenheiros franceses do século XVII, constavam os nomes de Antoine de Ville e do conde de Pagan⁶⁵, responsáveis pela elaboração de tratados de fortificação que serviram de inspiração para aquele que foi considerado o mais célebre de todos os engenheiros militares dos séculos XVII e XVIII, Sebastien de Vauban, cujos complexos sistemas de fortificação foram imitados em toda a Europa⁶⁶.

Como facilmente se imagina, estas novas teorias bélicas, tiveram um grande impacto em Portugal aquando da Guerra da Restauração (1641-1668), período em que importava reconhecer, manter e consolidar as fronteiras nacionais face à ameaça de invasão pelos exércitos espanhóis. Para isso, as concepções militares da época indicavam a necessidade de se proceder à fortificação de lugares estratégicos (ou ao seu reforço), geralmente locais que permitiam a defesa de linhas de penetração para o interior do país⁶⁷.

Contudo, aquando da revolução de 1640, Portugal não dispunha de poderosos pontos abaluartados ao longo da raia seca – não esquecer que entre 1580 e 1640 a

⁶³ Edwin PAAR, 2008, pp. 52-57.

⁶⁴ Margarida Tavares CONCEIÇÃO, 2001, pp. 825-839 e 2002.

⁶⁵ É de salientar a presença do próprio Pagan em Portugal, nos primeiros anos da Guerra da Restauração, como que aproveitando para testar e/ou confirmar as suas teorias no campo da prática militar. "[...]decerto, terá existido neste período, não apenas uma mera importação de técnicas holandesas e francesas, mas uma experimentação inovadora, de que parece ser exemplo sintomático a presença do Marechal de Campo Blaise François [conde] de Pagan...". Margarida Tavares da CONCEIÇÃO, 2000, p. 32.

⁶⁶ Para a História da Engenharia Militar Francesa, em particular sobre o papel de Vauban e das suas técnicas de fortificação, ver a obra de Nicolas FAUCHERRE, 1996. O contributo dos engenheiros militares espanhóis, no decurso dos séculos XVII e XVIII, foi analisado por Horacio CAPEL, 1988 e, mais recentemente, Alícia CÀMARA MUÑOZ (coord), 2005.

⁶⁷ Tratava-se de proteger e defender as "entradas naturais". Cfr. Rafael MOREIRA, 1986, p. 80.

fronteira com Espanha não existia, pelo menos enquanto linha fortificada -, nem de um corpo oficial de engenheiros militares. Acresce, ainda, que os principais cartógrafos portugueses se encontravam espalhados um pouco por todo o Império⁶⁸. Assim, após a revolta de Dezembro de 1640, uma das primeiras preocupações da Coroa, para além de obter o rápido e necessário reconhecimento diplomático das outras nações europeias, foi o de constituir um corpo de engenheiros militares, capazes de estabelecerem uma rede de defesa terrestre e, simultaneamente, transmitirem os seus conhecimentos, formando engenheiros nacionais⁶⁹.

Como já referimos anteriormente, a preocupação da Coroa pelo desenvolvimento da Engenharia Militar Portuguesa, remontava já ao século XVI e ganhou, até, um certo incremento com a União Ibérica. Foi mesmo na Aula da Esfera do Colégio Jesuíta de Santo Antão, em Lisboa, que, ainda antes da Restauração, alguns padres estrangeiros que ali leccionavam, como Cosmander, introduziram os conceitos de “tratadística” matemática e fortificação holandesa e francesa⁷⁰.

Com o início da Guerra da Restauração, foram vários os engenheiros militares estrangeiros ao serviço de Portugal, destacando-se alguns representantes das escolas de engenharia e de fortificação dos Países Baixos e de França. Entre os vários nomes, merecem-nos especial destaque os de João Paschasio Cosmander, Michael Timmermans e Jean Gilot (flamengos), Nicolau de Lille, Nicolau de Langres, Michel Lescolles, Charles Lassart e Alain Manesson Mallet, estes últimos franceses⁷¹.

⁶⁸ Cfr. Carlos CALLIXTO, 1989, p. 215. Por exemplo, em 1640, na Província de Entre Douro e Minho, apenas Viana possuía uma fortificação moderna. A mesma situação se repetia na Beira e no Alentejo, onde vários relatórios apontavam para uma urgente necessidade de se proceder à fortificação das principais povoações fronteiriças daquelas duas províncias, assim como em Trás-os-Montes. Cfr. Fernando CORTÉS CORTÉS, 1990, pp. 48-53 e p. 95.

⁶⁹ Cfr. Beatriz Siqueira BUENO, 1998, p. 98-102 e Gustavo PORTOCARRERO, 2003, p. 31. Para além do Conselho da Guerra foi, também, criada a Junta das Fronteiras, com a missão de promover a fortificação e a defesa das fronteiras. Cfr. Gabriel ESPÍRITO SANTO, 2008, p.36 e 2009, p. 123 e Abílio LOUSADA, 2011, p.495-500.

⁷⁰ Bastará referir que Luís Serrão Pimentel, mais tarde Cosmógrafo e Engenheiro-Mor do Reino, recebeu ali a sua formação técnica. Ver o percurso bio-bibliográfico deste autor e o seu contributo para o ensino da engenharia e arquitectura militar em Portugal em, Nuno Alexandre FERREIRA, 2009.

⁷¹ Estes nomes foram retirados de Sousa VITERBO, 1988. Ver, sobretudo, Cristóvão Aires Magalhães SEPÚLVEDA, vol. I a IV, 1902-1908. A consulta destas obras torna-se pertinente para se compreender o número de engenheiros militares, portugueses e estrangeiros ao serviço de Portugal, neste período. Contudo, ao contrário daquilo que nos indica a nacionalidade destes engenheiros, foi a escola holandesa, aquela que mais influenciou as obras portuguesas construídas neste período. Cfr. Margarida Tavares da CONCEIÇÃO, 2000, p 32 e 33 e Beatriz Siqueira BUENO, 2003, p. 139. Sobre Mallet, ver Émile d'ORGEIX, 2008, p. 67-74.

No entanto, reconhecendo a importância em possuir um corpo próprio de engenharia militar, a Coroa estabeleceu, em 1647, a "Aula de Fortificação e Architectura Militar", a funcionar em Lisboa, liderada pelo Cosmógrafo-Mor Luís Serrão Pimentel⁷². A Aula transforma-se, em 1651, em "Academia Militar da Corte", reforçando, assim, o carácter científico e institucional dos que ali se formavam⁷³.

A Cartografia seria utilizada como um instrumento de uma estratégia do poder central que, devido ao clima bélico que então se vivia, assentava em preocupações de defesa das fronteiras e de consolidação da soberania nacional. Por esta razão, os levantamentos topográficos e outros reconhecimentos militares, adquiriram uma expressão territorial limitada à área envolvente da praça-forte, ou apenas a determinados troços de fronteira, dado que era aí onde iriam decorrer as principais acções militares⁷⁴. Deste modo, a Cartografia regional portuguesa conheceu um certo impulso neste período, especialmente a das províncias de Entre Douro e Minho e do Alentejo. Em suma, todo este clima bélico constituiu um contexto favorável para o uso de mapas em Portugal⁷⁵. Em todo o caso, será conveniente distinguirmos os dois tipos de Cartografia que, então, se desenvolveram.

O primeiro tipo é a Cartografia militar ou, se preferirmos, de uso militar, constituída por exemplares manuscritos, de diversas escalas, apresentando características geo-estratégicas/militares e, por essa razão, de circulação restrita (apenas nos meios militares e políticos ou diplomáticos). Foram, muitas vezes, elaborados por técnicos estrangeiros ao serviço de Portugal. As representações à

⁷² Esta é a data do reconhecimento oficial pois, logo em 1641, foi constituída uma primeira "Escola", precursora desta "Aula". Uma resenha da História da Engenharia Militar em Portugal, pode ser consultada nos trabalhos de Inácio Francisco da SILVA, 1947, p. 29-43; Rafael MOREIRA, 1986, pp. 67-85 e Miguel SOROMENHO, 2001, pp. 19-24.

⁷³ A chegada de técnicos estrangeiros e o estabelecimento da "Aula de Fortificação", contribuiu para um período de renovação cartográfica no nosso país, tanto mais que, alguns daqueles engenheiros militares, mesmo depois da guerra, aqui fixaram residência, transmitindo os seus ensinamentos aos portugueses. Suzanne DAVEAU, 1997, p. 36.

⁷⁴ Convém lembrar que as tácticas de combate da época preconizavam o controlo das praças-fortes que protegiam a linha de fronteira, limitando-se a acção dos exércitos a movimentações curtas em ambos os lados dessa linha. Para aprofundar este tema relacionado com a táctica e a estratégia militar portuguesas do século XVII ver, entre outras, as obras de Carlos SELVAGEM, 1994, pp. 377-383; Rui Alcântara CARREIRA 1995, pp. 1211-1218; João Vieira BORGES, 2000, sobretudo as páginas 71-73, António Paulo David DUARTE, 2003, pp. 26-34 e mais recentemente, Gabriel ESPÍRITO SANTO, 2008 e 2009. Os principais teatros de operações foram os territórios fronteiriços do Minho, Beira e, sobretudo, o Alentejo. Cfr. Fernando CORTÉS CORTÉS, p. 1990 p. 34-35 e Abílio LOUSADA, 2011, p. 495-500.

⁷⁵ Ver o desenvolvimento cartográfico deste período em Maria Fernanda ALEGRIA *et al.*, 2007, p. 1040-1045.

escala local apenas figuravam as obras de fortificação e o espaço envolvente. Os mapas de escala regional, ou supra-local, eram usados no planeamento das acções militares, quer defensivas, quer ofensivas. A *Carta Geografica da Provincia de Entre Douro e Minho no anno de 1661*, a mais antiga representação cartográfica daquela província, elaborada pelo engenheiro militar francês Michel Lescolles, constitui um bom exemplo deste tipo de mapas⁷⁶.

O segundo tipo, poderíamos considerar a Cartografia de divulgação/propaganda, que engloba os exemplares impressos, de ampla difusão pelo público, quer em Portugal, quer no estrangeiro, surgindo, frequentemente, associados a outras obras propagandísticas, quase sempre, de autoria portuguesa. A *Carta da fronteira entre o Alentejo e a Estremadura espanhola* (ca. 1644), atribuída a João Teixeira Albernaz I, pode ser apontada como exemplo de mapa de “propaganda”⁷⁷.

Podemos considerar, ainda, um subtipo dentro desta Cartografia impressa de grande divulgação que, não sendo propagandística, foi usada como ilustração quando integrada em obras de grande circulação como a *L’Art de la Guerre* ou *Description de L’Univers*, ambos de Manesson Mallet e editados no decorrer da segunda metade do século XVII. Ao longo das décadas seguintes, seria a Cartografia militar manuscrita a conhecer um maior impulso, muito graças ao contributo das Academias Militares ou Escolas de Fortificação das Províncias.

Em termos oficiais, e no que diz respeito ao território peninsular, estas Academias apenas foram criadas por decreto real de D. Pedro II, nas Províncias de Entre Douro e Minho, Alentejo e Beira, em Julho de 1701⁷⁸.

Esta medida visava aproveitar a experiência acumulada aquando da Guerra da Restauração, na medida em que as diversas obras de defesa da fronteira que entretanto se haviam construído, transformaram aquelas três províncias numa espécie de laboratório prático para a formação de técnicos e de engenheiros militares, tanto estrangeiros como portugueses. Desta forma, no decorrer daquele conflito

⁷⁶ Este mapa tinha sido identificado por Avelino Teixeira da MOTA (inédito, s/d), que o descreveu como sendo “[...] a mais antiga carta especial de tal região de que sabemos[...]. Encontra-se na Bibliothèque Nationale de France, no departamento de “Cartes et Plans” sob a cota actual Ge D-13875. Cfr. Luís Miguel MOREIRA, 2007.

⁷⁷ Cfr. comentário ao mapa de João Carlos GARCIA, 1999, p. 29-47.

⁷⁸ Entretanto, outras Academias haviam sido criadas oficialmente nos territórios ultramarinos, nomeadamente, na Bahia em 1696, Rio de Janeiro 1698, Maranhão 1699 e Recife 1701. Cfr. Maria Luíza CARDOSO, 2011.

estabeleceram-se verdadeiras “Escolas Práticas de Engenharia e Fortificação” em Viana, Elvas, Almeida e Penamacor. O principal intuito seria o de se constituir, em cada uma destas províncias, um corpo técnico especializado na manutenção das praças e fortes da fronteira, mesmo após o Tratado de Paz, de 1668⁷⁹.

Em Viana da Foz do Lima, cuja história conhecemos melhor, a “Escola de Engenharia” funcionava desde, pelo menos, 1676, e era liderada por Michel Lescolles⁸⁰. Depois da paz de 1668, Lescolles manteve-se em Viana e foi incumbido de assegurar a manutenção e/ou a reparação das praças e fortes da fronteira do Minho. De forma a completar esta tarefa, o engenheiro francês terá iniciado o levantamento das plantas de cada uma das praças-fortes, cuja colecção de desenhos terá tido utilidade prática nas aulas de engenharia que ele próprio leccionava⁸¹. Para além destes trabalhos cartográficos, Lescolles assegurou a formação de uma série de discípulos que continuaram a sua obra, entre os quais se destaca Manuel Pinto Vilalobos⁸².

Deste modo, a partir de 1701, Vilalobos, que herdara os documentos do mestre francês, deu continuidade ao trabalho iniciado décadas antes⁸³. Os trabalhos cartográficos de Vilalobos, assim como os trabalhos de arquitectura civil e religiosa na província do Entre Douro e Minho, encontram-se relativamente bem documentados⁸⁴. Entre estes, merece destaque o “atlas” (ou álbum) das plantas das Praças de Guerra da fronteira do Minho, complementado por outros mapas mais gerais da Província, num total de 15 exemplares⁸⁵.

⁷⁹ Cfr. Margarida Tavares da CONCEIÇÃO, 2002, pp. 85-86.

⁸⁰ Luís Miguel MOREIRA, 2007 e 2011, p. 59-66.

⁸¹ Numa carta que dirigiu a D. Pedro II, Lescolles afirmava: “[...] por bem me fazer m.ce fuy visitar as fortificações e almazens das praças fronteiras desta prou.ca p^a de todo fazer aviso e relação ao dito senhor no seu Con.lho de Guerra com as plantas da maior parte dellas, nas quaes de presente estou trabalhando, e que com brevidade posiuel remeterey [...]” .Cfr. Alberto CASTRO, 1994, p. 186.

⁸² Cfr. Rafael MOREIRA, 1986, pp. 84-85 e António Matos REIS, 1989.

⁸³ Ver a carta que D. João de Sousa, Governador Militar da Província do Minho, enviou ao Secretário de Estado sobre os papéis que se encontraram de Miguel de Lescolles. Cfr. Luís GUERREIRO, 2001, p. 504.

⁸⁴ Sobre a obra de Vilalobos, no que respeita à sua vida de engenheiro militar como de arquitecto civil e religioso, ver a dissertação de Miguel SOROMENHO, 1991.

⁸⁵ Existem várias cópias dos exemplares que compõem este “álbum” nos arquivos portugueses, embora muitos dos exemplares não tenham autoria atribuída. Os exemplares que se conservam na Biblioteca Nacional de Portugal, na Área de Iconografia, estão assinados por Manuel Pinto Vilalobos e datados de 1713; o álbum existente na Sociedade de Geografia de Lisboa permanece anónimo, pelo que se poderá considerar uma cópia do da Biblioteca Nacional de Portugal. Alguns mapas “soltos” podem ser consultados no arquivo da Direcção de Infra-estruturas do Exército, ainda que sem data ou autoria atribuída.

Refira-se ainda que, após a morte do novo mestre desta Escola, o funcionamento da Academia foi assegurado por outros discípulos, onde se incluía o filho e o neto de Vilalobos. Um destes discípulos era José Fernandes Pinto Alpoim, engenheiro militar em Almeida, onde realizou alguns trabalhos cartográficos⁸⁶. Foi enviado para o Brasil em 1738, dirigindo a Aula de Artilharia da cidade do Rio de Janeiro (beneficiando da experiência acumulada em Viana e Almeida) e chefiou ainda a Comissão Demarcadora do Tratado dos Limites entre Portugal e Espanha, em 1750⁸⁷.

Em todo o caso, a Academia de Viana da Foz do Lima terá continuado o seu percurso, mesmo durante a segunda metade do século XVIII. Prova disso, é o “álbum” cartográfico da autoria de Gonçalo Luís da Silva Brandão, de 1758, intitulado *Topografia da Província de Entre Douro e Minho*, que inclui 24 desenhos das praças, fortes e vários troços da raia e do litoral da província, oferecido pelo autor, enquanto “discípulo” de engenharia na Província do Minho, ao então Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo⁸⁸.

Para além dos trabalhos deste autor, existem vários outros exemplares assinados por José Martins da Cruz, Ajudante de Infantaria com exercício de engenheiro, na Província do Minho, que elaborou um pequeno “atlas” constituído pelas plantas das principais vilas do Alto Minho, bem como dos fortes, ali existentes, no ano de 1759⁸⁹.

Em Almeida e Penamacor, a Aula liderada por Jerónimo Velho funcionava desde 1686, sendo o seu trabalho continuado por seu filho António Velho de Azevedo, a partir de 1703. Depois do alvará de 1732 que oficializou estas aulas, são conhecidas as actividades dos engenheiros Miguel Luís Jacob e António Bernardo da Costa que terão dado continuidade à Aula⁹⁰.

⁸⁶ Margarida Tavares da CONCEIÇÃO, 2002.

⁸⁷ José Fernandes Pinto Alpoim era neto de Manuel Pinto Vilalobos. António Matos REIS, 1995, pp. 188 e 189; Mário Clemente FERREIRA, 2001; Margareth da Silva PEREIRA, 2001, pp. 369-381 e Beatriz Siqueira BUENO, 2003, pp. 339-343.

⁸⁸ Este álbum encontra-se arquivado na Área de Reservados da Biblioteca Pública Municipal do Porto, sob a cota RES-Ms 1909 (1). Este álbum foi editado pela referida Biblioteca em 1994. Cfr. Maria Adelaide MEIRELES, 1994.

⁸⁹ Os vários exemplares cartográficos de Martins da Cruz encontram-se no Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar, na Direcção de Infra-estruturas do Exército português.

⁹⁰ Um resumo biográfico destes dois engenheiros pode ser consultado em Margarida Tavares da CONCEIÇÃO, 2002, pp. 284-285. Ver, ainda, o contexto da criação e o funcionamento desta Academia (p. 86). Sobre Miguel Luís Jacob, ver Margarida Tavares da CONCEIÇÃO, 2011.

Também em Elvas se terão oficializado as aulas que, desde o período da Guerra da Restauração, funcionavam com um carácter informal mas que, à semelhança de Almeida, também não terão tido grande continuidade.

O objectivo de criar uma série de Academias de Fortificação nas diferentes Províncias do Reino, era um projecto muito ambicioso que necessitaria, certamente, de um maior apoio por parte da Coroa, o que não terá acontecido, pelo que, entre as Academias criadas em 1701, apenas a Academia de Viana tinha funcionado e, mesmo assim, com escassos resultados⁹¹.

Não obstante todos estes contributos, o facto é que, em meados do século XVII, ainda se mantinha em vigor a imagem cartográfica de Portugal composta por Álvaro Seco em 1560/62 e amplamente divulgada por toda a Europa, graças às sucessivas reedições a cargo de cartógrafos, impressores e editores holandeses e flamengos como os já mencionados Ortelius e De Jode, e outros como Gerard Mercator ou Johan Blaeu.

Efectivamente, quando, em 1642, Brás Pereira de Miranda pretendeu ilustrar a *Frenteira de Portugal fortificada*, localizando as diferentes fortificações desenhadas por Duarte de Armas em 1510, utilizou como fundo cartográfico, uma cópia do mapa de Seco⁹². No entanto, no decorrer da Guerra da Restauração, surgiram outras imagens alternativas às anteriores. Uma vez que os três exemplares seleccionados nesta análise foram construídos num contexto específico de conflito militar, revelam características militares, diplomáticas e políticas, de acordo com a utilização de cada exemplar.

Mapa manuscrito de João Teixeira, post. 1640 (1642?)

Começamos por abordar, ainda que muito superficialmente, o mapa atribuído a João Teixeira Albernaz I, actualmente pertencente ao espólio da Biblioteca Nacional de

⁹¹ Cfr. Renata ARAUJO, 2006, p.17, citando a obra de Manuel de Azevedo Fortes de 1720: *Representação feyta à S. Magestade, que Deos guarde, pelo Engenheyro mor destes Reynos, sobre a forma e direcçam que devem ter os Engenheyros para melhor servirem ao dito Senhor neste Reyno, & suas Conquistas*.

⁹² Brás Pereira de MIRANDA, 1642.

Portugal, doado pela Fundação Calouste Gulbenkian, e que carece de um estudo aprofundado⁹³.

Trata-se de um exemplar manuscrito, não assinado, colorido, de grandes dimensões (132 x 234 cm), composto por seis pergaminhos colados, e com uma escala calculada em ca. 1:291 000. Infelizmente, após uma tentativa de restauro não muito feliz, o seu estado de conservação não é perfeito, pelo que se perderam muitos detalhes, inscrições e topónimos.

Está orientado para Este e as duas rosas-dos-ventos que ostenta indicam o Norte com uma flor-de-lis e o Oriente com a cruz da Ordem de Cristo. Encontra-se inserido numa esquadria composta por escalas duplas, de graus (divididos em minutos) e de léguas (de 18 ao grau). A escolha da orientação revela, claramente, a perspectiva dos decisores políticos e militares portugueses, numa época de planeamento de defesa das fronteiras terrestres e marítimas, na sequência da Restauração de 1640.

O espaço cartografado é, quase exclusivamente, o território peninsular português, delimitado por uma linha colorida que o distingue de Espanha. O efeito de separação da fronteira terrestre é reforçado pela configuração da rede hidrográfica que, muito à semelhança do mapa de Álvaro Seco, também parece estar fechada sobre os limites políticos do território português.

A figuração do escudo com as armas do “Reino de Portugal”, encimado pela Coroa da Dinastia de Bragança, parece complementar a “mensagem” transmitida pela imagem cartográfica, identificando claramente a existência de um reino individualizado no espaço peninsular.

O litoral apresenta uma configuração muito rectilínea, não se assinalando reentrâncias ou acidentes de costa importantes, apenas se destacando sobre o oceano alguns desenhos de barcos e de animais marinhos. No litoral sul, duas notas merecem referência: junto da Praia da Rocha está a indicação de “furnas onde se metião as tarafas dos mouros” e, junto do Cabo de S. Vicente, uma nota dá conta de um desembarque inglês que ocorreu em 1587 sob o comando do corsário Francis Drake,

⁹³ Sobre a vida e obra do autor, ver Armando CORTESÃO e Avelino Teixeira da MOTA, 1987, Vol. IV, p. 83. O mapa de Portugal foi comentado por Alfredo Pinheiro MARQUES na “Adenda de Actualização”, vol. VI, p. 111-112, na 2ª edição dos *Portugaliae Manumenta Cartographica*, 1987.

comentário que se repete junto de Peniche⁹⁴. A referência aos abrigos naturais aproveitados pelos marinheiros mouros também surge no mapa/vista entre Lagos e Portimão desenhado por Pedro Teixeira e incluído na sua *Descripción de España y de las costas e puertos de sus reinos*, “calas donde se metía galeotas de moros”⁹⁵.

Em termos gerais, a configuração do litoral parece ser semelhante à das versões de Álvaro Seco, do atlas da Real Biblioteca del Monasterio de El Escorial e à da reconstituição feita a partir do Códice de Hamburgo. Neste pormenor, distingue-se por completo dos mapas de Portugal elaborados pelo seu irmão Pedro em 1634 e 1662, que se caracterizam por apresentar uma linha de costa recortada e irregular estando a sua “silhueta” muito mais corrigida em termos longitudinais, por comparação aos exemplares cartográficos coevos⁹⁶. Tal poderá significar que João Teixeira Albernaz pode ter utilizado como protótipo uma versão do primeiro mapa de Portugal, utilizando-o como fundo cartográfico.

A figuração dos rios constitui o elemento que mais se destaca do fundo do mapa, pois apresenta um elevado grau de pormenor, mas não se pode estabelecer uma relação directa entre este mapa e os mapas e variantes de Álvaro Seco, nem mesmo com as folhas que compõem o mapa de Portugal que integra o Atlas do Escorial⁹⁷. Para além deste elemento natural, o autor ainda figurou o relevo e inúmeras árvores que cobrem o território nacional. Será necessário proceder a uma análise mais exaustiva aos topónimos e aos núcleos de povoamento para se estabelecer as ligações com as fontes utilizadas e com os mapas que se terão baseado neste manuscrito.

O mapa terá sido composto a partir de 1642, altura em que o rei D. João IV terá ordenado o levantamento de mapas actualizados da fronteira portuguesa a João Teixeira⁹⁸. Estes levantamentos de campo terão permitido coligir informações para a composição de mapas a várias escalas, quase todos de interesse militar. Assim, torna-

⁹⁴ Cfr. Armando CORTESÃO, 1965, p. 111 e Alfredo Pinheiro MARQUES, 1987, p. 112.

⁹⁵ Cfr. Felipe PEREDA e Fernando MARÍAS, 2002.

⁹⁶ Cfr. Suzanne DAVEAU, 2010, p. 198-199.

⁹⁷ Armando CORTESÃO, 1965, p. 111.

⁹⁸ Cfr. Suzanne DAVEAU, 2007, p. 18.

se inevitável estabelecer um paralelismo entre este mapa do conjunto de Portugal, e alguns exemplares regionais elaborados pelo mesmo autor⁹⁹.

Infelizmente, a falta de estudos seguros sobre este mapa inviabiliza qualquer tentativa de análise comparada entre este exemplar e qualquer outro contemporâneo. Desta forma, torna-se impossível, pelo menos para já, concluir se esta imagem cartográfica resulta de levantamentos autónomos, ou se é mais uma compilação de fontes anteriores ou mesmo se terá servido de base para as imagens de Portugal posteriores à segunda metade do século XVII, nomeadamente, se terá sido a principal fonte de informação para o mapa de Sanson que analisaremos de seguida, ou até se terá sido utilizado na composição dos mapas da Províncias de Portugal editados em Lisboa em 1730.

A existência deste mapa parece comprovar uma certa continuidade na produção de imagens manuscritas do país para consumo interno cujos exemplares eram mais ou menos actualizados e completados de acordo com os objectivos pretendidos pelas autoridades centrais¹⁰⁰.

O mapa de Portugal de Nicolas Sanson d'Abbeville, 1654

Um dos mapas de Portugal mais divulgados ao longo de toda a segunda metade do século XVII e mesmo durante o século XVIII, foi editado em Paris e data de 1654¹⁰¹. O mapa de Portugal compõe-se de duas folhas e tem por título *Parte Septentrional do Reyno de Portugal* e *Parte Meridional do Reyno de Portugal* é de autoria de Nicolas Sanson d'Abbeville¹⁰². Este autor é, muitas vezes, referido como o fundador da moderna Cartografia e Geografia francesas. Foi professor de Geografia do rei Luís XIII, que o nomeou engenheiro militar da Picardia e, mais tarde, geógrafo ordinário do rei e conselheiro de Estado. Sanson elaborou um mapa de França em trinta folhas,

⁹⁹ João Carlos GARCIA, 1998 e 2005. Veja-se o caso do mapa impresso da fronteira do Alentejo ou o mapa da correição de Santarém, manuscrito. Em ambos os exemplares se encontram elementos comuns com o mapa de Portugal.

¹⁰⁰ Cfr. Maria Fernanda ALEGRIA *et al*, 2007, p. 1042.

¹⁰¹ Embora não se conheça qualquer estudo específico sobre este mapa.

¹⁰² Torna-se incontornável consultar as obras de Mireille PASTOUREAU, 1981 e 1988.

utilizando a informação coligida pelos cartógrafos de Henrique IV que iniciaram os trabalhos de levantamento cartográfico a partir de 1607. No início da segunda metade do século XVII era o mais reputado cartógrafo de França¹⁰³.

A escala do mapa de Portugal é ca. 1:770 000 e cada uma das folhas apresenta uma dimensão de aproximada 42 x 54 cm. Na parte superior esquerda da folha Norte (septentrional), figura-se um navio com as armas de Portugal, onde o autor inscreveu na vela principal uma dedicatória ao “muito alto e muito poderoso Princi.^{pe} e senhor Dom Joam III, Rei de Portugal...”. As folhas estão orientadas com o Norte no topo¹⁰⁴.

No canto inferior esquerdo, surgem duas escalas gráficas, uma graduada em 40 mil “passos geométricos” e outra em 9 léguas comuns de Portugal, o que parece confirmar que o mapa se destinava a ser lido pelo público português. No canto inferior direito, o autor figura uma cartela onde consta o título, a data e a sua identificação enquanto “geógrafo ordinário del Rey Cristianíssimo, Com privilégio por 20 annos”, bem como a indicação de ter sido editado “em casa do autor”¹⁰⁵.

Tendo em conta que a Guerra da Restauração estava no seu auge, a dedicatória a D. João IV, declarando-o rei de Portugal, sugere a ideia de que o mapa possa ter correspondido a uma encomenda do próprio Duque de Bragança e Rei de Portugal - ou de alguém próximo da sua causa, como por exemplo o então embaixador português na Corte francesa, D. Francisco de Sousa Coutinho -, a um cartógrafo de uma nação aliada que mantinha relações privilegiadas com o poder político. Torna-se assim claro que o mapa surgiu como um instrumento de propaganda política e diplomática da Casa de Bragança, na tentativa de se afirmar, perante o público europeu, como herdeira legítima do trono português, especialmente no ano em que as forças portuguesas tinham obtido uma vitória militar sobre os holandeses e, desse modo, haviam

¹⁰³ . Sanson foi um agente do Estado e, ao mesmo tempo, um comerciante de Cartografia. Tornou-se no protótipo de “Geógrafo de Gabinete” imitado em toda a Europa até aos finais do século XVIII. Os seus trabalhos foram continuados pelos dois filhos, Adrien e Guillaume, pelo seu neto e bisneto Gilles e Didier Robert de Vaugondy respectivamente. Cfr. Mary PEDLEY, 1992 e Christine Marie PETTO, 2007.

¹⁰⁴ Embora se possa admitir que este mapa datado de 1654 tenha circulado em folha solta, o facto é que só conheceu uma ampla divulgação quando integrado no famoso *Atlas Universel* publicado por Sanson, em 1657.

¹⁰⁵ Este mapa sucedia a um exemplar datado do ano anterior (1653) e de menor dimensão denominado *Les Etats de la Couronne de Portugal en Espagne par le S.Sanson d'Abbeville Geogr ordre du Roy*. A Paris, Chez Pierre Mariette Rue S. Jacques a l'Esperance avec Privilege pour vingt ans.

reconquistado o Brasil¹⁰⁶. E nada melhor do que fazê-lo através de um dos mais reputados geógrafos franceses, cujos trabalhos eram reconhecidos em toda a Europa.

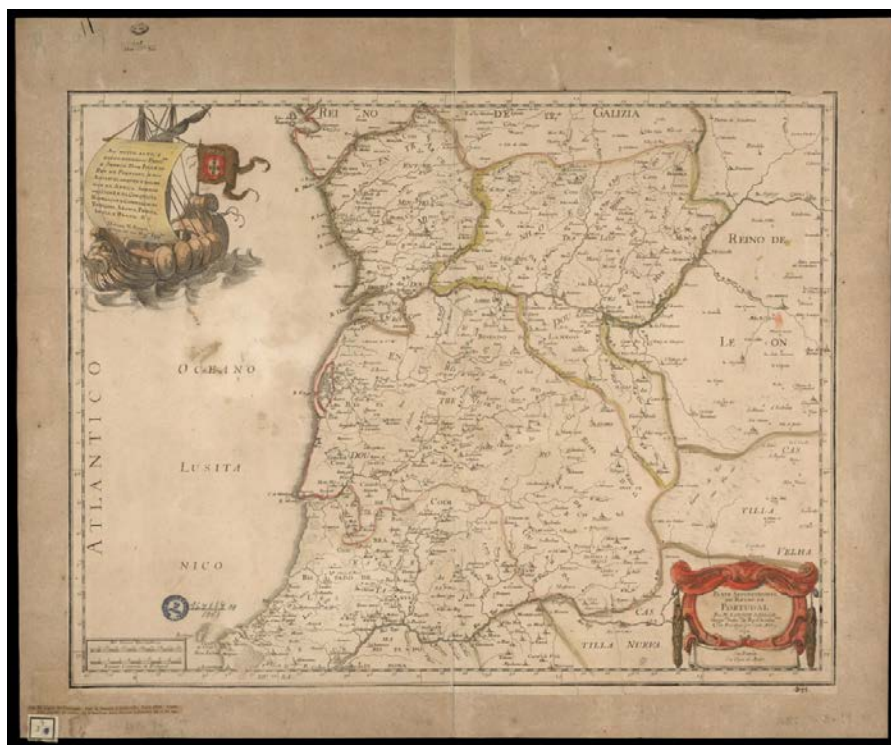


Figura 4 - Parte Setentrional do Reino de Portugal, Nicolas Sanson d'Abbeville, 1654. B.N.R.J.



Figura 5 - Parte Meridional do Reino de Portugal, Nicolas Sanson d'Abbeville, 1654. B.N.R.J.

¹⁰⁶ Sobre a propaganda a favor de D. João IV e da Casa de Bragança, ver o capítulo 3 da obra de Rui BEBIANO, 2000.

No entanto, ainda que a hipótese mais plausível para a publicação do mapa de 1654 seja a de se tratar de uma encomenda oficial, uma outra deverá ser levantada. Como era usual na época, os geógrafos/editores cartográficos procuravam obter o patronato real ou outro, dedicando os seus trabalhos em cartelas muito decoradas. Esta estratégia, que hoje poderíamos denominar de *marketing*, garantia ao autor publicidade, autoridade (por ser o “geógrafo do rei” ou de um determinado aristocrata ou autoridade eclesiástica) e, muitas vezes, a tão almejada protecção financeira que lhes permitia sobreviver num mercado muito frágil como era o caso do comércio dos mapas.

Assim, a composição do mapa de Portugal pode ter sido da exclusiva vontade de Sanson com o intuito de alargar o seu negócio e alargar a rede de possíveis compradores, aproveitando as circunstâncias especiais do mercado, num contexto de uma guerra que envolvia militares franceses que, certamente, se sentiam necessitados de mapas do país¹⁰⁷.

No mapa de Sanson, a configuração do litoral português apresenta alguns caracteres distintos, - como por exemplo a linha de costa da Província de Entre Douro e Minho – mas parece, no seu conjunto, ter sido copiada a partir do mapa de Seco, pelo menos a avaliar pela configuração de alguns troços específicos como a Ria de Aveiro ou estuários dos rios Mondego e Sado.

O mapa da figura 6, corresponde ao decalque da rede hidrográfica das duas folhas do mapa de Sanson. Como se comprova pela sua análise, de uma forma geral, estamos perante uma distribuição relativamente equilibrada, ainda que as províncias da Beira e do Alentejo apresentem uma maior concentração de cursos de água, que se comprova tendo em atenção o número de rios identificados naquelas duas províncias (ver tabela 1). Tal como no mapa de Álvaro Seco, as áreas de fronteira, apresentam muito pormenor na figuração da rede hidrográfica.

O autor procurou ser minucioso na forma como desenhou a rede hidrográfica, tentando identificar o maior número possível de rios, complementando-os com a

¹⁰⁷ Para se compreender todo este ambiente de mecenato e produção cartográfica, particularmente em França, veja-se Christine Marie PETTO, 2007.

figuração dos seus afluentes, ainda que, nem sempre, os nomes atribuídos tenham correspondência com os nomes habituais ou mais conhecidos. Uma análise mais atenta à rede hidrográfica da Província de Entre Douro e Minho, permite verificar as alterações introduzidas por Sanson (figuras 7 e 8); por comparação com o mapa de Álvaro Seco, editado em Antuérpia por Ortelius, em 1570, Sanson identifica um maior número de rios e utiliza nomes mais familiares do que aqueles que figuram no mapa Quinhentista, e que só terá sido possível com recuso à utilização de outras fontes.



Figura 6 - Rede hidrográfica do mapa de Portugal, de Sanson, 1654.



Figura 7 - Rede hidrográfica da Província de Entre Douro e Minho no mapa de Portugal de Sanson, 1654.



Figura 8 - Rede hidrográfica da Província de Entre Douro e Minho no mapa de Portugal de Álvaro Seco, versão Ortelius, 1570.

A orografia foi representada por pequenos montes em perspectiva levemente marcados, não sobrecarregando o fundo do mapa, e, ainda que estes localizem as principais serras portuguesas, a verdade é que o autor apenas indica sete delas. Sanson identificou a Serra de Alcoba (Bussaco) na Província da Beira e, embora tenha representado um conjunto de pequenos montes que delimitam uma área montanhosa, não refere a Serra da Estrela. As restantes serras identificadas são: no Entre Douro e Minho, *Strica* e *Soaio*, em Trás-os-Montes, *Momil* e *Pebordãos*, no Algarve, *Monchique* e *Calderaom*. Nenhuma serra foi identificada no Alentejo. Como se comprova, neste particular, o autor não acrescenta muito aos mapas de Portugal baseados no de Álvaro Seco.



Figura 9 - Pormenor da representação do relevo no mapa de Portugal de Sanson, 1654.

Finalmente, uma pequena referência para a inclusão de algo que parecem ser “manchas” florestais: na Província de Trás-os-Montes, foi representado um “bosque” entre Monforte de Rio Livre e Mirandela; na Beira, três pequenas “matas” encontram-se a sul de Lavos; na Estremadura, existe um grande bosque junto a Lourinhã, tanto na folha norte como na folha sul; no Alentejo existe um bosque junto de Monsaraz e no Algarve um outro entre Alcoutim e a foz do Guadiana.

Ao analisarmos o conteúdo do mapa de Sanson, constamos que revela bastante pormenor, tanto na toponímia como na divisão administrativa e eclesiástica, representando os limites das antigas Províncias (Comarcas), das Comarcas (correições), dos Arcebispados e dos Bispados, adquirindo, dessa forma, um carácter especial pois

muitos dos mapas anteriores não incluíam esta subdivisão administrativa¹⁰⁸. O nome das províncias encontra-se escrito a capital romana de maior dimensão; depois surgem os nomes dos bispados, também em letra romana mas de menores dimensões e, finalmente, as comarcas em itálico e letra minúscula.

Assim, o mapa pode ser considerado pioneiro neste tipo de Cartografia, dado que os anteriores mapas de Portugal – nomeadamente o de Álvaro Seco e suas variantes - não apresentavam a divisão interna tão pormenorizada¹⁰⁹. Nesta divisão administrativa e eclesiástica continua a figurar a Comarca de Pinhel (que na versão Álvaro Seco era denominada Riba de Coa) integrada na Província de Trás-os-Montes, característica que se prolongou mesmo pelo século XVIII¹¹⁰.

O autor atribuiu uma hierarquia na figuração destas divisões. Começou por identificar uma divisão geográfica, assente nos rios principais - Entre Minho e Douro; Entre Douro e Tejo e Entre Tejo e Guadiana - cujo nome foi escrito a capital romana. Dentro desta primeira divisão, surgem as províncias, cujo nome também foi escrito em letras maiúsculas mas num tamanho um pouco mais reduzido; seguidamente, o nome dos bispados, também em maiúsculas mas de menor dimensão e finalmente, o nome das comarcas em letras minúsculas.

O povoamento foi representado por símbolos diferentes que, à partida, deveriam configurar uma hierarquia específica. No entanto, essa leitura não se torna tão linear. De facto, no mapa, são facilmente identificados três símbolos diferentes para a representação das diferentes povoações: um conjunto de edifícios para as localidades mais importantes, quase sempre cidades ou sedes de bispado (neste caso o símbolo acrescenta uma cruz e no caso das cidades arquiépiscopais, uma cruz dupla), no entanto, algumas localidades foram representadas com um símbolo semelhante,

¹⁰⁸ Refira-se que Sanson era especializado na produção de Cartografia temática, pois, para além de mapas históricos, também publicou um mapa dos correios e um mapa hidrográfico de França (em 1632 e 1634, respectivamente) e editou, a partir de 1648, mapas regionais de França representando os limites das divisões eclesiástica e administrativa. Sobre os mapas históricos de Sanson, ver Catherine HOFMANN, 2000, pp. 103-104.

¹⁰⁹ Uma importante Reforma Administrativa foi ordenada por D. João III, durante a década de 30 do século XVI, após a realização do Numeramento Geral do Reino. Nesse momento, as seis Comarcas existentes no Reino (a partir de então denominadas Províncias ou Regiões), foram reformuladas e subdivididas num total de 27, assim se mantendo até meados do século XVII. Desta forma, as seis províncias apenas tinham uma função corográfica e geográfica e não administrativa. Cfr. António Manuel HESPANHA, 1994, p.96-101, Joaquim Romero de MAGALHÃES, 1997, p.38-42, e Ana Cristina Nogueira da SILVA e António Manuel HESPANHA, 1998, p.35-41.

¹¹⁰ Cfr. Suzanne DAVEAU, 2002, pp. 86-88.

ainda que não fossem nem cidades nem sedes de bispado. É o caso de Santarém, de Viana, de Vila Real, de Idanha-a-Velha (era a antiga sede episcopal, tendo sido substituída pela Guarda), de Setúbal, de Alcácer do Sal, de Estremoz e de Mértola. As outras localidades, imediatamente mais importantes, foram representadas com um símbolo equivalente a três casas juntas e as restantes apenas com um círculo, para a sua localização.

Ainda que tenha sido composto em plena Guerra da Restauração e, muito provavelmente, tenha sido utilizado como elemento de propaganda política, este mapa nada revela sobre as movimentações militares na fronteira portuguesa.

Embora a imagem cartográfica de Portugal tenha sido modificada, o trabalho de Sanson parece corresponder ao de um geógrafo de gabinete, que colige informações provenientes de diversas fontes, apurando resultados, corrigindo posições, mudando topónimos, acrescentando ou apagando pormenores, dando origem assim a diferentes imagens. Sobre as fontes utilizadas para a composição deste mapa, diria Pedro de Campomanes, em 1762: “Nicolás *Sanson* en 1654 publicó outro Mapa de este Reyno dedicado a Juan IV. Es muy de creer se hizo esta edicion sobre la obra manuscrita, y memorias de que se valió Teixeira. Esta carta de Sansón trae distinguidas las *comarcas*: lo qual faltaba en la de Teixeira”¹¹¹. Embora seja de admitir que Sanson tenha recorrido a documentos manuscritos, sendo, ou não, os mesmos de que se valeu Teixeira, também será de admitir que terá recorrido a fontes impressas, textuais ou cartográficas. Neste caso, para além de todos os mapas de Portugal que circulavam naquela época e que constituíam versões e variantes diferentes das primeiras edições do mapa Álvaro Seco, devemos avançar como uma das fontes possíveis o mapa impresso em Madrid por Juan Schorquens (ou Jan Schorkens).

Schorquens (1595-1630) era natural de Antuérpia e foi um dos vários gravadores flamengos contratados para servirem a Corte de Espanha e por muitos considerado um dos melhores na arte de gravação do seu tempo. Terá chegado a Sevilha em 1617, mas rapidamente se estabeleceu em Madrid, onde permaneceu entre 1618 e 1630, data da sua morte. Em 1622 gravou aquela que é uma das suas obras mais conhecidas, uma vista de Lisboa segundo o pintor Domingos Vieira, incluída

¹¹¹ Pedro de CAMPOMANES, 1808, P. VIII-IX.

na obra de João Baptista Lavanha *Viagem da Cathólica Real Magestade del Rei D.Filipe II. Que Esta em Gloria ao seu Reino de Portugal, e relação do Solene Recebimento, que nelle se lhe fez* e que conheceu duas edições, uma em português e outra em castelhano¹¹².



Figura 10 – Descripción del Reino de Portugal, Jan Schorquens, ca. 1617-1630. B.N.F.

¹¹² Sousa VITERBO, 1909, p.11. Para se compreender todo este contexto da contratação de gravadores e impressores flamengos para trabalharem em Madrid, ver Javier BLAS, María CRUZ DE CARLOS y José Manuel MATILLA, 2011.

Para além do mapa de Portugal, não são conhecidos a Schorquens outros trabalhos cartográficos. Este mapa, que se encontra na Bibliothèque Nationale de France, tem 46 x 32 cm e uma escala de ca. 1:917 000, está enquadrado numa dupla esquadria, sendo a interna graduada em latitudes e longitudes e contendo a indicação dos respectivos pontos cardeais: “Septentrion”, “Oriente”, “Medio Dia” e “Occidente” e para além do território português, o mapa representa, também, uma parte do território espanhol contíguo à Raia¹¹³. Do fundo do mapa destaca-se a rede hidrográfica, o relevo - representado por pequenos montes - e os núcleos populacionais, figurados pictoricamente com um conjunto de casas, maior ou menor, de acordo com a sua “importância” e, tal como no mapa de Álvaro Seco, na ausência de uma rede viária, o autor destacou as pontes que permitiam a passagem sobre os rios.

Embora tenhamos de ter em conta que a diferença de escala entre os dois mapas é de quase o dobro, uma análise atenta a alguns dos fenómenos permite estabelecer uma filiação entre os dois. Para além da coincidência que se verifica nos topónimos – à partida poderíamos pensar que o mapa de Schorquens, por ter sido elaborado numa escala mais pequena fosse menos exaustivo em termos toponímicos, o que não se verifica -, também a rede hidrográfica é bastante coincidente. Em todo o caso, salienta-se a figuração dos bosques em ambos os mapas e nas mesmas áreas do território de Portugal, o que já não se verifica nos mapas contemporâneos baseadas em Álvaro Seco. Tomemos como exemplo a representação do estuário do Tejo nos dois mapas (figura 10), para se ver a coincidência dos fenómenos evidenciados, em especial o pequeno bosque localizado entre a Lourinhã e o Cadaval e as ínsuas no estuário do tejo.

Em todo o caso, importa ter presente que Schorquens “apenas” terá sido o gravador do mapa, pelo que resta saber se o fez a pedido de alguém e com que informação de base, ainda que, o seu convívio na capital espanhola daquela época lhe permitisse aceder a importantes personalidades da Geografia e da Cartografia ibéricas, como era o caso, como se disse, de João Baptista Lavanha.

¹¹³ B.N.F., G.E.D.D. - 626 (21 res)



Figura 11 – Pormenor do estuário do rio Tejo nos mapas de Portugal de Jan Schorquens, ca. 1617-1630 e de Nicolas Sanson, 1654.

Sanson foi mesmo o paladino não só de uma metodologia de trabalho, como de todo um negócio editorial que será copiado pelos seus principais concorrentes, franceses e estrangeiros, e que permitirá fazer com que a Cartografia francesa, particularmente a terrestre, se tornasse referência em toda a Europa das Luzes.

Em todo o caso, o mapa, em folha solta ou integrado num atlas, foi um sucesso editorial pois serviu de fonte para muitos outros mapas posteriores, incluindo os trabalhos da família Vaugondy na segunda metade do século XVIII, como teremos oportunidade de analisar¹¹⁴.

O mapa de Portugal de Pedro Teixeira Albernaz, 1662

Para além do atlas das costas da Península Ibérica, o cartógrafo português ao serviço da Coroa espanhola, Pedro Teixeira Albernaz, levantou um mapa de Portugal publicado, postumamente, em Madrid no ano de 1662 e que substituiu, no circuito cartográfico europeu, o mapa de Álvaro Seco, conhecendo uma ampla circulação na Europa nas décadas seguintes. O levantamento para a composição deste mapa de Portugal terá decorrido entre as décadas de 1620 e 1630, ainda que, de acordo com algumas fontes, Pedro Teixeira tenha percorrido as fronteiras de Portugal, da França e da Catalunha, logo após o início da rebelião nestas duas nações, o que a ser verdade lhe terá permitido obter mais informações importantes que, eventualmente, terão sido acrescentadas ao mapa manuscrito original¹¹⁵. Na opinião de João Bautista de Castro, em 1749, o mapa era “... o mais correcto, que tenho visto quanto à expressão dos nomes das terras”¹¹⁶.

Existem poucos exemplares deste mapa nos principais arquivos nacionais. Na Bibliothèque Nationale de France existem dois, correspondendo a duas versões diferentes, tendo um deles sido reproduzido e analisado no volume IV dos *Portugaliae Monumenta Cartographica* pois, na época, era o único exemplar conhecido¹¹⁷. Este mapa foi impresso em quatro folhas coladas, com dimensões totais de 75 x 105 cm (que variam ligeiramente de exemplar para exemplar), tendo por título *Descripcion del Reyno de Portugal y delos Reynos de Castilla que parten com su frontera delineada por D. Pedro Teixeira dedicada a la Magestad del Rey Nro S^í. D. Felipe 4^o por Joseph Lendinez de Guevara*, cuja cartela é ladeada pelas armas de Espanha e de Portugal,

¹¹⁴ Sobre o trabalho desta família de cartógrafos franceses, ver a obra de Mary Sponberg PEDLEY, 1992.

¹¹⁵ Felipe PEREDA e Fernando MARÍAS, 2002, p. 17.

¹¹⁶ João Bautista de Castro, 1749, p.141.

¹¹⁷ Este exemplar encontra-se sob a cota: BNF Ge AA 1414.

encimadas por uma coroa idêntica¹¹⁸. O mapa apresenta o Oeste (ou para “Ocidente” de acordo com a rosa-dos-ventos presente nas versões mais completas deste mapa), tal como o mapa de Álvaro Seco.

O outro exemplar está colado sobre tela e difere da anterior versão, na medida em que não apresenta nem o título, nem as armas dos dois reinos Ibéricos, nem, tão pouco, a rosa-dos-ventos¹¹⁹. Para a nossa análise, utilizámos o exemplar disponibilizado *online* pelo Arquivo Militar da Suécia, confrontando-o, sempre que foi necessário, com o exemplar da colecção do Professor Nabais Conde que, muito gentilmente, nos concedeu livre acesso aos seus mapas. Este mapa apresenta as mesmas características do mapa de Paris que, à semelhança deste, também não tem título.

¹¹⁸ José Lendinez de Guevara era genro de Pedro Teixeira.

¹¹⁹ Este exemplar conserva-se sob a cota: BNF Ge B 1445. Os outros exemplares de que temos conhecimento, encontram-se no Archivo Cartografico y de Estudios Geograficos del Centro Geográfico del Ejército, em Madrid, que, pelas suas características gerais, se aproxima do exemplar de Paris, incluído nos *Portugaliae*. O exemplar foi reproduzido por Luís MAGALLANES PERNAS, 2005, p.116. Outro exemplar semelhante é aquele que se encontra na Biblioteca Nacional de España (GM/62 g h 1) e reproduzido em Felipe PEREDA e Fernando MARIAS, 2002, p. 14; há referências antigas da existência de um outro exemplar na biblioteca da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos da América (cfr. Benjamim PEIRCE, 1830, Vol. III p. 133) e outro exemplar faz parte do acervo cartográfico do Arquivo Militar da Suécia, cota 0401:03:A:01, disponível em linha através do sítio www.riksarkivet.se.

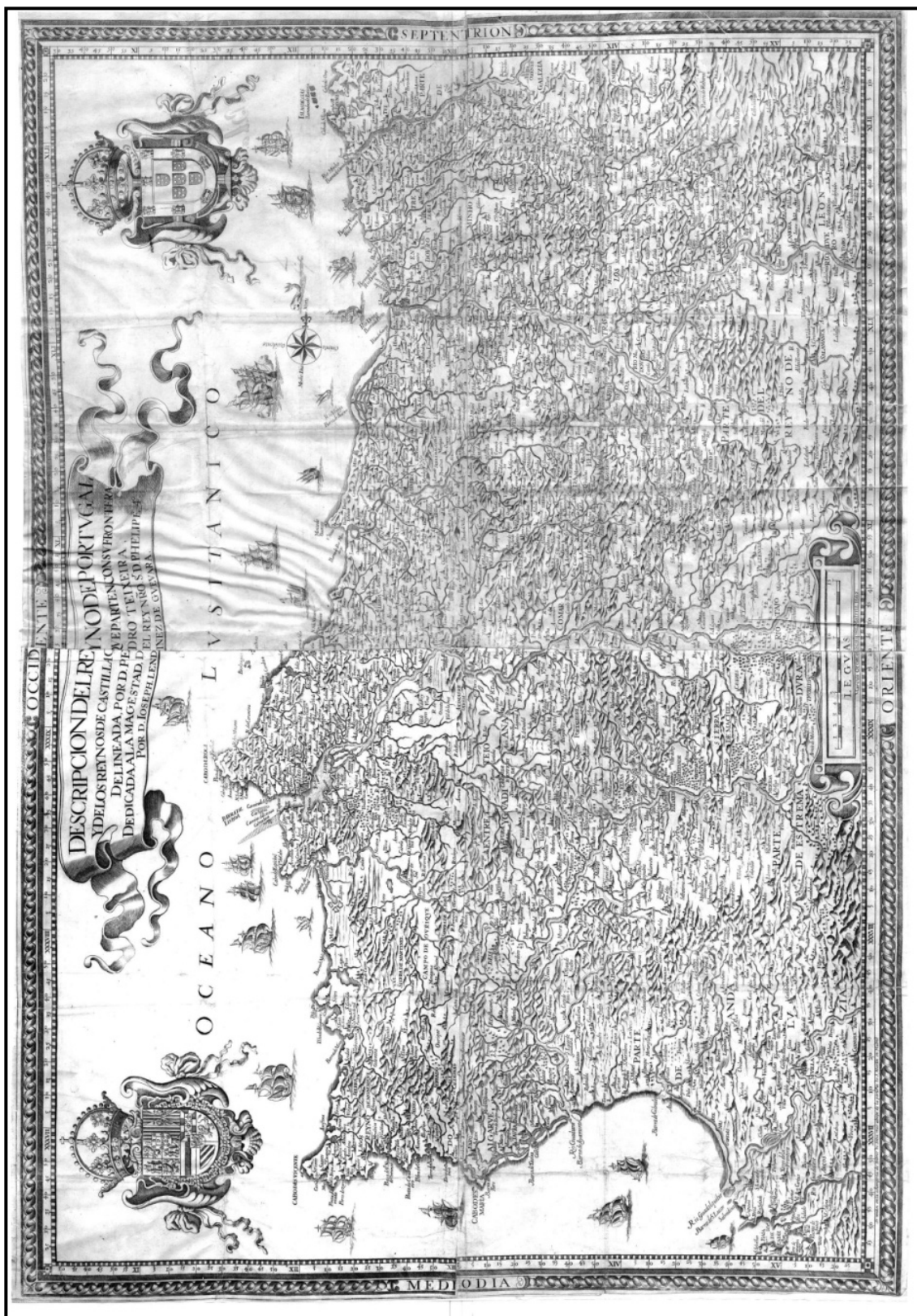


Figura 12 - Descripcion del Reyno de Portugal..., Pedro Teixeira Albernaz, Madrid, 1662, A.M.S.

O mapa de Pedro Teixeira de 1662 está dentro de uma dupla esquadria sendo a interna dividida em graus e minutos, quer de latitude, quer de longitude. Fora da esquadria interna, foram identificados os quatro pontos cardeais: “Occidente”; “Septentrion”; “Oriente” e “Mediodia”.

Na margem inferior do mapa, uma pequena cartela contém uma escala gráfica de 15 léguas, o que permite calcular a escala do mapa em ca. 1/680 000, bem como a indicação que foi gravado em Madrid por Marcus Orozcu em 1662. No canto inferior esquerdo e já fora da dupla esquadria está a indicação: “Se venden en la estamperia de Andres de Sotos mas abajo de la porteria de S. Martin en Madrid”, o que parece indicar que o mapa foi impresso, também, para ser divulgado junto de um público mais vasto, procurando-se, desse modo, garantir um sucesso editorial, e não ficar reservado ao uso exclusivo dos militares, ainda que estes fossem os principais interessados.

Os limites de Portugal, na raia seca, foram representados por uma dupla linha pontuada, e é linha única se a fronteira coincidir com um rio. Nalgumas versões a fronteira foi colorida. Os contornos do litoral ostentam inúmeros pormenores, apresentando um aspecto muito recortado, que pode ter resultado dos eventuais trabalhos de levantamento hidrográfico efectuados pelo autor na década de 1620¹²⁰. Efectivamente, se compararmos o litoral deste mapa com o do mapa manuscrito de 1634, ainda que sejam mapas de escalas diferentes, verificamos que já então figuravam os elementos mais característicos do litoral português observados no mapa de 1662: a configuração da “ria de Aveiro”, as ínsuas e os “cachopos” na desembocadura do rio Tejo ou as lagunas na Península de Tróia. Também a orla litoral se encontra decorada com barcos de vários tipos e tamanhos.

Tal como Sanson, Teixeira procurou representar a rede hidrográfica de forma bastante completa e detalhada, ainda que o número de rios identificados seja consideravelmente menor (ver tabela 2). Tendo como base de comparação o mapa de Portugal incluído na *Descripción de España*, verifica-se que apesar de Teixeira ter corrigido o erro na identificação dos rios do Entre Douro e Minho, podem encontrar-se outros erros de identificação, sendo o mais notório o facto de o autor ter confundido o rio Tua com o Tâmega. Como se pode observar na figura 10, a rede hidrográfica é

¹²⁰ Maria Helena DIAS, 2001, p. 30.

bastante densa em todo o território, sendo até mais completa que a do mapa de Sanson, na Província de Trás-os-Montes, e que pode dever-se ao facto de Pedro Teixeira ter estado em Zamora desde 1641 para ajudar nos preparativos da campanha militar de Espanha contra Portugal¹²¹.

¹²¹ Felipe PEREDA e Fernando MARÍAS, 2002, p. 17.

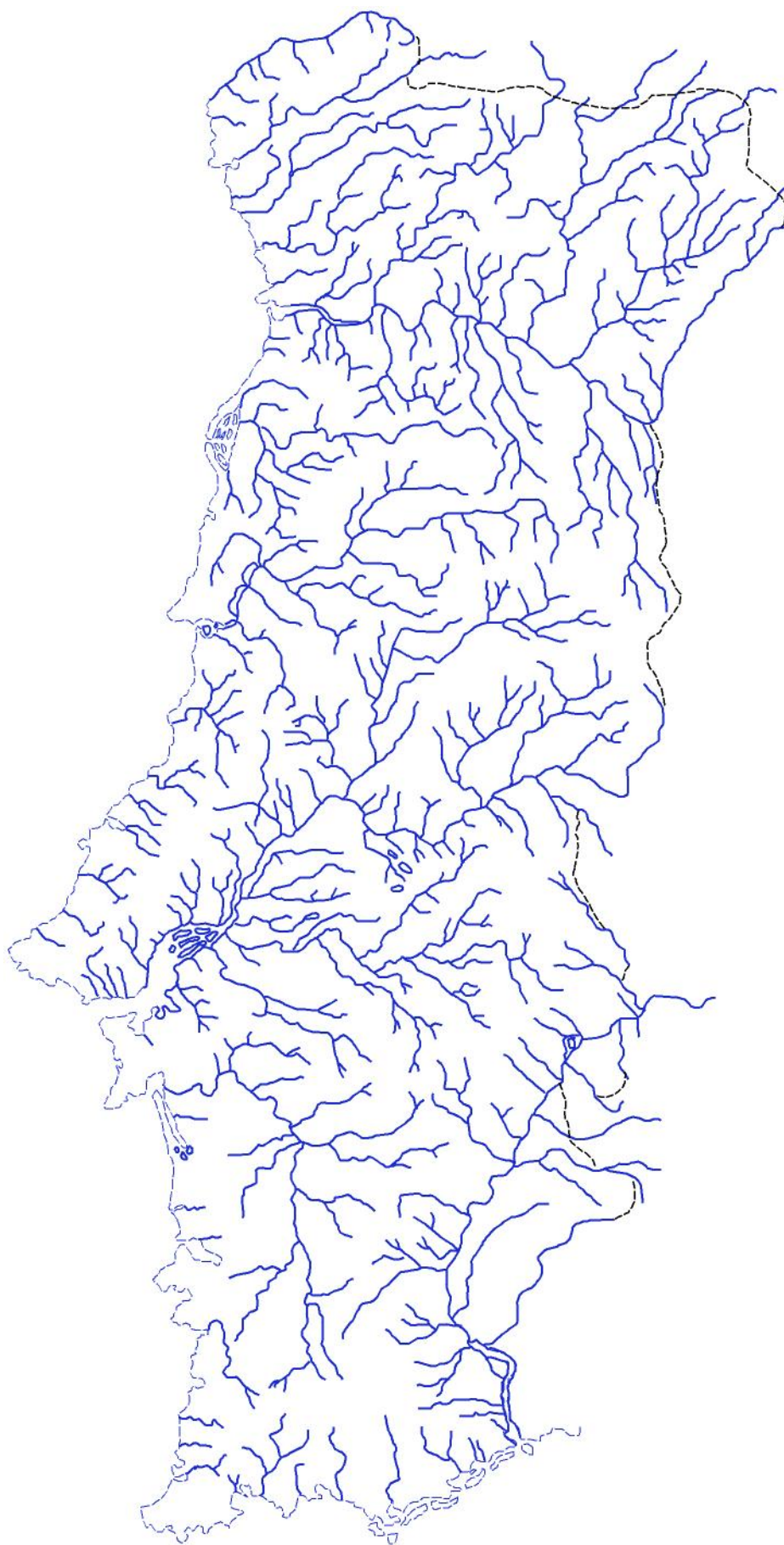


Figura 13 - Rede hidrográfica no mapa de Portugal de Pedro Teixeira, 1662

A orografia foi representada de acordo com a técnica habitual de pequenos montes em perspectiva mas, desta vez, a sua figuração foi feita de forma mais vincada e notória quando comparada com a técnica usada por Sanson em 1654. Também na identificação dos acidentes orográficos o autor foi mais minucioso. Assim, foram referidas doze áreas montanhosas (no atlas de 1634 o autor apenas havia identificado quatro) à maioria das quais o autor dá o nome de *Serra* ou *Sierra*, a saber: a Norte do Douro, as serras de *Soaio*, *Pineda*, *Gires*, *Amarão*; entre o Douro e Tejo, *Montemuro*, *Alcoba*, *Estrela*; a Sul do Tejo, *As Cimas de Ourém*, *Martinel*, *S. João*, *Caldeirão* e *Monchique*. Curiosamente, o topónimo “serra de montoio” presente no mapa de 1634, na Província de Trás-os-Montes, desapareceu neste mapa.



Figura 14 - Detalhe da representação do relevo no mapa de Portugal de Pedro Teixeira, 1662.

A distribuição da vegetação foi representada por pequenas árvores dispersas mas que não chegam a formar “manchas” florestais perfeitamente delimitadas. Em todo o caso, o território a sul do rio Tejo, especialmente a península do Sado e a serra algarvia, apresentam uma maior densidade arbórea do que o território situado a norte do Tejo.

Ainda que o autor não tenha figurado os limites internos, não deixou de identificar uma divisão administrativa composta pelo “Entre Douro y Minho”, “Tras Los Montes”, “Comarca da Beira”, “Riba de Coa”, “Entre Tejo y Guadiana” e “Reyno do Algarve”. Para o nome desta divisão interna, foi usada a letra capital romana de maior dimensão, sendo que, o nome das cidades e das serras, também foram escritas no mesmo tipo de letra mas de tamanho mais pequeno.

Os núcleos de povoamento foram representados com um símbolo urbano, maior ou menor, de acordo com a dimensão e/ou a importância do local figurado.

Neste particular a simbologia varia entre as localidades figuradas apenas com um torre e aquelas que apresentam um casario com várias torres, normalmente cidades ou vilas. Estes topónimos, assim como o nome dos rios, foram inscritos em *itálico*. A hierarquia eclesiástica das localidades não mereceu especial atenção por parte do autor.

Habitualmente, considera-se tardia a edição deste mapa, pois uma versão preparatória e manuscrita já estava pronta anteriormente, a ela referindo-se Pedro Teixeira numa consulta do Conselho da Guerra na década de 1640¹²². Em todo o caso, devemos ter em conta que o mapa foi elaborado, primeiramente, para servir os interesses das autoridades espanholas que pretendiam controlar e reconquistar o território português¹²³.

Precisamente nesse ano de 1662, o exército espanhol lançou uma ofensiva sobre o Alentejo, comandada por D. João José de Áustria, conquistando as praças de Arronches e Juromenha, assim como outras povoações. No Minho, um exército de 18 000 homens tentou conquistar o Porto mas, apesar de ter invadido o Alto Minho, foi contido pela acção do 3º Conde do Prado¹²⁴.

Deste modo, os elementos e fenómenos de cariz militar, assumem particular destaque neste mapa. De facto, foi com grande pormenor que o autor representou e localizou as principais obras de fortificação ao longo da linha de costa e da fronteira portuguesa. O cartógrafo teve, até, o cuidado de figurar as localidades com recinto amuralhado à “moderna”, e deu conta de algumas das principais movimentações militares que ocorrem nos anos antecedentes. Neste particular, o mapa distancia-se do de 1634 e denuncia a sua clara intenção militar.

Tomando a fronteira do vale do Minho como espaço de análise, podemos verificar que, do lado português, o autor representou as povoações de Melgaço, Monção, Lapela e Valença com os respectivos circuitos abaluartados. A estas acrescentou o forte de S. Luís Gonzaga, construído pelo exército espanhol na povoação

¹²² Felipe PEREDA e Fernando MARÍAS, 2002, p. 17-18.

¹²³ Fernando CORTÉ CORTÉS, 1989, p. 20-23, a propósito da campanha militar de 1662 refere: “o conhecimento das actuações, movimentos e composição numérica do exército português constitui preocupação dos sucessivos Capitães Generais do Exército que desde a Estremadura se opõe ao português, ao mesmo tempo que se divulga o conhecimento da Geografia do território inimigo”. Esta Geografia correspondia, muito provavelmente, ao mapa de Pedro Teixeira, distribuído por ordem do Exército, tal como dá conta uma fonte coeva identificada pelo autor.

¹²⁴ Nuno Gonçalo MONTEIRO, 2004, pp. 277-281.

portuguesa de S. Pedro da Torre, aquando da última ofensiva sobre aquele troço de fronteira. Na margem galega, para além de Salvaterra, que até poucos anos antes tinha estado na posse de Portugal, também figura o forte de S. Tiago de Aytona, construído pelos espanhóis para controlarem a progressão portuguesa, e o forte de Amorim frente a Vila Nova de Cerveira, que o exército português iria conquistar na contra-ofensiva seguinte¹²⁵.

No Alentejo foram representadas as fortificações modernas de Mourão, Olivença, Juromenha, Elvas, Estremoz, Arronches e Campo Maior, às quais se opunham, no lado espanhol, as fortificações de Badajoz, Albuquerque, Telená e Valência de Alcântara. Na fronteira da Província da Beira, apenas Almeida exhibe muralhas “à moderna”, sem que nenhuma povoação espanhola fosse representada dessa forma, tal como acontece num e noutro lado da fronteira da Província de Trás-os-Montes.

Estes pormenores não deixam de revelar uma actualização dos conhecimentos estratégicos na fronteira, obtidos, certamente, quer através de reconhecimentos efectuados pelo próprio autor ou pelas autoridades militares, quer através da espionagem.

Ao contrário do mapa de Sanson, o trabalho cartográfico de Pedro Teixeira – talvez porque para além do trabalho de gabinete também assentou em levantamentos cartográficos no terreno – foi, posteriormente, acolhido pela comunidade científica portuguesa com alguma atenção, tendo Azevedo Fortes considerado que, apesar de todas as falhas identificadas, este era o melhor mapa do conjunto do território nacional que, até então (1721), existia¹²⁶.




Na tentativa de sistematizarmos a informação recolhida na análise aos exemplares do século XVI-XVII, e de forma a identificarmos a “genealogia” dos diferentes mapas, decidimos compor uma tabela onde figuram alguns elementos

¹²⁵ Ver José Ramón SORALUCE BLOND, 1985 e Jaime GARRIDO RODRIGUÉZ, 2001.

¹²⁶ Diz Azevedo Fortes, na sua alocução dirigida à Academia Real da História, em 27 de Maio de 1721: “(...) que não tinha noticia de que houvesse cartas Geograficas dos Bispados, e que sendo a geral deste Reyno feita por Teixeira, a que se julga mais correcta, he em algumas partes tão defectuosa, que lhe pareceo necessario fazer huma tão exacta como pede a verdade da Historia, que se ha de compor (...)”. Apud. João Carlos GARCIA, 2006, p. 150.

comparativos entre os mapas de Portugal de Álvaro Seco, Nicolas Sanson e Pedro Teixeira Albernaz. Esta tabela constituirá, ela própria, uma importante ferramenta de trabalho para posterior análise dos exemplares cartográficos do século XVIII.

Selecionamos elementos naturais como alguns rios e as montanhas, bem como alguns acidentes da costa portuguesa, como a “Ria” de Aveiro, a foz do Mondego, os estuários do Tejo e do Sado e o contorno da Costa Vicentina. No caso particular de alguns rios, foi necessário considerar o nome não apenas de um curso, mas dos diferentes nomes inscritos sobre a mesma rede hidrográfica. Quanto às serras, limitámo-nos a registar a sua identificação, sem qualquer preocupação com a localização das mesmas.

Elementos comparativos	Álvaro Seco (versão Ortelius, 1570)	Nicolas Sanson 1654	Pedro Teixeira 1662
Rio Cávado	Mourilhe	Cávado	-
Rio Ave	Dius + Solho + Pé	Daves + Solho + Pé	Dave + Solho
Rio Tua/Tuela	Tuela	Tuela	Tâмага
Rio Caia	Algar	Algar	(Cayuela)
Rio Sorraia	Zatus	Zatas	Divos + Sor
Rio Sado	Palma?	Çadaom	Çadão
Serras Prov. Alentejo	Sera de S.loaõ; Sera do Lor	-	As Cimas de Ourém; Sierra de Martinel; Sierra de S. loaõ
Serras Prov. Minho	Sera de Coira; Sera de Soaio; Sera da Strica	Sera da Strica; Sera de Soaio	Serra de Soaio; Serra Pineda; Serra Dogires
“Ria” de Aveiro			












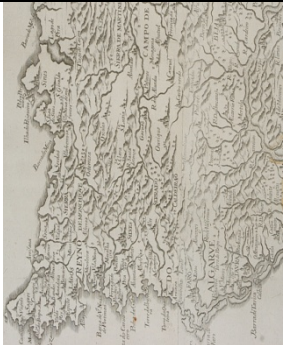






Foz do Mondego			
Estuário do Tejo			
Estuário do Sado			
Costa Vicentina e Algarve			
Figuração do Relevo			
Figuração dos núcleos de povoamento			

Tabela 1 - Análise comparativa dos mapas de Portugal de Álvaro Seco, Nicolas Sanson e Pedro Teixeira.

Como se pode constatar, o mapa de Sanson é aquele que apresenta um maior número de elementos comuns ao mapa de Álvaro Seco, particularmente na configuração dos principais acidentes do litoral português e no nome dos rios e das serras, ainda que o geógrafo francês introduza vários elementos novos que não estavam contemplados no exemplar do século XVI, como por exemplo, não ter identificado qualquer serra na Província do Alentejo.

Esta constatação poderá indicar que, Sanson, não só se baseou nas inúmeras versões impressas do mapa de Álvaro Seco, como terá tido acesso a outras fontes manuscritas, na linha da produção tradicional de Cartografia portuguesa, que remetem para a existência de um mapa “padrão”, a partir do qual era possível fazer cópias de acordo com as necessidades da administração¹²⁷. Muito naturalmente, esta informação permanecia secreta e de circulação restrita, mas recentemente têm vindo a ser descobertos indícios que apontam para a existência desta “família” de mapas que, devem incluir exemplares como o fragmento de mapa de Portugal que se encontra na Real Academia de la Historia, em Madrid; o códice de Luís Figueiredo Falcão, datado de 1617, pertencente à Casa de Cadaval, mas agora conservado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, ou o próprio mapa de João Teixeira Albernaz de 1640-42¹²⁸. Só uma paciente e apurada comparação de todas estas fontes poderá estabelecer pontos de aproximação ou de afastamento, entre os vários mapas de Portugal manuscritos e a sua influência na produção cartográfica impressa estrangeira.

Quanto ao mapa de Pedro Teixeira, verificamos que as principais diferenças correspondem ao contorno e configuração da linha de costa, sendo esta muito mais recortada e com mais pormenores do que nos outros exemplares. Verifica-se, ainda, uma correcção da distorção longitudinal do território nacional, corrigindo-se a torção para nordeste que, até então, caracterizava os mapas do país. Assim tudo parece indicar que o cartógrafo português terá consultado outras fontes que não aquelas que foram utilizadas por Sanson.

Verificaram-se, também, alterações significativas na simbologia utilizada. Na figuração do relevo, o mapa de Ortelius era o mais simples, dado que o autor optou por indicar, apenas, o nome das serras sem recorrer a qualquer símbolo gráfico, com

¹²⁷ Cfr. Suzanne Daveau, 2010 e Maria Fernanda ALEGRIA *et al*, 2007, p. 1042-1043.

¹²⁸ Sobre o antigo códice da Casa de Cadaval, ver Maria Fernanda ALEGRIA *et al*, 2007, p. 1042.

excepção da serra de Montejunto, enquanto, Sanson desenhou as serras em pequenos montes em perspectiva a traço fino, pouco se destacando do fundo do mapa; Pedro Teixeira, utilizou esta mesma técnica de desenho, embora tenha sobrecarregado o fundo do mapa com pequenos montes desenhados com traços mais cheios. Na figuração dos núcleos de povoamento verifica-se a mesma evolução: Ortelius apenas usou um símbolo composto por um conjunto de casas para localizar as cidades e algumas vilas, enquanto Sanson e Teixeira, recorrendo a mais símbolos, estabelecem uma hierarquia no povoamento. Se analisarmos o exemplo para a Província de Entre Douro e Minho, verificamos que no mapa de Ortelius as vilas de Guimarães, Ponte de Lima e Barcelos não se distinguem, graficamente, das povoações menores, algo que já não sucede nos mapas de Sanson e de Teixeira.

Como súmula deste primeiro período de evolução da História da Cartografia de portuguesa, poderíamos dizer que desde muito cedo a Coroa utilizou a Cartografia como instrumento de acção política, servindo de suporte para a definição das suas principais linhas de orientação geopolítica. Assim, nos séculos XV e XVI a prioridade dada à exploração ultramarina e o consequente estabelecimento de novas rotas comerciais marítimas, permitiram o desenvolvimento da Cartografia hidrográfica, para apoio da navegação e que, muitas vezes, serviam para completar os roteiros náuticos. Para assegurar a posse e o controlo dessas rotas, eram necessários mapas que permitissem aos pilotos navegarem por águas pouco conhecidas e, ao mesmo tempo, manter as potências concorrentes afastadas, guardando-se o maior sigilo possível sobre as novas explorações. Desta forma, a Cartografia era, muitas vezes, considerada “segredo de Estado” mantendo-se de circulação restrita e sempre de forma manuscrita.

Neste período, para além destes mapas de tipo “prático”, isto é, aqueles que eram refeitos e reformulados à medida que as explorações geográficas iam avançando permitindo, assim, planear as viagens seguintes e que acompanhavam os pilotos dos navios, havia ainda os mapas de “gabinete”, que exibiam os novos domínios ultramarinos da Coroa e, dessa forma, permitia afirmar a sua soberania, assumindo um carácter marcadamente (geo)político.

Quanto à Cartografia terrestre, desde, pelo menos, o início do século XVI, a Coroa portuguesa desenvolveu um esforço no sentido de promover o reconhecimento dos limites do País. Desta forma, os mapas de Portugal continental dos séculos XVI e XVII, funcionaram como instrumento de planeamento estratégico/militar ou simplesmente como afirmação de posse territorial ou de individualização política no quadro da Península Ibérica.

No que diz respeito à imagem cartográfica geral do País, esta manteve-se relativamente estável e imutável ao longo de quase um século, entre 1561 e a segunda metade do século XVII, ainda que o mapa de Pedro Teixeira incorpore inúmeras e significativas alterações à imagem de Álvaro Seco, completando e redefinindo a imagem cartográfica. Desde aí, definiram-se duas perspectivas sobre a utilização de mapas: a divulgação da imagem geográfica e cartográfica do território era feita com recurso aos mapas impressos no estrangeiro, particularmente nos Países Baixos, enquanto os mapas utilizados pela Administração permaneceram manuscritos. Nesta fase, os grandes centros produtores de Cartografia europeia, foram Veneza e Antuérpia e, mais tarde, Amesterdão. Deste modo, não surpreende que os primeiros mapas de Portugal impressos tenham sido publicados precisamente nestes dois primeiros locais, até que, a partir da segunda metade do século XVII, em França - mais particularmente em Paris -, foram criadas as condições necessárias para o florescimento da Cartografia, associada ao engrandecimento da dinastia de Bourbon sob a égide de Luís XIV¹²⁹.

Assim, coincidindo com a Guerra da Restauração (1640-1668), que funcionou como catalizador da renovação da Cartografia terrestre, surgiram novos mapas construídos a partir de levantamentos no terreno ou compostos a partir de material coligido de diversas fontes e editados no estrangeiro. Duas novas imagens cartográficas de Portugal conheceram ampla divulgação e circulação: os mapas (e suas variantes) de Nicolas Sanson e de Pedro Teixeira Albernaz que substituíam, finalmente, o mapa de Álvaro Seco e suas variantes flamengas e holandesas.

¹²⁹ Para acompanhar a evolução deste capítulo da História da Cartografia europeia, ver, David BUISSERET, 2004 e Jeremy HARWOOD, 2006, P. 58-146.

1.4 - O (Re)conhecimento cartográfico do território, na primeira metade do século XVIII

Na História da Ciência, o final do século XVII ficou marcado pela “revolução científica”, que se caracterizou pela aplicação do método experimental no domínio das “ciências naturais”, particularmente na Astronomia e na Mecânica - na sequência dos contributos de cientistas e pensadores como Galileu, Copérnico, Kepler, Newton ou Descartes, entre tantos outros, mas que em breve se estenderia aos restantes domínios.

Para que esta “revolução” se tornasse efectiva era necessário divulgá-la, pelo que, os diferentes autores, manifestaram uma crescente preocupação no sentido de darem a conhecer, a um público cada vez mais interessado e informado, as novas descobertas científicas. Resultou desta necessidade e espírito de iniciativa a criação de diversas academias científicas, tal como a inglesa Royal Society (fundada em 1662) ou a francesa Académie Royale des Sciences, fundada em 1666, e depressa imitadas um pouco por toda a Europa. Contudo, foi somente no decorrer do século XVIII que, em boa medida graças à génese e desenvolvimento das ideias iluministas, se iria constituir a ciência moderna¹³⁰.

Fora do âmbito estritamente científico, esta revolução produziu, desde logo, uma consequência de importância extrema: a transferência dos métodos científicos para a política, isto numa altura em que, pelo menos em França, a Coroa iniciava um processo de centralização e de reforço do Poder que iria culminar na criação do Estado moderno. Afirmava-se, então, que seria útil a qualquer magistrado da Nação estudar e conhecer o seu país, pois a aplicação do método indutivo ao domínio político implicava a recolha de informação, a compilação de estatísticas territoriais e a construção e utilização de mapas¹³¹.

¹³⁰ Herbert BUTTERFIELD, 1992, pp. 143-155.

¹³¹ Herbert BUTTERFIELD, 1992, pp. 153. O autor segue de perto as opiniões de Fontenelle, autor francês considerado pioneiro na divulgação dos conhecimentos científicos no final do século XVII, e que fez a transição entre a revolução científica e o movimento dos “philosophes”.

Os engenheiros militares desempenharam, neste contexto, um papel de grande destaque, como sucedia desde os tempos de Vauban, engenheiro militar francês, que viajou por toda a França coligindo informações sobre as condições geográficas, económicas, militares, comerciais, etc., consideradas úteis para a Administração. Cfr. Monique PELLETIER, 2001, pp. 50-51. Os engenheiros militares converteram-

Deste modo, a Académie Royale des Sciences converteu-se numa “instituição oficial” ao serviço da Coroa tendo os seus membros e correspondentes inventariado as diferentes regiões de França. Contudo, ainda faltavam mapas suficientemente detalhados para enquadrarem geograficamente a informação coligida, pelo que, embora a produção cartográfica não fosse o principal intuito, a partir de 1668 e a pedido do ministro Colbert, a Académie foi incumbida de proceder ao levantamento de mapas mais precisos. A tarefa foi entregue à família Cassini que, desde 1682 e ao longo de quatro gerações familiares, compôs o primeiro mapa nacional de França a partir de levantamentos geodésicos e cujos métodos de trabalho seriam imitados por quase todos os Estados europeus¹³².

Os levantamentos no terreno iniciaram-se em 1700 e, na primeira metade do século XVIII, decorreram de forma intermitente e num ritmo lento. Em 1733 apenas havia sido publicado um mapa dos arredores de Paris e o estabelecimento da rede nacional de triângulos geodésicos só ficou completo em 1740. Ainda assim, seria necessário esperar mais cinquenta e três anos para que o Mapa de França na escala 1:86 400, perfazendo um total de 182 folhas, fosse terminado¹³³.

Ao longo de todo este período, não foi só a Cartografia topográfica que conheceu um amplo desenvolvimento. Também foram realizados esforços no âmbito da observação astronómica, tendo-se organizado expedições científicas internacionais, sendo de destacar aquelas com o intuito de medir o arco de meridiano, tanto no Equador como nas regiões polares¹³⁴. Também o cálculo da longitude conheceu um forte impulso. A primeira metade do século XVIII marcava, assim, o advento da “Cartografia científica” na Europa.

Contudo, o desenvolvimento da Cartografia científica era um projecto dispendioso, moroso e que requeria um elevado número de técnicos qualificados para

se, desde logo, em funcionários do Estado, ao serviço da Coroa e foram os principais responsáveis pela aplicação prática das novas teorias desta revolução intelectual. Pela sua acção, o Estado pode reunir vasta informação territorial que utilizou para promover uma série de Obras Públicas. Cfr. Joel CORNETTE, 2000, p. 5-37.

¹³² Cfr. Josef KONVITZ, 1987, pp. 1-8. Para um estudo detalhado desta empresa, cfr. Monique PELLETIER, 2002.

¹³³ Ver John Noble WILFORD, 2000, pp. 133-146.

¹³⁴ Sobre a expedição franco-espanhola ao Perú, liderada por La Condamine existe abundante bibliografia. Em todo o caso, cite-se, a título de exemplo, e numa abordagem de síntese, Horacio CAPEL, 1982, p. 79-99, Mercedes PALAU BAQUERO, 1987, p.33-52; ou de forma mais completa as obras de António LAFUENTE e António MAZUECOS, 1987, Neil SAFIER, 2008 e Larrie FERREIRO, 2011.

o concretizar. Numa época em que as guerras contínuas consumiam inúmeros recursos financeiros, os monarcas europeus não patrocinaram, inteiramente, estas iniciativas cartográficas.

Assim, o fornecimento de mapas sobretudo para consumo das autoridades políticas, militares e religiosas, continuou, tal como até aí, muito dependente dos circuitos editoriais de Cartografia impressa, desde a casa mãe que fornecia os mapas, aos agentes e outros vendedores estabelecidos nas mais diversas cidades da Europa. Deste modo, as principais famílias de geógrafos holandeses, franceses e italianos, continuaram a (re)produzir as imagens cartográficas dos diversos territórios europeus e dos impérios ultramarinos.

No que diz respeito às imagens de Portugal editadas no estrangeiro durante a segunda metade do século XVII, a maior produção coube à Cartografia holandesa sob impulso dos representantes das principais famílias de geógrafos e/ou gravadores e editores de Amesterdão, como são exemplo J. Danckerts, Frederick de Wit, Jacobum Robyn, Nicholas Vischer, Huych Allard ou os bem sucedidos Covens & Mortier¹³⁵. Em todo o caso, não se verifica uma grande evolução na imagem de Portugal, dado que muitos destes autores continuaram a privilegiar as fontes cartográficas tradicionais, isto é, aquelas que se baseavam na imagem de Álvaro Seco ou, em alternativa mais recente, o mapa de Sanson.

Em França, para além da família Sanson que continuava a reaproveitar o material composto pelo patriarca Nicolas Sanson d'Abbeville, destaca-se o mapa de P. du Val de 1676, cuja imagem parece remeter para a utilização de fontes diferentes. Em Itália, os dois grandes mapas de Portugal foram produzidos por Vincenzo Coronelli (1650-1718), editado em Veneza, em 1690 e e por Giacomo Cantelli (1643 - 1695), editado em Roma, em 1692, tendo ambos copiado o mapa de Teixeira.

Assim, quando se inicia a primeira metade do século XVIII, que em Portugal coincide, praticamente, com o reinado de D. João V, nenhuma alteração importante havia sido introduzida em termos de “política cartográfica”, isto é, a imagem de

¹³⁵ Sobre esta casa editorial de mapas ver Marco van EGMOND, 2009.

Portugal para divulgação continuava a ser produzida e promovida no estrangeiro enquanto as imagens para a Administração continuavam manuscritas e confidenciais.

Habitualmente considerava-se que este período tinha ficado marcado, em Portugal, por um certo isolamento em relação ao movimento científico-cultural da Europa trans-pirenaica, muito por força da acção de vigilância e controlo exercido pela Inquisição. De facto, o século XVIII foi marcado pelo advento das correntes iluministas que, um pouco por toda a Europa, influenciaram o pensamento da época. Este movimento, simultaneamente filosófico, político e cultural, propunha a fundação de uma nova sociedade, através do saber enciclopédico, do espírito crítico, e do racionalismo¹³⁶. Os princípios iluministas seriam concretizados através de reformas sociais e governamentais e, em alguns casos, foram mesmo apoiadas pelos monarcas “iluminados ou esclarecidos”¹³⁷. Talvez não seja possível falar-se de um movimento universal e único, mas antes de várias correntes iluministas, adaptadas a cada sociedade europeia.

Ainda que se possa admitir que Portugal, numa primeira fase, tenha estado um pouco à margem deste movimento, é certo que os militares, os diplomatas, os artistas, os intelectuais e os comerciantes estrangeiros que estiveram presentes em Portugal, desde o período da Guerra da Restauração (1640-1668) e, sobretudo, a partir da Guerra da Sucessão de Espanha (1703-1713), trouxeram consigo muitas das ideias e dos temas que se debatiam na Europa trans-peninsular.

Deste modo podemos considerar que, mesmo timidamente, algumas ideias da revolução científica e do iluminismo europeus, foram chegando a Portugal, sendo acolhidas por uma elite de intelectuais, como Manuel Azevedo Fortes, Raphael Bluteau, António Caetano de Sousa entre outros, e que, numa primeira fase, frequentavam as reuniões científicas que decorriam em casa do Conde da Ericeira, D.

¹³⁶ A Revolução Americana é apontada, frequentemente, como exemplo máximo da concretização dos ideais iluministas, ao propor uma nova forma de governo e de garantir, constitucionalmente, os direitos cívicos dos cidadãos.

¹³⁷ António REGUERA RODRÍGUEZ, 1993, p. 21, considera o Despotismo como o Absolutismo mais duro, ou seja, o Estado continua a confundir-se com a pessoa do Rei, que não permite qualquer ingerência. De qualquer forma, a partir da segunda metade do século XVIII, quando o déspota compreende que "(...) la aplicación de los principios ilustrados al arte de gobernar había redundar en beneficio del Estado, y por lo mismo en beneficio propio, se há convertido en un déspota ilustrado".

Francisco Xavier de Meneses, naquela que pode ser considerada uma das primeiras Academias em Portugal¹³⁸.

No que diz respeito à produção cartográfica portuguesa, como vimos, aquando da Guerra da Restauração, a Cartografia nacional terrestre, especialmente a Cartografia militar, conheceu um forte impulso, graças ao contributo da Engenharia Militar. Contudo, após o fim das hostilidades, a actividade cartográfica parece ter diminuído um pouco, ainda que os engenheiros militares continuassem a desenvolver o seu trabalho no reforço das praças-fortes e também no campo das obras públicas e da engenharia civil¹³⁹. No início do século XVIII, a ameaça de um novo conflito militar com Espanha fez recair a atenção, de novo, na Cartografia militar.

Como já referimos anteriormente, em 1701, foram “oficializadas” as Academias Militares das províncias portuguesas. Desta forma, no decorrer da Guerra da Sucessão de Espanha (entre 1702 e 1713, ainda que Portugal apenas participasse, apenas, a partir de 1704), os técnicos e engenheiros militares destas províncias desenvolveram vários levantamentos topográficos e cartográficos, geralmente à escala local e regional, que serviam de apoio para a preparação da defesa das principais fortalezas e outras obras defensivas¹⁴⁰. Refira-se, contudo, que o pormenor topográfico e o rigor geométrico destes mapas e plantas manuscritos, elaborados no contexto das Academias regionais, estavam longe de corresponder aos padrões cartográficos apresentados por outros países europeus como a França, a Inglaterra ou a Holanda.

Quanto às imagens cartográficas impressas do conjunto de Portugal, apesar da Península Ibérica constituir um dos teatros de operações (ainda que secundário à escala europeia), nenhum mapa foi elaborado por portugueses. No entanto, havia uma ampla circulação de imagens cartográficas produzidas no estrangeiro, principalmente por autores franceses, holandeses e alemães.

¹³⁸ Para o caso português, entre muitas outras obras de referência, consultar os trabalhos de José Esteves PEREIRA, 1983 e 2004; Tiago dos Reis MIRANDA, 1991; José Luís CARDOSO, 1997; Pedro CALAFATE, 2001, 2006 e 2007 e a tese de Mestrado de Eduardo JUNIOR, 2005.

¹³⁹ O trabalho do engenheiro Lescolles serve, de novo, como exemplo desta prática. Cfr. Luís Miguel MOREIRA, 2007.

¹⁴⁰ Inserem-se neste contexto os trabalhos desenvolvidos pelos engenheiros militares Manuel Pinto Vilalobos, na fronteira do Minho, e João Tomás Carreira no Alentejo.

Ao longo da Guerra da Sucessão de Espanha foram publicados mais de uma dezena de “novos” mapas de Portugal, anda que uma grande parte integrada em atlas, dos quais registamos, apenas, uma amostra retirada a partir de uma consulta aos ficheiros *online* disponibilizadas pela Biblioteca Nacional de Portugal e pela Bibliothèque Nationale de France:

Ano	Autor	Título
1702	Sanson d’Abbeville	<i>Les estats de la couronne du Portugal en Espagne</i>
1703	Nicolas de Fer	<i>Les Frontières d'Espagne et de Portugal où se trouve le royaume de Portugal...</i>
1703	Pieter Schenk	<i>Corona Portugalliae et Algarbiae...</i>
1703	Nicolas de Fer	<i>Carte nouvelle d'Espagne et de Portugal divisez en leurs principales partie, royaumes ou provinces...</i>
1704	António Vizarrón	<i>Descripcion del Reyno de Portugal...</i>
1704	Gaspar Baillieul	<i>Le Royaume de Portugal et partie du royaume d’Espagne...</i>
1704	Père Placide	<i>Le Portugal dédié au Roy...</i>
1704	Jean Baptiste Nolin	<i>Le Royaume de Portugal divisé en cinq grandes provinces...</i>
1704	Nicolas de Fer	<i>Les Royaumes de Portugal et d’Algarve...</i>
1704	Jean Besson	<i>Royaume de Portugal et Partie D’Espagne...</i>
Post. 1704	Johann Baptist Homann	<i>Portugalliae et algarbiae cum finitimis Hispaniae Regnis...</i>
1705	Nicolas de Fer	<i>Les Frontières d'Espagne et de Portugal où se trouve le royaume de Portugal...</i>
1710	George Matthaus Seutter	<i>Portugalliae et Algarbiae Regna cum confinibus...</i>
1711	Frederick de Wit	<i>Novissima Regnorum Portugalliae et Algarbiae...</i>
1711	Alexis-Hubert Jaillot	<i>Royaume de Portugal...</i>

Esta “explosão” editorial faz supor a existência de um público consumidor de Cartografia cada vez mais alargado. De notar que o ano de 1704 foi o mais prolífico, coincidindo com a entrada de Portugal no conflito. No entanto, a renovação da imagem cartográfica de Portugal é apenas aparente pois, uma análise um pouco mais atenta, revela-nos que estes mapas de Portugal editados entre 1702 e 1711, correspondem a cópias e/ou variantes de exemplares anteriores. Assim, o mapa de Frederick de Wit, de 1711, apresenta características muito próximas do mapa de Schenk de 1703, denunciando uma continuidade nos autores holandeses, pelo menos no que diz respeito à figuração dos contornos de Portugal, que poderíamos remontar ao século XVII. Podemos referir que de Wit editou, desde 1680, outras versões do mapa de Portugal, todas com características diferentes, mas a de 1711 destaca-se por incluir a rede viária.

Também os autores franceses se basearam em fontes anteriores para editarem os seus mapas: Gaspard Bailieul (ou Baillieul) ter-se-á baseado no de Pedro Teixeira Albernaz de 1662, tal como terá feito Jean Baptiste Nolin e Jean Besson, em 1704. O mapa do padre Placide de Sainte-Hélène (1704) parece ser uma variante do mapa de Pierre du Val, na sua edição de 1676, ainda que agora nesta nova versão, Placide inclua informação pertinente sobre o litoral de Portugal, os fortes que protegem a entrada da barra de Lisboa, o pormenor da foz do rio Douro e a entrada da barra do Porto, assim como a rede viária do país¹⁴¹.

Jaillot poderá ter utilizado o mapa de Mortier de 166., pois ambos representam o mesmo espaço em duas folhas, ainda que, nesta versão, Jaillot tenha realizado algumas actualizações, nomeadamente na configuração da linha da costa portuguesa. O mapa de Vizarrón editado em Madrid e dedicado a Filipe V, também terá utilizado como fonte próxima o mapa de Sanson de 1653/54.

Em resumo, o período da Guerra da Sucessão de Espanha deu origem a um furor editorial de mapas, sobretudo a partir do momento em que Portugal aderiu ao conflito. Os mapas “ilustravam” a guerra, permitindo localizar os países envolvidos e situar os principais teatros de operações ao mesmo tempo que mantinha informado um público cada vez mais interessado, onde se poderiam incluir políticos, diplomatas e

¹⁴¹ Sobre os mapas de Portugal de Placide, Nolin, Besson e De Fer, Cfr. Ana Sofia COUTINHO, 2007, p.78-82.

militares. No entanto, não foram criadas “novas” imagens, apenas foram reutilizadas e refeitas imagens antigas, tendo-se actualizando alguma informação ou incluindo fenómenos que não existiam nas versões anteriores, como por exemplo a rede viária do País, pois os interesses comerciais falavam mais alto.

Após o tratado de paz de Utrecht (1715), outros mapas de Portugal foram editados, ainda que mantivessem as características dos exemplares anteriores. Incluem-se neste rol os mapas de Van der Aa, “Le Portugal” de 1715; o de Chiquet, de 1719; as reedições dos mapas de Jaillot de 1711, no ano de 1716 e o mapa de Homann (1704?) em 1720¹⁴².

Este ano de 1720 foi marcante para a História da Cartografia portuguesa pois em Dezembro desse ano foi criada, por ordem régia, a Academia Real da História Portuguesa¹⁴³. O seu objectivo principal era o de preparar a história eclesiástica e secular do Reino, promovendo e patrocinando para o efeito vários estudos de História, Geografia e também de Cartografia de Portugal, cabendo ao Engenheiro-Mor Manuel de Azevedo Fortes a tarefa de “tirar” os diversos “pontos geográficos” do Reino e proceder “à fabrica dos Mappas ou Cartas Geográficas assim a geral do Reyno, e Conquistas como as particulares dos seus Bispados e Prelasias”, enquanto o padre Manuel de Campos teria de preparar os mapas da Geografia Antiga¹⁴⁴.

Esta não era a primeira vez que se tentava este tipo de iniciativa. Efectivamente, em finais do século XVII, o padre Carvalho da Costa encontrava-se a ultimar a sua *Corografia Portuguesa*, e também pretendia incluir alguns mapas que servissem para ilustrar e complementar as descrições corográficas. No prólogo do seu livro, editado em 1706, o autor afirma “(...) O Padre João dos Reis [Johann Köning] da Companhia de Jesus, Alemão, bom Matemático, e insigne na Perspectiva, e Pintura, delineou a Topografia de Portugal com todo o acerto, e desejáramos poder unir estas plantas com as nossas descrições, para que não ficara que desejar aos curiosos; o que faremos, podendo-o conseguir, se esta obra for bem aceita, na segunda impressão, como também alguns Mapas com mais exacção que os que se tem impresso”¹⁴⁵.

¹⁴² Sobre o mapa de Jaillot, ver Ana Sofia COUTINHO, 2007, p. 84.

¹⁴³ Sobre o papel desta Academia, ver a obra de Isabel Ferreira da MOTA, 2003.

¹⁴⁴ Ver o “proemio” da obra de Manuel de Azevedo FORTES de 1722 e João Carlos GARCIA, 2006, p.147-149.

¹⁴⁵ Cfr. Carvalho da COSTA, 1706, *prólogo*, [p.2].

Contudo, por alguma razão que desconhecemos, os mapas ou não terão sido concluídos ou mantiveram-se manuscritos, já que não foram incluídos em nenhuma das diferentes edições desta obra.

Com o intuito de apoiar as iniciativas editoriais da Academia, foram contratados vários técnicos impressores e gravadores estrangeiros que dinamizaram a circulação de obras impressas, quer de livros quer de estampas¹⁴⁶. Paralelamente, também várias famílias de livreiros estrangeiros se estabeleceram em Portugal e também exerceram uma importante acção para o comércio de livros e de mapas impressos, como teremos oportunidade de analisar¹⁴⁷. Assim, aos poucos, foram sendo criadas as condições necessárias para, pela primeira vez, se produzirem mapas impressos em Portugal.

Neste contexto académico e técnico, o Engenheiro-Mor do Reino, Manuel de Azevedo Fortes sugeriu o projecto de se fazer o levantamento topográfico do país¹⁴⁸. Tendo presente o atraso técnico da Cartografia portuguesa face ao que de mais recente se fazia no estrangeiro e reconhecendo aqui uma oportunidade única para actualizar os fundamentos da moderna ciência cartográfica, Azevedo Fortes propôs fazer o levantamento do Reino, de acordo com as técnicas topográficas utilizadas em França pela família Cassini. O resultado final seria a composição de um novo mapa de Portugal.

De modo a garantir que todos os trabalhos cartográficos seriam conduzidos de acordo com as mesmas técnicas e os mesmos métodos, Azevedo Fortes publicou, em 1722, o *Tratado do modo o mais facil, e o mais exacto de fazer as cartas geograficas, assim da terra, como do mar, e tirar as plantas das praças, cidades, e edificios com instrumentos, e sem instrumentos, para servir de instrucçam à fabrica das cartas geograficas da Historia Ecclesiatica, e secular de Portugal, tirado dos melhores authores*¹⁴⁹.

Neste tratado, o autor justifica o seu projecto considerando que o conhecimento do território é importante pois dele “dependem as vitórias e os triunfos

¹⁴⁶ Cfr. Luís CHAVES, 1927 e Ernesto SOARES, 1940, 1966.

¹⁴⁷ Veja-se o caso da família de livreiros Reycend analisada por Manuela Domingos, 2000.

¹⁴⁸ Na sessão da Academia de 9 de Outubro de 1721, o Engenheiro-Mor lamentava que Portugal fosse o único reino da Europa a não possuir cartas particulares. Cfr. Jaime CORTESÃO, 1984, vol.II, p. 336.

¹⁴⁹ Apenas os exemplares encadernados foram distribuídos pelos diferentes académicos. Os restantes exemplares da impressão foram entregues a Azevedo Fortes. Cfr. Isabel MOTA, 2003, p. 86.

[e] sem ele ninguém pode exercitar bem a arte militar”¹⁵⁰. Dado tratar-se de um projecto muito moroso, o Engenheiro-Mor contava com a colaboração dos diversos engenheiros destacados nas academias de fortificação das províncias. O método de trabalho consistia no levantamento de mapas regionais (Província ou Bispado) sob a mesma escala (1 polegada para duas léguas de 2818 braças cada, ou seja, ca. de 1:450 000), tendo especial cuidado no levantamento dos limites entre as diferentes províncias: “...para que as Cartas Geográficas fiquem feitas de sorte que apartem humas com outras pelos seus confins, ou limites e que de todos resulte a Carta Geral do Reyno, o que não poderá ser sem hum grande cuidado e exacção”. Assim, o autor defendia que “se os Engenheiros que fizerem a Carta de hum Bispado avisarem e concordarem com os que fazem a Carta de outro Bispado confinante, poderão ajustar entre si o tempo em que juntos fação os confins pelas mesmas operações...”¹⁵¹. Neste caso, o todo resultaria da soma das partes.

O ambicioso plano de renovação cartográfica traçado por Azevedo Fortes, colocaria Portugal na vanguarda da Técnica e da Ciência Geográfica, a par de França que, como vimos, já há muito havia iniciado o processo. No entanto, vários contratempos dificultaram e impediram a plena concretização do levantamento da Carta Geral do Reino.

O primeiro grande obstáculo terá surgido dentro da própria Academia onde, ao que tudo indica, o projecto pessoal de Azevedo Fortes nunca conseguiu reunir apoio suficiente entre os seus pares. Nas diversas sessões académicas, confrontaram-se duas posições radicalmente opostas: por um lado, o projecto de levantamento cartográfico assente nos novos pressupostos científicos defendidos por Azevedo Fortes; por outro lado, a opinião generalizada dos restantes académicos, entre os quais se incluía o próprio Cosmógrafo-Mor do Reino Luís Francisco Pimentel, que defendia o método tradicional de composição cartográfica a partir de diferentes fontes, sendo as correcções feitas a partir do cálculo da latitude dos lugares¹⁵².

¹⁵⁰ Manuel Azevedo FORTES, 1722, p. 4.

¹⁵¹ Manuel Azevedo FORTES, 1722, p. 111.

¹⁵² A confirmar esta oposição interna aos métodos “revolucionários” de Azevedo Fortes, logo no início de 1722 a Academia nomeou o Marquês de Abrantes como novo responsável pela elaboração dos mapas que serviriam para ilustrar os textos da História que se preparava. Sobre este processo, ver o estudo de João Carlos GARCIA, 2006, pp.141-173.

Este último método apresentava algumas vantagens imediatas: era de fácil execução, era mais rápido e barato e permitia atingir plenamente o objectivo de ilustrar a história secular e eclesiástica que a Academia preparava. Pelo contrário, o projecto de Azevedo Fortes era moroso, dispendioso e de difícil execução, pelo que não admira que a Academia Real da História Portuguesa não se tenha interessado pelo plano de Azevedo Fortes, que sempre se queixou de falta de apoio institucional¹⁵³.

Em sessão académica de Agosto de 1723, D. Luís Caetano de Lima, autor da obra *Geografia Histórica de todos os Estados Soberanos da Europa*, afirmava que pretendia incluir na descrição de cada uma das Províncias de Portugal um mapa desses territórios. Informava ainda que Azevedo Fortes e José da Silva Pais já tinham iniciado os levantamentos topográficos aguardando-se os primeiros resultados.

Efectivamente, nesta obra de Caetano de Lima que só foi publicada em 1734-1736, figura um conjunto de pequenos mapas regionais de cada uma das seis Províncias de Portugal, assim como um mapa do conjunto do território português, gravados entre 1729 e 1730, por Grandpré e que adiante analisaremos com maior detalhe.

Em virtude dos comentários de Caetano de Lima, alguns autores consideraram esses exemplares como o resultado final dos trabalhos do Engenheiro-Mor. No entanto, dado que a sua qualidade técnica e científica estava longe de corresponder aos padrões exigidos por ele próprio, admitimos que os mapas resultem mais da compilação de diferentes fontes, tal como pretendia a Academia Real da História, do que de um levantamento topográfico, pelo que não se deverá atribuir a Azevedo Fortes a autoria dos ditos mapas¹⁵⁴.

Em todo o caso, a existência de dois mapas manuscritos, conservados na Real Academia de la Historia de Madrid, que compreendem o território entre Lisboa-Mafra-Torres Vedras numa escala aproximada de 1:12 000, levantados sob a direcção do Engenheiro-Mor do Reino, aos quais se juntam o levantamento de uma Carta

¹⁵³ Em Maio de 1732 num discurso perante a Academia, Azevedo Fortes lamentava-se: "...há mais de dez anos que eu me pus pronto e aponte os meios mais convenientes e fáceis para a sua execução [da Carta Geral do Reino] e há outro tanto tempo que Vossas Excelências ouvem os meus clamores e lhes não dão proveniência". Cfr. Jaime CORTESÃO, 1984, vol. II, p. 359.

¹⁵⁴ Aquela primeira hipótese terá sido avançada por Jaime CORTESÃO, 1984, vol II, p. 342 e, desde então, várias vezes repetida. Estudos mais recentes de Suzanne DAVEAU, 1993 e Suzanne DAVEAU e Júlia GALEGO, 1995, p. 95 e de João Carlos GARCIA, 2006, rejeitam a possibilidade destes mapas terem sido levantados por Azevedo Fortes.

Topográfica dos terrenos compreendidos “desde Pedrouços até à Corte Real” e do “Mapa do Arcebispado de Lisboa para a linha Oriental e Ocidental, comprovam a existência dos levantamentos topográficos que resultaram em mapas pormenorizados.¹⁵⁵

Não obstante os resultados apresentados, o Engenheiro-Mor nunca conseguiu impor o seu projecto, pelo que os levantamentos topográficos por si coordenados nunca terão passado de experiências limitadas aos arredores de Lisboa. Ainda assim, o Engenheiro-Mor não deixa de insistir junto da Coroa no sentido de impulsionar o ensino militar nas províncias, de forma a aumentar e melhorar o corpo técnico de engenheiros militares portugueses, o que se vem a concretizar no decreto régio de 24 de Dezembro de 1732, criando-se, ou confirmando a criação de Academias Militares no Alentejo e na Beira.

Para além destas dificuldades internas que resultavam das divergências pessoais e técnico-científicas entre académicos, outros obstáculos externos dificultaram a concretização do projecto de Azevedo Fortes.

Em 1722, precisamente no mês anterior ao da criação da Academia Real da História, perante a Academia Real das Ciências de Paris, Guillaume Delisle, geógrafo do rei francês, apresentou uma dissertação sobre o cálculo de longitudes a partir de observações astronómicas. As novas conclusões apresentadas por Delisle punham em causa a soberania portuguesa na América do Sul, sobretudo à medida que a ocupação do território brasileiro se fazia, cada vez mais, para o interior. Assim, quando este facto

¹⁵⁵ Carmen MANSO PORTO, 1999. *Carta Topográfica que comprehende todo o terreno desde as cidades de Lisboa Ocidental e Oriental té a vila de Mafra, com todos os lugares, q contem na sua extenção tudo feito debaixo da direcção do Engenheiro-Mor do Reyno, e do Coronel Manoel da Maya* (pp. 32-33) e *Planta de todo o destrito de Mafra té a Villa de Torres Vedras Terreno e Lugares comprehendidos na dist^a de tres legoas Feita por Paulo Farinha Lopes debaixo da direcção do Engenheiro-Mor do Reyno. No anno de 1734* (pp. 42-43).

Desta área concreta, ainda existe um outro exemplar que também se conserva na Real Academia de la Historia de Madrid. Trata-se de uma cópia manuscrita em castelhano do “Mapa topográfico del terreno comprehendido entre Lisboa Occidental y Oriental, y la villa da Mafra com todos los caminos que se dirijen a la misma villa hecho por Orden de S. M. Fidelíssima por los coroneles Manuel de Acevedo Fortes y e Josef de Silva Páez, año de 1718”. Para além deste mapa manuscrito existe, na mesma Academia, uma variante impressa deste mapa ou do seu original português. O mapa pode ter sido levantado para apoiar a construção do convento de Mafra que D. João V mandou edificar em 1717. Ver, novamente, João Carlos GARCIA, 2006, p.149.

Os dois últimos trabalhos, ainda que manuscritos e anónimos, fazem parte do acervo cartográfico do Museu da Cidade de Lisboa sob a cota Des. 1403

foi divulgado em Portugal (e tal só aconteceu alguns meses mais tarde), de imediato a Coroa compreendeu que seria indispensável acelerar o processo de renovação das técnicas cartográficas. O reconhecimento cartográfico do interior brasileiro, baseado em observações astronómicas, revelava-se imprescindível para a diplomacia portuguesa, uma vez que permitia fixar com detalhe os territórios ocupados e/ou reivindicados para a soberania portuguesa. Deste modo, os mapas constituíram um importante trunfo utilizado nas (re)negociações dos limites da América do Sul, estabelecidas entre os reinos de Portugal e de Espanha¹⁵⁶. Essas negociações culminaram em 1750 com a assinatura do Tratado de Madrid¹⁵⁷.

Para tal, foram contratados, em Itália, dois astrónomos jesuítas - os padres matemáticos Giovanni Carboni e Domenico Capacci - cujo trabalho em prol do cálculo da latitude e da longitude de diversos lugares de Portugal impulsionaram o nosso país para a modernização e actualização da ciência cartográfica, ainda que os resultados mais importantes destas investigações se tenham feito sentir sobretudo no reconhecimento cartográfico dos limites do Brasil¹⁵⁸.

Paralelamente, importaram-se de diversos países europeus, sobretudo de França e Inglaterra, inúmeros instrumentos que permitiram proceder aos levantamentos cartográficos apoiados em observações astronómicas¹⁵⁹. Deste modo, todo esforço efectuado no sentido de renovação da ciência cartográfica, foi canalizado para o esforço colonial na América do Sul sem ter frutificado no território peninsular.

O contributo de Grandpré

Não se enquadra no âmbito do nosso trabalho desenvolver um estudo meticoloso sobre os mapas gravados por Grandpré, em 1729-30¹⁶⁰. No entanto, seria

¹⁵⁶ Jaime CORTESÃO, 1984, vol.II, pp. 327-337 e Joaquim Romero MAGALHÃES, 2004, p. 653-659.

¹⁵⁷ Sobre este tratado ver Mário Clemente FERREIRA, 2001.

¹⁵⁸ Jaime CORTESÃO, 1984, vol.II, pp. 338-341. Ver, também, as obras de André Ferrand ALMEIDA, 1999, pp. 79-92 e 2001.

¹⁵⁹ Veja-se, por exemplo, a acção do embaixador português D. Luís da Cunha em Isabel CLUNY, 1999 e Abílio Diniz SILVA, 2001.

¹⁶⁰ Estes mapas foram alvo de um estudo específico realizado por Ana Sofia COUTINHO, 2007, no âmbito da sua tese de mestrado. Deste modo, seguiremos de perto as suas principais conclusões.











impossível não dispensar algumas reflexões àquele que será, porventura, o primeiro mapa impresso do conjunto de Portugal, no século XVIII.

Como já vimos anteriormente, os mapas publicados no segundo volume da obra de D. Caetano de Lima *Geografia Histórica de Todos os Estados Soberanos da Europa...*, em 1736, terão resultado de uma compilação de diferentes fontes cartográficas e/ou de descrições corográficas, pelo que, estes mapas, seja o de conjunto do país, sejam os das diferentes províncias, não configuraram, necessariamente, uma nova imagem de Portugal.

Efectivamente, já foram estabelecidas semelhanças entre o mapa de Portugal gravado por Grandpré e os mapas de Sanson, de Johan Baptist Homann e de Christoph Weigel, assim como de outros autores franceses¹⁶¹. Mas, embora este mapa de 1729 fosse de reduzidas dimensões, a verdade é que uma diferente imagem cartográfica do conjunto de Portugal poderia ser obtida pela junção dos mapas das diferentes províncias. Assim, torna-se pertinente fazer algumas considerações a propósito destas imagens parcelares do território português. Para tal, considerámos algumas das características particulares que já havíamos seleccionado para os mapas de Portugal do século XVII e que foram sistematizadas neste quadro resumo:

Elementos comparativos	Nicolas Sanson 1654	Pedro Teixeira 1662	Grandpré 1730 (mapas regionais)
Rio Minho	Minho	Minho	Minho
Rio Lima	Lima	Lima	Lima
Rio Neiva	Neiva	-	Neiva
Rio Homem	Homem	-	-
Rio Cávado	Cávado + Mourilhe	-	Cávado + Montalegre
Rio Ave	Daves + Solho + Pé	Dave + Pé	Dave
Rio Leça	Grisomer	-	-
Serras	Strica; Soaio	Soaio; Pineda;	Gaviao; S. Caterina; Geres;

¹⁶¹ Ana Sofia COUTINHO, 2007.

identificadas Na Província de Entre Douro e Minho		Gires	Maram
“Ria” de Aveiro			
Foz do Mondego			
Estuário do Tejo			
Estuário do Sado			 Mapa da Estremadura Mapa do Alentejo

<p>Costa Vicentina e Algarve</p>			
---	---	--	---

Tabela 2- Comparação entre os mapas de Nicolas Sanson, Pedro Teixeira e Grandpré.

Como se pode constatar, a configuração da “Ria” de Aveiro e da foz do Mondego, ambos representados no mapa da “Província da Beira”, apresentam uma grande familiaridade com o mapa de Teixeira; a mesma semelhança mantém-se quando se analisa o mapa da “Província da Estremadura”, pois o estuário do Tejo apresenta os mesmos traços gerais do mapa de Teixeira, incluindo o número de ínsuas e sua posição no estuário e a configuração dos bancos de areia na embocadura do rio; no mapa da “Província do Alentejo”, a figuração de três pequenos lagos ao Sul da Península de Tróia remete-nos, de novo, para a mesma fonte; num primeiro golpe de vista, a representação simplificada da rede hidrográfica do mapa da “Província de Traz os Montes” e, sobretudo, a correcção de alguns topónimos e outros acidentes geográficos – Grandpré já não confunde o rio Tua com o Tâmega e localiza com maior precisão a serra do Marão – parece remeter para outras fontes que não exclusivamente o mapa de Teixeira. Poder-se-ia avançar com os mapas de Besson de 1704, Gaspar Bailleu de 1704, De Fer de 1705, do Père Placide de Sainte-Hélène, ou o de J. B. Nolin de 1724 como possíveis candidatos, ainda que, todos eles tenham, na verdade, recorrido a Teixeira como sua fonte mais próxima¹⁶².

Verificam-se, no entanto, algumas alterações cartográficas importantes, nomeadamente na configuração do mapa da *Província de Entre Douro e Minho*, bem como no mapa da *Província do Algarve*, o que deixa antever a utilização de fontes, até então, inéditas.

¹⁶² Ver de novo Ana Sofia COUTINHO, 2007.

No Entre Douro e Minho, a mudança de configuração é quase radical: desde o contorno da linha de costa como o próprio limite terrestre, quer com o Reino da Galiza, quer com a Província de Trás-os-Montes e da Beira. Houve, também, uma profunda reformulação na representação da rede hidrográfica e na identificação das serras¹⁶³. Quanto ao Algarve, ainda que não tenhamos feito uma análise aprofundada, a configuração do litoral desta província parece mais próxima da do mapa de Nicolas de Fer de 1705, do que das versões de Sanson ou de Teixeira.

Hidrografia	Álvaro Seco 1570	Sanson 1654	Teixeira 1662	Grandpré 1730
Escala	Ca. 1/1 250 000	Ca. 1/770 000	1/660 000	
Entre Douro e Minho	Minho;Limas;Mourilhe;Dius;Solho; dePé;Tamaga; Pelim; Douro;Dollo	Minho;Lima;Neiva;Cávado;Dave; Homem; Solho; Pé; Tamaga; Grisomer; Dollo; Douro;	Minho;Lima;Dave; Solho; Douro; Coura (Homem)	Minho;Lima;Neiva; Cavado;Montalegre; Dave;Douro; Tâmega
Trás-os-Montes	Fizes;Tuela;SaborDouro.	Mourilhe; Pelao; Pinhaon;Tuela; Regoa; Rabaçal; Tuage; Sabor; Cigado? Cizado?	Tâmega(Tua); sabor;Douro;	Beça;Torto;Corgo; Pinhão;Tua;Sabor; Douro;Maças; Tamaga
Beira	Loba;Pavia;Domezio;Coura;Dades; Daguiar;Touroes;Ribapinhel;Coa; Palhais;Arnes;Vouga;demotro; Mondego;Dueça;Dasnabeiras;	Copelha?; Castes; Labam; Arda; Paiva; Távora; Coa; Douro; Vouga;Mondego; Dadevin?; Águeda;Varosa; Lamegal; Palha; Arnas;Zêzere;Malveira	Tourões;Águeda;Coa; Vouga; Arda; Mondego; Zêzere;Aiso;Peraconta;Sarzedal;Lica;Ponçul; Monçul	Paiva;Arda; Vouga; Távora;Coa; Mondego;Águeda;Dão Alva;Ceira;Corvo; Zêzere;Ponsul;

¹⁶³ Na nossa dissertação de mestrado avançamos com a hipótese deste mapa de Grandpré ter sido composto a partir do mapa manuscrito *Carta Geografica Província de Entre Douro e Minho* (1661), de Michel Lescolles, existente na Bibliothèque Nationale de France, especialmente no que diz respeito à configuração do litoral, da rede hidrográfica e da toponímia de algumas das serras. Cfr. Luís Miguel MOREIRA, 2011, p. 76-77.

As elevações do terreno, à semelhança de tantos outros exemplares contemporâneos, foram representadas por pequenos “montes” triangulares. Apenas algumas das serras cartografadas foram claramente identificadas, tendo o autor inscrito o respectivo nome sobre os “pequenos montes”: *Sª de Gaviao*, ambas no Alto Minho, a *Serra do Gerês*, a *Serra do Maram* e a *Serra de S. Caterina*.

	Ocrins;Pumares;Alvito;sarzedas;Froia;Peracama;Ponsul;Aravil;Tavala;Exacara	s;Ton... Pumane?;Seira;Dam;Navam;Monsul; Ginton?;Soure;Navelga;Alviao?;Charo;Sarda?;Ponsul; Aravil;Tavola;Blis;Tejo		Ocreza; Erges Pracana;
Estremadura e Alentejo	Alculuebra;Torto;Coelhos; Fernando;Lapica;Coto;Lamarousa;Damera;Soro;Odivar;Dazere; Almadafres;Lavre;Cana;Malcabrão;Agualva;AguadeMouro;Palma;Odega;Darção Davim;Corona;Exarama; Demoinhos;Cafins;Roxo;Campilha;Stª.Detença;Louredo;Terges;Cobres;Cabrinhas;Oeiras;Albacareia; Alhacar;Carreiras;Chubeiras;Limas;Chança;Odiarca;Degebe;Ardila; Mortiga;Mortigão;Cafarenha; Zatus;Guadiana;Cardª;Godelim;Alcaraque; Corvo;Fonteboa;Machede; Algar;Pardais;Fregamanhas;Talegas;S.Bento;Seura;Mure	Canha;Loura;Odevor;Sor;Docca; Lamarosa;Pica;Fernando;Torto; Avis;Alpiarça;Chão?;Zatas;Algar; Tera;Almada;Terges;Cobres; S. Bento; Limas;Degebe;Ardila;Coelhos; Çadaom;Cabrella;Enxarama; Alvito;Corona;Campilho; Cabrinhas;Oeiras;Carreiras; Albacor;Mortigão;Çafareja; Chança;Guadiana;Odearce; Cardira;Palm; Odega; Mançanas (...)	Cayuela;Ervedal, Figueiro?;Represa; Lampica;Toalha;Sor;ErraDivos;Couto;Frio; Sacavém;Çadão;Damim;Arano;Alvedor; Odego; Entremos;Marateca;Freixerama;Alamo;Terges;Louredo; Canha Cordeiro;Odegebe; Limas;Dalbacanejo; Carreiras; Loure	Alge?; Zêzere; Tejo, Canha; Xarrama; Rª. Campilhas; Damin; Lavre; Ervedal; Xévora; Odivor; Tera; Degebe, Guadiana; Ardila; Mutiçã; Limas; S. Romão (Sado)

	s;			
Algarve	Vascão;Lapa;Bellax arim;da loiete; Dalmargem;Gilão; dacequa; Valleformoso	Vascão;Adobrias;belis ari;Vale Formoso;Gilaon;Carrei ra; Lampas;Dacequa	Odeleite;Belixar; Acequa; Valfermose; St ^a . Detença.	Mira; Alvedos; Sado;Cobres; Vascão;

Orografia	Álvaro Seco 1570	Sanson 1654	Teixeira 1662	Grandpré 1730
Escala	1/1 250 000			
Entre Douro e Minho	Sera de Coira; Sera de Soaio; Sera da Strica	Sera de Soaio; sera da Strica	Serra de Soaio; Serra Pineda; Serra Dogires.	S ^a . Gaviao; Serra do Geres; Serra de S ^a Caterina;Serra do Maram
Trás-os-Montes	Sera do Amaraõ; Sera de Momil; Sera de Montoio;Sera de Pebordãos	Sera de Momil; Sera de Amaron; Serra Pebordaos; Serra Montoio.	Serra do Amaraõ;	Serra de Momil; Serra de Montajo.
Beira	Sera Dalcoba; Montemuro	Sera d'Alcoba; Montemuro	Montemuro; Serra Dalcoba; Sierra da Estrela	S ^a . da Estrela; Serra d'Alcoba
Estremadura e Alentejo	Montejunto; Sera de S. loaõ; Sera de Lor	Montejunto	As Cimas de Ourem; Sierra de Martinel; Sierra de S. loaõ	Serra Martinel; As Cimas de Ourem.
Algarve	Sera de Mõchiquo; Sera de Caldeiraõ	Sera de Monduque; Sera de Calderaon	Sierra de Monchique; Serra do Caldeiraõ	Serra de Monchique; Serra de Caldeirão

Tabela 3 - Os rios e as serras identificados nos mapas de Portugal de Álvaro Seco, Nicolas Sanson, Pedro Teixeira e Grandpré.

No entanto, não deixa de ser curioso observar que, após a primeira edição de 1730/1736, os mapas parecem ter conhecido um longo período de “esquecimento”, só sendo recuperados em 1762, ano em que conheceram várias edições¹⁶⁴.

¹⁶⁴ Filiando-se directamente nos mapas de Grandpré, foram editados, em 1762, os mapas de Silvério Carpinetti, reunidos numa espécie de álbum cartográfico que conhecerá, pelo menos, três reedições até meados do século XIX. Também neste ano de 1762, a segunda edição da obra “Mappa de Portugal” de João Bautista de Castro incluiu estes mapas regionais, a maior parte dos quais gravados por Laurent, em

Contudo, a existência na Bibliothèque Nationale de France, de um mapa manuscrito de Portugal, de grandes dimensões (ca.103 x 68) e também da autoria de Grandpré, introduz novos dados para a compreensão deste contexto. O conjunto da obra, a sua dimensão e o cuidado com que foi executada a cartela (da autoria de Debrie e não de Grandpré) onde, para além do título também consta uma dedicatória a D. João V, evidenciam uma versão preparatória para uma posterior gravação/impressão. Contudo, não temos conhecimento de qualquer versão impressa deste exemplar.

Não obstante ter sido já estabelecida uma proximidade directa entre este mapa e os exemplares de Luc Besson (1704), de Gaspar Baillieu (1704) e de J.B. Nolin (1724), considerados como suas fontes directas, a verdade é que, na imagem de conjunto, foram introduzidas algumas alterações, sobretudo no que diz respeito à configuração dos limites das províncias e à configuração de alguns troços do litoral português, nomeadamente, no Algarve, no estuário do Tejo e no do Sado e na Ria de Aveiro¹⁶⁵.

Dado que este mapa manuscrito também é datado de 1730, importa fazer algumas comparações com os mapas regionais impressos¹⁶⁶. Desde logo, é possível identificar inúmeras semelhanças entre o mapa regional do Algarve e os contornos desta província no mapa manuscrito, particularmente no desenho da “Ria Formosa”. O litoral ocidental entre o cabo de Sagres e o estuário do rio Mira - que corresponde, grosso modo, ao troço de litoral figurado no mapa regional do Algarve – apresenta a mesma configuração. Por seu turno, o estuário do Tejo apresenta, pela primeira vez, um desenho bastante diferente e que será impresso e divulgado por Grandpré na sua *Carta Topográfica do Patriarcado de Lisboa Occidental e Arcebispado Oriental*¹⁶⁷. Curiosamente, a Província de Entre Douro e Minho não apresenta nesta imagem de conjunto as características particulares que figuram na sua versão regional.

Deste modo, tudo leva a crer que o autor terá utilizado as mesmas fontes para compor o mapa manuscrito de conjunto bem como alguns dos mapas regionais, embora o mapa de conjunto não tenha resultado da simples junção dos diferentes

Paris. Finalmente, em Madrid, Tomás López editava também uns mapas das Províncias portuguesas, cuja configuração parece remeter para outras fontes que não apenas Grandpré.

¹⁶⁵ Ana Sofia COUTINHO, 2007, p. 152.

¹⁶⁶ As comparações com o mapa de Portugal impresso por Grandpré já foram estabelecidas por Ana Sofia COUTINHO, 2007, pp. 146-153.

¹⁶⁷ Ver, de novo, Ana Sofia COUTINHO, 2007, pp. 153-157.

mapas das províncias. Tudo indica que estaremos na presença do mapa do conjunto do país que a Academia da História pretendia elaborar de acordo com o método proposto pelo Cosmógrafo-Mor Pimentel.

O final do reinado de D. João V coincidiu com o declínio das actividades da Academia Real da História Portuguesa. Quanto às imagens de Portugal, não registaram qualquer alteração significativa uma vez que, até 1750, apenas encontramos reedições de versões anteriores, entre as quais, os seguintes exemplares: Sanson d'Abbeville - *Les Etats de la Couronne de Portugal en Espagne*, em 1740; De l'Isle - *Carta Geografica del Regno di Portogallo*; Nicolas de Fer - *Les Frontières d'Espagne et de Portugal*, editado por Jacques-François Bénard em 1742; Le Rouge - *Le Royaume de Portugal* em 1744 e 1748; Isaak Tirion e Albrizzi reeditaram o mapa de Portugal de Matias Seutter também em 1744-45; Robert de Vaugondy em 1746 e 1749 também editou novos mapas de Portugal, ainda que utilizando o material de Sanson; o inglês Emmanuel Bowen, apresentou o seu *New and Accurate Map of Portugal* em 1747, muito embora a imagem apresentada não corresponda, de todo, a uma imagem “precisa” de Portugal tal como o autor anunciava no título.

Todos estes mapas corresponderam a imagens de divulgação e de ilustração, insertos em atlas ou noutros livros de geografia, quase todos franceses. Em todo o caso, em 1750, quando D. José I sucedeu a D. João V, poucos progressos haviam sido dados para a construção do “Mapa do Reino de Portugal”, continuando a circular as mesmas imagens estrangeiras inúmeras vezes refeitas, mas sem apresentarem o rigor e a precisão exigidos por um público cada vez mais exigente.

Em jeito de resumo cartobibliográfico, poderíamos considerar a opinião dos autores das mais importantes corografias de Portugal, publicadas entre 1736 e 1750. D. Luís Caetano de Lima, para compor a descrição geográfica das províncias portuguesas, terá usado as indicações fornecidas por Manuel Pimentel, Cosmógrafo Mór Reino. Este, em sessão da Academia, em 1724, havia indicado como “melhores” os mapas de Sanson, Teixeira e Álvaro Seco, ainda que os de P. Duval, Cantelli ou Placide de Sainte-Hélène, também pudessem servir de referência¹⁶⁸. Efectivamente,

¹⁶⁸ Apud. João Carlos GARCIA, 2006, p. 159.

parece que os três primeiros terão servido de fontes directas para a composição das imagens provinciais.

Em 1739, António de Oliveira Freire, publicou em Lisboa a *Descrição Corografica do Reyno de Portugal*. Na parte final do prólogo, ao enumerar a lista de autores consultados para compor a sua obra, acrescenta especificamente “...Fernão Alvares [Seco] e Pedro Teixeira, que em Poucas folhas derão a luz a descrição deste Reyno que se publicou há menos de hum seculo...”¹⁶⁹.

João Bautista (Baptista) de Castro, iniciou em 1745 a publicação, em vários tomos, da obra que intitulou de *Mappa de Portugal*. Desde logo indica que, para a sua obra, se baseou no mapa de João Bautista Hommannu (Johann Baptist Homann) reeditado em 1736, ainda que os nomes de Alvares Seco, Sanson, Lavanha, Teixeira, Nolin, Placide, Mortier, Allard, Vischer, Jaillot, Cantelli, Baillieu, Du Val, Halma, de Ram, entre outros, também tenham sido consultados¹⁷⁰. Deste modo, a segunda metade do século XVIII iniciou-se com poucas novidades, dado que os portugueses continuavam a ver-se a si próprios através das imagens cartográficas dos séculos anteriores.

¹⁶⁹ António de Oliveira FREIRE, 1739, *prologo*, [p. 3].

¹⁷⁰ João Baptista de CASTRO, 1762, tomo I, [p.7].

CAPÍTULO II

2.1 - As imagens cartográficas de Portugal no período pombalino: de 1750 ao fim da Guerra Fantástica

Como ficou demonstrado no capítulo anterior, entre a segunda metade do século XVI e o início da segunda metade do século XVIII, o Estado promoveu o conhecimento geográfico, associado ao reconhecimento cartográfico do território. Se numa primeira fase este esforço foi desenvolvido com escasso apoio institucional, com a dinastia de Bragança, a partir de 1640, e por força do contexto político-diplomático-militar da época, esse apoio tornou-se mais evidente, como são exemplo a criação das Academias Militares, na Corte e nas províncias, e da Academia Real da História Portuguesa. Em todo o caso, em 1750, o projecto de construção de um mapa de Portugal pelos portugueses, ainda não tinha sido concretizado, pese embora o labor de técnicos, militares e académicos. Assim, a imagem cartográfica de Portugal continuava a ser divulgada por autores e editores estrangeiros, ainda que dois dos mais importantes mapas de Portugal que continuavam a inspirar os geógrafos europeus, fossem de autoria de portugueses: os mapas de Fernando Álvaro Seco e de Pedro Teixeira Albernaz.

Neste capítulo, propomo-nos analisar a cartobibliografia de Portugal, a partir de mapas elaborados quer por autores nacionais, quer por autores estrangeiros, ao longo da segunda metade do século XVIII e início do século XIX. Este período de tempo coincide com o início do reinado de D. José I e com a governação reformista do Marquês de Pombal, e prolonga-se pelo reinado de D. Maria I e regência do Príncipe D. João, futuro D. João VI, cujos governos também foram marcados por uma ânsia reformista estatal, inspirada nos princípios iluministas.

Os conflitos diplomáticos e militares que marcaram este período, por oposição ao anterior reinado de D. João V, proporcionaram várias oportunidades de edição e de reformulação dos mapas de Portugal que circulavam no espaço europeu. São estas imagens as que nos propomos analisar.

Na Europa da segunda metade do século XVIII, a Cartografia, já imbuída do espírito racionalista e iluminista, tal como a ciência em geral, estava ao serviço do

Estado. Os governos europeus pretendiam assegurar a “felicidade dos povos” e, para tal, era necessário promover uma série de reformas sociais, implementar obras públicas, cobrar impostos de uma forma mais racional, proceder a reestruturações administrativas, etc., e tudo isto se deveria apoiar em Cartografia actualizada. Para os administradores locais ou centrais, fossem civis, militares ou religiosos, a existência de mapas pormenorizados permitia-lhes conhecerem melhor os limites dos territórios que administravam e assim tornarem-se mais eficazes na sua acção.

Partindo deste princípio, foram desenvolvidas inúmeras experiências de levantamentos de mapas científicos, um pouco por toda a Europa. No entanto, e tal como já havia sucedido na primeira metade do século, nem todos estes levantamentos foram concluídos satisfatoriamente. Assim, alguns autores, nomeadamente franceses como Guillaume Delisle (1675-1726), Phillipe Buache (1700-1773), Nicolas Bellin (1703-1772) e Jean Baptiste Bourguignon d’Anville (1697-1782), desenvolveram uma metodologia de elaboração cartográfica que combinava o trabalho de gabinete em que eram especialistas, com a recolha de informações no terreno, a partir de inquéritos distribuídos a uma rede de colaboradores locais.

A informação recolhida era trabalhada sobre a Cartografia existente, fazendo-se as necessárias correcções e ajustes, de forma a actualizar os mapas e a torná-los mais precisos aos olhos da Administração¹⁷¹. Deste modo, muitos mapas eram acompanhados de memórias descritivas que, para além das tradicionais fontes cartográficas e históricas, também se apoiavam nas informações recolhidas *in loco* pelos seus colaboradores.

Através dos mapas, os cartógrafos adoptavam um discurso de cientificidade que até então, não tinham. Gradualmente vão desaparecendo as grandes dedicatórias às principais personalidades, para dar lugar de destaque à enumeração das fontes de informação ou à metodologia de trabalho¹⁷². Deste modo, respondia-se às exigências do Estado, cada vez mais dependente de uma rede de funcionários administrativos,

¹⁷¹ Monique PELLETIER, 2002 ; Norman THROWER, 2002, p. 101-135 ; David BUISSERET, 2004, p. 133-210 ; Chritine Marie PETTO, 2007, p.57-97.

¹⁷² Alguns destes autores envolveram-se mesmo em disputas legais contra alguns editores cartográficos que se intitulavam “geógrafos”, mas que apenas se dedicavam a copiar e a plagiar muitas das obras existentes, não defendendo a cientificidade da profissão. Ver Christine Marie PETTO, 2007, p.143-175.

assim como da própria sociedade “ilustrada”. Em todo o caso, como sempre, no centro da questão estava a sobrevivência do negócio.

Todo este ambiente de criação e expansão dos Estados, do desenvolvimento de academias científicas, filosóficas e literárias e as convulsões geopolíticas, contribuiu para aumentar o mercado consumidor de Cartografia actualizada e, por essa razão, também aumentaram os centros produtores. Aos tradicionais centros Paris, Amsterdão, Veneza, Augsburg e Nuremberga, juntaram-se outros, cada vez mais prolíficos e proeminentes, como Londres, Viena, Weimar ou Madrid. Como se comprova pela observação da figura 7, durante a segunda metade do século XVIII, Londres e Paris destacavam-se como os principais centros editores cartográficos.

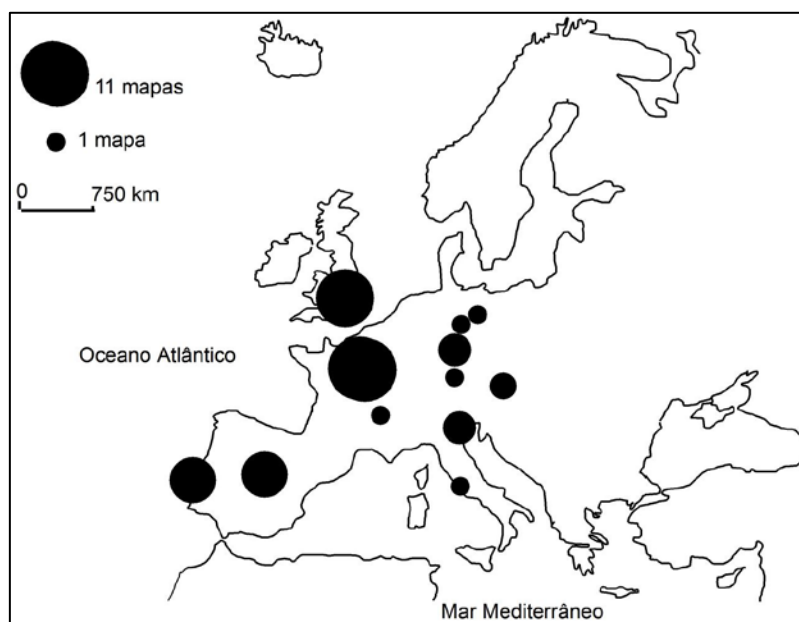


Figura 15 - Local e número de edições de Mapas de Portugal entre 1750 e 1812.

Constata-se que 1/4 dos mapas de Portugal editados neste período foram editados em França, um pouco mais do que na Grã-Bretanha; os mapas ibéricos, considerando a produção editada em Madrid e em Lisboa e incluindo os vários mapas regionais, correspondem, também a 1/4 do total. Assim, 3/4 da produção e comercialização de mapas de Portugal concentrava-se em Londres, Paris, Madrid e Lisboa.

Entre as diversas casas editoras de mapas existentes nestes centros, foram estabelecidas relações comerciais que permitiam circular entre eles e com relativa

rapidez, os diferentes mapas produzidos. Estas sucessivas trocas possibilitaram, também, o uso abusivo de cópias e de plágio, mas divulgavam amplamente os trabalhos dos diferentes cartógrafos.

Devemos referir que esta realidade era válida na Europa Central havia já muitos anos mas, na Península Ibérica, só na segunda metade do século XVIII se estabeleceu o primeiro grande comerciante de mapas em Madrid. Até então, o comércio (divulgação, compra e venda) de mapas, quer em Portugal, quer em Espanha, era assegurado pelos livreiros. Concretamente em Portugal, o mercado livreiro estava nas mãos de algumas famílias francesas-piemontesas oriundas da região de Briançon, mais concretamente da vila de Monestier. Estas famílias estabeleceram laços comerciais entre si ao longo das décadas seguintes¹⁷³.

Pelo facto de serem oriundos de uma região próxima de grandes centros produtores, como Lyon, Genéve ou Lausanne, de dominarem a língua francesa, de terem conhecimento do circuito editorial franco-suíço e de possuírem algum capital para investir, rapidamente dominaram todo o mercado nacional e ultramarino¹⁷⁴. As encomendas dos livreiros franceses eram despachadas quer por via terrestre, quer por via marítima, para Lisboa e daqui para as demais vilas e cidades portuguesas onde também podiam existir estabelecimentos comerciais e agentes destas famílias. Como os livreiros não se dedicavam exclusivamente ao negócio dos livros, vendendo também, gazetas, estampas, papel e mapas, tornaram-se, também, fornecedores e divulgadores de mapas impressos estrangeiros para o mercado português onde se incluía, naturalmente, os territórios ultramarinos¹⁷⁵.

¹⁷³ A produção editorial nos países católicos era substancialmente menor do que a dos países protestantes que não tinham de sofrer o controlo, mais ou menos apertado, da censura inquisitória. Por outro lado, como a produção nos países do Norte da Europa era maior, mais rápida e com preços mais baixos (também por fruto da concorrência), à medida que a edição em Portugal foi ficando cada vez mais residual, aumentou a procura por livros estrangeiros, particularmente em língua francesa. Estava criado, então, o ambiente propício para a fixação de comerciantes e livreiros de origem francesa em Portugal. Manuela DOMINGOS, 2000 e 2002; Diogo Ramada CURTO *et al*, 2007 e Fernando GUEDES, 2012.

¹⁷⁴ Foram dois livreiros franceses, Gendron e Reycend, que forneceram as bibliotecas dos palácios de Mafra e das Necessidades, a pedido de D. João V. Refira-se, para ter uma ideia da dimensão do negócio efectuado que, em 1760, uma nota de encomenda do livreiro Pedro Gendron a um fornecedor suíço, pedia 15 a 20 mil livros. Gendron foi, também, o maior comprador de exemplares para o mercado português do “Atlas Universel” de 1757, da família Vaugondy (em 22 exemplares encomendados, Gendron adquiriu 18). Ver Agustín HERNANDO, 2008, p. 34.

¹⁷⁵ Veja-se as encomendas despachadas por João Baptista Reycend para a cidade de Recife em finais do século XVIII, onde se incluem atlas. Cfr. Gilda Maria VERRI, 2006, p. 387-390.

2.2 - Os mapas de Portugal durante o Governo do Marquês de Pombal

Tal como já observamos, em Portugal, a ter existido um “paradigma iluminista”, ele terá tido início durante o reinado de D. João V, mas foi mais vincado com a afirmação e consolidação do Poder do Estado sobre o território, pela acção do governo liderado pelo Marquês de Pombal, no reinado de D. José I (1750-1777) e continuado no reinado de D. Maria I (1777-1816)¹⁷⁶.

Actuando dentro de uma matriz reformista, o governo do Marquês de Pombal definiu dois planos de acção: a nível interno, o objectivo prioritário da Coroa foi o de reforçar o seu Poder sobre todas as outras instituições públicas; no plano externo, Pombal empreendeu todos os esforços no sentido de assegurar a sobrevivência do Império colonial luso-brasileiro que, como bem sabia, era essencial para a economia portuguesa, isto apesar da posição frágil que Portugal ocupava na cena internacional decorrente do quadro geopolítico da época.

Com efeito, quando Pombal chegou ao poder em 1750, a Coroa portuguesa acabava de assinar com Espanha um tratado sobre os limites das respectivas soberanias na América do Sul. Deste modo, o Brasil passou a ocupar uma posição central na política ultramarina portuguesa. Não é de estranhar, por essa razão, que muito do esforço português no desenvolvimento cartográfico se concentrasse naquela colónia. Deste modo, durante a década de 1750, e logo após a assinatura do Tratado de Madrid, foram contratados inúmeros engenheiros militares estrangeiros com o intuito de serem transferidos para o território brasileiro, com a missão de proceder ao seu reconhecimento topográfico e cartográfico de forma a fixar os limites entre os territórios das duas coroas ibéricas¹⁷⁷.

¹⁷⁶ Por uma questão de conveniência e de uniformidade textual, sempre que nos referirmos a Sebastião José de Carvalho e Melo, utilizaremos, preferencialmente, o título de “Marquês de Pombal”. Não compete a este estudo definir o teor ideológico do governo de Pombal, até porque ainda subsiste alguma controvérsia entre os historiadores: embora uns considerem que o reinado de D. José I teve um carácter mais despótico que iluminista, outros há que consideram que o governo de Pombal se inspirou em muitos dos princípios e ideais do denominado “Jusnaturalismo” ou “Iluminismo Católico”, marcado por uma forte acção reformista da sociedade portuguesa, sendo este o aspecto que mais o aproximava da acção iluminista. Existe uma vasta bibliografia específica disponível, veja-se, por exemplo, a lista bibliográfica proposta por Patrícia Cardoso CORREIA, 2003.

¹⁷⁷ Sobre a importância da Cartografia para o conhecimento do Brasil, nomeadamente do seu útil papel para a demarcação das fronteiras entre as possessões portuguesas e espanholas, consultar, entre outras obras, as de Jaime CORTESÃO, 1984 e 2009; Joaquim Romero MAGALHÃES *et al*, 1997; Joaquim Romero

A concretização destes dois planos implicou uma verdadeira reforma institucional, permitindo ao Estado coligir um maior número de informações sobre o território e as populações¹⁷⁸. Para isso, a Coroa deveria exercer uma actividade "policial" sobre as acções públicas e privadas dos súbditos.

Após o terramoto de 1 de Novembro de 1755, Pombal assumiu a pasta da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino e reforçou a sua posição de controlo sobre a governação do País. De facto, era necessário coordenar uma estratégia nacional para fazer face aos problemas mais prementes, não só dos que resultaram directamente dos efeitos do terramoto, como também daqueles que poderiam surgir no futuro, a saber: segurança, circulação, comércio, defesa nacional, Nos anos seguintes uma série de acontecimentos internos colocaram à prova o governo de Pombal: primeiro a reconstrução da cidade de Lisboa, depois a revolta da população da cidade do Porto contra a Companhia das Vinhas do Alto Douro, em 1757, o atentado contra o Rei em 1758 seguido do processo contra a família Távora e a expulsão dos Jesuítas em 1759.

Contudo, estas questões não foram suficientes para desviar a atenção da Administração sobre o reconhecimento cartográfico do território português, até porque, externamente, começava em 1756 aquela que ficou conhecida na historiografia europeia como “Guerra dos Sete Anos” e que, como veremos, teve repercussões em Portugal. Foi neste contexto que, entre 1755 e 1760, foram realizados vários levantamentos/reconhecimentos topográficos e cartográficos,

MAGALHÃES, 2009, p. 69-94; Max Justo GUEDES, 1997; Inácio GUERREIRO, 1999, p. 24-42; André Ferrand de ALMEIDA, 1999, p. 79-92, 2001, 2009a, p. 79-89 e 2009b, p. 215-235; Mário Clemente FERREIRA, 2001; João Carlos GARCIA, 2001. Ver, também a obra de Isabel MENDONÇA, 2003, sobre o trabalho de António José Landi, um desenhador italiano contratado por Portugal para fazer levantamentos no Norte do Brasil; sobre Miguel Ciera e a sua acção como geógrafo/cartógrafo e delimitador do Sul do Brasil, ver o trabalho de Maria Fátima COSTA, 2009, p. 189-214. Júnia FURTADO, 2011, p. 66-83, desenvolveu uma pesquisa em torno do contributo da Cartografia de Jean Baptiste Bourguignon d’Anville. Ver, ainda, os trabalhos de Iris KANTOR, 2009, p. 39-61 e 2010, p. 110-123. Beatriz Siqueira BUENO, 2009, p. 111-153; Jorge CINTRA, 2009, p. 63-77

¹⁷⁸ Naturalmente que, todas estas reformas, não foram exclusivas da Coroa Portuguesa, que se inspirou nos diferentes modelos europeus. Assim, pode-se estabelecer um paralelismo muito próximo com o exemplo espanhol, cuja reforma governativa liderada pelo Marquês de la Ensenada, se estendeu durante os reinados de Felipe V, Carlos III e Fernando VI. Cfr. António REGUERA RODRÍGUEZ, 1993, pp. 28-29 e José L. GÓMEZ URDÁÑEZ, 2002, pp. 55- 62. Igualmente evidentes, foram as ligações ao exemplo francês, especialmente no que se refere às políticas territoriais e à criação de instituições de carácter geográfico e cartográfico. Para além destes exemplos, e da experiência austríaca, que Pombal bem conhecia, podemos admitir um conhecimento do exemplo russo, em virtude da relativamente frequente a troca de correspondência entre Pombal e Ribeiro Sanches, então ao serviço da Coroa Russa. Cfr. Ana Cristina Nogueira da SILVA, 1998, p.28 e, fundamentalmente, Kenneth MAXWELL, 2001.

sobretudo nas proximidades das praças-fortes dispostas ao longo da fronteira terrestre.

Deste modo, no Alentejo, os engenheiros Miguel Luís Jacob e João António Infante, efectuaram vários levantamentos entre 1755 e 1758, confirmando, assim, a vitalidade da Academia Militar do Alentejo criada em 1732¹⁷⁹. Para além dos trabalhos desenvolvidos na Província do Alentejo, o engenheiro Miguel Luís Jacob, que foi discípulo de Azevedo Fortes na Academia de Fortificação da Corte, também desenvolveu a sua actividade na Praça de Almeida procedendo a levantamentos topográficos na Província da Beira¹⁸⁰. Na Província de Entre Douro e Minho, como já referimos, são conhecidos, pelo menos, dois reconhecimentos cartográficos: um, de autoria de Gonçalo Luís da Silva Brandão, datado de 1758, intitulado *Topografia da Província de Entre Douro e Minho*, inclui 24 desenhos das praças, fortes e vários troços da raia e do litoral da província, para além de uma *Carta Geographica do Continente da Província de Entre Douro e Minho e de sua Costa Marítima e Raia*. Foi oferecido pelo autor, enquanto "discípulo" de engenharia, ao então Conde de Oeiras¹⁸¹.

Paralelamente ao trabalho deste autor, existem outros exemplares assinados por José Martins da Cruz, Ajudante de Infantaria com exercício em Engenharia, na Província do Minho, que elaborou um pequeno álbum constituído pelas plantas das principais vilas do Alto Minho, bem como dos fortes ali existentes, no ano de 1759. As características dos dois levantamentos, parecem constituir mais um indício do labor da Academia Militar de Viana¹⁸². Estes levantamentos, também dão conta da preocupação sentida pelo governo português no sentido de averiguar o estado das defesas da raia seca, não só pelo efeito do terramoto de 1755 mas também pela nova conjuntura geopolítica internacional.

A reconstrução de Lisboa, para além de fornecer um "laboratório" prático aos engenheiros militares portugueses, permitiu um aperfeiçoamento das técnicas de levantamento topográfico, na configuração do traçado urbano, no desenho de plantas,

¹⁷⁹ Sobre o levantamento das praças alentejanas por Miguel Luís Jacob, ver Margarida Tavares da CONCEIÇÃO, 2011.

¹⁸⁰ Margarida Tavares da CONCEIÇÃO, 2007 e 2011.

¹⁸¹ Em 1994, a Biblioteca Pública Municipal do Porto, lançou uma edição *fac-símile* da obra, acessível ao grande público. Aí são referidos alguns pormenores biográficos deste autor. Cfr. Maria Adelaide MEIRELES, 1994.

¹⁸² Mário Gonçalves FERNANDES, 2002, p. 74, já havia levantado a hipótese de estes álbuns resultarem da actividade da Academia de Viana.

etc. Esta formação prática teve utilidade aquando da criação de novas povoações, não só dentro do próprio reino, como no caso de Vila Real de Santo António ou Porto Covo, mas muito especialmente na consolidação do domínio territorial do interior do Brasil, com a fundação de inúmeras vilas, cujo traço e arruamentos foram da responsabilidade de vários engenheiros militares ao serviço de Portugal¹⁸³.

Aproveitando os efeitos do terramoto de 1755, a Coroa portuguesa promoveu a realização de vários inquéritos, por exemplo em 1756 e 1758, o primeiro com o intuito de avaliar os estragos causados pela referida catástrofe e o segundo para recolher informação de carácter diverso, sobre a demografia, a geografia e a economia das diferentes paróquias do Reino. Os inquéritos de 1758 foram enviados a todos os párocos do reino e as respostas deveriam ser remetidas para a Secretaria de Estados dos Negócios do Reino, que as encaminhou para a Congregação do Oratório para serem analisadas e tratadas pelo padre Luiz Cardoso¹⁸⁴.

No que diz respeito às contagens populacionais, a Administração Central passou a manifestar uma preocupação em controlar directamente os levantamentos, em vez de os deixar apenas ao cuidado da Igreja. Neste particular, a instituição pombalina que desempenhou um papel importante na produção de conhecimentos sobre o nosso país, foi a Intendência Geral da Polícia, criada em 1760¹⁸⁵.

Relativamente à Igreja, assistiu-se à progressiva diminuição da influência desta instituição nos assuntos de Estado: a Inquisição foi secularizada, a Companhia de Jesus recebeu ordem de expulsão em 1759, as relações com o Vaticano foram interrompidas e tomaram-se inúmeras medidas e leis que afectaram os rendimentos eclesiásticos.

¹⁸³ Renata Malcher ARAUJO, 1998.

¹⁸⁴ Os dados deste Inquérito conservam-se no Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo sob a designação de *Memórias Paroquiais*, cfr. Anabela RIBEIRO, Joana BRAGA e Lucília RUNA, 2006, p.1-2. O Padre Luís Cardoso já havia acumulado uma larga experiência no tratamento inquéritos, uma vez que, enquanto membro da Academia Real da História Portuguesa, tinha participado nos inquéritos realizados por esta instituição em 1721 e 1732 e cujos resultados permitiram esboçar a obra *Dicionário Geográfico*, cujos dois volumes foram editados entre 1747 e 1751. Com os novos dados obtidos pelo inquérito de 1758, o padre Luís Cardoso colaborou com o seu irmão, Pedro Nolasco dos Reis, na edição da obra *Portugal Sacro-Profano* de 1767. Ver, também, Helena OSSWALD, 2002, p. 127-143 e Inês AMORIM; 2006, p. 149-168.

¹⁸⁵ Por iniciativa da Intendência Geral ou pelo menos do seu Intendente, organizaram-se várias tentativas de recolha de informação relativa à população, como são exemplo os "censos" de 1776, de 1792 e de 1798, embora nenhuma destas contagens populacionais obtivesse resultados completos, válidos para todo o território ou abrangendo todos os sectores da população. Cfr. João Pedro FERRO, 1995, pp. 26 – 27.

Ainda que esta atitude seja muitas vezes considerada exemplificativa de uma posição anticlerical, típica da filosofia iluminista, a verdade é que a acção de Pombal em relação à Igreja, apenas visou delimitar as esferas de acção do poder político e do poder religioso.

Directamente relacionada com a expulsão dos jesuítas, esteve a reforma do ensino e não só o da Universidade. Se antes o ensino se encontrava largamente nas mãos daquela ordem religiosa, com a sua extinção, o Estado procurou chamar a si a condução da instrução pública, ao mesmo tempo que promovia uma renovação do corpo docente e do currículo da Universidade¹⁸⁶. Foram contratados vários professores estrangeiros, entre os quais, Miguel António Ciera, Domingos Vandelli, Miguel Franzini, que vasta influência tiveram na evolução da ciência em Portugal. Foi esta renovação que permitiu o desenvolvimento das ciências e da filosofia, ao mesmo tempo que se incrementavam os conhecimentos científicos sobre o Império, nomeadamente o Brasil, onde a Cartografia deteve uma importância fundamental¹⁸⁷.

Também no exército se fizeram sentir os efeitos das reformas pombalinas: perante a ameaça de nova guerra com Espanha, em 1762, contrataram-se especialistas estrangeiros, entre os quais, o Conde de Schaumburg-Lippe, que tinham como missão principal reformular a orgânica, a composição, as tácticas e o armamento do exército português, modernizando-o à semelhança de outros congéneres europeus¹⁸⁸.

Outro grande objectivo a atingir com estas medidas, era o de fomentar o ensino militar, com o intuito de se criar um corpo de oficiais técnicos nacionais. Neste sentido, a partir de 1762, foram fundadas as Aulas de Artilharia, nos respectivos regimentos desta Arma. Apesar de não terem sido pensadas especificamente para a produção cartográfica, é de admitir que em torno destas Aulas, muitas vezes lideradas por oficiais estrangeiros ao serviço do exército português, e que rapidamente

¹⁸⁶ A Coroa também tentou reformar os “estudos menores”, mas não obteve muito sucesso no seu intento. Entre outras medidas foi criado o Colégio dos Nobres, uma instituição que teria como objectivo educar os jovens aristocratas portugueses. Cfr. Rómulo de CARVALHO, 1986.

¹⁸⁷ Relembremos, também, o contributo de Alexandre Rodrigues Ferreira, professor na Universidade de Coimbra que, em 1783, chefiou a primeira grande expedição científica (ou “viagem filosófica” como então se chamou) ao Brasil. Esta *viagem* foi analisada por Miguel FARIA (2001), ainda que centrando a análise num outro técnico, José Joaquim Freire, que também integrou a expedição, na qualidade de desenhador. Sobre Alexandre Rodrigues Ferreira e a sua viagem ver, entre tantos outros, William Joel SIMON, 1983; Ângela DOMINGUES, 1991, p. 58-71 ou Ronald RAMINELLI, 1998, p. 157-182.

¹⁸⁸ Cfr. Fernando Pereira MARQUES, 1989, pp. 28-53 e 1999, pp. 30-34.

ganharam o estatuto de verdadeiros centros de estudo e de discussão científica, pudessem ser administrados conhecimentos cartográficos ou topográficos, tanto mais que estes eram fundamentais para qualquer oficial de artilharia. As Aulas funcionavam nos Regimentos de Valença, S. Julião (Oeiras), Elvas e Lagos; no primeiro, figurava José Anastácio da Cunha, brilhante matemático, que seria convidado pelo Marquês de Pombal para Lente do Curso de Matemática da reformada Universidade de Coimbra¹⁸⁹.

Uma outra linha de acção do governo de Pombal, relaciona-se com as reformas económicas que procuraram salvaguardar a economia nacional dos efeitos provocados pela concorrência externa, particularmente da grande influência da Grã-Bretanha, e evitar a transferência de capital nacional para o estrangeiro. Procurou-se reforçar o papel e a importância dos sectores produtivos: a agricultura (sendo a criação da Região Demarcada do Douro uma das medidas mais importantes) e a indústria, ao mesmo tempo que se intensificavam as trocas coloniais, privilegiando-se as relações luso-brasileiras¹⁹⁰. Estas linhas de orientação permitiram, com relativo sucesso, minimizar a crise económica que já se fazia sentir no momento em que o Marquês de Pombal assumiu a liderança do País, em parte decorrente da diminuição das remessas do ouro brasileiro¹⁹¹.

Esta política económica assentava, em larga medida, na consolidação da Marinha, tanto a Mercante como a de Guerra. No sentido de formar técnicos especializados, foram criadas a Aula de Comércio (1759), em Lisboa e a Aula de Náutica (1762), na cidade do Porto, por iniciativa da Junta da Administração da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro¹⁹². A utilização da Cartografia revestia-se de uma importância especial na formação dos pilotos e marinheiros da frota mercante desta cidade.

Pese embora todo este contexto geral que estimulou a produção cartográfica nacional, o facto é que, para o território metropolitano, os mapas continuaram a ser

¹⁸⁹ Rui Meira CRUZ, 1993, p. 11. Para além da sua própria produção nos estudos de balística e artilharia, o autor também apresentou algumas reflexões críticas às obras de Bellidor e Vauban, que se utilizavam nas Aulas.

¹⁹⁰ José Vicente SERRÃO, 1998, pp. 67-109.

¹⁹¹ Ver as principais linhas de acção do pensamento económico do Marquês de Pombal, em Manuel Ferreira RODRIGUES e José Amado MENDES, 1999, pp. 162-171; Charles. R. BOXER, 2001, pp. 179-201, Eugénia MATA e Nuno VALÉRIO, 2003, pp. 121-126; Nuno Gonçalo MONTEIRO, 2008; António Almeida SANTOS, 2011 e José Luis CARDOSO e Alexandre Mendes CUNHA, 2011.

¹⁹² Cândido dos SANTOS, 1996 e 2011.

produzidos de forma manuscrita e a sua circulação restrita ao uso dos decisores políticos e dos militares. Dado que não foi desenvolvido um plano para a composição de um mapa do país, no início da segunda metade do século XVIII, os melhores exemplares cartográficos de Portugal continuavam a ser as novas versões e variantes impressas dos mapas de Nicolas Sanson e de Pedro Teixeira. É este núcleo de mapas de Portugal editados no estrangeiro durante o período pombalino, com uma dimensão igual ou superior a *folio*, que analisaremos de seguida.

O mapa do Reino de Portugal de Robert Vaugondy, 1751

Em França, logo no início da segunda metade do século XVIII, a família Vaugondy, herdeira do espólio do atelier cartográfico de Nicolas Sanson, de quem eram descendentes, iniciou a publicação de atlas e mapas destinados a um público cada vez mais vasto, compostos a partir do material elaborado por aquele geógrafo do século XVII¹⁹³.

Os dois mais famosos membros da família Vaugondy eram Gilles Robert (1688-1766) e o seu filho e sucessor Didier Robert (1723-1786). Como frequentemente usavam o mesmo nome “Robert Vaugondy” para assinarem os mapas, torna-se difícil, por vezes, distinguir a autoria dos mapas dos dois autores, ainda que Gilles assinasse com mais frequência “S^r. Robert”, enquanto Didier assinava “Robert Vaugondy”¹⁹⁴.

Depois de (provavelmente) Gilles Robert ter reeditado, em 1730, e com alterações mínimas, o mapa de Portugal de Sanson, impresso em duas folhas em 1654, e um outro mapa do país, também em duas folhas, em 1749, destaca-se o mapa de Portugal datado de 1751 e incluído no *Atlas Universel* de 1757¹⁹⁵. Este mapa de Portugal foi editado, mais uma vez, em duas folhas, a parte setentrional e a parte meridional do território, com uma dimensão aproximada de cerca de 48 x 52 cm cada,

¹⁹³ Sobre o reaproveitamento do material cartográfico de Sanson ao longo dos séculos XVII e XVIII, ver François de DANVILLE, 1954, p. 7-151.

¹⁹⁴ Sobre o trabalho desta família, ver Mary Sponberg PEDLEY, 1992.

¹⁹⁵ Um exemplar deste mapa, que faz parte do volume factício “Mappas do Reino de Portugal e suas conquistas”, coligidos por Diogo Barbosa Machado, pode ser consultado no sítio da B.N.R.J., na internet, com a referência cart1078062.tif.

perfazendo a imagem total 96 x 52 cm¹⁹⁶. O mapa está enquadrado numa dupla esquadria, sendo a interna dividida em graus de latitude e de longitude. Figura o território português delimitado a oeste pelo “ocean Occidental” e a Este, de Norte para Sul, pelo “Royaume de Leon”, “Estremadura de Castille” e “Andalousie”. Na folha setentrional, a cartela, ornamentada com motivos florais, ostentando o título “Partie Septentrionale du Royaume de Portugal”, a autoria “Par le S^r.Robert Géographe ordinaire du Roy. Avec Privilege” e a data “1751”, foi colocada no canto superior esquerdo da folha, enquanto na folha meridional, a cartela encontra-se no canto inferior esquerdo. Ainda na folha Norte, uma outra cartela no canto inferior esquerdo enquadra três escalas gráficas: uma de “Mille Pas Géométriques de 60 au Degré”, outra de “Lieues Marines et d’une heure de 20 au Degré” e uma de “Lieues communes de Portugal de 18 au Degré”, escala que se pode calcular em cerca de 1:678 000. Por sua vez, na folha Sul, as escalas gráficas foram colocadas no canto inferior direito, ainda que com algumas diferenças, pois a sua conversão permite-nos calcular uma escala aproximada de 1:673 000.

A análise aos acidentes da costa, revela que a configuração geral da Ria de Aveiro, a foz dos rios Douro, Mondego, Tejo e Sado, assim como a configuração do litoral algarvio, são muito semelhantes ao mapa de Teixeira e suas variantes, o que faz pressupor que o autor terá utilizado um desses exemplares para a sua base.

Dos fenómenos do fundo do mapa, destaca-se a figuração de uma densa rede hidrográfica, tanto na folha Norte como na folha Sul; uma grande parte dos cursos de água foi identificada. Tomemos como exemplo de análise na Província de Entre Douro e Minho, o rio Este, que o autor identificou como “Solho” e a não identificação do rio Leça, ou na Província da Beira a identificação de alguns afluentes e sub-afluentes do Tejo como o “Peracama”, para remetermos para uma versão do mapa de Pedro Teixeira. Contudo, existem outros rios aqui identificados que não constam na versão original de Teixeira, e outros, cujo nome foi corrigido, o que leva a crer que Vaugondy terá recorrido ao mapa de Sanson e suas variantes, pois utilizou os mesmos nomes como por exemplo, em Trás-os-Montes, Tua, Tuela e Tuage.

¹⁹⁶ No verso, a folha setentrional possui o número 81 e a folha meridional o número 82.

O relevo foi representado graficamente por pequenos montes dispersos por todo o território, parecendo desempenhar a missão de delimitar as bacias hidrográficas, ainda que apenas algumas serras tenham sido identificadas: na folha Norte apenas a “Sierra de Soraio” (serra do Soajo) e na folha Sul, “Acimas de ourem”, a “Sierra de Martinel” (serra de Grândola), a “Sierra de Monchique” e a “Sierra de Caldeiro” (serra do Caldeirão), todas comuns ao mapa de Teixeira. Tal como já se verificava nos exemplares do século XVII, a maior densidade hidrográfica na folha Sul estava associada a uma maior concentração de montanhas, pelo que se mostrava a Província do Alentejo de relevo muito irregular.

O território português encontra-se dividido em províncias, separadas por uma linha a tracejado, semelhante à representação da raia seca. Cada uma das províncias encontra-se subdividida noutras circunscrições denominadas “Territoire...” e que parecem corresponder às Comarcas. Tal como no mapa de Sanson, do século anterior, o “Territoire de Pinhel”, correspondendo grosso modo ao de Riba-Côa, foi incluído na Província de Trás-os-Montes.

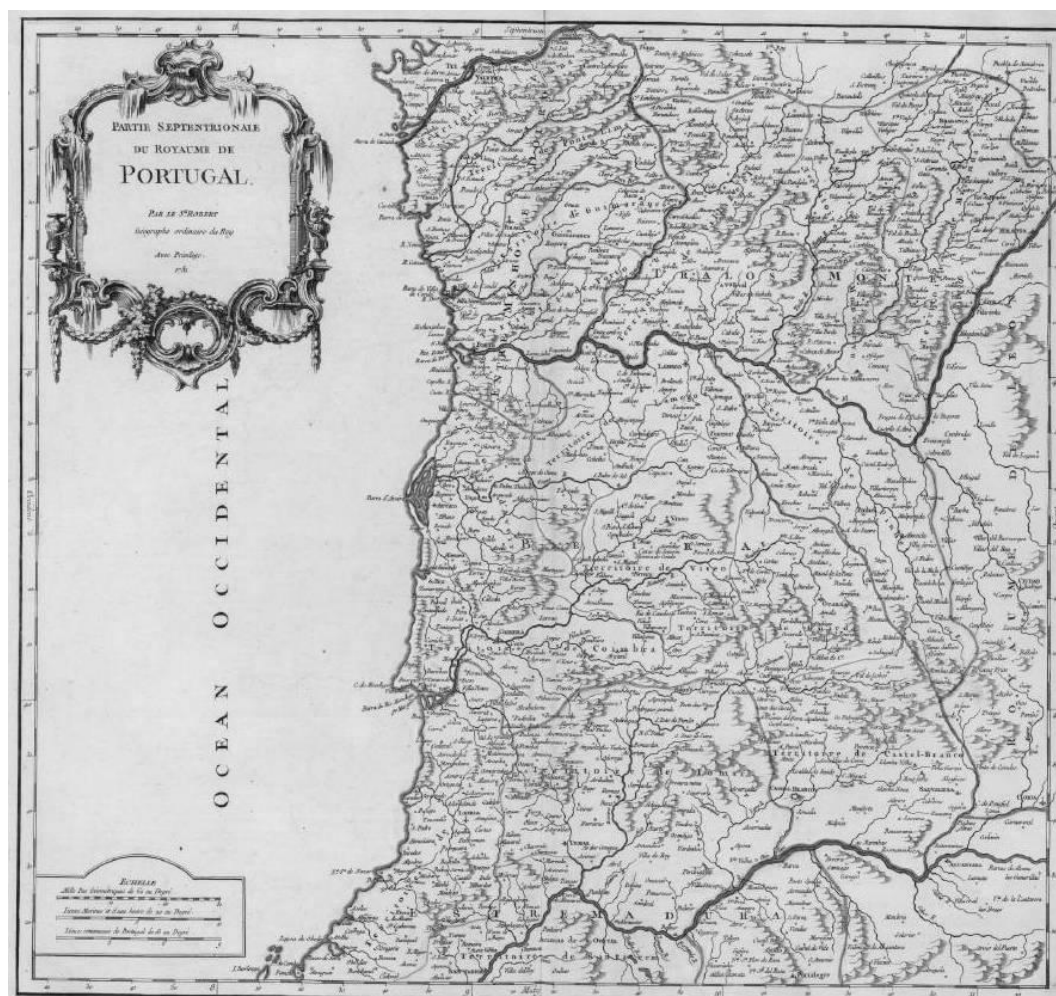


Figura 16 - Partie Septentrionale du Royaume de Portugal, Sr. Robert, 1751. D.R.M.C.

Apresenta abundante toponímia e as povoações estão hierarquizadas em diferentes tipologias que podem ser inferidas pelo símbolo gráfico utilizado na sua representação, na medida em que o autor não juntou qualquer legenda. Deste modo, para além das sedes de arcebispado e de bispado, o cartógrafo utilizou mais cinco símbolos diferentes.

Um destes símbolos parece indicar uma praça-forte, e foi reservada para a representação de Valença e de Lisboa; Castelo Branco e Castro Marim foram representadas por uma fortificação pentagonal. Para além destes casos, apenas figuram mais três fortificações, duas em território português: uma próximo de Vila do Conde e outra em Sagres e uma na Galiza na povoação de Amorín, no vale do rio Minho.



Figura 17 - Partie Meridionale du Royaume de Portugal, Sr. Robert, 1751. D.R.M.C.

Em resumo, à semelhança de outros autores como Jean Besson em 1704, J.B. Nolin em 1724 ou J.B. Homann em 1736, apenas para nomear alguns, também Vaugondy em 1751 terá recorrido ao mapa de Teixeira para compor o seu próprio fundo de mapa, que foi preenchido, sempre que o autor entendeu, com informação proveniente do mapa de Sanson.

Mais uma vez, estamos na presença de uma imagem que resulta da compilação de fontes cartográficas pré-existentes sem promover qualquer inovação na imagem cartográfica de Portugal. Em todo o caso, o atlas de Vaugondy conheceu um amplo sucesso editorial, não só em França, como também na Península Ibérica. Refira-se que, talvez com o intuito de abastecer o mercado português com esta obra, o livreiro Pedro

Gendron encomendou 22 exemplares, mais do que qualquer outro mercador de livros na Península¹⁹⁷.

Onze anos após a sua elaboração, em 1762, D. Pedro de Campomanes, ministro da corte espanhola, dizia a propósito deste mapa que, “si se exceptua la [carta] de Cantinelli [sic], es sin dificultad este Mapa el más pontual de cuantos han publicado los extranjeros...”, ainda que inúmeros erros pudessem ser apontados na toponímia¹⁹⁸.

O mapa *Portugal Dividido en sus Provincias* de Pedro Gendron, 1754.

Durante a primeira década de governação de Pombal, temos conhecimento da edição de um mapa de Portugal que configurou uma nova imagem cartográfica. Trata-se do mapa *Portugal Dividido en sus Provincias, Compuesto Sobre las memorias mas Modernas y rectificadas por las Observaciones Astronomicas de los Señores de la Academia R.^L de las Ciencias de Paris*, de Pedro Gendron.

Pedro Gendron era um livreiro natural do Delfinado que, à semelhança de várias dezenas de compatriotas, se estabeleceu em Portugal ao longo do século XVIII. Pa além de várias ligações profissionais, também estava ligado por laços de parentesco a outras famílias de livreiros franceses (ou piemonteses) como os Dubeux, os Aillaud, os Rollands e os Bonnardels¹⁹⁹. Na década de 1740, Pedro Gendron associou-se como livreiro, em Lisboa, a Joseph Reycends mas esta sociedade durou apenas até 1752, ano em que foi dissolvida. Ao que parece, os irmãos Dubeux (livreiros franceses estabelecidos em Coimbra) e Joseph e Antoine Laurent Bonnardel, terão adquirido o espólio desta sociedade livreira²⁰⁰. Desde então, depois de ter abandonado o país, Pedro Gendron estabeleceu-se como editor em Paris, sem, contudo, ter perdido a

¹⁹⁷ Cfr. Agustín HERNANDO, 2008, p. 36.

¹⁹⁸ Cfr. Pedro CAMPOMANES, 1808, p. XI. Em 1762, ao preparar a sua *Noticia Geografica del Reyno e Caminos de Portugal*, Campomanes elaborou uma breve História da Cartografia de Portugal. Dado que para o autor “...sería siempre imperfecto este conocimiento [da Geografia de Portugal], no teniendo a la vista un mapa exacto de Portugal” (p.232), Campomanes teve de analisar o maior número de mapas que lhe foi possível reunir, deixando-nos uma lista daqueles que circulavam, na época, entre as classes mais ilustradas.

¹⁹⁹¹⁹⁹ Cfr. Fernando GUEDES, 2012, p. 77-79.

²⁰⁰ Estas informações constam da “Notice d’autorité personne” do catálogo Bn-Opale plus da Bibliothèque Nationale de France em www.bnf.fr. Ver também, Manuela D. DOMINGOS, 2000, p. 210-211.

ligação a Portugal, e foi responsável pela edição de vários mapas, alguns dos quais compilados num atlas editado em dois volumes: o *Atlas o Compendio Geographico del globo terrestre, dividido en impérios...*, em 1756 e o *Atlas o Compendio Geographico, Parte Segunda que comprende las Provincias de España y América*, em 1758. O primeiro volume foi feito em colaboração com Juan Manuel Girón, utilizando mapas de autoria de Robert Vaugondy²⁰¹.

Do segundo volume, não são conhecidas versões completas. Assim, para além de estarem incluídas nestes atlas, é possível que algumas das imagens cartográficas compostas pelo autor também tenham circulado de forma “autónoma”, sendo que ainda subsistem alguns exemplares soltos, pelo menos, na Biblioteca Nacional de Portugal, na Biblioteca Nacional de España e na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, muitos dos quais dedicados a ilustres personalidades da nobreza portuguesa²⁰².

O mapa de Portugal, datado de 1754, foi dedicado pelo autor a “D. Juan Pedro Ludovici, de la Casa de S. M. Fidelissima, Cavallero professo de la Orden de Christo y Contador maior de la misma Ordem”, filho do arquitecto Ludovice - o responsável pela construção do Convento de Mafra - que, enquanto arquitecto-mor, foi responsável pelo traçado da nova Patriarcal de Lisboa. Ainda que de forma não oficial, e pelo menos até 1755, também chegou a desempenhar tarefas de Secretário de Estado²⁰³.

²⁰¹Cfr. AGUSTÍN HERNANDO, 2008, p. 41. Um exemplar da primeira parte deste atlas encontra-se na Biblioteca Pública de Braga sob a cota HG 1328⁴V. Para além destes mapas, Gendron foi responsável pela publicação de outras obras em língua portuguesa, nomeadamente o célebre *Tratado de Conservação da Saúde dos Povos...* da autoria do médico António Ribeiro Sanches, editado em Paris, em 1756 (daí que alguns autores tenham considerado Pedro Gendron um pseudónimo deste autor), assim como uma edição de *Os Lusíadas*, em 1759, complementado com um mapa da rota de Vasco da Gama. A edição de mapas em Paris com títulos e cartelas em castelhano não era, de todo, inédito. Cfr. Agustín HERNANDO, 1995, p. 242-243.

²⁰² Entre os mapas deste autor que se conservam na Biblioteca Nacional de Portugal, figuram *Ásia com toda la extension de sus Reinos e Provincias...* de 1755, dedicado ao Marquês de Marialva e Conde de Cantanhede (C.C. 1228 A.); o *Mapa Mundi ó descripcion del globo terrestre...* editado em Paris, dedicado ao Marquês de Gouveia e Conde de Santa Cruz (C.C. 1226); *El África dividida en todos sus principales reynos segun las últimas e nuevas observaciones...* de 1754, dedicado ao Marquês Casa Madrid (C.C. 1229 A.); *La América...* de 1754 (C.C. 1230 A.); *La Itália dividida en sus principales estados...* de 1755 dedicado a M.I.D. Oldemburgo (C.C. 1270 A.); a *Planta do Porto de Lisboa e das costas visinhas...* editado em Paris, em 1757, e dedicado a D. António Saldanha de Gama, embaixador português em França (C.C. 980 A.). Na Biblioteca Nacional de España, para além do mapa de Portugal, ainda existe um outro denominado *Los Reynos de España y Portugal...* de 1757, dedicado a D. Pedro Henrique de Bragança, Duque de Lafões e que integrará, em 1790, o tomo II do Atlas “factício” de Tomás Lopez. Cfr. António LOPEZ GÓMEZ e Carmen MANSO PORTO, 2006, p. 356.

²⁰³ Uma fonte anónima do século XVIII confirma que João Pedro Ludovice era um dos vários “secretários de Estado - suposto que sem Carta...”. Cfr. Nuno Gonçalo MONTEIRO, 2008, p. 228.

O exemplar que vamos analisar encontra-se na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e integra o atlas factício de Diogo Barbosa Machado.

O mapa *Portugal Dividido en sus provincias...* apresenta as dimensões de cerca de 63 x 48 cm e está delimitado por uma dupla esquadria, sendo a interna dividida em graus de latitude e de longitude. No canto superior esquerdo o autor colocou uma cartela encimada pelas armas da família Ludovici, com o título, a dedicatória, a autoria e a data; no canto inferior esquerdo, uma outra cartela dividida em duas partes apresenta, na parte superior, quatro escalas gráficas: "Millas Comunes de Italia"; "Gdes. leguas de Francia, Comunes de España"; "Grandes leguas de España"; "Leguas comunes de Francia" e que permitem calcular a escala do mapa em cerca de 1/1 140 000.



Figura 18 - Cartela do mapa de Portugal de Pedro Gendron, encimada pelas Armas da família Ludovici.

Na parte inferior, o autor indica os locais de venda destes exemplares: “En Lisboa Casa de Bonardel Bonardel portas de S.^{ta} Catharina” (Chiado); “En Madrid Casa de Barthelemi”; “En Valencia Casa de J.A. Malen”; “En Cadiz Casa de Luis Bonardel” e “En Barcelona Casa de Pedro Bonardel”. Assim se apresentavam, em resumo, as relações comerciais entre alguns livreiros franceses (ou piemonteses) estabelecidos na Península Ibérica.

Na margem esquerda, entre as duas cartelas, um texto em coluna escrito em castelhano faz uma breve descrição geográfica do Reino de Portugal; toda a margem direita do mapa é preenchida por um encarte intitulado "Succession chronologica de los Reyes de Portugal", desde Henrique da Borgonha a José Manuel I, o então monarca português. Não foi incluída qualquer legenda.



Figura 19 - Portugal Dividido en sus Provincias, por Pedro Gendron, 1754. B.N.R.J.

Por comparação com a maioria dos mapas contemporâneos, que se inspiravam mais ou menos directamente nos mapas de Sanson e de Pedro Teixeira, a configuração do litoral português no mapa de Gendron sofreu algumas alterações, principalmente no recorte da costa da Província de Entre Douro e Minho, na Ria de Aveiro, no estuário do rio Tejo e no litoral Sul do Algarve, mas denunciando uma filiação aos mapas regionais gravados por Grandpré; os fortes do litoral português também mereceram particular atenção por parte do autor, dado que a maioria está identificada, o que constitui mais um indício desta ligação aos mapas das Províncias de Portugal.



Figura 20 - Comparação da configuração da linha de costa da Província de Entre Douro e Minho nos mapas de Portugal de Sanson, Teixeira, Grandpré e Gendron.

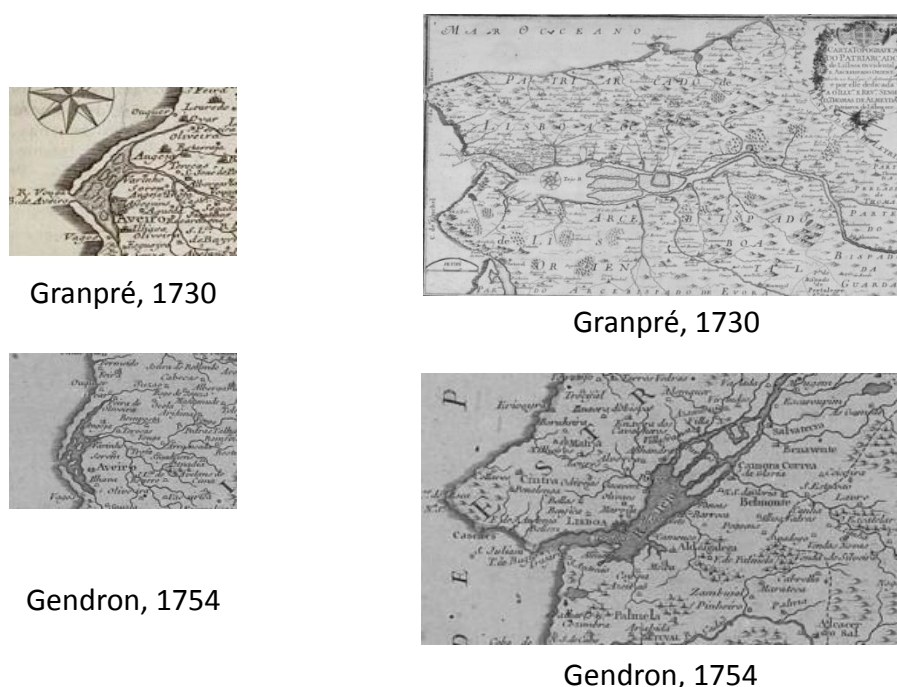


Figura 21 - A Ria de Aveiro e o Estuário do Tejo nos mapas de Grandpré e Gendron.

A escala do mapa e as suas dimensões não permitem figurar os fenómenos em detalhe, deste modo, a rede hidrográfica, ainda que bastante completa, não parece tão densa, nem “preenche” o fundo do mapa, ainda que tenham sido identificados muitos cursos de água. Por sua vez, o relevo, figurado pela técnica habitual de inscrição de pequenos montes desenhados em perspectiva, não foi identificado e não parece existir qualquer relação entre o desenho no mapa e a sua localização, posição, forma e altitude. Umas pequenas “manchas” de arvoredos, dispersas pelo território cartografado, principalmente a Sul do rio Tejo, completam o cenário dos elementos naturais do mapa. Refira-se que a inclusão de pequenos bosques nos mapas de Portugal era um recurso gráfico habitual, muito embora, por exemplo, não figurassem no mapa de Vaugondy de 1751. A localização e distribuição destes bosques na Província do Alentejo, parece baser-se no mapa daquela província da autoria de Grandpré.

O autor figurou o Reino de Portugal dividido nas suas várias províncias, tendo os seus limites sido representados por uma linha tracejada, cuja configuração se aproxima da dos mapas das Províncias de Portugal gravados por Grandpré. Para além desta divisão administrativa/geográfica, também foram representadas as cidades, distinguindo-as entre arcebispados e bispados, pela inclusão das respectivas cruces próprias de cada uma das funções eclesiásticas, vilas e outros lugares, distinguindo-se pelo tamanho de letra.

Assim, numa primeira análise, podemos concluir que a imagem do conjunto de Portugal aqui figurada apresenta uma ruptura com as anteriores. De facto, alguns pormenores cartográficos observados na Província de Entre Douro e Minho, nalguns acidentes do litoral português, e na figuração de alguns fenómenos nas diferentes províncias, permitem supor que as fontes principais para a composição deste mapa terão sido os mapas regionais gravados por Grandpré, em Lisboa, em 1730, e que foram amplamente divulgados aquando da sua inclusão na obra *Geografia Histórica de todos os Estados soberanos da Europa...* de D. Luiz Caetano de Lima, de 1736. No entanto, a escassez de exemplares nos principais arquivos cartográficos consultados (apenas contabilizamos dois exemplares, um em Madrid e outro no Rio de Janeiro), permite-nos supor que o mapa não terá conhecido uma ampla circulação.

De facto, comparativamente a Vaugondy, verifica-se que a Cartografia “atualizada” ou pelo menos baseada em fontes até então inéditas ou pouco conhecidas, nem sempre constituíram um argumento suficientemente forte para convencer o público. Talvez o facto de Gendron ter sido livreiro e não, contrariamente a Vaugondy, geógrafo-editor de mapas, possa explicar esta aparente menor aceitação do seu mapa de Portugal²⁰⁴.

A propósito deste mapa, alguns anos mais tarde, D. Pedro de Campomanes dirá: “... Pedro Gendrón, librero de París, hizo estampar en 1754 otro Mapa de Portugal con un *Resumen cronológico de la sucesión de los Reyes de Portugal* en una hoja, el qual parece estar tomado del de Nicolás de Fer. Este mismo Mapa de Gendrón se ha subdividido en otros mapas particulares de las provincias de Portugal; pero caen por su corto tamaño en el mismo inconveniente que los de [D. Luís Caetano de] Lima”²⁰⁵. Voltaremos a esta última observação.

2.3 – Os mapas da Guerra Fantástica

Em 1756 a Europa voltou a sentir os efeitos devastadores da guerra, tendo-se formado dois blocos antagónicos: de um lado a Inglaterra e a Prússia e do outro a França, a Áustria e a Rússia, que se envolveram num conflito que ficaria conhecido, genericamente, como “Guerra dos Sete anos”. Na fase inicial, Portugal, tal como a Espanha, ficaram neutrais em relação ao conflito, contudo, a partir de Agosto de 1759, as relações diplomáticas com a França degradaram-se rapidamente em sequência do chamado “caso de Lagos”²⁰⁶.

²⁰⁴ Sobre este pormenor do processo editorial de mapas no século XVIII, ver Agustín HERNANDO, 2008, p.56-59.

²⁰⁵ D. Pedro de CAMPOMANES, 1808, p. XII. A referência ao mapa de De Fer poderia fazer crer que este poderia ter sido uma das fontes do mapa de Gendron. Contudo, uma análise comparativa, utilizando os exemplares editados por De Fer em 1703 e 1705 (disponíveis *on line* no sítio da Biblioteca Nacional Digital - purl.pt), apesar de revelar uma certa semelhança na configuração geral do Sul de Portugal, mostra um maior número de elementos dissonantes.

²⁰⁶ Este “caso” consistiu num ataque naval inglês a uma frota francesa nas costas portuguesas, sem que Portugal, oficialmente estado neutral, fizesse qualquer tentativa de impedir a violação das suas águas territoriais por parte da armada inglesa. Para aprofundar o contexto da entrada de Portugal neste conflito, ver António BARRENTO, 2006.

À medida que o conflito evoluiu, a França procurou atrair para a sua esfera de influência as monarquias da família Bourbon, incluindo Portugal. Contudo, as opções geopolíticas e geoestratégicas portuguesas levaram a optar pela velha aliança britânica, ainda que, sofrendo a ameaça de invasão territorial que viria a concretizar-se na Primavera-Verão de 1762. Todas estas movimentações diplomáticas e militares, despertaram o interesse e a curiosidade do público um pouco por toda a Europa, mas muito especialmente entre as populações dos países envolvidos.

Deste modo, assistiu-se a um aumento significativo de edições de mapas de Portugal, utilizados para ilustrar a guerra e localizar os principais acontecimentos, ainda que, na sua larga maioria, sem qualquer inovação ou alteração significativa em relação aos mapas anteriores. Aliás, como se poderá constatar, alguns exemplares não são mais do que reedições ou reimpressões de mapas anteriores, e que surgem agora para suprir as necessidades de um mercado ávido por imagens de Portugal, num processo pouco dispendioso para os editores mas que, certamente, garantia um fácil retorno financeiro. Efectivamente, na segunda metade do século XVIII a produção cartográfica europeia processava-se num duplo circuito simultaneamente concorrente e complementar: por um lado, os geógrafos/cartógrafos que possuíam ateliês de produção e eles próprios comercializavam os seus mapas, tornando-se, também, editores e vendedores; por outro lado, os livreiros e outros stampadores que revendiam mapas de outros autores ou que encomendavam mapas a outros geógrafos menos conhecidos para, posteriormente os venderem²⁰⁷. Muitos geógrafos/editores copiavam e plagiavam o trabalho uns dos outros e até estabeleciam relações comerciais no sentido de compra e venda de material cartográfico diferente, com o intuito de ser vendido nos seus estabelecimentos comerciais²⁰⁸.

Nalguns casos, recorrendo ao prestígio de afamados geógrafos como Sanson, Teixeira, Nolin, Baillieul ou Cantelli, os editores pretendiam convencer o público a comprar um mapa científico geograficamente rigoroso. Tratava-se, em resumo, de economizar o processo de produção, já que “retocar” as chapas de impressão era, seguramente, mais económico do que abrir e gravar novas.

²⁰⁷ Ver Agustín HERNANDO, 2008, p. 54.

²⁰⁸ Ver Mary Sponberg PEDLEY, 2005, Christine Marie PETTO, 2007.

***Regna Portugalliae et Algarbiae...*, de Tobias Conrad Lotter, 1762**

O mapa *Regna Portugalliae et Algarbiae* editado por Tobias Conrad Lotter em 1762 corresponde a uma reutilização de material anterior. De facto, em termos de “actualização” da imagem do território português, assistiu-se a um retrocesso de mais de cinquenta anos.

Lotter (1717-1777), fazia parte de uma das mais importantes famílias de cartógrafos e editores cartográficos da Alemanha, estabelecida em Nuremberga. Gravador de formação, Tobias Conrad Lotter associou-se à casa de Matthaus Seutter (1685-1757) ao casar com uma das suas filhas. Seutter, por seu turno, havia aprendido com J.B. Homann, um dos mais reputados geógrafos alemães, tendo dado continuação à escola alemã que se caracterizava não só pelo uso do latim na informação incluída nas imagens, como pela coloração dos seus exemplares impressos e de cartelas bem desenhadas, cuidadosamente gravadas e profusamente decoradas. Após a morte de Seutter em 1757, o seu negócio foi continuado pelo seu filho Albrecht Karl (1722-1762), pelo genro Lotter e pelo sócio Johann Michael Probst (1727-1776). Eventualmente, após a morte de Karl, os outros dois colaboradores repartiram o negócio entre si, tendo Lotter continuado a publicar o material cartográfico do sogro até à sua morte ocorrida em 1777. A partir daí, o negócio foi continuado pelos seus dois filhos Mathias Albrecht (1741-1810) e Georg Friedrich (1740-1787)²⁰⁹.

Assim, o mapa cujo título completo é *Regna Portugalliae et Algarbiae cum adjacentibus Hispaniae provinciis, quibus in peculiari et minori mappa adjunctum est Brasiliae regnum*, recupera, com algumas alterações, os mapas produzidos entre o fim do século XVII e o início de século XVIII, quer por Seutter, quer por Homann²¹⁰.

²⁰⁹ Sobre esta família de cartógrafos e editores, ver Michael RITTER, 2001, p. 130-135.

²¹⁰ Nesta análise levamos em conta o mapa que se encontra na B.N.P sob a cota C.C. 1661.A.



Figura 22 - Regna Portugalliae et Algarbiae..., por Tobias Conrad Lotter, 1762. B.N.P

O mapa, com umas dimensões aproximadas de 60x50 cm está inserto numa dupla esquadria graduada em latitudes e longitudes, estas, muito provavelmente, referidas ao meridiano da Ilha do Ferro. Nesta esquadria estão registados os nomes dos quatro pontos cardeais: “Septentrio”, “Occidens”, “Meridies” e “Oriens”. Fora da esquadria, no canto inferior direito, está a indicação “Georg. Friedrich Lotter Sculps. 1762”, indicando que quando o mapa foi composto, Lotter já se tinha estabelecido por conta própria, contando com a colaboração dos filhos. No canto superior esquerdo

encontra-se a cartela encimada pelos escudos dos reinos de Portugal e do Algarve, decorada com motivos militares e navais, incluindo a figura de Neptuno.

No canto inferior esquerdo, uma janela mostra um mapa do Brasil, *Brasilia Regnum in America Meridio*, dividido nas suas diferentes capitanias, à semelhança dos mapas de Seutter e de Homann; por baixo está a legenda do mapa “Sic Notantur”, dando ênfase à hierarquia eclesiástica dos diferentes lugares; por fim, seguem-se três escalas gráficas: uma de “Milliaria Germanica Communia 15 in uno Gradu”, outra de “Milliaria Gallica Sive Horae Itineris 20 in uno Gradu” e a terceira de “Milliaria Hispanica Communia 17 1/2 in uno Gradu”, o que permite calcular a escala em ca. 1: 1 300 000. O mapa figura o território peninsular de Portugal, dividido nas suas províncias e, no quadro destas, a indicação dos diferentes “territórios”. O fundo do mapa está muito “preenchido” pela toponímia, pelo relevo e pela rede hidrográfica. A linha de costa é toda ela muito recortada, apresentando inúmeras reentrâncias, algumas bastante pronunciadas e exageradas, particularmente nos estuários, parecendo que o autor se inspirou nos mapas da “escola” flamenga/holandesa, baseando-se em autores como Justus Dankerts (1635-1701), Frederick de Wit (1630-1706), Joachim Ottens (1663-1719), Carel Allard (1648-1709) ou François Halma (1653-1722), só para nomear alguns. Alguns topónimos do litoral também parecem remeter para fontes flamengas, como são o caso do Cabo Espichel que foi traduzido como “Belg: S. Ubes Hoeck” ou o cabo da Roca, identificado como “Roxent”.

A rede hidrográfica parece muito completa, atendendo à escala do mapa, destacando-se a exagerada configuração dos estuários dos rios da Província de Entre Douro e Minho. O autor identificou um grande número de cursos de água, sendo o mapa de Portugal de Sanson a fonte provável para os seus nomes, alguns dos quais também nomeados em latim, mantendo Lotter a tradição da Casa Homann. O relevo foi representado de forma pictórica por pequenos montes e encontra-se disperso por todo o território, ainda que apenas tenha sido identificada a serra de “Alcoba”. No entanto, destaca-se o alinhamento montanhoso que forma a fronteira “natural”, a Norte, entre Portugal e Espanha.

Internamente o país foi dividido nas suas seis províncias, que por sua vez se subdividem em vários “Territor[ios]” correspondentes às comarcas do Reino. A divisão eclesiástica também é identificada, o que, de novo, nos remete para a obra de Sanson.

Existe abundante toponímia e os núcleos de povoamento foram figurados de acordo com uma hierarquia de importância, onde se destacam as vilas e as cidades figuradas com um circuito abaluartado, tal como está indicado na legenda do mapa. É curioso observar que Caminha e Vila Nova de Cerveira, na fronteira do Minho, foram cartografadas com um símbolo que parece corresponder a uma fortaleza, mas Valença, a praça-forte da Província de Entre Douro e Minho, apresenta o símbolo que corresponde a “*Urbes Minores*”.

Como se constata, o autor não compôs uma imagem nova, mas antes recuperou e reutilizou várias imagens antigas, para abastecer rapidamente o mercado.

***Le Portugal et ses Frontieres...*, de Garpar(?) Bailleul, 1762**

Traçar o percurso bio-bibliográfico de Gaspar de Bailleul (16.. – 1744) não é uma tarefa fácil. Desde logo porque a grafia do nome não é uniforme existindo, pelo menos, três versões diferentes: Bailleul, Baillieu, Bailleux que devem ter uma correspondência toponímica, se bem que difícil de traçar, na medida em que existem várias localidades francesas assim denominadas. Com o mesmo apelido, encontramos três cartógrafos, ou editores, activos ao longo do século XVIII, a saber, Gaspar (ou Gaspard), François e Nicolas. Trata-se, portanto, de mais uma família ou dinastia de cartógrafos/editores franceses. A B.N.F. regista 233 entradas para este apelido, sendo 203 referentes a documentos cartográficos. As referências mais antigas, datadas do início do século XVIII, remetem para Gaspar, por vezes referido como “o velho” e o seu nome surge como gravador.

Como vimos no primeiro capítulo, o período da Guerra da Sucessão de Espanha parece ter sido bastante proveitoso para Gaspar que, em 1704, editou um mapa de Portugal intitulado *Le Portugal et ses frontieres Levée sur les lieux par ordre de Philipp IV.e roy d'Espagne Augmenté et corrigé sur de nouveaux memoires par G. Bailleux, Dedié au Roy Par son tres humble et tres obeissant Serviteur et Sujet Gaspar Baillieu Ingenieur et Geogr. 1704*, numa versão em duas folhas que, quatro anos depois, terá sido reeditada²¹¹. Esta versão em

²¹¹ É o que se pode depreender da indicação que consta sob a cartela do mapa que se encontra na B.N.P. “Avec privilege du Roy pour dix ans 1708”. O mapa integra o atlas factício já referido, sob a cota C.A. 15 R.

duas folhas está rodeada de plantas das principais praças de guerra portuguesas, copiadas, ou inspiradas, no modelo de Manesson Mallet. De acordo com os registos da B.N.F., esta versão foi, de novo, editada em 1735, existindo também as imagens das fortalezas portuguesas impressa em folhas separadas²¹². Também na Biblioteca do Congresso, em Washington D.C., existe um atlas datado de 1709, editado por Anne Beek, em Haia, e que conta com uma série de mapas gravados por Gaspar Bailleul²¹³.

Tendo em conta que Gaspar morreu em 1744, a autoria do mapa *Le Portugal et ses Frontieres Levée sur les Lieux Par a Ordre de Philippe IVe. Roy d'Espagne Augmenté et Corrigé sur de Nouveaux Memoires Par G. Bailleux Dedié au Roy Par son tres humble et tres obeissant Serviteur et Sujet Gaspar Baillieu Ingenieur et Geogr. Corrigé en 1762 Avec Privite du Roy pour dix ans*, não lhe poderá ser atribuída. Este mapa de 1762 foi editado “A Lyon, Chez Daudet”, tratando-se de Louis-Pierre Daudet (fl. 1722-1762), engenheiro e editor cartográfico, pelo que podemos relacioná-lo com Nicolas Bailleul, também apelidado de “o novo”, na medida em que vários dos seus mapas foram aí editados.

Assim, seguindo o rasto desta dinastia de cartógrafos, Nicolas, provavelmente filho de Gaspar, terá reutilizado o material existente no ateliê da família para reformular a imagem pré-existente e que ganhou nova vida atendendo ao contexto militar do ano de 1762. Acrescente-se que, se Gaspar aproveitou a Guerra da Sucessão de Espanha para expandir o seu negócio, Nicolas aproveitou todos os conflitos em que a França se envolveu em meados do século XVIII, nomeadamente a Guerra da Sucessão da Áustria (1740-1748) e a Guerra dos Sete Anos (1756-1763).

Quanto ao mapa, trata-se de um exemplar de grandes dimensões, em duas folhas, com um total de cerca de 110 x 70 cm, e uma escala que se pode calcular em ca. 1: 650 000. Este não está acompanhado das plantas das fortalezas. A cartela com o título foi colocada no canto superior esquerdo e ornamentado com as armas do Rei de França a quem o mapa foi dedicado, acompanhado de seis medalhões com a efígie de Louis XIV, do Delfim, Filipe V e dos duques da Borgonha, Berry e da Bretanha. Em baixo, no canto esquerdo, está outra cartela com as armas de Portugal, com duas escalas gráficas, uma de léguas comuns de Espanha e outra de léguas comuns de França.

²¹² É o exemplar que se conserva sob a cota GE DD- 2987 (1865 B).

²¹³ Library of Congress, Geography and Map Division – G1793. BA 1709.

O autor baseou-se, claramente, nos mapas de Pedro Teixeira e de Sanson, ou de algumas das suas diferentes variantes, ainda que o mapa também apresente várias semelhanças com os exemplares editados por Jean Besson, em 1703 e 1704²¹⁴. Deste modo, os principais fenómenos representados, relevo, hidrografia, povoamento e divisão administrativa não sofreram grandes alterações relativamente aos seus modelos.

Para além desta versão editada em Lyon, registam-se duas outras reedições deste mapa, ambas em Paris, uma por Julien e outra por A. Dury, de quem falaremos mais detalhadamente²¹⁵. Em todo o caso, a existência de três diferentes edições deste mapa, são reveladoras da vitalidade desta imagem de Portugal no competitivo mercado francês.

Le Royaume de Portugal..., de J.B. Nolin, 1762

O nome Nolin corresponde a mais uma famosa família de cartógrafos e editores franceses dos séculos XVII e XVIII. O primeiro Jean Baptiste Nolin (1657-1708) era um gravador que colaborou com o célebre geógrafo veneziano Vincenzo Coronelli, aquando da sua estada em Paris, ao serviço de Luís XIV. Mais tarde, Nolin obteve o privilégio de gravar, imprimir e comercializar os mapas produzidos por Coronelli e por Cantelli.

Quando decidiu criar o seu estabelecimento comercial, e dado que a sua formação era a de gravador, tinha de recorrer aos serviços de geógrafos para lhe fornecerem as imagens cartográficas ou para lhe desenharem os mapas²¹⁶. Em 1694 tornou-se geógrafo do Duque de Orleães e, em 1701, recebeu o título de “Geógrafo do Rei”. Quando não recorria aos serviços de um geógrafo, este editor não hesitava em plagiar ou copiar os trabalhos de outros, o que, por vezes, causava alguns problemas jurídicos, como a acusação de Delisle, em 1706,

²¹⁴ Este autor manteve com Gaspar Bailleul uma querela judicial sobre plágio, em 1704. Depreende-se que Bailleul acusou Besson de ter copiado alguns dos seus trabalhos. Cfr. Christine Marie PETTO, 2007, p. 156.

²¹⁵ Exemplares dos dois mapas encontram-se na British Library, tendo o mapa editado por A. Dury pertencido à colecção pessoal do Rei Jorge III (K.Top. 74.55); o mapa de Julien está sob a cota 19805 (20). Também na Real Biblioteca (de Espanha) existe um exemplar deste mapa editado em Paris, sob a cota MAP/41 (83-84). Não tivemos acesso aos mapas.

²¹⁶ Um dos geógrafos a quem Nolin recorria com frequência, era Jean-Nicolas de Tralage, Sieur de Tillemont. Cfr. Christine Marie PETTO, 2007, p. 155.

denunciando a cópia directa de vários dos seus mapas e que acabou sentenciada em tribunal contra Nolin que foi obrigado a “apagar” as suas chapas²¹⁷.

Nolin foi, também, o autor de um mapa de Portugal editado em 1704 que, como se verá, serviu de base para esta versão, difundida em 1762. Quando morreu em 1708, o negócio foi continuado pelo seu filho homónimo (1686-1762), que reaproveitou o material reunido pelo pai. A reedição do mapa de Portugal em 1762 não trouxe qualquer novidade ao mercado, muito pelo contrário, pois ao mapa inicialmente composto por J.B.Nolin “sénior”, em 1704, seguiu-se uma reedição, já pelo filho, em 1724 e uma versão alemã pela casa Homann, em 1736 (e com posteriores reedições).

O mapa tem por título *Le Royaume de Portugal divisé en cinq grandes provinces et subdivisé en plusieurs territoires avec le royaume des Algraves (sic), l'Estramadovra espagnol et partie d'Andalousie dressé sur les memoires les plus nouveaux et dédié a Sa Majesté tres chrétien[n]e Louis Le Grand avec privilege du roy par son tres humble et tres obeissant serviteur et fidel sujet I. B. Nolin*, foi editado em Paris, “chez le Sr. Julien a l'Hotel de Soubise, 1762” e tem dimensões 64 x 45 cm. O referido editor Roch Joseph Julien, era engenheiro militar de formação, tendo, mais tarde, enveredado pela actividade editorial e tornou-se num comerciante de mapas bem sucedido²¹⁸.

O mapa está inscrito numa dupla esquadria, sendo a interna dividida em graus de latitude e de longitude estes, provavelmente, referidos ao meridiano da Ilha do Ferro. No interior da esquadria foram escritos, nos seus respectivos lugares, os nomes dos pontos cardeais: “Setentrion”, “Ocident”, “Midy” e “Orient”. A cartela do título, decorada com motivos florais e encimada pelas armas do rei de França, está colocada no canto superior esquerdo. No lado esquerdo do mapa, sobre o oceano, o autor colocou a legenda do mapa, “Explication des Marques et Lettres Seules”.

No canto inferior esquerdo, está um quadro com a “Description du royaume de Portugal”, encimado pelos escudos dos reinos de Portugal e do Algarve, unidos pela mesma coroa real. Esta descrição começa por fazer a localização de Portugal na Península Ibérica, indicando os seus limites. Apresenta a divisão interna do país em cinco províncias e o Reino do Algarve, e indica as principais povoações do reino. Ao referir-se a Vila Viçosa, afirma que é

²¹⁷ Christine Marie PETTO, 2007, p. 156.

²¹⁸ Fez parte da sociedade de investidores criada por Cassini de Thury para financiar a edição da Carta de França (Julien ficaria com os direitos de venda das folhas da referida Carta). Ver um resumo biográfico deste autor em Mary Sponberg PEDLEY, 2005.

[illegible]

123

Ao centro, na parte inferior, estão três escalas gráficas: uma em milhas italianas, outra em léguas comuns de Espanha e a terceira em léguas comuns de França. A escolha da escala em unidades italianas poderá dever-se às fontes italianas (Cantelli e Coronelli) usadas na versão de 1704. O mapa mostra Portugal continental com o confinante território de Espanha, dividido internamente nas suas províncias, estando os seus limites representados por linhas tracejadas e cada província está dividida em comarcas, ou “territoires”, cujos limites foram figurados por linhas ponteadas.

O mapa não introduz grandes modificações na imagem de Portugal, pelo que os fenómenos representados não sofreram alterações relativamente às edições anteriores. Em termos gerais, o exemplar de 1704 parece ser uma cópia directa do mapa de Portugal de Giacomo Cantelli da Vignola, datado de 1692²¹⁹. Em 1762, o mapa deste geógrafo italiano ainda era tido como um dos melhores e mais fiáveis e, por tal razão, era usado como fonte para outros autores.

Com excepção da divisão administrativa interna, que se deve ter inspirado no mapa de Sanson de 1654, todos os outros fenómenos físicos e humanos remetem para o mapa de Teixeira de 1662, como se pode comprovar nalguns topónimos e na identificação de alguns acidentes topográficos e de alguns rios, como por exemplo: Ferreira do Alentejo continua a ser “Ferreira Daves”, mantém a designação na margem esquerda do rio Tejo de “Cimas de Ourém” e “Vale de Negros”, o rio Homem continua a ser identificado como “Coura”.

Em resumo, atendendo a que o mapa original de 1704 foi editado num contexto de guerra entre Portugal e a França, aquando da Guerra da Sucessão de Espanha, e que em 1762 um novo contexto bélico envolvia os mesmos países, Nolin e Julien, viram uma oportunidade de negócio e aproveitaram para reutilizar a chapa de impressão pois até o discurso de propaganda do mapa se ajustava à nova situação. Assim, sem ter sido necessário fazer um avultado investimento, foi lançada mais uma imagem cartográfica do país que, sem ser uma novidade, diversificava a oferta numa época em que a procura por imagens de Portugal deve ter aumentado consideravelmente.

Les Frontières d’Espagne et de Portugal ..., de Charles Louis Desnos, 1762

²¹⁹ Ver o exemplar que se encontra na B.N.F. sob a cota GE DD 2987 (1864) B.

Charles-Louis Desnos (1725-1805), iniciou a sua actividade como fabricante de globos e de esferas – celestas e terrestres – tornado-se, mais tarde, editor de livros e de material cartográfico. O seu mapa de 1762 foi impresso numa única folha, está delimitado por uma dupla esquadria que não está graduada e tem uma dimensão aproximada de 56 x 42 cm. Para além de Portugal, o mapa inclui uma parte significativa do território espanhol contíguo, englobando quase a totalidade dos reinos de Leão (sobretudo a Extremadura), Castela, Andaluzia e Granada. Como a maioria dos mapas de Portugal apenas inclui uma pequena faixa territorial de Espanha que, habitualmente, não ultrapassa o meridiano do Golfo de Cádiz, tudo leva a crer que o protótipo terá sido um mapa da Península Ibérica adaptado para contextualizar o território português na Península Ibérica.

No canto inferior esquerdo está a cartela com o título completo, a fonte, a nova autoria, o local e a data: *Les Frontières d’Espagne et de Portugal Théâtre de la Guerre Actuelle (...) Par N.D.F. [Nicolas de Fer] Géographe de Sa Majesté Catholique et de Monseigneur le Dauphin Corrigée et augmentée par Desnos (...) A Paris : chez Desnos, Géog. Ing. Pour les Globes et Sphères, rue St. Jacques, au Globe. 1762*. Na cartela constam, ainda, duas escalas gráficas, uma em léguas de Espanha e outra em léguas de França, identificando-se, assim, os dois principais mercados.

Como se constata, não se trata de um novo mapa mas sim de uma reedição de um mapa anterior, editado por Nicolas de Fer em 1703 e reeditado dois anos depois, em 1705, no contexto da Guerra da Sucessão de Espanha. Assim, Desnos, como era usual entre os editores cartográficos de então, reutilizou uma imagem de um prestigiado geógrafo francês, alterou alguns pormenores, nomeadamente decorativos, e adaptou-o ao contexto político daquele ano, já que o propósito era ilustrar o teatro da guerra de 1762.

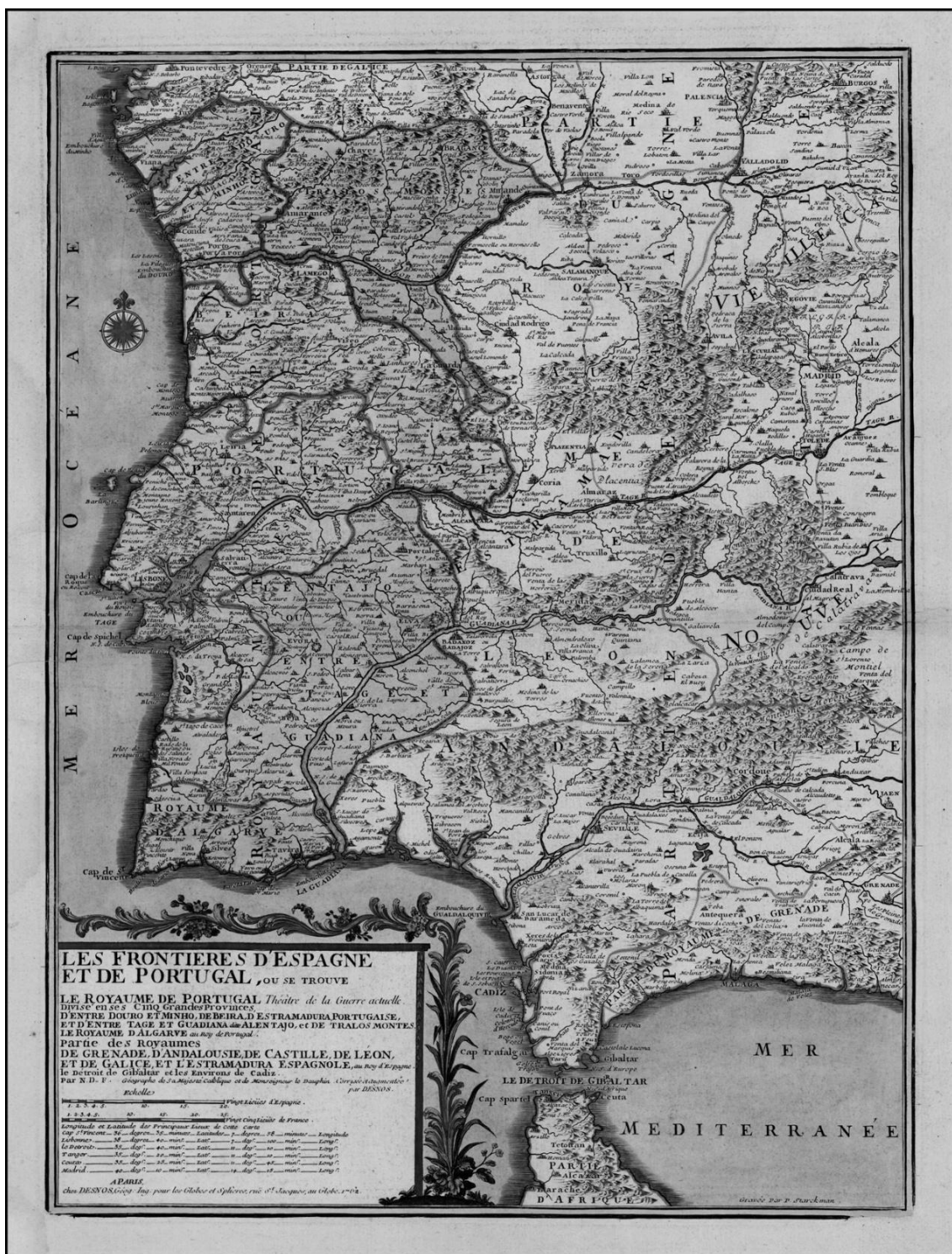


Figura 24 - Les Frontières d'Espagne et de Portugal ..., por Charles Louis Desnos, 1762.

Para além destas alterações na cartela, o autor procedeu a algumas actualizações na toponímia das áreas fronteiriças, nomeadamente em Trás-os-Montes e que parecem reflectir os últimos acontecimentos militares após a invasão franco-espanhola dessa região. Nos restantes fenómenos, não se identificam alterações

significativas, pelo que é lícito afirmar que a imagem cartográfica de Portugal sofreu um retrocesso de quase sessenta anos.

Refira-se, aliás, que Desnos não tinha boa reputação entre os geógrafos franceses daquela época. Frequentemente envolvido em disputas legais, era acusado de plagiar o trabalho de outros e de só mostrar interesse pelo negócio (venda) de mapas e não em defender o rigor geográfico dos mesmos²²⁰.

***Carte du Royaume de Portugal...*, por Robert de Vaugondy, 1762**

Após ter incluído um mapa de Portugal no seu *Atlas Universel* de 1757, a família Robert Vaugondy publicou, cinco anos depois, a *Carte du Royaume de Portugal dressée d'après les Cartes du Pays par le S. Sanson Géog? Ord? du Roi. Corrigée et assujétie aux observations astronomiques, par le S. Robert de Vaugondy Géographe ord? du Roi, de sa Maj?Polon? Duc de Lorr? et de Bar, et de la Société royale de Nancy. 1762*²²¹.

Tal como o mapa de Sanson, de 1654, e vários dos exemplares do mapa de Portugal editados pelos Vaugondy ao longo do século XVIII, também este foi editado em duas folhas separadas, com dimensões aproximadas de 41 x 54 cm cada, perfazendo o conjunto da imagem 82 x 54 cm. O mapa está incluído dentro de uma dupla esquadria, estando a interna dividida em graus e minutos de latitude e de

²²⁰ Cfr. Christine PETTO, 2007, p. 163-164.

²²¹ O exemplar consultado pertence à colecção do Professor Nabais Conde- B.G.U.C..

longitude. Este exemplar está aguarelado, tendo cada província uma cor diferente.



Figura 25 - Carte du Royaume de Portugal (Folha Norte), por Robert de Vaugondy, 1762.
B.N.R.J.

Na folha Norte, a cartela foi colocada no canto superior esquerdo, identificando o título, o autor, a data e a morada onde poderia ser adquirido, neste caso, em casa do próprio autor: “Quais de l’Horloge du Palais près de Pont Neuf. Avec Privilege”. Fora da cartela, no canto inferior direito, está a indicação “Arrivel inv. & sculp.”. Ainda na margem esquerda, encontram-se duas escalas gráficas: uma de “mille pás géométriques de 60 au degré” e outra de “Lieues de Portugal de 18 au degré”, que permite calcular a escala em cerca de 1:770 000.

Uma rápida análise geral permite verificar a imediata filiação no mapa de Sanson. Vaugondy utiliza a mesma divisão interna do país, em províncias, comarcas e bispados, identificando-os pelos seus nomes em português, ao contrário do que fez no

mapa de 1751/57. Também neste exemplar, a Comarca de Pinhel foi incluída na Província de Trás-os-Montes.

A mesma a análise pode ser feita à rede hidrográfica: não se verificam alterações significativas, antes pelo contrário, mantêm-se as informações do século anterior. A título de exemplo, veja-se o caso do rio Leça que Sanson identifica como “Grisomer” e que aparece de novo neste mapa de Vaugondy.

O relevo, tal como no mapa de 1654, foi representado por pequenos montículos sem que o autor tenha actualizado a sua identificação. Os pequenos bosques disseminados pelo mapa, assim como os principais acidentes da costa, também são cópias do mapa de Sanson.

Ainda que o autor não tenha colocado uma legenda, é possível estabelecer-se uma hierarquia no povoamento, mediante a diferenciação da simbologia utilizada. Mas também aqui não há grandes alterações em relação ao mapa de Sanson, utilizando-se os mesmos símbolos: pequeno conjunto de casas, maior ou mais pequeno de acordo com a importância da localidade, encimada pelas cruces correspondentes nos casos de serem sedes de arcebispados ou bispados, ou apenas um pequeno círculo para as restantes localidades.

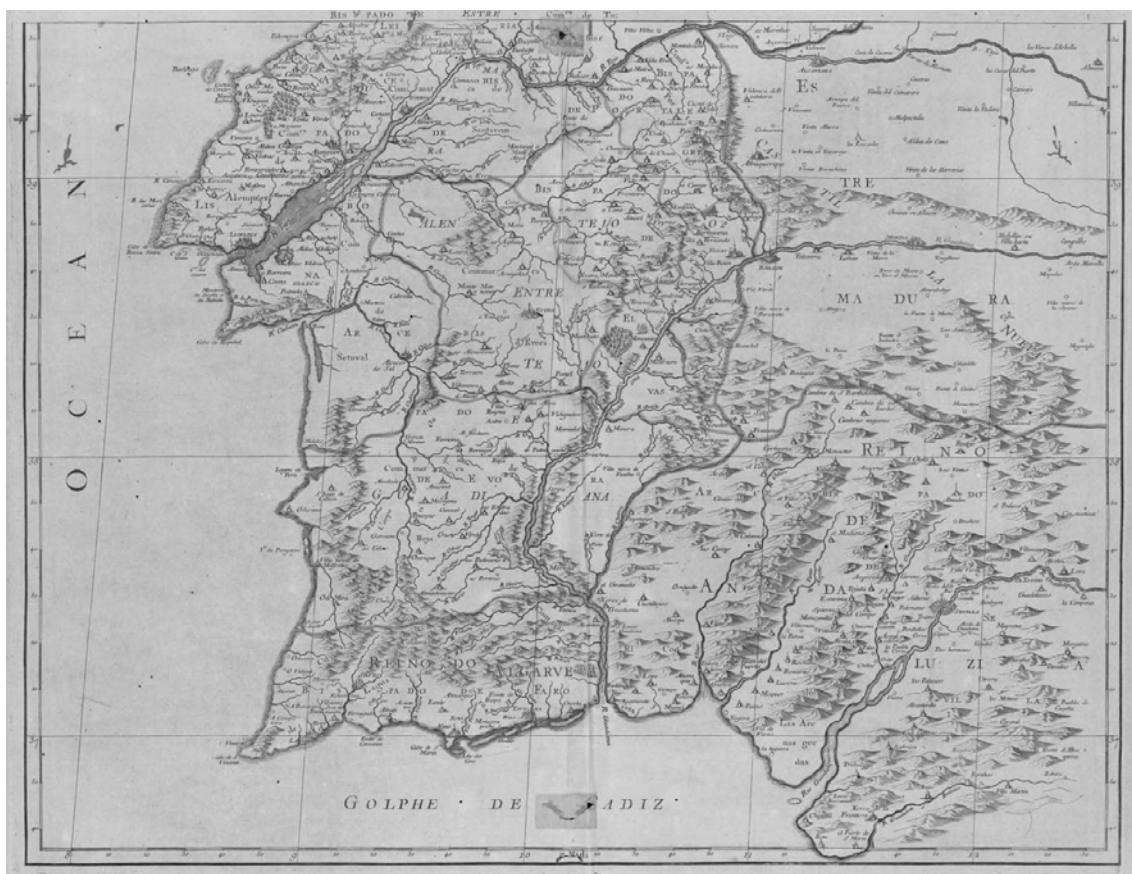


Figura 26 - Carte du Royaume de Portugal (Folha Sul), por Robert de Vaugondy, 1762. B.N.R.J.

Em resumo, ao publicar este seu mapa em 1762, Vaugondy não contribuiu com uma imagem nova de Portugal, apenas se limitou a recuperar um mapa com mais de 100 anos, provavelmente usando uma chapa que tinha herdado de seu avô. Podemos, portanto, inferir que a intenção de Vaugondy foi o de diversificar a oferta de mapas de Portugal à venda no seu ateliê, numa altura em que a procura aumentou. Melhor do que reeditar um mapa publicado 5 anos antes, foi apresentar uma “nova” imagem, tomada a partir dos trabalhos de um geógrafo prestigiado. Com esta dupla garantia de autoridade geográfica, seria mais fácil vender um produto cujo custo de produção terá sido mais reduzido.

El Reyno de Portugal Subdividido en Muchas Provincias..., de Sebastien Longchamps, 1762

A actividade profissional de Sebastien G. Longchamps começa como secretário pessoal de Voltaire para, alguns anos depois, associar-se a Janvier para formar uma casa editorial em Paris. Embora a sua produção cartográfica não apresente a qualidade das obras de outros autores seus contemporâneos, a casa Longchamps-Janvier destacou-se na produção de mapas didáticos²²².

O mapa intitulado *El Reyno de Portugal*, de Longchamps, apresenta umas dimensões totais de ca. 71x53 cm e o exemplar consultado na B.N.P. está aguarelado²²³. O mapa está enquadrado por uma dupla esquadria pintada a cor amarela, estando a interior dividida em graus de latitude e de longitude, e que configura o traçado dos meridianos e dos paralelos inscritos sobre o mapa, com um grau de intervalo. Na parte inferior do mapa, ao centro, o autor colocou a cartela com o título: *El Reyno de Portugal subdividido en muchas Provincias. Compuesto sobre las Memorias mas modernas y rectificadas por los Observaciones Astronomicas de los Señoresde la Academia R^l. de las Ciencias de Paris. Dedicado a su Majestad Catolica Carlos III Rey de España y de las Indias. Por su mui Humilide (sic) y mui Obediente Servidor S.G.Longchamps Geógrafo. En París en Casa del Autor en la calle de San-Tiagoa la insignia de la Plazade las Victorias. En Madrid en casa de Barthelmy. Con Privilegio del Rey.*

²²² Cfr. Franz REITINGER, 2010, p. 74-92.

²²³ B.N.P., C.C. 1235 R.



Figura 27 - El Reyno de Portugal Subdividido en Muchas Provincias..., por Sebastien Longchamps, 1762

No canto inferior direito do mapa o autor colocou três escalas gráficas: uma de "Grandes Leguas de España que 17 1/2 hacen un Grado"; outra de "20 Grandes Leguas de Francia ó de Marina de 20 al Grado" e a terceira de "60 Millas communes de Italia

que 60 hacen un Grado", o que nos permite calcular a escala do mapa em ca. 1:1 100 000. No canto inferior esquerdo, e numa outra cartela, o autor colocou a legenda denominada "Explicación de las Señales y de las Letras Solas".

O título e a dedicatória ao rei de Espanha Carlos III foram compostos em língua castelhana. A informação de que poderia ser adquirido quer em Madrid - na casa Barthelemy – como em Paris em casa do autor, dá conta da preocupação de Longchamps em maximizar os seus lucros, pois o mesmo mapa poderia ser adquirido tanto pelo público francês como pelo público espanhol, o principal destinatário deste mapa que, até pode ter resultado de uma encomenda específica.

O mapa representa o reino de Portugal e uma grande parte do território espanhol confinante que, um pouco à semelhança do mapa de De Fer/Desnos de 1762, também parece ter sido adaptado de um mapa da Península Ibérica. Na configuração da linha de costa ressaltam alguns pormenores interessantes: para além da grande atenção prestada aos fortes, verifica-se que os principais acidentes da costa portuguesa sofreram alguns "retoques". Assim, a Ria de Aveiro surge com uma configuração diferente das fontes habituais; também na foz do rio Mondego se verificam alterações, desaparecendo as ínsuas que, habitualmente eram representadas nos mapas mais correntes. Há, também diferenças assinaláveis no estuário do Tejo e do Sado, ainda que aqui também encontremos as pequenas lagoas que aparecem desde o mapa de Pedro Teixeira. O contorno da linha litoral do Alentejo e do Algarve também não nos parece familiar. Dá, também, um grande destaque aos portos marítimos.

A rede hidrográfica, relativamente densa para a escala do mapa, mereceu um importante destaque por parte do autor, que procurou identificar o nome de um grande número de rios. Quanto à distribuição do relevo, a preocupação pelo rigor parece ter sido menor. De facto o autor não indicou qualquer serra a Norte do rio Tejo, pelo que as únicas duas serras identificadas como tal são a "Serra de Martinel" e a "Serra de Monchique", muito à semelhança dos mapas que se inspiraram no de Pedro Teixeira, de 1662. Ocupando alguns espaços entre os rios e as montanhas, o autor desenhou alguns bosques.

A ligação mais forte entre a produção do mapa e todo o contexto bélico de 1762 pode ser encontrada na própria legenda do mapa, onde o autor reservou três

símbolos para elementos militares: “Ciudad o Praça fuerte”; “Castillo fuerte” e “Castillo”. Para além das cidades praças-fortes, o autor distingue as sedes de arcebispado, bispado, universidade ou simplesmente cidades. Neste particular destaca-se o topónimo de “Nova Bragança” para se referir a Aveiro, o que constituía uma novidade e uma actualidade que, nem mesmo os mapas regionais de Carpinetti registavam²²⁴. Internamente, o país está dividido nas suas seis províncias e as suas divisões internas foram coloridas.

Ao longo da raia seca foi dado um destaque às praças-fortes, e aos fortes, o que vem reforçar o carácter bélico do mapa. Associado a esta característica está a rede viária representada. O autor apenas assinalou cinco estradas no território português e todas parecem indicar as possíveis rotas de entrada para um exército invasor. Deste modo, a Norte, na Província de Trás-os-Montes, há uma estrada que de Miranda do Douro se dirige para Brangança, Monterrey, Orense e daqui até Vigo; na Província da Beira estão indicadas duas entradas possíveis: uma entre Castelo Bom e Alfaiates, e depois por Alpedrinha, e outra entrando em Salvaterra por Idanha-a-Nova e Castelo Branco em direcção ao vale do Tejo onde as duas estradas se juntavam para seguirem o curso do rio até Lisboa; finalmente, duas entradas terrestres localizavam-se no Alentejo: uma no eixo Elvas-Estremoz-Montemor e outra a partir de Vila Verde de Ficalho, por Serpa, Cuba e Alcácer do Sal. Comparativamente ao território espanhol que ainda aparece cartografado, verificamos que ali a rede viária é muito mais densa, o que parece constituir mais um indício de que o mapa de base terá sido um mapa à escala peninsular.

Se na metade Sul de Portugal figurada neste mapa é possível encontrarmos elementos comuns a outros mapas, nomeadamente em todos aqueles que terão utilizado o mapa de Portugal de 1662, já na metade Norte não é possível estabelecer uma relação directa com as suas fontes.

Pela análise das principais características do mapa, bem como de alguns dos fenómenos aí inscritos, podemos concluir que foi elaborado para este contexto específico da Guerra Fantástica. Deste modo, para dar conta dos principais acontecimentos bélicos, o autor terá tido necessidade de procurar outras fontes,

²²⁴ A cidade mudou de nome após o processo contra a família Távora. Adiante explicaremos melhor este contexto.

cartográficas ou não, que lhe permitissem localizar com maior rigor as fortificações da fronteira das províncias do Norte de Portugal, algo que, como sabemos, não seria possível obter, pelo menos na sua totalidade, através dos mapas de Sanson e de Teixeira, nem das suas variantes e cópias em versões posteriores.

Assim, as fontes mais fidedignas para esta informação militar fronteiriça, poderia ser obtida pela análise dos mapas das províncias portuguesas na versão de Grandpré, editadas em 1730, ou numa versão posterior que poderia ser a de Laurent, gravada em Paris e que foi editada em Portugal a partir de 1762, na segunda edição do *Mappa de Portugal* de Bautista de Castro. Voltaremos a este mapa quando analisarmos uma sua versão portuguesa, editada em 1763.

Le Portugal et ses Frontières avec l’Espagne..., de Bellin, 1762

Jacques Nicolas Bellin (1703-1772) foi um reputado cartógrafo francês do século XVIII, tendo-se distinguido na produção de cartografia hidrográfica, uma vez que a sua principal actividade profissional esteve sempre ligada à direcção do Dépôt des Cartes et Plans de la Marine, a instituição responsável pela publicação de mapas de apoio à navegação da Marinha francesa, sendo nomeado primeiro engenheiro hidrógrafo em 1741²²⁵. Foi nesta qualidade que Bellin preparou a segunda edição do *Neptune François*, editada em 1753, seguindo-se várias obras que coligiam mapas hidrográficas das várias partes do mundo, como a *L’Hydrographie Française*, cuja primeira edição data de 1756, ou o *Le Petit Atlas Maritime*, em vários volumes, a partir de 1764. Para além destas obras destinadas a apoiar a navegação marítima, Bellin também participou noutro tipo de projectos, nomeadamente em obras de divulgação, ao fornecer os mapas que acompanham os vários volumes da *Histoire Générale des Voyages*, de Prevost, editada em 1757 e foi, também, o autor de um *Nouvelle méthode pour apprendre la géographie*, em 1769. Era membro da Académie de la Marine e da Royal Academy de Londres.

²²⁵ O título de “hidrógrafo” remetia para a produção de mapas hidrográficos, por oposição ao de “geógrafo”, responsável pela cartografia terrestre. Cfr. Maria Fernanda ALEGRIA e Maria Helena DIAS, 2000, p. 65.

Como muitos dos geógrafos/cartógrafos/editores seus contemporâneos, viu-se envolvido em várias disputas legais e académicas, enfrentando acusações de plágio das obras de outros autores²²⁶.

O mapa *Le Portugal et ses Frontieres* de Bellin é um mapa impresso, com dimensões aproximadas de 88 x 54 cm, enquadrado numa dupla esquadria dividida em graus e minutos de latitude e de longitude²²⁷. No mapa há mesmo duas referências a propósito desta última coordenada: a indicação de que os valores de longitude foram calculados em relação ao meridiano de Paris (“Longitude Occidental du Meridien de Paris”) e a identificação do meridiano de Lisboa.

No canto superior direito do mapa, uma cartela decorada com motivos bélicos, ostenta o título: *Le Portugal et ses Frontieres avec l’Espagne* e a indicação *par ordre de M le Duc de Choiseul Colonel Général des Suisses et Grisons, Ministre de la Guerre et de la Marine*. A autoria estava também indicada *Par le S. Bellin Ingenieur de la Marine et du Depost des Plans*. Por baixo da cartela, a referência ao ano de 1762. O Duque de Choiseul era, na época, Ministro da Guerra e da Marinha e homem forte da política externa francesa e que acabou por envolver o seu país na invasão de Portugal, colocando um exército auxiliar à disposição de Espanha.

No canto inferior esquerdo uma outra cartela possui duas escalas gráficas, uma de “Lieux Marines de France de vingt au Degré” e outra de “Lieux Communes de France de vingt cinq au Degré” e que nos permitem calcular a escala do mapa em ca. de 1:750 000. Por baixo das escalas o autor acrescentou esta indicação: *Le Portugal est divise en six Provinces qui contiennent plusieurs Terriroires que les Portugais nomment Commarca portants chacun le nom d’une Ville que l’on a sousigné sens marquer l’étendue de la Division de chaque commarca*. Assim, o mapa apenas figura os limites das províncias portuguesas, encontrando-se sublinhado o nome das capitais de comarca.

²²⁶ Uma destas queixas foi apresentada por d’Après de Mannevillette, à Academia das Ciências. Cfr. E. TAILLEMITE, 1982, p.93.

²²⁷ Consultámos o exemplar da colecção do Professor Nabais Conde, B.G.U.C..



Figura 28 - Pormenor do mapa *Le Portugal et ses Frontières avec l'Espagne...*, por Bellin, 1762. C.N.C. B.G.U.C.

A legenda do mapa está situada sob esta última cartela e apenas indica que *Les Opérations des Espagnols en 1762 sont colorés en Jaune* e *Le Portugal est coloré en Rouge*, em todo o caso, o exemplar que consultámos não figura nenhum movimento militar, o que permite supor que o mapa foi composto durante o segundo semestre de 1762 (ou posteriormente), de forma a poder figurar o movimento dos exércitos. Nesta época a coloração era acrescentada manualmente e, frequentemente, a pedido do comprador, assim, talvez por lapso, este fenómeno não foi figurado.

No canto inferior direito, dentro da esquadria, foi figurado o brasão do *Depot de la Marine*, constituído por um círculo figurando uma âncora com três flores-de-lis; fora da esquadria, foi colocado o preço do mapa: “trente sols”, uma estratégia, frequentemente seguida para evitar falsificações.

Ao longo da linha de costa, especialmente na parte Norte do país, surgem pronunciados estuários, incluindo o rio Vouga, em Aveiro, numa configuração que parece inspirar-se nos mapas de Portugal holandeses editados a partir da segunda metade do século XVII. Talvez por ser engenheiro da Marinha, o autor teve o cuidado de indicar as profundidades ao longo de todo o litoral português.

A rede hidrográfica é bastante densa e muitos dos rios foram identificados. Na Província de Entre Douro e Minho, o autor, à semelhança de Pedro Teixeira identifica o rio Homem como “Coura” mas não nomeou o rio Leça. Quanto ao relevo, o autor não identificou qualquer serra a Norte do rio Douro, mas indicou a “Montagne d’Alcoba” e a “Montagne d’Estrella” na Província da Beira, a “Montagne Bleu” na Estremadura, que o autor retirou dos mapas de De Fer, as “Montagnes de Martinel” no Alentejo e as “Montagnes de Monchique” e “Montagnes de Caldeiraon” no Algarve. Estão, também, assinalados alguns bosques por todo o território nacional e, no Alentejo, figuram algumas lagoas.

As localidades foram representadas por três símbolos diferentes: um circuito amuralhado – que o autor usa de forma um pouco aleatória, pois serve para representar as praças-fortes fronteiriças como outras localidades do interior, como Tancos ou S. Vicente da Beira - um conjunto de casas e uma casa isolada. Esta informação foi complementada com a indicação de “qualidade”, quer se tratem de sedes de arcebispados ou bispados, mas também ducados, marquesados e condados. Foi desenhada uma rede viária, mas os itinerários apenas existem a Norte do rio Douro ou a Sul do rio Tejo.

Finalmente, dois pormenores que surgem no mapa: na Província do Alentejo, o autor inscreveu um símbolo com a forma de uma espada nas proximidades de Evoramonte e outro entre Estremoz e Vila Viçosa, indicando as duas mais importantes batalhas travadas na Guerra da Restauração: Ameixial e Montes Claros. A figuração deste fenómeno não é habitual nos outros exemplares cartográficos contemporâneos, ainda que os mapas de Portugal e do Alentejo gravados por Grandpré, em Lisboa, em 1729/30, representem algumas das batalhas mais emblemáticas da História de Portugal. Contudo, a fonte mais próximas para esta informação parece ser o mapa de Gaspar Baillieu, quer a edição de 1704, quer a sua reedição, em 1735.

Pela análise das principais características somos levados a crer que, uma vez mais, trata-se de uma compilação de exemplares cartográficos anteriores, o que é confirmado pelo próprio autor na notícia explicativa que acompanhava o mapa, num procedimento tido como “científico” na época, intitulada *Remarques sur la Carte du*

*Royaume de Portugal*²²⁸. Apesar de um pouco longa, vale a pena fazer a transcrição desta notícia, que constitui um testemunho importante sobre o contexto da produção cartográfica francesa da época, ao mesmo tempo que indica as fontes consultadas: “tout le monde sait que les Cartes Géographiques sont pour la plûpart très défectueuses; qu’il s’en trouve peu qui donnent une idée juste des Pays qu’on prétend y représenter: cependant depuis quelques annés eles se multiplient à l’infini. Les Graveurs, les Marchands de papier & autres, veulent *se faire un fond de géographie* (ce sont leurs expressions); tandis que le petit nombre de vrais Géographes, dont la science & les talens sont connus, ont le désagrement de voir leurs ouvrages, fruits de longues études & de pénibles recherches, devenir le proie de gens sans études, qui les défigurent, les mutilent & les remplissent de fautes : je suis même persuadé que cette quantité de mauvais fabricateurs de Cartes, nuit beaucoup au progrès de la Géographie.

Je n’ai pû m’empêcher de faire cette réflexion, en voyant les différentes Cartes que l’on a du Royaume de Portugal : voici celles dont j’ai connoissance.

1º. Carte du Royaume de Portugal en deux feuilles, sous ce titre: *Descripcion del Reyno de Portugal, y de los Reynos de Castilla que parten con su frontera, Delineada por D. Pedro Teixeira, dedicada à la Magestad del rey nustro S. D. Philipe IV, por D. Joseph Lendinez de Guevara*. Cette, Carte qui a servi de base à toutes qui ont suivi, est du commencement du siècle dernier.

2º. Le Portugal & ses frontieres, levé sur les lieux par ordre de Philippe IV Roi d’Espagne, augmentée & corrigée sur de nouveaux Mémoires, par Gaspar Bailleux, Ingénieur & Géographe, en 1704, en deux feuilles : c’est celle qui m’a paru la plus exacte & la meilleure de toutes.

3º. Le Portugal en deux feuilles, par Sanson d’Abbeville, publiée il y a 110 ans, sous cette dédicace *Ao muito alto, e muito ponderoso Principe e Senhor Dom Joam IV, Ré de Portugal & dos Algarves, &c.* on a cru la rajeunir en y mettant la datte de 1730. [referência à edição pela casa Vaugondy].

4º. Le Portugal en une feuille, par Sanson, en 1653.

²²⁸ B.N.F. GE DD- 2987 (1861, 1)

5º. La même carte, copiée & mise sous le nom d'un de nos Géographes modernes, avec la date de 1740. [critica implícita a Delisle]

6º. Le Portugal, para Fernand Alvarez Seco; 7º. Par Hugues Allard; 8º. Par Juste Dankaerts; 9º. Par Nicolas Wischer; 10. Par Vander Aa; 11º. Par les Homan & la Societé Cosmographique de Nuremberg; 12º. Par Cowens & Mortier; 13º. Le Royaume de Portugal divise en cinq grandes Provinces, &c. dressé sur les Mémoires les plus nouveaux, par J.B. Nolin, en 1704 ; 14º. Le Portugal, par Duval, en 1676 ; 15º. La même Carte copiée environ cinquante ans après, par le P. Placide, son fils ; 16º. Le Portugal. Par Defer ; 17º. La même Carte, copiée trait pour trait, avec l'annonce de corrigée & augmentée, par Desnos, en 1761. [critica directa à actividade de Desnos].

Je ne crains point de dire qu'aucune de ces Cartes ne m'a satisfait, n'étant la plûpart que des copies les unes des autres, souvent mal exécutée, sans parler des fautes & des contradictions qui s'y trouvent (?) voici un exemple bien frappant.

Dans la Carte de Bailleux, & dans plusieurs autres, on trouve *Cadaval*, petite ville ou Bourg de Portugal, dans la Province d'Estremadoure, ayant titre de Duché, située á environ quinze lieues communes de France, au Nord de Lisbonne ; au lieu que dans la Carte de Duval, dans celle du Père Placide & autres, cette Ville est placée à trente lieues au Nord-Nord-Est de Lisbonne. Dans les unes, on trouve de *Coimbre* à *Cadval*, onze lieues à l'Ouest-Su-Ouest ; & dans les autres, vingt-huit lieues au Sud-Sub-Ouest. Frappé de pareilles différences qui se trouvoient dans plusieurs autres endroits, j'ai été obligé d'avoir recours aux Auteurs qui ont écrit sur le Portugal : voici ceux que j'ai consultés.

1º. Martini Zeilleri Hispaniae, & Lusitaniae Itinerarium, &c. Amsterdam 1656.

2º. Ludovivi Nonii Hispaniae &c. Descriptio, Anvers 1607.

3º. Petri Marca, Marca Hispanica, &c. Paris 1688

4º Descripção de Reyno de Portugal, &c. Lisbonne 1610.

5º. Corografia Portuguesa, &c. per Antonio Carvalho d'Acaosta, à Lisbonne 1706, 3 vol. *In-folio*.

6º. Deliciae Hispaniae, seu Itinerarium Hispanicum, &c. Ursellis 1604.

7º. Description des Royaumes d'Espagne & de Portugal, &c. para Jean Alvarez de Colmenar, Amsterdam 1741, 4 volumes *in-quarto*.

8º. Voyage d'Espagne, fait en l'an 1659, Paris 1669.

9º Voyage du P. Labat en Espagne, &c. Paris 1730, 8 vol. *in-douze*.

Como se constata pela leitura da lista de fontes consultadas, o autor citou, preferencialmente, autores do século anterior ou do início do século XVIII, não dando destaque às obras contemporâneas ou mais recentes.

A memória ainda tem um mapa de uma parte da fronteira de Portugal, utilizada como exemplo ilustrativo da metodologia seguida por Bellin, para demonstrar a forma como os mapas levantados numa escala maior fornecem informação que pode ser aproveitada para compor os mapas gerais do país: “cette petite partie de la Frontiere de Portugal, entre Alcantara e Almeida, est donnée ici pour exemple de la maniere dont j’aurois souhaite détailler la Carte de ce Royaume; mais des raisons particulières m’en ont m’empêcher: d’ailleurs j’attends quelques éclaircissemens & des connoissances plus exactes sur certaines parties”. Volteremos a este exemplo.

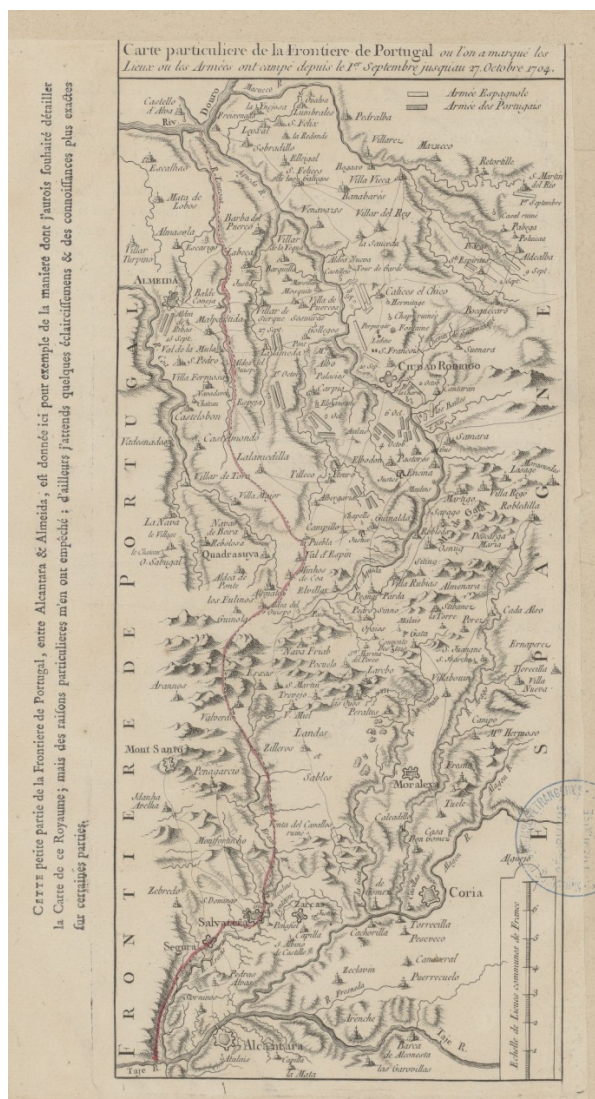


Figura 29 – Carte Particuliere de la Frontiere de Portugal, Bellin, 1762.

Mapa dos Reynos de Portugal e Algarve..., de Rizzi-Zannoni, 1762

Giovanni António Bartolomeo Rizzi-Zannoni (1736-1814) foi um dos mais reputados cartógrafos/geógrafos italianos do século XVIII e início do século XIX. Nascido em Pádua, cedo iniciou a sua actividade em território alemão, tendo trabalhado em Nuremberga nos estabelecimentos cartográficos de Seutter e dos herdeiros de Homann²²⁹. Na década de 1750 trabalhou na Polónia, tendo medido o meridiano de Varsóvia e procedeu ao levantamento topográfico apoiado em modernas técnicas de triangulação²³⁰. A partir de 1760, estabeleceu-se em Paris onde publicou trabalhos de Astronomia e editou vários mapas e atlas, muitos dos quais aproveitando material já existente. Durante a sua estada, acompanhou de perto a produção da Carta de França sob responsabilidade da família Cassini e relacionou-se com importantes personalidades da época, como Diderot, D'Ainville ou Buache²³¹.

Em Março de 1765 tornou-se membro correspondente da Academia das Ciências de Göttingen e, após a morte de Bellin, em 1772, foi nomeado “*premier ingénieur*” do *Dépôt de la Marine*, atingindo, assim, o auge da sua carreira que ainda seria coroada com a atribuição do cargo de director do *Bureau Topographique pour la Démarcation des Limites*. Para além da Academia de Göttingen, também foi membro de outras sociedades e academias científicas, defendendo sempre a Geografia na perspectiva de uma ciência empírica e que a Cartografia deveria basear-se em medições e observações no terreno.

Contudo, pouco tempo depois de ter substituído Bellin, o colapso económico obrigou-o a abandonar França e a regressar a Pádua, ao que tudo indica, aproveitando um convite do editor veneziano António Zatta, que pretendia contratar os seus serviços de geógrafo/cartógrafo, na composição de um atlas que pretendia editar. Uma vez aí instalado, foi contratado pelo governo para proceder ao levantamento cartográfico dos territórios de Veneza e de Pádua, neste último caso à escala 1/20 000, apoiado em triangulações topográficas.

²²⁹ O seu nome surge mesmo num dos mapas de Seutter, cfr. Giorgio MANGANI, 2000.

²³⁰ Monique PELLETIER, 2001, p. 197.

²³¹ Giorgio MANGANI, 2000.

Finalmente, as últimas décadas de vida foram consagradas à sua obra maior: a composição da Carta Geográfica do Reino de Nápoles, trabalho que se estendeu por cerca de 30 anos, ao longo de um período muito conturbado da história do país. Em todo o caso, em 1812, foram publicadas as 31 folhas correspondentes ao levantamento final²³².

O mapa de Portugal deste autor, editado em duas folhas, tem por título em português *Mapa dos Reinos de Portugal e Algarve feita sobre as memorias de D. Vasque de Cozuela as de P. Lacerda e varias outras por D.J.A.B. Rizzi Zannoni da Sociedade Real de Gottinga Professor da Géograf.* e está inscrito numa cartela concebida e gravada por Marillier e Berthaut – e que se encontra colocada no canto inferior esquerdo da folha Sul²³³ – decorada com motivos florais, militares e religiosos, encimada pelos brasões dos dois reinos representados. Quanto à indicação dada no título, que o mapa teria sido construído tendo por base as memórias de Vasquez de Cozuela e as de P. Lacerda, entre outras, não nos foi possível identificar estes dois autores, nem as referidas memórias²³⁴.

²³² Cfr. Vladimiro VALERIO, 1993, pp. 409- 412. Devo ao Professor Valerio um especial reconhecimento pelas informações que me facultou sobre Zannoni.

²³³ Existem vários exemplares deste mapa nos diversos arquivos nacionais. Consultámos o exemplar que se conserva na Biblioteca Nacional de Portugal, sob a cota C.A. 143V., bem como a cópia digital disponibilizada em linha no sítio do Institut Cartogràfic de Catalunya e um exemplar de uma colecção particular.

²³⁴ Como referência mais próxima, poderíamos avançar que os representantes diplomáticos de Portugal em França, entre 1736 até 1756 foram, respectivamente, Gonçalo Manuel Galvão de Lacerda (1736-1748) e José Galvão de Lacerda. Será uma destas personalidades o autor das memórias que o autor do mapa alude? No mundo diplomático português há, ainda, espaço para outra referência de apelido Lacerda: Francisco Lacerda, ministro de D. Pedro II, que pretendia fazer com que os agentes diplomáticos portugueses enviassem regularmente para Lisboa informações sobre diversos assuntos e actualidades nas diferentes capitais europeias. Para a História da Diplomacia portuguesa e das delegações diplomáticas nas diferentes cortes europeias, consultar as obras de: Ana Leal de FARIA, 2008 e Pedro Soares MARTÍNEZ, 2010.

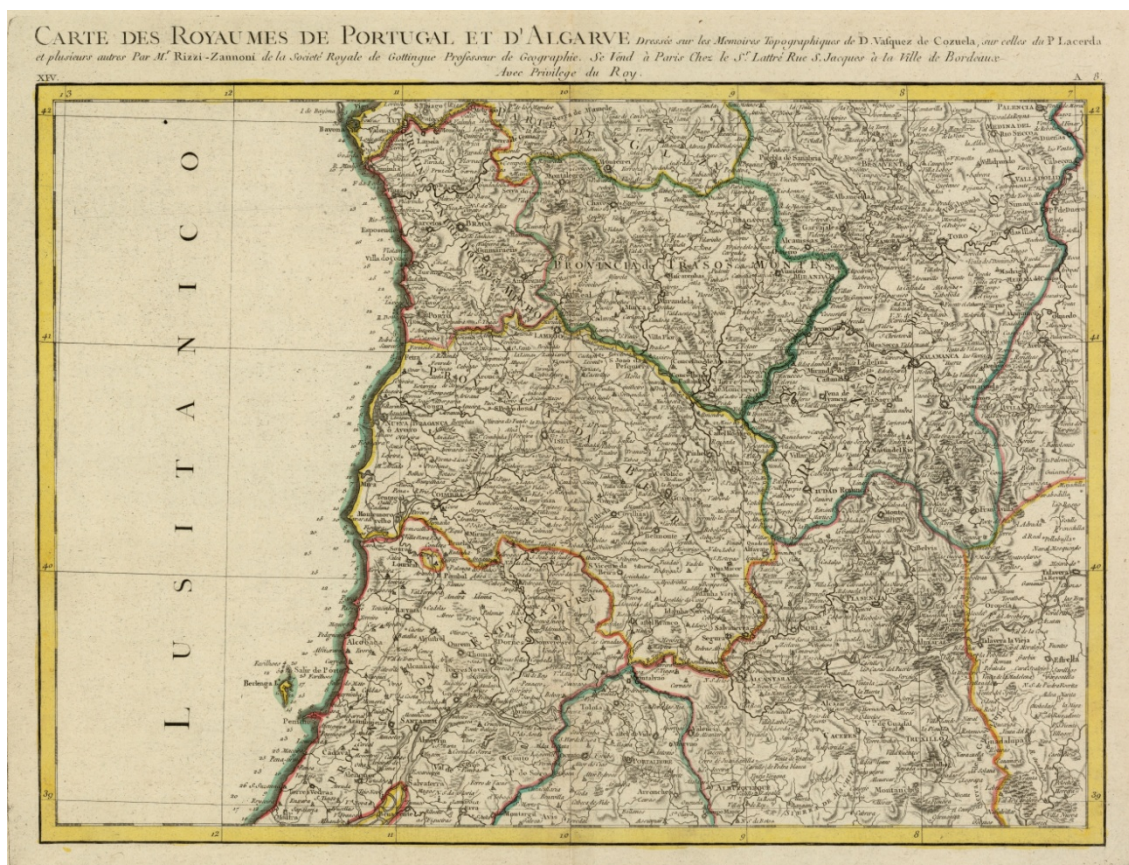


Figura 30 - Folha Norte do Mapa dos Reynos de Portugal e Algarve..., por Rizzi-Zannoni, 1762

Na parte superior da folha Norte, fora da esquadria, está o título em francês com a indicação da data de 1762 e de ter sido publicado em Paris por Jean Lattré, tal como consta na cartela. Nos cantos inferiores esquerdo e direito, da folha Sul, há uma indicação que informa que a longitude está referida ao meridiano do Observatório Real de Paris. Anunciava-se, ainda, que este mapa mostraria as conquistas espanholas a Norte do rio Douro, vendendo-se cada folha ao preço de 20 *sols*.

Trata-se de um mapa impresso, cujo conjunto apresenta umas dimensões aproximadas de 62 x 43 cm; na parte inferior do mapa existem duas escalas gráficas, uma de “milhas comuns de Itália de 60 ao grau médio” e outra de “6 léguas comuns de Portugal de 18 ao grau”, o que se compreende sabendo que o seu autor é italiano, mas, tendo em conta que o mapa foi editado em Paris e, à partida, seria dirigido ao público francês, seria de esperar encontrar uma escala francesa. A escala do mapa pode ser calculada em ca. de 1/1 200 000.

Estas duas folhas que compõem o mapa de Portugal, faziam parte da *Carte générale de toute l’Espagne en douze feuilles*, tal como era anunciado na rubrica

“nouvelles literaires” da edição de Setembro de 1762 do *Journal des Savants*²³⁵. Aí se referia que o mapa de Portugal servia para ilustrar o teatro da guerra e que as cidades e as praças-fortes seriam representadas num plano geométrico, enquanto as cadeias montanhosas, os rios, os bosques, os caminhos principais e secundários, seriam representados de uma forma “presque topographique”.

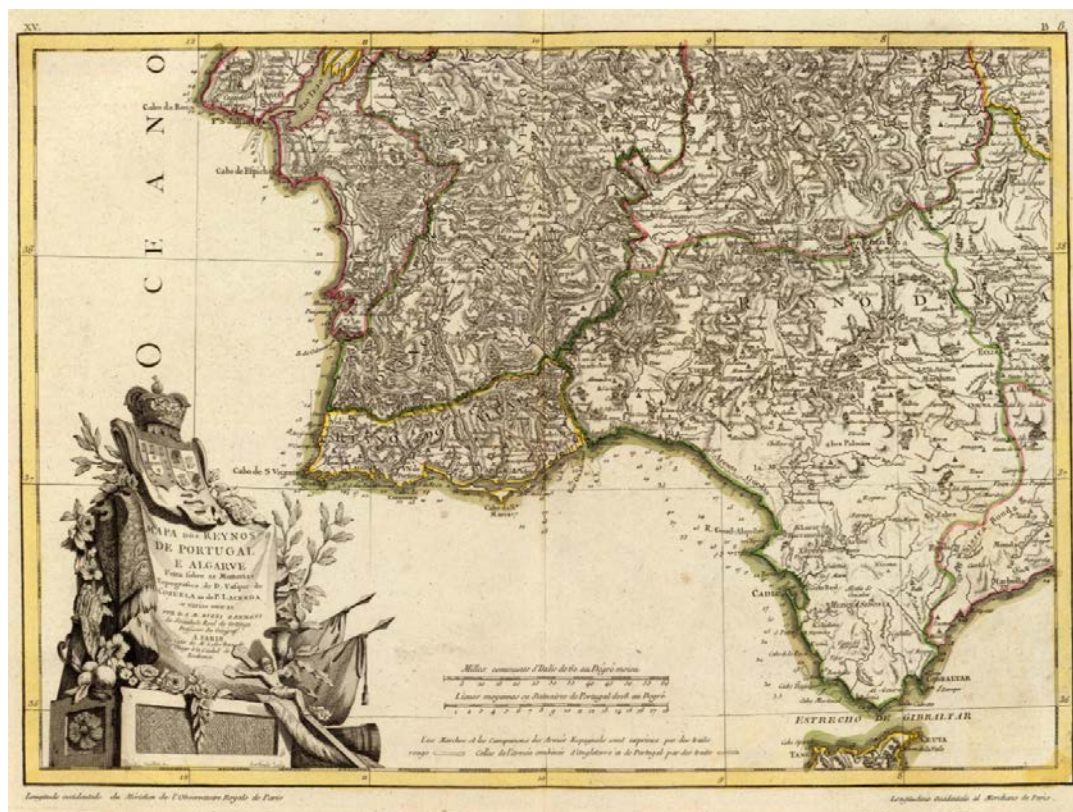


Figura 31 - Folha Sul do Mapa dos Reynos de Portugal e Algarve..., por Rizzi-Zannoni, 1762.

A recensão informava ainda que o autor apresentaria as fontes e a metodologia utilizadas na composição do mapa, de modo a formar uma imagem cartográfica sólida e de boa qualidade, tanto mais que, de todas as regiões da Europa, a Espanha (Península Ibérica) era aquela onde os bons mapas rareavam.

Na base da folha Sul, há uma pequena legenda que indica o movimento do exército espanhol, que seria representado por uma linha vermelha, enquanto os exércitos combinados de Portugal e da Grã-Bretanha seriam representados a verde. Em todo o caso, nenhum dos exemplares consultados apresentava estas linhas que teriam de ser pintadas manualmente.

²³⁵ *Journal des Savants*, Setembro 1762, p. 633. Já em Março de 1762, o mesmo periódico anunciava a publicação de um Atlas Militar de autoria de Zannoni, também editado por Lattré, onde se dava conta das movimentações militares no teatro de operações da Europa Central, entre 1756 e 1761.

Nesta fase do conflito, o exército espanhol ocupava a Província de Trás-os-Montes e o território de Riba-Côa, estando cartografados os seus movimentos desde o dia 1 de Maio até ao dia 1 de Julho de 1762, altura em que o Estado-maior espanhol decidiu interromper a invasão por Trás-os-Montes e transferir o teatro das operações para a Beira Baixa.

Ainda que nenhum dos exemplares consultados tenha identificado com as cores correspondentes os movimentos dos exércitos em confronto, não deixa de ser estranho a figuração de uma marcha militar iniciada em Vila Nova de Cerveira no dia 4 de Junho de 1762, passando por Viana a 6, Barcelos a 7 e chegando ao Porto no dia 8 de Junho. Efectivamente, a Província de Entre Douro e Minho não foi invadida neste conflito. Poderá este movimento referir-se ao exército aliado luso-britânico? Em todo o caso, não parece plausível que numa altura de ameaça de invasão fronteiriça se retirassem tropas de uma das suas praças-fortes. Muito provavelmente, o autor terá vertido no mapa informações constantes nos planos de invasão franco-espanhóis, mas que nunca chegaram a ser concretizados.

A configuração da linha de costa sofre uma alteração significativa, particularmente na Província de Entre Douro e Minho e no estuário do rio Tejo, o que parece denunciar a utilização de fontes próximas do mapa daquela província e do Patriarcado de Lisboa, elaborados por Grandpré e por Laurent. Várias leituras de sondagens batimétricas surgem ao longo da costa portuguesa, o que não surpreende tendo em atenção a ligação de Zannonni ao Dépôt de la Marine.

Atendendo à escala do mapa, a rede hidrográfica é bastante completa, ainda que, muitos rios não tenham sido identificados, provavelmente por opção do autor. O relevo foi representado por uma espécie de *hachures*, abandonando-se o processo de representação pictórica que a generalidade dos autores utilizava, dando ao mapa um estilo mais moderno e científico, “quase topográfico”, procurando imitar no estilo a técnica utilizada por Cassini²³⁶. No entanto, a identificação das principais serras portuguesas ficou muito aquém daquilo que se poderia esperar, tendo o autor identificado os nomes das serras que surgem nos mapas regionais, tanto na versão

²³⁶ Cfr. Maria Fernanda ALEGRIA, 1977, p. 196. Sobre a representação do relevo na Cartografia antiga de Portugal ver, também, Maria Helena DIAS, 2008.

Grandpré, como na de Laurent, com excepção da Província de Trás-os-Montes onde nenhuma serra foi identificada.

A toponímia é rica e abundante, salientando-se a utilização do topónimo “Bragança Nova” para se referir a Aveiro, elemento comum, por exemplo, ao mapa de Longchamps. A rede viária pare ter sido inspirada nos mapas gravados por Laurent, ainda que se verifiquem algumas diferenças importantes. Em todo o caso, a rede de estradas neste exemplar parece mais completa.

O pormenor mais interessante do mapa é a figuração de uma rede de triângulos no litoral alentejano e na fachada ocidental do Algarve, numa época em que se desconhece qualquer tentativa de levantamento topográfico nesta parte de Portugal continental baseada em triangulações do terreno. Seria este pormenor um estratagema do autor para convencer o público que tinha utilizado técnicas de triangulação na elaboração deste mapa e, assim, demonstrar que esta imagem era mais fidedigna do que as dos rivais comerciais?

Em suma, a imagem de Portugal de Rizzi-Zannoni aproxima-se muito daquela que resulta da junção dos diferentes mapas das províncias portuguesas, pelo que poderemos supor que o autor terá refeito material anterior para compor este mapa, provavelmente a partir de fontes francesas, incluindo-se neste leque de possibilidades o mapa de Pedro Gendron.

Em todo o caso é inegável o seu sucesso editorial, pois são conhecidas edições posteriores, nomeadamente a versão de 1783, também em duas folhas, incluída no *Atlas Moderne ou Collection des Cartes sur Toutes les Parties du Globe Terrestre* editado por Rigobert Bonne, em 1791; a reedição, em Veneza, de 1802, encontrando-se um exemplar na Biblioteca Nacional de Portugal; ou ainda a versão do geógrafo J. Lodge, em 1808²³⁷.

²³⁷ Estes exemplares estão disponíveis para consulta no sítio da Biblioteca Nacional (BNDigital) na Internet.

O Mapa del Reyno de Portugal, de Tomás López, 1762

Se Portugal sentiu necessidade de proceder a uma renovação metodológica e técnica na Cartografia nacional, o mesmo sucedeu em Espanha, tendo alguns estadistas espanhóis, como Jorge Juan ou o Marquês de la Ensenada, proposto o levantamento de um mapa de Espanha, de acordo com as então mais recentes técnicas topográficas, à semelhança do projecto que, entretanto, se completava em França sob direcção da família Cassini e que também inspirara o plano de Azevedo Fortes para Portugal.

Para dar seguimento a este propósito, um grupo de “pensionistas” (bolseiros) onde se incluíam Tomás López e Juan de la Cruz Cano y Olmedilla, foi enviado para Paris, de forma a instruir-se nas técnicas de composição e de gravação de mapas. López ali permaneceu entre 1752 e 1760, assistindo a vários cursos de matemática no Colégio Mazarin e aperfeiçoando-se nas oficinas de J.B de Bourguignon D'Anville, onde terá conhecido o gravador Guillaume Delhaye. De regresso a Madrid, em 1760, estabeleceu-se como cartógrafo, gravador e editor, seguindo as linhas orientadoras dos seus mestres franceses²³⁸.

Logo em 1762, Tomás Lopez publicou uma nova imagem cartográfica de Portugal, acompanhada por uma série de outros mapas das diferentes províncias, que poderiam ser adquiridos individualmente. Aos poucos, estes mapas foram sendo compilados em atlas “factícios”, quer por instituições oficiais, quer pela iniciativa privada. Poderemos considerar os “Atlas” existentes nos arquivos da Real Academia da História em Madrid, e o denominado *Atlas du Portugal & d’Espagne par Thomas Lopez Géographe à sa Majesté Catholique* existente na Biblioteca Pública Municipal do Porto e que terá pertencido ao espólio do 1º Visconde de Balsemão, Luís Pinto de Sousa Coutinho (1735-1804)²³⁹.

²³⁸ Um resumo biográfico deste autor pode ser consultado em Francisco VAZQUEZ MAURE, 1982, p.71; Horacio CAPEL, 1982,p. 125-155 e Rodolfo NÚÑEZ DE LAS CUEVAS, 1991, p.188-191 e mais recentemente António LOPEZ GÓMEZ e Carmen MANSO PORTO, 2006, p. 101-118 e João Carlos GARCIA e Luís Miguel MOREIRA, 2008, p. 103-125.

²³⁹ Sobre os Atlas da Real Academia de História de Madrid, consultar a mais recente obra de António LOPEZ GÓMEZ e Carmen MANSO PORTO, 2006. Os mapas de Portugal datados de 1762 surgem no Atlas compilado em 1791. Quanto ao Atlas do núcleo de Reservados da Biblioteca Pública Municipal do Porto, a sua cota é C-M&A Pasta 21(7) e está datado de 1778.

O mapa de Portugal de Tomás López, de 1762, denomina-se *Mapa del Reyno de Portugal construido, segun las mas modernas memorias* e acrescenta *Este Mapa General, com las seis Provincias separadas, donde por menor se expresan los Pueblos de Portugal, forman el Atlas completo de este Reyno*. O mapa de Portugal foi incluído no *Atlas d’Espagne et du Portugal* de Jean Nicolas du Trallage, senhor de Tillemont e do abade Michel Antoine Baudrand, que López publicou em Madrid, em 1762, e J.B. Nolin em Paris, no mesmo ano.

O *Mapa del Reyno de Portugal* é impresso, tem dimensões aproximadas de 40 x 30 cm e está delimitado por uma dupla esquadria sendo a interior graduada em latitude e longitude que o autor indica referir-se à “longitude oriental de la isla del Hierro”; o título encontra-se numa cartela no canto superior esquerdo. Existem duas escalas gráficas, uma de “léguas de una hora de camino” e outra de léguas de 17,5 ao grau.

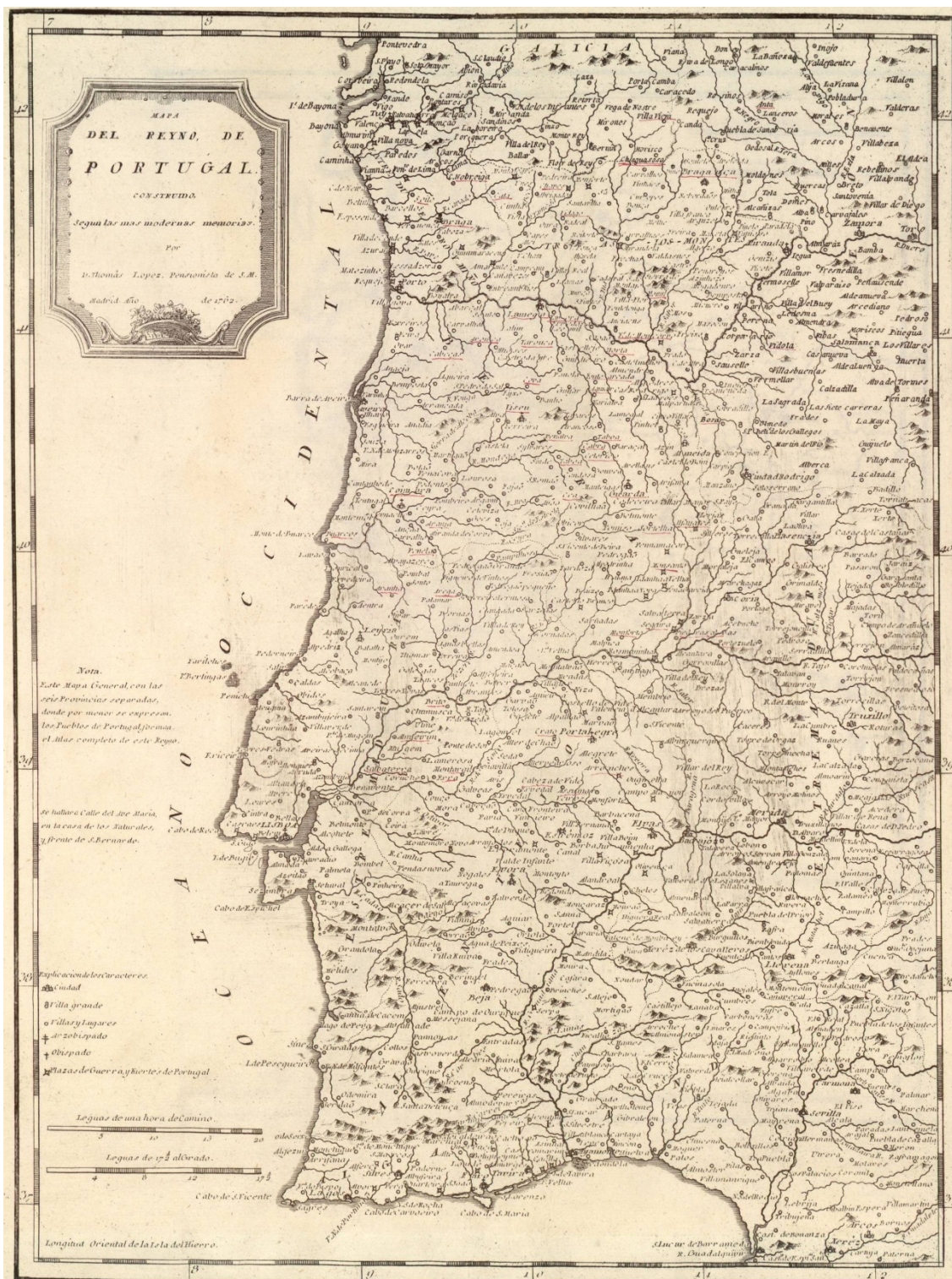


Figura 32 - Mapa del Reyno de Portugal, por Tomás López, 1762. R.A.H.

O mapa figura a divisão interna por Províncias, mas a sua escala não permite fazer uma análise pormenorizada, ainda que seja possível identificar uma alteração na configuração dos limites da Província de Entre Douro e Minho. Em todo o caso, no que diz respeito à imagem do conjunto do território português, não se verificaram grandes

inovações. Deste modo, apesar da referência aos mapas das Províncias, não identificamos qualquer ligação entre o mapa de conjunto e os mapas regionais que o deveriam acompanhar, pelo que, muito provavelmente, o autor terá utilizado fontes diferentes para compor as imagens regionais, pois o somatório dos mapas das províncias não corresponde à imagem do conjunto de Portugal. Tudo indica, assim, que os mapas das Províncias portuguesas terão tido uma produção independente²⁴⁰.

Ao mesmo tempo que López publicava as suas imagens das províncias portuguesas, em Portugal, também no ano de 1762, eram publicadas duas obras que incluíam mapas regionais. Se por um lado, João Silvério Carpinetti, compunha uma espécie de “atlas” regional de Portugal, refazendo e alterando o material cartográfico gravado por Grandpré, em 1730, por outro lado, a segunda edição da obra de João Baptista de Castro, *Mapa de Portugal*, passou a incluir uma outra versão dos mapas de Grandpré, desta vez gravados por Laurent e editados em Paris e que serão analisados adiante.

Resta acrescentar que, numa análise comparativa entre todas estas variantes dos mapas regionais, utilizando o mapa da Província de Entre Douro e Minho como modelo, a versão Lopez revela características muito próximas da versão Grandpré e também Laurent, o que poderá significar que as fontes utilizadas para a sua composição podem ter sido aqueles mapas ou as fontes às quais estes recorreram²⁴¹.

Finalmente, uma outra hipótese deve ser levantada: de acordo com D. Pedro de Campomanes, o mapa de Pedro Gendron subdividiu-se em outros mapas particulares das províncias de Portugal. Atendendo a que o mapa de Gendron data de 1754 e o comentário de Campomanes de 1762, teríamos de procurar mapas regionais de Portugal compreendidos entre estas duas balizas temporais. Contudo, como desconhecemos a existência de outros trabalhos cartográficos de Pedro Gendron sobre Portugal, este comentário deixa em aberto a possibilidade de Tomás López ter utilizado esse mapa para compor os mapas das províncias de Portugal.

No entanto, a confrontação destas duas fontes cartográficas, recorrendo ao mapa da Província de Entre Douro e Minho de López, de 1762, não permitiu estabelecer uma filiação directa, já que existem demasiados elementos dissonantes

²⁴⁰ Horacio CAPEL, 1982, p. 155 e LOPEZ GÓMEZ e Carmen MANSO PORTO, 2006, p. 103.

²⁴¹ Luís Miguel MOREIRA, 2011, p. 83-90.

entre os mapas analisados, desde logo, a diferença de pormenores figurados resultante da diferença de escalas.

Uma outra possibilidade da utilização do mapa de Gendron como fonte para a composição de imagens regionais de Portugal, seria considerar os pequenos mapas das Províncias Portuguesas, editados em Madrid em 1757, no seu *Atlas Geographico del Reyno de España e Islas Adjacentes*. Contudo, uma análise aos mapas deixa perceber, de imediato, a existência de inúmeras diferenças, suficientes para refutar esta hipótese.

O Mapa à Descripción del Reyno de Portugal..., de D. Pedro Campomanes, 1762

Um outro exemplar também editado em 1762 intitula-se *Mapa à descripción del Reyno, y fronteras de Portugal sacado de las Cartas geográficas de Pedro Teixeira, y Jacobo Cantelli corrigido, y añadido por otras noticias con privilegio de S. M. En Madrid Año d' 1762* e não tem autoria explícita. Este mapa de Portugal está dividido em duas folhas, a *Parte Setentrional* e a *Parte Meridional*, onde figura o título, cada uma com ca. 44 x 53 cm, perfazendo a imagem completa um total de 88 x 106 cm. Uma única escala gráfica colocada na parte inferior da folha Sul, em “Leguas comunes de España de 17 $\frac{1}{2}$ al grado” permite calcular a escala do mapa em ca. de 1:700 000.

Ambas as folhas estão inseridas numa dupla esquadria, sendo a interna dividida em graus de latitude e de longitude. O espaço representado, para além do território português, inclui parte do reino de Espanha, sendo que a “Parte Setentrional” de Portugal confina com a “Parte de Galicia” e “Parte del Reyno de Leon” e a “Parte Meridional” com a “Parte de Castilla” e “Parte de Andalucia”.



Figura 33 - Parte Setentrional del Reyno de Portugal, por Pedro Campomanes, 1762.
C.N.C.B.G.U.C.

Na folha Norte, uma cartela ocupa todo o canto superior esquerdo e está encimada pelas armas de Carlos III, rei de Espanha. O texto aí inscrito configura uma nota ao leitor (“al Publico”) e estabelece uma relação com uma outra obra publicada no mesmo ano por D. Pedro de Campomanes e que completava e se complementava com este mapa: tratava-se da *Noticia Geográfica del Reyno y Caminos de Portugal*²⁴².

Nesta obra o autor afirma “[...] aunque para mayor comodidad seria útil unir nuestro Mapa de Portugal en la encuadernación, hemos preferido darle suelto, así para evitar se rocen con los muchos dobles las dos hojas de que se compone, como para que los que quisieren en el libro, o el Mapa suelto tengan esta facilidad”²⁴³. Deste

²⁴² São conhecidas, pelo menos, três edições desta obra. À primeira edição de 1762, sucedeu-se uma segunda edição em 1808, sendo a mais recente uma edição espanhola de 2006, que junta algum enquadramento histórico e notas biográficas.

²⁴³ Pedro de CAMPOMANES, 1808, p. XIII.

modo, foi possível atribuir uma autoria ao mapa, dado que este não deveria ser considerado isoladamente mas como complemento da dita *Notícia*²⁴⁴.

D. Pedro Rodríguez de Campomanes (1723-1802), 1º Conde de Campomanes, foi um dos mais activos e influentes estadistas espanhóis da segunda metade do século XVIII, estando associado ao período da “Ilustración” ou do Despotismo Esclarecido espanhol, particularmente durante o reinado de Carlos III²⁴⁵. Nascido nas Astúrias, estabeleceu-se em Madrid como advogado, em 1746, e somente dois anos depois era admitido como membro da Real Academia de la História, posição que consolida durante a década de 1750, afirmando-se interessado em línguas estrangeiras, no estudo da História e da Geografia Antiga. Era membro e sócio correspondente de várias outras academias e sociedades, tanto nacionais como estrangeiras.

Em 1755 assumiu o cargo de Director Geral de Correo y Postas do Reino e, mais tarde, foi Governador do Conselho de Castela e Conselheiro de Estado; foi, ainda, presidente da Real Companhia de Impressores e Livreiros. Contudo, a sua actividade mais conhecida foi a de director da Real Academia da História, cargo que desempenhou de forma ininterrupta entre 1764 e 1791 e, após um breve interregno, entre 1798 e 1802. Neste cargo, foi um dos principais impulsionadores da edição de um Dicionário Geográfico de Espanha, projecto que não chegou a ser totalmente concluído.

Como responsável máximo pelos Correos y Postas de Espanha, escreveu, em 1761, o *Itinerário de las carreras de dentro y fuera del Reyno*, que estava acompanhado de um mapa de Espanha desenhado por Tomás López, autor com que manteria uma estreita colaboração. Terá sido esta experiência na análise à rede viária de Espanha, bem como a sua investigação sobre as linhagens dos principais reinos Ibéricos – onde se ocupou, pessoalmente, dos reis de Portugal - que lhe terá permitido avançar para a composição da sua *Noticia Geográfica del Reyno y Caminos de Portugal*, complementado com um mapa.

²⁴⁴ Mesmo os editores da mais recente edição desta obra de Campomanes afirmam não terem tido acesso a qualquer exemplar do mapa aí referido... . Sobre a autoria do mapa ver António LOPEZ GÓMEZ e Carmen MANSO PORTO, 2006, p. 104.

²⁴⁵ Para além de várias obras de referência geral, sobre este período da História de Espanha, sobre esta personalidade ver, por exemplo, José VELLEJO, 1996, p. 99-176 e 1997, Félix BORNSTEIN, 2002, p. 101-141 e Martín ALMAGRO-GORBEA, 2003, p. 117-159.

A cartela da folha Norte foi usada como adenda ao texto da *Notícia*, aproveitando o autor para completar alguma da informação ali expressa: como já foi referido aquando da análise ao mapa de Pedro Gendrón, Campomanes fez uma espécie de cartobibliografia dos mapas de Portugal editados até ao ano de 1762 mas, aparentemente, esqueceu-se de referir os mapas da Península Ibérica onde se incluía o território de Portugal, aproveitando este espaço para referir o mapa de Nicolas Bailleur de 1747, assim como o também já referido mapa de 1704, gravado em Madrid por Gregório Fosman, editado por António Vizarrón e dedicado a Felipe V.

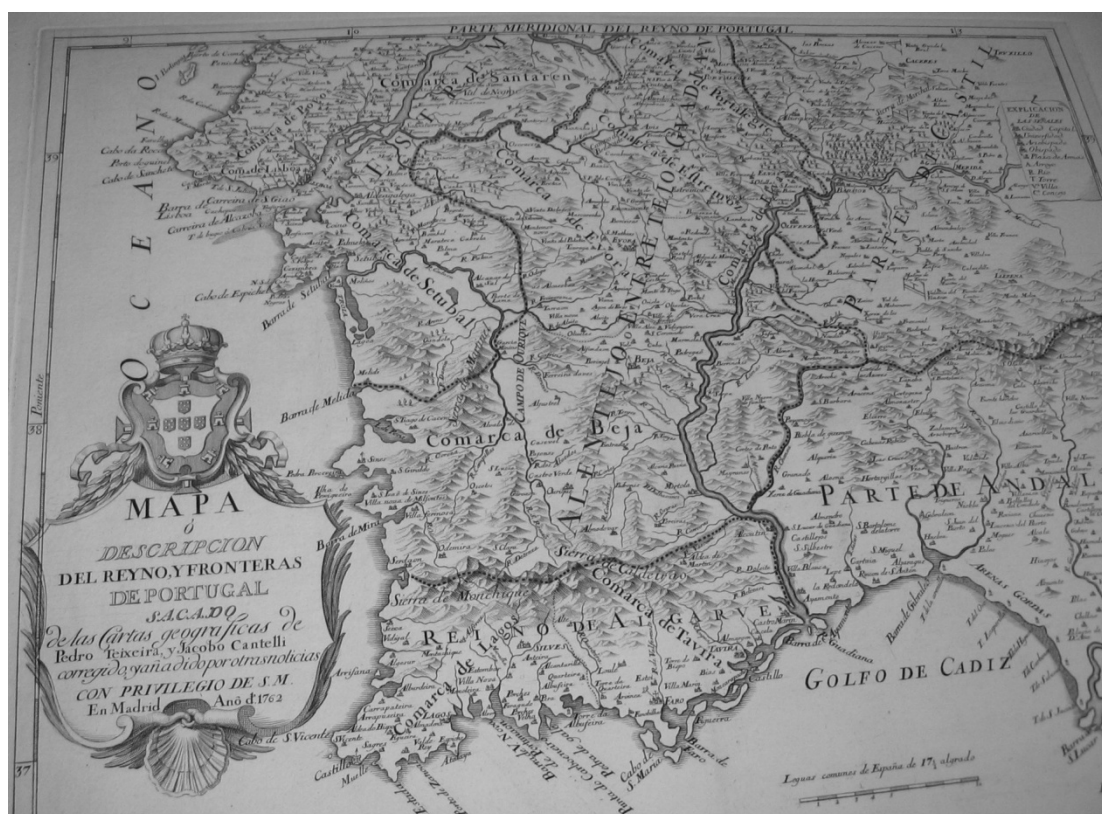


Figura 34 - Parte Meridional del Reyno de Portugal, por Pedro Campomanes, 1762.
C.N.C.B.G.U.C.

No canto inferior esquerdo da folha Sul, figura a cartela do título encimada pelas armas de Portugal, inspirada no modelo utilizado por Cantelli, em 1692. A legenda, ou “explicación de las señales” foi colocada no canto superior direito desta folha.

A configuração da linha de costa, muito recortada, parece decalcada do mapa de Pedro Teixeira, provavelmente, na sua versão Cantelli. A rede hidrográfica é bastante densa e muito inspirada nas mesmas fontes cartográficas, como se comprova

pela análise de alguns pormenores, como por exemplo, Campomanes também identificou o rio Homem, afluente da margem direita do rio Cávado como sendo “rio Coura” e cartografou uma ínsua no rio Guadiana, entre Jurumenha e Olivença. Quanto ao relevo, o autor apenas identificou um total de seis serras portuguesas, três a Norte do rio Tejo: “Soaio”, “Cântaro” (em vez de “Alcoba” como Teixeira) e “Estrela” e outras três a Sul daquele rio: “Martinel”, “Monchique” e “Caldeirão”.

O território português foi dividido nas suas seis Províncias e o autor utilizou a mesma linha tracejada para marcar a fronteira com Espanha. Internamente, cada uma das Províncias subdivide-se em diferentes comarcas cujos limites foram inscritos por uma linha pontuada. Para esta divisão, Campomanes terá seguido de perto o mapa de Cantelli que, como o próprio afirmou, por sua vez, se inspirou no mapa de Sanson de 1654²⁴⁶.

O autor considerou na legenda cinco categorias principais de núcleos de povoamento, a saber: “Ciudad capital”; “Universidad”; “Arzobispado”; “Obispado”; “Plaza de Armas”, este último bastante revelador do contexto político-militar que então se vivia.

A toponímia é abundante e parece copiada do mapa de Teixeira, tal como parece denunciar o topónimo “castellejo” a Norte de Amarante na Província de Entre Douro e Minho. Encontram-se, no entanto, outras pistas que provam que o autor deste mapa terá efectuado algumas alterações que não foram, necessariamente, correcções ou emendas. Por exemplo, ainda na Província de Entre Douro e Minho, Teixeira cartografou a povoação de “Tourosa” na margem Sul do rio Cávado, nas proximidades do seu estuário, enquanto Campomanes a figurou na foz do rio Ave, a jusante de Vila do Conde²⁴⁷.

A inexistência da rede viária é um pormenor que não pode deixar de ser salientado, tanto mais que o mapa destinava-se a ilustrar uma obra sobre as estradas e os caminhos de Portugal. Em todo o caso, o autor figurou várias pontes sobre alguns dos rios, até porque, como refere no prólogo da sua *Noticia Geográfica*, “... adviértese muchas veces el paso de los rios, porque siendo estos muy frequentes en Portugal, y el

²⁴⁶ Cfr. CAMPOMANES, 1808, p. IX.

²⁴⁷ Trata-se, provavelmente, da actual freguesia de Tregosa, no Concelho de Barcelos, embora esta se localize na margem direita do rio Cávado.

país demasiado lluvioso en el invierno, es importante su conocimiento á todo caminante”²⁴⁸. De qualquer modo, esta situação é reveladora da grande dificuldade sentida na época para representar os itinerários terrestres em Portugal.

Em resumo, Campomanes (ou muito provavelmente alguém por ele) compôs, em 1762, um mapa de Portugal utilizando, como fonte principal, o mapa de Pedro Teixeira e recorreu ao de Cantelli para completar a informação em falta, nomeadamente a divisão administrativa. O mapa síntese não configurou, por isso mesmo, uma imagem cartográfica inovadora.

O Mappa ou Carta Geographica dos Reinos de Portugal e Algarve, por Thomas Jefferys, 1762

Pelas suas características gerais, por ter sido elaborado num contexto geopolítico particular e pelo facto de se destinar, também, ao público português, iremos analisar, com particular atenção no próximo capítulo, o *Mappa ou Carta Geographica dos Reinos de Portugal e Algarve...*, por Thomas Jefferys, geógrafo de sua Majestade Britânica.

Os Mappas das Provincias de Portugal de João Silvério Carpinetti Lisbonense, 1762

Tal como já fizemos em relação aos mapas gravados por Grandpré, em 1729-1730, também vamos analisar este pequeno “atlas” regional da autoria de Carpinetti, como se se tratasse de uma imagem do conjunto de Portugal. João Silvério Carpinetti (1740-1800), foi um impressor português, de origem italiana, que exerceu a sua actividade em Lisboa (daí assinar algumas das suas obras com o epíteto "lisbonense"), entre os anos de 1757 e, pelo menos, 1767, tendo-se destacado na impressão de vários retratos, especialmente o do Marquês de Pombal, bem como, no registo de santos utilizando o método da água-forte²⁴⁹. Em todo o caso, a sua análise seria

²⁴⁸ CAMPOMANES, 1808, p. VII-VIII.

²⁴⁹ Cfr. Ernesto SOARES, 1940, pp. 157-158.

sempre necessária, uma vez que estes mapas foram invocados como fonte preferencial para a elaboração de outros mapas de Portugal, nomeadamente o do já referido de Jefferys.

A colecção de mapas regionais foi integrada num pequeno volume intitulado, genericamente, *Mappas das Províncias de Portugal* e tendo o autor dedicado a obra ao então Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo²⁵⁰. A completar o título, o autor indica que estes mapas foram “novamente abertos, e estampados em Lisboa”, o que pressupunha, desde logo, que seriam mapas refeitos a partir de material pré-existente.

De facto, na “advertência” que serve de introdução aos *Mapas das Províncias*, Carpinetti acrescentou que, sabendo da falta de mapas provinciais, decidiu emendar os mapas existentes que, à partida seriam os de Grandpré. A sua principal preocupação foi a de corrigir a posição dos lugares cartografados, até porque “(...) algumas pessoas sabião não eraõ no lugar, em que estavaõ (...)”, bem como as estradas de algumas províncias, nomeadamente da Estremadura e do Alentejo. Contudo, e porque isso iria implicar um novo trabalho de levantamento de coordenadas geográficas, o autor acabou por admitir que não emendou a totalidade dos erros e abandonou o projecto de graduar com as coordenadas geográficas, os “novos” mapas.

O contexto de ameaça de invasão territorial e de guerra terá feito aumentar a procura pelos mapas das províncias por parte do público português, pelo que, os mapas, que na primeira edição serviram para ilustrar a descrição geográfica das diferentes províncias – e curiosamente também foram editados num ano de forte tensão diplomática com Espanha - poderiam servir, agora, para situar o teatro de guerra, para informar o grande público, ou, quem sabe, até os próprios militares²⁵¹. Daí que o autor refira que uma das razões que o levou a reimprimir as cartas foi porque “(...) todos as buscavam...”. A prova evidente de que estes mapas tiveram grande receptividade entre o público foi o facto de serem vendidos, abertamente, na

²⁵⁰ Tivemos acesso aos exemplares existentes na Biblioteca Nacional, sob a cota CA. 203 P e na Biblioteca Pública de Braga, sob a cota HG 3370 V.

²⁵¹ Sobre a tensão diplomática/militar entre os dois países ibéricos em 1736, ver Joaquim Veríssimo SERRÃO, 1982, vol.V, pp. 262-264.

loja de Francisco Manuel, em Lisboa, e de serem reeditados pouco tempo depois, desta vez dedicados ao já Marquês de Pombal²⁵².

Talvez prevendo esta receptividade, o autor juntou uma *Ilustração aos Mapas das Províncias de Portugal*, onde fornece conselhos e explicações simples sobre a leitura e interpretação dos mesmos, nomeadamente sobre o uso do *petipè*, perfeitamente desnecessário se os mapas se destinassem a um público familiarizado com a linguagem cartográfica. Acrescentou ainda uma breve descrição de cada uma das Províncias do Reino. Em resumo, o autor mostra claramente a intenção de atingir um público mais vasto, de forma a assegurar o devido retorno pelo seu investimento²⁵³.

Os mapas desta edição por Carpinetti, parece corresponder a uma versão ligeiramente "retocada" da original de Grandpré, ainda que agora inclua um mapa do *Patriarcado de Portugal* que não existia na edição de 1736 e que o mesmo Grandpré compôs na década de 1740, avulso, com outra escala e sob o título de *Patriarcado de Lisboa*²⁵⁴. As dimensões dos mapas são idênticas à anterior impressão de 1730 e surgem, também, insertos numa esquadria.

As cartelas com o título apresentam configurações diferentes, sendo mais "geométricas" e simples para as Províncias do Entre Douro e Minho e do Algarve e um pouco mais "barrocas" para as restantes; a escala gráfica localiza-se, sempre, na parte inferior dos mapas e fora da esquadria, sendo um segmento de recta dividido em nove partes, em "Leguas Portuguezas de 18 ao gráo". Com excepção do mapa do Patriarcado, que se depreende ser o nº 1, todos os restantes foram numerados na seguinte sequência: nº 2 Entre Douro e Minho; nº3 Trás-os-Montes; nº4 Beira; nº 5 Estremadura; nº6 Alentejo e nº7 Algarve.

²⁵² Esta reedição do Atlas de Carpinetti, encontra-se na Biblioteca Nacional de Portugal com a cota C.A. 312 P. Assim sendo, a 2ª edição do atlas tem de ser posterior a 1769, ano em que o até aí Conde de Oeiras recebeu o título de Marquês de Pombal. Cfr. Suzanne DAVEAU, 1993. Em todo o caso, não existem diferenças assinaláveis entre as duas edições dos *Mapas*. Dado que a reutilização e alteração de chapas de impressão era um processo de custos elevados, o impressor, de modo a garantir lucros nas vendas, devia estar seguro da existência de um público comprador (cfr. Tony CAMPBELL, 1989, p. 6).

²⁵³ Ver a introdução da professora Suzanne DAVEAU, aquando da reedição dos mapas de Carpinetti pela Biblioteca Nacional de Portugal, em 1993.

²⁵⁴ Na nossa análise, recorremos ao exemplar conservado na Biblioteca Pública de Braga, sob a cota HG 3370V. e ao exemplar que se conserva no núcleo de Cartografia da Biblioteca Nacional de Portugal, com a cota C.A. 203.

Fora da esquadria, os mapas figuram no canto inferior esquerdo, a indicação “Carp. Sc.” e no canto inferior direito a inscrição “Lx^a. 1762”, com excepção dos mapas das Províncias de Entre Douro e Minho e da Beira, que não apresentam qualquer indicação do autor, local de impressão ou de edição, ou data. Os elementos cartografados, assim como a simbologia utilizada para os representar, não sofreram, praticamente, qualquer alteração.

Ainda que uma análise comparativa mais detalhada ao mapa da Província de Entre Douro e Minho já tenha sido realizada, podemos afirmar que, genericamente, não se detectam modificações significativas²⁵⁵. Assim, a rede hidrográfica manteve-se quase inalterada, apenas se verificaram algumas correcções pontuais, acrescentando rios que não estavam figurados ou nomeados outros que não estavam. As “serras” foram representadas pelo mesmo símbolo e foram identificadas, praticamente as mesmas. A vegetação continua presente, mas desta vez, o autor reforçou as “manchas” florestais.

As povoações foram figuradas recorrendo a três símbolos diferentes: o circuito “abaluartado” para as povoações mais importantes: “se são por modo de huns quadrados, com humas pontas para fóra, mostra que he fortaleza [...]”²⁵⁶, um pequeno conjunto de casas e, para todas as outras, um pequeno círculo. O autor, no texto que antecede os mapas, distinguiu as cidades arquiépiscopais e episcopais representadas pelas cruzes correspondentes. Quanto às fortificações do vale do Minho, já não figuram nesta versão os fortes de A Guarda e o forte “Vermelho” de Amorín. Uma análise mais atenta permite verificar algumas alterações na toponímia, geralmente corrigindo o nome de diversos lugares das diferentes províncias. Nesta versão Carpinetti, a rede viária só não foi representada nas Províncias de Entre Douro e Minho e na da Beira, mas as pontes foram figuradas, ainda que em menor número.

Uma importante alteração realizada, diz respeito à linha de demarcação dos limites das províncias, agora figurada por uma linha pontuada. Tal como o autor já havia prevenido, os erros de posição na localização de alguns fenómenos inscritos no mapa, não foram alterados, pelo que se mantêm como na primeira versão.

²⁵⁵ Luís Miguel MOREIRA, 2004, p. 78-82.

²⁵⁶ João Silvério CARPINETTI, 1993. Deste modo, o autor esclarece-nos que estes símbolos não se destinam, exclusivamente, às cidades ou vilas, mas para todas as localidades amuralhadas.

Os mapas de Carpinetti, de 1762, conheceram, pelo menos, cinco edições diferentes em menos de um século (entre 1762 e 1846). Esta vitalidade editorial demonstra que, em Portugal, existia um público consumidor cada vez maior e mais interessado em possuir imagens cartográficas do seu país e que não era composto, exclusivamente, pelas classes mais cultas e académicas da sociedade.

Seguindo as palavras do autor, depreende-se que a matriz utilizada para a elaboração destes mapas foi a de Grandpré, mas agora numa edição autónoma, constituindo uma espécie de atlas de bolso ou portátil, muito em voga, por exemplo, entre os geógrafos/editores franceses, uma vez que era um modelo que garantia sucesso editorial e retorno financeiro. Assim, Carpinetti refere: “eu comtudo, sabendo a grande falta que destas Províncias havia, quando todos as buscavaõ, tomei sobre mim este dificultoso trabalho [emendar e actualizar mapas] : e vendo que as que até agora corriaõ eraõ cheias de inumeráveis erros [seriam as de Grandpré], fiz toda diligencia por emendallas, naõ omtindo coiza, que a isto conduzisse”.

Os mapas das províncias, por Laurent, 1762

No mesmo ano em que Carpinetti editava o seu "atlas" (1762), saía a público a segunda edição do *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, de João Bautista (ou Baptista) de Castro e que incluía no primeiro volume uma versão diferente dos "Mapas das Províncias", gravados por Laurent²⁵⁷. É por esta razão que, habitualmente, se atribui aos mapas a data de 1762. Contudo, também existem exemplares avulsos ou agrupados em álbuns e, na medida em que nenhum está datado, não podemos saber, com todo o rigor, se esta versão é anterior aos mapas de Carpinetti, até porque no texto de Bautista de Castro não lhes é feita qualquer referência²⁵⁸.

Devemos referir que entre os vários exemplares da obra de Bautista de Castro consultados, alguns continham mapas da versão Carpinetti juntamente com outros da versão Laurent, tal como é o caso do exemplar conservado na Biblioteca Nacional de

²⁵⁷ *Mappa de Portugal Antigo, e Moderno*. 2ª ed., Lisboa, Off. Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1762.

²⁵⁸ Bautista de Castro, na introdução à sua obra, apenas refere que “Advirto que para a formatura deste Mappa me vali da Carta de João Bautista Homannu impressa no ano de 1736.”.

Portugal²⁵⁹. Outros exemplares consultados não tinham qualquer mapa, como é o caso do exemplar que se encontra na Biblioteca Pública de Braga²⁶⁰. Outros há que apresentam todos os exemplares dos mapas assinados por Laurent. Ainda na Biblioteca Nacional de Portugal, constam alguns exemplares avulsos dos mapas de Laurent e na cartoteca do Instituto Geográfico Português estes exemplares compõem um pequeno álbum cartográfico ao qual falta os mapas do Entre Douro e Minho e de Trás-os-Montes²⁶¹.

Não se conhecem muitos pormenores sobre a vida e obra de Laurent, nem é fácil traçar o seu percurso bio-bibliográfico, uma vez que existem vários gravadores/editores com este nome activos, em Paris, durante o século XVIII. Na obra *Les Graveurs du Dix-Huitième Siècle*, foram identificados três gravadores com o nome Laurent – são eles Laurent Cars, Pierre Laurent e André Laurent – embora nenhum deles corresponda ao perfil de gravador de mapas, pois todos se destacaram na gravura de retratos²⁶².

O artista que assina os mapas das Províncias de Portugal como “Laurent sculp.”, deverá ser o mesmo que François de Dainville identifica como “géographe, graveur et membre de l’Académie d’Écriture”, associando-o à publicação da *Carte de l’évêché de Coutances*, de 1769²⁶³. Este autor colaborou, ainda, com outros geógrafos e editores, entre os quais Jean Baptiste Nolin, sendo o gravador de vários dos seus mapas, nomeadamente, a *Carte De L’Angleterre Divisee dans les sept Etats qui formoient l’Eptarchie et qui n’ont plus forme qu’une Monarchie, apres avoir ete reunis* e a *Carte de la Partie de l’isle d’Albion Qui a este soumise aux Romains divisee en ses Provinces et princip: Peuples*, que datam de 1753, e a *Carte des environs de Paris qui comprend les elections de Paris, de Pontoise, de Senlis, de Mante de Montfort, de Melum, et de Rosoi* e a *Carte des Pays Bas catholiques connu sous le nom de Flandre divisée entre la couronne de France, la maison d’Autriche, et les Provinces Unies*, ambas de 1756.

²⁵⁹ Na área de Cartografia, sob a cota C.A. 611P.

²⁶⁰ Sob a cota H.G. 1623-25 V.

²⁶¹ B.N.P. cotas C.C. 163 P1; C.C. 164 P1; C.C. 165 P1; C.C. 167 P1 e C.C. 168 P1; I.G.P, cota C.A. 624.

Os vários exemplares gravados por Laurent também podem ser encontrados na B.N.R.J. digital, no sítio www.bndigital.bn.br/.

²⁶² Roger PORTALIS e Henri BÉRALDI, tomo 2, 1881.

²⁶³ François de DAINVILLE, 1954, p. 100.

Laurent terá sido, ainda, o autor que gravou o mapa das costas da Península Ibérica incluído no *Atlas o Compendio Geographico del globo terrestre, dividido en impérios...*, patrocinado por Pedro Gendron em colaboração com Juan Manuel Girón, em 1756. Esta ligação a Gendron mostra que, no desenvolvimento da sua actividade de gravador em Paris e, pelo menos, durante a década de 1750, Laurent pode ter travado conhecimento com alguns livreiros ou editores, cujos negócios se estendiam a Portugal, o que terá permitido ter tido acesso a fontes cartográficas portuguesas. Em todo o caso, será necessário aguardar por mais detalhes biográficos deste autor, uma vez que estes dados são meramente conjunturais, reunidos a partir do material cartográfico conhecido.

A dimensão e as características gerais dos mapas são muito idênticas às das versões Grandpré e Carpinetti e, à semelhança destes, também se inscrevem dentro de uma esquadria a negro que não está, de igual modo, graduada. As cartelas apresentam configurações muito diferentes mas, sob o título, figura, quase sempre, uma escala gráfica, dividida em várias partes, mas sem qualquer indicação da unidade de medida utilizada. O nome do gravador também figura, sob a escala, identificando-o como “Laurent Sculp.”.

Para além desta informação, nos mapas das Províncias da Beira e da Estremadura, o autor/gravador acrescentou *Lutetia* [Paris], indicando o local de gravação/edição. Atendendo a que todos os mapas foram gravados pelo mesmo autor, poderemos considerar, ainda que com uma considerável margem de erro, que esse será o local de edição de todos estes mapas. De qualquer modo, há todo um conjunto de características bem visíveis nos mapas que os aproximam dos exemplares de Grandpré e os diferenciam da versão de Carpinetti²⁶⁴. Uma análise mais atenta, permite-nos verificar que estes apresentam uma rede viária, fenómeno que o distingue das outras versões e que parece denunciar a utilização de fontes diferentes.

Tendo em conta todo este contexto, é possível que estes mapas das províncias gravados por Laurent, tenham sido uma encomenda de Gendron para serem incluídos no *Atlas o Compendio Geographico, Parte Segunda que comprende las Provincias de España y América*, em 1758, mas que não terá sido editado²⁶⁵.

²⁶⁴ Ver a análise ao mapa da Província de Entre Douro e Minho em Luís Miguel MOREIRA, 2011, p. 78-82.

²⁶⁵ Agustín HERNANDO, 2008, p. 41.

Se esta hipótese se confirmar, então as palavras de Pedro Campomanes “... este mesmo Mapa de Gendrón se ha subdividido en otros mapas particulares de las provincias de Portugal; pero caen por su corto tamaño en el mismo inconveniente que los de [D. Luís Caetano de] Lima”, referem-se aos mapas de Laurent que devem ser datados de ca. de 1758²⁶⁶.

Carta Geographica do Reyno de Portugal, por Julião Guillot, 1763

Ainda enquadrado no contexto da Guerra Fantástica, surgiu, em 1763, um dos primeiros mapas do conjunto do território nacional peninsular, de dimensões maiores, editados em Portugal. Tratava-se da *Carta geographica do reyno de Portugal*, editada em Lisboa por Julião Guillot²⁶⁷.

É um mapa cujas dimensões aproximadas são ca. 70 x 51 cm e está delimitado por uma dupla esquadria, estando a interna graduada em latitudes e longitudes, sendo estas referente à ilha do Ferro, segundo se depreende pelos valores registados.

Na parte inferior, dentro da esquadria, figuram três cartelas, a maior das quais está ao centro, exibindo o título, a dedicatória, a autoria, o local de edição e a data: *Carta geographica do reyno de Portugal subdividido en muitas provincias Dedicada a Magestade Fidelissima e sempre Augusta del Rey de Portugal e dos Algarves Dom Joseph Primeiro Nosso Senhor por seu muito humilde criado Julião Guillot. En Casa do dtº Julião Guillot, 1763.*

A cartela no canto inferior esquerdo indica, em castelhano, a “Explicación de las Señales y las Lietras solas”, ao passo que a do canto inferior direito apresenta três escalas gráficas, uma de “17 1/2 Grandes Leguas de España que 17 1/2 hacen un Grado”, outra de “20 Grandes Leguas de Francia ó de Marina de 20 al Grado” e a terceira de “60 Millas communes de Italia que 60 hacen un Grado”, e que nos permitem calcular a escala mapa em ca. de 1/ 1 100 000.

²⁶⁶ Pedro CAMPOMANES, 1762, p. 7-8.

²⁶⁷ Existe um exemplar deste mapa na Biblioteca Nacional de Portugal sob a cota C.C. 1386 A e um outro na D.I.E. sob a cota 4072-4-48-60.

A inexistência de uma escala com medidas portuguesas, juntamente com a legenda em castelhano, deixa antever que o mapa não se destinava, especificamente, ao público português, tal como o título e a dedicatória poderiam indicar. E de facto, numa análise mais atenta, tudo parece indiciar estarmos na presença de uma variante do mapa de Longchamps de 1762, dedicado a Carlos III de Espanha que, tal como o seu protótipo, parece ter sido retirado de um mapa da Península Ibérica, de grandes dimensões, provavelmente em várias folhas, isto atendendo ao facto de o mapa figurar o território espanhol contíguo à fronteira portuguesa até ao meridiano de Madrid e para lá do Estreito de Gibraltar.

Trata-se, então, de um mapa que nada acrescentou/alterou às imagens cartográfica de Portugal, pois o autor utilizou um mapa existente para, aproveitando o contexto do tratado de paz com a França e a Espanha, aumentar as suas vendas e maximizar os lucros. Mesmo a toponímia foi mantida em língua castelhana, tal como figura no mapa que serviu de inspiração.

Sendo o autor do mapa (ou pelo menos o seu patrocinador) um comerciante francês estabelecido em Lisboa, deverá ter tido acesso ao mapa de Longchamps através da rede clientelar do mercado livreiro franco-ibérico pois, tal como vimos, o mapa original era comercializado em Madrid, na loja de Barthelmy, o mesmo que também vendia os mapas de Gendron naquela cidade.

Carta Geographica do Reyno de Portugal..., por José Augustinho Borel, 1764

Na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, integrando a “Coleção Barbosa Machado”, figura um exemplar cartográfico, com a indicação de ter sido editado em Lisboa em 1764. Trata-se, aparentemente, de uma cópia do exemplar de Julião Guillot, pois apresenta o mesmo título: *Carta geographica do reyno de Portugal subdividido em muitas provincias Dedicada a Magestade Fidelissima e sempre Augusta del Rey de Portugal e dos Algarves Dom Joseph Primeiro Nosso Senhor*, agora com a indicação de ter sido dedicado por Joseph Augustinho Borel, outro dos famosos livreiros franceses estabelecidos em Portugal²⁶⁸.

O mapa, cujas dimensões são iguais ao de Guillot (70x51 cm), podia ser adquirido “en casa de João Maria Mazza e na casa de Ger.mo Moreira na Cruz da Esperança”. Também faz parte do atlas factício coligido por Diogo Barbosa Machado *Mappas do Reino de Portugal e suas conquistas*, pertencente à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. É a própria instituição a referir que se trata de uma cópia do mapa de Julião Guillot, ainda que não tenhamos tido oportunidade de o comprovar. Em todo o caso, a edição deste exemplar comprova a existência de um público consumidor de Cartografia, pelo menos em Lisboa, e cuja procura justificou uma nova edição de um mapa de Portugal logo no ano seguinte à primeira.

²⁶⁸ Sobre estes livreiros franceses ver Fernando GUEDES, 1987 e 2012.



Figura 36 - Carta Geographica do Reyno de Portugal..., José Augustinho Borel, 1764. B.N.R.J.

Não sabemos se terão existido relações comerciais entre Guillot e Borel, mas é bem provável que a rede de fornecedores de protótipos cartográficos estrangeiros fosse partilhada por ambos ou, até, poderia tratar-se de um plágio pois naquela época a propriedade intelectual ainda não estava devidamente protegida e casos de cópias ilegais eram frequentes.

CAPÍTULO III

3.1 - Os mapas de Portugal no reinado de D. Maria I

Após a assinatura do tratado de paz que pôs fim à Guerra Fantástica e até ao final do reinado de D. José I, em 1777, assistiu-se a uma diminuição na edição de novas imagens cartográficas do conjunto de Portugal. Em todo o caso, ainda que o esforço cartográfico português tenha continuado centrado na exploração do território brasileiro, no território nacional peninsular, na sequência dos conselhos e das inspecções do Conde de Lippe, procedeu-se a levantamentos topográficos locais nas áreas envolventes das principais fortalezas estratégicas que controlavam as passagens da fronteira com Espanha²⁶⁹. Deste modo, a produção nacional manteve-se territorialmente limitada, manuscrita e para servir, principalmente, os interesses militares.

Paralelamente à produção militar manuscrita, assistiu-se a reedições de mapas impressos anteriormente, estrangeiros e portugueses, como os casos do mapa de Portugal em duas folhas de Rizzi-Zannoni que, após a sua primeira edição em 1762, foi integrado no *Atlas Moderne* de Rigobert Bonne de 1771, ou os mapas de Carpinetti que conheceram uma segunda edição em 1769.

Na fase inicial do reinado de D. Maria I (1777-1816), a actuação do governo marcou um período que, entre nós, ficou conhecido por "Viradeira", dado que parecia estabelecer um corte radical com a ideologia que vigorou no reinado anterior. No entanto, estudos mais atuais constatarem que, de uma forma genérica, as linhas orientadoras da acção reformista do "Estado Pombalino" foram mantidas²⁷⁰.

Em todo o caso, o reinado de D. Maria I iniciou-se num contexto de forte tensão diplomática e mesmo de confronto armado, com Espanha por causa dos territórios na margem esquerda do rio da Prata e da Colónia do Sacramento. À contra-ofensiva militar portuguesa, em 1774-76 e que permitiu a recuperação do Rio Grande de S. Pedro, seguiu-se uma grande expedição militar espanhola que conquistou a Colónia do Sacramento e a Ilha de Santa Catarina.

²⁶⁹ O Conde de Lippe efectuou, pessoalmente, uma visita a todas as Províncias do Reino no ano de 1764. Cfr. Nuno Gonçalo MONTEIRO, 2008, p. 203.

²⁷⁰ José SUBTIL, 1998, pp. 419-420.

Este conflito, iniciado ainda durante o reinado de D. José, seria resolvido com a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, em 1777, ratificado pelo Tratado do Pardo em 1778, que previam a permuta de alguns territórios e a fixação de novos limites entre as soberanias das duas Coroas Ibéricas naquela região da América do Sul e no Golfo da Guiné²⁷¹.

Mais uma vez, este ambiente bélico constituiu pretexto para a realização e publicação de novos mapas que ilustraram todos estes acontecimentos. Naturalmente, os mapas que foram utilizados exclusivamente para fins militares e estratégicos permaneceram manuscritos mas outros foram divulgados, muito graças ao esforço editorial do único editor/gravador cartográfico ibérico, o espanhol Tomás López²⁷².

Regno di Portogallo de António Zatta, 1775-76

No universo editorial europeu, a partir da segunda metade do século XVIII, uma outra cidade reafirmar-se-ia como centro editor/difusor de Cartografia europeia: Veneza. Outrora com uma pujante actividade editorial cartográfica, particularmente no século XVI, a cidade perdeu protagonismo no século XVII e parte do século XVIII para outras cidades europeias como Paris, Amesterdão ou Antuérpia.

No entanto, os trabalhos desenvolvidos desde os finais do século XVII e durante toda a primeira metade do século XVIII, primeiro por Vincenzo Coronelli e, depois, por Giambattista Albrizzi, cuja enciclopédia geográfica foi editada entre 1738 e 1748, contribuíram para renovar o panorama editorial veneziano, até então especializado em estampas e textos religiosos, para se dedicar ao exotismo e ao “maravilhoso” geográfico, temas que despertavam, cada vez mais, a atenção de um público “ilustrado”²⁷³.

Foi neste contexto editorial que se estabeleceu como gravador/editor António Zatta responsável pela publicação em quatro volumes do *Atlante Novissimo* (iniciado em 1778) e que incluía duas novas imagens cartográficas de Portugal: um mapa numa

²⁷¹ Ver André Ferrand ALMEIDA, 2001, p.61-63.

²⁷² Sobre a produção cartográfica deste autor, e em particular neste contexto específico, ver João GARCIA e Luís MOREIRA, 2008.

²⁷³ Ver Vladimiro VALÉRIO, 1993, p. 149-201 e Giorgio MANGANI, 1996.

só folha de dimensões modestas (37 x 24 cm), e um outro mapa em duas folhas, cujas dimensões totais perfaziam 64 x 75 cm.

O mapa de Portugal numa só folha intitula-se *Regno di Portogallo Presso Antonio Zatta con privilegio dell'Eccmo Senato*. Está inserto numa esquadria que marca a latitude e a longitude, embora sem identificar o meridiano de referência. O título foi colocado numa cartela que se encontra no canto superior esquerdo do mapa, decorada com elementos evocativos de uma paisagem ribeirinha, e onde figuram as armas de Portugal. Não possui escala.

Quanto ao mapa em duas folhas, ele é composto pela folha Norte denominada *Il Portogallo Cioe Le Provincie di Entredouro, e Minho, Traz-Os-Montes, e Beira Di Nuova Projezione. Venice, Antonio Zatta 1776* e pela folha Sul *L' Estramadura Di Portogallo Alentejo, ed Algarve Di Nuova Projezione. Venice, Antonio Zatta 1775*. Este é o primeiro exemplar que inclui no título os nomes das Províncias portuguesas, e não apenas “Parte Setentrional” e “Parte Meridional”.

A folha Norte está inserta numa dupla esquadria, sendo a interna dividida em graus de latitude e de longitude, presumivelmente a partir da ilha do Ferro. Uma rede cartográfica sobrepõe-se ao mapa. Fora da esquadria, e nas suas devidas posições, estão registados os nomes dos quatro pontos cardeais: “Nord o Tramontana”, “Est o Levante”, “Sud o Mezzodi” e “Ouest o Ponente”, característica comum aos diferentes mapas que compõem o seu atlas. No canto superior direito figura a indicação “A.III”, provavelmente a numeração da folha no Atlas.

A cartela está no canto inferior direito do mapa e foi decorada com uma cena “campestre”, figurando algumas frutas, barris e uma nau. No canto superior direito estão duas escalas gráficas uma de “Leghe di Portogallo di 18 al Grado” e outra de “Miglia Comuni d'Italia di 60 al Grado”.

O mapa figura os territórios das Províncias de Entre Douro e Minho, Trás-os-Montes e Beira, bem como uma pequena parte da Estremadura, Alentejo e os territórios espanhóis fronteiriços de Galiza, Leão e Castela. No exemplar consultado, todos estes limites foram coloridos.

Dos restantes elementos representados, destaca-se a rede hidrográfica bastante completa, tendo o autor identificado os rios principais. Merece referência a existência de duas ilhas no curso do rio Douro, pormenor que só encontra paralelo no

mapa de Rizzi-Zannoni. O relevo foi figurado recorrendo-se a um ligeiro sombreado, sem que tenha identificado qualquer acidente orográfico.

O autor utilizou três símbolos diferentes para representar os diferentes aglomerados populacionais, o que permite estabelecer uma ordem de importância, destacando-se os lugares amuralhados. A toponímia não é muito abundante. Associada às principais povoações está a relativamente densa rede viária.

A folha Sul apresenta, genericamente, as mesmas características. Desta vez, no canto superior direito, fora da esquadria, encontra-se a indicação (numeração?) A.II. A cartela, decorada com motivos campestres, encontra-se no canto superior direito, assim como duas escalas gráficas, uma em léguas portuguesas de 18 ao grau e outra em milhas italianas de 60 ao grau. Tal como consta no título, o mapa figura as Províncias da Estremadura e do Alentejo e o Reino do Algarve, indicando-se os respectivos limites, bem como a fronteira com a Andaluzia.

Os fenómenos naturais e humanos, assim como a sua técnica de representação, são, praticamente, os mesmos da folha Norte, ainda que, desta vez, o autor tenha identificado três serras portuguesas: “Martinel”; “Monchique” e “Caldeirão”. Por sua vez, a rede viária é menos densa.

Ainda que, frequentemente, Zatta seja apontado, em Itália, como um divulgador dos trabalhos de geógrafos e cartógrafos franceses como Vaugondy e Janvier, no caso específico deste mapa de Portugal, terá procurado outra fonte. De facto, a configuração do estuário do rio Tejo, os contornos do litoral do Algarve, as duas ilhas no curso médio do rio Douro e uma análise geral à toponímia inscrita, permitem concluir que Zatta se apoiou no trabalho de Rizzi-Zannoni, nomeadamente o seu mapa de Portugal, também em duas folhas, de 1762.

Efectivamente, os dois autores trabalharam em cooperação. Tal como já foi dito, no início da década de 1770, Zatta, que não era geógrafo, terá convidado Zannoni para o ajudar na publicação do seu atlas, com o intuito de beneficiar dos conhecimentos técnicos geo-cartográficos daquele geógrafo, assim como de possíveis fontes ainda inéditas.

Deste modo, Zatta terá decidido reaproveitar o material fornecido por Zannoni para os mapas gerais. Quanto aos mapas regionais do território de Veneza, os dois autores mantiveram uma divergência metodológica, enquanto Zatta pretendia

reaproveitar o material existente, Zannoni insistia na realização de novos levantamentos de campo, o que encarecia todo o processo de edição, fazendo com que Zatta se mostrasse renitente em aceitar um aumento dos custos²⁷⁴.

***As Cartas Geographicas...*, de José Monteiro de Carvalho, post. 1776**

Esta obra é composta por um conjunto de 4 mapas regionais de Portugal – Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes; Beira; Estremadura; Alentejo - que permaneceram manuscritos. Ainda que não se possa atribuir uma utilização específica, o facto é que este exemplar apresenta vários elementos militares. Sobre o seu autor, José Monteiro de Carvalho, não se conhecem muitas informações. Sabe-se que frequentou a Aula de Esfera do Colégio de Santo Antão e, posteriormente, a Academia de Fortificação, em Lisboa. Depois de ter completado a sua formação em engenharia militar, foi colocado na Província de Trás-os-Montes, em 1751, onde serviu com a patente de “Ajudante de Engenharia”²⁷⁵. Integrou a equipa de engenheiros e arquitectos que compunham a denominada “Casa do Risco das Obras Públicas”, criada em 1756 para supervisionar a reconstrução da cidade de Lisboa, após o terramoto de Novembro de 1755. Terá sido no desempenho destas funções que ganhou a alcunha de “Bota abaixo” por, alegadamente, ter ordenado a demolição de inúmeras construções em Lisboa receando a sua derrocada²⁷⁶.

Tudo indica que, aquando da Guerra Fantástica, terá servido na Província do Alentejo, pois no G.E.A.E.M. existem duas plantas por si assinadas, uma da Praça de Campo Maior e outra de Marvão, agora com a patente de “Capitão Engenheiro”, datadas de Julho de 1762. Também no I.G.P. existe uma planta de Mértola e dos seus arredores, sem data, com a indicação de capitão engenheiro. Um ano depois, era apontado como Inspector de Obras, de novo na cidade de Lisboa²⁷⁷.

²⁷⁴ Giorgio MANGANI, 2000, p. 173-190.

²⁷⁵ Luís Alexandre RODRIGUES, 1997, p. 585.

²⁷⁶ Ver Ayres de CARVALHO, 1977, p. 184.

²⁷⁷ Numa relação dos oficiais engenheiros ao serviço, datada 11 de Junho de 1767, Jozé Monteiro de Carvalho figura, ainda, com a patente de capitão (desde 5 de Abril de 1762). Cfr. AHM/DIV/1/06/34/16.

É de sua autoria o *Diccionario Portuguez das Plantas, Arbustos, Matas, ...*, impresso em Lisboa na Oficina de Miguel Manescal da Costa, em 1765, e a *Notícia Astronómica, ou Discurso do Cometa ...*, sem data, mas impresso em Lisboa, na Oficina Alvareense²⁷⁸.

Quanto à sua actividade de cartógrafo, para além das plantas das praças alentejanas, este autor legou-nos um conjunto de 9 plantas das praças da Província de Trás-os-Montes, algumas datadas de 1753, e um mapa do conjunto da Província de Trás-os-Montes, e que foram compostas enquanto Monteiro de Carvalho desempenhou funções naquela Província²⁷⁹. Também da sua autoria, é um mapa manuscrito da Província de Entre Douro e Minho que se encontra no Service Historique de la Défense, não datado, mas provavelmente realizado durante a década de 1750²⁸⁰. Com data de 1751, a *Carta do Rio Mondego, com o projecto p.^a o novo encanamento*^{to}, corresponde a uma cópia do mapa levantado em 1703 por Manuel de Azevedo Fortes, tendo o autor assinado como ajudante engenheiro²⁸¹.

Também é de sua autoria o *Mapa dos confins do Brasil, com as terras da Coroa de Espanha na America Meridional*, datado de 1752, tratando-se, de uma cópia do denominado “Mapa das Cortes”, utilizado para se estabelecerem as demarcações da fronteira entre os territórios portugueses e espanhóis na América do Sul, na sequência da assinatura do Tratado de Madrid, em 1750²⁸².

Salienta-se a existência, na Torre do Tombo, do *Livro das Plantas das Freguesias de Lisboa*, um manuscrito composto pelas plantas das 37 freguesias da cidade, realizado entre 1756 e 1768 e relacionado, sem dúvida, com a sua actividade de engenheiro na reconstrução de Lisboa²⁸³. Finalmente, a *Carta Topographica do Paúl e mais terras adjacentes, que junto à Villa de Obidos, pagão á Rainha nossa Snr.^a o terço*

²⁷⁸ Estas obras encontram-se na B.N.P. sob as cotas: S.A. 33169 P. e H.G. 6627//2 V.

²⁷⁹ São as plantas de Outeiro, Vimioso, Vinhais, Miranda do Douro, Monforte do Rio Livre, Montalegre, Freixo de Espada-à-Cinta, Chaves e Bragança, encontrando-se todas no G.E.A.E.M. A planta da Província de Trás-os-Montes, encontra-se na mapoteca do I.G.P., com a cota C.A 75.

²⁸⁰ O mapa encontra-se sob a cota L12 C2 nº 10. Cfr. Luís Miguel MOREIRA, 2011, p. 100.

²⁸¹ I.G.P. C.A. 322.

²⁸² A cópia conserva-se na B.N.P., sob a cota D. 114 R.; ver Ayres de CARVALHO, 1977, p. 198. Sobre o mapa original e suas cópias e variantes, cfr. Mário Clemente FERREIRA, 2001.

²⁸³ A.N.T.T., PT/TT/CF/153.

da *novid^e. da sua produção*, ao remeter para o reinado de D. Maria I, confirma a actividade do autor em data posterior a 1777²⁸⁴.

Os 4 mapas que compõem a imagem do conjunto de Portugal (no total seriam 5), fazem parte da área de Iconografia da B.N.P. estando coladas sobre tela e em mau estado de conservação, pelo que não foi possível consultar todos exemplares²⁸⁵.

Os mapas são de grandes dimensões, de acordo com o catálogo de Ayres de Carvalho 133 x 95 cm, ainda que, no exemplar acedido, tenhamos constatado que as dimensões da folha seriam ca. 100 x 135 cm, tendo a esquadria interna do mapa 54 x 91 cm, a que corresponderá uma escala aproximada de 1:450 000. Todas as folhas estão ornamentadas por uma cercadura com círculos e, dentro destes, foram incluídos plantas, desenhos ou vistas, de vários castelos, fortalezas e povoações das diferentes províncias de Portugal. No caso do mapa que representa as Províncias Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes, o autor terá, provavelmente, aproveitado o mapa que elaborou enquanto serviu como Ajudante nesta província.

As folhas das Províncias da Estremadura e do Alentejo estão orientadas para Este, enquanto as folhas das Províncias de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes e Beira, estão orientadas com o Norte no topo.

As cartelas onde o autor colocou o título e a dedicatória, encontram-se no topo da folha: *Carta Geographica da Provincia* [Estremadura, Entre Douro e Minho e Tras os Montes, Beira ou Alentejo] *que A S. Magestade Fidelissima e Augustissima Senhora D. Maria I Raynha de Portugal oferece o Sargento Mor Engenheiro José Monteiro de Carvalho.*

Na folha que corresponde às províncias situadas a Norte do rio Douro, na cartela, o autor indica “Dedicado A Magestade Fidelissima e sempre Augusta de El Rey de Portugal e dos Algarves Dom...Nosso Senhor por Joseph Monteiro de Carvalho, Sargento Mor de Infantaria com exercício de Engenheiro”, o que faz pressupor que o mapa tenha sido preparado nos finais do reinado de D. José I mas, entretanto, após a sua morte, as restantes províncias foram dedicadas à nova monarca portuguesa. Deste

²⁸⁴ I.G.P. C.A. 119.

²⁸⁵ Apenas conseguimos aceder ao exemplar da Província da Estremadura. Não se conhece o exemplar do Algarve. Os mapas conservam-se sob a cota D. 156R., D. 157 R., D. 158 R. e D. 159R. Cfr. Ayres de CARVALHO, 1977, p. 184-185.

modo, podemos datar os mapas, entre os finais do reinado de D. José I, 1776 ou 1777 e a data da morte do autor ocorrida em 1780.

Entre os fenómenos representados, destaca-se o desenho da rede hidrográfica, a figuração do relevo de forma pictórica, mas sem identificar qualquer serra, o povoamento e a toponímia, os fortes e fortalezas. A rede viária não está presente.

Atendendo a todas estas características, as fontes mais prováveis para esta obra poderão ser os mapas das províncias, na sua versão Grandpré, Laurent, Carpinetti ou López, ou ainda o mapa de Portugal de Thomas Jefferys. Atendendo à escala do exemplar em análise, estamos mais inclinados para esta última hipótese.

Contudo, este mapa manuscrito apresenta uma série de pormenores que não se encontram nem nos mapas regionais nem no mapa de Jefferys, como por exemplo, no mapa da Província da Estremadura, a figuração dos fortes do litoral ou as ínsuas no rio Tejo entre Abrantes e Vila Velha do Rodão.

Em todo o caso, estes mapas das Províncias, foram elaborados como “mapas de gabinete” e tiveram uma circulação muito restrita e limitada, uma vez que permaneceram manuscritos. Eram, seguramente, documentos mais para mostrar do que para serem consultados, ainda que a sua decoração com as praças-fortes e castelos, remeta para um contexto bélico, que se justifica com a crise diplomática e militar que opôs os dois reinos ibéricos entre 1775 e 1777, a propósito da disputa de territórios no Sul do Brasil e da Colónia do Sacramento, no Rio da Prata.

O Mapa General del Reyno de Portugal, de Tomás López, 1778

Entre os vários mapas editados por López, a propósito dos acontecimentos que conduziram à assinatura dos dois Tratados por parte de Portugal e de Espanha, destacamos o seu mapa de Portugal de 1778. O *Mapa General del Reyno de Portugal*, é de grandes dimensões, cerca de 142 x 82 cm, e foi publicado em oito folhas, numa escala de cerca de 1:450 000, o que possibilitava uma representação bastante pormenorizada dos fenómenos. A seguir ao mapa de Thomas Jefferys de 1762, este

era o grande mapa de Portugal do século XVIII. Dado o seu carácter único, o mapa será alvo de uma análise mais completa no próximo capítulo.

Les Royaumes de Portugal et des Algarves divisées en ses principales provinces..., de J. B. de la Fosse, 1778

Aproveitando o contexto da assinatura dos tratados de Paz e de Amizade assinados entre os dois reinos ibéricos, em 1778, e que puseram fim a vários anos de confrontação diplomática e militar, sobretudo nos territórios da América do Sul, Jean Baptiste de la Fosse (1721-1806) editou este seu mapa de Portugal, intitulado: *Les Royaumes de Portugal et des Algarves divisées en ses principales provinces*.

Trata-se de um mapa impresso, com dimensões aproximadas de 50 x 62 cm e com uma escala calculada em ca. 1:1 100 000. O mapa está inserto numa dupla esquadria dividida em graus de latitude e de longitude, esta, provavelmente, referente ao meridiano da Ilha do Ferro. Dentro desta esquadria, estão mencionados os pontos cardeais: “Setentrion”, “Occident”, “Midi” e “Orient”.

O título foi colocado no canto superior esquerdo, inscrito numa cartela profusamente decorada, encimada por uma coroa e tendo, no lado esquerdo vários elementos marítimos e no lado direito, as armas de Portugal. Para além do título, também está mencionada a autoria, a localização da loja do editor e a data: “A Paris: chez Mondhare rue S. Jacques prés S. Severin, 1778”. Na margem esquerda, sobre o oceano, apresenta uma “Chronologie des Roys de Portugal” onde figuram os primeiros doze reis de Portugal, desde D.Teresa e o Conde D. Henrique a D. Duarte. No lado direito, figuram os restantes monarcas até D. Maria I e D. Pedro III. Para cada monarca há uma pequena nota biográfica escrita em francês. Sob a lista da margem esquerda figuram três escalas gráficas, escritas em espanhol: “grandes léguas de España que 17 $\frac{1}{2}$ hacen un grado”; “grandes leguas de Francia ó de Marina de 20 al grado”; “milhas communes de Italia que 60 hacen un grado”.

Uma análise mais atenta permite concluir que não se trata de uma imagem nova, tendo o autor reutilizado o mapa de Longchamps, de 1762. Este último havia

publicado o seu mapa em Madrid e usou o castelhano como língua oficial, pelo que, as escalas do mapa de la Fosse constituem o elo de ligação entre estes dois exemplares. A decisão de acrescentar a lista dos reis constituiu um artifício de publicidade para, desta forma, se poder apresentar o mapa como novidade editorial, um ano após a aclamação de D. Maria I. Deste modo, nenhuma alteração significativa foi introduzida relativamente ao protótipo de 1762.

O mapa de François Santini, 1784

Ainda enquadrado no contexto veneziano de produção cartográfica, encontra-se o mapa de Portugal da autoria de Francesco (François) Santini (fl. 1749-1782), incluído no *Atlas Universel dressé sur les meilleurs cartes modernes* de 1784, editado pela família Remondini.

Uma primeira versão deste Atlas foi editada, em 1776, por Francesco Santini, associado ao seu irmão e gravador Paolo, copiando o *Atlas Universel* dos Vaugondy editado em 1757, ainda que também utilizassem material proveniente de outros autores franceses. Contudo, aparentemente, este negócio não foi bem sucedido e, ainda que os Santini continuassem a editar trabalhos cartográficos, em 1781 venderam o seu Atlas a um emergente e cada vez mais influente editor veneziano chamado Giuseppe António Remondini (1747-1811), um dos principais rivais comerciais de Antonio Zatta, disputando, ambos um mesmo público com interesse pelos assuntos geográficos²⁸⁶. O Atlas original de Santini foi reeditado em dois volumes, em 1784, contendo novos mapas e constituiu um enorme sucesso editorial.

O mapa de Portugal de Santini-Remondini, foi impresso em duas folhas, a metade Norte denominada *Partie Septentrionale du Royaume de Portugal* e a metade Sul *Partie Meridionale du Royaume de Portugal*, ambos *Par le S^r. Bellin Ingénieur de la Marine et du Dépôt des Plans*, e ainda com a indicação *à Venise Par François Santini rue S^{te}. Justine près de l'Église chez M^r. Remondini*, correspondendo, respectivamente, aos mapas números 5 e 6 do atlas. Cada uma das folhas tem ca. 52 x 48 cm e

²⁸⁶ Veja-se este contexto em Vladimiro VALERIO, 1993, p. 170-177.

apresentam uma dupla esquadria, estando a interna dividida em graus e minutos de latitude e de longitude.

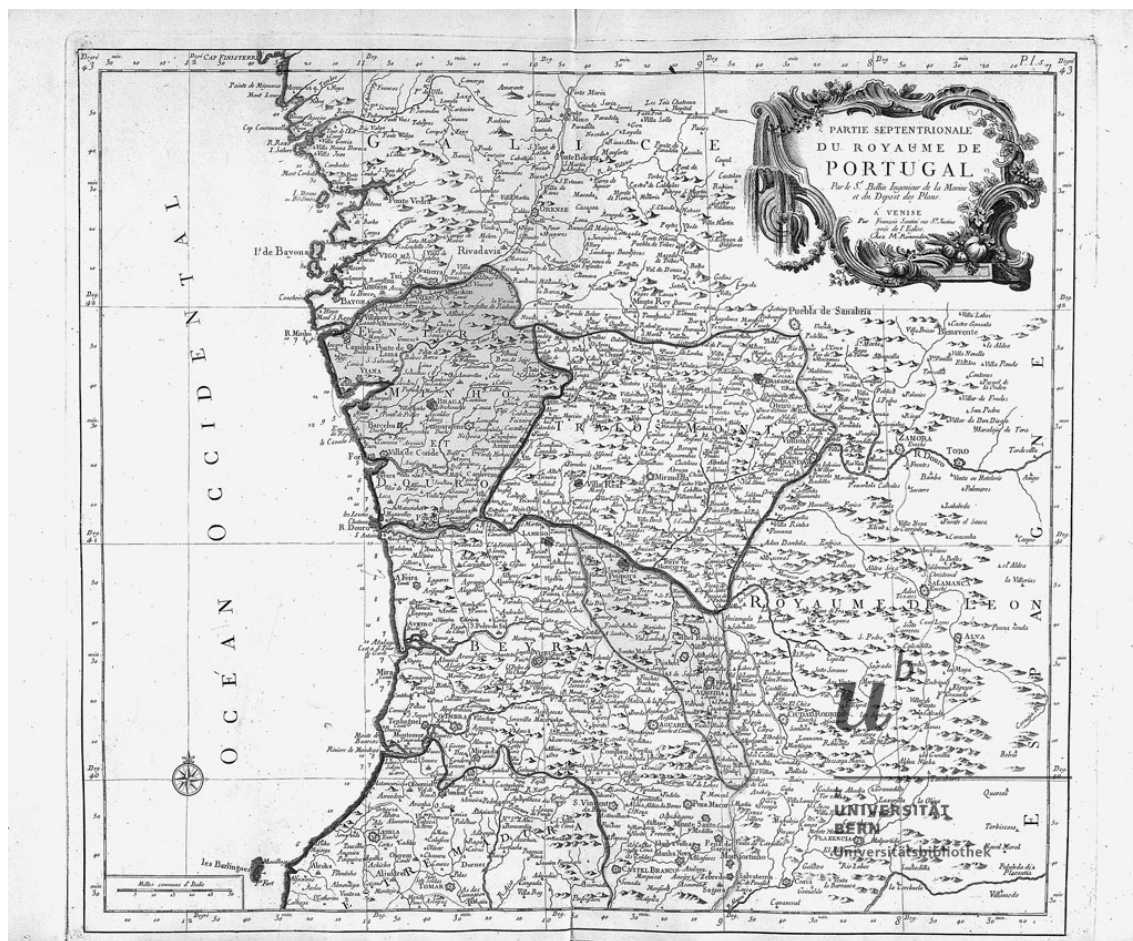


Figura 37 - Partie Septentrionale du Royaume de Portugal, Santini, 1784. S.R.U.B.

Tal como consta no título de cada uma das folhas, a autoria original deve ser atribuída a Bellin e ao seu mapa *Le Portugal et ses Frontières avec l’Espagne*, datado de 1762, pelo que se torna inevitável estabelecer um paralelismo entre estes dois mapas. A grande diferença reside no facto de Santini, ter optado por publicar o mapa de Portugal em duas folhas, ainda que o espaço cartografado seja o mesmo. Deste modo, as diferenças entre as duas imagens são pontuais e, praticamente, decorativas.

Assim, na folha Norte, a cartela do título foi colocada, à semelhança do mapa de Bellin, no canto superior direito, ao passo que no canto inferior esquerdo, o autor colocou uma escala gráfica de 30 “milles communs d’Italie”. Sobre o oceano figura uma rosa-dos-ventos, mais simples que a original. Na folha Sul, a cartela do título foi

colocada no canto inferior esquerdo, a escala gráfica ao centro, seguida de uma nova rosa-dos-ventos, que não existia na versão de Bellin.

Os fenómenos figurados, tanto os naturais como os humanos, não sofreram alterações significativas e mesmo os topónimos foram escritos em francês como no original. Contudo, dado que o contexto geopolítico e militar era muito diferente do da primeira versão, desta vez o autor não salientou os movimentos dos exércitos português e espanhol.

New Pocket Map of Portugal, de Carington Bowles, 1785

No último quartel do século XVIII foi editado, em Londres, um mapa de Portugal em formato fólho, ca. 71 x 53 cm. O seu editor, Carrington Bowle (1724-1793), era membro de uma importante família de editores londrinos, tendo sucedido a seu pai John Bowles - com quem fez a aprendizagem do ofício – e adquirido a loja de seu tio Thomas Bowles, onde acabou por se estabelecer desde 1764. O negócio continuou na família Bowles já que o seu filho Henry, também ele um editor de mapas e de gravuras, herdou o espólio familiar desde 1793²⁸⁷.

O mapa de Portugal figura o território nacional peninsular e o território de Espanha confinante²⁸⁸. Está inserido numa dupla esquadria, estando a interna dividida em graus de latitude e de longitude, esta referida à ilha de Ferro.

A cartela do título, decorada com as armas de Portugal, foi colocada no canto superior esquerdo, com título: *New Pocket Map of Portugal Laid down according to the S^r Nolin*. Por baixo da cartela contém a indicação “printed for the proprietor Carington (sic) Bowles nº 69 in S^t Paul Church Yard, London”. Pela informação do título podemos inferir que se trata do mapa incluído no *Pocket Atlas*, editado em 1785.

No canto inferior esquerdo, sobre o oceano Atlântico, está um pequeno quadrado que contém a legenda (“Explanation”) do mapa; por baixo figuram quatro

²⁸⁷ Ver um resumo biobibliográfico desta família em Carl MORELAND e David BANNISTER, 1989, p. 165-166.

²⁸⁸ Nesta análise utilizamos o mapa que se conserva na B.N.P., sob a cota C.C. 1817. A.

escalas gráficas, uma de milhas inglesas, outra de milhas italianas, a terceira em milhas comuns de Espanha e a última em léguas comuns de França.

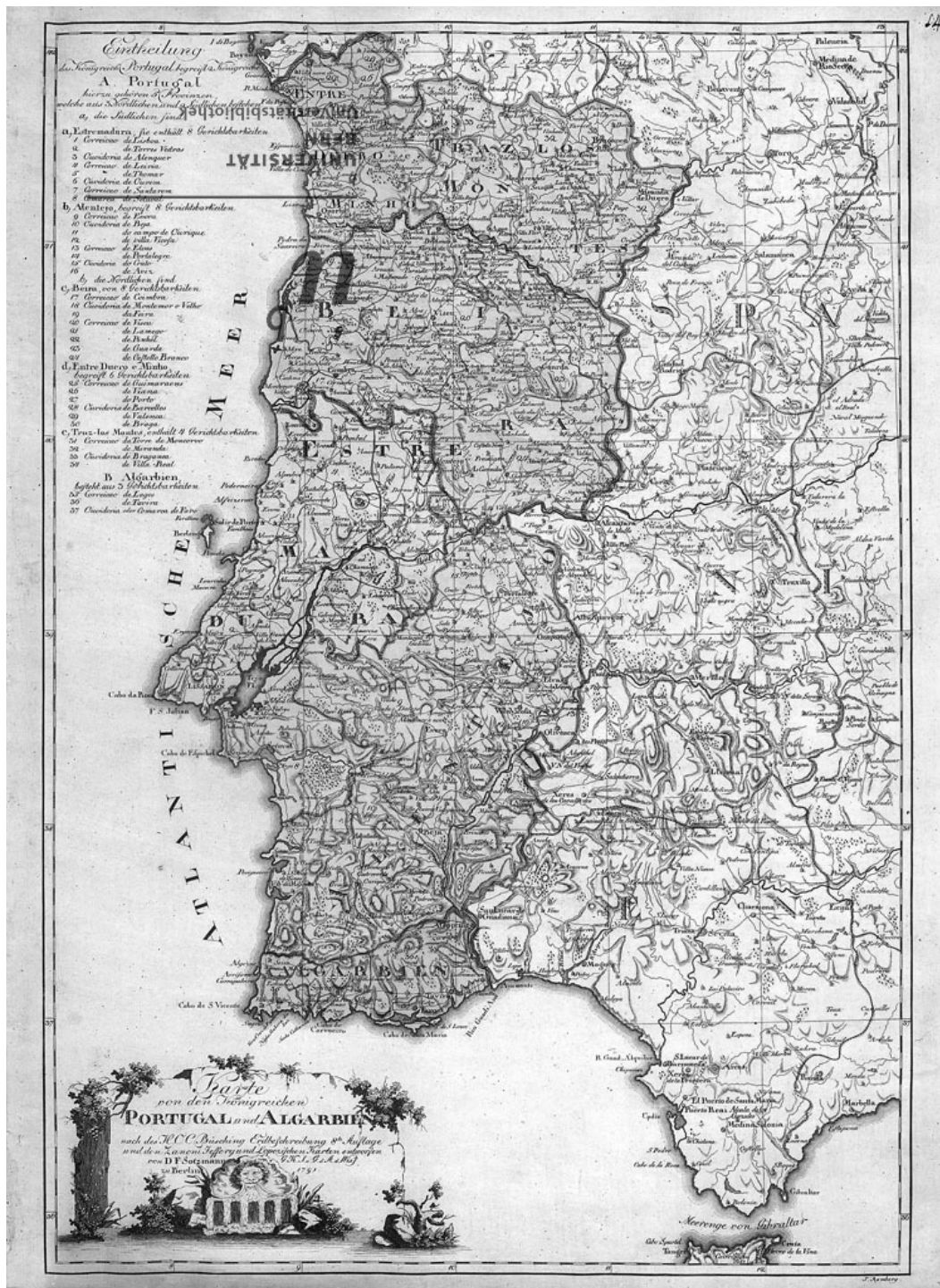
Portugal está dividido nas suas seis províncias e, cada uma, apresenta uma divisão interna em “Territory of...”. Dado que o autor afirma que utilizou o mapa de Nolin, possivelmente o de 1724 ou uma das suas versões e variantes posteriores, a imagem de Portugal aqui figurada não sofreu alterações, pelo contrário, continuou a perpetuar uma imagem criada décadas atrás. Deste modo, nem mesmo os fenómenos físicos e humanos registaram mudanças dignas de nota. Trata-se de um produto que comprova a dinâmica e vitalidade crescente do mercado londrino de mapas e de livros.

Uma nova versão deste mapa seria ainda incluído no *Universal Atlas* preparado por Henry Bowles, em associação com Samuel Carver, entre 1794 e 1798, com o título *Bowles’s New One-Sheet Map of Portugal Laid down according to the S^r. Nolin*.

Karte von den Königreichen Portugal und Algarbien, de Soltzmann, 1791

Em 1791 foi publicado, em Berlim, um novo mapa de Portugal com uma dimensão de ca. 60 x 40 cm, e numa só folha. O mapa está inserido numa dupla esquadria, sendo a interna graduada em latitude e longitude e cujos paralelos e meridianos configuram uma quadrícula perceptível, apenas, sobre a área continental.

O espaço cartografado corresponde ao território português peninsular e a uma pequena parte do território espanhol confinante que se estende, a Sul, até ao Estreito de Gibraltar. Fora da esquadria, no canto inferior direito, encontra-se o nome do provável gravador: F. Ramberg.



Sobre o oceano, no canto superior esquerdo, o autor colocou uma legenda onde identifica as letras e os números usados na representação das províncias e das respectivas comarcas.

No canto inferior esquerdo, está a cartela do título, decorada com motivos vegetais, com a indicação da autoria, edição, data de publicação, bem como, das

principais fontes consultadas para a elaboração deste mapa: *Karte von den Königreichen Portugal und Algarbien nach des H. O. C. Büsching Erdbeschreibung 8te. Auflage und den Zanoni Jeffery und Lopez ischen Karten entworfen* D[aniel] F[riedrich] Sotzmann G. K. S.u. G.d. A.d. Wiss zu Berlin 1791.

Sotzmann (1754-1840) era um reputado gravador e geógrafo berlinense do último quartel do século XVIII, considerado o fundador da cartografia comercial desta cidade. Distinguiu-se na gravação e edição de mapas topográficos do território da Prússia, especialmente do Brandeburgo, e foi nomeado geógrafo da Real Academia das Ciências da Prússia²⁸⁹. Ainda que o autor tenha identificado claramente as três fontes cartográficas principais levadas em linha de conta na elaboração do mapa, é possível afirmar com uma razoável margem de certeza, que o fundo do mapa pertence, quase exclusivamente, ao mapa de Rizzi-Zannoni, até porque, dos três, é aquele cuja escala mais se aproxima do mapa de Sotzmann. Deste modo, os principais fenómenos aí inscritos – rede hidrográfica, orografia, rede viária e povoamento – também seguiram o autor italiano.

Para a representação da divisão interna das províncias e a respectiva legenda, o autor alemão inspirou-se em Tomás López e no seu mapa de Portugal de 1778. A referência ao mapa de Jefferys (quer fosse a sua primeira edição de 1762 ou a segunda de 1790), também deveria estar ligada à clarificação da divisão administrativa portuguesa. Do mapa original de Zannoni, Soltzmann não aproveitou a informação da batimetria ao longo do litoral português nem, tão pouco, figurou a cadeia de triangulação na costa entre Tróia e o Cabo de S. Vicente.

²⁸⁹ Wolfgang SCHARFE, 1987, p. 11-22 e 1997.

3.2 - O ambiente geopolítico europeu nos finais do século XVIII

A década de 1790 produziu grandes alterações no cenário geopolítico europeu, decorrente da sucessão de acontecimentos provocados pela Revolução Francesa. Neste período, o governo português tomou algumas opções que o iriam envolver o País nos confrontos políticos e militares entre a França e as restantes potências europeias.

Numa primeira fase, a diplomacia portuguesa tudo fez para manter uma posição de neutralidade face aos acontecimentos verificados em França, mas, em 1793, a execução de Luís XVI, precipitou as nações europeias numa coligação, cujo objectivo principal, passaria pelo derrube do governo revolucionário. É deste modo que Portugal acabou por assinar um tratado com a Inglaterra e a Espanha, no sentido de intervirem contra a França revolucionária. Como consequência foi enviada para a Catalunha uma Divisão Auxiliar (o *Exército Auxiliar à Coroa de Espanha*), composta por cerca de 5000 homens – colocada ao serviço do exército espanhol – e que travou algumas batalhas contra os franceses, entre 1793 e 1795, naquela que ficou conhecida entre nós como a Guerra ou Campanha do Rossilhão. No entanto, este contributo não trouxe qualquer vantagem para a diplomacia portuguesa, antes pelo contrário, colocou o nosso país numa difícil posição de beligerância contra a França republicana, e que se acentuou a partir do momento em que a Espanha, unilateralmente, assinou o Tratado de Paz de Basileia com o governo francês²⁹⁰.

Nesta situação, os anos que se seguiram à Guerra do Rossilhão foram muito instáveis politicamente, na medida em que Portugal procurou manter "uma neutralidade impossível" face ao clima político-militar que se vivia na Europa, pelo que, novamente a guerra esteve eminente²⁹¹. Em 1797, com o intuito de pressionar o nosso governo a aceitar as condições de paz impostas pela França, Manuel de Godoy, primeiro ministro de Espanha, concentrou um forte exército na fronteira portuguesa, respondendo o governo português de forma semelhante, tendo-se reunido ao exército nacional, reforços enviados pela Inglaterra. A guerra, de forma efectiva, só se

²⁹⁰ Carlos SELVAGEM, 1994, p. 486 e João CENTENO, 2008, p.48-51.

²⁹¹ António Pedro VICENTE, 1998, p. 35.

materializou em 1801, ano em que ocorreu a invasão franco-espanhola, mais conhecida por “Guerra das Laranjas”²⁹².

Prevendo, desde 1796, uma nova guerra com Espanha, a Coroa Portuguesa decidiu tomar algumas medidas no sentido de preparar uma defesa, tão eficaz quanto possível, contra a nova ameaça. Assim, foi ordenado ao Exército, mais especialmente ao Real Corpo de Engenheiros, que realizasse uma série de memórias sobre as condições gerais de defesa da fronteira e do território português, geralmente acompanhadas por mapas manuscritos e para uso militar.

Muito naturalmente, todos estes acontecimentos despertaram a curiosidade do público europeu que procurava encontrar mapas que identificassem os beligerantes e localizassem as batalhas e as movimentações dos exércitos. Neste contexto, novos mapas de Portugal seriam editados pelos principais centros difusores de Cartografia europeia.

O mapa *The kingdoms of Portugal and Algarve*, de John Lodge, 1794

Em Maio de 1794 seria publicado por Robert Laurie e James Whittle, em Londres, um mapa dos Reinos de Portugal e do Algarve, da autoria de John Lodge (fl. 1754-1796). Este era um activo geógrafo e gravador londrino que tinha iniciado a sua aprendizagem com Thomas Jefferys. Lodge, para além de mapas de elaboração própria, compunha e gravava mapas e gravuras a pedido de vários editores, para serem incluídos em atlas, livros ou revistas. A sua ligação à casa editorial Laurie & Whittle era usual²⁹³. Na realidade, este mapa não se tratava de uma novidade editorial, na medida em que o autor acrescentou ao título “from Zannoni’s map”, esclarecendo, desde logo, qual a principal fonte de informação consultada, ainda que

²⁹² Conferir todo este ambiente diplomático-militar em Teresa BERNARDINO, 1986, pp. 19-28; António Pedro VICENTE, 2000, pp. 145-159, António VENTURA, 2004 e Manuel AMARAL, 2004

²⁹³ Ver Carl MORELAND e David BANNISTER, 1989, p. 177 e Ronald TOOLEY, 1979, p. 398.

não tenha indicado qual das edições consultou²⁹⁴. Em todo o caso, John Lodge procedeu a algumas alterações ao mapa original.



Figura 39 - The kingdoms of Portugal and Algarve, John Lodge, 1794.B.N.P.

²⁹⁴ Anos mais tarde, este mapa integraria o *A new universal atlas, exhibiting all the empires, kingdoms, states, republics, &c. &c. in the whole World; being a complete collection of the most approved maps extant; corrected with the greatest care, and augmented from the last edition of D'Anville and Robert (de Vaugondy) with many improvements by Major James Rennel, and other eminent geographers, including all the tracks and new discoveries of the British circumnavigators, Biron, Wallis, Carteret, Captain James Cook, Vancouver, Prowse, &c. &c.* 6th Ed. ... London, R. Laurie & J. Whittle, 1804.

O mapa foi inserto numa dupla esquadria, a interna graduada em latitude e longitude, figurando, também, os meridianos e os paralelos. No canto inferior esquerdo, entre as duas esquadrias, foi registada a informação: “longitude East from Ferro”, o que constitui a primeira grande diferença para o mapa original pois Zannoni tinha tido em conta o meridiano de Paris. Deste modo, os valores de longitude registados no mapa de 1794 diferem bastante do de 1762. Fora da esquadria, ao centro da margem inferior, a indicação: “Published 12th. May. 1794. By LAURIE & WHITTLE. 53, Fleet, Street. London”.

A cartela com o título do mapa foi colocada no canto inferior esquerdo, tendo o autor inglês aproveitado os mesmo motivos da decoração da cartela original, apenas simplificando o título. Existem três escalas gráficas, localizadas à direita da cartela, uma de “15 Common Leagues of Portugal 18 to a Degree”, outra de “15 Sea Leagues 20 to a Degree” e uma última de “50 British Miles 69 1/2 to a Degree”, o que nos permite computar a escala em ca 1:1 300 000. Também aqui se verifica uma alteração, visto que no mapa original de Zannoni apenas figuram duas escalas, uma em unidades de medida italianas e outra em léguas portuguesas de 18 ao grau. Esta alteração relaciona-se, claramente, com o mercado a que se destinava.

Outras alterações são dignas de registo: este mapa já não figura nem menciona qualquer movimentação militar, também não possui legenda e, desta vez, a toponímia foi registada em inglês. Os principais fenómenos geográficos figurados no mapa não sofreram, praticamente, qualquer alteração ao original de Zannoni, tendo Lodge mantido a fantasiosa cadeia de triangulação no Sudoeste do país e não actualizou a batimetria que foi registada ao longo do litoral. Embora não se trate de uma nova imagem cartográfica, este mapa conheceu uma certa divulgação, merecendo mesmo uma segunda edição, sem alterações importantes, em Maio de 1808, na sequência da invasão francesa de Portugal pelos exércitos napoleónicos.

O mapa do *Regno di Portogallo*, de Giovanni Maria Cassini, 1794

Embora partilhasse o mesmo apelido, Giovanni Maria Cassini (1741-1824) não pertencia à famosa família italo-francesa, responsável pelo levantamento da carta topográfica de França. Era clérigo regular Somasco e foi, também, um prolífico gravador, não só de mapas, como também de reproduções de obras de arte, vistas, paisagens, desenhos de arquitectura, etc., tendo sido aprendiz do célebre Giovanni Battista Piranesi, arquitecto e divulgador de obras arquitectónicas da Roma clássica. Cassini foi, ainda, um dos últimos construtores italianos de globos, tanto celestes como terrestres, do século XVIII²⁹⁵.

Talvez a sua ligação aos religiosos Somascos tenha convencido a Calcografia Camarale do Vaticano a encomendar-lhe a realização do *Nuovo Atlante Geografico Universale delineato sulle ultime osservazioni*, um atlas publicado em três volumes, o primeiro editado em 1792, o segundo em 1797 e o terceiro em 1801 e que seria o mais importante atlas romano dos séculos XVIII-XIX. No prólogo da obra, Cassini salienta o ambiente propício à divulgação de conhecimentos geográficos que se vivia em Itália, lembrando os vários atlas publicados em Veneza, nomeadamente os de Zatta e Remondini, e desejava “oferecer” a sua obra aos “amatori della Geografia”²⁹⁶.

²⁹⁵ Ver Rudolf SCHMIDT, 2001, p.207 e Nick KANAS, 2007, p. 222-223.

²⁹⁶ Cfr. Vladimiro VALERIO, 1993, p. 190-192. Este autor afirma que, depois do atlas de Giacomo Cantelli da Vignola, realizado em finais do século XVII, foi necessário esperar quase um século para que, em Roma, fosse editado um novo atlas sob o impulso do Vaticano, através da Calcografia Camarale, instituição criada por Clemente XII em 1738, depois de ter comprado o espólio cartográfico (e não só) da família Rossi que, por sua vez, era herdeira do acervo tipográfico de Cantelli.



Figura 40 - La Parte Settentrionale del Regno di Portogallo, Giovanni Maria Cassini, 1794.
C.N.C. B.G.U.C.

O mapa de Portugal, apesar de datado de 1794, só foi incluído no segundo volume, em 1797, tendo sido publicado em duas folhas, a metade setentrional e a parte meridional, com dimensões aproximadas de 33 x 47 cm cada. As duas folhas estão incluídas numa dupla esquadria, estando a interna dividida em graus de latitude e de longitude, que se complementa com uma rede cartográfica. No espaço entre as esquadrias, foi registado o nome dos quatro pontos cardeais: “Nord o Tramontana”; “Est o Levante”; “Sud o Mezzogiorno” e “Ouest o Ponente”. Fora da esquadria, no canto inferior direito, está registado o nome do autor/gravador: “Gio. M^a. Cassini Som^{co}. Inc.”

Na folha Norte, no canto superior esquerdo, uma cartela encimada pelas armas de Portugal, profusamente decorada e colorida, contém a seguinte informação: *La Parte Settentrionale del Regno di Portogallo diviso nelle sue Provincie e delineato sulle ultime osservazioni in Roma Presso la Calcografia Cam^{le}. 1794.*



Figura 41 - La Parte Meridionale del Regno di Portogallo, Giovanni Maria Cassini, 1794. C.N.C. B.G.U.C.

Por sua vez, na folha Sul, a cartela foi colocada no canto inferior esquerdo, agora com a indicação de se tratar da *Parte Meridionale*.

As escalas gráficas foram colocadas no canto inferior esquerdo da folha Norte, uma de “Leghe medie di Portogallo di 18 a grado” e outra de 60 “Miglia comuni d’Italia di 60 a grado”, o que nos permitem calcular a escala do mapa em ca. 1:1 000 000.

A rede hidrográfica é bastante completa mas apenas os rios principais foram nomeados. O relevo foi representado por pequenos montes triangulares, estando algumas das serra claramente identificadas, sobretudo na metade Norte do país.

O mapa figura a divisão administrativa de Portugal, por Províncias, com os seus limites desenhados por uma linha pontuada e colorida. As principais cidades e vilas foram representadas com um circuito amuralhado e as sedes de arcebispados e bispados identificados com a cruz correspondente. Não foram figuradas nem as estradas nem as pontes, excepto no caso de Ponte de Lima, Coimbra e Mirandela, na folha Norte, e Alcácer do Sal na folha Sul.

Após esta análise geral, é fácil concluir que o mapa de Cassini se baseia nos exemplares de Rizzi-Zannoni e de Zatta, ainda que, a quantidade de informação registada neste mapa nos leve a considerar o primeiro autor como fonte mais provável.

A Karte von dem Königreiche Portugal, de Franz Johann Joseph von Reilly, 1795

A partir da última década do século XVIII, Viena disputou o lugar de principal centro difusor de Cartografia da Europa Central (pelo menos entre os Estados de língua alemã) juntamente com Augsburg, Nuremberga, Berlim e Weimar.

Nesta década, seriam publicados vários atlas mundiais produzidos na Áustria, cuja concretização muito deve ao labor de dois autores: Franz Anton Schraembl (1751-1803) – ele próprio cartógrafo, responsável por um mapa da Península Ibérica de grandes dimensões, datado de 1790 - e Franz Johann Joseph von Reilly (1766-1820), tendo os autores trabalhado em parceria²⁹⁷.

Von Reilly era um bem sucedido livreiro e comerciante de arte que, nos finais do século XVIII, decidiu tornar-se editor de mapas, tendo produzido mais de 800 exemplares entre 1789 e 1806. A maior parte destes mapas foram incluídos nas suas duas obras mais famosas: o atlas denominado “das cinco partes do mundo” de 1792, *Schaup latz der fünf Theile der Welt*, ainda que apenas cobrisse a Europa; e o *Grosser Deutscher Atlas* de 1796, um verdadeiro atlas mundial, o primeiro a ser produzido na Áustria²⁹⁸.

Para a produção de imagens cartográficas referentes a Portugal, Von Reilly merece um destaque especial, na medida em que não só produziu um mapa do conjunto de Portugal, como também editou mapas das províncias portuguesas. Estas imagens parcelares do território português foram difundidas no seu *Schauplatz* referentes ao continente europeu. Ao todo são oito os mapas das seis províncias portuguesas e dos arredores de Lisboa, todos eles numerados: *Die Landschaft en Entreduero e Minho und Traz-Los Montes n° 526*; *Die Landschaft Beira n° 527*; *Die*

²⁹⁷ Sobre Schraembl e a sua obra, ver Ursula KOHLMAYER, 2001.

²⁹⁸ Johannes DÖRFLINGER, 1981, p. 65 - 71 e 2003.

Landschaft Alentejo noerdlicher Theil nº 528; Die Landschaft Alentejo südlicher Theil nº 529; Die Landschaft Estremadura noerdlicher Theil nº 530; Die Landschaft Estremadura südlicher Theil nº 531; Das Königreich Algarvien nº 532; Die Gegend von Lisabon nº 533. Todos os mapas apresentam dimensões semelhantes, ca. 23 x 26 cm e, ainda que as suas escalas variam bastante de exemplar para exemplar, situam-se entre ca. 1:240 000 no exemplar de Lisboa e os 1:970 000 para o mapa da Beira. Depois das edições portuguesas de Grandpré e de Carpinetti e das diferentes edições de Tomás López, as imagens regionais foram resgatadas e divulgadas para um público fora da Península Ibérica.

Para além das imagens parcelares do território português, Von Reilly editou um mapa de Portugal intitulado *Karte von dem königreiche Portugal nach Lopez Neu verzeichnet herausgegeben von Franz Joh. Jos. von Reilly*, em 1795. É um mapa impresso de 54 x 58 cm, em folha de 61 x 68 cm e o exemplar consultado apresenta alguns traços coloridos²⁹⁹. Está inserido numa dupla esquadria, a interna graduada em latitude e longitude, esta, provavelmente, referente à ilha do Ferro.

Fora da esquadria, no canto inferior direito, contém a informação “gestechen von P.D. Penhrimer” e o número “VIII”. No canto inferior esquerdo, a indicação “ Zu finden im von im von Reilly'schen Landkarten und Kunstwerke Verschleiss Komptoir, 1795, Wien”, numa clara estratégia de “marketing” e de publicidade à sua actividade e ao seu ateliê.

²⁹⁹ Ver o exemplar que se conserva na B.N.P. sob a cota C.C. 1797 A.

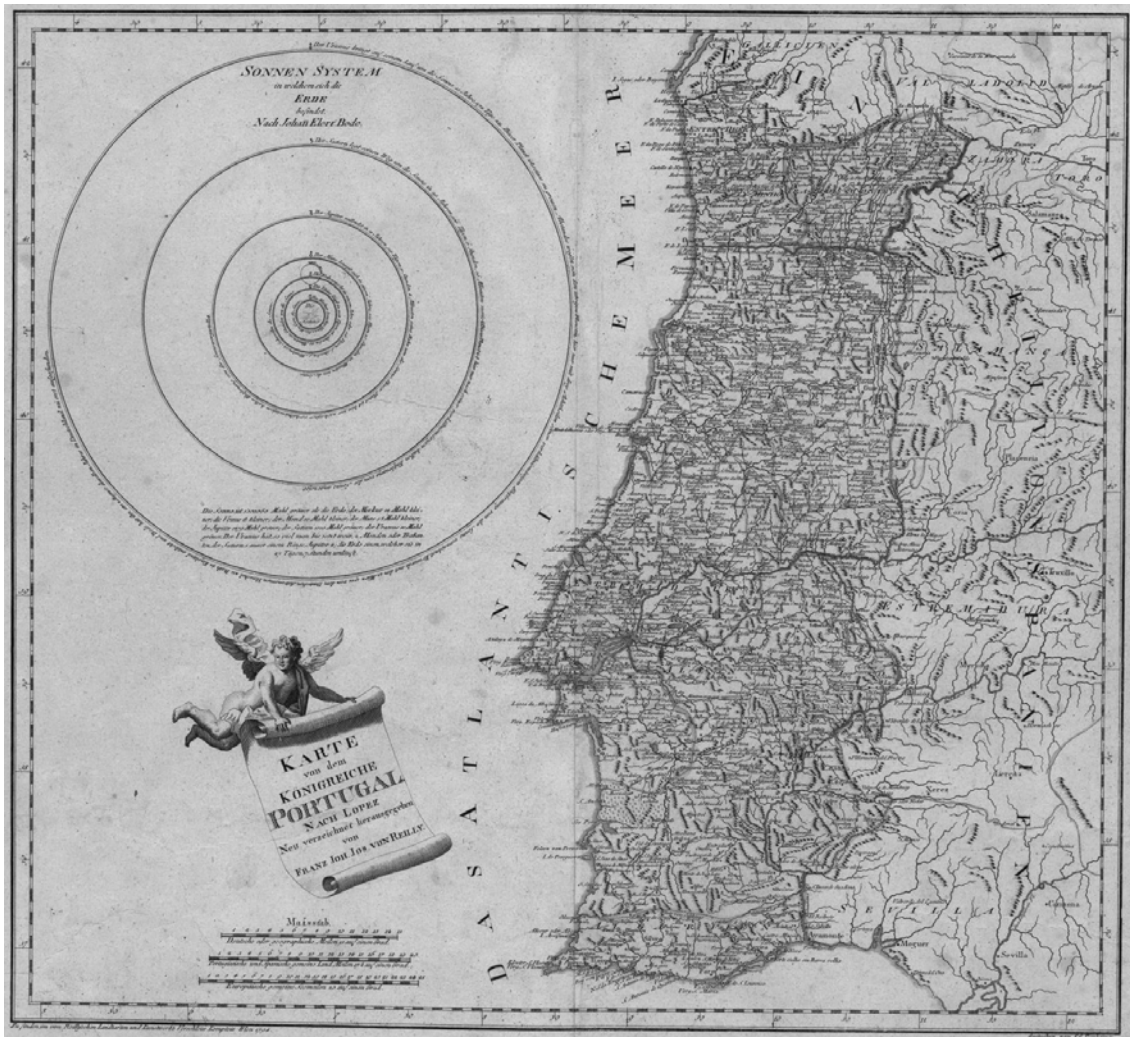


Figura 42 - Karte von dem Königreiche Portugal, Franz Johann Joseph von Reilly, 1795. B.N.P.

A imagem cartográfica de Portugal, e de uma pequena parte do território de Espanha, ocupa toda a metade do lado direito do mapa, enquanto que na metade esquerda, sobre o “atlantische meer” e de forma a preencher esse “vazio” cartográfico, o autor incluiu uma representação do sistema solar de órbitas circulares.

No canto inferior esquerdo, a cartela do título foi desenhada sob a forma de um pergaminho desenrolado que um anjo ou querubim segura nas suas mãos. Por baixo, o autor colocou três escalas gráficas, uma de “20 Portugiesische und Spanische gemeine Land meilen 17 1/2 auf einen Grad.”, outra de “15 Deutsche oder geographische Meilen 15 auf einen Grad.” e outra de 25 “Europäische gemeine Seemeilen 20 auf einen Grad.”. A partir destas pode-se calcular a escala do mapa em ca. 1:1 300 000. Quanto à fonte cartográfica utilizada, o próprio autor referiu que se baseou no mapa de López. Contudo, uma rápida análise, permite verificar grandes semelhanças entre este mapa e

o território de Portugal incluído no mapa da Península Ibérica em 6 folhas, editado em 1790 por Schraembl que, por sua vez, copiou o mapa original de López, editado em 1770. Resta saber se Reilly, de facto, viu o mapa espanhol ou a sua variante austríaca.

Foram representadas as seis províncias portuguesas, sendo os seus limites representados por uma linha pontuada, posteriormente destacada com diferentes cores. O limite Este da Província de Trás-os-Montes, coincidente com o rio Douro, assume um contorno invulgar, muito diferente do da sua fonte principal, devido aos meandros e mudanças de direcção que o rio aí apresenta.

A toponímia é abundante e está em alemão. O autor destacou algumas povoações, principalmente as cidades, escrevendo o seu nome num tamanho de letra maior. A rede viária figurada é pouco densa e parece ter sido simplificada, apresentando uma maior familiaridade com o mapa de Zannoni do que com o mapa de López.

Quanto aos fenómenos naturais, a rede hidrográfica é relativamente densa e muito parecida com a de López, tendo sido identificado um grande número de rios. Por sua vez, a orografia foi figurada com os habituais montes triangulares, relativamente “espalhados” por todo o território, ainda que só três serras tenham sido identificadas: Martinel, Monchique e Caldeirão. Uma última referência para mencionar uma área florestal localizada em Santiago do Cacém, que também parece ter sido retirado de Zannoni.

Von Reilly, apesar de atribuir os créditos a López, como fonte principal para a elaboração seu mapa, parece ter consultado outras fontes que, no entanto, não identificou, o que poderá estar associado ao “mecanismo” habitual de plágio, comum entre geógrafos do século XVIII.

O Chorographical map of the Kingdom of Portugal, de William Faden, 1797

Na Grã-Bretanha, durante a segunda metade do século XVIII, tal como ocorreu um pouco por toda a Europa, assistiu-se a um aumento da procura de obras geográficas e cartográficas, o que permitiu a expansão das casas comerciais e editoriais, fazendo com que os geógrafos londrinos se tornassem nas principais referências da Cartografia comercial dentro do mercado europeu³⁰⁰.

Um destes geógrafos/editores era William Faden (1749-1836), por sua vez, filho de um impressor e gravador com quem terá aprendido o ofício. Resolvido a estabelecer-se por sua própria conta como gravador e editor, tornou-se sócio da família Jefferys, em 1773, iniciando então uma carreira auspiciosa, com base no acervo de outro famoso geógrafo inglês, Thomas Jefferys. Contudo, ainda que bem sucedida, esta associação só durou três anos.

Faden só estabeleceu a sua casa editora depois de ter herdado a do pai desenvolvendo, desde então, uma carreira de sucesso que foi reconhecida e premiada em diversas ocasiões: em 1783 foi nomeado “Geógrafo do Rei” e também do Príncipe de Gales; em 1796 recebeu a medalha de ouro da Royal Society of Art, pela qualidade das gravações e em 1801 obteve as licenças necessárias para gravar, imprimir e editar, a primeira folha do levantamento topográfico do Reino Unido levado a cabo pelo Ordnance Survey. Foi, ainda, membro de uma Sociedade de engenheiros civis, o que lhe permitiu imprimir inúmeros planos, plantas e mapas de importantes obras públicas como estradas, pontes e canais³⁰¹.

Ao contrário de alguns dos seus directos concorrentes do mercado cartográfico de Londres e dos restantes centros produtores europeus, Faden não se especializou na produção de atlas, mas antes na elaboração de mapas avulsos, que depois eram compilados em atlas factícios para responder às diversas encomendas que recebia. Aquando da Guerra Peninsular, Faden conseguiu o privilégio de editar vários mapas e planos das campanhas e das batalhas peninsulares. Quando se reformou, em 1823,

³⁰⁰ Este contexto pode ser acompanhado em Catherine Delano SMITH, 1997, p. 111-128 e Catherine Delano SMITH e Roger KAIN, 1999.

³⁰¹ Este resumo biográfico apoiou-se no estudo de Mary Sponberg PEDLEY, 1996, p. 161-173.

passou o seu espólio a James Wyld, um antigo aprendiz e que também se converteu num famoso editor cartográfico³⁰².

Faden publicou vários mapas de Portugal e dos territórios portugueses tendo, alguns deles, muito provavelmente, resultado de uma relação pessoal que manteve com Luís Pinto de Sousa Coutinho, Ministro Plenipotenciário em Londres (entre 1774 e 1783 e entre 1785 e 1788), futuro Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Ministro do Reino e 1º Visconde de Balsemão.

Entre estas obras, para além deste mapa de 1797, Faden já tinha reeditado, em 1790, o mapa de Portugal de Thomas Jefferys em seis folhas e foi, também, o editor, em 1808, do mapa de grandes dimensões da América do Sul *Columbia Prima*, que compôs, em parte, graças às fontes cartográficas e descritivas remetidas por Luís Pinto de Sousa Coutinho³⁰³. O contributo de Faden será analisado com mais detalhe quando nos debruçarmos sobre a segunda edição do mapa de Jefferys, no próximo capítulo.

Existem, pelo menos, duas edições deste mapa de William Faden datado de 1797, que é de grandes dimensões, ca. 71 x 45 cm, em duas folhas coladas, inserido numa dupla esquadria, a interna graduada em latitude e longitude, esta última referida ao meridiano de Londres, e que configuram a rede cartográfica inscrita³⁰⁴.

Fora do mapa, na parte superior ao centro, está o título em Português *Mappa Corografica do Reino de Portugal*. O título principal, em inglês, *Chorographical Map of the Kingdom of Portugal divided into its Grand Provinces*, assim como a indicação “London. Published by W. Faden Geographer to the King and to H. R. H. the Prince of Wales. Charing Cross, August 12th 1797”, foram colocados no canto superior esquerdo do mapa, sem qualquer adorno, decoração ou cartela.

No canto inferior esquerdo, estão três escalas gráficas, uma em léguas de Portugal de 18 ao grau, com a indicação de ser “According to Manuel Pimentel” (referência ao antigo Cosmógrafo-Mor do Reino) e a outra é em léguas Legais de Castela de 26 ½ ao grau. A terceira escala é em milhas britânicas de estatuto de 69 ½ ao grau, permitindo calcular a escala do mapa em ca. 1:930 000.

³⁰² Sobre a vida e obra de William Faden, particularmente sobre a edição de mapas dos Condados ingleses, ver Tom WILLIAMSON e Andrew MACNAIR, 2010.

³⁰³ Ver André Ferrand Almeida, 2001, p.59.

³⁰⁴ Na nossa análise utilizamos um exemplar de uma coleção particular.

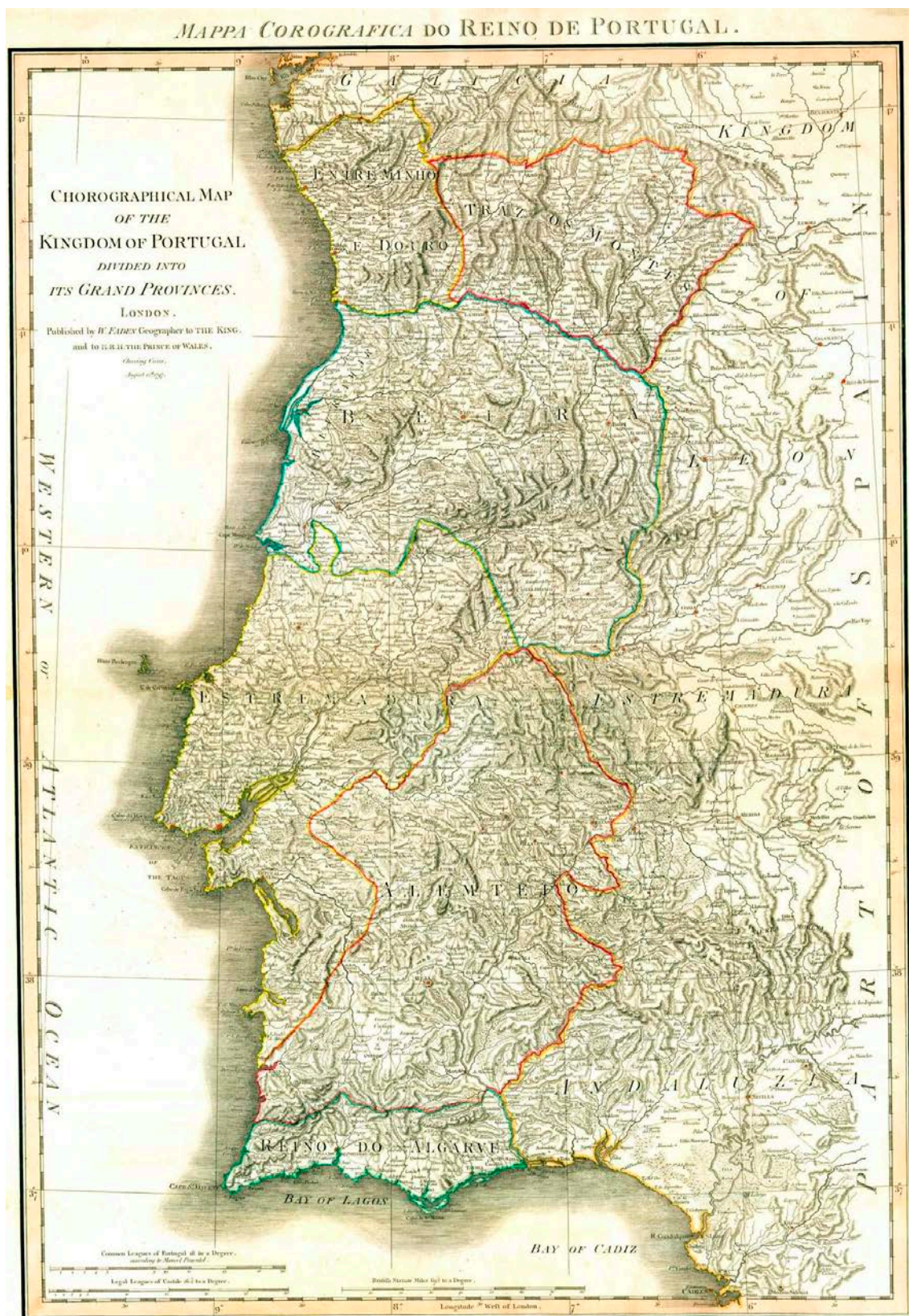


Figura 43 - Chorographical map of the Kingdom of Portugal, William Faden, 1797. A.M.S.

O território figurado corresponde a Portugal Continental - e a uma parte do território espanhol confinante – dividido nas suas 6 províncias, cujos limites foram representados por linhas ponteadas e, posteriormente, coloridas. Tal como alguns autores franceses da segunda metade do século XVIII, como Vaugondy, Bellin ou Le Rouge, também Faden denominou de “Entre Minho e Douro” a Província de Entre Douro e Minho.

A configuração do litoral parece inspirar-se em Jefferys, ainda que o litoral do Algarve e a “Ria de Aveiro” tenham sido reformulados, apresentando um aspecto diferente de qualquer um dos mapas da época. Quanto aos restantes fenómenos naturais, destaca-se a representação da rede hidrográfica, tendo o autor tido o cuidado de identificar um grande número de rios e ribeiros.

A orografia foi figurada com uma espécie de *hachures* que parecem dar uma perspectiva tridimensional às serras e cujos nomes foram escritos em português. De uma forma geral, o autor identificou as mesmas elevações figuradas nas principais representações cartográficas de Portugal da época, baseando-se especialmente nos mapas de Jefferys e de Tomás López. Dada a grande profusão de cadeias montanhosas que preenchem quase por completo o fundo do mapa, este torna-se de difícil leitura.

A toponímia foi escrita em português, ainda que alguns topónimos do litoral tenham sido escritos em inglês - como “Bay of Lagos”, “Entrances of the Tagus” ou “Rocks of Lisbon”, para traduzir Cabo da Roca – o que, de algum modo, parece indiciar a utilização de fontes inglesas para a representação do litoral português.

Foram utilizados 4 símbolos principais para a representação dos núcleos populacionais, destacando-se, desde logo, as povoações amuralhadas. A importância das localidades também é sublinhada pela dimensão do corpo de letra dos topónimos. Por sua vez, a rede viária é muito completa e densa em todas as províncias.

Em 1811 Faden editou o seu *General Atlas* onde incluiu uma outra versão deste mapa construída, ao que tudo indica, a partir da mesma matriz. De facto, para além do título, o autor manteve a data de 12 de Agosto de 1797³⁰⁵. Em todo o caso, numa breve análise, é possível identificar as principais diferenças.

³⁰⁵ Acedemos ao exemplar da colecção do Professor Nabais Conde e consultamos a cópia digital disponível no sítio www.davidrumsey.com, em 10/03/2010.

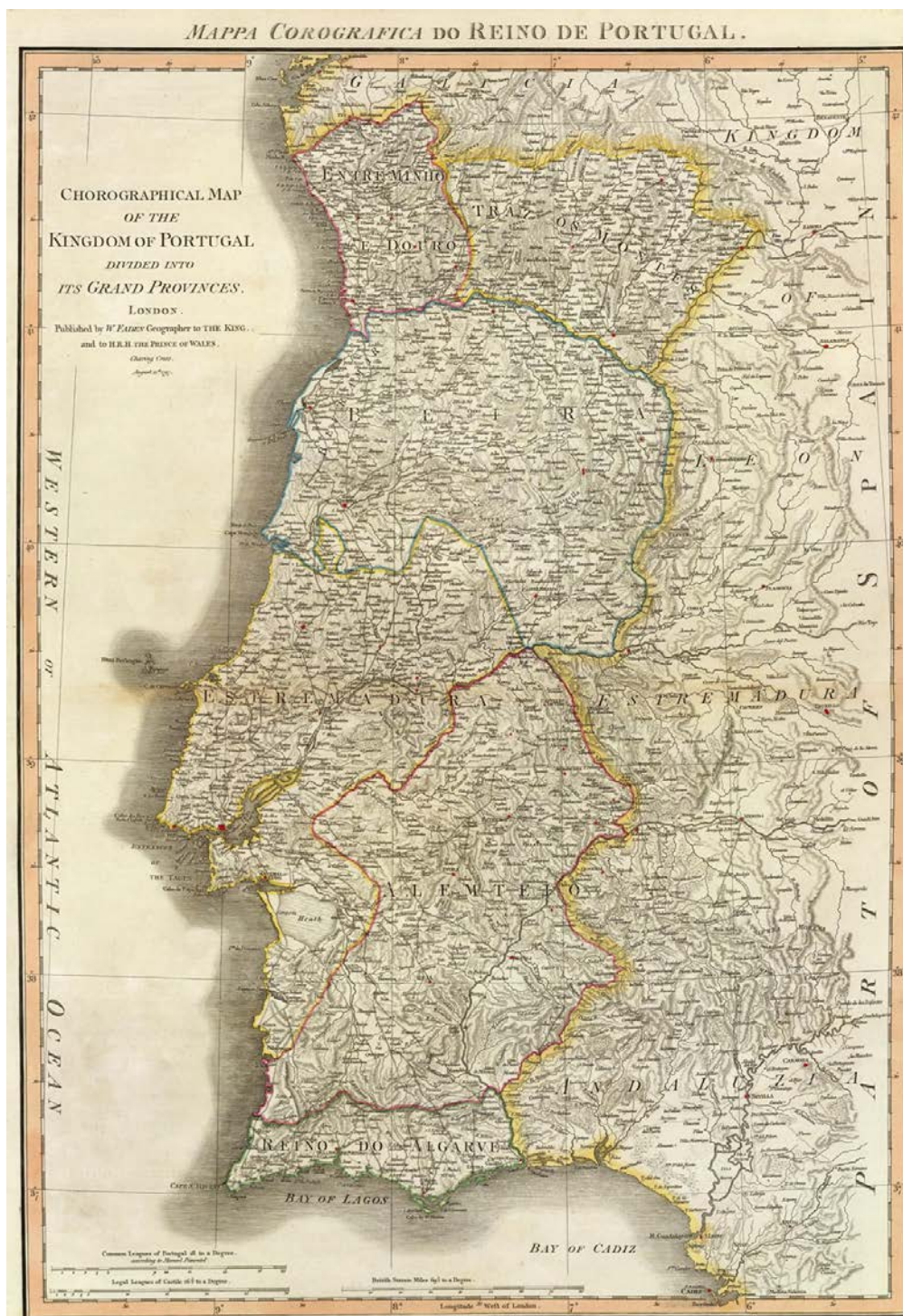


Figura 44 - Chorographical map of the Kingdom of Portugal, William Faden, 1811. D.R.M.C.

Destaca-se, de imediato, o facto de o autor não ter representado o relevo de uma forma tão marcada, pelo que o fundo do mapa ficou menos sobrecarregado, e por isso, mais legível. A configuração da “Ria de Aveiro” foi reformulada, tendo o autor acrescentado uma lagoa junto de Angeja. Também a península de Tróia e a foz do rio Sado foram “actualizados”, substituindo-se as lagoas e as ilhas que existiam na

anterior versão por uma área pantanosa identificada por “Heath” e que obrigou o autor a rearranjar a disposição dos topónimos da área. O Cabo de Sines também foi modificado, deixando de ser tão pronunciado. No limite entre a Província do Alentejo e o Reino do Algarve, foi acrescentado o topónimo “Serra da Foja”.

Estas últimas alterações reflectem uma actualização de conhecimentos e leitura de novas fontes e de novos autores. De facto, estas informações foram descritas por Henry Frederick Link no seu livro *Journey Trough Portugal and Spain*, editado em inglês em 1801: “[...] equally in vain we sought in this country [vale inferior do rio Sado] for the Montes Azules of Lopez which not an inhabitant knew, and the place of wich is occupied by sandy heath. Such errors regarding countries at no great distance from a capital, and laying down a place of trade so well known as St. Ubes are very striking”³⁰⁶.

Deste modo, Faden actualizava o seu mapa sem grandes custos e demonstrava estar em vantagem em relação a alguns dos seus rivais comerciais, nomeadamente, López e todos aqueles que o copiaram, especialmente num momento de elevada procura por mapas de Portugal, já que, neste ano de 1811, decorria a terceira invasão francesa em Portugal e cujos sucessos eram acompanhados com atenção pelo público britânico³⁰⁷.

O mapa de Portugal, de F.L.G., 1800

No final do século XVIII, seria publicado um mapa de Portugal pela casa dos Herdeiros de Homann, provando que apesar de toda a concorrência, Nuremberga ainda conseguia rivalizar com os outros centros de produção cartográfica situados na Europa Central.

Uma das principais casas editoriais de Nuremberga foi fundada por Johann Baptist Homann (1663-1724), famoso geógrafo e editor alemão, no início do século

³⁰⁶ Henry Frederick LINK, 1801, p. 265.

³⁰⁷ “...all the maps of Portugal are extremely defective, even the large chart by Lopez, in eight sheets is equally so with the rest, and consequently those published in Germany, even the last by Mannert, being all taken from it”. Henry Frederick LINK, 1801, p. 226.

XVIII, e por ele continuada até à data da sua morte em 1724. A partir de então, a casa Homann foi dirigida primeiro por um dos seus filhos e, após a morte deste em 1730, pelos seus herdeiros, denominação que perduraria por mais de um século. A partir de 1773, o responsável editorial foi Franz Ludwig Gössefeld (1744-1808), que conseguiu revitalizar a casa “Homann” no último quartel do século XVIII³⁰⁸. Este autor era um geógrafo prussiano que servia na corte do Grão Duque de Saxe-Weimar-Eisenach, Karl August, e que também estará ligado ao Instituto Geográfico de Weimar.

Este mapa de Portugal, colorido e ornamentado como era característico da Casa Homann, publicado em duas folhas (57 x 45 cm cada), está enquadrado numa dupla esquadria, a interna graduada em latitude e longitude, esta, de acordo com uma indicação no canto inferior esquerdo da folha Norte “oriental de la Isla del Hiero”.

Fora da esquadria, ao centro do topo da folha, figura o título do mapa em francês: *Carte Geographique de les trois Provinces Septentrionales de Portugal, sâvoir Beira, Tralos Montes & Entre Douro-Minho, Nouvellement dressée selon les charts du Sr. D.T. Lopez par F.L.G 1800*, título que imitava o do mapa de Portugal de Zatta, de 1775-76. Este mesmo título, agora em latim, foi gravado na cartela que se situa no canto superior esquerdo do mapa, decorada com motivos campestres.

³⁰⁸ Ver Wolfgang SCHARFE, 1997, p. 59.



Figura 45 - Carte Geographique de les trois Provinces Septentrionales de Portugal, Gussefeld, 1800.

Na folha Sul, também o título em francês surge ao centro, na margem superior do mapa: *Les Provinces meridionales de Portugal, savoir Estremadura, Alentejo & Algarbe, Dressée nouvellement par F.L. Güssenfeld l'an 1800*. Na cartela, o título foi registado, de novo, em latim e com a indicação de ter sido impresso pela casa dos Herdeiros de Homann e baseado no mapa de Lopez.



Figura 46 - Les Provinces meridionales de Portugal, Gussefeld, 1800.

Se na folha Norte a cartela era bastante simples, a da folha Sul merece uma leitura mais cuidada. Apresenta a forma de um altar (que parece corresponder a uma coluna clássica) onde um cálice, uma hóstia e um crucifixo estão enquadrados por uma espada e uma espécie de archotes cruzados. Na base da coluna estão dois livros abertos: o *Legenda Sanctorum* (Lendas dos Santos), um best-seller medieval sobre a hagiografia dos principais santos da Igreja Católica e uma Bíblia indicando “Gene cap 17. V. 10.11. &12”³⁰⁹.

³⁰⁹ Os versículos 10 a 12 do capítulo 17 do Livro do Génesis, diz o seguinte: (10) “Esta é a minha aliança, que guardareis entre mim e vós, e a tua descendência depois de ti: Que todo o homem entre vós será

No lado esquerdo do pedestal de onde se ergue a coluna, estão três livros acorrentados e presos por um cadeado, ainda que apenas se possam ler dois dos títulos *Newton Opera* e *Socini ani Scripim*, claramente indicando serem livros proibidos. De facto, quer alguns dos escritos de Isaac Newton quer os de Fausto Sozzini (ou Socino), defensor da doutrina antitrinitária, eram tidos como hereges e, por essa razão, proibidos pela Censura da Igreja. Esta simbologia na cartela do mapa, divulgava pela Europa, particularmente pela Europa Reformada/Protestante, que Portugal, no dealbar do século XIX, continuava sendo uma nação “presa” às doutrinas da Inquisição.

Em ambas as folhas existem quatro escalas gráficas, uma de léguas comuns de Portugal, outra de uma hora de caminho de 6626 varas castelhanas de 20 ao grau, outra de léguas legais castelhanas de 5000 varas de 26 ½ ao grau e, finalmente, uma quarta escala de léguas alemãs de 15 ao grau. Esta indicação permite-nos calcular a escala do mapa em ca. 1:740 000.

A legenda do mapa, presente nas duas folhas, está escrita em castelhano, assim como toda a toponímia, e parece uma cópia fiel da legenda do mapa de López de 1778, pelo que os fenómenos aqui figurados não sofreram alterações relativamente ao seu protótipo. De facto, este mapa integra um Atlas da Espanha, denominado *Atlas Von Spanien in XXVI Blättern*, que terá sido composto por Güssefeld em 1806, ainda que só tenhamos tido acesso a uma reedição, datada de 1823, e preparada por Christoph Fembo, na época o responsável pela casa “Herdeiros de Homann”³¹⁰. As duas folhas de Portugal surgem logo depois de um mapa da Península Ibérica, com os números 2 e 3, respectivamente para a metade Norte e Sul do País.

Esta publicação é reveladora do interesse com que a situação política ibérica era acompanhada na Europa Central.

circuncidado. (11) E circuncidareis a carne do vosso prepúcio; e isto será por sinal da aliança entre mim e vós. (12) O filho de oito dias, pois, será circuncidado, todo o homem nas vossas gerações; o nascido na casa, e o comprado por dinheiro a qualquer estrangeiro, que não for da tua descendência. É uma clara alusão ao judaísmo.

³¹⁰ Este exemplar, cujo título completo é *Atlas von Spanien in XXVI Blättern größtentheils nach Lopez gezeichnet von F.L. Güssefeld*, faz parte do acervo do Institut Cartogràfic de Catalunya, sob o registo RM.35505.

A new map of the kingdom of Portugal divided into its provinces, de John Cary, 1801

John Cary (ca. 1754-1835) foi um famoso e bem sucedido gravador e editor de mapas inglês, cuja actividade se estendeu dos finais do século XVIII até às primeiras décadas do século XIX. Após uma aprendizagem como gravador em Londres, estabeleceu-se por conta própria em 1783 e a sua reputação como cartógrafo rapidamente cresceu, especialmente após a publicação do seu *New and Correct English Atlas*, em 1787. Este atlas, composto por mapas dos diferentes condados, conheceu um amplo sucesso editorial, sendo mesmo considerado obra de referência para a sociedade britânica. Em 1794 foi contratado pelos Correios para fazer o levantamento de toda a rede de estradas de Inglaterra e o resultado final foi o *Cary's New Itinerary*, editado em 1798.

A sua obra cartográfica foi bastante eclética, pois além de planos e plantas, mapas gerais, corográficos e topográficos, também produziu mapas temáticos sendo responsável pela gravação e edição do primeiro mapa geológico do mundo, da autoria de William Smith, em 1815³¹¹. Antes disso, publicou em 1808 o seu também famoso *Cary's New Universal Atlas*, que desde logo se tornou um best-seller sendo sucessivamente reeditado, quer por si, quer pelos seus sucessores até, pelo menos, 1862. O Atlas também se tornou uma referência para os cartógrafos britânicos, influenciando decisivamente os trabalhos de autores como John Pinkerton ou John Thomson

Cary tem um papel de destaque na história da Cartografia inglesa porque, de certa forma, constituiu uma ruptura com a tradição ao abandonar as decorações barrocas e as cartelas ornamentadas e a privilegiar o cuidado da gravação, o detalhe e o pormenor da imagem.

O mapa de Portugal, datado dos finais de 1801, terá sido incluído no *Universal Atlas* de 1808. Muito provavelmente, o mapa foi comercializado avulso entre 1802 e

³¹¹Ver Simon WINCHESTER, 2003.

1808. Trata-se de um mapa numa só folha, com dimensões aproximadas de 52 x 60 cm, inserido numa dupla esquadria dividida em graus de latitude e de longitude, pela primeira vez referida ao Meridiano de Greenwich (“Longitude West from Greenwich”). Fora do mapa, na margem inferior ao centro, contém a informação “London, Published by J.Cary Engraver & Map-seller nº 181 Strand Dec^r. 11 1801.

No canto superior esquerdo foi colocado o título, dentro de uma cartela simples, colorida, em forma de elipse e sem qualquer “adorno” ou decoração: *A New Map of the Kingdom of Portugal Divided into its Provinces. From the latest authorities. By John Cary Engraver. 1801.*



Figura 47 - A new map of the kingdom of Portugal divided into its provinces, John Cary, 1801.

Imediatamente sob o título, foram colocadas três escalas gráficas: uma de "25 Miles of Portugal & Spain 18 3/4 to a Degree", outra de "35 Common French Leagues 25 to a Degree" e a terceira de "100 British Statute Miles 69 1/2 to a Degree" e que permitem calcular a escala do mapa em ca. 1:1 400 000.

O mapa mostra o território português dividido nas suas seis províncias, delimitadas por uma linha pontuada e colorida, estando a fronteira representada por uma linha tracejada que engloba o termo de Olivença no território português. Figura, também, uma parte do território de Espanha contíguo que se estende até ao meridiano de Madrid, o que parece sugerir que o mapa possa ter sido copiado a partir de um modelo da Península Ibérica de grandes dimensões.

A toponímia é abundante, ainda que a escala do mapa não permita que seja muito legível. As localidades foram representadas por dois símbolos: um de maior dimensão e mais "geométrico", utilizado para as cidades, vilas, e praças-fortes; as restantes, foram representadas por um pequeno círculo. A rede viária é extensa e relativamente densa, ainda que não acrescente novos itinerários.

Quanto aos fenómenos físicos, o relevo foi representado por pequenas cadeias de montes desenhados em perspectiva e que são mais densos, curiosamente, a Sul do rio Tejo. Algumas destas cordilheiras foram identificadas, particularmente aquelas que estão situadas no Alentejo. A rede hidrográfica também é densa e bastante completa, estando um grande número de rios identificados correctamente.

A configuração do litoral, particularmente do Alentejo e Algarve, e de alguns dos principais acidentes da costa, como a foz do rio Mondego e a "Ria de Aveiro", aproxima este mapa das versões herdeiras do mapa de Pedro Teixeira. Esta imagem de Portugal continuaria a ser divulgada na Europa com as sucessivas edições do atlas de Cary, particularmente nos anos da Guerra Peninsular.

Charte von Portugal, pelo Instituto Geográfico de Weimar, 1804

Weimar, capital do Ducado (posteriormente Grão-Ducado) de Saxe-Weimar-Eisenach foi, até à segunda metade do século XVIII, uma pequena cidade do Sacro-Império Romano-Germânico. Sob a regência da Duquesa Anna Amalia, a corte ducal decidiu transformar a cidade numa capital cultural de referência para toda a Europa e, para isso, atraiu a si inúmeros artistas, filósofos, cientistas, técnicos, escritores, etc., de onde se destacam os nomes de Goethe, Herder ou Schiller.

Entre as personagens atraídas pela corte de Weimar, estava Friedrich Johann Justin Bertuch (1747-1822), nomeado secretário pessoal do Duque Carl August e que, por sua proposta e dinamismo, estabeleceu uma Escola (Academia) de Desenho (Belas-Artes). Com o passar dos anos Bertuch tornou-se um importante terra-tenente e, ao mesmo tempo, o mais importante industrial, empresário e editor do Ducado, possuindo uma fábrica de papel e de tintas e, mais tarde, uma tipografia que lhe permitiu assegurar a edição de revistas, livros, gravuras, manuais e mapas³¹².

Em 1791 Bertuch publicou o programa de reforma do ensino da Geografia proposto por Adam Christian Gaspari que, para ser posto em prática, exigia a publicação de inúmeros manuais, atlas e mapas avulsos, pelo que foram contratados os ofícios de alguns cartógrafos (entre eles Franz Ludwig Gössefeld), tendo a sua casa editorial garantido toda essa produção. A especialização na produção de obras geográficas continuou a partir de 1798 quando foi editado o *Allgemeine Geographische Ephemeriden*, a primeira revista alemã de Geografia, cuja direcção foi confiada a Gaspari³¹³.

Tendo em conta esta vocação editorial geo-cartográfica, e possuindo mesmo um estabelecimento de gravação de mapas e outro para os colorir, Bertuch e Gaspari criaram, em 1804, o Instituto Geográfico (de Weimar)³¹⁴. A produção cartográfica, agora enquadrada por uma instituição própria, foi extraordinária e nem mesmo as

³¹² Jutta HEINZ, 2000 e Gerhard R. KAISER e Siegfried SEIFERT, 2000.

³¹³ Sobre as referências biográficas de Bertuch, bem como a informação sobre o Instituto Geográfico de Weimar, cfr. Ian MAXTED, 1987, pp. 125-148.

³¹⁴ Helmut ARNHOLD, 1984.

convulsões provocadas pelas guerras napoleónicas fizeram abrandar o ritmo da produção, muito pelo contrário, pois até os próprios soldados franceses procuravam neste estabelecimento, mapas das diversas regiões da Europa³¹⁵.

O mapa de Portugal editado em 1804, deverá corresponder a um dos primeiros trabalhos do Instituto Geográfico. Trata-se de um mapa numa só folha, com dimensões aproximadas de 73 x 52 cm, inserido numa dupla esquadria, sendo a interna dividida em graus de latitude e de longitude.

O título completo *Charte von Portugal Nach W. Faden's Charte (Aug. 1797.) durch beygesetzte Ortsbestimmungen berichtet*, assim como o local de edição, o editor e data, *Weimar Im Verlage des Geogr. Instituts. 1804*, posicionam-se no canto superior esquerdo, sem qualquer cartela³¹⁶. O autor colocou, em seguida, um quadro que figura as coordenadas geográficas de algumas localidades portuguesas, como Porto, Aveiro, Coimbra, Lisboa e Lagos, algumas localidades espanholas como Vigo e Cádiz e alguns acidentes da costa portuguesa como os cabos de Santa Maria, Espichel, Roca, etc., ou as ilhas Berlengas e, no canto inferior esquerdo, colocou três escalas gráficas, uma de milhas geográficas de 15 ao grau, outra de milhas comuns de Portugal de 18 ao grau e a terceira de milhas legais de Castela de 26 ½ ao grau, que permitem calcular a escala em ca. 1:900 000.

³¹⁵ Aproveitando o contexto das guerras napoleónicas, e a grande procura, tanto pelo público em geral, como pelos militares dos vários exércitos em confronto, o Instituto propôs-se levantar, a partir de 1807, um mapa topográfico-militar da Alemanha, na escala de 1/180 000, em 204 folhas. Em 1820, os levantamentos cartográficos já tinham sido alargados às regiões vizinhas como a Polónia, Suíça e Holanda, totalizando o mapa mais de 400 folhas. Onze anos depois, seria iniciada a segunda edição do mapa. Ian MAXTED, 1987, p. 134.

Um dos catálogos do Instituto, editado um ano antes da morte do seu fundador, revela que entre toda a sua produção literária, num total de 550 títulos, 224, ou seja 41%, eram dedicados a temas geográficos, incluindo, 37 mapas geográficos avulsos e 7 globos terrestres e celestes. Por esta altura o Repositório, onde se incluía o Instituto Geográfico, emprega um total de 280 pessoas entre artistas, desenhadores, impressores, gravadores, litógrafos, pintores, etc. Em nota pessoal Bertuch revelava que só na produção de um mapa estavam envolvidas 9 pessoas, todas com responsabilidades diferentes.

Após a morte do filho Bertuch em 1815, o seu genro tornou-se sócio colaborador e, aquando da sua morte em 1822, herdeiro do Repositório. Em meados do século XIX, os negócios foram sendo vendidos, passando por várias mãos até que, a partir de 1905, a referência ao Instituto de Geografia desapareceu dos registos de Weimar

³¹⁶ Acedemos ao exemplar que se conserva na Biblioteca Nacional de Portugal sob a cota C.C. 1693 A. Uma reprodução digital do mapa está acessível na página da Biblioteca Nacional digital na internet, pela ligação: purl.pt/3871.

O mapa figura o território português peninsular dividido nas suas seis províncias que, no caso do exemplar analisado, estavam pintadas com cores diferentes. A configuração do litoral da Província de Entre Douro e Minho é muito diferente da versão original de Faden de 1797, especialmente entre Vila do Conde e o Porto, apresentando um “prolongamento”, quase formando um promontório junto da foz do rio Douro.

A rede hidrográfica também muito completa, parece uma cópia directa do mapa de Faden, estando uma grande parte dos rios identificados com o seu nome em português seguido da letra F[luss]. A orografia foi representada por uma espécie de *hachures* que preenchem quase todo o mapa, ainda que apenas alguns relevos foram identificados, conservando o nome em português.

cidades e as vilas e outro, um pequeno círculo, para as restantes localidades. A rede viária é bastante densa e muito completa.

Merece um destaque especial, o cuidado que o autor do mapa teve em actualizar o desenho da fronteira política no Alentejo, colocando Olivença em território espanhol e fazendo coincidir a linha divisória entre os dois países ibéricos no rio Guadiana. Os ecos do Tratado de Badajoz de 1801 haviam sido escutados na Europa.

Charte von Portugal, de A.G. Schneider e C. Weigel, 1804

Entre 1799 e 1804 foi editado um novo mapa de Portugal de origem alemã, mais concretamente em Nuremberga, pela casa Schneider-Weigel. Adam Gottlieb Schneider (1745-1815) foi um importante editor e livreiro alemão que, na segunda metade do século XVIII se associou à importante família de geógrafos Weigel – na pessoa de Christoph Weigel (1703-1777) - que ocupava, desde o início do século, uma importante posição no panorama editorial cartográfico de Nuremberga.

Temos conhecimento da existência de, pelo menos, dois exemplares do mapa que agora damos notícia e que, muito provavelmente, integravam um dos vários atlas editados por aqueles dois editores. Um dos exemplares que tem atribuída a data de 1799, encontra-se nos arquivos do Instituto Geográfico Nacional, em Madrid, e o outro integra a colecção cartográfica do Arquivo Militar da Suécia e tem a data de 1804, possuindo, no entanto, o mesmo título do anterior. Esta análise terá por base o mapa de 1804, pois foi o único a que conseguimos aceder, ainda que virtualmente.

De acordo com as informações veiculadas no título, o mapa foi composto por Conrad Mannert (1756-1834), na época um conceituado professor de História e autor de vários mapas, muitos dos quais também publicados por Schneider e Weigel, e que terá usado como fontes principais os mapas de Tomás López, nomeadamente o seu grande mapa da Península Ibérica de 1792 e o mapa de Portugal de 1778, em oito

folhas. A estes dois juntou-se o mapa de Jefferys, ainda que não se saiba qual das edições.

O mapa, com dimensões aproximadas de 70 x 48 cm, está inserido numa dupla esquadria, a interna dividida em graus de latitude e de longitude, projectando uma rede cartográfica sobre o mapa. A longitude está referida ao meridiano de Tenerife, em consequência, muito provavelmente, da escolha das fontes cartográficas.

Na metade inferior do mapa, sobre o Oceano Atlântico, está a cartela do título, composta por uma figura oval sem qualquer adorno: *Charte von Portugal nach der Zeichnung von Lopez in der Spanischen grossen Charte von 1792 und nach dessen Charte von Portugal in VIII Blättern von 1778; mit Beyhülfe von Jefferys Charte entworfen durch C. Mañert. Nurnberg in der Kayserl: privil. Kunst und Buch handlung by Adam Gottlieb Schneider u: Weigel 1804.* No canto inferior esquerdo, figuram duas escalas gráficas, uma em léguas portuguesas de 19 ao grau e outra em léguas geográficas e que nos permitem calcular a escala do mapa em ca. 1:900 000.

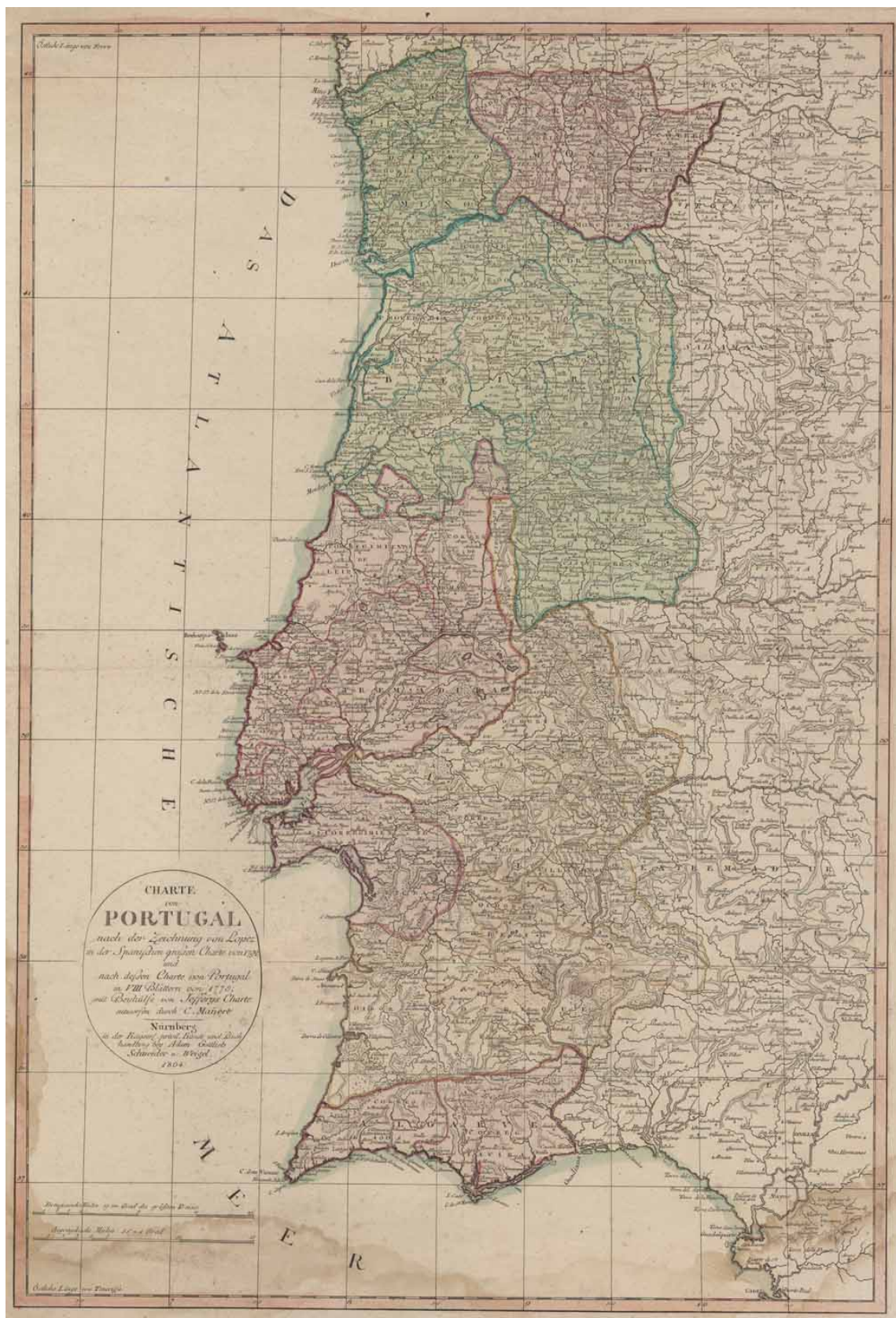


Figura 49 - Charte von Portugal A.G. Schneider e C. Weigel, 1804. AM.S.

A configuração do conjunto de Portugal, com as suas seis províncias, é bastante diferente dos mapas da época da mesma dimensão. Parece que as províncias a Norte do rio Douro foram “encurtadas” em relação ao restante território, sobretudo comparando com a Província da Beira. Os limites da Província de Entre Douro e Minho, o alinhamento do seu litoral, o percurso dos rios principais e dos seus estuários, revela que o autor optou por reutilizar as imagens do conjunto da Península Ibérica de Tomás López. Por sua vez, o desenho dos estuários do Tejo e do Sado, assim como a “Ria de Aveiro”, aproximam-se mais dos mapas de Jefferys e de Faden.

Quanto os fenómenos inscritos no mapa, não se verificam grandes alterações em relação a qualquer um dos seus congéneres: a toponímia é abundante e, na sua maioria, em português, as localidades foram representadas por símbolos diferentes que permitem hierarquizar a sua importância, a rede hidrográfica é completa e a representação da orografia parece ter sido inspirada no mapa de William Faden, de 1797. O exemplar datado de 1799 seria, sem dúvida, o mapa a que Link se referia como tendo sido recentemente publicado na Alemanha, mas baseado em López e, por essa razão, apresentando os mesmos erros identificados no mapa do autor espanhol³¹⁷.

O Mapa Corografico dos Reinos de Portugal e Algarves Copiado do Inglez de W. Faden, na Impressão Régia, 1809

No arquivo cartográfico do Instituto Geográfico de Português encontra-se um exemplar cujo título completo é *Mappa Corografico dos Reinos de Portugal e Algarves Copiado do Inglez de W. Faden Novamente corregido e estampado na Impressão Regia 1809*³¹⁸. O mapa figura o território nacional peninsular e uma pequena parte do território espanhol confinante com a fronteira terrestre.

³¹⁷ Henry Frederick LINK, 1801, p. 226.

³¹⁸ Este exemplar conserva-se sob a cota CA 51. No A.H.M. 47ª Secção, 3ª Divisão, Mapas Gerais, 4. Portugal Continental, nº 2500, existe outro exemplar deste mapa.

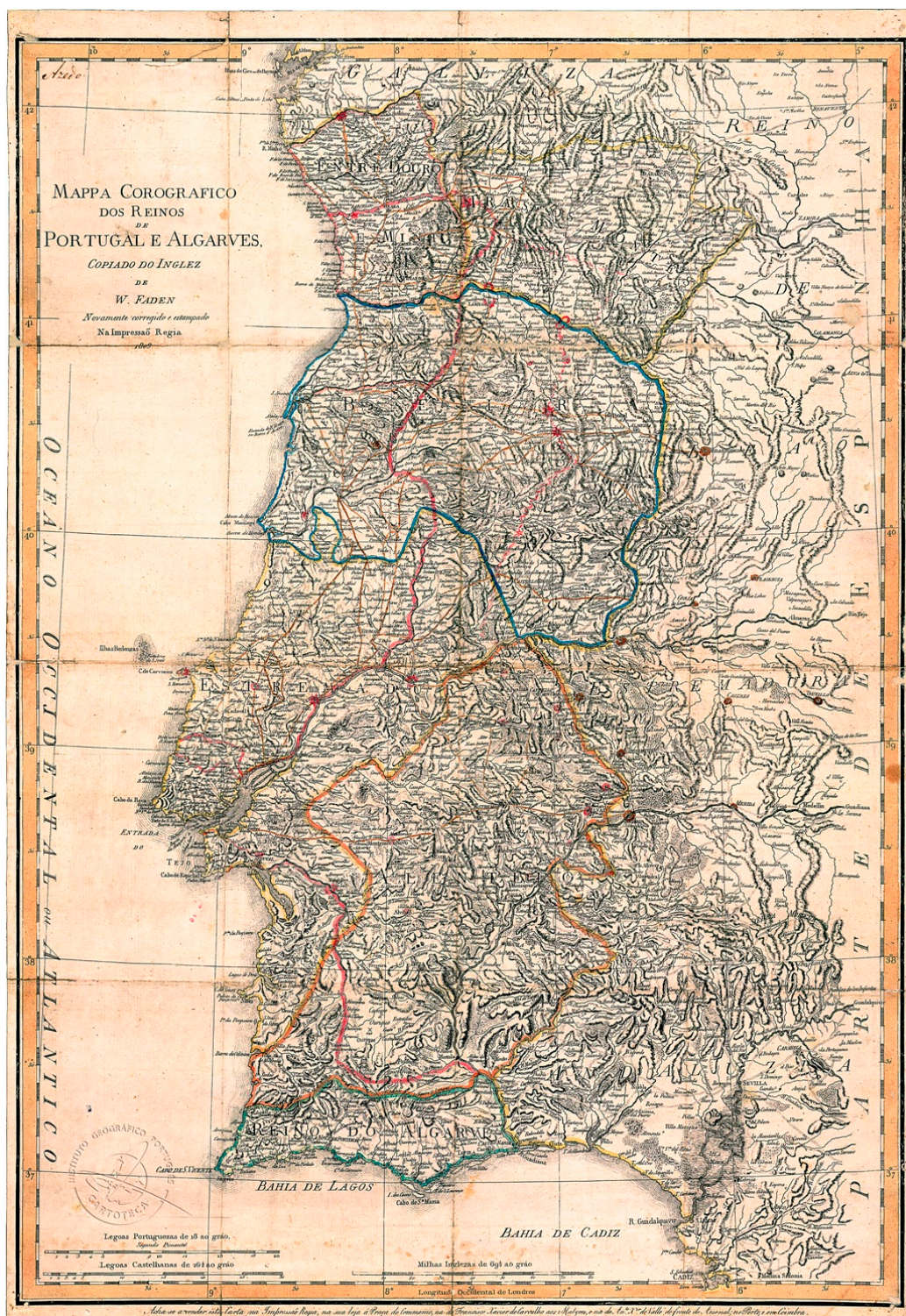


Figura 50 - Mapa Corográfico dos Reinos de Portugal e Algarves Copiado do Inglês, W. Faden, Impressão Régia, 1809. I.G.P.

É um mapa de dimensões aproximadas de 74 x 51 cm que, pelas suas características gerais, parece corresponder a uma tradução do mapa de Faden datado de 1797, pois os topónimos estão todos em português. A esquadria interna está

dividida em graus e minutos de latitude e de longitude, esta contada a partir do meridiano de Londres (“Longitude Occidental de Londres”) cujos paralelos e meridianos compõem uma rede cartográfica.

O título, sem qualquer cartela decorativa, foi colocado no canto superior esquerdo, enquanto as escalas gráficas estão na parte inferior do mapa, no canto esquerdo e ao centro. São três as escalas figuradas, uma de léguas portuguesas de 18 ao grau (“Segundo Pimentel”), outra de léguas castelhanas de 26 ½ ao grau e outra em milhas inglesas de 60 ½ ao grau. A escala aproximada do mapa é ca. 1/930 000.

O mapa não apresenta qualquer indicação de autoria ou de gravação mas, fora da esquadria, na parte inferior, consta a indicação “Acha-se a vender esta Carta na Impressão Regia, na sua loja á Praça do Commercio, na de Francisco Xavier de Carvalho aos Ma[r]tyres, e na de An^{to}. X^{er}. Do Valle defronte do Arsenal; no Porto, e em Coimbra”. Esta indicação permite inferir um interessante dinamismo comercial dos mapas, a que não era alheia a situação política e militar em Portugal, com a presença de vastos contingentes militares britânicos e portugueses que necessitariam de mapas do País. Refira-se, também, que o período das invasões ficou marcado por uma forte dinâmica editorial de livros, panfletos, gazetas, opúsculos, etc., pró e contra a presença francesa, que contribuiu para criar um público interessado e receptivo, ávido por acompanhar os acontecimentos do momento³¹⁹.

No canto superior esquerdo, foi manuscrito a tinta o nome “Azedo”, que poderá indicar que o mapa esteve na posse de Matias Dias Azedo, Martinho José Dias Azedo ou Eusébio Dias Azedo, pai e filhos respectivamente, engenheiros militares que actuaram neste período³²⁰. Efectivamente, o general Matias José Dias Azedo, que se notabilizou na defesa de Campo Maior, em 1801, havia sido nomeado responsável pela preparação da defesa da fronteira do Minho, em 1809, logo após a expulsão das tropas francesas comandadas por Soult³²¹. Nessa tarefa foi coadjuvado pelo seu filho Martinho José Dias Azedo, que também se notabilizou não só nas campanhas da Guerra Peninsular como, mais tarde, na Guerra Civil, em que participou ao lado das

³¹⁹ Sobre a produção editorial deste período, ver Sofia Mendes GERALDES, s/d.

³²⁰ Sobre o contributo desta família para a Engenharia Militar portuguesa, ver Maria Helena DIAS, 2008, p. 51.

³²¹ NC, 1910, p. 445-446.

tropas liberais. Há ainda um segundo filho de Matias, Eusébio Dias Azedo, também engenheiro militar e Lente de Matemática da Companhia de Guardas Marinhas.

O mapa representa as seis províncias de Portugal, tendo os seus limites sido coloridos posteriormente. A configuração do litoral parece inspirar-se em Jefferys, ainda que a configuração do litoral do Algarve e a “Ria de Aveiro” tenham sido reformulados, apresentando um aspecto diferente de qualquer um dos mapas de Portugal da época. De facto, as maiores alterações registam-se na toponímia, desaparecendo todos os nomes ingleses como *Bay of Lagos*, *Entrances of the Tagus* ou *Rocks of Lisbon*, que foram registados na versão anterior.

Tal como no mapa original, a toponímia é abundante e a rede viária é densa; a rede hidrográfica foi representada com bastante pormenor tendo em conta a escala do mapa. A orografia foi figurada com uma espécie de *hachures* que parecem dar uma perspectiva tridimensional às serras e cujos nomes foram escritos em português, o que já acontecia no mapa de 1797. De uma forma geral, o autor baseou-se nos mapas de Jefferys (1762) e de Tomás López (1778): transmite-se a imagem de um país profundamente montanhoso, muito especialmente na parte meridional, e cujas ramificações orográficas se estendem desde, ou para, Espanha e que configuram as principais bacias hidrográficas do país.

Uma rápida análise à Província de Entre Douro e Minho permite verificar que muitos topónimos foram acrescentados e/ou corrigidos e actualizados, começando pelo nome da própria Província que, no mapa de 1797, era identificada como “Entre Minho e Douro”:

Edição de 1797	Edição de 1809
S. Mil	Meixomil
Alfarina	Alfena
Labriga	Labruja
Arifana	Penafiel
R[io]. Oeste	R[io]. Este
R[io] Solho	R[io] Selho
R[io] Dave	R[io] Ave

Para a história particular deste exemplar, é importante perceber as circunstâncias da sua publicação por uma instituição oficial como era o caso da Impressão Régia. Esta havia sido criada por Alvará de 24 de Dezembro de 1768, também se designando Régia Oficina Tipográfica e que no futuro seria designada de Imprensa Nacional. Para assegurar o seu pleno funcionamento, foi nomeado como “abridor de estampas” Joaquim Carneiro da Silva. Mais tarde, entre 1802 e 1815, teve este cargo Francesco Bartolozzi, contratado pelo ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho³²².

A sua capacidade técnica e editorial, bem como o seu espólio, aumentaram grandemente quando a extinta Casa Literária do Arco do Cego (criada em 1799) foi integrada nesta instituição, pelo que ficou amplamente habilitada para a produção de mapas e plantas³²³. É importante referir que a Impressão Régia continuou a produzir e a publicar mesmo após a transferência da Corte para o Brasil e durante a ocupação francesa, período em que trabalhou segundo as determinações de Junot. Aliás, no ano anterior, em 1808 e por iniciativa das autoridades francesas, foi impresso, muito provavelmente na mesma Impressão Régia, a *Carte Militaire des Principales Routes du Portugal*, edição bilingue de um mapa das estradas militares portuguesas³²⁴.

Em 1809, após o fim da primeira invasão francesa, iniciou-se a reestruturação do exército português pela mão do Marechal William Carr Beresford, o novo Comandante-Chefe, à medida que o contingente militar britânico era cada vez maior. Neste contexto militar, talvez tenha sido ordenada a impressão deste mapa com o objectivo de dotar os oficiais do exército aliado com um mapa mais actualizado do país. A escolha por este autor britânico pode estar relacionada com as boas relações que Faden mantinha junto das esferas militares inglesas e que lhe permitiu produzir inúmera Cartografia sobre as acções que decorreram na campanha peninsular.

Finalmente, merecem destaque as anotações inscritas sobre o mapa. Como já se referiu é provável que o mapa tenha estado na posse de uma família de militares portugueses que desempenharam cargos de relevo, pois ambos foram comandantes

³²² Sobre a actuação da Impressão Régia neste período, cfr. José Victorino RIBEIRO, 1912, p. 17-29 e Sofia GERALDES, s/d.

³²³ Cfr. Miguel FARIA, 2001. O autor fornece uma lista de obras iconográficas, desenhos, gravuras e mapas realizadas sob responsabilidade dos técnicos que trabalhavam naquela instituição.

³²⁴ Voltaremos a este assunto quando analisarmos este mapa com mais detalhe.

da Arma de Engenharia. E de facto é possível que as anotações estejam relacionadas com as operações militares desenvolvidas em território português durante a Guerra Peninsular.

Entre as indicações acrescentadas, identificam-se perfeitamente as linhas de Torres Vedras, marcadas a cor vermelha. Algumas povoações fronteiriças foram assinaladas com um círculo vermelho no caso das portuguesas ou com um círculo castanho as espanholas. A Norte do Tejo apenas foi destacada a praça-forte de Valença, talvez porque Matias José Dias Azedo aí se encontrava destacado em 1809 e tinha participado na campanha de defesa contra o exército francês de Soult. Verifica-se que foram seleccionadas algumas estradas, coloridas a castanho, possivelmente assinalando as mais transitáveis e praticáveis para o exército; observam-se, também, dois itinerários Sul-Norte marcados a cor vermelha, ambos a partir do vale do Tejo, um deles seguindo um trajecto mais litoral e o outro pelo interior, mas nem um nem outro decalam a rede viária marcada.

Entre a província da Beira e a de Trás-os-Montes, a passagem do rio Douro era efectuada em Régua-Lamego e em Ansiães-S. João da Pesqueira, estando destacadas algumas povoações ao longo do itinerário interior, nomeadamente, Mêda, Penedono, Trancoso e Celorico da Beira e que nos permitem correlacionar com os depósitos militares criados pela intendência do exército aliado para apoiar as campanhas entre 1811-1813³²⁵. Este exemplar poderá estar relacionado com o mapa que existente na Biblioteca do Exército e que poderá ser a sua versão preparatória, ou simplesmente uma cópia grosseira³²⁶.

Em resumo, já após a derrota da primeira invasão francesa e consequente expulsão do seu exército, Portugal sofreu uma segunda invasão na Primavera de 1809. Poucas semanas depois, iniciava-se a campanha militar luso-britânica que iria expulsar, de novo, o exército francês do território português. Neste contexto militar, e perante a inexistência de um mapa “oficial” do conjunto do país, as autoridades portuguesas

³²⁵ Cfr. Mendo Castro HENRIQUES, 2002, p. 40-42. Sobre a importância da logística militar desta época, ver Francisco de la FUENTE, 2011.

³²⁶ Maria Helena DIAS, 2001, p.40. A autora afirma que o mapa está incompleto e apresenta inúmeras indicações manuscritas, tendo no verso as iniciais B.W que parecem remeter para o oficial alemão contratado pelo exército português em 1797, Barão de Wiederhold, servindo de ajudante general do Príncipe de Waldeck. O seu filho, o segundo barão de Wiederhold, ofereceu a colecção de mapas do pai à Biblioteca do Estado Maior, mais tarde, Biblioteca do Exército.

terão ordenado a impressão deste mapa com o objectivo de dotar os oficiais do exército português com Cartografia mais actualizada e completa, de forma a poderem planear os movimentos do exército, até porque a “Carta Militar” impressa no ano anterior, a mando dos franceses, apenas constituía um mapa de itinerários, sem qualquer informação relativamente ao relevo e com muito menos toponímia.

A opção pelo mapa de Faden deveu-se a vários factores: deve estar relacionada com as boas relações que o editor britânico mantinha, quer junto das esferas militares inglesas, quer das autoridades portuguesas; pode estar relacionada com a boa aceitação e receptividade que teve o mapa de 1797 (conhecendo várias versões em diversos estados europeus), uma vez que constituía uma obra de síntese entre os grandes mapas de Portugal da autoria de Thomas Jefferys e de Tomás López; mas também pode relacionar-se com uma questão de limitação técnica, de tempo e de dinheiro por parte da Impressão Régia.

Produzir um mapa de grandes dimensões e em várias folhas seria um processo bem mais caro e muito mais moroso do que aquilo que a urgência da situação exigia, ainda para mais porque se sabe que, nesse ano, os técnicos mais habilitados desta instituição foram chamados ao Rio de Janeiro para aí dinamizarem a Impressão Régia³²⁷.

Assim, o mapa apresentava as características certas, principalmente no que dizia respeito às dimensões e à escala, para ser o eleito. A sua utilização pelos oficiais superiores que estiveram envolvidos nas operações militares contra os exércitos franceses, comprova a sua utilidade prática.

Não se tratou de construir uma “nova imagem” do país, pelo contrário, seguiu-se o velho expediente de procurar mapas estrangeiros, mas houve o cuidado de seleccionar o exemplar que melhor poderia preencher as necessidades do momento e adaptá-lo às necessidades e características da sociedade portuguesa. No entanto, esta edição, corresponde, de certa forma, ao culminar do esforço desenvolvido pela Coroa portuguesa desde os finais do século XVIII, com o objectivo de assegurar as condições para uma produção autónoma das instituições cartográficas portuguesas.

³²⁷ Foi o que sucedeu ao gravador Romão Eloy Almeida, que em 1808 havia gravado o mapa de Portugal para os franceses.

O *New Military Map of Portugal...*, de William Granville Eliot, 1810

Em 1810 editou-se, em Londres, uma obra intitulada *A treatise on the defense of Portugal with a Military Map of the country to which is added, a sketch of the manners and the customs of the inhabitants, and principal events of the Campaigns under Lord Wellington*, cujo autor, William Granville Eliot, era capitão no Royal Regiment of Artillery. Este tratado conheceu um grande sucesso, tendo tido, pelo menos, mais duas edições, presumivelmente no ano seguinte. A propósito da recepção desta obra, registamos o comentário de William Warre, em 6 de Outubro de 1810: “O Tratado do major Elliot sobre a defesa de Portugal vale bem a pena ser lido, e dá-nos um relato correcto e imparcial sobre as gentes e o país”³²⁸.

Integrando esta obra encontra-se um mapa cujo título completo é *A New Military Map of Portugal, the roads from the Carta Militar published by the French in Lisbon, the Rivers and Mountains, from the best authorities; Drawn by Capt^N. Eliot, R^L. Artillery*. Trata-se de um mapa de dimensões aproximadas 60 x 38 cm, desenhado numa escala de ca. de 1:1 150 000. O mapa está integrado numa dupla esquadria graduada em latitude e longitude, esta referida a “West from London”. Na primeira página do seu *Tratado*, Eliot informava que os valores das coordenadas geográficas haviam sido retirados dos mapas de Jefferys e de Faden, estando, muito possivelmente a referir-se ao mapa datado de 1790, editado por Faden como sendo a segunda edição do mapa de Jefferys de 1762³²⁹.

³²⁸ William WARRE, 2009, p. 192.

³²⁹ “The latitude and the longitude I have given are taken from the maps of Jefferys and Faden, and if correct will speak for themselves”, Cfr. William G. ELIOT, 1810, p. 1.

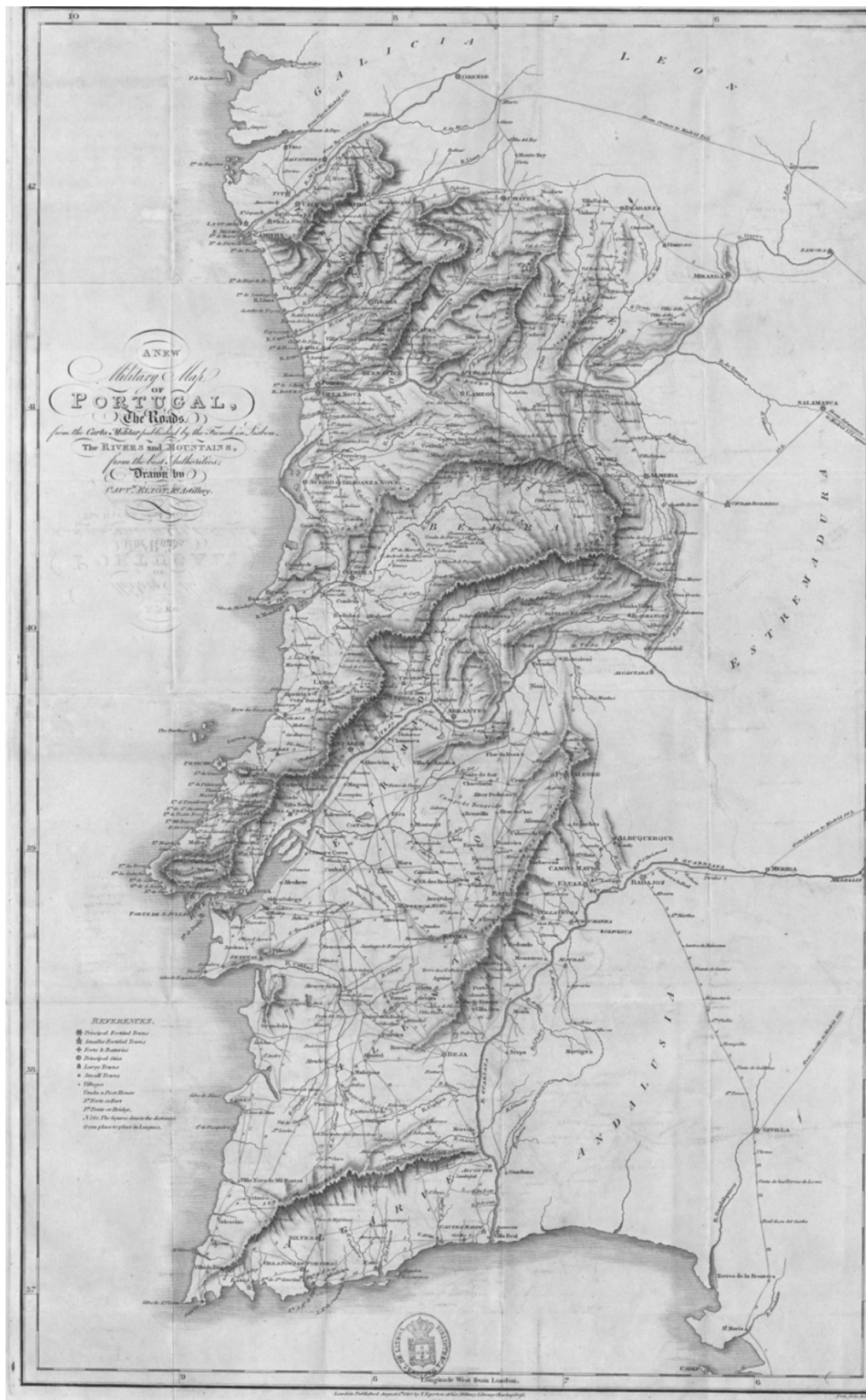


Figura 51 - A New Military Map of Portugal..., William Granville Eliot, 1810. B.N.P.

Na parte inferior, ao centro, e fora da esquadria, está a indicação “London, Published August 1st 1810 by T. Egerton at his Military Library Charing Cross”³³⁰. No canto inferior direito, também fora da esquadria, a autoria da gravação “Neele Sculp. Strand”. Trata-se de Samuel John Neele, um dos mais activos gravadores, impressores e editores cartográficos de Londres, como teremos oportunidade de analisar mais adiante. Sobre o oceano, no canto superior esquerdo do mapa, o autor colocou o título sem qualquer cartela e, por baixo, a legenda identificada como “References”, privilegiando os elementos e símbolos militares. O mapa não possui nem escala nem orientação.

A imagem de Portugal, no seu conjunto, sofreu algumas modificações mas não ao ponto de afirmarmos que estamos na presença de uma nova imagem. Contudo, as várias edições inglesas deste mapa e, como veremos, uma outra portuguesa, tornam o mapa bastante influente junto do público³³¹.

Quanto às fontes consultadas para a composição deste mapa, o autor indica que as estradas, assim como as distâncias em léguas, foram retiradas do mapa de Lourenço Homem da Cunha de Eça, impresso em 1808, a mando do Estado Maior do Exército Francês que, na altura ocupava Lisboa³³². Nas restantes informações, o autor afirma que se baseou nas melhores “autoridades” que, como já referimos, foram por si identificadas como sendo Jefferys e Faden, aos quais se juntam Guthrie e Dumouriez³³³.

O mapa figura Portugal continental, dividido internamente nas suas seis províncias, cujos limites foram representados por uma linha tracejada. A linha de costa sofreu importantes alterações, particularmente na costa do Algarve, onde se destaca a representação de, apenas três pequenas ilhas ao largo de Faro.

A rede hidrográfica parece manter, em traços gerais, a configuração apresentada pelas principais fontes utilizadas, ainda que, a representação dos

³³⁰ Thomas Egerton era já um reputado editor londrino que ficou mais conhecido por ter sido o primeiro editor de Jane Austen, tendo publicado, em 1811, o famoso romance *Sensibilidade e Bom Senso*.

³³¹ Em 1849 este mapa servia, ainda, de fundo, para a composição de mapas por autores portugueses. Cfr. Maria Fernanda ALEGRIA, 1977.

³³² Este mapa será, mais adiante, alvo de uma análise detalhada.

³³³ William Guthrie (1708-1770), autor escocês, escreveu o *New geographical, historical, and commercial grammar*, obra que conheceu um assinalável sucesso editorial, mesmo fora do Reino Unido. Cfr. W. Gordon EAST, 1956, p. 32-37. Charles Dumouriez foi um oficial francês, cujo percurso acompanharemos em maior detalhe aquando da análise do mapa de Thomas Jefferys.

estuários dos rios Vouga, Tejo e Sado, tenha sido simplificada. O relevo foi figurado através de extensas cordilheiras, que parecem ter sido simplificadas relativamente aos protótipos cartográficos utilizados. De uma forma geral, transmite-se a imagem de um país muito mais irregular e montanhoso na sua metade a Norte do rio Tejo do que a Sul. Em todo o caso, a figuração destas cordilheiras continuava a servir para delimitar as principais bacias hidrográficas.

A nomenclatura quer dos rios, quer das montanhas, foi, claramente, retirada dos mapas de Jefferys/Faden, como se constata pelo nome do rio Leça, identificado como “Grisomer”, e pela “Serra de Gamão”, o que só acontece nos referidos mapas destes autores.

Quanto aos fenómenos humanos, destaca-se o desenho da rede viária, que parece bastante completa, o que não surpreende tendo em conta a fonte consultada. Especial atenção foi prestada à figuração e identificação dos fortes e fortalezas, quer os do litoral do Minho e as dos arredores de Lisboa, quer os que se localizam ao longo da linha de fronteira, como não podia deixar de ser num mapa que servia para ilustrar um tratado de defesa do país.

Este mapa conheceu uma versão portuguesa intitulada *Nova Carta Militar do Reino de Portugal com estradas, montanhas e rios, levantada sobre os lugares pello celebre Eliot e extrahida da que se publicou em Londres, Anno 1810* e integrava um atlas editado em Lisboa em 1814 com o título *Novo atlas universal portuguez que comprehende todas as Cartas Geographicas dos Impèrios, Reinos e Rèpublicas da Europa, e de outras várias partes do Globo gravadas conforme as últimas descobertas e os mappas mais exactos de Guthrie, Le Bonne, Laurie etc*³³⁴.

O atlas, cuja dedicatória a D. João VI ocupa toda a primeira página e antecede a própria página do título, possui um total de 25 mapas e uma imagem do “sistema Universal de Copérnico”, todos baseados em exemplares estrangeiros mas traduzidos para português³³⁵. Com excepção dos mapas da Península Ibérica, de Portugal, da

³³⁴ Apenas conhecemos dois exemplares: um que se encontra na B.N.P. sob a cota C.A. 316 A. e outro que se conserva na B.P.M.P. com a cota Res.XIX-c-53. Ver notícia deste atlas e especificamente este mapa em João Carlos GARCIA 2009, p. 260-262. Tomaremos em conta, nesta análise, o exemplar que se conserva na B.P.M.P.

³³⁵ A dedicatória conta com o seguinte poema: “Correi co’a vista o dúplice Hemisferio/Vede onde nasce, e se esvaece o dia/Encontrareis da vossa Monarchia/Nas Quatro Partes o existente Imperio” assinado com as iniciais J.A.M. Um possível autor destas linhas seria José Agostinho de Macedo (1761-1831,) que

Galiza e da Rússia, que são de maiores dimensões, todos os restantes apresentam a mesma dimensão e são aguarelados.

O mapa de Portugal, que se encontra dobrado, tem dimensões aproximadas de 61 x 38 cm e uma escala calculada em ca. 1:1 100 000, pois, tal como o seu protótipo, não apresenta escala. No canto inferior esquerdo, fora da esquadria em que está inserido, está a indicação “Constantino de Fontes, Grav.” que, sabe-se, era técnico na Impressão Régia³³⁶.

Numa análise geral, o mapa não apresenta grandes alterações relativamente aos exemplares originais de Eliot. A inovação deste mapa, para além de ter sido traduzido para português e editado em Portugal, reside no facto de apresentar os principais acontecimentos relacionados com as Invasões Francesas, mostrando os itinerários dos exércitos franceses a diferentes cores: a carmim, a “marcha do exercito de Junot em 1807”; a azul a “marcha do exercito de Soult em 1810”; a amarelo a “marcha do exercito de Massena” e a verde a “retirada de Massena”. Também foi indicado o local do “desembarque do exercito Inglez em 1808” com a reconstituição da sua marcha.

Para além dos itinerários das tropas, também foram indicados os locais dos principais combates e batalhas travadas em território português ou nas imediações das suas fronteiras: Roliça, Vimieiro, Batalha, Porto, Redinha, Buçaco, Ponte de Murcela, Fuentes de Oñor e Albuera. A linha fortificada de Torres Vedras também foi figurada. Salienta-se, também, o facto de Olivença ter sido cartografada em território espanhol, o que já sucedia no mapa original.

se tornaria pregador de D. João VI e dirigiu a sua cerimónia fúnebre, até porque durante o período das Invasões Francesas publicou vários poemas e odes laudatórios aos aliados.

³³⁶ João Carlos GARCIA, 2009, p. 260.

Os mapas de Portugal da segunda metade do século XVIII eram, quase todos, de origem estrangeira e foram editados numa escala demasiado pequena para incluir muitos pormenores.

Até ao último quartel do século, a esmagadora maioria destes mapas era de origem francesa, cujos autores/editores – herdeiros do espólio das mais importantes casas editoriais dos finais do século anterior – se limitaram a reaproveitar e a refazer o material existente. Assim, ainda que exibindo o nome de geógrafos e editores mais actuais, os mapas mais não fazem do que validar as imagens construídas cerca de 200 anos atrás. A partir dos finais do século XVIII, os principais livreiros e editores de Paris tiveram uma crescente concorrência, principalmente inglesa, mas também alemã, italiana, austríaca e espanhola.

Quanto à produção portuguesa, o seu contributo foi, relativamente, escasso. Mesmo os dois mapas do conjunto do país que foram editados em Lisboa, entre 1763 e 1764, com dedicatória em português ao rei D. José I, não passavam de meras cópias adaptadas a partir de protótipos franceses e nem mesmo o “atlas regional” editado por Carpinetti em 1762 e sucessivamente reeditado, prima pela originalidade.

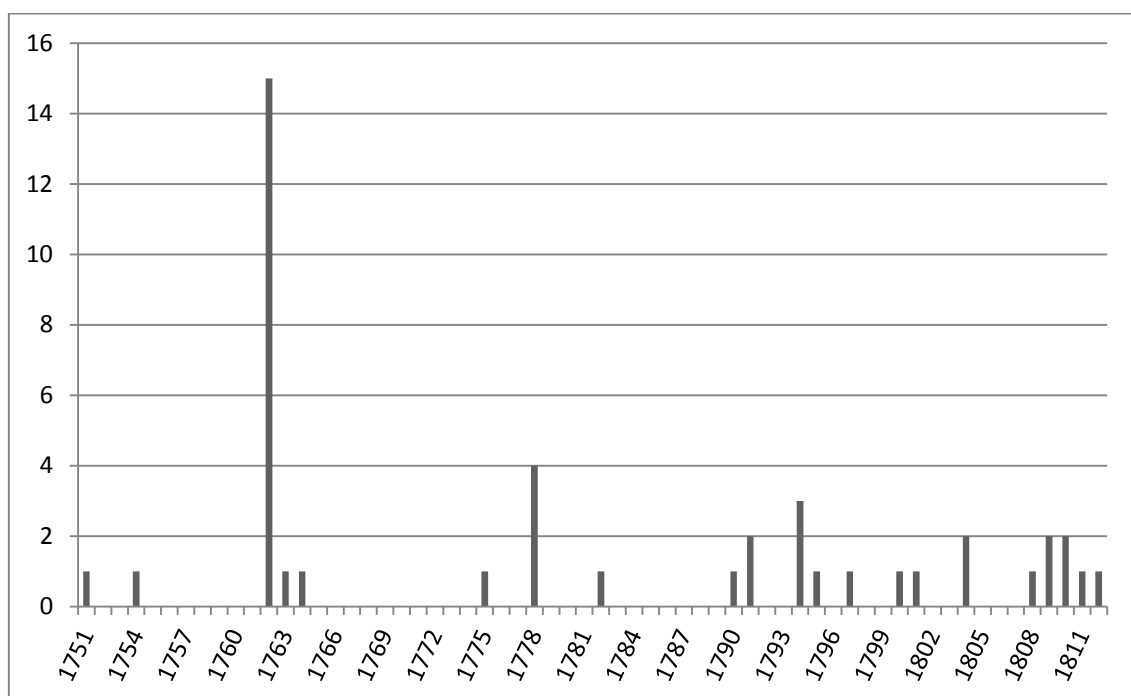


Gráfico 1 - Número de Mapas de Portugal editados entre 1750 - 1812

Como se pode observar no gráfico 1, a publicação dos vários exemplares coincidiu, quase sempre, com datas importantes na história política e diplomática portuguesa e europeia, o que deixa antever interesses comerciais na sua edição: repare-se que no ano em que Portugal participa na Guerra dos Sete Anos (1762) e nos dois anos consequentes, foram publicados 17 mapas do País; será necessário aguardar pelo período de 1775-1778 para que fossem editados 5 “novos” mapas de Portugal, no contexto de mais um conflito diplomático e militar entre Portugal e Espanha, no teatro de operações da América do Sul; finalmente, no período das Invasões Francesas, para além das inúmeras reedições de imagens anteriores, também foram editados “novos” mapas todos os anos.

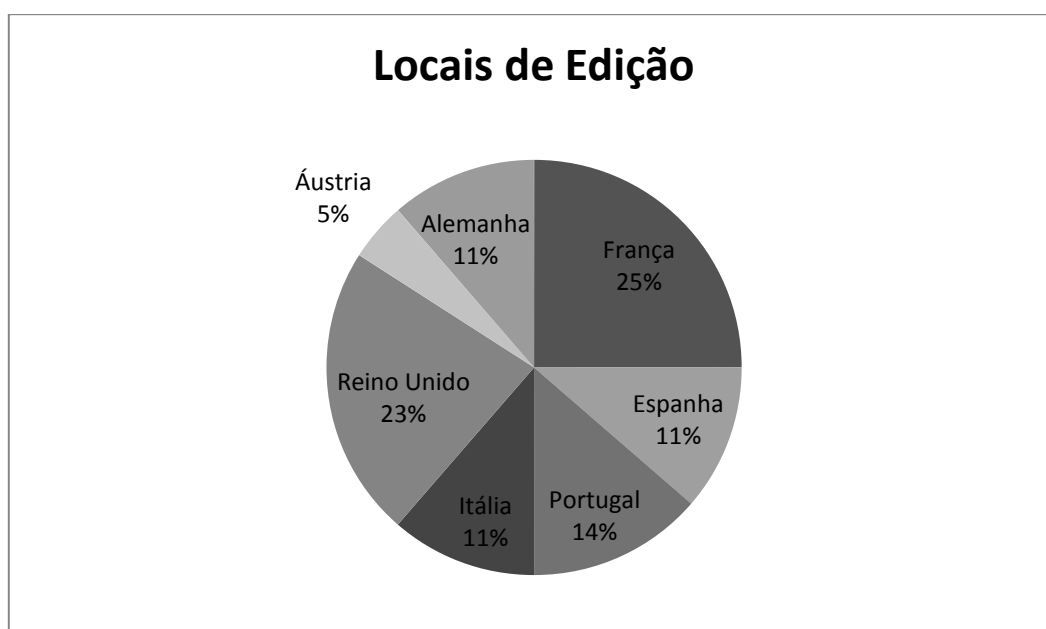


Gráfico 2 - Local de edição de mapas de Portugal (1750-1812), por país.

Em todo o caso, o público português estava muito dependente daquilo que o mercado estrangeiro poderia oferecer: como se pode ver no gráfico 2, 1/4 dos mapas de Portugal publicados entre 1750 e 1812, foram editados em França, um pouco mais do que na Grã-Bretanha; os mapas ibéricos, considerando a produção editada em Madrid e em Lisboa e incluindo os vários mapas regionais, correspondem, também a 1/4 do total. Assim, quase metade da produção e comercialização de mapas de Portugal concentrava-se em Londres e Paris.

Esta situação era um pouco diferente daquela que se verificava em França onde, ainda antes da segunda metade do século XVIII, haviam sido criadas instituições oficiais para fornecimento de Cartografia aos mais variados organismos do Estado. No entanto, ainda que autores como Delisle e depois Buache tenham lutado em defesa de uma Cartografia científica, mesmo aquela que seria enviada para os circuitos comerciais, a verdade é que a Cartografia comercial, assente na cópia de exemplares desatualizados continuou a dominar³³⁷. Deste modo, as instituições portuguesas, na falta de bons mapas do conjunto do território nacional, continuaram a utilizar as versões comerciais em substituição da Cartografia oficial.

A lógica e os interesses comerciais, o plágio frequente - apesar das inúmeras tentativas de regulamentação aprovadas em França e na Grã-Bretanha - e as sociedades comerciais estabelecidas entre os autores, os editores e os gravadores, fizeram com que as mesmas imagens antigas circulassem pelo mercado, ainda que com chancelas diferentes.

Deste modo, enquanto Paris foi o grande centro europeu produtor de Cartografia, o que aconteceu até aos meados do século XVIII, os mapas e os autores franceses dominaram o mercado. Contudo, desde então, talvez pela saturação do mercado que exigia novas e diferentes imagens cartográficas, assim como pela afirmação de outros centros produtores de Cartografia e pela associação entre autores e editores diferentes, assistiu-se a uma mudança do desenho do mapa de Portugal, ainda que esta evolução não seja linear.

Para além das alterações na configuração geral do território, assim como na orientação do país (abandona-se as tradicionais representações de Portugal “deitado”, para Oeste ou para Este e universaliza-se a orientação Norte-Sul), foram inúmeros os detalhes e os pormenores alterados, por exemplo, na figuração dos acidentes de costa ou nos estuários dos rios. Assim, se em França durante a segunda metade do século XVIII, os geógrafos e editores consagrados como Vaugondy, Nolin, Bailleul, Julien, Desnos, Longchamps ou Le Rouge, continuavam a basear os seus trabalhos em Sanson, Teixeira, Cantelli, Coronelli, De Fer, Tralage ou Besson, no final do século XVIII e no início do século XIX, os autores e/ou editores ingleses, italianos e germânicos,

³³⁷ Christine Marie PETTO, 2007, p.143-175.

basearam os seus mapas de Portugal em três protótipos: o mapa de Rizzi-Zannoni de 1762 (que inspirou cópias e outras versões em Inglaterra e em Itália); o mapa de Tomás López de 1778 (com grande receptividade em Inglaterra e no “mundo” germânico) e o mapa de Faden de 1797, ainda que inspirado no de Zannoni e no de López, e que teve aceitação na Alemanha e em Portugal. Seria, aliás, neste último autor que as autoridades oficiais portuguesas se iriam inspirar para criarem o primeiro mapa do país impresso de Portugal no século XIX, sob a chancela da Impressão Régia.

Pese embora todo este contexto editorial, em Portugal, em finais do século XVIII, foi retomado o projecto de elaboração de um “mapa científico”, segundo o modelo tentado pela família Cassini, até porque se sentia que os diferentes exemplares impressos, mesmo os de grandes dimensões, continuavam obsoletos, imprecisos e pouco rigorosos, pelo que não respondiam às necessidades do Estado.

A cartobibliografia dos mapas de Portugal também permitiu avaliar as técnicas de representação e a simbologia utilizada, ainda que a esmagadora maioria dos mapas não apresentasse legenda. Nestas não se detectou qualquer tentativa de sistematização ou de uniformização, pelo que os símbolos e os sinais figurados reflectem a escolha do autor, as fontes copiadas/plagiadas e o contexto sociopolítico da época. As legendas nem sempre descodificam todos os sinais usados no mapa, incluem apenas os suficientes para tonarem os mapas legíveis: privilegia-se os núcleos de povoamento e respectiva hierarquia e ordem social (estão, quase sempre, presentes símbolos dos poderes do clero, da nobreza, e dos militares)³³⁸. Para facilitar a leitura do mapa, os símbolos utilizados eram pictóricos e facilmente identificáveis pelo público (por exemplo os circuitos amuralhados; a cruz de arcebispado ou de bispado...) e o seu tamanho deveria ser proporcional à importância ou dimensão das localidades figuradas (ver figura 49).

³³⁸ Sobre este assunto, ver o artigo de John Brian HARLEY, 1995, p. 19-51.

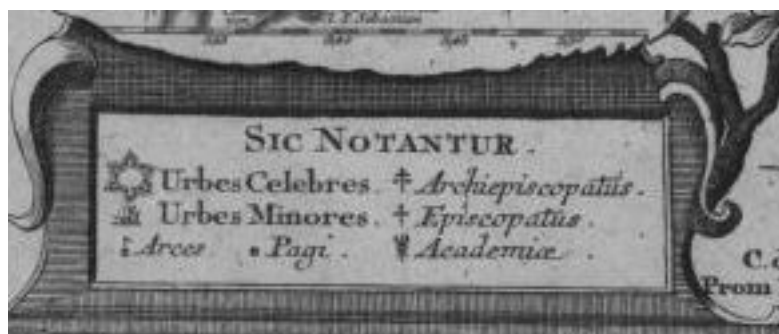
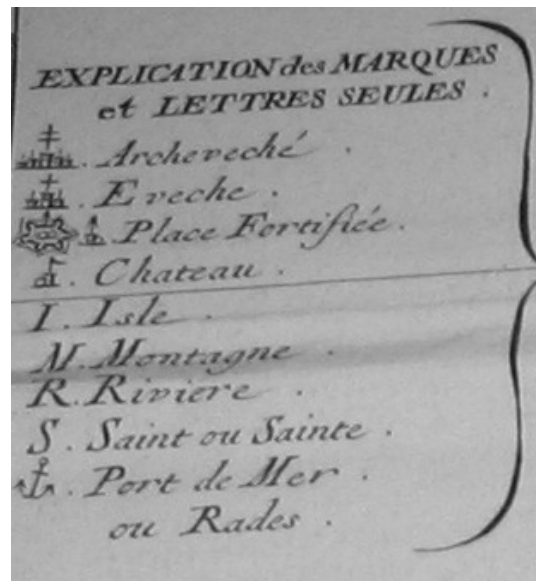


Figura 52 – Legendas nos mapas de Portugal de J.B. Nolin, 1724 e de Lotter, 1762

Quanto os mapas se destinavam a “ilustrar” o teatro da Guerra, muitas vezes figurando os principais movimentos dos exércitos em confronto, a legenda era reconfigurada de forma a destacar um maior número de elementos militares, que se sobrepunham aos demais (figura 50).

Explicacion de las Señales y de las Letras solas	
Ciudad o Plaza	A. Audientia
fuerte	C. Chancilleria
El Castillo fuerte	C. Corregimento
Arzobispado	G. Gobierno
Obispado	I. Intendencia
Universidad	T. Tribunal de Yn-
Puerto de Mar o	quisition
Departamentos	T. Tolo en Cortes
de Marina	C. Condado
Pequeno Puerto	D. Ducado
de Mar	M. Marquerado
Ciudad	R. Rio
en Castillo	S. Santo o Santa
Abadia	/ Camino

REFERENCES.	
✱	Principal Fortified Towns
★	Smaller Fortified Towns
✦	Forts & Batteries
⊙	Principal Cities
⬜	Large Towns
◉	Small Towns
◦	Villages
	Venda a Post House
	F. ^{te} Forte or Fort
	P. ^{te} Ponte or Bridge.
Note. The figures denote the distances from place to place in Leagues.	

Figura 53 - Legendas nos mapas de Portugal de Longchamps, 1762 e de Eliot, 1810.

Do ponto de vista técnico, a figuração do relevo e /ou das montanhas, conheceu uma evolução que teve impacto na imagem e na configuração do país. Até

1762, a técnica de representação utilizada por todos os autores era o desenho de pequenos montes triangulares, isolados ou em conjunto, mais ou menos disseminados pelo fundo do mapa, por vezes formando áreas delimitadas e identificadas como “serra” ou simplesmente utilizados para preencher os vazios (figura 51).



Figura 54- Pormenor do mapa de Portugal de Bellin, 1762.

Contudo, em 1762, o mapa de Rizzi-Zannoni (figura 52) figurava o relevo de uma forma diferente, tendo o autor utilizado uma espécie de *hachures*, dando uma aparência mais “científica” e menos pictórica.



Figura 55 - Pormenor do mapa de Portugal de Rizzi-Zannoni, 1762.

Desde então, sobretudo por influência dos autores ingleses, as montanhas foram desenhadas num misto entre desenho em perspectiva e *hachures*, tendo, alguns deles, dado origem a longas cordilheiras montanhosas fantasiosas³³⁹.



Figura 56 - Pormenor dos mapas de Portugal de Cary, 1801; Eliot, 1810 e Faden, 1811.

³³⁹ Cfr. Maria Fernanda ALEGRIA, 1977.

CAPÍTULO IV

4.1 - Os Grandes mapas de Portugal editados no estrangeiro

Tal como vimos no capítulo anterior, a imagem cartográfica de Portugal, desde os meados do século XVIII até 1812, é composta, maioritariamente, por mapas impressos, muitos dos quais integrando atlas publicados pelas principais casas editoriais estrangeiras, sobretudo francesas. São mapas de menores dimensões, geralmente tamanho *folio* ou duplo *folio*, elaborados numa escala menor, resultantes de trabalho de gabinete, frequentemente reutilizando material anterior, validando, assim, imagens cada vez mais obsoletas que incluíam erros geográficos importantes. Só uma muito pequena parte deste universo cartográfico é formado por mapas de grandes dimensões.

Por uma questão de conveniência metodológica, decidimos isolar os únicos dois exemplares existentes com estas características para, a partir da sua análise, tentarmos avaliar o impacto de cada um no público consumidor e a forma como influenciaram o processo de produção cartográfica consequente. Os dois mapas serão analisados por ordem cronológica: primeiro o mapa de Thomas Jefferys (1762), depois o de Tomás López (1778).

No início da segunda metade do século XVIII, e tal como já foi dito anteriormente, a política externa portuguesa ficou marcada pela participação naquela que ficaria conhecida como “Guerra dos Sete Anos”. Recapitulemos, em maior detalhe este contexto geopolítico.

Num primeiro período entre 1756 e 1759, Portugal procurou assegurar a sua neutralidade no conflito, secundando de perto a posição de espanhola. Contudo, a mudança de reinado em Espanha em 1759 implicou, também, uma inflexão na sua política externa, que se traduziu no abandono da posição de neutralidade para o de aproximação e aliança com França, isolando Portugal na cena internacional.

Neste contexto, a partir de 1760, a prioridade da coroa portuguesa passava por garantir o apoio inglês em caso de sofrer um ataque por parte da França ou dos seus aliados. A correspondência trocada entre o Marquês de Pombal e o embaixador

português em Londres, Martinho de Melo e Castro, permite reconstituir as principais acções diplomáticas desenvolvidas neste período.

Logo em Janeiro de 1760, Pombal escreve a Melo e Castro, a propósito da importância do comércio externo português, dando conta da sua leitura geopolítica: (...) devemos preferir os nossos aliados [Grã-Bretanha] em tudo o que os interesses dos vassallos de Sua Majestade e o real decore do mesmo Senhor poderem permiti-lo...”³⁴⁰. A estratégia estava definida, pelo que, a política externa portuguesa procurou envolver-se com a Grã-Bretanha na mesma esfera de interesses.

Nos finais de Outubro de 1760, o futuro Marquês de Pombal instruía o embaixador em Londres para reiterar, junto do governo britânico, a intenção de cumprir o tratado de Methuen, e reafirmar a lealdade portuguesa para com Sua Majestade Britânica. Pombal estava perfeitamente consciente que, se por um lado, Portugal não conseguia administrar e abastecer o seu império ultramarino sem a protecção e ajuda da marinha inglesa, por outro lado, os britânicos também necessitavam dos produtos coloniais portugueses, assim como dos portos marítimos portugueses sem os quais não conseguiam estender o seu domínio naval ao Mediterrâneo e ao Atlântico Sul³⁴¹.

Em Agosto de 1761, a França e a Espanha assinaram o “Pacto de Família”, que também envolvia o Reino de Nápoles, num acordo entre soberanos da família Bourbon em oposição aos interesses ingleses. A Espanha abandonava, enfim, a sua neutralidade e colocava Portugal sob forte pressão diplomática. No dia 16 de Março de 1762, os embaixadores espanhol e francês em Lisboa apresentaram uma memória ao governo português “convidando-o” a aderir a esta aliança, o que foi prontamente recusado. A França e a Espanha fizeram uma nova tentativa em Abril mas sem qualquer resultado prático, pelo que, em finais desse mês os seus embaixadores abandonavam Lisboa, o que prenunciava uma invasão do território nacional, tanto mais que Espanha já havia concentrado as suas tropas junto da fronteira portuguesa³⁴².

³⁴⁰ IANTT – M.N.E. Arquivo das Legações (Londres 1752-1762) – Livro 120 – Despachos de Sebastião José para Martinho Melo e Castro. Carta de 22 de Janeiro de 1760.

³⁴¹ IANTT – M.N.E. Arquivo das Legações (Londres 1752-1762) – Livro 120 – Despachos de Sebastião José para Martinho Melo e Castro. Carta de 31 de Outubro de 1760.

³⁴² António BARRENTO, 2006, pp. 32-40.

A Coroa portuguesa não perdeu tempo a reagir e em ofício dirigido a Martinho de Melo e Castro, o Marquês de Pombal pede com urgência uma força auxiliar inglesa que, até aí foi sempre negada e recorda que Portugal só se viu envolvido nesta situação por querer manter a aliança com a Inglaterra, tendo já sido tomadas algumas medidas de defesa militar. Ordena, também, a tradução e publicação das “memórias” apresentadas pelos embaixadores francês e espanhol ao rei de Portugal, bem como as respectivas respostas de D. Luís da Cunha Manuel³⁴³.

Finalmente, em Abril de 1762, o Conselho de Estado do Rei de Inglaterra Jorge III, decide-se favoravelmente pela intervenção militar em Portugal, preparando-se uma força auxiliar constituída por cerca de 8 mil soldados, bem como o envio de diverso material bélico e de logística que começou a chegar a Portugal nos inícios de Maio. Neste Corpo Expedicionário incluíam-se oficiais engenheiros que procederam a vários levantamentos topográficos do teatro de operações³⁴⁴.

Depois de alguns desentendimentos que conduziram ao afastamento de Lord Tirawley, o primeiro comandante das forças inglesas, o Conde de Schaumburg-Lippe foi nomeado comandante do exército combinado de Portugal e da força expedicionária inglesa que só em Agosto desse ano marcharam ao encontro aos exércitos invasores³⁴⁵.

Os fracos níveis de organização e de preparação militar tinham facilitado a invasão do território português por um exército franco-espanhol de cerca de 40 000 homens que, em poucos dias, conquistara e ocupara as principais praças da Província de Trás-os-Montes. A escolha desta linha de penetração deveria ter por objectivo principal a captura da cidade do Porto. Contudo, as medidas de defesa adoptadas na Província de Entre Douro e Minho, aliadas ao mau estado das vias de comunicação e à

³⁴³ IANTT – M.N.E. Arquivo das Legações (Londres 1752-1762) – Livro 120 – Despachos de Sebastião José para Martinho Melo e Castro. Carta de 22 de Março de 1762. Efectivamente, estas traduções foram publicadas na *The London Gazette*, no nº 10205 de 1 a 4 de Maio. Martinho de Melo e Castro enviou um exemplar desta publicação para Lisboa.

³⁴⁴ Uma consulta simples ao arquivo cartográfico da Direcção de Infra-Estruturas do Exército português, disponível na internet através do sítio www.exercito.pt/bibliopac, permite verificar os vários levantamentos efectuados por engenheiros militares estrangeiros durante o conflito ou logo após a assinatura da paz.

³⁴⁵ António BARRENTO, 2006, p. 47. Em ofício dirigido a Martinho de Melo e Castro, é o próprio Conde de Oeiras que dá conta das difíceis relações com Lord Tirawley; IANTT – M.N.E. Arquivo das Legações (Londres 1752-1762) – Livro 120 – Despachos de Sebastião José para Martinho Melo e Castro. Carta de 26 de Junho de 1762.

topografia irregular, assim como à acção das milícias locais, conseguiram conter o exército invasor³⁴⁶. Deste modo, o esforço militar dos invasores deslocou-se para a Província da Beira, onde sitiaram e conquistaram a praça de Almeida, mas sem conseguir romper em direcção a Coimbra e Lisboa. O seu Quartel-general estabeleceu-se em Castelo Branco.

No princípio do Outono, as tropas anglo-lusas estavam concentradas na região de Tomar-Abrantes e conseguiram impedir as movimentações inimigas. Não obstante, o exército franco-espanhol ainda tentou fazer um último esforço sobre o Alto Alentejo mas, de novo, o exército aliado luso-britânico conseguiu conter as forças inimigas. Assim, em finais de Novembro de 1762, as tropas franco-espanholas retiravam-se do território português.

Em Fevereiro do ano seguinte seria assinado, em Paris, o Tratado de Paz que manteve o *statu quo* anterior, ainda que Portugal não tenha sido admitido à mesa das negociações, o que motivou fortes protestos junto da Corte inglesa por parte do embaixador português. Em todo o caso, as praças conquistadas e ocupadas pelo exército espanhol foram devolvidas à soberania portuguesa, assim como a Colónia do Sacramento no estuário do Rio da Prata, na América do Sul. Foi neste contexto geral que, em 1762, foi publicado em Londres o *Mappa ou Carta Geographica dos Reinos de Portugal e Algarve*, por Thomas Jefferys.

4.2 - Thomas Jefferys

Thomas Jefferys (ca.1710-1771) é considerado como um dos mais prolíficos e proeminentes cartógrafos britânicos da segunda metade do século XVIII. Mais do que um geógrafo/cartógrafo, foi um técnico gravador e editor que, à semelhança de muitos dos seus colegas contemporâneos, publicou inúmeros trabalhos (alguns de

³⁴⁶ Estas medidas de defesa encontram-se registadas no *Mappa da Fronteira da Provincia do Minho Feitto por ordem do Illm^o e Exm^o S.or D. Jorge Cary do Conselho de S. Magestade Tenenete General de Seus Exercitos Governador da provinci de Tras dos Montes e Comandante General do Exercito Volante da mesma Provincia, da do Minho, e Partido do Porto &^a*, desenhado com auxílio de bússola por Jean Benoit Python. Dois exemplares deste mapa conservam-se no arquivo da D.I.E. sob a cota 3602/I-3-32-44 e 3602/II-3-32-44. Um terceiro exemplar está conservado no arquivo do Service Historique de la Défense (S.H.D.), em Vincennes, sob a cota L12 C2 nº 11. Sobre estes mapas, cfr. Luís Miguel MOREIRA, 2011, p.104-111.

outros autores), não só Cartografia mas também livros, gravuras, vistas, etc. A sua carreira de gravador terá começado na década de 1730, tendo aprendido e aperfeiçoado a sua arte no ateliê do também famoso editor cartográfico Emanuel Bowen³⁴⁷.

Desde então, trabalhou para vários editores londrinos, gravando diversos mapas e colaborando com a *Genleman's Magazine* desde 1746, ano em que conseguiu obter o título de “Geographer to His Royal Highness the Prince of Wales”, o então príncipe Frederik de Hannover. Após a morte deste, manteve o título referente ao novo príncipe de Gales, Jorge, e quando este ascendeu ao trono, Jefferys foi nomeado “Geographer to the King George III”³⁴⁸.

Em 1750, decidiu estabelecer-se por sua conta, abrindo uma loja comercial em Londres em Charing Cross, que rapidamente se expandiu, sobretudo a partir de 1756, aquando da Guerra dos Sete Anos, pois a procura por mapas dos principais teatros de operações militares aumentou consideravelmente. Devemos referir que os seus trabalhos mais famosos datam dos anos deste conflito. Para além do mapa de Portugal que analisaremos, Jefferys publicou vários mapas referentes à América do Norte onde ingleses e franceses travaram algumas batalhas pela posse daqueles territórios³⁴⁹.

Aproveitando a grande procura por parte do público britânico, a casa editorial de Jefferys publicou outras obras, para além de mapas avulsos, com o intuito de aumentar os seus lucros comerciais³⁵⁰. Naquela época era relativamente fácil aceder a fontes de informação governamentais e, a partir delas, compor mapas “actualizados” para o público consumidor³⁵¹. O facto de manter cerca de 12 copiadores e gravadores no seu ateliê e de contar com a colaboração de um reputado geógrafo – John Green –

³⁴⁷ Mary Sponberg PEDLEY, 1996, p. 162. Sobre a vida e obra de Thomas Jefferys, ver J.B.HARLEY, 1966, p. 27-48 e Peter BARBER, 2005, p. 204-205.

³⁴⁸ Estes títulos serviam para aumentar a reputação e a respeitabilidade do autor, indicando que a sua loja fornecia exemplares para as colecções reais, não significando qualquer relação de exclusividade ou de protecção. Ver Mary Sponberg PEDLEY, 2005, p.33 e Christine PETTO, 2007.

³⁴⁹ Mathew EDNEY, 1998; 2007, p. 4-27.

³⁵⁰ A título de exemplo podemos mencionar alguns livros que, não obstante, também incluíam mapas ilustrativos: *A description of the Spanish Islands and settlements on the coast of the West Indies*, 1762; *A description of the maritime parts of France*, 1761; *The natural and civil history of the French dominions in North and South America*, 1760.

³⁵¹ Cfr. Mathew EDNEY, 2008, p. 63-85, a propósito da publicação do mapa da América do Norte por Thomas Jefferys.

é indicador de que a actividade editorial de Jefferys seria, nesta altura, bastante lucrativa³⁵².

Com o fim da Guerra dos Sete Anos e a consequente diminuição da procura de mapas da América do Norte e das restantes colónias britânicas, Jefferys enveredou por uma nova estratégia comercial, optando por realizar levantamentos cartográficos de grande escala dos condados ingleses. Contudo, esta actividade revelou-se muito dispendiosa, tendo os custos de produção atingido valores significativamente altos e que não foram cobertos pela procura do produto final. Como consequência directa, foi forçado a declarar falência em 1766³⁵³. Para assegurar a continuidade da sua actividade, Thomas Jefferys associou-se a Robert Sayer, um bem sucedido editor inglês que forneceu o capital necessário para a reedição de alguns dos trabalhos anteriormente publicados³⁵⁴.

Após a morte de Jefferys ocorrida em 1771, Sayer associou-se a John Bennet e, tendo adquirido uma boa parte das placas gráficas, publicaram alguns dos mapas de Jefferys. Entre os mais importantes, destaca-se o *American Atlas*, editado entre 1775 e 1776, logo nos anos iniciais da Guerra da Independência Americana, altura em que o público britânico, mais uma vez, procurava novas imagens da América do Norte, garantindo, assim, um grande sucesso editorial ao atlas que conheceu mais três edições até ao fim daquele conflito. Saliente-se que o nome de Jefferys foi mantido como autor dos mapas, como garantia de qualidade.

Se, por um lado, Robert Sayer aproveitava parte do espólio que herdou da sua sociedade com Jefferys, por outro lado, houve uma tentativa de manter o negócio dos mapas na família através do filho Thomas Jefferys jr. No entanto, esta tentativa foi mal sucedida, pelo que, em 1773, estabeleceu-se uma parceria com William Faden – denominada Jefferys-Faden – e que se manteve até 1776, altura em que Faden adquiriu o negócio a que deu continuidade com muito sucesso e em seu próprio nome.

³⁵² Mathew EDNEY, 2012.

³⁵³ Enquanto os custos de produção de Cartografia de gabinete eram relativamente baixos, os mapas resultantes de levantamentos topográficos tinham custos elevados. Ao preço normal de produção, era necessário acrescentar o custo do salário das equipas de técnicos que tinham de percorrer o terreno durante vários dias, custear os instrumentos utilizados, assegurar as despesas com a alimentação e o transporte. Sobre a bancarrota de Jefferys ver o artigo de Brian HARLEY, 1966, p. 27-48.

³⁵⁴ Cfr. Mary Sponberg PEDLEY, 1986, p. 20-23.

Em suma, no ano em que editou o mapa de Portugal, Thomas Jefferys estava no auge da sua carreira profissional.

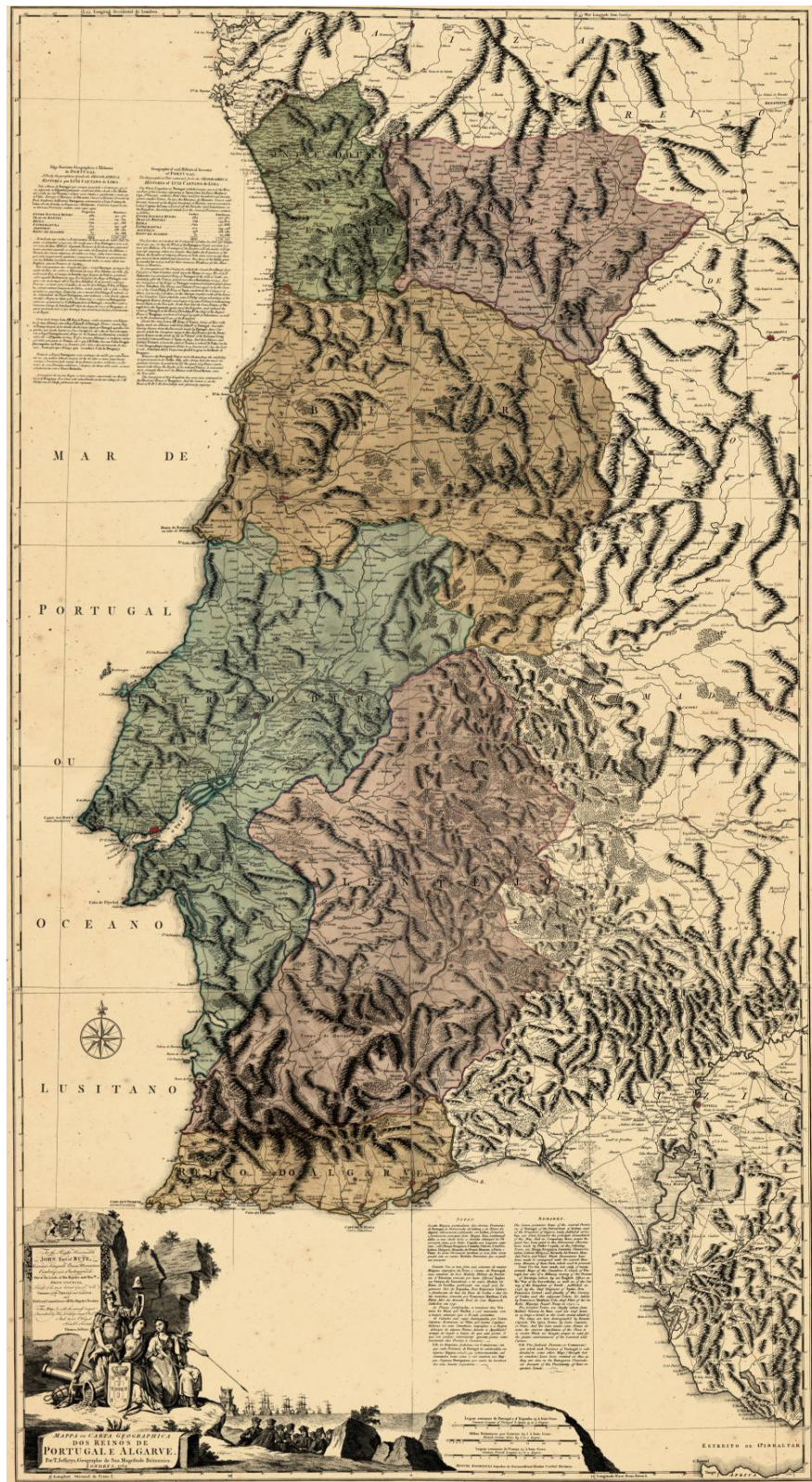


Figura 57 - Mappa ou Carta Geographica dos Reinos de Portugal e Algarve, Thomas Jefferys, 1762. H.M.W.

4.1 - O mapa de Portugal de Thomas Jefferys, 1762

O mapa de Portugal foi preparado numa edição bilingue, em português e inglês, impresso em várias folhas que, no seu conjunto, tem uma dimensão aproximada de ca. 165 x 88 cm. Neste estudo, vamos considerar o mapa na sua imagem total, resultante da junção das suas 6 folhas³⁵⁵.

Relativamente aos mapas de grandes dimensões, como é o caso, era habitual os editores prepararem diferentes versões, de acordo com as mais variadas exigências do público. Assim, o mesmo mapa poderia ser encontrado “completo”, ou seja, com as suas folhas coladas formando uma imagem única destina a ser afixada numa parede, tornando-se, definitivamente num mapa de gabinete; outra opção era o mapa ser vendido com as folhas encadernadas, formando uma espécie de atlas ou álbum “cartográfico”; finalmente, dependendo da encomenda, o mapa podia ser recortado em folhas mais pequenas e colado sobre tela, de forma a poder ser dobrado ou enrolado, para caber num estojo próprio, ou até ficar em tamanho *quarto* ou *oitavo* para ser transportado facilmente para qualquer lado, adquirindo, desse modo, características próprias de um mapa de campo, no que era muito apreciado pelos oficiais militares³⁵⁶.

Para além do formato, as diferentes variantes do mapa podiam, por um custo adicional, ser coloridas no ateliê editorial. Uma loja como a de Jefferys possuiria, certamente, trabalhadores especializados para fazerem essa tarefa e, assim, prepararem edições coloridas para satisfazerem as encomendas. Em alternativa, os compradores podiam adquirir o mapa impresso a preto e colori-lo por sua própria iniciativa³⁵⁷. Naturalmente, os preços dos mapas diferiam de acordo com as características de cada uma das variantes existentes.

³⁵⁵ Dos três exemplares consultados, dois fazem parte da colecção de mapas do Professor Nabais Conde (Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra). A cópia digital de um terceiro exemplar foi-nos muito gentilmente cedida por Charles A. Carpenter, da empresa Historic Map Works que detém o *copyright* da imagem e que nos forneceu uma cópia de grande resolução. Será esta a imagem que utilizaremos preferencialmente. Existe um exemplar deste mapa no A.H.M., sob a cota 47ª Secção, 3ª Divisão – Mapas Gerais 4. Portugal Continental, nº 17682, tendo a referência de ter sido oferecida pelo Barão de Wiederhold.

³⁵⁶ Cfr. Mathew EDNEY, 2007, p. 38.

³⁵⁷ Sobre o uso da cor nos mapas, cfr. Ulla EHRENSVÄRD, 1987, p. 123-146. Tendo em conta as dimensões, as características gerais e a data de edição, será conveniente estabelecer, aqui, um paralelismo com um outro mapa de Jefferys datado de 1755. Trata-se de um mapa da América do Norte,

A este propósito, devemos salientar que todos os exemplares consultados possuem a seguinte indicação, situada fora da esquadria do mapa e sob a cartela: “London. Sold by A. Dury Dukes’ Court S^t. Martin’s Lane . Price 10 ^s.6”. Andrew Dury era um famoso e bem sucedido gravador e vendedor de mapas, cuja loja se localizava nas proximidades do estabelecimento de Jefferys.

Deste modo, torna-se difícil de saber se o valor indicado, correspondente a meio guinéu, seria o preço do editor para a versão completa e colorida, ou apenas numa versão a preto e branco. Não obstante, estamos em condições de saber que meio guinéu, em 1762, era um preço razoavelmente alto a pagar por um mapa, pelo que, o público interessado seria de classe alta. A inscrição do preço era, ainda, uma forma que o autor dispunha de controlar e de evitar a contrafacção e as cópias ilegais³⁵⁸.

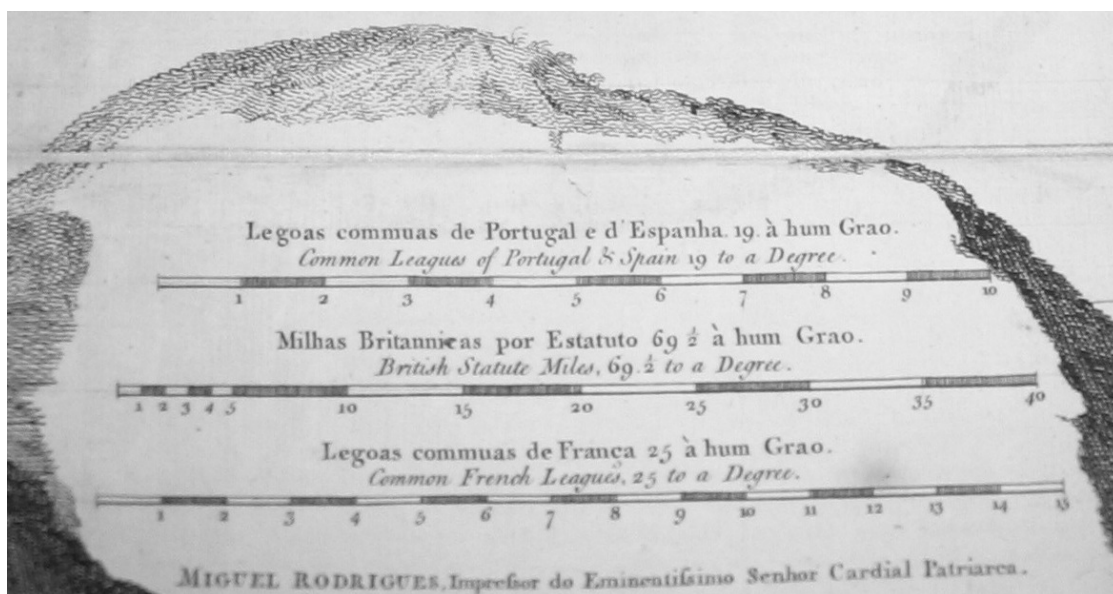


Figura 58 - Escalas do mapa de Portugal de Thomas Jefferys

O mapa está delimitado numa dupla esquadria, sendo a interna graduada em latitude e longitude, estando esta, na parte superior do mapa referida ao meridiano de Londres e na parte inferior ao meridiano da ilha do Ferro.

denominado “Mapa de Mitchell” que, por ser de grandes dimensões, também foi vendido em diferentes formatos, com mais ou menos folhas, colorido ou não, conhecendo-se, pelo menos, 9 variantes diferentes do mesmo mapa. Cfr. Mathew EDNEY, 2007, p.38.

³⁵⁸ Mary Sponberg PEDLEY, 2005, p. 76.

No canto inferior direito, na parte Sudeste do mapa, o autor figurou três escalas gráficas: uma refere-se a “Légoas commuas de Portugal e d’Espanha 19 à hum Grao”; outra é em “Milhas Britannicas por Estatuto 69 ^{1/2} à hum Grao” e finalmente a terceira escala está em “Legoas coammuas de França 25 à hum Grao” e todas estas indicações estão escritas em português e em inglês. Ainda que com variações assinaláveis, em Portugal, as distâncias eram medidas, mais frequentemente, em léguas antigas de 18 ao grau e não em léguas comuns de 19 ao grau. A escolha por esta opção talvez se deva à tentativa do autor, de encontrar uma medida comum aos dois países ibéricos³⁵⁹. A escala do mapa calculada a partir das escalas figuradas é de ca. de 1: 450 000, o que permitiu ao autor representar um maior número de fenómenos naturais e humanos e com maior pormenor.

Sob as escalas gráficas está a indicação “Miguel Rodrigues, Impressor do Eminentíssimo Senhor Cardial Patriarca” contabilizando-se, assim, mais uma autoridade directamente ligada à composição deste mapa: Jefferys é o seu gravador/autor/editor; B. Ralph o desenhador/gravador da cartela; A. Dury o seu distribuidor/vendedor em Londres e Miguel Rodrigues o gravador/impressor português.

Não é fácil traçar a biografia de Miguel Rodrigues (fl. 1726-1775). Foi um impressor cuja actividade se iniciou em meados da década de 1720 e se prolongou até à segunda metade do século XVIII. Colaborou de perto com as mais altas autoridades civis, religiosas e militares, tendo obtido, em 1727, a mercê de “livreiro do Conselho Ultramarino” e no início da década de 1730, o título de “impressor do Cardeal Patriarca de Lisboa” e que lhe dava o privilégio de imprimir e vender inúmeras publicações religiosas. Durante o governo do Marquês de Pombal, Rodrigues conseguiu o privilégio de imprimir muita da legislação aprovada³⁶⁰.

O seu papel neste mapa de Jefferys deverá estar relacionado com a produção do texto em português que acompanha o mapa, ou seja, terá sido pedido a Miguel

³⁵⁹ Refira-se, a este propósito, que o mapa de Portugal de William Faden, de 1797, também apresenta 3 escalas gráficas estando as léguas portuguesas referidas a 18 ao grau, enquanto as castelhanas eram de 26 ^{1/2} ao grau.

³⁶⁰ Cfr. Diogo Ramada CURTO *et al*, 2007, p.701. Refira-se, como exemplo de publicações impressas por Miguel Rodrigues, o Tratado de Paz de Paris que pôs fim à Guerra dos Sete Anos; o Decreto que instituiu a Companhia do Grão Pará; o Estatuto da Aula de Comércio; o Decreto que instituiu a Companhia Geral de Agricultura e dos Vinhos do Alto Douro ou a Carta Régia ordenando o sequestro dos bens da Companhia de Jesus.

Rodrigues que preparasse as chapas de impressão com o texto em português da descrição geográfica e histórica do país, as notas e as escalas. Deste modo, a produção do mapa bilingue seria acelerada, pois o editor inglês já não teria de perder tempo na tradução dos textos explicativos e já não corria o risco de apresentar erros de linguagem tão comuns quando os autores copiavam mapas estrangeiros. A participação de Miguel Rodrigues, cuja actividade está próxima dos círculos de Poder, parece confirmar uma ligação entre o mapa e as autoridades governamentais portuguesas.

Na parte superior esquerda o autor inscreveu um texto bilingue intitulado “Idea Succinta Geographica e Historica de Portugal”. Este texto fornece, de forma muito resumida, uma descrição geográfica de Portugal, onde são incluídos alguns dados demográficos retirados da obra *Geografia Histórica...* de D. Luís Caetano de Lima, de 1736. Esta pequena descrição é complementada por uma breve História de Portugal, que privilegia os confrontos entre portugueses e espanhóis ao longo dos tempos, destacando especialmente os episódios relacionados com a Guerra da Restauração. O autor informa os leitores quanto às opções geopolíticas tomadas pela Coroa Portuguesa naquela época: após uma aliança inicial com a França, na fase decisiva do conflito, já na década de 1660, Portugal contou com o apoio inglês que se veio a revelar fulcral para a vitória final sobre Espanha.

Desta forma, pretendia-se desmentir o texto que acompanhava um mapa de Portugal de Jean Baptiste Nolin, reeditado em Paris, a 25 de Janeiro de 1762, onde se afirmava que sem o apoio francês a Coroa portuguesa não teria conseguido obter a independência³⁶¹.

³⁶¹ Esta informação veiculada na edição do mapa de Nolin de 1762, originalmente a propósito da participação portuguesa na Guerra da Sucessão de Espanha, no início do século XVIII, ganhava uma nova actualidade.

<p>Idea Succincta Geographica e Historica de PORTUGAL A Parte Geographica tirada da GEOGRAPHICA HISTORIA por LUIZ CAETANO de LIMA.</p>			<p>Geographical and Historical Account of PORTUGAL The Geographical Part extracted from the GEOGRAPHICA HISTORIA of LUIZ CAETANO de LIMA.</p>		
<p>Todo o Reino de Portugal (que occupa quasi todo o Continente, que fica adjacente ás Elpanhas pela parte occidental dellas desde o Rio Minho até o Cabo de São Vicente) contem nove Cidades, e quinhentas e vinte setenta Villas. Em 1732 O Marquez de Abrantes, Censor et Director General da Real Academia da Historia Portugueza communicou a Luiz Caetano de Lima a Lista de todas as Freguezias e Habitantes. Conforme a qual Lista, as diversas Provincias contem, como aqui segue</p>			<p>The Whole Kingdom of Portugal (which occupies most of the Western Part of the Country adjoining to Spain from the River Minho to Cape S^t Vincent) contains Nine Cities and five hundred and twenty seven smaller Towns. In 1732 the Marquis de Abrantes, Censor and Director General of the Royal Academy of History, communicated to Lewis Cajetan de Lima a List of all the Parishes and Inhabitants in the Kingdom. According to which List the Several Provinces contain as follows.</p>		
ENTRE DOURO E MINHO	Freguezias	Moradores	ENTRE DOURO E MINHO	Parishes	Inhabitants
TRAS OS MONTES	963	432,362	TRAS OS MONTES	963	432,362
BEIRA	549	135,804	BEIRA	549	135,804
ESTREMADURA	1094	551,686	ESTREMADURA	1094	551,686
ALENTEJO	315	293,598	ALENTEJO	315	293,598
REINO DE ALGARVE	356	268,082	REINO DE ALGARVE	356	268,082
	67	60,688		67	60,688
	3344	1,742,230		3344	1,742,230
<p>Esta Lista não inclue os Ecclesiasticos de hum nem do outro Sexo. Os quaes se computão a 250,000. De modo que o Povo Portuguez vem a fôr cerca de dous Milhões. O grande Numero de Ecclesiasticos parecerá menor, pasmoso, quando se souber, que antes da Expulsão dos Jesuítas, o Numero das Casas religiosas de ambos os Sexos subia a não menos que 900, pela mayor parte opulentas e numerosas. Todavia as que pertenciam aos Jesuítas excediam consideravelmente todas as mais, tanto nas Riquezas que no Numero de Sujetos.</p>			<p>This List does not include the Ecclesiastics of either Sex, who are computed at 250,000. So that the Whole of the Portuguese People amounts to about two Millions. The Greatness of the Number of Ecclesiastics will appear less amazing, when it is known, that, before the Expulsion of the Jesuits, the Number of religious Houses of both Sexes were no less than 900; most of them opulent and numerous. But those of the Jesuits greatly exceeded the rest, as well for their immense Wealth, as for the Abundance of Members.</p>		

Figura 59 - Pormenor da descrição geo-histórica do mapa de Portugal de Thomas Jefferys.

O mapa era, assim, utilizado como meio de propaganda política ou, pelo menos, constituía o suporte de um discurso de propaganda política, num momento em que a diplomacia franco-espanhola tinha procurado atrair Portugal para a esfera de influência do “Pacto de Família” e este procurava argumentos para não abandonar a protecção da aliança britânica³⁶².

No canto inferior direito, de novo em texto bilingue, o autor juntou umas “notas” onde apresenta as fontes usadas na elaboração do mapa e esclarece a simbologia utilizada. Ainda que este tipo observações fossem habituais – quase mesmo obrigatórias - entre os geógrafos franceses, na Cartografia britânica não havia este hábito, pelo que, apenas uns quantos autores juntavam observações e notas explicativas aos seus mapas³⁶³.

³⁶² Para aprofundar o tema da utilização dos mapas como meio de propaganda, ver Trevor BARNES e James DUNCAN, 1992 e Peter BARBER e Tom HARPER, 2011.

³⁶³ Cfr. Mary Sponberg PEDLEY, 2005, p. 169-170.

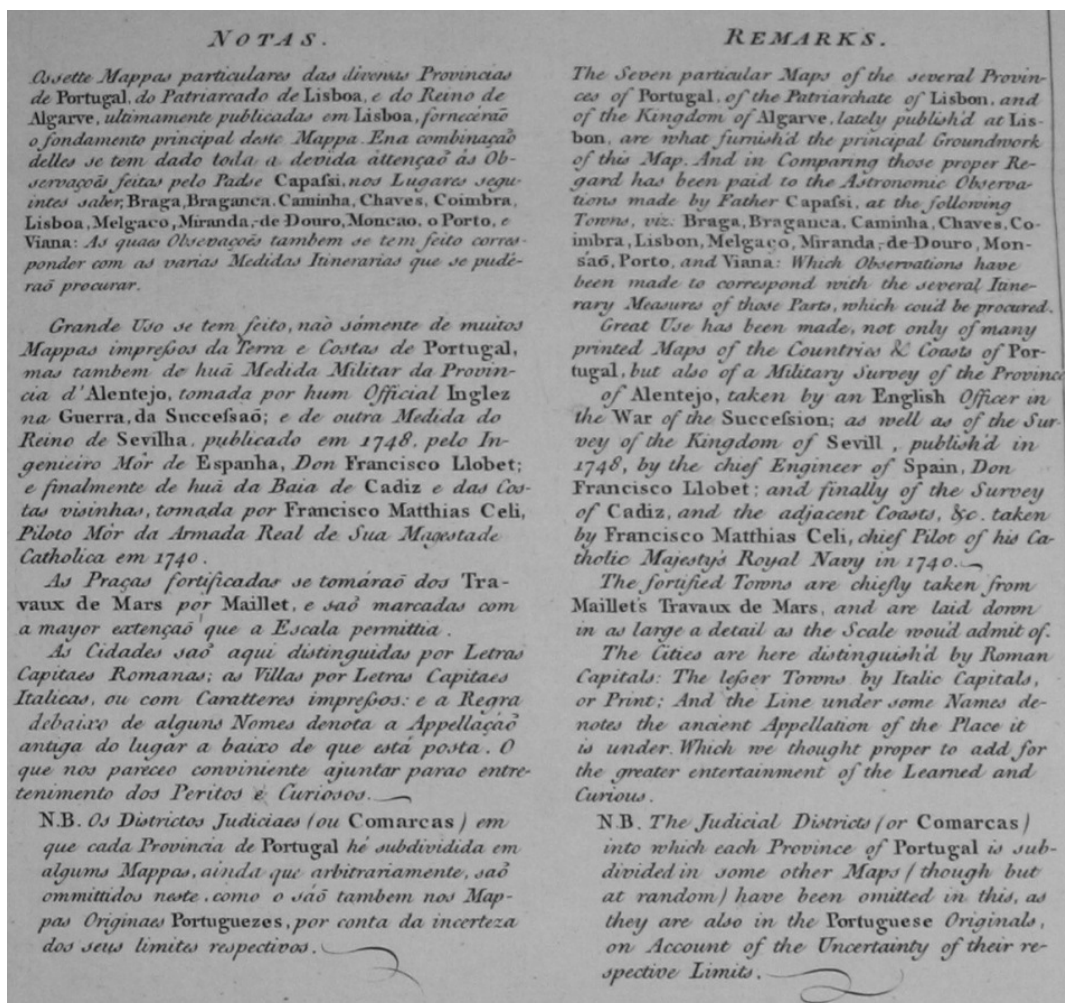


Figura 60 - Pormenor das “Notas” do mapa de Portugal de Thomas Jefferys.

Neste ponto, Jefferys indica que se socorreu dos “sette Mappas particulares das diversas Provincias de Portugal, do Patriarcado de Lisboa, e do Reino do Algarve, ultimamente publicados em Lisboa...” e, tendo em conta o ano de 1762, tanto pode estar a referir-se aos mapas gravados e editados por Carpinetti nesse ano, como aos mapas de Grandpré gravados em 1730 e editados em 1736. Uma terceira versão destes mapas, gravados por Laurent presumivelmente em Paris, também pode ter sido usada como fonte, uma vez que foram incluídos como ilustrações da segunda edição da obra *Mappa de Portugal* de João Baptista de Castro, editada em Lisboa em 1762. Refira-se que, entre estas três possíveis fontes cartográficas, apenas o mapa gravado por Grandpré identifica o Patriarcado como de “Lisboa Occidental”, enquanto os mapas de Laurent e de Carpinetti identificam-no como “Patriarcado de Portugal”.

Para além destas fontes cartográficas portuguesas, Jefferys menciona outros autores estrangeiros, cujos mapas também foram tidos em conta e que serão alvo de uma atenção especial à medida que fizermos a análise do mapa.

Outra das fontes referidas, é a lista das coordenadas geográficas de algumas vilas portuguesas, calculadas por Domenico Capassi, entre os finais da década de 1720 e o início da década de 1730 e publicadas na *Geografia Histórica* de Caetano de Lima³⁶⁴. De facto, uma rápida confrontação entre os valores das coordenadas que constam na lista elaborada por Caspassi com os valores obtidos pela leitura no próprio mapa, permite estabelecer uma relação directa com a fonte referida.

Tomemos como exemplo ilustrativo algumas medições efectuadas sobre o mapa de Jefferys na Província de Entre Douro e Minho, considerando unicamente os valores da latitude, dado que apenas esses foram registados por Capassi. Das sete povoações do Entre Douro e Minho que constam na dita lista, a saber, Viana, Braga, Porto, Monção, Valença, Caminha e Melgaço, apenas estas duas últimas apresentam ligeiras diferenças, ainda assim pouco significativas, tendo em conta a grelha de coordenadas geográficas utilizada pelo autor. Contudo, a utilização destes dados não significa que o mapa esteja isento de distorções e que prime pelo rigor geodésico no posicionamento das diferentes localidades.

Na tentativa de avaliarmos o grau de “rigor” geométrico, planimétrico e cartográfico deste exemplar cartográfico, decidimos efectuar alguns testes utilizando a metodologia fornecida pela aplicação informática “Map Analyst”, desenvolvida pelo Instituto de Cartografia de Zurique e disponível gratuitamente em www.mapanalyst.ch³⁶⁵. Vejamos o grau de distorção e de “deslocações”, ou seja, as diferenças entre a posição dos diferentes lugares no mapa de Jefferys comparativamente a um mapa actual.

³⁶⁴ Cfr. Luís Caetano LIMA, 1736, vol. II p. 338

³⁶⁵ Sobre esta ferramenta informática, que utilizaremos na análise dos grandes mapas de Portugal do século XVIII, para além de consultar o próprio sítio na internet, ver, por exemplo Bernhard JENNY, 2010.

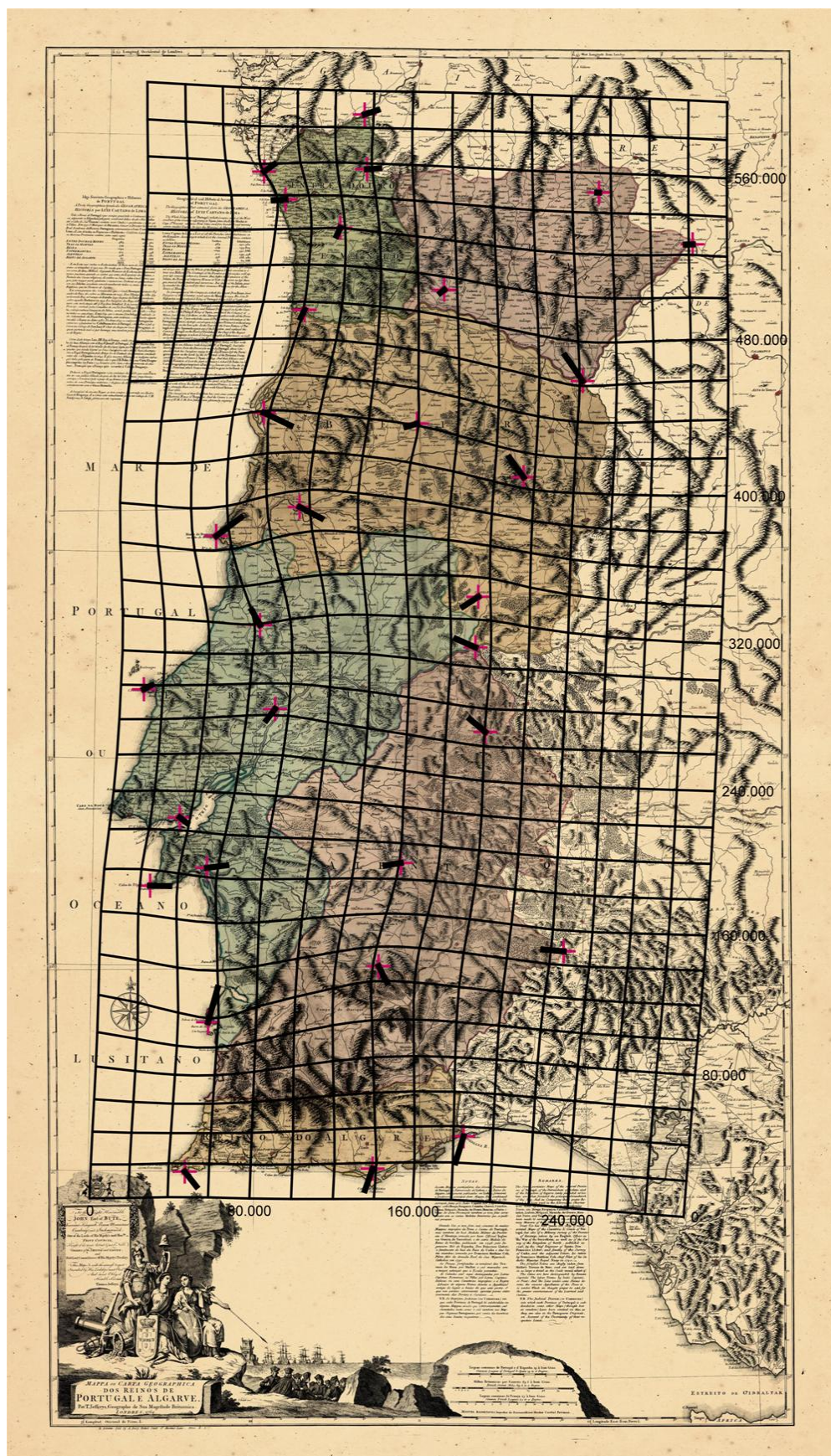


Figura 61 - Grelha de avaliação do grau de distorção do Mapa de Portugal de Thomas Jefferys, 1762.

Como se constata, há distorções em longitude, fazendo com que Portugal pareça mais “largo” do que é na realidade. Esta distorção verifica-se tanto no litoral como no interior. Pelo contrário, em latitude, o país parece um pouco mais “curto”, sobretudo na Província do Algarve. Quanto às deslocações, verifica-se que os valores das coordenadas geográficas dos diferentes lugares apresentam algumas variações, nalguns casos bastante significativas, noutros destacando-se uma notável precisão nas medições efectuadas.

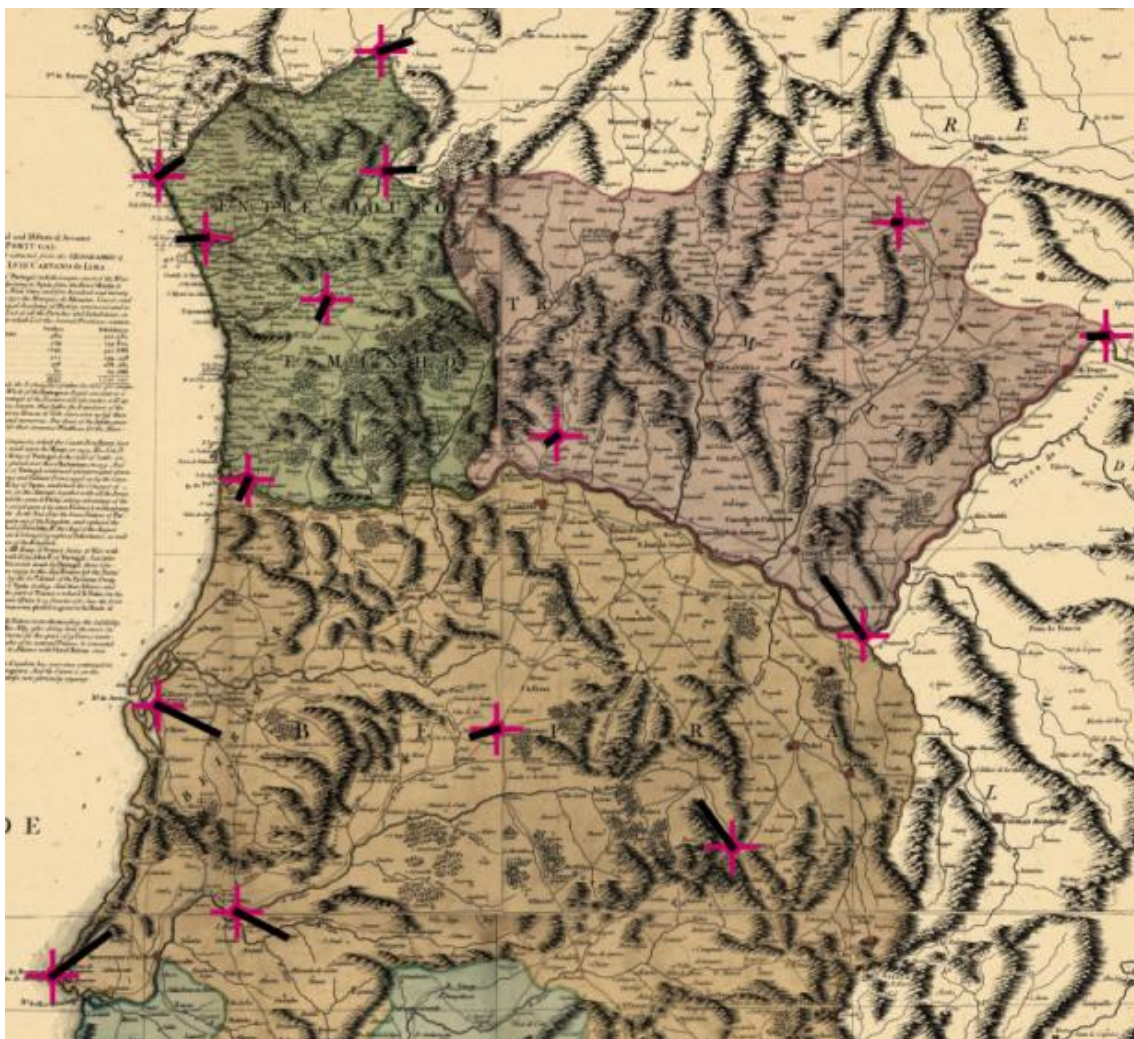


Figura 62 - “Deslocações” de localidades.

Vejamos alguns exemplos registados na figura 45. O fim do traço que parte da cruz representa a posição “real”, num mapa actual, de cada uma das localidades. Repare-se como Aveiro, Coimbra, Figueira da Foz, Barca de Alva e Guarda apresentam grandes deslocações, sobretudo em longitude, contribuindo para alargar o país neste

sentido, contrastando com as localidades situadas a Norte do rio Douro que apresentam menos deslocações, salientando-se algumas pela precisão da sua localização como são o caso de Vila Real, Bragança e Miranda do Douro. Em todo o caso, a menção de utilização de fontes recentes e pouco utilizadas, e a nomeação de autoridades científicas, pessoais ou institucionais, contribuía para a credibilização da imagem cartográfica junto do público consumidor, muito especialmente das elites dirigentes sempre ávidas de mapas actualizados.

Estas novas medições dos valores de latitude pelo padre Capassi, obtidos a partir de observações astronómicas, deveriam corrigir as leituras anteriores e, assim, emendar os erros detectados na maioria dos mapas da época. Este novo mapa de Portugal seria, então, comparativamente aos anteriores, mais exacto e preciso, tanto mais que, nem os mapas das Províncias nas suas diferentes versões, ofereciam esta informação³⁶⁶.

Torna-se pertinente fazer, de novo, um paralelismo com o “Mapa de Mitchell da América do Norte” de 1755, pois aí foram identificadas cinco possíveis fontes de informação à disposição de Jefferys e cuja tipologia também se poderia aplicar a este exemplar³⁶⁷:

- a) os mapas daquela região produzidos por autores estrangeiros, nomeadamente reputados geógrafos/cartógrafos franceses, como de Guillaume Delisle, Nicolas Bellin, Bourguignon d’Anville ou Phillipe Buache, que Jefferys vendia directamente ao público londrino ou que traduzia para inglês, mantendo sempre a autoria dos mapas originais;
- b) mapas e outras obras publicadas nas colónias que não gozavam de protecção de direitos de autor e que utilizou como sendo material próprio;
- c) placas de gravação que adquiriu a outros editores, utilizando esse material como seu;
- d) originais manuscritos produzidos nas colónias e enviados para Londres a fim de serem impressos, muitos dos quais a pedido de autoridades oficiais;

³⁶⁶ Tal como já referimos os capítulos anteriores, a retórica cartográfica da segunda metade do século XVIII, insistia na validade científica dos dados apresentados e das fontes utilizadas, muito ao gosto do público “iluminista”.

³⁶⁷ Mathew EDNEY, 2007, p. 30-50.

e) compilação do material existente na sua oficina, actualizando e emendando a informação sempre que tal se justificava, tal como se esperava de um geógrafo de gabinete.

A análise desconstrutiva ao mapa de Portugal permitirá, pelo menos assim se espera, identificar estas ou outras tipologias possíveis de fontes para a composição do mapa de Portugal.

Ainda nestas notas, face à inexistência de uma legenda, o autor esclarece que apenas distinguiu as cidades das vilas, utilizando um tipo de letra diferente, capital romana para as primeiras e capital itálico para as segundas. Para além desta distinção o autor acrescentou, para algumas localidades, o antigo nome em latim, “... para o entretenimento dos Peritos e Curiosos”, mas não deu qualquer outra informação “qualitativa” das localidades, relativa a bispados, praças-fortes, etc., ainda que seja possível identificar a existência de três símbolos diferentes usados na representação dos núcleos de povoamento.

Nesta nota o autor revela que os limites das Comarcas foram propositadamente ignorados, na medida em que não possuía informação suficiente para os representar com rigor. De novo, o discurso da objectividade e do rigor cartográfico e da necessidade de tornar o mapa credível aos olhos do público³⁶⁸.

No canto inferior esquerdo figura a cartela, profusamente decorada, estendendo-se por quase toda a parte inferior do mapa, cuja autoria pertence a B. Ralph. A gravação e impressão de uma cartela muito decorada, era um trabalho que requeria mão-de-obra especializada, pelo que era bastante comum a contratação de outros artistas para comporem cartelas de mapas³⁶⁹.

³⁶⁸ Alguns cartógrafos como d’Anville, consideravam que nenhum mapa deveria sair a público sem estar devidamente acompanhado por um texto explicativo capaz de, não só, pôr em evidência as principais características do mapa, como também de apontar as falhas e os elementos que continuavam imperfeitos. Só assim é que o autor ganharia crédito. Cfr. Marie Christine PETTO, 2007, p.79.

³⁶⁹ Cfr. Mary Sponberg PEDLEY, 2005, p. 56-63.



Figura 63 - Cartela do mapa de Portugal de Thomas Jefferys.

Para além do título em português e do local e data de edição – “Londres, 1762”, o que mais se destaca é uma dedicatória a Lord Bute, o então Primeiro Lord Comissário do Tesouro do governo britânico, cargo desempenhado pelo Primeiro-ministro, e que exerceu funções durante o último ano da guerra, altura em que uma força expedicionária britânica foi enviada para Portugal³⁷⁰. O mapa é, por esta razão, posterior a Maio de 1762.

O quadro da dedicatória é encimado pelas armas de John Stuart, 3º Conde de Bute, com a divisa: “Avito Viret Honore”, estando o brasão envolto pelo símbolo da

³⁷⁰ John Stuart (1713 – 1792) era um nobre escocês, membro do Parlamento. Enquanto decorreu a Rebelião Jacobita na Escócia (1745) refugiou-se em Londres onde conheceu o então Príncipe de Gales, Frederik. Após a morte deste, foi nomeado tutor do seu filho, o futuro rei Jorge III, em quem desenvolveu o gosto pela Filosofia Natural. Tornou-se Primeiro-ministro britânico entre Maio de 1762 e Abril de 1763, altura crucial para o desfecho da Guerra dos Sete Anos. Após a assinatura de Paz e perante a forte oposição e impopularidade da política do seu governo, pediu a demissão e retirou-se para as suas propriedades onde continuou a desenvolver estudos sobre botânica e tornou-se um importante protector de literatura e de arte. Cfr. Alice COATS, 1975.

Ordem da Jarreteira, de que era cavaleiro. O autor, não obstante identificar-se como “geógrafo de Sua Majestade Britânica”, procurou um novo patrono e/ou mecenas para o apoiar na edição deste mapa³⁷¹. Devemos acrescentar que escolha do “patrono” também não terá sido feita ao acaso, pois para além de ser o Primeiro-ministro britânico, Lord Bute era um mecenas das artes. Também importa referir que ambos, Bute e Jefferys, faziam parte do círculo de relações, do anterior Príncipe de Gales, Frederik, e do seu filho, o então rei Jorge III.

Na cartela, decorada com alguns elementos marítimos, estão representadas três figuras humanas: a Lusitânia, segurando um escudo português e abraçando a figura da Grã-Bretanha (Britannia) que, para além de segurar um escudo com as cruzes de São Jorge e de Santo André, símbolo da união entre Inglaterra e a Escócia, empunha uma lança que aponta para o horizonte onde, em segundo plano, nove figuras masculinas envergando hábitos jesuítas parecem encaminhar-se para outros nove navios, que exibem o pavilhão britânico, estacionados junto daquela que parece ser a Torre de Belém. Esta alusão à então recente ordem de expulsão de Portugal dos padres da Companhia de Jesus parece ser mais um elemento da campanha de propaganda anti-jesuíta alimentada pelo Marquês de Pombal, em Portugal e na Europa. A gravura parece indiciar o apoio e a protecção inglesa a esta medida.

Ao lado da Lusitânia, segurando-lhe o braço direito, encontra-se uma outra figura feminina que parece ser a “Liberdade”, empunhando um cajado encimado por um “barrete”, símbolo da liberdade concedida aos escravos. Por esta razão, a Lusitânia apresenta nos pés uns grilhões cuja corrente foi partida. Reforçava-se, assim, a ideia de que a expulsão dos jesuítas, representou a libertação de Portugal do jugo moral e cultural, imposto por aquela ordem religiosa.

A análise à configuração da linha de costa, comprova que o autor seguiu de perto os mapas regionais editados em Portugal. Assim, por exemplo, verifica-se que a existência de uma ilha na foz do rio Lima, a configuração da ria de Aveiro, as ilhas na foz do rio Mondego, a configuração do estuário do rio Sado e das ilhas que compõem a Ria Formosa, foram copiados a partir dos mapas regionais. Por sua vez, a configuração

³⁷¹ Sobre a simbologia do Poder expressa nas cartelas dos mapas, ver Christine PETTO, 2009, p. 227-250.

do estuário do rio Tejo terá sido retirada a partir do mapa do “Patriarcado de Lisboa” (ou de “Portugal”), inicialmente gravado por Grandpré em folha solta, mas incluído no atlas de Carpinetti. Esta nova configuração já tinha surgido, relembre-se, no mapa de Portugal de Pedro Gendron, de 1754.



Figura 64- Pormenor da configuração do estuário do rio Tejo no mapa de Portugal de Thomas Jefferys, 1762.

A configuração geral de todo o litoral português, parece aproximar-se mais dos mapas de Grandpré do que dos mapas de Carpinetti. Há, contudo, alguns pormenores que revelam a consulta de outras fontes complementares. Assim, por exemplo, a lagoa de Óbidos que não tinha sido representada nos mapas regionais, figura de forma destacada no mapa de Jefferys que, para esse pormenor, poderia ter-se baseado directamente no mapa de Teixeira e/ou das suas variantes.

Imediatamente a Sul, a configuração e os topónimos da área do tómbolo de Peniche, também parecem remeter para o mapa de Teixeira, ainda que o comentário em inglês que aí está registado “Isthmus covered at high water” remeta para a consulta de uma fonte inglesa, possivelmente um mapa realizado pelo almirantado inglês³⁷².

³⁷² Devemos, aqui, estabelecer um paralelismo com o levantamento das costas da Península Ibérica *Descripción de España y de las costas y puertos de sus reinos* realizado por Pedro Teixeira em 1634. A planta de Peniche estava acompanhada de um comentário onde o autor referia: “Chama-se este porto Peniche pelo nome de península, por ser quase ilha, comunicando-se com a terra firme só por uma

Merece nota, também, o facto de o autor ter incluído a indicação da batimetria, ou pelo menos dos valores de algumas sondagens ao largo da costa portuguesa. Neste particular torna-se mais fácil identificar a filiação destes valores pois por comparação directa foi possível verificar que coincidem com os do mapa de Portugal de Bellin, de 1762. Tratando-se de Nicholas Bellin, *Ingénieur de la Marine et du Dépôt des Plans*, seria, certamente, considerado por Jefferys como fonte fidedigna..

A rede hidrográfica figurada é bastante densa e completa, tendo o autor revelado preocupação em identificar o maior número possível de linhas de água. Verificam-se, no entanto, diferenças regionais assinaláveis, dado que o território português a sul do rio Tejo é aquele que apresenta um maior número de rios assinalados e identificados. Esta situação não é inteiramente nova, dado que os mapas que podemos considerar as fontes cartográficas mais recuadas – mapas de Seco, Sanson e Teixeira – já apresentavam esta característica. Assim, o autor apenas perpetuou a imagem criada nos séculos anteriores.

Para além destas fontes cartográficas, Jefferys acedeu a outros mapas que privilegiaram o Sul do país, particularmente o Alentejo interior, uma vez que esse território constituiu, ao longo dos tempos, o palco principal das guerras travadas em Portugal, especialmente das Guerras da Restauração e da Sucessão de Espanha, o que lhe permitiu obter um conhecimento mais minucioso desta região. Deste modo, o detalhe na configuração dos cursos de água de menor dimensão é, aqui, maior do que no restante território português.

A utilização destas fontes cartográficas é-nos confirmada pelo autor que, nas notas explicativas, afirma: “Grande Uso se tem feito, não somente de muitos Mappas impressos da Terra e Costas de Portugal, mas também de huã Medida Militar da Província d’Alentejo, tomada por um Official Inglez na Guerra da Sucessão; e de outra Medida do Reino de Sevilha, publicado em 1748 pelo Ingenheiro Mor de Espanha, Don Francisco Llobet; e finalmente de huã da Baia de Cadiz e das Costas visinhas, tomada

estreita garganta de areia que na preia-mar se cobre de água e permanece de todo o modo ilha”. Cfr. Felipe PEREDA e Fernando MARÍAS, 2002. Como se comprova, este era um tipo de informação mais apropriada da Cartografia hidrográfica do que da terrestre. Sobre a representação cartográfica do litoral português, ver Maria Fernanda ALEGRIA e Maria Helena DIAS, 2000.

por Francisco Matthias Celi Piloto Mor da Armada Real de Sua Majestade Catholica em 1740”.

Ainda que não tenhamos tido acesso a estas fontes referidas por Jefferys, fizemos uma comparação da lista dos nomes dos rios identificados neste mapa, com a de outros mapas que poderiam ter sido utilizados como fontes. Esta confrontação revela uma grande proximidade com o mapa de Sanson, quer o da sua versão original de 1654, quer a da sua reedição pela família Vaugondy, também em 1762. Esta evidência pode ser inferida pela existência de nomes que apenas existem naqueles mapas. Tomemos como exemplo o caso do rio Leça, na Província de Entre Douro e Minho, identificado como “Grisomer” por Sanson, Vaugondy e Jefferys, sem que tenhamos encontrado esta referência noutros autores.



Figura 65 - Rede Hidrográfica do mapa de Portugal de Thomas Jefferys.

Ainda mais duas notas relativamente a rios desta Província: perpetuando o erro de Pedro Teixeira em 1662 e sucessivamente repetido, sobretudo por autores franceses, o autor identificou o rio Homem como “Coura”; o rio Este está identificado, neste caso como “Deste”. Refira-se que os principais mapas de Portugal que circularam até 1762 ou não identificavam este rio ou, imitando Pedro Teixeira, apelidavam-no de “Solho”. Foi necessário aguardar por 1762, quando Carpinetti editou os mapas das províncias de Portugal, emendando e completando os mapas de Grandpré, para que o rio fosse identificado como “Deste”.

Ainda relacionado com os elementos hidrográficos são as lagoas figuradas a Sul do rio Tejo, incluídas na Província da Estremadura, na área denominada “Cemas de Ourém”, o autor desenhou um conjunto de seis lagoas, ainda que só tenha identificado uma delas como “Lagoa de Passo”. Também a Norte de Beja existe um pequeno alinhamento de três lagoas identificado como “as Lagoas”, o mesmo sucedendo na parte Sul do estuário do rio Sado, próximo da península de Tróia. Nas imediações de Alcácer do Sal foi desenhada uma lagoa de maior dimensão identificada como “Lagoalva”. Este elemento surgiu pela primeira vez, na Cartografia do conjunto do território português, no mapa de Pedro Teixeira de 1662, tendo sido, desde então, copiado inúmeras vezes. A análise ao mapa da Província do Alentejo, nas versões Grandpré, Laurent e Carpinetti, permite confirmar a existência destas lagoas, com excepção daquelas que se localizam a Norte de Beja. Por sua vez, o mapa da Província da Estremadura apenas figura uma lagoa nas “Cimas de Ourém” identificada como “Lagoa de Passo”.

Em suma, para a composição geral da rede hidrográfica, Thomas Jefferys ter-se-á socorrido dos mapas de Sanson e de Teixeira e respectivas variantes e cópias até 1762. Por esta razão, o mapa incorpora elementos comuns aos dois autores do século XVII, ainda que, muitas vezes, veiculem informações erradas. A ajuda de Sanson revelou-se muito útil sobretudo para a identificação do nome dos rios. Para a actualização da informação, o autor valeu-se de uma das edições dos mapas das Províncias de Portugal.

Outro fenómeno natural que se destaca é a representação e distribuição do relevo. A técnica utilizada foi o desenho em perspectiva, de pequenos montes

alinhados que, nalguns casos, parecem formar cordilheiras que se estendem para além do território português. Numa perspectiva geral de conjunto, transmite-se a imagem de um país de relevo muito irregular, com muitas montanhas, especialmente nas regiões a Sul do rio Tejo. Tal como tinha sucedido para a rede hidrográfica, também aqui esta situação deverá estar relacionada com as fontes cartográficas utilizadas, mais detalhadas e pormenorizadas do que para as restantes regiões do país.

Comparativamente aos outros mapas de Portugal contemporâneos, ou que circulavam até então, verifica-se que o autor se preocupou em identificar o maior número possível de acidentes de relevo. Para tal, cruzou várias fontes, usando os nomes aí inscritos. Como já havíamos assinalado anteriormente, Sanson e Teixeira não constituem as únicas referências pois não nomearam um grande número de serras. De forma a identificarmos estas fontes, vamos analisar os topónimos das serras registados em cada uma das províncias portuguesas.

Assim, no caso do Entre Douro e Minho, as fontes mais próximas terão sido os mapas de Sanson (serras da Strica e de Soajo) e o mapa regional de Grandpré (serra de Santa Catarina, serra do Gerês e serra de Gavião). No caso da Província de Trás-os-Montes, foram identificadas as seguintes serras: “Maram”; “Rebodaos”; “Momil”; “Reboredo” e “Montajos”. Há, ainda, a referência a um conjunto de montes denominados “Terras de Lomba”. A generalidade dos topónimos é baseada em Sanson que, por sua vez, copiou directamente do mapa de Álvaro Seco. A referência a “Terras de Lomba” surge no mapa de Grandpré mas, por enquanto, foi impossível identificar a origem do topónimo “serra de Reboredo”. Na Província da Beira, foram assinaladas as serras da “Estrela”, “M.^{te} Cantaro”, “Serra d’Alcoba” e “Monte de Muro”. Neste caso a fonte mais próxima parece ser o mapa de Pedro Teixeira, ainda que a referência ao “Monte Cântaro” apenas se encontre no mapa de Nolin de 1724. Na Estremadura, a referência às “Cemas de Ourém”, à “Serra de Martinel” e a “Val de Negros” remetem, mais uma vez, para Teixeira. Contudo, os topónimos “Monte de Cintra”, “Serra d’Arrabida”, surgem, pela primeira vez aqui. Por sua vez, o nome “Montes Azulos” parece corresponder a uma tentativa de tradução directa a partir do mapa de Bellin de 1762, onde este topónimo surge como “Montagne Bleue”. No Alentejo, apenas a “Serra de S. João” remete para as fontes tradicionais, enquanto “Monte Maro”, “Monte Ossa” e “Monte Viana”, indiciam a consulta de outros documentos.

Finalmente, no Algarve, às habituais serras de Monchique e do Caldeirão, o autor identificou uma “serra da Figueira” junto ao promontório de Sagres, quem sabe se aproveitando o topónimo “Figueira” registado no mapa de Teixeira.

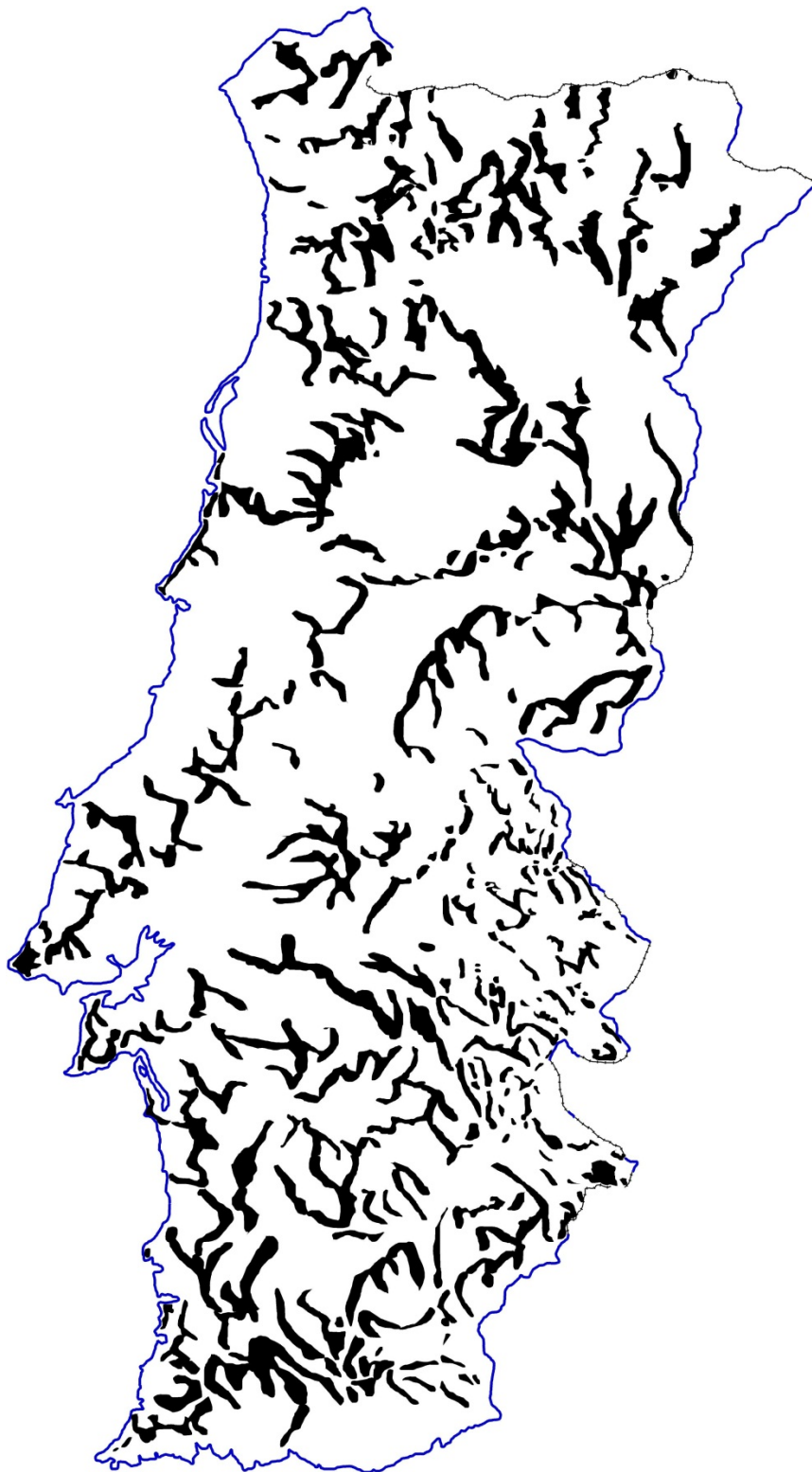


Figura 66 - Áreas montanhosas figuradas no mapa de Portugal de Thomas Jefferys.

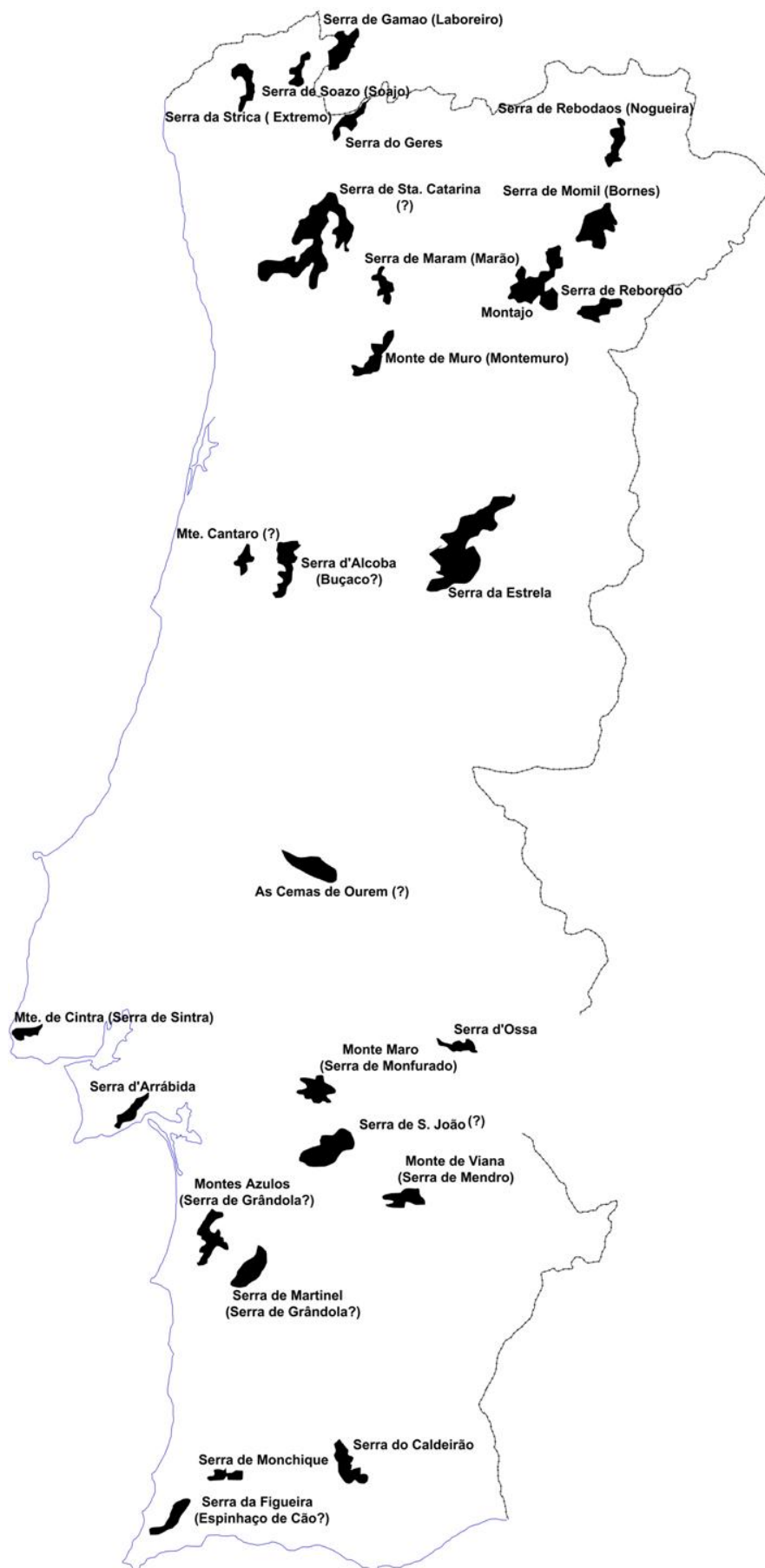


Figura 67 - Serras identificadas no mapa de Portugal de Thomas Jefferys.

Em resumo, a região Sul do país é aquela que regista um maior número de novos topónimos relacionados com o relevo, comparativamente aos mapas contemporâneos, o que indicia que o autor terá tido acesso a fontes que privilegiaram esta área do país, sobretudo de origem militar. Em todo o caso, a distribuição das cordilheiras montanhosas não parece ter sido aleatória, na medida em que estas surgem associadas à rede hidrográfica, delimitando as diferentes bacias hidrográficas e figurando as grandes linhas divisórias de águas, tal como preconizava o “Primeiro Geógrafo do Rei”, Philipe Buache – cujos mapas eram comercializados em Londres por Jefferys – que na sua teoria geográfica tentava sistematizar a representação gráfica das cadeias montanhosas, através do desenho de grandes cordilheiras de forma a separar as diferentes bacias hidrográficas³⁷³.

Esta teoria torna-se perceptível quando se associam os mapas da rede hidrográfica e da distribuição das serras (figura 66); como se pode constatar, ao maior detalhe da configuração da rede hidrográfica no Alentejo interior, corresponde um igual cuidado no desenho das serras ou das áreas de relevo irregular, de forma a separarem os diferentes cursos de água.



Figura 68 - Pormenor da representação do relevo no mapa de Portugal de Thomas Jefferys, 1762.

³⁷³ Cfr. Maria Fernanda ALEGRIA, 1977.

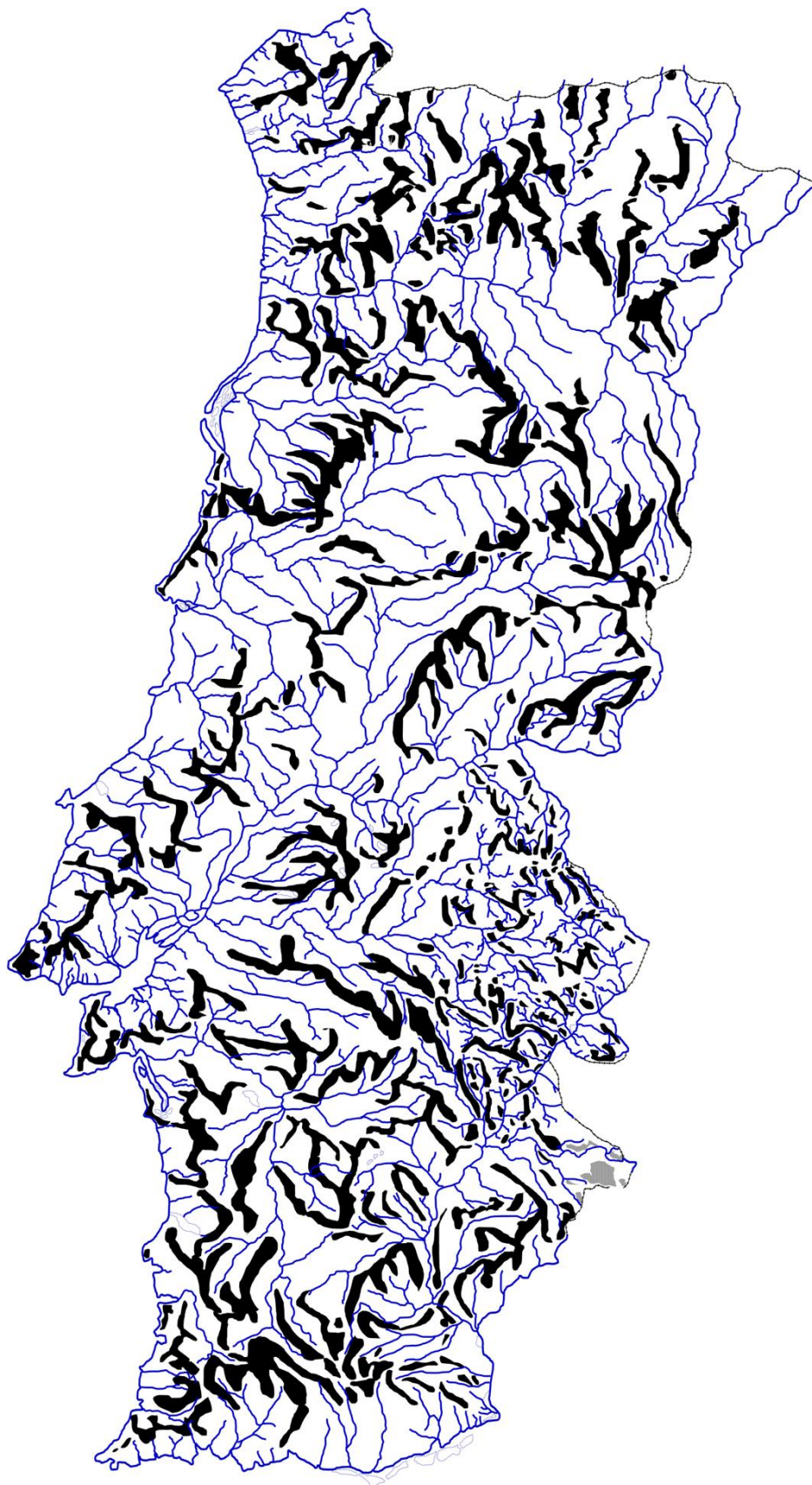


Figura 69 - Rede hidrográfica e distribuição do relevo no mapa de Portugal de Thomas Jefferys.

Um pouco distribuído por todo o território, formando “manchas” mais ou menos extensas, encontra-se um pequeno símbolo que parece indicar uma árvore. Dado que o autor não incluiu qualquer legenda no mapa, recorreremos à explicação dada por Carpinetti na “Ilustração aos Mappas das Provincias de Portugal”, como introdução ao seu atlas de 1762 “[...] e se estão muitas como arvoresinhas, mostram ser campos de arvoredos.”

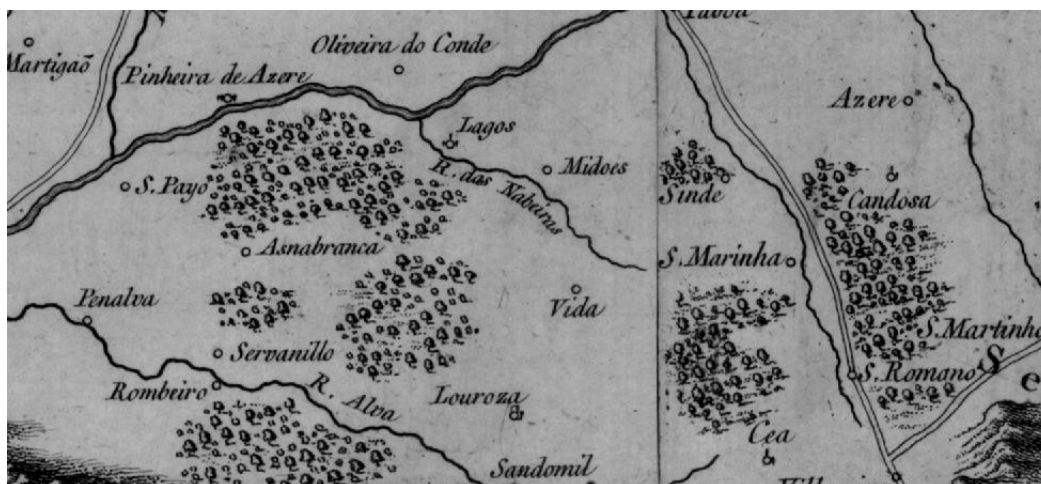


Figura 70 - Pormenor da figuração dos bosques no mapa de Portugal de Thomas Jefferys, 1762.

A inclusão de elementos representativos da vegetação não constitui, propriamente, novidade, uma vez que tanto Sanson como Teixeira já o haviam feito. Refira-se, também, que, os bosques e as manchas florestais figurados, não têm, necessariamente, uma relação directa com a sua localização e posição no território representado. Geralmente, a distribuição destas pequenas árvores no fundo de mapa servia para preencher os vazios de informação, intencionais ou não, ou muito simplesmente para embelezar a obra final³⁷⁴. No mapa de Jefferys, a vegetação parece ser mais abundante no interior do que no litoral e maior no Sul do que no Norte do país, estando as manchas de vegetação associadas aos vales, nas proximidades de cursos de água.

Contrariando a tradição nas descrições geográficas e corográficas do Entre Douro e Minho, onde esta província era sempre descrita como densamente

³⁷⁴ Muito embora fosse uma informação importante e que deveria ser representada com rigor e cuidado nas plantas dos terrenos envolventes da praça-forte, tal como preconizava Manuel de Azevedo Fortes, em 1728. Cfr. Manuel de Azevedo FORTES, 1728, vol. I, p. 436.

arborizada, esta região apenas regista manchas florestais no interior Sul que, ainda assim, contrasta com a “desflorestada” Província de Trás-os-Montes. Também na Beira a “floresta” ocupa uma área maior no interior, e nem mesmo o Pinhal de Leiria mereceu, aqui, particular destaque. De facto, de todas as províncias, é a do Alentejo aquela que apresenta uma maior área florestal, particularmente na área interior compreendida entre Portalegre a Norte e Barrancos a Sul, o que não constitui propriamente uma novidade visto que também já era a “região mais montanhosa do país”. De novo as fontes consultadas condicionaram a quantidade e qualidade da informação cartografada. No Algarve, a vegetação parece estar confinada à “serra algarvia”.

Parece-nos que, mais uma vez, foram os mapas das Províncias de Portugal que serviram de fonte de informação, não na versão composta por Grandpré, mas antes na versão Carpinetti, onde este elemento mereceu um maior destaque. Em todo o caso, refira-se que, os principais cartógrafos europeus que produziram mapas de Portugal, desde a segunda metade do século XVII até 1762, desenharam manchas de vegetação nos fundos dos mapas, pelo que, qualquer um deles poderia ter sido utilizado como fonte por parte de Jefferys.

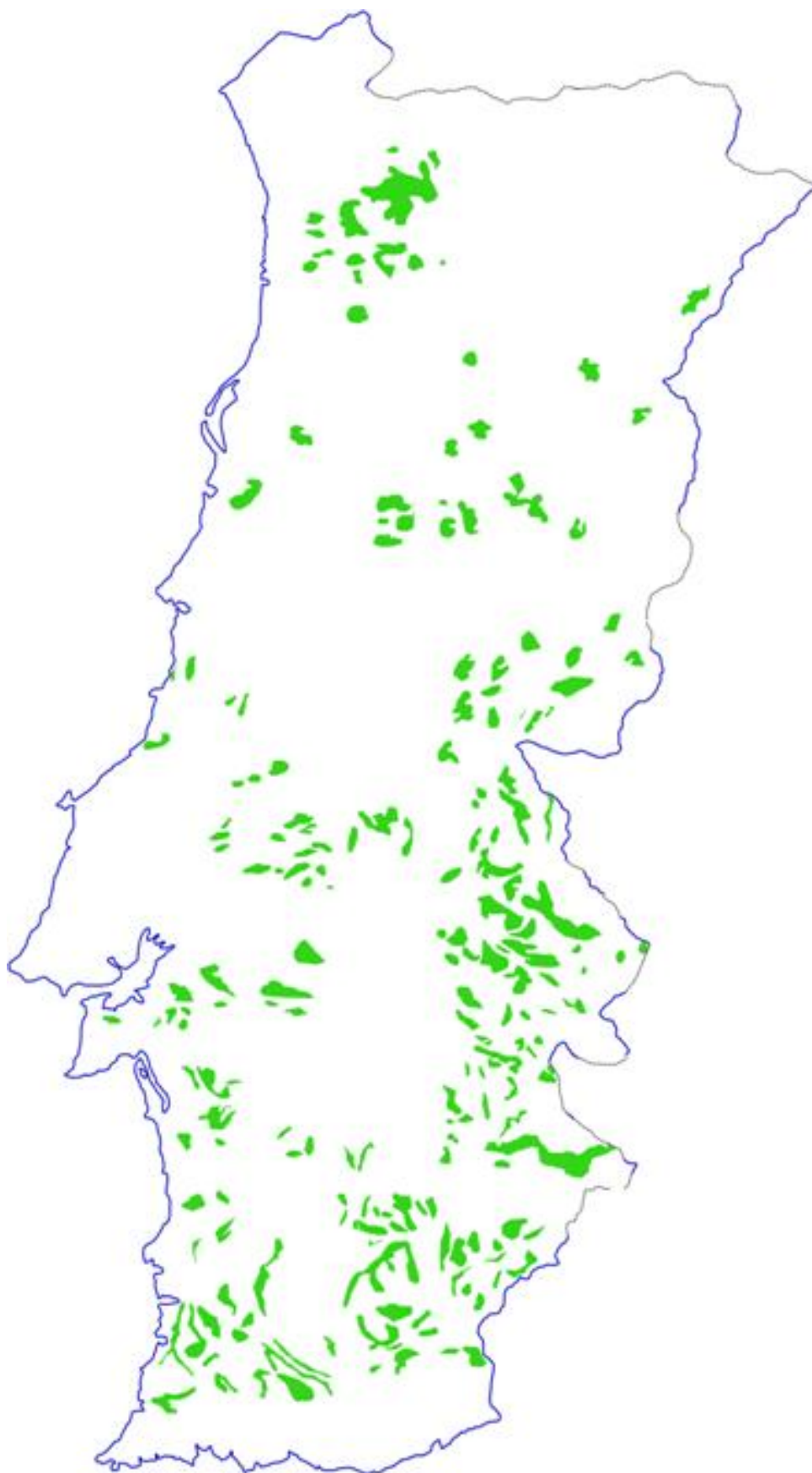


Figura 71 - Distribuição da vegetação no mapa de Portugal de Thomas Jefferys.

O mapa representa os limites das seis províncias portuguesas com uma linha tracejada que, dependendo das versões, podem ter sido coloridas. Contudo, na Província da Estremadura, parece existir uma certa confusão pois pode-se observar a existência de duas linhas tracejadas que parecem configurar dois limites internos. Estas divisões parecem corresponder aos limites de comarcas, ainda que estes, nas palavras do próprio autor, não tenham sido marcados. Deste modo, ainda que sem que tal esteja explícito, é possível identificar alguns dos limites das comarcas de Leiria, Tomar, Santarém, Lisboa e Setúbal. De qualquer modo, deve tratar-se, apenas, de um resquício de uma das fontes cartográficas utilizadas pelo autor para compor este mapa. No seu conjunto, o mapa parece corresponder à junção dos diversos mapas das províncias de Portugal, no dizer do autor, “ultimamente publicados em Lisboa”, com as devidas alterações e adaptações.

Entre os diversos fenómenos humanos figurados, o mais importante é a distribuição dos núcleos de povoamento, a que se associa a toponímia, pois dá a conhecer a localização das cidades e vilas principais do Reino e, deste modo, permite que o leitor possa localizar um qualquer evento político, militar ou outro, como era o caso, em 1762, das movimentações militares luso-britânicas e franco-espanholas realizadas junto à raia terrestre.

A inexistência de qualquer legenda poderia fazer supor que o autor não faria qualquer distinção relativamente aos núcleos populacionais, ainda que, como vimos, numa advertência ao público tenha esclarecido que a distinção entre cidades e vilas seria feito através do tipo e tamanho de letra utilizado. No entanto, uma análise mais atenta permite verificar que foram usados cinco símbolos para a representação deste fenómeno.

Inicialmente pensámos que os símbolos poderiam estar relacionados com a “categoria” de cada localidade, isto é, o autor teria utilizado um símbolo para as cidades, outro para as vilas, outro para as sedes de concelho e assim sucessivamente, numa escala hierárquica. Contudo, uma rápida leitura permite verificar que tal não sucede. Veja-se, por exemplo, o Entre Douro e Minho, onde as únicas duas cidades, Porto e Braga, estão figuradas com o mesmo símbolo usado para representar outras localidades, algumas das quais nem mesmo eram vilas. Pelo contrário, algumas vilas desta província, como Arcos de Valdevez ou Vila Nova de Famalicão, foram

representadas com símbolos diferentes das demais, enquanto outras, como Melres, nem sequer foram representadas. Por sua vez, as sedes de concelho, de couto e de honra, também não foram diferenciadas por símbolos próprios. Observe-se a Ouvidoria de Barcelos onde Vila Chã, sede de concelho, e Fragoso, sede de couto, foram representadas com o mesmo símbolo. Também foi fácil verificar que não há qualquer correlação entre o tipo de simbologia e a dimensão populacional dos núcleos de povoamento assinalados³⁷⁵.

Em todo o caso, podemos afirmar que, ainda que de modo um pouco indistinto e indefinido, genericamente, os símbolos compostos por um círculo eram reservados para as povoações menos importantes, enquanto os restantes eram utilizados na representação das sedes das diferentes circunscrições administrativas. Este tipo simbologia era muito utilizada pelos cartógrafos dos séculos XVII e XVIII, pelo que, os já referidos mapas de Nolin, Hommann, Longchamps, Vaugondy e Bellin, para além dos inevitáveis Sanson e Teixeira, poderiam ter fornecido esta informação a Jefferys. Quanto aos mapas das Províncias de Portugal, em nenhuma das suas versões se observa a utilização de vários símbolos diferentes para a representação dos núcleos populacionais, pelo que, estes não terão sido utilizados como fonte.

A toponímia é, por sua vez, bastante abundante, verificando-se que o autor utilizou várias fontes para completar esta informação essencial do mapa. Entre os “clássicos”, o mapa de Pedro Teixeira é aquele que apresenta uma maior riqueza toponímica, característica que terá contribuído para a sua longa longevidade, tendo sido consultado por Jefferys. Aliás, a permanência do topónimo “Castellejo” a Norte da povoação de Amarante, na Província de Entre Douro e Minho, revela uma filiação directa em Teixeira, visto que foi este autor quem registou este topónimo. Refira-se que, nas diferentes versões dos mapas regionais, não consta esta localidade.

Contudo, o registo de alguns topónimos, assim como a actualização de outros, foram feitos a partir dos mapas das províncias portuguesas na sua versão Grandpré ou Laurent e não na sua versão actualizada feita por Carpinetti. Tome-se, de novo, o exemplo da Província de Entre Douro e Minho:

³⁷⁵ Tivemos em consideração os valores populacionais da Província de Entre Douro e Minho avançados por Oliveira FREIRE, 1739.

Topónimo Grandpré/Laurent/Jefferys	Topónimo Carpinetti
C. de Sorotico	Cerolico de Basto
Campanhan	Campanhaã
Aleixido	Meixedo
Refoyos	Refoyos de Lima

Para além destas fontes já identificadas, a existência do topónimo “Bragança Nova ou Aveiro”, remete-nos para outros mapas contemporâneos deste. De facto, após a conclusão do Processo dos Távoras, que também envolveu o Duque de Aveiro, acusado de participação na tentativa de regicídio e, por essa razão, condenado a ser supliciado e executado publicamente em Lisboa, Aveiro foi elevada à categoria de cidade em Março de 1759 e, alegadamente a pedido das autoridades locais, o seu nome foi alterado para “Nova Bragança”. Nesta medida propagandística e simbólica, pretendia-se, por um lado apagar a memória da Casa ducal de Aveiro e, por outro, reforçar a posição da Casa de Bragança, impondo-a na toponímia. O nome de Aveiro só seria retomado após a queda do Marquês de Pombal.

Deste modo, a inclusão do novo nome da cidade, era revelador de uma preocupação por parte do autor/editor, em actualizar a informação do mapa, preocupação que não era partilhada por todos. Entre os mapas de Portugal editados em 1762, apenas outros dois dão conta desta alteração toponímica: o mapa de Rizzi Zannonni e o de Longchamps. Muito naturalmente, os mapas publicados nas décadas seguintes que tiveram por base estes últimos, incluíram o topónimo “Nova Bragança”, mesmo quando o nome já havia sido revogado, como no caso do mapa de John Lodge, publicado por Laurie & Whittle, em 1808. Assim, é de admitir uma circulação de mapas entre as principais casas editoriais, mesmo entre inglesas e francesas em tempo de guerra e de cuja troca de imagens resultaria uma influência mútua, através de cópias directas e de actualização de informação.

Outro fenómeno humano figurado é a rede viária, que assume uma importância maior dado que não são abundantes os mapas de Portugal, anteriores a 1762, que registam este tipo de informação. As fontes prováveis serão os mapas regionais na versão Laurent, visto que é a única que inclui a rede viária em todo o

território português. A versão Grandpré não tem esta informação e os mapas de Carpinetti apesar de incluírem a rede viária, esta não está figurada nem no Entre Douro e Minho, nem na Beira.

O autor poderia ter tido acesso a estes mapas ao procurar outras fontes para compor a rede viária, tendo-se cruzado com a obra de João Baptista de Castro, *Mappa de Portugal*, com uma primeira edição na década de 1740, mas reeditado em 1762 e ilustrado com os mapas gravados por Laurent. Em todo o caso, o autor não se limitou a decalcar as estradas dos mapas das províncias, pois apresenta uma rede viária mais completa e com mais itinerários, sobretudo no centro e no Sul de Portugal.

A província de Entre Douro e Minho, ainda que apresentasse uma elevada densidade populacional, é a que figura uma rede viária menos densa, mais simples e com menos itinerários. Relembre-se que a representação das estradas constituía um elemento importante, particularmente em contexto de guerra, pois servia para planejar as movimentações militares, pelo que, muitos mapas ignoravam deliberadamente esta informação. Como se constata na figura 72, para além dos itinerários que ligavam entre si as principais localidades, eram as áreas de fronteira, particularmente as do Alto Alentejo, aquelas que apresentavam uma maior densidade da rede viária, até porque essas áreas constituíam os tradicionais cenários de guerra em Portugal, pelo que as estradas e caminhos transitáveis estavam mais reconhecidos.

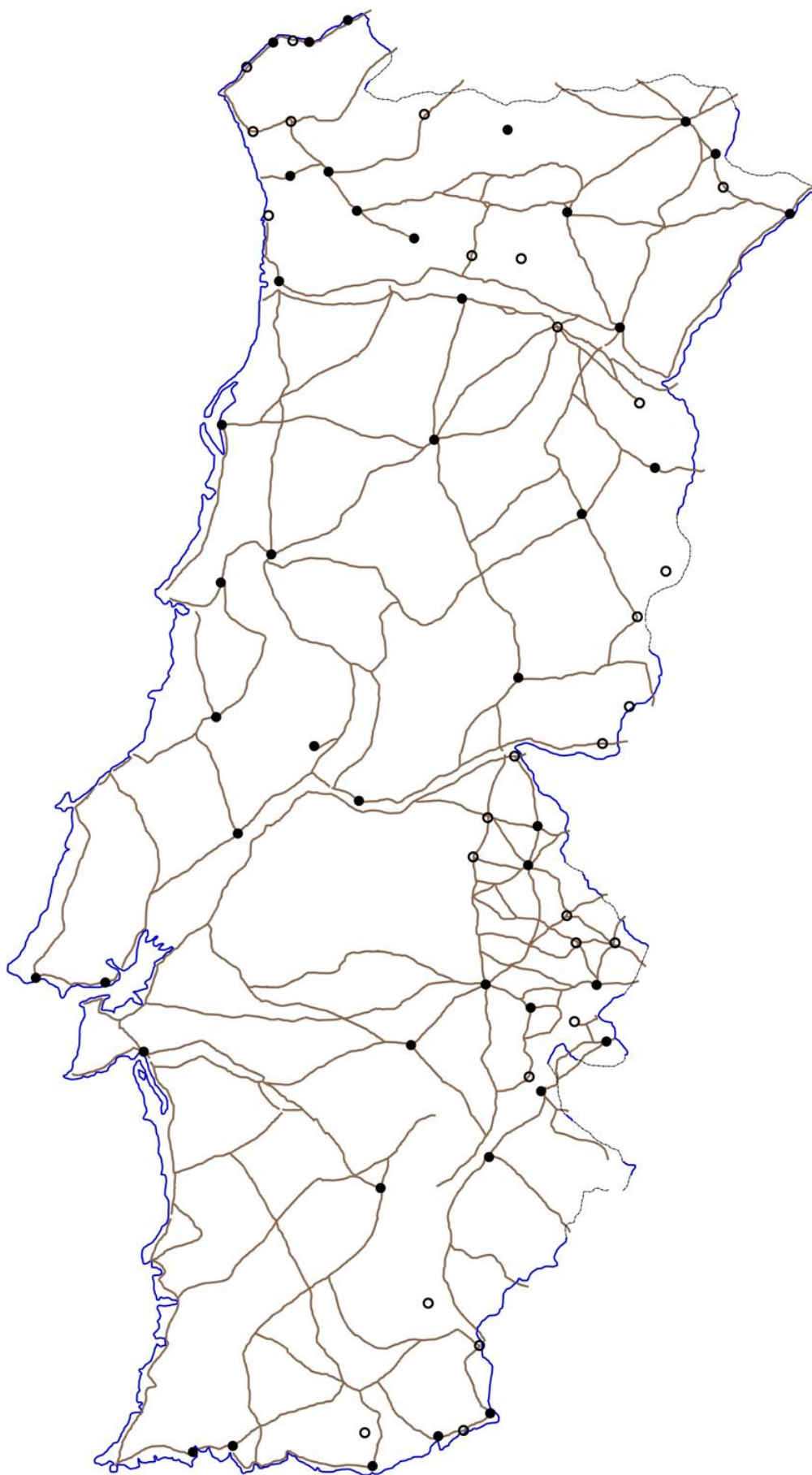


Figura 72 - A Rede Viária no mapa de Portugal de Thomas Jefferys.

Tendo em conta este contexto bélico aquando da edição do mapa, será necessário fazer uma análise aos elementos militares aí presentes. De acordo com o autor, as suas principais fontes terão sido uma memória militar efectuada por um oficial inglês durante a Guerra da Sucessão de Espanha e a obra de Alain de Manesson Mallet *Les Travaux de Mars*, editada em duas partes a partir de 1671, mas com sucessivas reedições. Ambas as fontes, privilegiam a região do Alentejo, dado que aí decorreram as principais acções militares.

Nesta província, para além das principais povoações que foram representadas com uma cerca de muralhas, o autor também assinalou alguns fortes e “atalayas” junto da fronteira, particularmente na área entre Elvas e Juromenha. Não deixa de ser estranho, contudo, que o autor não tenha representado Marvão com a sua cerca moderna e tenha representado a povoação de S^t. Olaya fortificada, sendo este o único mapa em que esta situação acontece.



Figura 73 - Pormenor da fronteira da Província do Alentejo no mapa de Portugal de Thomas Jefferys, 1762

A fonte provável para esta informação poderá ser o mapa gravado por F. Chemilly, intitulado *Theatro de la Guerra en Portugal*, sem data, existindo um

exemplar na B.N.R.J, aí se figurando o dispositivo militar na fronteira do Alto Alentejo, com uma fortificação em Santa Olaia e Marvão sem qualquer cinta abaluartada³⁷⁶.

Ainda na Província do Alentejo, o autor cartografou uma fortificação em “Ferreira”, actual Ferreira do Alentejo, localizada no limite com a Província da Estremadura e sem qualquer importância estratégico-militar. Esta opção deve-se a uma confusão com uma outra localidade também chamada de Ferreira, embora esta, tradicionalmente, fosse localizada na margem direita do rio Guadiana, nas proximidades do eixo Juromenha-Terena, como se comprova, por exemplo, nos mapas de Álvaro Seco, Nicolas Sanson, Pedro Teixeira e suas cópias e variantes, incluindo todas as versões dos mapas das Províncias de Portugal, mas que Jefferys não inclui no seu mapa, muito provavelmente porque acedeu a outras fontes cartográficas mais detalhadas e actualizadas que não identificavam esta localidade, possivelmente a referida “medida militar” composta por um oficial inglês que Jeffreys cita como fonte manuscrita³⁷⁷. Não obstante, alguns autores, como Bellin, Nolin e Le Rouge, em 1762, continuaram a figurar Ferreira no vale do Guadiana.

Ao longo da fronteira, foram assinaladas as principais fortificações e praças-fortes, destacando-se a figuração da linha defensiva do vale do rio Minho, numa e noutra margem, e que só encontra paralelo no mapa da Província de Entre Douro e Minho nas versões Grandpré e Laurent, que terão servido de fontes principais. Também na fronteira da Beira e, sobretudo, na do Alto Alentejo, foi figurado um denso conjunto de fortificações que desempenharam um papel de destaque na defesa do Reino nos últimos conflitos mantidos com Espanha, nomeadamente aquando da Guerra da Restauração e da Guerra da Sucessão de Espanha.

Também a defesa da linha de costa mereceu uma atenção especial por parte do autor, particularmente na Província de Entre Douro e Minho, na entrada dos estuários

³⁷⁶ O mapa pertencente à Coleção Barbosa Machado, tem a cota Cart. 1195301 e está disponível em http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart1195301.jpg. O registo oficial indica a data de 1680 como provável para o mapa, mas tal deverá ser revisto, na medida em que aí se mostra a Pnte da Ajuda, entre Elvas e Olivença destruída, o que aconteceu em 1709.

³⁷⁷ Uma vista desta povoação, localizada nas imediações de Terena, depois de ter sido reproduzida na obra de Mallet, foi amplamente copiada e divulgada ao longo de todo o século XVIII, como por exemplo, na obra de Pieter Van der Aa, *Les Délices d’Espagne et du Portugal*. Em todo o caso, a localidade de Ferreira na obra de Mallet deverá ser Herrera, povoação espanhola no vale do rio Tejo fronteira a Montalvão que, durante a Guerra da Restauração, foi conquistada pelos portugueses, que terão destruído a fortificação existente e realizado um projecto de construção de uma nova fortificação moderna que, todavia, não foi concretizado. Maria CRUZ VILLALÓN, 2007, p.15.

dos rios Tejo e Sado e ao longo da costa do Algarve. Uma vez mais, os mapas regionais terão sido as fontes principais.

Outro elemento de carácter militar presente no mapa está simbolizado por uma espada que indica as batalhas importantes travadas em solo português. Com excepção da batalha de Ourique e a indicação da data “1149”, as restantes referem-se a batalhas travadas durante a Guerra da Restauração. Uma das espadas está junto da localidade de Ameixial, referindo-se, presumivelmente a essa batalha decisiva travada em Junho de 1663; relativamente às outras duas, uma espada foi colocada junto do topónimo de Castelo Rodrigo e refere-se à batalha que ali aconteceu em Julho de 1664, a outra está entre as localidades de Borba e de Vila Viçosa e deverá indicar a batalha de Montes Claros, ocorrida em Junho de 1665.



Figura 74 - Pormenor do símbolo de batalha no mapa de Portugal de Thomas Jefferys, 1762.

A evocação destas batalhas importantes - uma associada à fundação do reino e ao milagre de Ourique e as restantes representando as vitórias decisivas no século XVII na guerra pela independência e na afirmação da dinastia de Bragança - contribuía para o reforço e exaltação dos sentimentos de identidade nacional, por oposição ao inimigo

exterior tradicional – Castela/Espanha – especialmente em ano de guerra³⁷⁸. Mais uma vez tratava-se de uma forma de propaganda a favor da causa portuguesa.

³⁷⁸ Francisco BETHENCOURT, 1990 , p. 28.

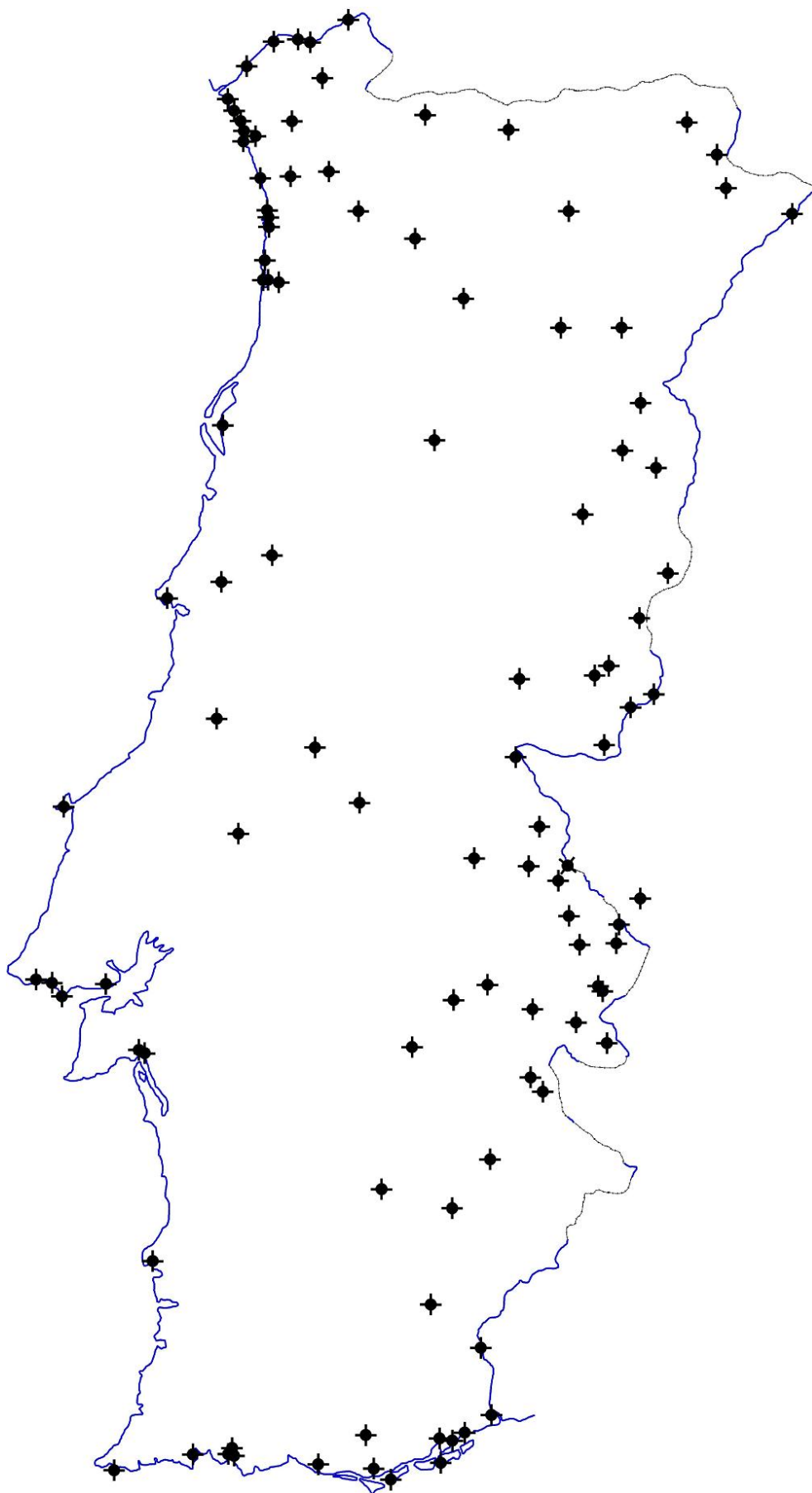


Figura 75 - Fortificações e localidades amuralhadas no mapa de Portugal de Thomas Jefferys.

Desde os finais do século XVII e o início do século XVIII, outros autores, sobretudo franceses, haviam assinalado algumas destas batalhas nos seus mapas de Portugal, como foram os casos de Gaspar Bailleul e Père Placide, e posteriormente, Le Rouge e Bellin. Paralelamente, todos os mapas regionais, nas suas diferentes versões, figuram estas batalhas, tendo existido o cuidado em identificar os respectivos topónimos. Apenas o mapa da Província do Alentejo na versão Laurent, tal como o mapa de Jefferys, não assinalou a Batalha das Linhas de Elvas, ocorrida em Janeiro de 1659.

Tendo em conta as características gerais e particulares deste mapa de Portugal, estamos em condições de afirmar que se tratou de um trabalho especial, muito provavelmente em resultado de uma encomenda das autoridades portuguesas. São vários os elementos que apontam para esta hipótese. Desde logo, a sua grande dimensão e escala pormenorizada tornam o mapa “especial” porque os custos de produção e, necessariamente, o preço de venda ao público, terão sido elevados. Aliás, entre os diversos mapas de Portugal editados neste ano de 1762, nos mais diferentes países europeus, apenas este possui estas características. Convém lembrar, também, que o teatro de operações de Portugal era considerado secundário no contexto da Guerra dos Sete Anos, não despertando, por isso, uma atenção especial por parte do público, pelo que um editor reputado e experiente como era Jefferys, certamente não iria arriscar o seu dinheiro na produção de um mapa cujo sucesso editorial, à partida, não estaria assegurado, a menos que tenha sido incumbido de o fazer, sabendo de antemão que o seu investimento teria o devido retorno.

Por sua vez, o facto de o mapa ser bilingue português e inglês, também o torna único no contexto de produção cartográfica do autor, pelo menos até 1762, e é indicador de que o mapa também se destinava a ser lido em Portugal, o que justificaria a participação de um impressor português neste projecto. Soma-se a isto, o facto da cartela com o título, ter sido especialmente concebida e decorada com uma encenação simbólica referente à expulsão dos jesuítas de Portugal, o que se insere na campanha de propaganda anti-jesuítica que Pombal alimentou em toda a Europa, através de

panfletos e gravuras³⁷⁹. A própria refutação das afirmações contidas no mapa de Portugal de Nolin indica que essa mensagem de contra-propaganda só poderia ter sido encomendada por Portugal, com o intuito de explicar a sua posição no conflito internacional da Guerra dos Sete Anos.

Neste particular, a escolha da casa Jefferys revelou-se acertada, não só porque o seu nome era uma autoridade cartográfica que conferia validade ao conteúdo do mapa, mas também porque graças à sua rede de contactos, o mapa conheceria uma ampla divulgação e circulação por toda a Europa.

A propósito da recepção deste mapa, podemos referir que, em 1774, foi publicado em Lausanne, um livro de memórias de Charles François Dumouriez sobre uma viagem realizada a Portugal, em 1766. O autor era um agente secreto francês ao cargo do Duque de Choiseul e ao analisar os acontecimentos militares durante a Guerra Fantástica, refere que Portugal constitui um território desconhecido, sobretudo para os espanhóis, pois não existiam bons mapas, ainda que se encontre uma excepção: “a guerra de 1762 nada produziu não havendo uma única carta fiável; tudo está esquecido e Portugal permanece desconhecido para os espanhóis. Os ingleses, pelo menos, fizeram uma bela carta de Portugal que pode ser utilizada apesar de ser deficitária nalgumas partes, e que explica a história antiga e moderna deste reino; a parte marítima desta carta reserva grande exactidão; vende-se em Londres, no Thomas Jefferys.”³⁸⁰

Para a realização deste mapa, Thomas Jefferys, ou alguém do seu ateliê, recorreu à técnica de compilação, utilizando informação contida em fontes cartográficas e descritivas. Efectivamente, o autor terá recorrido a outras fontes não mencionadas nem identificadas no texto explicativo. Como comprovamos na análise ao mapa, ainda que o autor tenha indicado que se baseou nos mapas regionais recentemente editados em Lisboa, não identificou qual das três versões lhe terá servido de base. No entanto, o conjunto de características evidenciado permite-nos filiar este mapa nos mapas regionais nas versões Grandpré, Laurent e, eventualmente, na versão Carpinetti. A partir desta base, o autor completou a restante informação

³⁷⁹ Jorge COUTO, 2009, p. 9-32.

³⁸⁰ Charles DUMOURIEZ, 2007, p. 14.

recorrendo aos mapas dos “clássicos” Pedro Teixeira e Nicolas Sanson, bem como às suas diversas cópias e variantes.

Para além destes autores mais antigos, foi possível identificar a influência de fontes cartográficas contemporâneas, nomeadamente os mapas de Nolin e o de Bellin, de 1762. Isto prova que existia um mercado relativamente activo e florescente entre os principais editores cartográficos londrinos e parisienses, trocando, comprando e vendendo mapas que depois constituíam fontes de informação para novas composições cartográficas³⁸¹.

Quanto aos mapas de Laurent, não foi possível apurar se Jefferys terá tido acesso aos mapas soltos, isto partindo do princípio que poderão ter sido gravados em Paris por influência de Gendron, ainda antes de 1762, ou se terão sido consultados na segunda edição do *Mappa de Portugal* de João Baptista de Castro, datada também de 1762. A menção à edição em Lisboa parece remeter para esta última hipótese.

Concluindo, este mapa parietal ou de gabinete, foi encomendado pelas autoridades portuguesas a um famoso editor inglês. O seu custo não o tornava acessível a todos, devendo, antes, destinar-se a uma elite composta por militares, políticos e diplomatas e, claro, a todos os curiosos e “ilustrados” com poder de compra.

4.3 -Tomás López

No capítulo anterior, ao analisarmos o mapa de Portugal de Tomás López, de 1762, já demos conta de algumas notas biográficas do autor, pelo menos na parte que diz respeito ao seu período de formação e aperfeiçoamento entre os principais geógrafos franceses, em Paris. Tentaremos, agora, completar esses apontamentos.

Tomás López de Vargas Machuca nasceu em Madrid, em 1730³⁸². Entre 1749 e 1751, estudou Matemática e Retórica com os professores jesuítas do Colégio Imperial, e desenho na Real Academia de Belas Artes de San Fernando, em Madrid. Sob a

³⁸¹ Ver a obra de Mary Sponberg PEDLEY, 2007. O próprio Jefferys chegou a ir pessoalmente a Paris vender os seus mapas e adquirir exemplares nas principais casas editoras.

³⁸² Sobre a vida e obra de Tomás López ver Horacio CAPEL, 1982, Carmen LÍTER MAYAYO e , Francisca SANCHIS BALLESTER, 1998 e 2002, Antonio LÓPEZ GÓMEZ e Carmen MANSO PORTO, 2006 e Agustín HERNANDO, 2007 e 2008.

supervisão de Jorge Juan e António de Ulloa, membros da expedição científica coordenada por Charles de La Condamine à América do Sul (1735-44), participou na comissão de trabalhos para o levantamento topográfico do Real Bosque de Viñuelas, em 1752, tendo, deste modo, contactado com as metodologias de trabalho da Cartografia topográfica, baseada em levantamentos de campo, medições trigonométricas e geométricas³⁸³.

Nesse mesmo ano partiu para Paris, por proposta do então poderoso Conselheiro de Estado de Fernando VI, o Marquês de la Ensenada, juntamente com Juan de la Cruz Cano y Olmedilla, outro futuro cartógrafo de renome, como “Pensionistas de Sua Majestade” para se aperfeiçoarem na arte de gravação de mapas, estudar Geografia e preparar um mapa de Espanha. Na capital francesa frequentou o Colégio Mazarino, assistindo às lições do Abade de La Caille, e o estúdio de Jean Baptiste Bourguignon d’Anville onde conheceu outro reputado cartógrafo e geógrafo francês, Guillaume Nicolas Delahaye, aí permanecendo até 1759. As suas primeiras obras cartográficas impressas datam da sua estada em Paris³⁸⁴.

Ao estabelecer-se em Madrid, no início da década de 1760, recebeu da Coroa uma pensão anual, como gravador régio e professor, colaborando com a Real Academia de Belas Artes de San Fernando, primeiro como académico supranumerário e depois de 1764, como académico de mérito. Nesta altura criou a única casa editorial de mapas da Península Ibérica em todo o século XVIII, intitulando-se “Pensionista de S.M. e membro da Academia de S. Fernando”³⁸⁵.

Como geógrafo de “gabinete” desenvolveu ao longo de décadas seguintes uma prolífica e eclética produção cartográfica, não só sobre os territórios ibéricos, como também dos domínios coloniais espanhóis, e de muitas e diferentes regiões do Mundo³⁸⁶. Esta sua vasta obra pode ser classificada em três tipos principais: as obras de Cosmografia, de História, de Geografia e de Corografia; os livros de técnicas e

³⁸³ Ver António LAFUENTE e António MAZUECOS, 1987.

³⁸⁴ Cfr. as notas biográficas deste autor em Juan António de SAEZ GARCIA, 2004.

³⁸⁵ Cfr. José MARTÍN LÓPEZ, 2001.

³⁸⁶ Para a análise à obra cartográfica de Tomás López, particularmente de Portugal e dos seus territórios ultramarinos, ver o trabalho de João Carlos GARCIA e Luís Miguel MOREIRA, 2008.

métodos cartográficos; os atlas e os mapas. Entre toda a sua produção, estes últimos constituem o núcleo principal³⁸⁷.

Em 1770, Carlos III concedeu-lhe o título de “Geógrafo dos Domínios de Sua Majestade” e alguns anos depois, viu concretizada a sua velha aspiração em tornar-se membro da Real Academia de la História. Até ao final dos seus dias, procurou completar um grande projecto de editar um Dicionário Geográfico de Espanha.

Os métodos de trabalho, a recolha e selecção da informação, a consulta e crítica das fontes e a composição das imagens cartográficas seguiram de perto o modelo da escola francesa de Cartografia e da casa de D’Anville, seu mestre³⁸⁸. Faleceu em Madrid, em 1802, sendo os seus filhos os continuadores da grande empresa editorial cartográfica.

O Mapa General del Reyno de Portugal, por Tomás López, 1778

Como já foi referido, o último quartel do século XVIII iniciou-se num clima de tensão político-militar entre Portugal e Espanha, a propósito de disputas territoriais na fronteira sul do Brasil. Neste contexto, e de forma a ilustrar as vitórias diplomáticas e militares espanholas, López publicou uma série de mapas do Rio da Prata, da Colónia de Sacramento e do Golfo da Guiné, assim como um mapa de Portugal³⁸⁹.

O mapa de Portugal datado de 1778 é de grandes dimensões, foi publicado em oito folhas e, no seu conjunto, tem cerca de 142 x 82 cm. A nossa análise incide sobre o conjunto da imagem de Portugal. Como verificaremos ao longo desta análise, o mapa

³⁸⁷ Considerando apenas a primeira edição e não contabilizando os mapas elaborados em parceria com os seus filhos e outros colaboradores, podemos computar em mais de duzentos os mapas editados.

³⁸⁸ Sobre os métodos de trabalho de Tomás López, ver Carlos de SAN ANTONIO GOMEZ, Francisco MANZANO AGULIARO e Miguel Ángel LEÓN CASAS, 2005.

³⁸⁹ Na Real Academia de la Historia, em Madrid, existem alguns mapas manuscritos da Colónia do Sacramento, da Ilha de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro, que documentam a expedição militar de Pedro Cevallos em 1777 e que Tomás López terá utilizado para compor os seus mapas impressos. Carmen MANSO PORTO, 2002, p. 105-116.

Pelo Tratado do Pardo ratificado pelos dois países ibéricos, em 1778, as ilhas de Fernão do Pó e Ano Bom, até aí sob administração portuguesa, assim como a costa do Golfo da Guiné entre o rio Níger e o rio Ogooué, passaram para a administração da Coroa espanhola.

O mapa está inscrito numa dupla esquadria, sendo a interna graduada em latitudes e longitudes, esta identificada com “longitude Oriental del Pico del Teyde, llamado comunmente Tenerife”. Fora da esquadria surgem as indicações dos pontos cardeais, “Norte”, “Oeste”, “Oriente” e “Medio-Dia”.

Na margem esquerda do mapa, sobre o “Mar de Portugal”, o autor colocou a legenda, denominada “Explicacion de las Señales”, onde figura uma lista bastante extensa e detalhada da simbologia utilizada. No canto inferior esquerdo, o autor apresenta uma lista dos “autores que se han tenido presentes para la composicion de este Mapa”, que se complementa com uma “Nota” ao lado, a propósito da fonte consultada para a composição da rede viária. Sob estas notas explicativas, o autor juntou a indicação da sua casa comercial, num gesto que, presentemente, qualificaríamos de publicidade e *marketing*: “se hallará este com todas las obras del autor, em Madrid, en la calle de las Carretas, entrando por la Plazuela del Angel”.

Ainda na parte inferior do mapa, já na folha do canto direito, o autor figurou um conjunto de três escalas gráficas, uma de 12 “Leguas comunes de Portugal, de las que entran 18 en un Grado”; outra de 13 “Leguas llamadas de de una hora de Camino: comprehende cada una 6626 varas Castellanas, de las que entran 20 en un Grado” e uma terceira de 17 “Leguas Legales Castellanas de 5000 Varas, ó de 26 ½ al Grado”. Assim, pode-se calcular a sua escala em cerca de 1/450 000, o que possibilitava uma representação bastante mais pormenorizada dos fenómenos. Desta forma não deixa grande margem para dúvida que o mapa se destinava a ser lido, em primeiro lugar, pelo público ibérico.

Numa análise geral à configuração do mapa, não se identificam grandes alterações comparativamente ao mapa de Jefferys. De resto, o mapa de López mantém o mesmo padrão de distorção que exagera o tamanho do país longitudinalmente e que o encurta em latitude, sobretudo na parte Sul. Tudo leva a crer, por isso, que López terá usado o fundo do mapa de Jefferys para compor o seu próprio mapa.

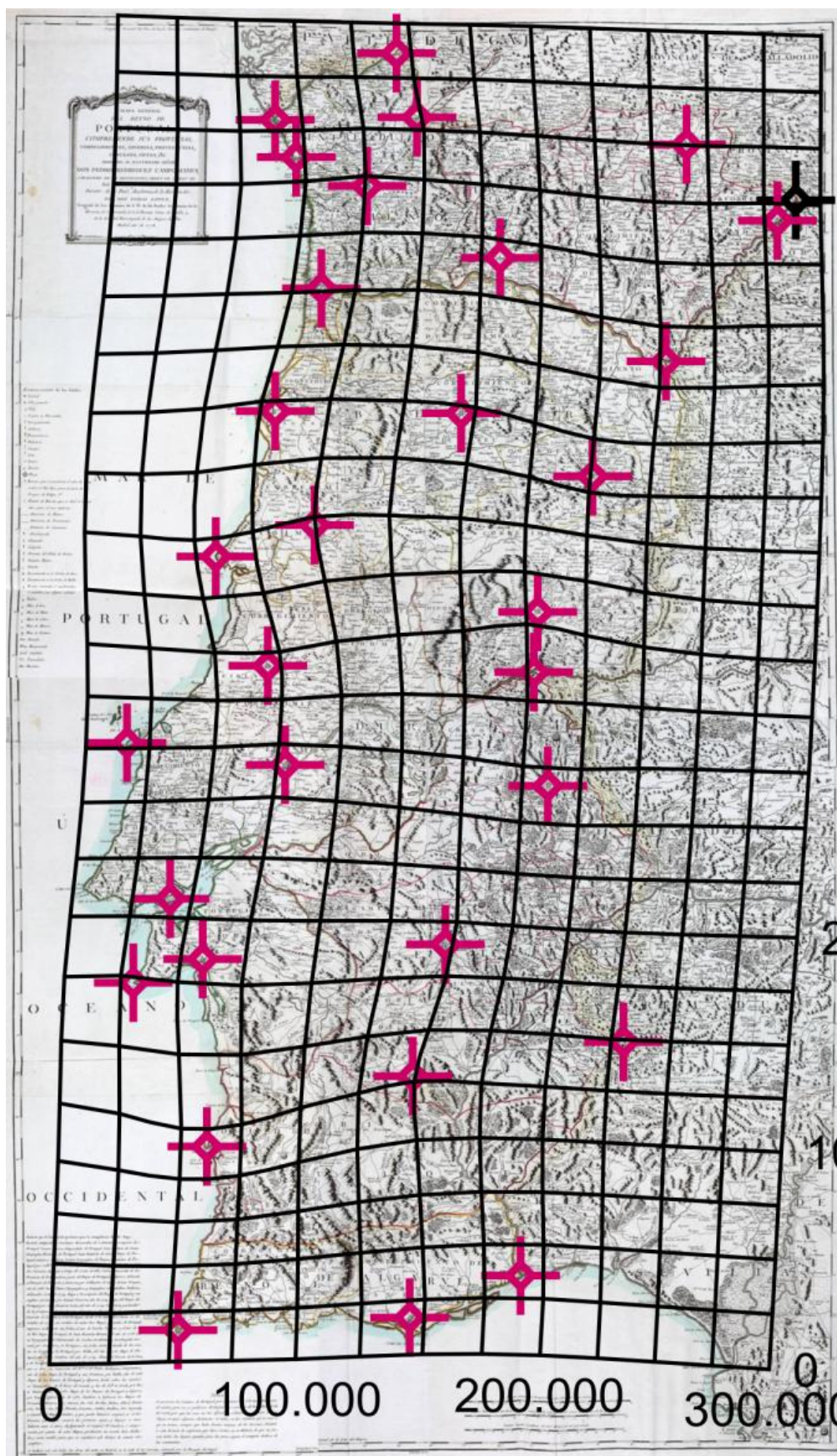


Figura 77 - Grelha de distorção no mapa de Portugal de Tomás López.

Na cartela do mapa, pouco decorada e com motivos sóbrios, o autor colocou o título e a dedicatória ao seu “patrono-protector”: *Mapa General del Reyno de Portugal: Comprehende sus Provincias, Corregimientos, Oidorias, Proveedorias, Concejos, Cotos, &c. Dedicado al Ilustríssimo Señor Don Pedro Rodriguez Campomanes, Caballero de la Distinguida Orden de Carlos III. Del Consejo y Camara de S.M., Director de la Real Academia de la Historia &c.*

Ao fixar a sua autoria, Tomás López apresentou-se como “Geografo de los Dominios de S.M., de sus Reales Academias de la Historia, de S. Fernando, de la de Buenas letras de Sevilla, y de la Sociedad Bascongada de los Amigos del Pais”. Pela primeira vez, o autor denominava-se geógrafo da Real Academia de la História, ainda que, naquele ano, fosse apenas um dos seus membros supranumerários. Para poder usufruir deste título, redigiu um pedido especial à Academia que lhe concedeu esse privilégio, e daí se explica, também, a dedicatória a D. Pedro Rodriguez Campomanes, director da Real Academia³⁹¹.

O reconhecimento como membro desta Academia era uma forma de valorização pessoal e profissional, e também uma forma de garantir a cientificidade do mapa, ao mesmo tempo que correspondia à concretização de uma velha aspiração pessoal, daí que o autor tenha revelado todo o cuidado na concretização da obra. O mapa, apesar de datado de 1778, foi preparado no ano anterior, pois em 6 de Junho de 1777, López pediu licença à Academia de História para usar o título de académico “en el Mapa geográfico que ha trabajado de el Reyno de Portugal”. Em 17 de Setembro desse ano, os revisores deram o seu aval à petição de Tomás López, mas somente em 26 de Março de 1779 o mapa foi censurado favoravelmente pela mesma instituição, a pedido do Conselho Real³⁹². Em definitivo, o documento parece que só terá sido publicado em 1782³⁹³.

Relativamente ao mapa, não se detectam alterações significativas na configuração da linha de costa, em comparação com o mapa de Jefferys, nem na

³⁹¹ Todo este processo pode ser acompanhado em António LÓPEZ GÓMEZ e Carmen MANSO PORTO, 2006, p. 114.

³⁹² António LÓPEZ GÓMEZ e Carmen MANSO PORTO, 2006 p. 349

³⁹³ Carmen LÍTER MAYAYO e Francisca SANCHIS BALLESTER, 2002, p. 391.

configuração dos principais acidentes do litoral, nem, tão pouco, relativamente à batimetria. Contudo, López prestou uma particular atenção à rede hidrográfica, uma vez que a escala do mapa permitiu uma representação relativamente completa e detalhada dos rios portugueses. Nota-se, também, a preocupação por parte do autor em identificar o maior número possível de rios principais, assim como, de muitos dos rios secundários e outros afluentes, ainda que, nem sempre o tenha feito correctamente. Neste particular, torna-se inevitável fazer uma comparação com o mapa de Jefferys, uma vez que é o mapa que está mais próximo em termos de escala. Assim, verifica-se que López conseguiu identificar um maior número de rios portugueses, 220 no total, contra 181 por parte de Jefferys.

Mas estes valores são mais significativos se optarmos por uma análise regional, por província:

Províncias de Portugal	Thomas Jefferys	Tomás López
Entre Douro e Minho	13	16
Trás-os-Montes	15	30
Beira	36	47
Estremadura	46	47
Alentejo	60	71
Algarve	11	9

Muito naturalmente, estas alterações ficaram a dever-se às fontes consultadas e estas são, agora, muito mais abundantes para as províncias de trás-os-Montes, Beira e Alentejo.

Apesar de todo o esforço colocado na maior representação e identificação dos rios, o autor não conseguiu alterar significativamente a imagem geral da rede hidrográfica portuguesa. Assim, à semelhança do que acontecera no exemplar de Jefferys, a parte Nordeste da Província do Alentejo parece possuir uma rede hidrográfica bastante mais densa do que as restantes, mesmo tendo em conta que alguns dos cursos de água figurados não seriam permanentes.

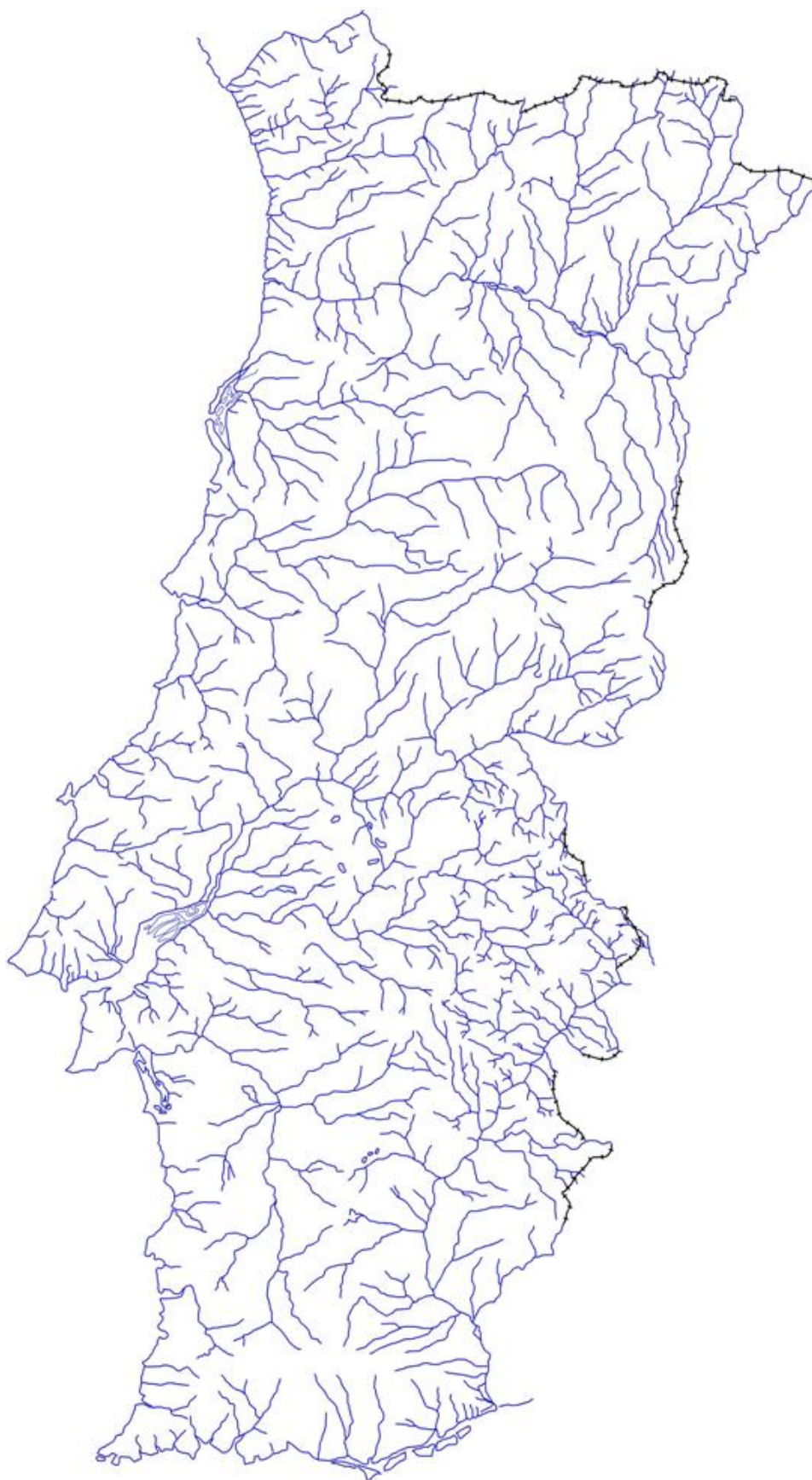


Figura 78 - Rede Hidrográfica do mapa de Portugal de Tomás López

Por seu turno, na Província de Entre Douro e Minho, a rede hidrográfica não é tão densa, contrariando as informações registadas nas inúmeras descrições corográficas e geográficas daquela província³⁹⁴. Verificam-se, no entanto, algumas alterações introduzidas por López comparativamente a Jefferys: desapareceram os nomes dos rios “Folia” (Trancoso) “Tinto” e “Grisomer” (Leça), mas não foram emendados nem substituídos; o rio Homem foi representado e identificado, mantendo o autor o nome do “Coura” para um afluente do Cávado; por sua vez, os rios Coura, Âncora, Vez e Sousa, ainda que este último erradamente, foram identificados, o que não sucedia anteriormente.

No rio Douro salienta-se a figuração de várias ínsuas ao longo do seu percurso português, sendo duas delas de maiores dimensões, uma junto de Pocinho e outra na foz do rio identificado como “Carcedo”, existindo, ainda, um conjunto de 4 ínsuas no troço do rio nas proximidades de S. João da Pesqueira, quem sabe se fazendo referência ao “Cachão da Valeira” e outra na margem oposta ao Peso da Régua. Refira-se que estas ínsuas já tinham sido cartografadas por Rizzi-Zannoni no seu mapa de Portugal de 1762. O que não sofreu qualquer alteração, tanto na sua configuração como na sua identificação, foram as 13 lagoas situadas a Sul do rio Tejo.

A representação do relevo é outro dos fenómenos inscritos sobre o fundo do mapa que mais se destaca. O autor, tal como Jefferys, recorreu à clássica figuração de sucessivos montes triangulares desenhados em perspectiva, formando cordilheiras ou conjuntos montanhosos sem qualquer correspondência directa com a sua direcção, extensão ou altitude. Na maioria dos casos, o nome das montanhas era antecedido de “Sierra”, ainda que, nalgumas situações, surgisse depois.

Verifica-se, de imediato, e à semelhança daquilo que havia feito com a rede hidrográfica, que o autor tentou completar o melhor possível, algumas lacunas existentes na Cartografia coeva no que diz respeito à identificação dos principais acidentes orográficos. Assim, enquanto Jefferys conseguiu nomear 26 serras portuguesas, estabelecendo um novo “record” na Cartografia de Portugal da época,

³⁹⁴ Referimos, apenas, aquelas que foram editadas no século XVIII: *Corografia Portuguesa* de Carvalho da Costa, reeditada em 1706; a *Geografia Histórica* de Caetano de Lima de 1736, a *Descrição Corografica do Reyno de Portugal* de António Oliveira Freire de 1739, o *Mapa de Portugal* de João Bautista de Castro de 1762.

López ultrapassou essa marca ao identificar um total de 45 acidentes orográficos, algumas delas identificadas pela primeira vez. Uma análise por província, permite verificar que houve um aumento de serras identificadas em todas elas, mas especialmente em Trás-os-Montes, Beira e Alentejo.

Tal como se verificava no caso do mapa de Portugal de Jefferys, também a Província do Alentejo surge amplamente coberta por pequenos montes, perpetuando-se, assim, a imagem de relevo irregular e bastante acidentado a Sul do rio Tejo. Este carácter irregular do relevo também se encontra marcado no território compreendido entre os rios Tâmega e Tua, na Província de Trás-os-Montes e no território que, ainda hoje, designamos de Beira Baixa. Também à semelhança de Jefferys, as várias cordilheiras montanhosas servem para delimitar as diferentes bacias hidrográficas. De facto, se levarmos em conta apenas as serras identificadas pelo autor, podemos constatar que o território a Sul do rio Tejo não é o mais acidentado e irregular, como à primeira vista se poderia pensar (ver figuras 76 e 77).



Figura 79 - Áreas montanhosas figuradas no mapa de Portugal de Tomás López.

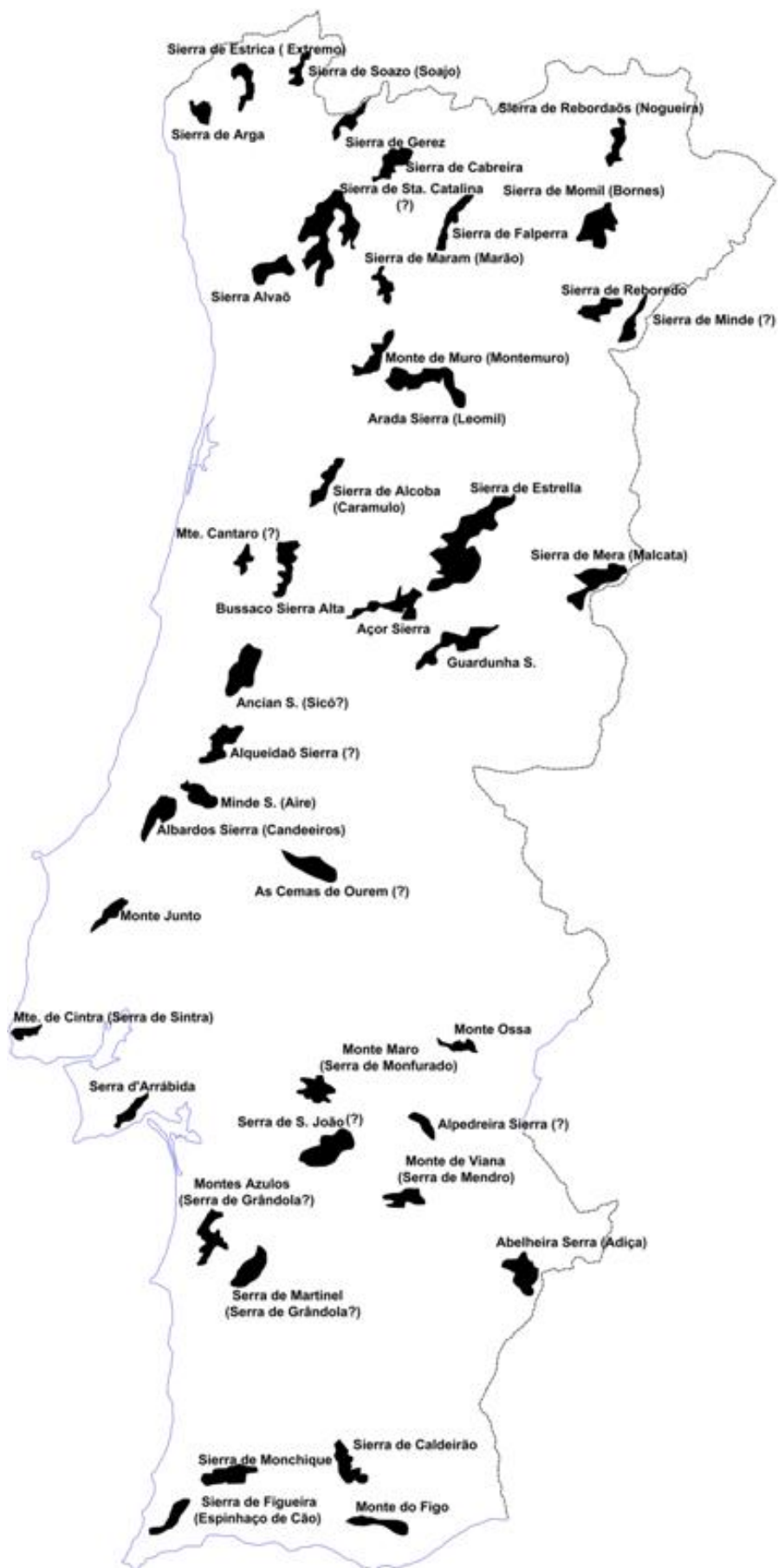


Figura 80 - Serras identificadas no mapa de Portugal de Tomás López.

Se no que se refere à técnica de representação do relevo, López não inovou em relação a nenhum dos anteriores autores, ignorando ou não valorizando a tentativa feita por Rizzi-Zannoni em 1762, de utilizar uma espécie de *hachures*, o seu maior contributo surgiu na identificação de novos acidentes orográficos, a partir da matriz composta por Jefferys, uma vez que as serras identificadas pelo autor inglês aparecem todas no mapa de 1778.



Figura 81 - Pormenor da figuração do relevo no mapa de Portugal de Tomás López, 1778.

Do fundo do mapa também se destaca a representação daquilo que parece constituir pequenas manchas de vegetação, eventualmente localizando áreas de floresta e bosques. A figuração deste fenómeno não constitui novidade, uma vez que Jefferys também já o havia destacado. Numa rápida análise aos dois mapas, verifica-se uma clara diminuição das manchas florestais entre o mapa de 1762 e este de 1778, particularmente visível na província de Entre Douro e Minho, mas mais evidente em todo o Alentejo, sobretudo junto da fronteira e também na serra algarvia.

A importância estratégica-militar deste fenómeno é salientada pelo Barão de Wiederhold em 1798, aquando da viagem de inspecção que fez à fronteira portuguesa, junto do Estado Maior do Príncipe de Waldeck: “[...] num reino como Portugal, dotado, em parte, de tão poucas superfícies florestais, qualquer mata que noutro país não assumiria qualquer importância, torna-se aqui objecto de observação militar; isto não

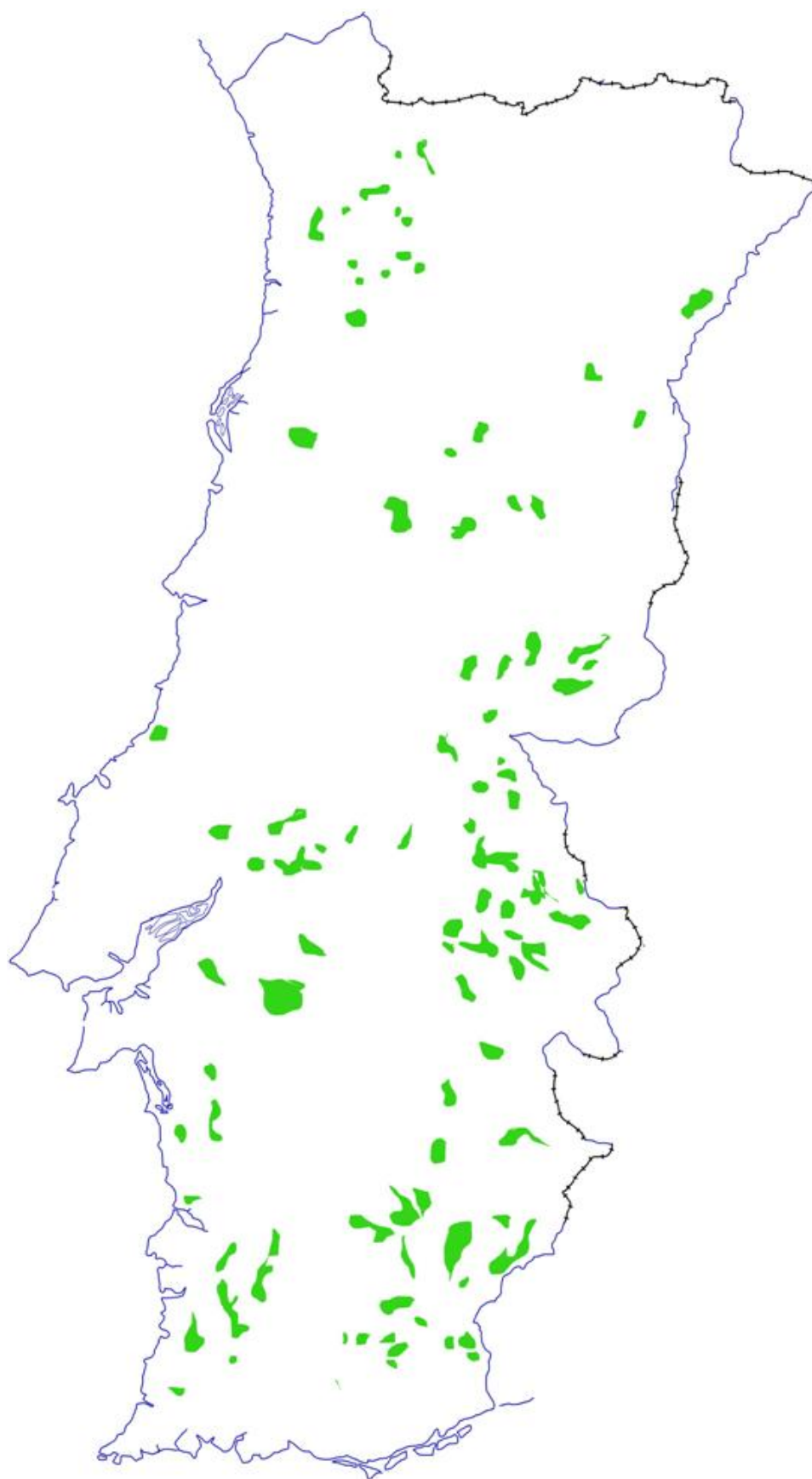


Figura 83 - Distribuição da vegetação no mapa de Portugal de Tomás López.

O mapa de Portugal figura os limites da divisão administrativa/judicial, estando dividido nas seis províncias, separadas por uma linha tracejada fina e dentro destas, a divisão dos Corregimentos e Ouvidorias, delimitados por uma linha pontuada. Como complemento desta informação, o cartógrafo indicou as localidades sedes de ouvidorias, provedorias, coutos ou concelhos, com o símbolo correspondente.

A figuração deste fenómeno, com este grau de pormenor, constitui uma novidade nos mapas de Portugal, mesmo nos mapas com escala semelhante. Como vimos anteriormente, Jefferys não figurou a divisão administrativa no seu mapa de Portugal por considerar que não possuía informações suficientes, até porque nem os mapas das províncias portuguesas, nas suas três diferentes versões, representavam estes limites. Todos os mapas e cartógrafos citados por López como fontes deste exemplar que figuram a divisão administrativa apresentam as províncias divididas em comarcas, ou segundo alguns autores em “territórios”, claramente baseados no protótipo de Nicolas Sanson de 1654.

Deste modo, López, ou teve acesso a outras fontes, ou com as mesmas fontes, tentou fixar aquilo que nenhum outro autor antes conseguiu. Para tal, deve ter-se socorrido de uma leitura atenta da obra *Geografia Histórica...* de D. Luís Caetano de Lima que, a dado momento refere: “esta divisão por *Correioens*, e *Ouvidorias*, nos parece mais fácil de perceber, do que a divisão ordinária por *Comarcas*, de que se servem muitos Geografos; pois que huma mesma Comarca, em virtude da jurisdição, que tem os Provedores (...) se estende a terras de *Correioens*, e *Ouvidorias* diferentes”³⁹⁶.

Em todo o caso, esta não deve ter sido uma tarefa fácil para López devido à inexistência de protótipos, o que salienta a sua faceta de desenhador/cartógrafo, mas que deve ter sido preparada com base em mapas de escala maior, como por exemplo, os já referidos mapas das províncias portuguesas da sua própria autoria, editados em Madrid em 1762. No entanto, não deixa de ser curioso notar que na legenda do mapa, o autor identifique o significado das linhas tracejadas e pontuadas como “Division de Reinos”; “Division de Provincias” e “Division de Comarcas”, que denuncia a utilização

³⁹⁶ Luís Caetano LIMA, 1736, vol.II, p. 4.

de fontes cartográficas que não foram actualizadas em relação ao conteúdo figurado no mapa.

Outro fenómeno em grande destaque é o povoamento que foi representado em quatro categorias distintas: cidade; vila grande; vila e lugar; paróquia; cada um com um símbolo diferente. Para cada localidade foi indicada a sua hierarquia religiosa, através do uso de símbolos próprios, desde arcebispado, bispado, colegiada, priorado da Ordem de Cristo ou Comenda da Ordem de Malta ou de Avis, bem como, a sua “condição nobiliárquica”, distinguindo-se os ducados, marquesados, condados, viscondados e baronias, identificadas pelas suas iniciais. As sedes de corregimentos, ouvidorias, provedorias, beeterias, concelhos e coutos, também foram assinaladas com um símbolo próprio.

Associada ao povoamento está a toponímia. Neste particular, López apresenta um maior número de topónimos do que o mapa de Jefferys e do que qualquer outra versão dos mapas das províncias portuguesas, incluindo aqueles editados pelo próprio em 1762. Para a análise toponímica, vamos tomar como exemplo ilustrativo a Província de Entre Douro e Minho.

Numa análise geral, pode-se dizer que a toponímia registada por Jefferys se mantém neste mapa, ainda que alguns topónimos tenham sido registados com uma nova grafia, como são exemplo “Cazal de Porto” – “Casal de Pedro”; “Farelains-Ralães”; “Bom deipaxo-Bomdespacho”. Outros nomes foram completamente eliminados, como foram os casos de “Fonteboa”, registado por Jefferys no vale do Cávado, entre Esposende e Barcelos e “Apela” e “Pena”, no limite sudeste da província, na margem direita do rio Douro.

A esta matriz toponímica que, recorde-se, se baseia no mapa de Grandpré, López acrescentou ainda mais nomes que obteve a partir de uma das fontes mencionadas na lista anexa ao mapa, o *Mappa de Portugal Antigo e Moderno* de João Bautista de Castro, obra que integrava a sua biblioteca particular³⁹⁷.

Para se compreender o processo de selecção de topónimos seguido pelo cartógrafo, analisámos três itinerários diferentes a partir da cidade do Porto, em direcção a Amarante, Braga e Barcelos respectivamente, e comparámos com os

³⁹⁷ Felicidad PATIER, 1992.

itinerários propostos por João Baptista de Castro. Os topónimos sublinhados são aqueles que já surgiam no mapa de Jeffferys.

Segundo o mapa de López a estrada que, partindo da cidade do Porto até Amarante, seguia por Gondoma(r)-Vendanova-Valongo-P^{te}.Ferreira-Baltar-Amourisca-Valiza-Paredes-Fonte Sagrada-Arifana-Villamea-Mancelos-Riba de Tâmega-Amarante.

Compara-se, agora, com o itinerário do *Mappa de Portugal*:

Por outro caminho, indo pela estrada do Porto.

De Lisboa ao Porto	52	Amarante	2
Do Porto à Venda Nova	1	Ovelha	1
A Val longo	1	Campeam	2
Baltar	2	Arabães	1
Arifana	2	Villa-Real	1
Villa meã	2		

Do Porto para Barcelos, por Baylio-Moreira-Lameira-Os nove Irmãos-A Magdalena-Bairão-Casal de Pedro-Ponte de Arcos-Ponte da Mulher Morta-Vilar de Gos-Carvalho-Cazabaia.

Segundo o *Mappa de Portugal*, este itinerário seria o seguinte:

CAPITULO IV.

Roteiro de Lisboa para a Villa de Barcellos, em que se contaõ sessenta leguas ao Norte.

De Lisb. até à Ciudad. do Port.	52	A Lameira	1
Do Porto ao Padraõ	1	Aos nove Irmãos	m.
Ao Convento da Morcira	1		

O Espaço desta legua he perigoso de inverno pelos grandes atoleiros, que ha.

A' Magdalena	m.	Ponte de Arcos	m.
Ao Casal de Pedro	1	Ponte da mulher morta	m.

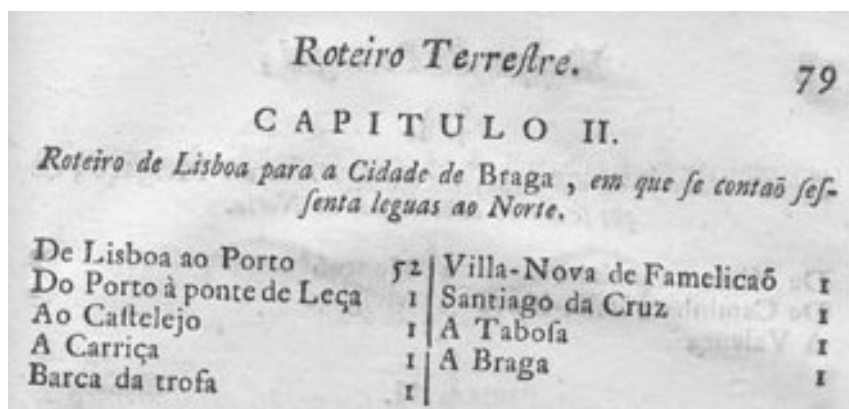
Neste transito, que he junto da Villa de Rates, ha hum ribeira, que passar.

Cacabaya 1 e m. - Barcélllos meya.

De Cacabaya a Barcélllos ha outro ribeiro, que de inverno he de má passagem.

Finalmente, o trajecto entre as duas cidades da Província de Entre Douro e Minho, do Porto a Braga, seria feito por Castelejo-Carriça-Barca da Troffa-Villanova de Famelição-Santiago da Cruz-Tabossa.

Como se pode comprovar, López seguiu totalmente o itinerário proposto pelo autor português:



Definitivamente, verifica-se que, a maior parte dos topónimos acrescentados neste mapa foram retirados da fonte portuguesa consultada por López. Contudo, outros topónimos há que indiciam que o autor espanhol recorreu a outras fontes de forma a completar a toponímia. Continuando com o exemplo da Província de Entre Douro e Minho, identificam-se três topónimos, todos registados na parte Sudeste da Província, ao longo da margem direita do rio Tâmega: “Penafiel” “Vera” e “Albuzalena”. Estes nomes foram registados primeiramente no mapa de Teixeira, em 1662, mas foram progressivamente desaparecendo dos mapas posteriores, ao ponto de não figurarem nas diferentes versões dos mapas regionais – incluindo a própria versão de López - nem no mapa de Jefferys. No entanto, em 1762, quando foram editados vários mapas de Portugal, principalmente em França, estes topónimos surgiram, de novo, nos mapas de Bellin, Nolin, Le Rouge e no de Campomanes, editado em Madrid. Muito naturalmente, todos estes mapas tinham por base o mapa de Pedro Teixeira.

A inclusão algo anacrónica destes topónimos, parece indiciar a vontade de López de incluir elementos comuns ao mapa que acompanhava a obra de Pedro Campomanes, *Notícia Geográfica del Reyno e Caminos de Portugal*, citado como fonte, até porque o autor era o seu mecenas, assim como o do hidrógrafo do Rei de França, Nicolas Bellin, de quem López era admirador como se pode comprovar, quer pelas inúmeras citações como fonte para muitos dos seus mapas, quer pelos livros e memórias que possuía na sua biblioteca³⁹⁸.

³⁹⁸ Ver a lista de citações a Bellin em Carmen LÍTER MAYAYO e Francisca SANCHIS BALLESTER, 1998, p. 29-32. A lista das oito obras de Bellin arroladas na biblioteca privada de Tomás López, pode ser consultada em Felicidade PATIER, 1992, p. 61-62.

O *Mappa de Portugal Antigo e Moderno* também se revelou uma importante fonte para a figuração das estradas que, neste mapa, mereceram um grande destaque por parte do autor. A rede viária foi representada de forma muito completa para todo o território português, melhor do que qualquer outra versão existente até aí, tornando o mapa num verdadeiro “Mapa das Estradas”.

Refira-se que o autor já havia representado a rede viária de Portugal nos mapas das províncias editados em 1762, mas não com este grau de pormenor. Naquela época, terá recorrido aos mapas gravados por Laurent para copiar as estradas aí figuradas, à semelhança daquilo que fizera Jefferys. Desta vez, talvez porque se tratava de uma obra especial, elaborada no contexto da Academia de la História, constituindo mesmo uma espécie de “prova de aptidão” do autor para ser admitido no seio daquela instituição como membro de pleno direito, em igualdade com os restantes ilustres académicos, o autor construiu a rede viária portuguesa dando, pela primeira vez, visibilidade cartográfica aos itinerários registados por Baptista de Castro.

De uma forma geral, a rede de estradas é muito mais densa no interior do país e ao longo da raia seca, muito particularmente na Província de Trás-os-Montes, o interior da Beira, numa faixa de território entre os rios Douro e Tejo, na região de Abrantes, que constituiu o centro de operações do Exército português durante a Guerra Fantástica e o Alto Alentejo. Esta informação reflecte a importância estratégica deste território, especialmente do ponto de vista militar, até porque, estas áreas constituíram o teatro de operações da guerra de 1762, tendo sido ocupado e reconhecido pelo exército espanhol, que fez vários levantamentos topográficos e militares dos territórios sob seu controlo, pelo que é provável que as fontes consultadas por López reflitam um conhecimento mais completo e detalhado destas regiões do país³⁹⁹.

Para complementar esta informação viária, o autor figurou e/ou identificou algumas das pontes principais que permitiam atravessar os rios, algumas vezes indicando o nome da ponte, outras desenhando uma ponte nas proximidades da

³⁹⁹ Ver os vários mapas, planos, plantas e reconhecimentos efectuados pelo exército espanhol nas províncias de Trás-os-Montes e Beira, durante a ocupação de 1762 em Carmen MANSO PORTO, 1999, p. 48-97. Ver também Vasco SALEMA, 1979, p. 7-59.

localidade que lhe servia de referência. Estas indicações revelavam-se preciosas quer para quem queria viajar pelo país, quer para quem pretendia controlar este território.

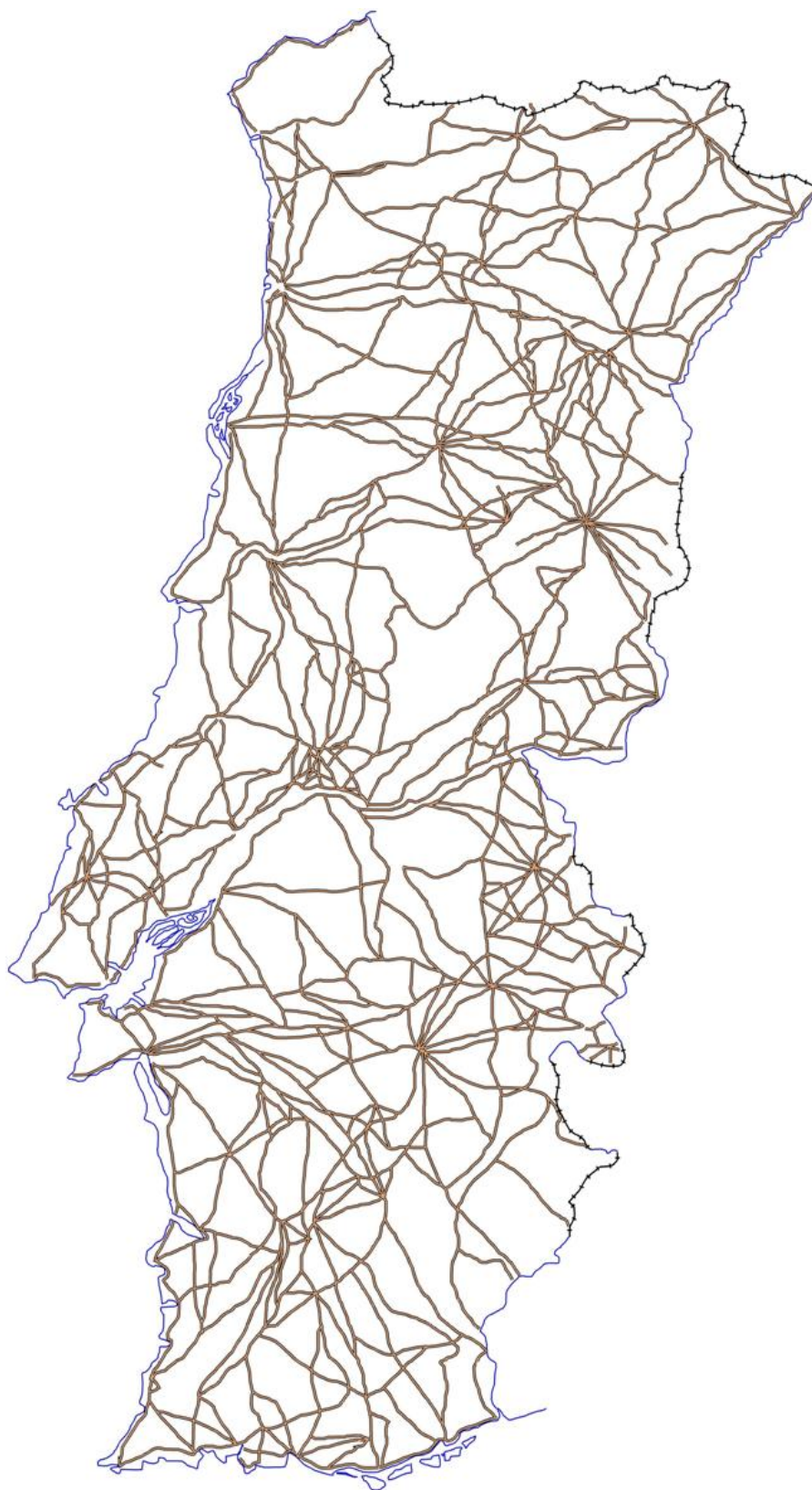


Figura 84 - Rede Viária do mapa de Portugal de Tomás López.

De forma mais específica, a ponto de merecer duas referências na própria legenda, estão indicados dois lugares de travessia do rio Tejo, um numa ponte de barcas e outro numa barca de passagem, ambos utilizados pelas tropas de Filipe V numa das campanhas da Guerra da Sucessão de Espanha, no início do século XVIII⁴⁰⁰. A figuração deste episódio histórico-militar, parecia querer dizer que, caso fosse necessário proceder a uma operação militar idêntica, os locais propícios para a travessia do rio Tejo já eram conhecidos e estavam devidamente assinalados no mapa.

Para além de toda esta vasta informação, o autor acrescentou a representação dos fortes e das praças de guerra de Portugal, algo que já tinha feito nos seus mapas regionais.

Na Província de Entre Douro e Minho, para além da linha de fronteira fortificada estabelecida no rio Minho, numa e noutra margem, o autor também prestou atenção aos fortes litorais, desde a foz daquele rio até à foz do rio Douro. No entanto, procedeu a alguns ajustes relativamente ao seu mapa de 1762: embora Caminha esteja presente sem a sua cintura amuralhada, a Lapela deixou de figurar como “praça-de-guerra”, Castro Laboreiro, Lindoso e Estrica, foram representadas com o símbolo de “fortes”, o que dava uma ideia mais “actualizada” das condições defensivas. Em Trás-os-Montes, apenas foram figuradas localidades com o símbolo de “Praça”. Comparativamente ao mapa regional desta província de 1762, apenas Freixo de Espada-à-Cinta foi acrescentada à lista.

A fronteira da Beira foi cuidadosamente representada com todas as praças e fortes aí existentes, desde a importante praça de Almeida, até aos fortes ou praças menores como Rosmaninhal, Penha Garcia, Monsanto, Alfaiates ou Penamacor. Na Estremadura, o autor prestou mais atenção às fortificações litorais, particularmente em Peniche e nos estuários dos rios Tejo e Sado. No Alentejo, sobretudo no Alto Alentejo, esta informação militar foi actualizada, tendo sido representadas as praças,

⁴⁰⁰ Esta campanha militar mereceu ampla cobertura propagandística, não só através de livros e panfletos, como também gravuras e mapas. Para este elemento específico, merecem ser mencionados dois documentos editados por Nicolas De Fer: a gravura intitulada *Pasage de el Rey Nuestro Señor por Puente de Barcas, que se construyò sobre el Taxo parair desde la Provincia de la Beyra, a la de Alentejo, el dia 30 de Mayo de 1704* e o mapa *La Glorieuse Campagne De Philippe V. Aux Environs Tage dans le provinces De Beira, Estramadura et Alentejo*, de 1705. Sobre a Guerra da Sucessão de Espanha, ver Cristina BORREGUERO BELTRÁN, 2003, p. 95-132, Isabel CLUNY, 2003, p. 51-70 e Fernando Dores COSTA, 2003, p. 71-96.

fortes e atalaias. No Algarve não se registam alterações relativamente ao mapa daquela Província de 1762.

Parece inegável que a fonte principal para esta informação foi o mapa de Thomas Jefferys. López, muito embora tenha copiado alguns erros presentes no mapa inglês, como o ter mantido a representação de praça-de-guerra em Ferreira do Alentejo, procedeu a algumas alterações como o ter figurado Marvão como praça-forte mas já não o fez em relação a Zebreira. Estas alterações basearam-se, certamente, noutras fontes.

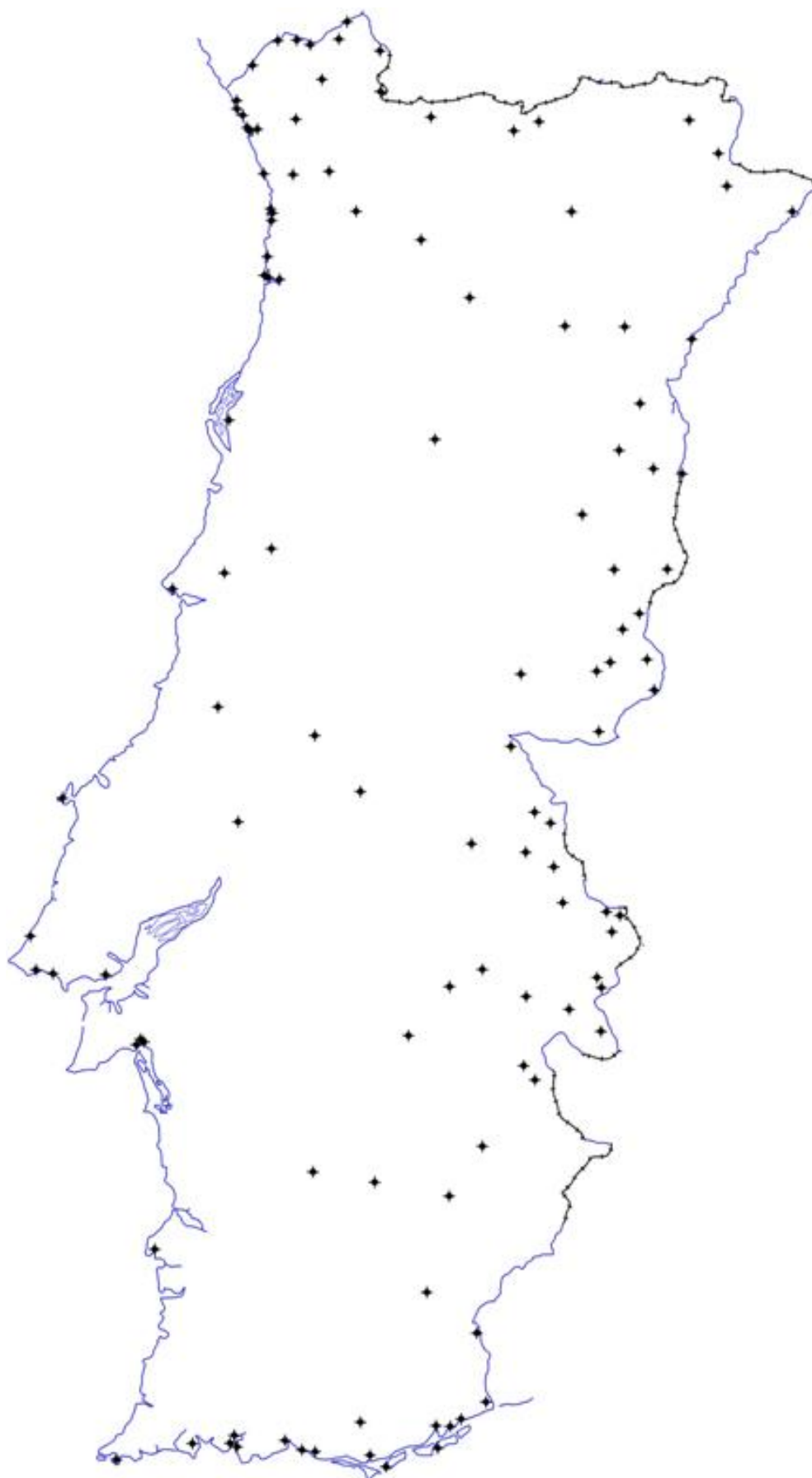


Figura 85 - Fortificações e localidades amuralhadas no mapa de Portugal de Tomás López.

Comparativamente ao mapa de Jefferys, uma das grandes alterações é o facto de López, com excepção da batalha de Ourique, ter omitido todas as referências às batalhas da Restauração ganhas pelos portugueses. Muito naturalmente, compreende-se a opção do autor, como súbdito do Rei de Espanha.

Ainda neste âmbito, importa analisar com mais atenção o cenário geopolítico e militar que enquadra este mapa. Como dissemos no início da análise deste exemplar, entre 1775 e 1777, viveu-se um clima de guerra aberta entre Portugal e Espanha pela definição das fronteiras no Sul do Brasil. No entanto, e como sempre, este clima de tensão bélica também se manifestou na Península Ibérica⁴⁰¹.

A consulta da correspondência oficial do embaixador português em Londres revela-se importante para se compreender todo este panorama⁴⁰². De facto, desde 1774 que Luís Pinto de Sousa Coutinho enviava relatórios sobre a posição inglesa em caso de conflito entre Portugal e Espanha na região do Rio da Prata. Se numa primeira abordagem os ingleses se mostraram solidários com a posição portuguesa, a partir de 1776 e com o deflagrar da Revolução Americana, as atenções da Coroa Britânica voltaram-se para as suas treze colónias norte-americanas.

É, precisamente, num destes relatórios datados de 1776, que Luís Pinto dá conta de um boato posto a circular nas delegações diplomáticas em Londres por um oficial britânico de nome O'Connor. Este dizia que a Espanha preparava um plano de invasão simultâneo ao Sul do Brasil e a Portugal continental. Ainda de acordo com este oficial, os espanhóis fariam um ataque de diversão sobre o Alentejo e Almeida, e atacariam frontalmente Abrantes sobre a Beira Baixa e pelo vale do Tejo, assim como no Entre Douro e Minho, entre Vila Nova de Cerveira e Caminha, marchando o exército invasor em direcção ao Porto.

O embaixador acrescentava que tinha tido conhecimento que o representante espanhol, Príncipe Masserano, havia comprado todos os exemplares do livro *Present Etat du Portugal*, da autoria de Charles Dumouriez, que tinha conseguido reunir e os tinha enviado para Espanha. Deste modo, concluía aquele diplomata, o melhor era

⁴⁰¹ Entre a vasta bibliografia disponível sobre este conflito, ver, por exemplo, Maria Fernanda BICALHO, 2005; Cecília MOREIRA, 2009; Daiane AZEREDO, s/d.

⁴⁰² Esta informação está depositada na B.P.M.P., correspondendo a 18 volumes manuscritos (Ms. 306 a Ms. 323), genericamente identificados como *Copiador de sua* [Luís Pinto de Sousa COUTINHO] *Correspondência com os ministros d'Estado de Portugal, em quanto esteve embaixador em Londres, 1774-1788*. Para acompanhar este episódio diplomático, ver Ms. 306 e Ms. 309.

vigiar os movimentos espanhóis e dever-se-ia contratar bons oficiais militares, não em Inglaterra, porque estavam ocupados com a rebelião americana mas, em alternativa, na Alemanha.

Neste contexto específico, a elaboração, em Espanha, de um mapa de Portugal de grandes dimensões e com características de mapa itinerário para uso militar, assume um significado particular. E esta, ainda que especulando um pouco, pode ser a explicação para o facto de López ter representado com grande destaque a passagem do rio Tejo pelas tropas espanholas, em 1704. Efectivamente, a acreditar neste boato, a invasão seria feita pelo vale do Tejo, depois de manobras de diversão no Alentejo.

O mapa de López constituiu um marco cartográfico dos finais do século XVIII, projectando-se mesmo para as primeiras décadas do século XIX. Cerca de dezasseis anos depois da edição londrina do mapa de Jefferys, esta nova imagem cartográfica perfilava-se como alternativa nesta categoria de mapas parietais de Portugal. Contudo, como se explicam as alterações, algumas delas significativas, entre o mapa de Jefferys e o de López? Para responder a esta questão, comecemos por consultar a lista de fontes apresentada pelo autor no próprio mapa.

Nesta lista, o autor começa por identificar as fontes literárias consultadas. Assim, aos clássicos portugueses do século XVI, André de Resende (*Antiguidades da Lusitania*) e Gaspar Estação (*Antiguidades de Portugal*), juntam-se algumas obras do século XVIII, nomeadamente a *Descripción de Portugal* de Bernardino de Stº. António e a *Geografia Histórica* de Luís Caetano de Lima, ambas da década de 1730, que se complementam com os mais recentes *Mapa de Portugal* de João Baptista de Castro e *Notícia Geográfica del Reyno e Caminos de Portugal* de Pedro Rodriguez Campomanes, ambos datados de 1762 (ou anterior, no caso de se tratar da primeira edição do *Mapa de Portugal*).

As fontes cartográficas são mais numerosas e agrupam-se cronologicamente de acordo com os principais conflitos político-militares entre os dois reinos ibéricos. Deste modo, López refere dois mapas da época da Guerra da Restauração, o mapa de Portugal de Pedro Teixeira de 1662 e a *carta manuscrita de la Provincia de Estremadura, parte del Reyno de Portugal y Algarve, dedicada al marqués de Fromista y Caracena, por el Maestre de Campo D. Luís Venegas, año de 1666*.

Datando da Guerra da Sucessão de Espanha, pode-se encontrar mapas gerais do país, como os de Vizarron e Nolin, ou mapas particulares, como os *planos topográficos e geográficos do cavaleiro Palhota* e um mapa particular do terreno entre Almeida e Alcântara, sem autor, todos datados de 1704⁴⁰³. Mesmo os dois mapas de Portugal feitos por autores holandeses, um de Nicolas Visscher e outro de F. de Wit, devem datar dos finais do século XVII ou inícios do século XVIII devendo estar, também, relacionados com a Guerra da Sucessão de Espanha.

Algumas referências avulsas para os mapas de Homann de 1736, o mapa do Patriarcado gravado por Grandpré e datado da década de 1740, um mapa da Península de 1751 e um do porto de Lisboa de 1756, ambos da autoria de Bellin e, finalmente, o mapa de Portugal de Pedro Gendrón de 1754. De 1762, ano da Guerra Fantástica, López menciona como fontes, os mapas de Campomanes, Rizzi-Zannoni e Jefferys. Não são referidas fontes posteriores a 1762. Poderá isto significar que López compôs este mapa, fundamentalmente, com as fontes cartográficas que terá trazido de Paris aquando da sua formação profissional e, por isso mesmo, anteriores a 1760? Curiosamente, estes são os mesmos mapas de Portugal arrolados no *Catálogo General de los Atlas, Mapas, Cartas y Planos Extranjeros, que se venden en casa del Geógrafo Don Juan Lopez*, em 1808⁴⁰⁴.

Muitos outros mapas e autores foram mencionados, todos anteriores a 1762, referindo o autor que “el Mapa primitivo, y que puede llamarse original, es el del Teixeira: por el que sacaron las primeras copias, y despues se trasladaron unos à los otros, desfigurando el original...”. Integram a lista cerca de três dezenas de cartógrafos

⁴⁰³ O mapa do cavaleiro Palhota denomina-se *Corografía perteneciente alas dos Provincias de la Veira y del Alentejo de Portugal placas y territorio conquistado porel Rey de España D. Phelipe Vº Nº Sr. ysus acampamentos desde el Principo de Mayo asta los primeros dias de Julio en este año de 1704*, foi editado em Madrid e tem associado o nome de Nicolas de Fer; o mesmo autor, para além da gravura da travessia do rio Tejo pelas tropas de Filipe V, de que já demos conta, também editou a planta *Portalegre sitiada y rendida por el rey N. S. en 8. de junio en 1704 / Eques Philippus Pallotta, Sacrae Catholicae Majestatis Architectus, &c inven. et del. ; et Nicol. de Fer Geograph. ejusdem Maiestatis direxit Opus*, em 1704. Um exemplar deste mapa pode ser consultado na B.N.P. sob a cota C.C. 1804 A. O mapa da fronteira de Portugal, sem autor, deve ser a já analisada *Carte particuliere de la Frontiere de Portugal, ou l'on a marque les Lieux ou les Armées ont campé depuis le 1^{er}. Septembre jusquau 27. Octobre 1704*, referida por Bellin na notícia explicativa do seu mapa, que também é uma das fontes usadas por López (figura 27). Este mapa, poderá ter tido origem no mapa manuscrito [*Carte des opérations militaires dans la région située entre Alcantara et Almeida, autour de Ciudad Rodrigo*], exemplar que se conserva na B.N.F sob a cota Ge DD – 2987 (1700B). Assim sendo, os mapas manuscritos elaborados por militares durante os conflitos fronteiriços, foram aproveitados pelo autor para completar a informação do mapa para aquelas áreas.

⁴⁰⁴ Ver Agustín HERNANDO, 2008, p. 193.

e editores, quase metade são autores franceses (42%), depois os holandeses (23%), os portugueses (13%) e os espanhóis (10%), por fim os italianos (7%), os alemães (3%) e os ingleses (3%)⁴⁰⁵.

A acreditar nesta lista, López não teve acesso a mais informação do que Jefferys, pois as fontes mencionadas também estavam acessíveis para o inglês. Talvez a excepção possa ser o trabalho de Campomanes, quer o mapa, quer a descrição geográfica, mas é claramente insuficiente para explicar as diferenças já evidenciadas entre os mapas destes dois autores. A explicação passará, então, por identificar as fontes consultadas mas não mencionadas. Para isso revela-se fundamental conhecer não só a biblioteca privada do autor, como também, as outras bibliotecas ou arquivos aos quais tinha acesso franqueado⁴⁰⁶.

Na sua biblioteca privada, inventariada no início do século XIX, descobre-se que a maior parte das obras sobre Portugal são datadas do século XVIII, particularmente do ano de 1762, altura em que, devido à Guerra Fantástica, houve um aumento da produção editorial sobre Portugal. Para além das obras que citou no mapa, o autor possuía alguns exemplares de Histórias de Portugal de autores franceses, concretamente J. F. Lafitau com a *Histoire des découvertes et conquêtes des Portugais* de 1733 e La Clede, com a *Histoire Générale de Portugal*, editada em 1735, assim como a *Nueva corografica description de Portugal* de Juan Gonzalez de 1762 e a *Descripción historica y Geografia del Reyno de Portugal* de Francisco Mariano Nifo, também de 1762. A estes se junta a segunda edição da obra de Gerónimo de Mascarenhas, um aristocrata português que aquando da Guerra da Restauração tomou o partido espanhol e, como recompensa, Filipe IV fez bispo de Segóvia, denominada *Campaña de Portugal por la parte de Estremadura el año de 1662 executada por el Serenisimo Señor Don Juan de Austria...* com uma segunda edição datada de 1762.

Não há na biblioteca de López muitas obras sobre Portugal com datas posteriores a 1762 e anteriores a 1778, ainda que se identifique o *Tratado completo de Navegação* (1764), de Francisco Xavier do Rego e o *État présent du Royaume de Portugal* (1775), de Charles Dumouriez, esta última com várias referências geográficas.

⁴⁰⁵ Ver o estudo de João Carlos GARCIA e Luís Miguel MOREIRA, 2008, p. 109-112.

⁴⁰⁶ A biblioteca de Tomás López foi inventariada por Felicidad PATIER, 1992. O confronto entre as fontes mencionadas e aquelas que figuram na biblioteca privada de López já foi feito por João Carlos GARCIA e Luís Miguel MOREIRA, 2008, p.113.

No entanto, todas estas obras são generalistas e pouco ou nada acrescentam às informações constantes nas obras mencionadas no mapa. Assim, será necessário procurar outras fontes a que López terá tido acesso, desde logo como elemento da Real Academia de la História.

Certamente que, enquanto membro ou colaborador desta Academia, López acedeu a inúmeros documentos que, doutra forma, lhe estariam vedados. Tendo em conta que alguns dos académicos mais ilustres eram políticos, diplomatas e militares facilmente podemos especular que López poderia ter visto documentos manuscritos, secretos e de circulação restrita, e cuja informação foi, depois, vertida para alguns dos seus mapas⁴⁰⁷. Não menos importante era a biblioteca da Academia que permitia que o autor acesse a obras, manuscritas ou impressas, muitas delas resultantes de trocas efectuadas entre Academias de diferentes países ou adquiridas por encomenda a diversos livreiros⁴⁰⁸.

Também deveremos ter em conta as fontes utilizadas por Tomás López para a composição dos mapas das Províncias de Espanha, nomeadamente o seu mapa da Extremadura editado em 1766. Embora o mapa em si não figure muita informação relativa ao território português, é bem possível que as suas fontes, muitas vezes constituídas por inquéritos remetidos aos párocos locais, fizessem referência a pormenores topográficos e corográficos da área fronteiriça⁴⁰⁹.

Em todo o caso, partir da análise às fontes identificadas, torna-se possível afirmar que a fonte mais provável e mais próxima usada por López foi o mapa de Thomas Jefferys de 1762. O cartógrafo espanhol, a partir do protótipo inglês, terá procedido a algumas alterações, acrescentando ou eliminando um ou outro detalhe, aumentando, consideravelmente, a toponímia e redefinindo a rede viária portuguesa. No entanto, a generalidade da linha de costa, a configuração dos limites provinciais, a rede hidrográfica, a distribuição do relevo, os pontos fortificados, etc., mantêm a mesma configuração de 1762.

⁴⁰⁷ António LÓPEZ GÓMEZ e Carmen MANSO PORTO, 2006, 130-131.

⁴⁰⁸ Tal foi o caso da obra do português padre Luís Cardoso, *Dicionário Geográfico...* utilizada na Academia como protótipo para o projecto de realizar um Dicionário Geográfico de Espanha, projecto que, a partir de 1792, foi coordenado por Tomás López. Cfr. António LÓPEZ GÓMEZ e Carmen MANSO PORTO, 2006, p. 172, 178 e 214.

⁴⁰⁹ Sobre os métodos cartográficos e as fontes de Tomás López, ver Carlos de SAN ANTONIO GÓMEZ, Francisco MANZANO AGUGLIARO e Miguel Ángel LEÓN CASAS, 2005 e Francisco MANZANO AGUGLIARO, Gil MANZANO AGUGLIARO e Carlos de SAN ANTONIO GÓMEZ, 2005.

No entanto, parece existir um padrão nestas alterações introduzidas por López no mapa de Jefferys: um grande número localiza-se na faixa fronteiriça das províncias de Trás-os-Montes, Beira e Alentejo, sobretudo a parte Norte, precisamente a área territorial que conheceu as principais movimentações militares aquando da Guerra Fantástica.

Partindo deste facto, podemos especular que López, de alguma forma, pode ter tido acesso a documentação militar sobre aquela campanha e, desse modo, obteve um conhecimento mais preciso e actualizado do território, permitindo-se introduzir as alterações necessárias. Esta é uma hipótese plausível, porque como se sabe, López mantinha contactos com oficiais militares que lhe forneciam mapas e outros documentos a partir dos quais elaborava a sua Cartografia, tal como aconteceu no seu mapa da Colónia do Sacramento de 1778⁴¹⁰.

A acrescentar a tudo isto, há um conjunto de mapas e relatórios referentes à campanha de invasão a Portugal, em 1762, por parte de Espanha, que se encontra, actualmente, depositada nos arquivos da Real Academia de la História, em Madrid. Estariam já estes mapas naquela instituição no último quartel de Setecentos? Poderia López ter tido acesso a estes ou outros documentos semelhantes, quer enquanto membro daquela Academia, quer como geógrafo?

⁴¹⁰ Ver João Carlos GARCIA e Luís Miguel MOREIRA, 2008.

CAPÍTULO V

5.1 - A construção do Mapa de Portugal: validação de imagens cartográficas, 1790 – 1865.

Se durante o governo do Marquês de Pombal, o conhecimento do território, peninsular ou ultramarino se afirmou, principalmente, como estratégia de consolidação do Poder Central, no reinado de D. Maria I serviu como instrumento de reforma e de ordenamento do território, de modo a preparar eficazmente a administração do Estado, a defesa nacional e a promover o desenvolvimento económico interno do país⁴¹¹. Para tal revelou-se especialmente importante o contributo das várias instituições criadas nas últimas duas décadas do século XVIII, promovendo o reconhecimento geográfico do País⁴¹². A Cartografia e as memórias descritivas entretanto produzidas - frequentemente complementadas com quadros estatísticos - revelaram-se instrumentos privilegiados da acção reformadora da Administração Central.

Uma destas instituições foi a Academia Real das Ciências de Lisboa, fundada pelo 2º Duque de Lafões e pelo Abade Correia da Serra, em 1 de Dezembro de 1779⁴¹³. Influenciados pelo espírito das Luzes e imbuídos dos ideais fisiocráticos que então vigoravam, os seus membros e sócios correspondentes produziram vários estudos monográficos, memórias descritivas e estatísticas sobre a situação económica (estado da agricultura, pescas, comércio, indústria, ...) e demográfica das várias províncias do Reino⁴¹⁴. Todo este esforço de recolha de informação culminou com a publicação das

⁴¹¹ Ver Ana Cristina Nogueira da SILVA e António Manuel HESPANHA, 1998, pp. 38-40.

⁴¹² Maria de Fátima NUNES, 1988, p. 21-46.

⁴¹³ Sobre o contexto da sua criação e actuação nos primeiros anos, ver Ilídio AMARAL, 2009.

⁴¹⁴ Deste modo, a década de 1790 foi profícua em "estatísticas" populacionais e económicas se bem que, na maioria dos casos, apenas com carácter local ou regional e entre estas últimas destacam-se os levantamentos das províncias do Entre Douro e Minho e também de Trás-os-Montes. Ainda assim, será necessário esperar por 1801 para vermos concretizado o primeiro "Censo" nacional, como corolário das diversas tentativas de se medir o país, tal como preconizavam os teorizadores desta nova disciplina que dava pelo nome de "Estatística". Veja-se as obras de Domingos VANDELLI, 1987 e de José António de SÁ, 1801. Cfr. António CRUZ, 1970; Joaquim Veríssimo SERRÃO e Luís de ALBUQUERQUE, 1970; Fernando de SOUSA, 1997 e 2001, Luís Espinha da SILVEIRA, 1997.

diversas *Memórias da Academia das Ciências*: matemáticas, económicas e literárias, que divulgavam o que de mais recente se conhecia sobre o nosso território⁴¹⁵.

Associadas ao mesmo movimento inspirador da criação da Academia das Ciências, surgiram outras academias e agremiações noutras localidades do País, para além da capital, e de carácter local ou regional, graças ao impulso de alguns espíritos "iluminados". Contudo, ao contrário do que sucedeu noutros países, nomeadamente em Espanha, estas Sociedades tiveram, quase sempre, uma importância e influência limitada, assim como uma existência efémera⁴¹⁶.

Também durante o último quartel de Setecentos assistiu-se a um esforço no sentido de se criar um corpo institucional responsável pela formação de engenheiros militares e de outros técnicos especializados, capazes de assegurarem as tarefas de organização e de ordenamento do território, tanto no que dizia respeito aos assuntos puramente militares, como nos grandes projectos de obras públicas.

Mencionaremos, de forma sucinta, a criação da Aula de Pilotos, em 20 de Janeiro de 1779 - mais tarde, em 1796, transformada em Academia Real dos Guardas Marinhas⁴¹⁷ – e que substituiu a antiga Aula do Cosmógrafo-Mor e, ainda em 1779, na cidade do Porto, a Aula Pública de Debuxo e Desenho, que se associava à Aula de Náutica, e que em 1803, seriam transformadas na Academia Real de Marinha e Comércio da Cidade do Porto⁴¹⁸.

Uma maior atenção merece duas instituições cujos objectivos principais eram, por uma lado, a preparação de técnicos capazes de proceder ao levantamento de mapas e, por outro lado, a divulgação dos conhecimentos cartográficos do país, gravando e imprimindo os mapas produzidos. Em 1779, por decreto real, a então denominada Academia Militar foi substituída pela Academia Real da Marinha⁴¹⁹. A Coroa considerava necessário preparar oficiais para a Marinha, instruindo-os nas

⁴¹⁵ Uma parte deste enorme contributo foi impresso e divulgado pelo público mas, outra parte das memórias permaneceram manuscritas e, ainda hoje, constituem um importante acervo documental da Academia das Ciências de Lisboa. Cfr. os Catálogos Azul e Vermelho dos manuscritos da Academia das Ciências de Lisboa e José Luís CARDOSO, 1987 e 1990.

⁴¹⁶ Para o exemplo espanhol cfr. António REGUERA RODRÍGUEZ, 1993, p. 32.

⁴¹⁷ H. FONSECA, 1975, p. 5-7.

⁴¹⁸ José Silvestre RIBEIRO, vol. II, 1872, p.387-427. Sobre as instituições portuenses, ver Anni Günther NONELL, 2002, p. 53-64 e Cândido dos SANTOS, 2011.

⁴¹⁹ Para a análise da evolução da Academia Militar e as sucessivas reestruturações sofridas, consultar Dorbalino dos Santos MARTINS, 1990, pp. 12 - 13.

técnicas de navegação, assim como, nas técnicas de levantamento cartográfico, ainda que privilegiando a Cartografia hidrográfica, pois constituía dever de todos os pilotos da Marinha de Guerra "...tirar as configurações das costas e ilhas que avistassem do mar, e dos portos,..."⁴²⁰. Deste modo, o ensino da Cartografia não tinha sido esquecido, tanto mais que todos os oficiais que quisessem tirar o curso de Engenharia Militar teriam de obter o curso de Matemática, que era também comum aos aspirantes a oficiais da Marinha, complementado com aulas de fortificação e engenharia. Em suma, a Coroa concentrou numa só instituição a formação e o ensino de oficiais da Marinha e da Engenharia Militar portuguesas⁴²¹.

Contudo, como a Academia Real da Marinha não promoveu o ensino específico da engenharia militar, pelo que não se formavam técnicos especializados, onze anos mais tarde, em 1790, a Coroa viu-se na contingência de enquadrar o ensino daquela disciplina na nova Academia Real da Fortificação, Artilharia e Desenho, com o intuito de rapidamente criar um corpo de engenheiros no Exército, reconhecendo, assim, um estatuto especial a estes técnicos⁴²².

O Curso desta academia, era composto por quatro anos, sendo os três primeiros dedicados, em exclusivo, a assuntos militares, como fortificação e artilharia, e o último ano dedicado à "arquitectura civil", onde os aspirantes a engenheiros deveriam aprender "[...] os melhores métodos de construção de caminhos e calçadas e, finalmente, a hidráulica, a arquitectura das pontes, canais, portos, diques e comportas[...]"⁴²³.

A outra instituição foi criada em 1798, por iniciativa de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ministro do Reino, e denominou-se Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica para Desenho, Gravura e Impressão das Cartas Hidrográficas, Geográficas e Militares. As suas atribuições, encontram-se explicitadas no preâmbulo do alvará de 30 de Junho que deu origem a esta instituição e que resume, exemplarmente, o contexto

⁴²⁰ José Silvestre RIBEIRO, vol. II, 1872, p.35.

⁴²¹ Para analisar a evolução do ensino militar em Portugal, de uma forma breve, consultar Fernando MARQUES, 1999, pp. 63-65 e, de uma forma mais completa Rui BEBIANO, 2000, sobretudo o capítulo 5 do seu estudo.

⁴²² Rui Manuel de Almeida Trigueiros SAMPAIO, 1991. Sobre os objectivos na criação desta Academia, ver Manuel Jorge Pereira de CARVALHO, 1995, pp. 95-185.

⁴²³ Ver José Silvestre RIBEIRO, vol. II, 1872, p. 30.

da época: [...] e sendo-me presente de uma parte a falta e penúria que sente a minha Marinha Real e Mercante de boas Cartas Hidrográficas, achando-se até na necessidade de comprar as das nações estrangeiras e de se servir muitas vezes de algumas que pela sua incorrecção expõem os navegantes a gravíssimos perigos; e da outra parte reconhecendo a necessidade de publicar-se a grande e exacta Carta Geral do Reino em que tenho mandado trabalhar pessoas de grande merecimento e que nada tem que invejar, no que se acha já principado, aos outros estabelecimentos da mesma natureza que existem na Europa; e sentindo igualmente a necessidade de fazer gravar para o serviço dos meus Exércitos Cartas Militares, assim como Cartas em que se delineem as Obras Hidráulicas de Canais e outras semelhantes [...]⁴²⁴. Pela leitura deste alvará conclui-se que, pese embora o progressivo esforço desenvolvido pela Coroa portuguesa, a Cartografia nacional ainda não tinha atingido um desenvolvimento adequado às necessidades do "Estado", obrigando-o a recorrer a mapas estrangeiros. Por esta razão, a Sociedade Real tinha como objectivo publicar os mapas produzidos, tentando minimizar a dependência portuguesa face ao estrangeiro para a impressão de Cartografia. Refira-se que, para isso, foi contratado o oficial estrangeiro, Louis André Dupuis.

A Sociedade Real estava dividida em duas Classes, sendo a primeira responsável pelas Cartas Hidrográficas e a segunda pelas Cartas Geográficas, Militares e Hidráulicas. A referida instituição trabalhou de forma regular até 1807, diminuindo a sua actividade após a primeira invasão francesa, sendo definitivamente encerrada em 1809⁴²⁵.

No entanto, a sua actividade não se resumiu à produção cartográfica - cujo encargo era da responsabilidade do Real Corpo de Engenheiros⁴²⁶ - pois também apoiou o desenvolvimento de todos os tipos de conhecimentos sobre o País, colocando-se esta instituição como precursora do Instituto Português de Cartografia e Cadastro, do Instituto Geográfico do Exército e do Instituto Hidrográfico⁴²⁷. Se percorrermos o catálogo das obras (cartográficas ou não) produzidas sob o patrocínio desta Sociedade, poderemos tomar consciência do importante contributo dado pelos

⁴²⁴ Transcrito por Avelino Teixeira da MOTA, 1972, pp. 237 e 238.

⁴²⁵ Rosalina CUNHA, 1967, p. 58.

⁴²⁶ Rui Miguel BRANCO, 2000, p. 5.

⁴²⁷ Avelino Teixeira da MOTA, 1965, p. 7. Ver também Rui Miguel BRANCO, 2000.

seus membros para o progresso das ciências, em Portugal: trabalhos de astronomia, estudos pioneiros sobre marés, descrições geográficas, métodos de levantamento cartográficos, etc.⁴²⁸ .

O espírito iluminista da época aliado à acção reformista da Administração Central, fez aumentar o interesse pela Cartografia e, ao mesmo tempo, crescer o desejo, tanto nos governantes como na comunidade científica portuguesa, de completar uma carta topográfica do Reino - que se prestasse à administração civil e militar - utilizando as mais recentes medições geodésicas, à semelhança do que a Coroa francesa havia iniciado um século antes e que, por esta altura, apresentava os seus resultados finais e juntando-se, assim, à Grã-Bretanha que também iniciou os seus trabalhos topográficos. Esta era, como já tivemos ocasião de referir, uma antiga pretensão que remontava, pelo menos, ao tempo de Manuel Azevedo Fortes Engenheiro-Mor do Reino, mas que só nos finais do século XVIII encontrou as condições necessárias para ser concretizada.

Assim, numa sessão apresentada à Academia Real das Ciências de Lisboa, em 1787, o general Stockler propôs o levantamento de uma carta topográfica moderna que pudesse servir de objecto de utilidade para a Administração. O general sugeria, ainda, que esta carta fosse completada com memórias militares de modo a torná-la mais apta para a preparação da defesa do Reino: “este plano carecia sem duvida de hum conhecimento muito miúdo e muito reflectido do nosso paiz, o qual eu não devo dissimular que nem o Duque nem outro algum Official Portuguez então tinha; e exigia mui particularmente huma idéa exacta de toda a nossa fronteira. Fundado nesta opinião he que o autor destas Cartas havia proposto na Academia Real das Sciencias de Lisboa no anno de 1787 o projecto de fazer levantar hunma Carta topográfica do Reino em ponto suficiente para sobre ella se formarem, e se discutirem quaisquer projectos económicos, ou militares, que podessem concorrer para a segurança, fertilidade, e commercio interior d’este paiz: e que lembrou que addiccionando-se alguns Officiaes Engenheiros aos Socios militares, poderiam estes ser empregues em fazer huma vizita,

⁴²⁸ Sobre a importância desta Sociedade, ver José Maria Dantas PEREIRA, 1832; Avelino Teixeira da MOTA, 1965, pp. 7-18; 1972, 237-310; Rosalina CUNHA, 1967, pp. 57-67; Max Justo GUEDES, 1974; Humberto Gabriel MENDES, 1983, pp. 1-43; Inácio GUERREIRO, 1985; Maria de Fátima NUNES, 1990, pp. 765-771 e mais recentemente, Íris KANTOR, 2010, p. 110-123.

ou inspecção militar de todo o Reino a fim de reconhecê-lo perfeitamente, e de adicionar a Carta topográfica geral com Cartas particulares mais miudamente especificadas, e com as convenientes Memorias militares, que facilitassem aos Generaes Portuguezes o conhecimento das vantagens e proporções defensivas das diversas Provincias, e da sua respectiva influencia na defeza geral”.⁴²⁹

Desde então, foi lançado um debate sobre os métodos e os meios necessários para levantar um mapa topográfico do território português, tendo sido propostas algumas hipóteses, como se comprova pela correspondência trocada entre o Secretário da Academia das Ciências, José Correia da Serra, e o sócio Custódio Gomes de Villasboas, brigadeiro de artilharia, futuro lente da Academia de Fortificação e membro da Sociedade Real⁴³⁰.

As propostas discutidas na Academia apontavam para que os levantamentos fossem feitos por Comarca e depois reunidos de forma a compor o mapa geral do país. Uma primeira tentativa foi feita na Comarca de Setúbal, sob a responsabilidade do engenheiro Pretorius. Contudo, o projecto foi abandonado nos inícios de 1790 por desentendimentos vários entre os executores, relativamente à qualidade do trabalho final e porque depressa se compreendeu que o projecto ultrapassava as possibilidades da Academia. Neste sentido, o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Luís Pinto de Sousa Coutinho, patrocinou a criação de uma "comissão dos trabalhos geodésicos", cuja missão era estabelecer uma rede para a Triangulação Geral do Reino⁴³¹.

⁴²⁹ Cristóvão Aires de Magalhães SEPÚLVEDA, 1910, p. 244 e Francisco STOCKLER, 1813, p. 16.

⁴³⁰ A carta datada de 5 de Outubro de 1789, enviada ao Secretário da Academia de Ciências, por Custódio Gomes de Villasboas, versa sobre o método com que se deve proceder à construção da Carta Geográfica do Reino. Cfr. Maria Helena DIAS, 2003. A carta conserva-se no AHM, 4ª Div., 1ª Secção, Cx. 16, nº 20. Agradeço à Professora Maria Helena Dias que, muito gentilmente, me facultou esta informação. Este autor, era tio de Custódio José Gomes de Villasboas, personagem que analisámos na nossa tese de mestrado, confundindo-se, frequentemente, ambos os percursos biográficos. Sobre a discussão da identidade dos autores, consultar as obras de António CRUZ, 1970, pp. 7-19 e de Bernardino AMÂNDIO, 1994, pp. 15-21. O Brigadeiro Custódio Villasboas, foi o autor de diversas observações astronómicas publicadas nas *Memórias* da Academia Real das Ciências. Traduziu o *Curso de Matemática escrito para uso dos guardas bandeiras e guardas marinhas*, do matemático francês Bezout, assim como o *Atlas Celeste* de Flamsteed, em colaboração com Francisco António Ciera (cfr. Bernardino AMÂNDIO, 1994, p. 20). Morreu em 1808, desempenhando as funções de Governador da Praça de Valença.

⁴³¹ Para uma panorâmica geral do contexto em que os levantamentos topográficos foram executados ver Maria Helena DIAS, 2003, p. 383-396, e 2010.

Sobre a acção de Sousa Coutinho, podemos dizer que foi o homem certo no lugar certo para impulsionar este levantamento cartográfico, já que era o embaixador português em Londres, no ano em que se iniciaram os levantamentos geodésicos da Grã-Bretanha, com o intuito de construir uma carta topográfica, encontrando-se, assim, familiarizado com as vantagens para a Administração em patrocinar este tipo de iniciativa⁴³². Anteriormente, entre 1777 e 1779, ainda como ministro plenipotenciário em Londres, tratou do processo de aquisição de vários “instrumentos matemáticos e astronómicos” encomendados pela Coroa a pedido de Miguel António Ciera que, nessa época, era Lente de Matemática na Universidade de Coimbra. O contacto português em Londres era, então, João Jacinto de Magalhães que mantinha relações privilegiadas com os principais fabricantes londrinos de instrumentos científicos⁴³³. Deste modo, o ministro português para além de conhecer as vantagens de possuir um mapa do país apoiado em levantamentos topográficos e em medições geodésicas e trigonométricas, possuía também, uma rede de conhecimentos que incluía os principais fabricantes de aparelhos científicos e os melhores geógrafos e impressores de Londres.

Luís Pinto de Sousa Coutinho, senhor dos morgados de Balsemão, Sá, Toens e Leomil, terá cursado Matemática em Coimbra mas, depois de ter viajado pela Europa como Cavaleiro de Malta, alistou-se no exército, tendo sido promovido a capitão do Regimento de Cavalaria de Almeida em Junho de 1762, pelo que se admite que tenha participado activamente na Guerra Fantástica. Em 1765 era já Tenente-Coronel do Regimento de Artilharia do Porto, aquartelado em Valença e, a confirmar-se a sua presença efectiva, tudo indica que tenha contactado com José Anastácio da Cunha matemático e autor de obras de balística, futuro lente na renovada Universidade de

⁴³² Cfr. José RIBEIRO, vol. II, 1872, p. 142.

⁴³³ Em Agosto de 1779, Luís Pinto de Sousa Coutinho refere-se de forma elogiosa a João Jacinto de Magalhães, fazendo, mesmo, uma recomendação para que se torne membro correspondente ou da Universidade de Coimbra ou da “Academia Náutica de Lisboa”, como era seu desejo, a troco de uma pensão anual paga pelo governo de Portugal. Nesta carta, informa o Ministério que a aquisição dos instrumentos científicos pretendidos por Ciera, só foi possível graças à rede de contactos com diversos artistas londrinos mantida por Jacinto de Magalhães. Este era membro das mais importantes e prestigiadas academias científicas europeias e americanas, construiu vários instrumentos científicos, publicou vários estudos e artigos científicos, para além de manter contacto com as mais importantes personalidades do iluminismo europeu da época. Cfr. B.P.M.P., Ms. 311, nº 311, nº 313, nº 328, nº 337 e nº 344. Sobre João Jacinto de Magalhães, ver Joaquim CARVALHO, 1987; Carlos MORAIS, 1999 e Manuel VILLAS-BOAS, 2000.

Coimbra⁴³⁴. Em 1767 foi nomeado Governador e Capitão General de Mato Grosso e Cuiabá, onde chegou no início de 1769, aí permanecendo até 1772.

Em 1774 foi enviado para a Corte de Londres como Ministro Plenipotenciário de Portugal e aí se conservou até 1788, ano em que assumiu a pasta dos Negócios Estrangeiros. No desempenho deste cargo procedeu a várias reformas militares, salientando-se a criação da Real Academia de Fortificação e Desenho, em 1790, e conduziu a política externa portuguesa durante os conturbados anos da Revolução Francesa que culminariam com as Guerras do Rossilhão e das Laranjas. A sua acção para a assinatura do Tratado de Paz de Badajoz, que pôs fim a este último conflito, valeu-lhe o título de “1º Visconde de Balsemão”. Em 1801 foi nomeado ministro do Reino, cargo que desempenhou até à sua morte, muitas vezes acumulando interinamente os Negócios Estrangeiros, tendo sido agraciado com várias Ordens honoríficas. Foi Secretário de Estado da Real Casa de Bragança, académico da Academia das Ciências de Lisboa, Tenente General dos Exércitos e, também, poeta⁴³⁵.

O conhecimento directo da experiência inglesa revelou-se importante para a coordenação dos trabalhos geodésicos e topográficos em Portugal pois, à semelhança do que se passou em Inglaterra, o projecto inicial foi idealizado pela Academia mas a sua execução, em moldes diferentes, caberia aos engenheiros militares⁴³⁶. A rede geodésica permitiria alcançar um objectivo importante: ligar o país a outras redes geodésicas, nomeadamente a Espanha, França e Grã-Bretanha, possibilitando que Portugal participasse no desenvolvimento da Cartografia científica europeia.

Para coordenar este projecto, foi nomeado o lente da Academia Real da Marinha, Francisco António Ciera (filho de Miguel Ciera), que rapidamente esboçou um plano de trabalho para a execução da Carta Geográfica (ou Topográfica) do Reino, sugerindo a nomeação de alguns colaboradores, entre os quais, Carlos Frederico Bernardo de Caula e Pedro Folque e propondo a utilização dos engenheiros militares – tanto os actuais, que eram em número insuficiente, como aqueles que seriam

⁴³⁴ Rui Meira CRUZ, 1993.

⁴³⁵ Francisco TOPA, 2000.

⁴³⁶ Cfr. Rachel HEWITT, 2010.

formados na recém-criada Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho - como cartógrafos⁴³⁷.

Para que o projecto fosse concretizado, foram encomendados vários instrumentos, nomeadamente em Inglaterra. O processo da sua encomenda foi conduzido pelo corpo diplomático português em Inglaterra, sob responsabilidade do encarregado de negócios da embaixada portuguesa e, ao mesmo tempo, Ministro Residente de Portugal para os Estados Unidos da América, Cipriano Ribeiro Freire. A maioria dos instrumentos foi encomendada ao fabricante Adams, que teve de preparar alguns com características específicas a pedido de Ciera. Para além do cronómetro (ou na expressão da época “relógio de segundos”), do “pêndulo astronómico”, do “pêndulo portátil” (ou “regulador”), do “sector” e de um “quadrante”, também foi enviada para Portugal uma cópia do livro do general William Roy, do Ordnance Survey, onde este oficial britânico dava conta da utilização de um instrumento melhor que o sector e com o qual conseguiu proceder ao levantamento de um “...grande Mappa, por meio de huma série de triangulos”⁴³⁸.

Este oficial havia sido pioneiro na realização de levantamentos cartográficos, tendo sido responsável pela realização do mapa da Escócia, no rescaldo da Revolução Jacobita de 1744-1746, e foi o grande impulsionador do futuro Ordnance Survey. Devido a problemas de saúde, e numa altura em que os primeiros trabalhos para a medição de uma rede geodésica em Inglaterra já haviam sido iniciados, William Roy passou o Inverno de 1789-90 em Lisboa⁴³⁹. Embora nada se saiba sobre a sua estada na capital portuguesa, não é de excluir que tenham ocorrido contactos com os responsáveis portugueses e, quem sabe, até trocas de experiências e sugestões.

Os trabalhos de campo para a concretização da triangulação iniciaram-se em Outubro de 1790 com a realização da *Viagem Geographica e astronómica pelo Reino de Portugal* por Francisco Ciera e prolongaram-se até, pelo menos, 1804. Nas palavras do próprio coordenador do projecto, “as Cartas do Reino que convem construir não so devem representar a situação das cid.^{es} direcções dos rios, dos caminhos, e das

⁴³⁷ Mais uma vez, agradeço o contributo da Professora Maria Helena Dias que, no decorrer das suas investigações no Arquivo Histórico Militar, inventariou os documentos relativos à Carta Geográfica do Reino. As reflexões de Ciera podem ser consultadas no AHM, 4ª Div., 1ª Secção, Cx. 16, nº 7.

⁴³⁸ Este processo pode ser acompanhado pela correspondência existente no ANTT, Legação de Portugal na Inglaterra, Caixas 708, 709 e 710, para os anos de 1789, 1790, 1791/1792, respectivamente.

⁴³⁹ Rachel HEWITT, 2010, p. 92.

cordilheiras de montes, mas tambem todas as particularidades do terreno, nos seus planos deve-se fazer idea da planta das cid.^{es} villas &c.^a da sua fortificação, devem-se ver as igrejas os moinhos as casas, os muros que dividem as terras, as quintas, os caminhos largos ou estreitos os atalhos, se são calçados, ou não, as direcções dos rios, suas larguras, e turtuosidades das suas marges, os regatos, as lagoas, as torrentes os canaes, os aqueductos, devem-se representar as montanhas, e fazer julgar da sua altura, e inclinação pela direcção comprim.^{to} e incrusamento dos traços, os que são scarpados, os q. são de rocha &c. preferindo sempre a verdade e claresa do desenho ao rigor geometrico das figuras q. ellas representam, nestes planos devem-se distinguir as terras lavradas, as vinhas, os campos incultos, os matos os bosques as ortas, jardins, e prados: nos portos de mar as direcções das costas com as sondas, e qualid.^{es} do fundo d'arêa, de rocha, de conchas &c., com os logares mais seguros p.^a o ancoradouro dos navios, com as direcções q. estes devem seguir p.^a entrar e sahir, com as marcas stabelecidas em terra p.^a servir de guia aos praticos, com as marés sua alt. &c.^a pelo que he preciso construir huma scalla ou petipé sufficientemente grande p.^a se representarem nas cartas todas estas miudesas necessarias sem confusão”⁴⁴⁰. O modelo era, muito claramente, a Carta de França mas a escala das cartas a levantar mais detalhada.

A partir de 1798, a já mencionada Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica afigurava-se como a instituição mais indicada para coordenar o projecto de levantamento da Carta Geográfica do Reino, tornando-se, na opinião de Rui Branco, na “autoridade cartográfica pública”⁴⁴¹. Em todo o caso, sob sua égide, o único resultado concreto foi a publicação, em 1803, da *Carta dos principais triângulos das operações geodésicas de Portugal* (ca. 1:1 800 000), da autoria de Francisco António Ciera, que mostrava a extensão dos trabalhos já realizados, ao mesmo tempo que projectava o nosso país para um processo de modernização da Cartografia nacional e o aproximava dos modelos seguidos por outros países europeus. Infelizmente, este projecto não foi

⁴⁴⁰ Maria Helena DIAS, 2010. No dizer de Ciera era “necessario escolher as posições mais vantajosas dos vertices dos triangulos p.^a que os erros sejam os menores possiveis nos lados, q. se calculão p.^a o que deve-se antes de tudo faser huma viagem por todo o Reino p.^a examinar não só os pontos que mais convem aos vertices dos grandes triângulos”. Por outro lado, “esta viagem sendo indispensavelm.^{te} necessaria tem ao mesmo tempo logar emquanto se fasem os instrumentos que são necessarios p.^a as operações Geograficas e Astronomicas que he preciso fazer”. Cfr. as reflexões de Ciera em A.H.M., 4^a Div., 1^a Secção, Cx. 16, nº 7.

⁴⁴¹ Rui Miguel BRANCO, 2003, p. 89.

concretizado no imediato: os trabalhos interromperam-se e só foram retomados algumas décadas mais tarde, ainda que tenha sido necessário aguardar pelo final do século XIX para que a Carta Topográfica do Reino fosse concluída⁴⁴².

Em todo o caso, a criação de uma “comissão dos trabalhos geodésicos” e a criação de uma autoridade cartográfica nacional – a Sociedade Real Marítima –, constituiu um bom indicador da grande transformação que, um pouco por toda a Europa, se iniciava no domínio da institucionalização da Cartografia, mas que, em Portugal, só se estabeleceria definitivamente, em meados do século XIX⁴⁴³: o Estado criava, financiava e dirigia diversos organismos e instituições governamentais, responsáveis pelos levantamentos topográficos do país e pela formação de base dos técnicos envolvidos no processo, até porque só a Fazenda Pública teria condições financeiras para suportar os enormes encargos inerentes a um projecto desta dimensão⁴⁴⁴.

Simultaneamente a este processo de institucionalização cartográfica, quando se iniciou a última década do século XVIII, a Coroa portuguesa considerou que estavam reunidas as condições necessárias para a se proceder a uma importante reforma territorial que visava a “[...] racionalização jurisdicional, acabando com as promiscuidades de jurisdições diferentes e equilibrando mais os diferentes espaços jurisdicionais de modo a regularizar a malha de aparelhos político-administrativos [...]”⁴⁴⁵. Neste sentido, foi publicada a “Lei de Reforma das Comarcas”, a 19 de Julho de 1790, procurando tornar a aplicação da justiça mais uniforme em todo o reino”⁴⁴⁶. Em Janeiro de 1792, através de um novo alvará, a Coroa portuguesa tentava acelerar a

⁴⁴² Humberto Gabriel MENDES, 1982, pp. 6 - 11.

⁴⁴³ Todo o processo que conduziu à institucionalização da Cartografia portuguesa, foi analisado por Rui Miguel BRANCO, 1999.

⁴⁴⁴ Veja-se a obra de Francesc NADAL e Luis URTEAGA, 1990, pp. 7-91. Os autores procederam a uma análise da evolução da institucionalização da Cartografia topográfica, um pouco por toda a Europa, ainda que centrem a sua atenção no caso espanhol. Ver também José Ignacio MURO, Francesc NADAL e Luís URTEAGA, 1996.

⁴⁴⁵ Ana Cristina Nogueira da SILVA e António Manuel HESPANHA, 1998, p. 39.

⁴⁴⁶ Cfr. Ana Cristina Nogueira da SILVA, 1998, p.33. Vamos retomar a obra desta autora que analisou de forma exaustiva toda a gramática da reorganização territorial implícita na Lei de 1790, assim como nos relatórios oficiais que se produziram em virtude da implementação desta lei.

reforma iniciada, dado que, a aplicação das determinações da Lei de 1790, tinha levantado algumas dúvidas entre os oficiais responsáveis pelas novas demarcações⁴⁴⁷.

Toda esta necessidade e urgência em se proceder à reforma administrativa não surpreende, se tivermos em conta que, em finais do século XVIII, Portugal apresentava múltiplos particularismos administrativos que resultavam da herança dos sistemas anteriores e que quase levavam a uma sobreposição dos poderes local e central, em nada contribuindo para o desenvolvimento do País, dificultando, também, a consolidação do aparelho do Estado⁴⁴⁸. E este era, juntamente com a falta de conhecimentos sobre o território e a realidade sócio-económica, o factor que os autores portugueses inscritos nas linhas de pensamento e acção iluminista, apontavam como entrave ao desenvolvimento e progresso da sociedade⁴⁴⁹.

Assim, os novos limites e demarcações impostos, deveriam ser criados a partir de alguns vectores principais: "a relação população/extensão; a proximidade, a centralidade e a equidistância das capitais administrativas; a homogeneidade jurídica e a contiguidade espacial" (que visava eliminar os "enclaves")⁴⁵⁰. Para a concretização deste projecto, foi criado o cargo de "Juiz Demarcante", cuja área de acção estava limitada a cada uma das províncias do Reino, e a sua função era fazer a descrição das províncias, assim como recolher todas as informações consideradas importantes para se proceder à nova demarcação. Para além dos Juizes Demarcantes, em cada Província deveria existir, pelo menos um engenheiro militar, desempenhando a função de "demarcante", responsável pela elaboração da Cartografia de apoio, assim como da recolha de elementos necessários para a elaboração dos cadastros populacionais e económicos e mesmo as descrições geográficas⁴⁵¹.

⁴⁴⁷ O texto da Lei de 19 de Julho de 1790, assim como, o do Alvará de 7 de Janeiro de 1792, foram publicados por Fernando de SOUSA, 1977, pp. 303-319.

⁴⁴⁸ Ver Luís Nuno Espinha da SILVEIRA, 1997, pp. 30-31.

⁴⁴⁹ Cfr. António Manuel HESPANHA, 1994: "[...] o aparecimento deste problema [da divisão administrativa] nos finais do século XVIII, é, portanto, sintoma do advento de uma nova leitura política do espaço, decorrente, afinal, duma nova matriz de reflexão e de prática política". (p. 95)

⁴⁵⁰ Ana Cristina Nogueira da SILVA, 1998. p. 67.

⁴⁵¹ Para além destas funções, os demarcantes deveriam averiguar "a povoação, agricultura, fábricas, comércio e indústria interna de cada um dos distritos das ditas comarcas; os direitos da coroa e da fazenda, o estado de «ruína» ou «melhoriação» em que se achavam os bens dos concelhos; os inconvenientes da diferença dos pesos e medidas e as vantagens da sua uniformização", Ana Cristina Nogueira da SILVA, 1998, pp. 41 e 354-366.

Todo este processo de reforma das circunscrições administrativas e judiciais passava pela recolha da opinião das elites da administração local que, na generalidade dos casos, se mostraram sempre hostis a qualquer solução que implicasse uma diminuição das suas atribuições e poderes. Aos Juízes Demarcantes cabia, então, a tarefa de gerir este conflito de interesses, esperando-se que fossem capazes de zelar pelo "bem da nação", não atendendo nem cedendo aos jogos de interesses locais, quando estes se sobrepunham aos interesses da Administração Central.

É, precisamente, sobre este último ponto que residia a importância do uso da Cartografia e dos cadastros, pois as diversas entidades locais não pretendiam ver diminuídos os seus territórios e poderes e, por isso, socorriam-se de todos os argumentos possíveis. Uma vez que os próprios limites das diferentes jurisdições não estavam, nem rigorosamente estabelecidos, nem conhecidos (pelo menos cartograficamente), podiam ser facilmente "falseados" pelos argumentos apresentados. Assim, uma fiel representação cartográfica dos territórios era considerado imprescindível.

Na reunião de 4 de Fevereiro de 1793, os “ministros demarcantes”, para além de salientarem a importância da existência de mapas para a delimitação das novas circunscrições administrativas, consideraram que “à vista dos erros consideráveis dos Mapas geraes do Reino, não só pelo que respeita à situação local de muitas Povoações, mas ainda mesmo à sua direcção, pareceo que os novos Mapas devem ser os mais exactos [...]”⁴⁵².

Em suma, compreende-se que, na segunda metade do século XVIII, o Estado português, seguindo de perto o contexto internacional europeu, procurou obter um conhecimento mais rigoroso e preciso do Reino, de modo a tornar a sua administração mais eficaz e uniforme⁴⁵³. Para tal, a Administração criou diversas instituições e assumiu a formação de técnicos especializados, pouco a pouco transformados em funcionários ao seu serviço e patrocinou a produção e utilização de mapas - fossem

⁴⁵² Ana Cristina Nogueira da SILVA, 1998, p. 398.

⁴⁵³ Um paralelismo pode ser estabelecido com vários países europeus. Para além das várias referências feitas ao longo do texto, podemos reiterar as obras de Francisco VAZQUEZ MAURE, 1982; Rodolfo NUÑEZ DE LAS CUEVAS, 1991, Felipe PEREDA, 2004, para Espanha; Dirk de VRIES, 1993 e Peter van der KROGT, 1997, para a Holanda; Vladimiro VALERIO, 1993, no caso italiano; Wolfgang SCHARFE, 1997, para a Alemanha; Catherine Delano SMITH e Roger KAIN, 1999, para o Reino Unido e Monique PELLETIER, 2001 no caso da França.

estes para fins administrativos ou militares – enquanto instrumentos de acção política sobre o território. Assim, à entrada da década 1790, estavam criadas as condições necessárias para um significativo aumento da produção e circulação de mapas de Portugal.

5.2 - O Mappa ou Carta Geographica dos Reinos de Portugal e Algarve, por Thomas Jefferys/William Faden, 1790.

Assim, a última década do século XVIII, em Portugal, inscreveu-se num contexto de “renovação” do interesse pelo reconhecimento cartográfico do país, pelo que estava criado o ambiente favorável para a produção e circulação de “novas” imagens cartográficas de Portugal. Um destes “novos” mapas foi publicado por William Faden em 1790, ostenta um título que em nada difere do mapa de 1762 de Thomas Jefferys, embora agora com a data de 1790. Para além deste pormenor, existem outras referências que indicam que esta é a segunda edição do mapa de Thomas Jefferys, daí que este cartógrafo ainda seja apresentado como autor do mapa e W. Faden o seu editor.

Como já tivemos ocasião de referir, Faden adquiriu a maior parte do espólio da oficina cartográfica de Thomas Jefferys, incluindo uma boa parte das chapas impressoras para os seus mapas, pelo que é de admitir que Faden terá utilizado as chapas originais para compor este mapa em 1790. E como se comprova pela análise da grelha de distorção aplicada a este exemplar, (figura 83) a configuração dos limites do país não sofreu alterações significativas, mantendo o mesmo padrão apresentado pelos mapas de Jefferys e de López: o país “alonga-se” longitudinalmente sobretudo e está mais “curto” em latitude; o litoral Norte está mais distorcido do que o Sul. Em todo o caso, tentaremos encontrar as alterações introduzidas à matriz da primeira versão.

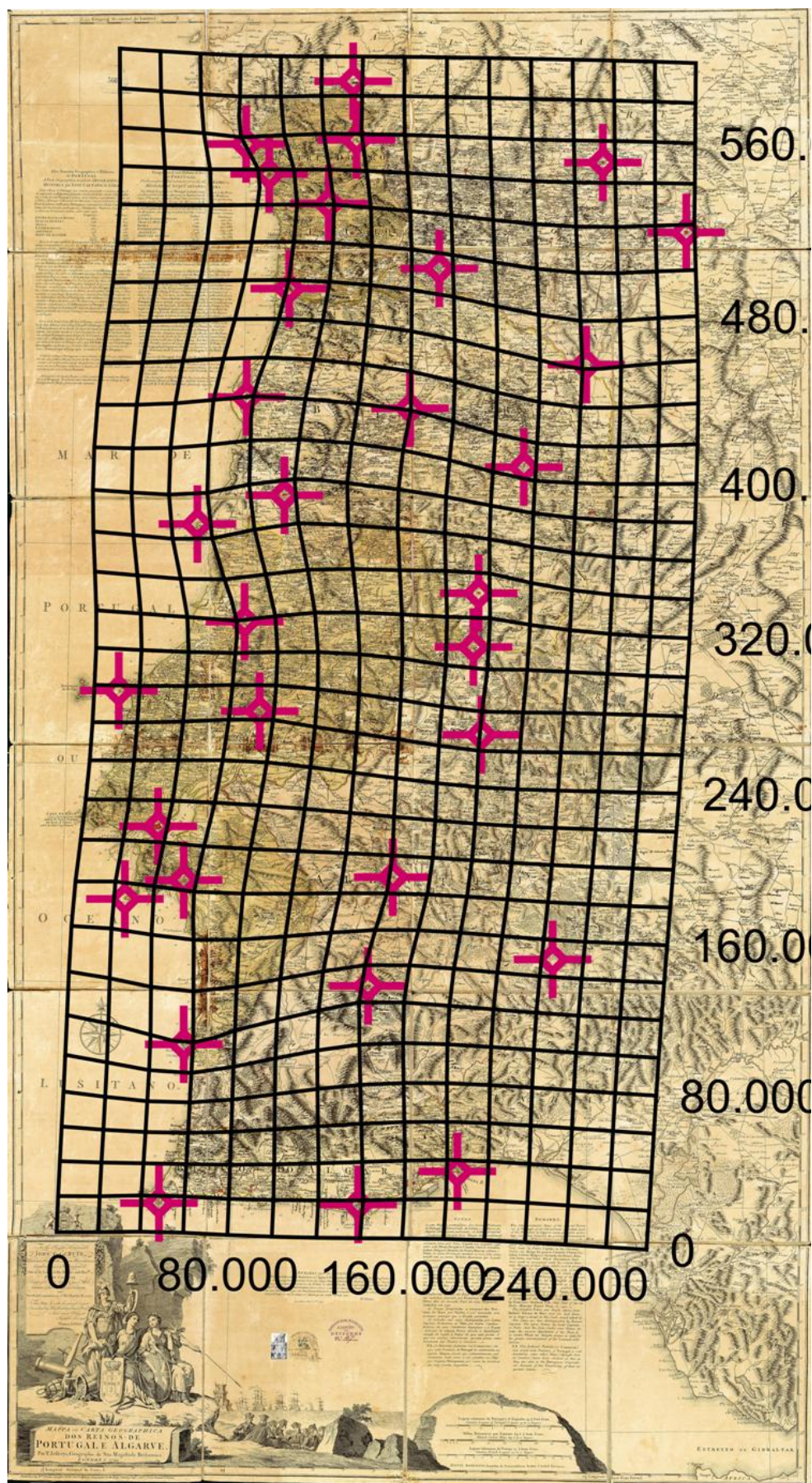


Figura 86 - Grelha de distorção do Mapa de Portugal de Faden, 1790.

Contrariamente ao mapa de 1762, esta nova versão do mapa de Jefferys é mais fácil de encontrar nos fundos dos arquivos públicos⁴⁵⁴. Nesta análise, teremos em conta os exemplares que se conservam no G.E.A.E.M, e na colecção do Professor Nabais Conde⁴⁵⁵.

À semelhança do mapa de Jefferys, trata-se de um mapa bilingue, de grandes dimensões (170 x 93 cm), com uma escala calculada em ca. de 1/440 000, dentro de uma dupla esquadria dividida em graus de latitude e de longitude, sendo os valores de longitude referentes ao meridiano da Ilha do Ferro (indicação na parte inferior do mapa) e ao meridiano de Londres, tal como dá conta a indicação colocada no canto superior esquerdo.

Numa leitura ao mapa, conclui-se que foram escassas as alterações introduzidas: no canto superior esquerdo, ainda figuram as notas histórico-geográficas sobre o reino de Portugal, em português e em inglês, mas sem que tenha havido preocupação em actualizar os valores demográficos das diferentes províncias portuguesas que, recorde-se, em 1762 tinham sido retirados da obra *Geografia Histórica* de Luís Caetano de Lima, publicada em 1734-1736. Também as notas bilingues registadas no canto inferior direito do mapa, dando conta das fontes utilizadas para a composição do mapa original, não sofreram alterações, nem, tampouco, a indicação “Miguel Rodrigues Impressor do Eminentíssimo Senhor Cardeal Patriarca” colocada sob as mesmas escalas gráficas.

A decoração da cartela do título manteve-se, incluindo a indicação de autoria, B. Ralph, e por essa, razão, recorda-se a expulsão dos jesuítas dos territórios portugueses, mesmo numa altura em que a sua memória já havia sido reabilitada. A própria dedicatória do mapa manteve-se a Lord Bute, ainda que este político britânico já não desempenhasse qualquer papel digno de destaque. Tudo indica, por isso, que Faden utilizou a mesma matriz do mapa de Jefferys.

A única novidade nestes elementos periféricos reside numas “Remarks upon the Second Edition”, acrescentadas pelo editor apenas em inglês, dando conta que, para a composição da fronteira, sobretudo da parte Norte do país, se socorreu do

⁴⁵⁴ A título ilustrativo, podemos referir que as Bibliotecas Nacionais de Portugal, Espanha, França, a Britânica e o Arquivo Militar da Suécia, possuem, pelo menos, um exemplar deste mapa.

⁴⁵⁵ O exemplar do G.E.A.E.M, tem a cota 4067 I-2A-29-41.

mapa de Tomás López publicado em Madrid, devendo trata-se, muito provavelmente do mapa de 1778. Em todo o caso, o autor esclarece que as mais importantes alterações e actualização foram fornecidas pelo Tenente General Rainsford, cujos exaustivos levantamentos cartográficos efectuados no campo, “durante a última guerra em Portugal” – certamente a Guerra Fantástica – permitiram ao autor refazer a parte Norte da Estremadura, assim como toda a parte Este da Província do Alentejo.

O General Charles Rainsford (1728-1809) era oficial dos Coldstream Guards quando o seu Coronel era James O’Hara, 2º Lord Tyrawley. Em 1762, acompanhou-o a Portugal, como seu secretário particular, tendo sido, pouco depois, promovido a Brigadeiro-General e Engenheiro-Chefe, dirigindo várias obras de fortificação nesta qualidade. Para além de militar, era membro da Society of Antiquaries e Fellow da Royal Society. Deixou uma vasta obra manuscrita, compondo cerca de 36 volumes que se conservam, actualmente, no British Museum, onde se incluem uns papéis e cartas sobre Portugal entre os anos de 1762 e 1764⁴⁵⁶.

A nota do editor inserta no mapa, assinada por W. Faden e datada de 1 de Janeiro de 1790, concretiza a retórica comercial inglesa: os editores de mapas londrinos, sabendo que o público tinha preferência por mapas actualizados, ou que achavam que eram actuais, acrescentavam pequenas notas garantindo que aquele produto era novo e tinha sido composto com base nas melhores fontes, incluindo levantamentos no terreno⁴⁵⁷. Justificava-se, assim, a aquisição deste mapa.

Fora da esquadria, sob o título, está a indicação “Published by W.^m Faden, Successor to the late T. Jefferys, Geographer to the King, Charing Cross, Jan.^y 1st 1790, Second Edition”. Neste ano, Faden ainda associava o nome de Jefferys ao seu, numa tentativa de aproveitar a sua fama e o seu crédito cartográfico junto do público.

Se a leitura periférica não revelou grandes alterações, aparentemente, também não se verificaram grandes modificações relativamente aos fenómenos presentes. O mapa figura o território peninsular de Portugal, dividido nas suas seis províncias, sem qualquer subdivisão interna. Na maior parte dos exemplares, tanto os limites políticos internos como a linha de fronteira foram aguarelados.

⁴⁵⁶ Cfr. Albert Frederick POLLARD, 1896, p. 183-184.

⁴⁵⁷ Mary Sponberg PEDLEY, 2005, p. 96

Ainda que o autor tenha advertido que a figuração dos limites da parte Norte de Portugal tinha sido melhorada e redesenhada, tendo por base o mapa de Tomás López, a verdade é que não se confirmam alterações significativas. Muito pelo contrário, ao analisarmos os limites fronteiriços da Província de Entre Douro e Minho no vale do rio Lima, verificamos que a povoação de Lindoso foi cartografada em território espanhol, o que já sucedia no mapa de Jefferys de 1762, mas havia sido emendado no mapa de Portugal de Tomás López de 1778, erro que vem do mapa de Pedro Teixeira de 1662.

No que diz respeito à rede hidrográfica, Faden manteve a mesma configuração geral e os mesmos nomes que Jefferys utilizara, pelo que alguns dos erros cometidos em 1762 na identificação de alguns rios foram perpetuados. Tomemos como exemplo na Província de Entre Douro e Minho, o rio Leça que havia sido denominado de “Grisomer” manteve esta designação, o rio Trancoso na fronteira Nordeste da Província continuou a ser denominado “Folia” ou o rio Homem, que se manteve, erradamente, identificado como “Coura”. Neste aspecto, e mais uma vez, parece que o autor não levou em linha de conta as informações constantes no mapa de López. No entanto, algumas alterações importantes foram feitas noutras áreas do país: por exemplo, a configuração do rio Douro sofreu alguns ajustes relativamente ao mapa de 1762, tendo Faden optado por copiar o traçado proposto por López em 1778, incluindo as várias ínsuas que ali figuram. Contudo, foi no Alentejo, particularmente no Alto Alentejo fronteiriço, onde foram registadas as maiores alterações relativamente aos dois exemplares anteriores: para além de uma simplificação no desenho da rede hidrográfica, regista-se uma modificação no traçado do rio Guadiana e seus afluentes, entre Badajoz e Juromenha. Neste exemplar, o rio Caya está marcado como linha de fronteira, algo que não acontecia em 1762. Estas alterações explicam-se pela consulta de fontes de informação diferentes das utilizadas por Jefferys e López.

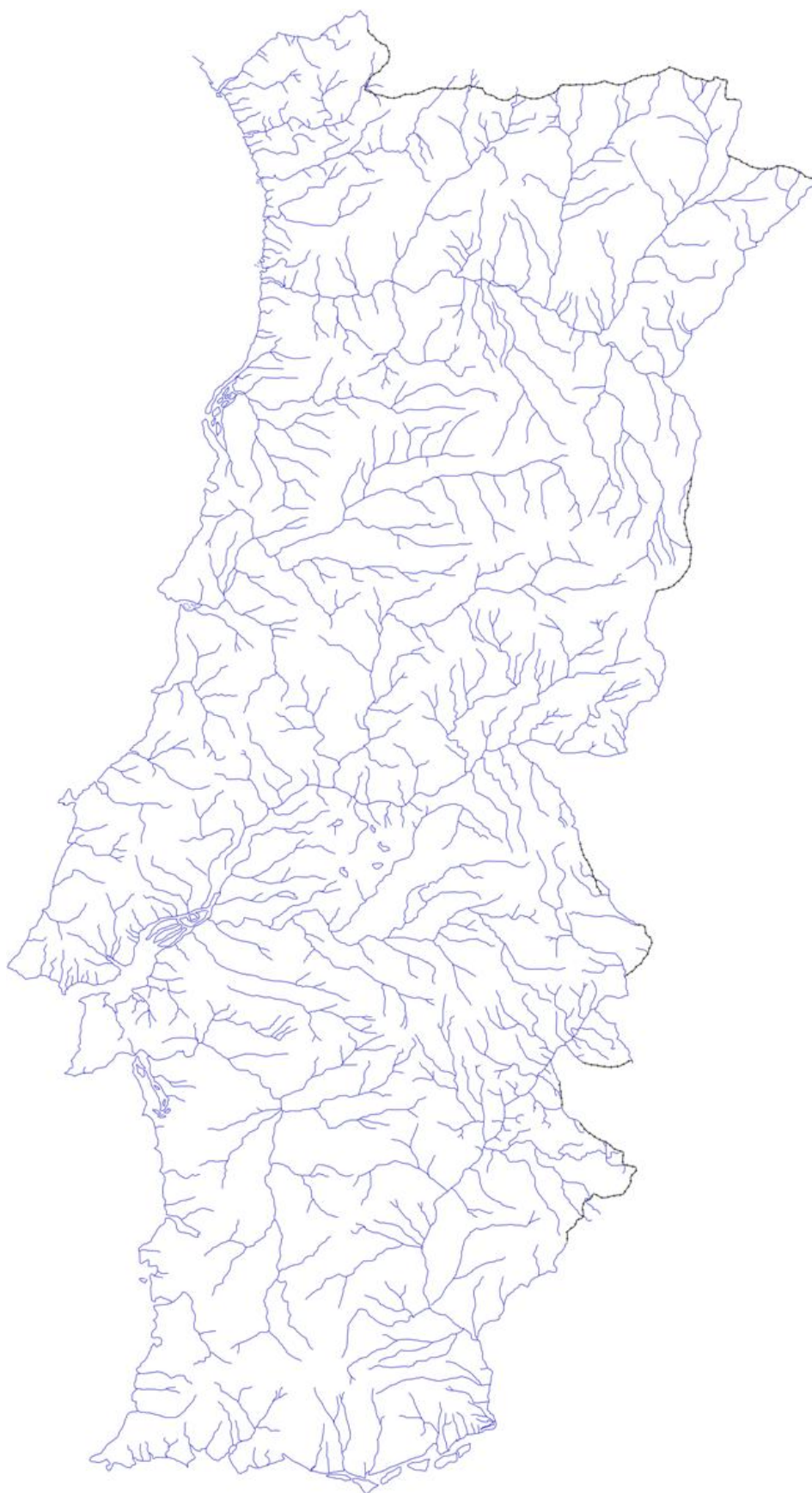


Figura 87 - A Rede Hidrográfica do mapa de Portugal de W. Faden.



Figura 88 - As áreas montanhosas no mapa de Portugal de W. Faden.

Quanto à figuração, distribuição e identificação dos principais acidentes de relevo, podemos referir que o autor manteve a técnica de representação que consistiu na figuração de pequenos montes desenhados em perspectiva e que configuram algumas cordilheiras que delimitam as bacias hidrográficas representadas (figura 87). Registam-se, no entanto, algumas alterações na identificação da orografia, quer relativamente ao mapa de Jefferys, quer em relação ao mapa de López.

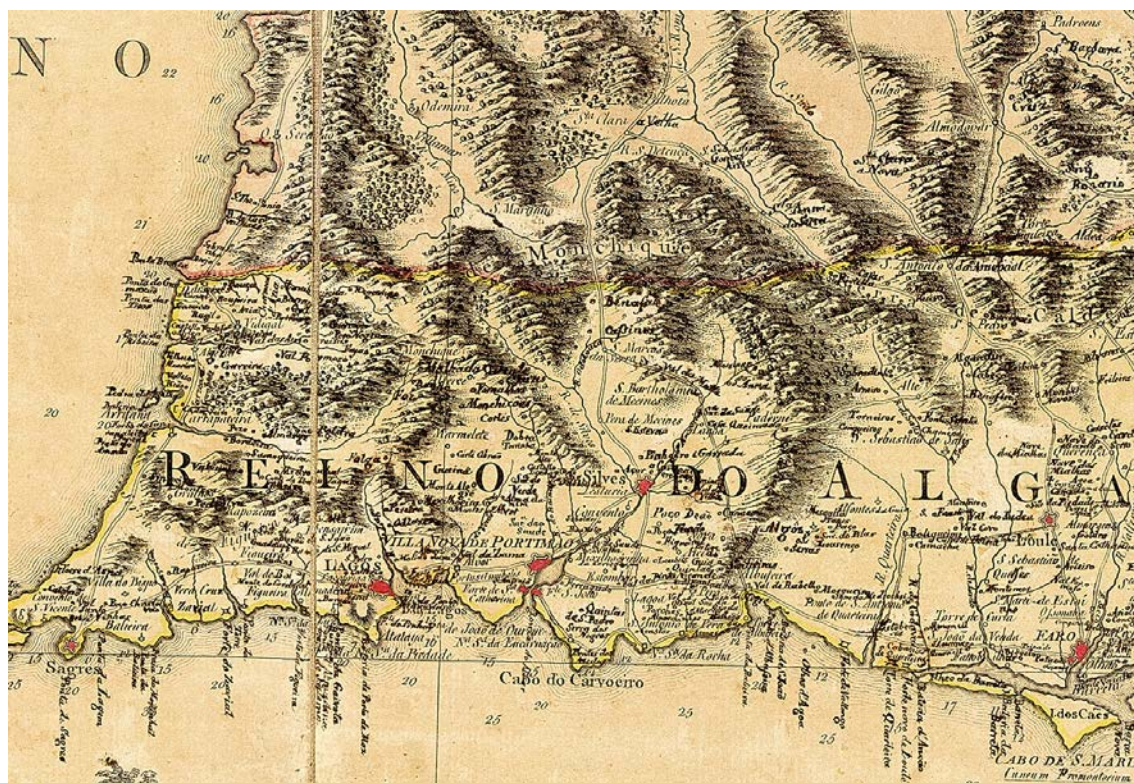


Figura 89 - Pormenor da figuração do relevo no mapa de Portugal de Faden, 1790.

Ainda que a Província de Entre Douro e Minho tenha mantido as mesmas serras, em Trás-os-Montes foi acrescentada a “Serra de Minde” nas proximidades de Freixo-de-Espada-à-Cinta; na Beira, acrescentou-se a “Serra da Arada”; na Estremadura foi representado a serra de “Montejunto”; no Algarve surge o “Monte Carpeno”. Todos estes contributos foram obtidos a partir do mapa de López. Por fim, no Alto Alentejo, foram identificadas as serras de “S. Miguel” e de “S. Mamede”, algo até então inédito, dado que nem López havia identificado estas serras portuguesas. Isto poderá ser já um primeiro indício do contributo dos mapas levantados pela fonte inglesa indicada por Faden. Em todo o caso não se verifica uma alteração significativa na repartição do relevo: o Sul do país continua a parecer mais acidentado do que o

Norte; e também se observa que o relevo do Alentejo interior, assim como na faixa fronteira da província da Beira, foi figurado com maior detalhe, o que parece demonstrar um maior conhecimento destas áreas do país. Aliás, relativamente à repartição e configuração das serras na Beira interior, este mapa diferencia-se dos seus antecessores

Relativamente à linha de costa, o autor manteve a configuração original de 1762, incluindo as “linhas de ondulação” paralelas ao litoral, tão ao gosto de Jefferys. No entanto registam-se algumas alterações, nomeadamente no valor da batimetria, pois Faden, embora sem apagar ou substituir os valores registados no mapa original, acrescentou outros valores ao largo da costa portuguesa, particularmente na costa a Sul da “Ria de Aveiro” e, sobretudo, na entrada da barra do Tejo.

Muito embora o mapa de Tomás López apresente mais leituras batimétricas do que o de Jefferys de 1762, os valores indicados por Faden nesta versão são diferentes e terão resultado da consulta de outras fontes, muito provavelmente de roteiros náuticos do Almirantado britânico⁴⁵⁸. Uma outra pista sobre a consulta deste tipo de fontes, prende-se com a informação escrita em inglês junto do Cabo da Roca, dando conta que era “called by the English Navigators the Rock of Lisbon and by the Dutch Cape Roxent”; e outra em Setúbal, informando que era “called by the English and the Dutch S.^t Ubes”. De facto este topónimo é bastante comum na Cartografia náutica holandesa do século XVII.



Figura 90 – Pormenor da representação do Cabo da Roca no mapa de Portugal de Faden, 1790.

⁴⁵⁸ Refira-se, a este propósito, que alguns dos mapas de Faden foram mesmo adoptados pelo Almirantado Britânico que reconhecia, assim, a qualidade da informação cartográfica patente nos trabalhos deste editor. Cfr. Mike CHRIMES, 2002, p. 221.

As maiores alterações introduzidas por Faden foram na configuração da rede viária, alterando por completo a versão original e, embora se tenha baseado em grande medida no mapa de Tomás López, introduziu-lhe importantes modificações, sobretudo na área fronteiriça do planalto mirandês em Trás-os-Montes, no território de Riba Côa, na Beira e no Alentejo, eliminando e/ou acrescentando estradas. Comparativamente ao mapa de 1762, verifica-se uma maior densidade viária em Trás-os-Montes, na Beira e no Alto Alentejo, sobretudo no espaço envolvente das principais fortalezas (Miranda do Douro, Almeida, Castelo de Vide, Marvão, Estremoz, Campo Maior e Elvas), e que constituíram os principais teatros de operações da Guerra Fantástica, mas também a área “pivot” militar do país, estabelecida em Abrantes, no vale do rio Tejo, e os acessos Norte e Sul de e para Lisboa, apresentam uma maior densidade viária do que os mapas anteriores.



Figura 91 - A Rede Viária do Mapa de Portugal de W. Faden, 1790.

Do ponto de vista dos elementos militares, as grandes alterações foram, à semelhança de quase todas as outras, registadas na fronteira da Beira e no Alto Alentejo. Tal situação não constitui novidade, atendendo a que informação prestada pelo General Rainsford terá privilegiado este território que constituiu o principal cenário da guerra de 1762, ou que o mapa de López, como antes avançamos, também poderá ter registado informação coligida em primeira mão e no terreno, por militares espanhóis que participaram no conflito.

Assim, verifica-se que na parte da raia da Província da Beira, Faden aproveitou alguns contributos dados por López, nomeadamente na actualização de topónimos, como por exemplo, “Salvaterra” registado por Jefferys em 1762 foi actualizado para “Salvaterra do Extremo” por López e mantido por Faden; o mesmo aconteceu com o topónimo “la Zarza”, que passou a denominar-se “Zarza la Mayor”.

Ainda inspirado por López, Faden representou vários fortes ou fortins espanhóis que vigiavam a linha de fronteira compreendida entre a serra da Gata, a Norte, e o vale do rio Tejo, a Sul, e também figurou a povoação portuguesa de “Penha Garcia” com um circuito amuralhado. No Alto Alentejo, num e noutro lado da fronteira, o autor acrescentou vários topónimos que não constavam nem no mapa de Thomas Jefferys, nem no de Tomás López que temos vindo a analisar. Salienta-se o topónimo “Montes Claros”, de interesse histórico-militar para Portugal. Do ponto de vista estritamente militar, destaca-se a figuração de seis “atalaias” na área entre Campo Maior e Ouguela, a figuração de Marvão com circuito amuralhado e a representação, pela primeira vez, do “Forte de Lippe” nas vizinhanças de Elvas.



Figura 92 – O Forte de Lippe no mapa de Portugal de Faden, 1790.

Se López destacou os dois locais de travessia do rio Tejo usados pelas tropas de Filipe V em 1704, Faden representou uma ponte sobre o rio Tejo, nas imediações de “Casabranca”, topónimo assinalado na margem esquerda do rio Tejo, a jusante de Gavião e entre “Mouriscas” e “Ortiga” na margem direita. Esta passagem deve ser aquela que o exército anglo-português utilizou em Agosto de 1762, para se deslocar de Abrantes para o Gavião⁴⁵⁹.

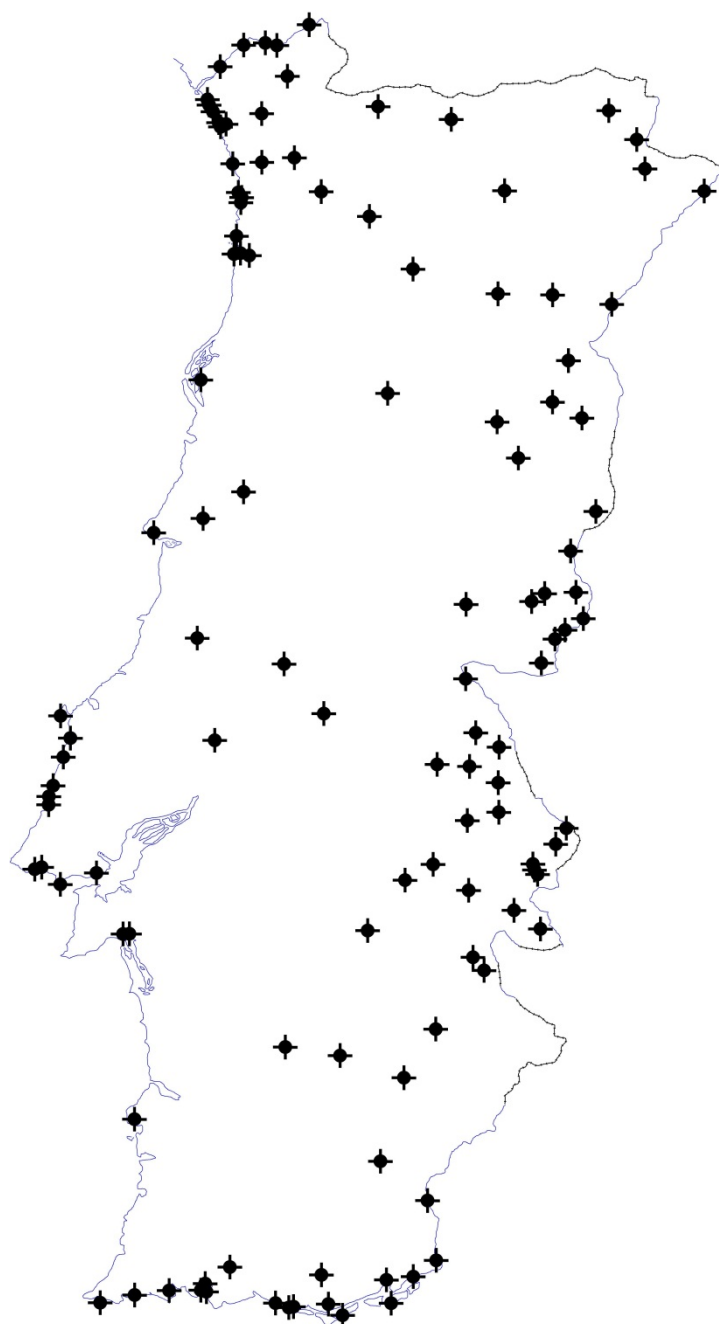


Figura 93 - Fortificações e localidades amuralhadas no Mapa de Portugal de W. Faden, 1790.

⁴⁵⁹ António BARRENTO, 2006, p. 66.

Como se pode observar na figura 91, as fortificações e povoações fortificadas, para além de defenderem as áreas litorais mais ameaçadas, particularmente vulneráveis em caso de ataques corsários e de piratas, em especial o Algarve, agrupam-se nas áreas fronteiriças que constituem as “entradas naturais” do país em caso de invasão terrestre estrangeira⁴⁶⁰. Assim, a linha fortificada do vale do Minho na Província de Entre Douro e Minho, a Veiga de Chaves e o Planalto de Miranda na Província de Trás-os-Montes, o território de Riba Côa, centrado na Praça de Almeida e o eixo Penamacor-Segura na Província da Beira e o Alto Alentejo, com um núcleo fortificado formado por Montalvão, Castelo de Vide, Marvão e Portalegre e um outro constituído, principalmente, por Campo Maior, Elvas, Juromenha e Estremoz. Salientam-se, ainda, os cinco fortes litorais localizados entre Peniche e Ericeira e que não figuravam nos maps de Jefferys nem de López. Estes pormenores todos revelam que estes mapas gerais se baseavam em informações provenientes de fontes militares recolhidas no terreno. Desse modo, o editor garantia ao público que o mapa era actual e pormenorizado, e reforçava, assim, a sua própria reputação enquanto fornecedor de mapas.

Por fim, como se justifica a reedição do mapa de Thomas Jefferys, em 1790 e, de novo, em Londres? Algumas hipóteses podem ser levantadas, ainda que, embora sem documentação de suporte, podemos sugerir que este mapa se possa relacionar com o projecto de levantamento da Carta Geral do Reino; não obstante, também se pode avançar com a possibilidade do mapa ter sido usado para a implementação da Lei da Reforma das Comarcas, estabelecida em 1790, ainda que, admitindo esta hipótese, o mapa de Tomás López fosse a opção mais lógica, dado que figura a divisão administrativa. Mas também se poderá relacionar a edição deste mapa com a criação de importantes instituições de formação e sociabilidade científica, como era o caso da Academia das Ciências de Lisboa ou da Academia de Fortificação, cujo contributo, de certa forma, se relaciona com as duas hipóteses anteriores, na medida em que ambas as iniciativas envolveram estas duas instituições, cujos membros constituíram o corpo técnico-científico. Deste modo, é inegável que, em finais do século XVIII, a sociedade

⁴⁶⁰ Cfr. Rafael MOREIRA, 1986, p.80. Sobre a actividade pirata e corsária em águas portuguesas, ver Luís R. GUERREIRO, 1997 e Mário FERNANDES, 2011.

portuguesa em geral e a Administração Central em particular, continuavam a necessitar de um bom mapa geral do Reino

Quanto à primeira hipótese, e de acordo com o plano de Ciera, o levantamento topográfico deveria passar, numa primeira fase, pelo reconhecimento do território nacional para, depois, se estabelecer uma rede de triangulação que permitisse a constituição de uma base para a medição do arco do meridiano de referência, o que implicou, como se disse, a realização de viagens de reconhecimento territorial ao interior do País, o que pressupunha, naturalmente, a utilização de mapas. Em todo o caso, apenas temos conhecimento da utilização de um mapa de Tomás López⁴⁶¹.

Tendo já explicado o contexto da tentativa de reforma administrativa e judicial prevista na Lei de 19 de Julho de 1790, devemos reiterar que durante todo este processo - que deve ter sido abandonado na parte final da década de 1790 - a produção e a análise cartográfica revelaram-se metodologias muito úteis tanto para os técnicos executores da reforma, como para as elites locais que procuravam garantir a manutenção dos seus privilégios. Refira-se que os Juízes Demarcantes, reunidos em assembleia, em Fevereiro de 1793, referiram “que à vista dos erros consideráveis dos Mapas geraes do Reino, não só pelo que respeita à situação local de muitas Povoações, mas ainda mesmo à sua direcção, pareceo que os novos Mapas devem ser os mais exactos, para o que são necessários ao menos dous Engenheiros...”⁴⁶². Assim, desde o início, deve ter sido grande a procura de mapas de Portugal que pudessem auxiliar os decisores e executores desta Reforma mas, uma vez mais, face à inexistência de mapas fiáveis e pormenorizados do território português, as autoridades políticas tiveram de recorrer ao expediente de consultar os mapas produzidos no estrangeiro e que terá motivado a realização de uma encomenda para o fornecimento dos exemplares pretendidos.

A escolha pela casa editorial de Faden foi, ao mesmo tempo, uma escolha política - na medida em que, como vimos atrás, enquanto a retórica do mapa de Jefferys é, claramente a favor da diplomacia portuguesa, a do mapa de López é em favor de Espanha – e uma escolha pessoal, neste caso por parte de um dos mais altos

⁴⁶¹ Maria Helena DIAS, 2003, p. 388.

⁴⁶² Para os Juízes Demarcantes, era necessário elaborar um mapa com os limites actuais das Comarcas; um segundo mapa com os novos limites e um terceiro no caso de se proceder á junção das Comarcas e das Correições. Cfr. Ana Cristina SILVA, 1998, p. 398.

responsáveis pela prossecução do projecto de levantamento cartográfico de Portugal, o ministro da Guerra e dos Negócios Estrangeiros, Luís Pinto de Sousa Coutinho que, como já dissemos, enquanto diplomata em Londres, manteve importantes contactos com uma série de personalidades do meio académico, científico e editorial.

Uma prova inequívoca desta relação entre o editor inglês e o ministro português, está patente no mapa da América do Sul, editado por Faden em 1807 e denominado *Colombia Prima or South America*, um mapa de grandes dimensões apoiado nos levantamentos cartográficos portugueses e espanhóis. No título, ao fazer a apresentação das fontes utilizadas na composição do mapa, Faden informava: “this Map of the Continent of South America was originally undertaken by the advice of His Excellency the late chevalier Pinto during His residence in London, as Minister Plenipotentiary from the court of Portugal, who graciously patronized the work by communicating all the manuscript maps & other geographical documents of the Portuguese Territories.”⁴⁶³.

Para a casa editorial de William Faden, a encomenda de um mapa parietal de Portugal não terá representado um risco comercial, visto que os custos iniciais com a abertura das chapas, a compilação do mapa ou a aquisição dos materiais terão sido residuais dado que foi utilizada a matriz original, corrigida e/ou actualizada nas partes que o autor considerou necessárias. Para quem encomendou o mapa, era, também, uma garantia de que o preço seria mais baixo do que qualquer outro dos concorrentes.

Assim, também o tempo de execução deste trabalho foi, necessariamente, menor, o que até pode ter sido um argumento favorável para a encomenda, face à urgência em iniciar os trabalhos de triangulação. Atendendo ao facto de Faden ter cumprido a “Engraving Copyright Act” de 1734/35 e ter colocado a data do primeiro dia de edição, neste caso datando o mapa do dia 1 de Janeiro de 1790, faz-nos supor que todo o processo de encomenda decorreu em 1789⁴⁶⁴.

⁴⁶³ Sobre as ligações entre Faden e Luís Pinto de Sousa Coutinho para a edição deste mapa, ver André Ferrand ALMEIDA, 2001, p. 63 – 65.

⁴⁶⁴ Sobre as implicações desta lei de protecção dos direitos de autor na Grã-Bretanha, ver Mary Sponberg PEDLEY, 2005, p. 103. Não encontramos qualquer referência a esta encomenda ou a este mapa, na correspondência diplomática portuguesa em Londres, entre 1788 e 1791 (A.N.T.T.).

Uma análise comparada aos três grandes mapas de Portugal da segunda metade do século XVIII, Jefferys 1762, López 1778 e Faden 1790, permite compreender um pouco melhor o processo de construção cartográfica ao longo do período considerado, até porque possuem escalas semelhantes, o que torna o processo de comparação mais facilitado. Deste modo, constata-se que o método de construção é cumulativo, isto é, tendencialmente os autores substituem, refazem e acrescentam, “nova” informação à matriz anterior, actualizando a informação geográfica com base em nova informação proveniente de fontes inéditas.

Assim, dependendo da quantidade de fontes reunidas, havia áreas mais reconhecidas cartograficamente do que outras, pelo que, aí, a densidade de informação era maior. Que imagem ou percepção poderia o utilizador de Cartografia formar de Portugal, a partir da utilização destes mapas? Começemos pela análise da configuração dos limites de Portugal.

O território português estendia-se em longitude, parecendo mais “largo” do que realmente é, especialmente na metade Sul do país. No que se refere à configuração em latitude, os erros já são menores e, junto do litoral, os lugares foram marcados com bastante rigor. Como vimos, para além da linha de costa, a representação do território nacional peninsular era mais completa no interior, particularmente nas regiões fronteiriças onde eram habituais os confrontos militares com Espanha.

A permanente ameaça de conflito, exigia a realização de inúmeros levantamentos de características topográficas pelas autoridades militares, muitas vezes realizados por mercenários estrangeiros ao serviço de Portugal e que, passavam essas informações aos geógrafos que as incluíam nos seus mapas comerciais. Deste modo, apesar das tentativas das autoridades portuguesas em manter um “sigilo cartográfico” sobre o seu território, alguns dos mapas de grande escala levantados por técnicos militares estrangeiros, influenciaram decisivamente a alteração da imagem cartográfica de Portugal.

Como se constata, entre o mapa de Jefferys em 1762 e o de Faden em 1790 não houve, praticamente, alterações na linha de costa, mas o interior do país foi mais reconhecido geograficamente: enquanto Jefferys apenas pôde aceder a fontes que reflectiram o conflito da Guerra da Sucessão de Espanha - datado do início do século

XVIII e cujo palco principal foi o território do actual Alto Alentejo - e, por esta razão, a densidade e a qualidade da informação é muito maior nesta região, o mapa de López já incorporou informações obtidas a partir de fontes militares espanholas aquando da ocupação durante a guerra de 1762, pelo que as regiões fronteiriças de Trás-os-Montes, Beira e Alentejo já possuem mais detalhes e pormenores que não tinham anteriormente.

Por sua vez, o mapa de Faden, apresenta mais características em comum com o mapa de López, não só porque o utilizou como fonte directa mas também porque o autor inglês consultou mapas e relatos militares britânicos que participaram no conflito de 1762. Ao analisarmos o mapa de Faden, facilmente compreendemos que não se trata de uma mera reedição do trabalho de Jefferys na medida em que o autor incorporou bastante informação proveniente de López, principalmente na actualização da rede viária e da hidrografia. Trata-se, no fundo, de uma obra de síntese no que aos mapas de Portugal de grandes dimensões diz respeito. Para as restantes áreas do território português, os autores continuaram a reproduzir as imagens anteriores, acrescentando, por vezes, alterações mínimas e pouco significativas.

Comparação com Mapa Actual de Portugal

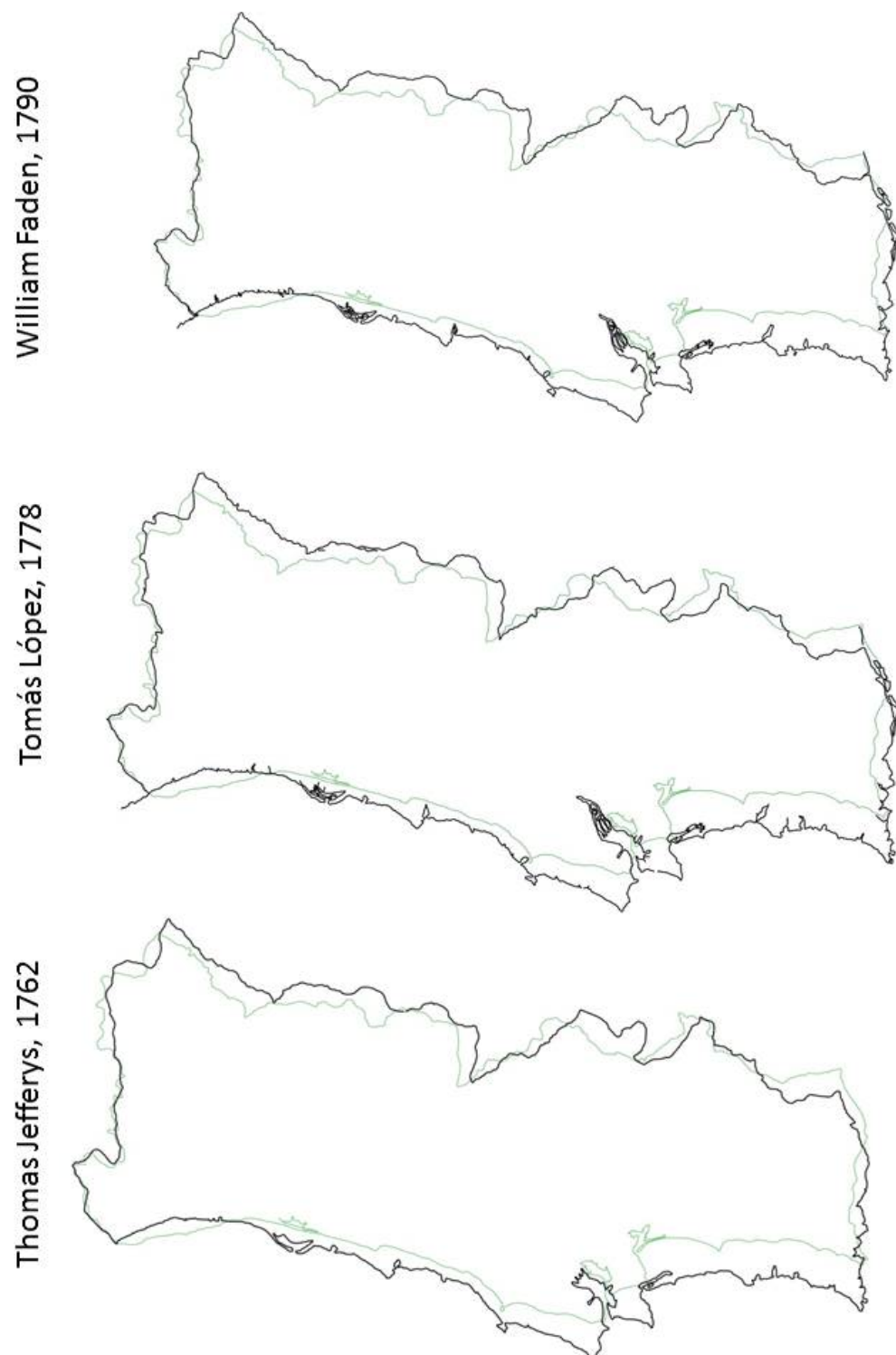
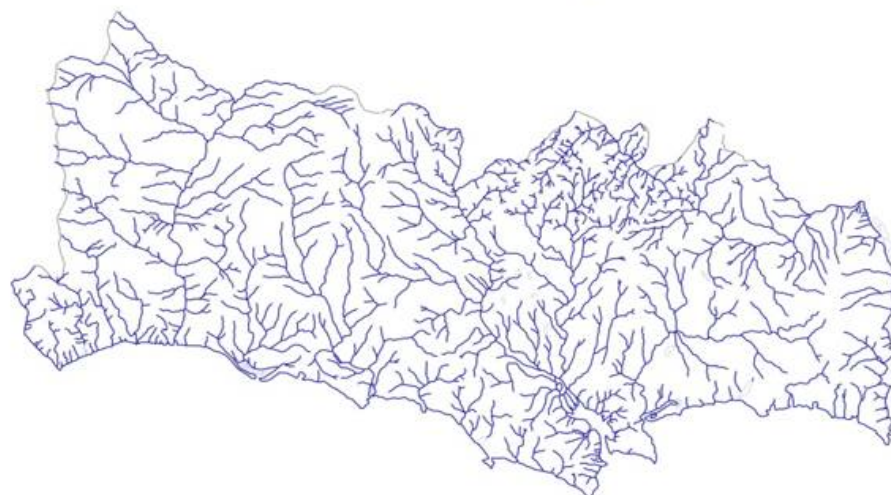


Figura 94 - Comparação com Mapa de Portugal atual

REDE HIDROGRÁFICA

Thomas Jefferys, 1762



Tomás López, 1778



William Faden, 1790

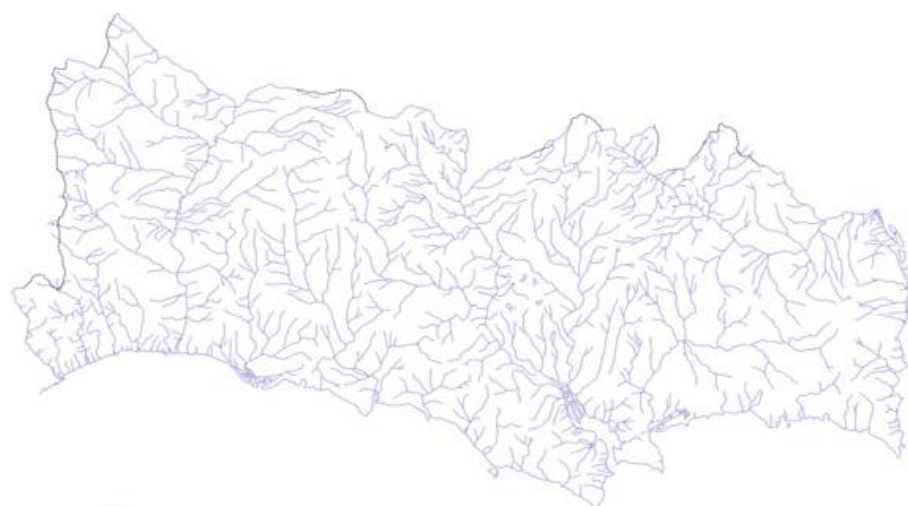


Figura 95 - Rede Hidrográfica

ÁREAS MONTANHOSAS

William Faden, 1790



Tomás López, 1778



Thomas Jefferys, 1762

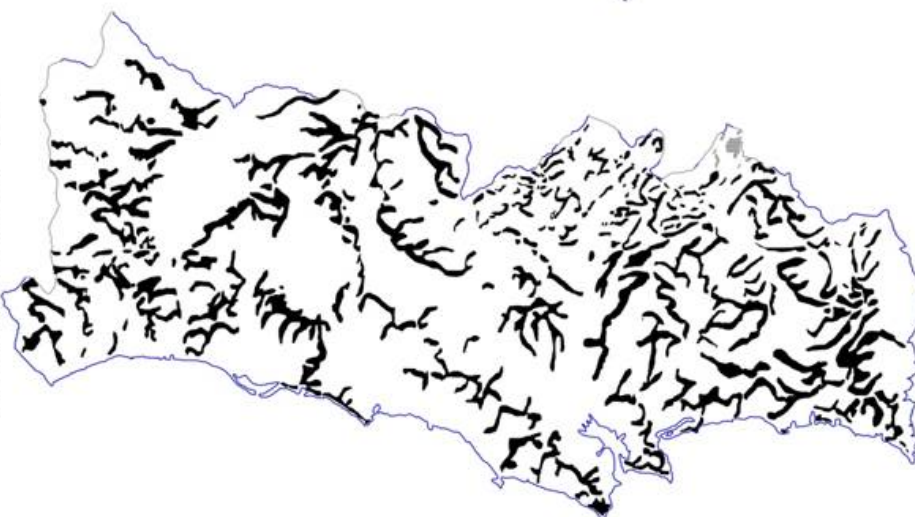
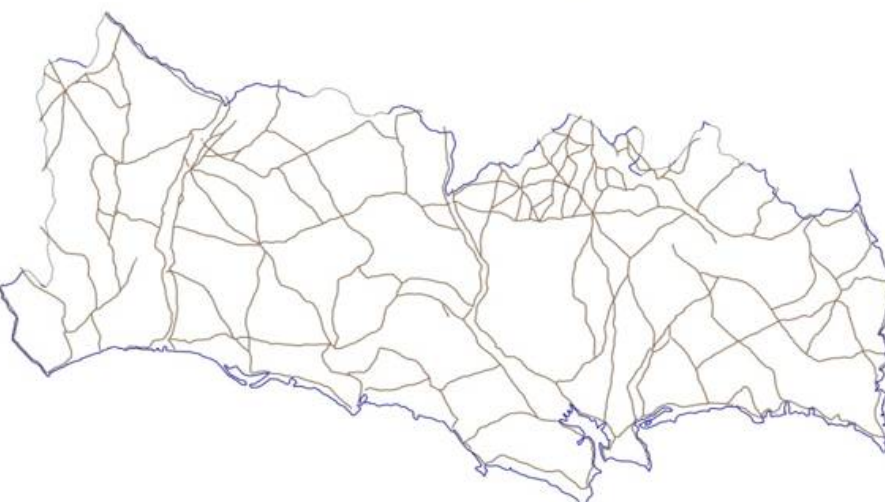


Figura 96 - Áreas Montanhosas

REDE VIÁRIA

Thomas Jefferys, 1762



Tomás López, 1778



William Faden, 1790

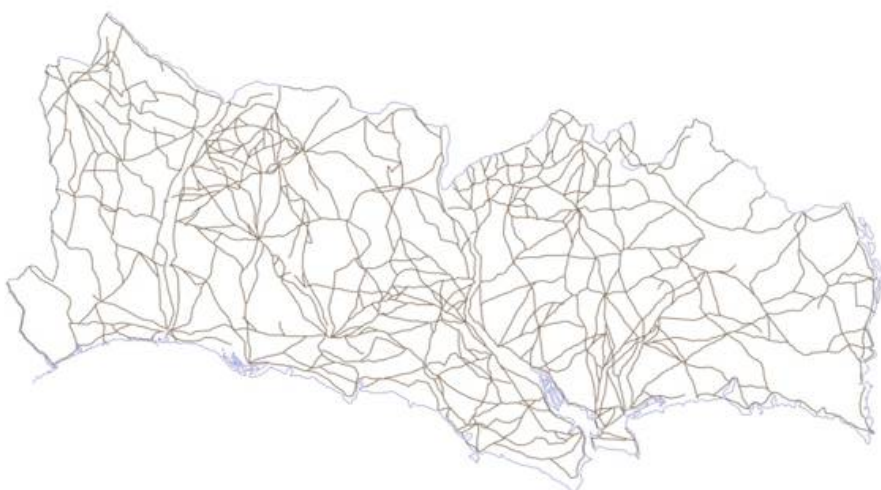


Figura 97 - Rede Viária

FORTALEZAS, FORTES E POVOAÇÕES AMURALHADAS

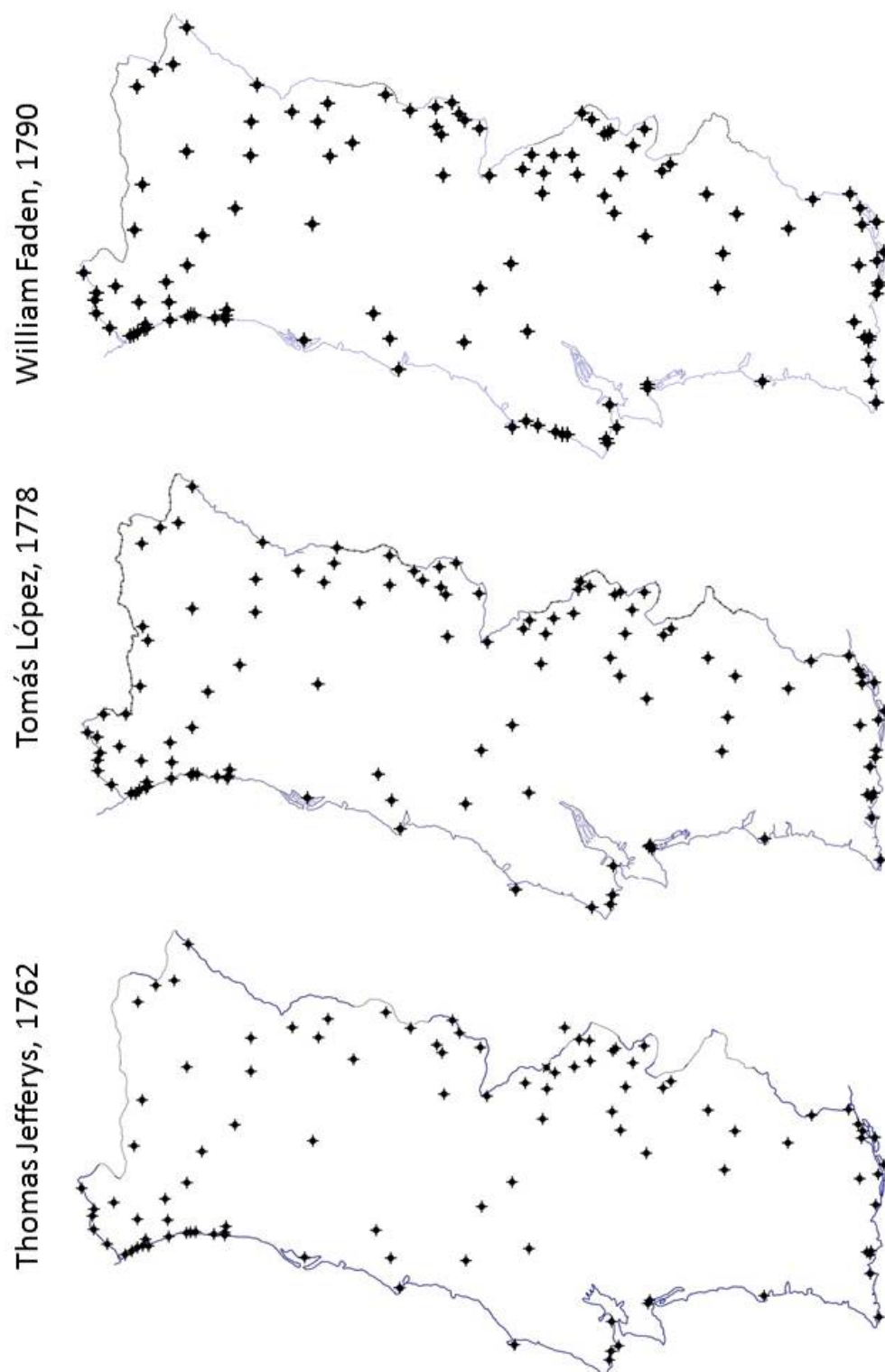


Figura 98 - Fortaleza, Fortes e Povações Amuralhadas

Em finais do século XVIII, os leitores europeus, e não só, tinham à sua disposição três versões diferentes de mapas de Portugal de grandes dimensões. Mas qual das versões foi a mais influente e a mais duradoura?

Se considerarmos que o mapa de Thomas Jefferys, por ter sido o primeiro, influenciou as restantes versões, dado que constituiu a principal fonte do mapa de Tomás López e a sua matriz foi utilizada para uma segunda versão por Faden, então, este mapa de 1762 foi o que teve uma maior longevidade, mesmo que indirecta. No entanto, nenhum mapa de Portugal elaborado entre 1762 e 1790, com a excepção do de López, mencionava que a fonte era o mapa de Jefferys. Como se explica este aparente menor impacto editorial?

Por um lado, devemos levar em linha de conta as características especiais do mapa que, por ser de grandes dimensões e ter um elevado custo final, preenchia as necessidades do mercado em contextos muito específicos, como nos casos de conflitos político-militares entre os principais reinos europeus. Depois da Guerra dos Sete Anos, Portugal só se envolveu noutra conflito europeu em 1793-95, aquando da Guerra do Rossilhão e em 1801 na Guerra das Laranjas. Por outro lado, o público em geral, consumia mapas em folha solta ou em atlas de tamanho *folio* ou duplo *folio*, pelo que, este tipo de publicação conheceu maior sucesso do que os mapas de grandes dimensões, potencialmente parietais que, pelo facto da sua escala permitir uma representação mais pormenorizada dos fenómenos, serviam um público mais especializado, interessado na leitura de detalhe.

Prova disto mesmo reside na versão do mapa editado por Faden em 1790. Em Portugal, o mapa deve ter tido um uso na preparação da reforma jurídico-administrativa de 1790, assim como uma utilidade militar, na preparação da defesa das fronteiras no período pós-Rossilhão até à Guerra Peninsular. Neste sentido, vale a pena recordar as palavras de Francisco de Borja Garção Stockler, citado por Taveira de Magalhães, a propósito da actuação do 2º Duque de Lafões na preparação da defesa das fronteiras aquando da Guerra das Laranjas: “o plano geral de defeza que o duque imaginou, diz Stockler n’outra parte, foi formado pela maior parte sobre cartas geographicas e assim mesmo assas imperfeitas e, portanto, sem exacto conhecimento da nossa topographia nem dos recursos estatísticos do paiz; conhecimentos sem os quaes só casual ou milagrosamente se poderia tinar com o projecto de defeza mais

apurado e perfeito em todas as suas partes. O duque de Lafões reconhecia isso muito bem, e por conseguinte, desejava que se fizesse uma visita militar, physica e económica de todo o reino; se levantasse a carta topographica d'elle, addicionada com memorias illustrativas, mostrando miudamente as vantagens e desvantagens das posições militares que o terreno oferece [...] ⁴⁶⁵. Ou seja, sem a tão desejada Carta Topográfica do Reino os militares tinham de se socorrer dos mapas impressos, embora estes fossem imperfeitos e pudessem conduzir a erros estratégicos que poderiam custar muito caro ao país.

Contudo, fora do circuito militar, não foi esta versão a que conheceu maior sucesso mas sim aquela que Faden preparou, em 1797, de forma a integrar um atlas. O mapa era de tamanho duplo *folio* e conheceu outras edições pela casa Faden e várias versões em países diferentes, incluindo Portugal, como tivemos oportunidade de demonstrar. O mesmo se pode dizer relativamente ao mapa de López, ou seja, fora do circuito diplomático-militar, apenas as versões reduzidas garantiam sucesso editorial.

Tanto quanto nos foi possível apurar, não existem muitas versões manuscritas ou impressas, de mapas de Portugal de grandes dimensões, baseados nos exemplares de Jefferys e de Faden. Por sua vez, o mapa de López de 1778, conseguiu ter uma ampla aceitação. A atestar este sucesso podemos dar conta de alguns factos: refira-se, desde logo a aquisição a Jorge Bertrand, em 1793, pela Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho, de várias cópias do mapa de López em 8 folhas, não só para equipar a sua biblioteca, como para fornecer material de apoio para a formação dos cadetes ⁴⁶⁶. Era a prova de que as próprias autoridades militares portuguesas reconheciam o mapa de López como Cartografia “oficial”. Adiante veremos que o mesmo era feito pelos militares espanhóis.

A reforçar esta classificação de “mapa oficial” refira-se a sua utilização pelos oficiais estrangeiros contratados por Portugal para, em 1798, realizarem uma visita de inspecção e de reconhecimento da fronteira portuguesa desde a Província da Beira até ao Algarve ⁴⁶⁷. Na iminência de sofrer uma invasão francesa, Portugal realizava os

⁴⁶⁵ Taveira de MAGALHÃES, 1900, p. 68.

⁴⁶⁶ Cfr. Manuel Jorge CARVALHO, 1995, p. 122.

⁴⁶⁷ Cfr. Lívio da Costa GUEDES, 1992.

necessários preparativos para a defesa do Reino e, como já era hábito, contratou o serviço de vários militares estrangeiros, principalmente oficiais com experiência de guerra⁴⁶⁸. Assim, para além de Christian, Príncipe de Waldeck, que logo foi nomeado Marechal do Exército português, foram contratados outros oficiais estrangeiros, alemães e franceses, e que constituíam o seu Estado-Maior.

Foi ao Príncipe de Waldeck que o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Luís Pinto de Sousa Coutinho, incumbiu de realizar o dito reconhecimento da fronteira, entre o rio Douro e a foz do Guadiana. Acompanhava o Marechal alemão, como seu Ajudante de Campo, o Barão de Wiederhold que registou as observações que iam sendo feitas no terreno, comparando-as com o mapa de Portugal que possuíam. Ao contrário do que tem sido sugerido, o Barão de Wiederhold quando menciona o “mapa do Lopez” refere-se ao mapa de Portugal de 1778 e não aos mapas regionais de 1762⁴⁶⁹.

Para além dos militares, os estrangeiros que visitavam Portugal, sob vários pretextos, recorriam a mapas do País para se orientarem nas suas deslocações. Uma das mais famosas “viagens” foi a efectuada por Henrich Frederik Link, a que já nos referimos. Este autor alemão, que também percorreu o território em finais do século XVIII, consultou alguns mapas e adquiriu o mapa de Portugal de Tomás López em oito folhas. Contudo, o cientista alemão cedo compreendeu que a obra do cartógrafo espanhol estava eivada de imprecisões e erros e, tal como o Estado-Maior de Waldeck, o autor alemão foi identificando, por vezes com alguma minúcia, os vários erros registados no mapa de López, como sucedeu aquando da sua visita ao litoral alentejano, dando conta das incorrecções na localização de algumas localidades ou nos topónimos registados, como por exemplo, na Península de Setúbal⁴⁷⁰.

Finalmente, saliente-se que entre os mapas que compõem o arquivo cartográfico da Engenharia Militar portuguesa existem vários exemplares manuscritos

⁴⁶⁸ A propósito da contratação de oficiais estrangeiros ao serviço de Portugal, ver António Pedro VICENTE, 2000, p. 57 – 73.

⁴⁶⁹ Ver a descrição efectuada por este oficial alemão, publicada por Lívio da Costa GUEDES, 1992. São vários os pormenores que permitem identificar a utilização do mapa de Portugal de López de 1778. Em todo o caso, apenas mencionamos o exemplo referido por Wiederhold na descrição que fez de Montemor-o-Novo, no Alentejo: “A indicação de *arenales* junto de Montemor (no mapa do Lopez) não está correcta ali.”, p. 110. Esta indicação surge, unicamente, no mapa de 1778 e não nos mapas das Províncias de 1762.

⁴⁷⁰ Henrich Frederick LINK, 1801, p. 265.

do conjunto de Portugal, muitos sem autoria atribuída, compostos, sobretudo, a partir do fundo do mapa de Tomás López. Estes mapas serviam para ilustrar memórias e descrições militares, tratados sobre movimentos militares defensivos ou ofensivos ou as novas organizações militares, durante e após a Guerra Peninsular⁴⁷¹.

Assim, parece legítimo podermos afirmar que, no início do século XIX, o mapa de Portugal de Tomás López de 1778, era considerado o mapa “oficial” de Portugal, tanto pelas autoridades portuguesas, como pelos estrangeiros que nos visitavam, fossem eles meros turistas, cientistas ou desempenhando cargos oficiais do Estado. Vejamos, então, a utilização do mapa de López ao longo das primeiras décadas do século XIX.

5.3 - As cópias e Variantes do Mapa General del Reyno de Portugal de 1778.

Os mapas manuscritos

Do mapa de López são conhecidas outras versões, quer manuscritas, quer impressas, todas elaboradas em contexto de conflito militar, que contribuíram para a sobrevivência e validação desta imagem do território português. Muito naturalmente, o tipo de cópia ou de versão, dependendo se se tratava de um manuscrito ou de um impresso, destinava-se a públicos diferentes: enquanto as cópias manuscritas circulavam de forma restrita entre militares, principalmente oficiais de alta patente, as cópias impressas poderiam ser adquiridas por um público mais vasto. Começamos a análise pelos mapas manuscritos.

⁴⁷¹ Alguns destes exemplares manuscritos foram compostos a partir do mapa de Thomas Jefferys de 1762 ou de William Faden de 1790. Sugere-se a consulta do catálogo do arquivo cartográfico da G.E.A.E.M. disponível em <http://sidcarta.exercito.pt/bibliopac/bin/wxis.exe/bibliopac/?IsisScript=bin/bibliopac.xic&db=BASEDSE&lang=P&start=>. A investigação e a catalogação dos cerca de 12 000 documentos desta instituição foi realizada no âmbito do projecto “SIDCarta”. Cfr. Maria Helena DIAS, 2005.

O mapa de 1801

O ano de 1801 ficou marcado por uma invasão (franco) espanhola no Alentejo e a consequente perda para Portugal da vila e termo de Olivença, naquela que, para a História, ficou conhecida como Guerra das Laranjas⁴⁷². Refira-se que, desde 1793, altura em que Portugal iniciou a sua participação na Guerra do Rossilhão ao lado das armas espanholas, se vivia num permanente clima de guerra e de ameaça de invasão territorial, sobretudo após a assinatura de Paz separada entre Espanha e França em 1795, isolando diplomaticamente Portugal que se manteve, assim, em estado de guerra com França⁴⁷³. Deste modo, os últimos anos do século XVIII, foram ocupados na elaboração de planos militares, tanto para a defesa, como para o ataque a Portugal. Em todo o caso, a guerra declarada só chegaria em 27 de Fevereiro de 1801.

Na colecção de mapas da Sociedade de Geografia de Lisboa existe um exemplar manuscrito, colorido e de grandes dimensões (148 x 92 cm) e que corresponde a um decalque do mapa de Tomás López de 1778⁴⁷⁴. O mapa foi colado sobre tela, apresentando marcas e vincos que comprovam que foi dobrado em quartos de forma a transforma-se num mapa de campo. A escala gráfica, de 13 léguas de uma hora de caminho de 20 ao grau, foi desenhada na parte inferior do mapa (ao centro) que corresponde a ca. 1/600 000.

No canto superior esquerdo, encontra-se a cartela do título, de linhas sóbrias e encimada por um brasão que não foi terminado, indicando tratar-se do *Mapa del Reyno de Portugal dispuesto por el Exmo. Sr. Principe de la Paz, en qe. unicamente se señala el curso de los Rios y Cordilleras que ocupan su area las Ciudades Fortalezas y Poblaciones conmlas Caminos präs por los quales parece q. hay mas facilidad para el transito del Exto q. emprenda su Conquista y las direcciones de sus Marchas desde la Frontera de España en el supuesto de ser la R voluntad de S.M. señorearse en primer lugar de las Provincias de Entreduero y Miño y de Tras-los-montes en cuya operacion se prescinde de las dificultades q. presentaran aquellos terrenos de q. tienen los exâctos*

⁴⁷² Cfr. Manuel AMARAL, 2004, e António VENTURA, 2004

⁴⁷³ António Pedro VICENTE, 1998, 2000 e 2007.

⁴⁷⁴ Possui a cota 6/G/7 e corresponde ao N.º 302 do Catálogo da Exposição de Cartografia Nacional (1903-1904) organizada pela própria Sociedade de Geografia de Lisboa.

conocimientos topograficos q. se requieren para fixar una idea deles marchas posiciones y movimtos de las tropas q. en la ocasion habran de variarse seg. resulte de los Conocmto. partic al tpo de la execucion Madrid 31 de Enero de 1801.

Todo o mapa se insere numa dupla esquadria, a interna graduada em latitude e longitude, representando o território de Portugal continental que confina a Norte com “parte da Galicia”, a Este com as Províncias de “Valladolid”, “Zamora”, “Salamanca”, “Estremadura” e “Reyno de Sevilla”, a Oeste e a Sul com o “Mar de Portugal o Occidental”. No mapa estão representados, apenas, os limites e os nomes das Províncias de Entre Douro e Minho, Trás-os-Montes, Estremadura e do Reino do Algarve.

Entre os fenómenos figurados, fazem parte a rede hidrográfica, mais simplificada do que no mapa original de López, estando aguarelada de azul. O relevo foi representado de forma pictórica pelos tradicionais montes triangulares em perspectiva que compõem as principais cordilheiras. Destaca-se, também, a toponímia correspondente aos principais núcleos de povoamento, assim como a rede viária.

Pela leitura do título compreende-se porque é que o autor/copiador seleccionou unicamente estes fenómenos para serem figurados. O mapa foi concebido para uma missão específica: o de apoiar uma invasão terrestre a Portugal, pelas províncias setentrionais. Este mapa deveria acompanhar a memória para a invasão a Portugal, elaborada pelo brigadeiro D. Fernando Gaver, oficial do Real Corpo de Engenheiros redigida, também, em 31 de Janeiro de 1801 e apresentada a Manuel de Godoy, Príncipe da Paz, propondo a entrada por aquelas províncias portuguesas⁴⁷⁵.

Este plano de ataque a Portugal intitula-se *Exposición de D. Fernando Gaver a el Exmº Príncipe de la Paz, sobre los Ataques y entradas contra Portugal y Plan de operaciones, propuesto en caso de resolver empezar por la conquista de Trás-os-Montes y entre Duero y Miño*, conservando-se no Serviço Histórico Militar, em Madrid, sob a cota Doc. 5-3-4-25 e inclui a *Relação que corresponde ao Mapa Geral de Portugal elaborado por ordem do Ex.º Senhor Príncipe da Paz; no qual se mostram ao Exército de Operações as marchas para a entrada que se propõe naquele Reino.*

⁴⁷⁵ Ver António VENTURA, 2004, p. 48 e, com mais detalhe, do mesmo autor, 2006, p. 101 -109.

O plano proposto pelo Brigadeiro Gaver parece uma antevisão perfeita, com oito anos de diferença, da segunda invasão francesa comandada por Soult: aqui se indicam as manobras de diversão sobre a fronteira do rio Minho, recomendando-se que o exército deveria marchar sobre Chaves e dali para Braga; a partir desta cidade os militares espanhóis garantiriam o progressivo domínio sobre as restantes vilas da Província de Entre Douro e Minho, até à conquista da cidade do Porto. Este movimento deveria ser apoiado por um exército auxiliar que, a partir de Zamora marcharia sobre Miranda do Douro com o intuito de subjugar toda a Província de Trás-os-Montes e um outro que, partindo de Ciudad Rodrigo, asseguraria a conquista da Beira. Tendo em conta este plano, compreende-se que o autor tenha dividido o mapa em duas folhas, agrupando na metade superior estas três províncias setentrionais e a parte Norte da Estremadura, enquanto na folha inferior se figure a parte Sul da Estremadura, o Alentejo e o Algarve e assinale os locais estratégicos para a concretização deste plano⁴⁷⁶.

Ainda neste contexto de ameaça de guerra entre Portugal e Espanha, diga-se que outros planos de invasão foram elaborados por oficiais espanhóis e apresentados a Manuel de Godoy, propondo várias alternativas de invasão e conquista de Portugal⁴⁷⁷. Como se sabe, a opção escolhida foi aquela que propunha a entrada pelo teatro de guerra mais tradicional, o Alentejo. Em todo o caso, quase todos estes planos tiveram por base o mapa de López para a escolha da rota de invasão mais indicada⁴⁷⁸. Ainda está por apurar a explicação para a existência deste mapa no arquivo da Sociedade de Geografia de Lisboa e porque é que foi separado da memória escrita que ainda se conserva em Madrid.

⁴⁷⁶ Tendo em conta as relações diplomáticas de aliança estabelecidas entre a Espanha e a França nos anos seguintes à Guerra de 1801 e que possibilitou a entrada de dois exércitos espanhóis auxiliares na conquista de Portugal em 1807 e, sobretudo, após a ocupação de Madrid pelas tropas napoleónicas, será de admitir que, à semelhança daquilo que aconteceu em Portugal, também os franceses tiveram acesso ao Arquivo Militar espanhol, apoderando-se de vários planos militares que, posteriormente foram utilizados em proveito dos exércitos franceses. Efectivamente, o plano de invasão de Soult parece um decalque demasiado evidente para ser uma mera coincidência.

⁴⁷⁷ A transcrição integral de todos estes planos pode ser consultada em António VENTURA, 2006. Nesta obra foi referido que o mapa que deveria constar na memória de D. Fernando Gaver não tinha sido encontrado nos arquivos em Madrid.

⁴⁷⁸ Cfr. João Carlos GARCIA e Luís Miguel MOREIRA, 2008, p. 121 a propósito do plano de invasão espanhola proposto pelo Marechal de Campo D. Benito Pardo y Figueroa, em 1797, pelo Norte de Portugal e a partir da Galiza.

Mappa geographico do Reino de Portugal, por Neves Costa, 1806

José Maria das Neves Costa (1774-1841), foi um dos mais competentes engenheiros militares portugueses do início do século XIX, particularmente activo antes e durante as Invasões Francesas. Formado na Real Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho em meados da década de 1790, iniciou os seus trabalhos de levantamento cartográfico na Província do Alentejo aquando da Guerra das Laranjas⁴⁷⁹. Em 1802 foi nomeado para servir na recém-criada Inspecção-Geral das Fronteiras e costas Marítimas do Reino, onde, até 1806, compôs vários mapas do vale do Tejo e da fronteira do Alentejo a grande escala e com muito detalhe e que acompanhavam algumas memórias descritivas daquela região⁴⁸⁰.

Aquando da ocupação francesa decorrente da primeira invasão, entre 1807 e 1808, Neves Costa já se encontrava ao serviço do Arquivo Militar e, nessa qualidade, juntamente com outros oficiais engenheiros, terá colaborado com o Coronel Vincent – comandante do Corpo de Engenharia Militar do exército de Junot - para o auxiliar na tarefa de proceder ao levantamento topográfico do território a Norte de Lisboa, tendo em vista o desenvolvimento de um plano de defesa da capital portuguesa.

Com base nos dados recolhidos durante essa campanha compôs alguns exemplares cartográficos, e de forma a acompanhar uma memória militar sobre as posições defensivas a adoptar, elaborou o *Esboço da carta itinerária militar que contém a topografia do terreno de uma parte da província da Estremadura*, numa escala de ca. 1:100 000, terminada entre 1809 e 1810. Nas palavras do próprio, foi esta sua iniciativa que terá influenciado a construção das Linhas de Torres, ainda que, na época, poucos o reconhecessem⁴⁸¹. Mais recentemente tem sido feita justiça ao labor deste oficial engenheiro português e do seu contributo para esta obra defensiva⁴⁸². Entre 1813 e 1816, foi incumbido por Beresford de levantar a *Carta topográfica militar*

⁴⁷⁹ Este autor deixou uma memória sobre a Campanha de 1801 que estava acompanhada de um mapa que ilustrava as principais movimentações militares. O mapa encontra-se no G.E.A.E.M. sob a cota 508-1-4-7.

⁴⁸⁰ José Ramiro PIMENTA, 2008, p. 161-168.

⁴⁸¹ Maria Helena DIAS, 2005.

⁴⁸² Ver, por exemplo, Maria Helena DIAS, 2005 e José Custódio GERALDO, 2010.

dos terrenos da Península de Setúbal, em 4 folhas, na escala aproximada de 1:30 000⁴⁸³.

Depois da Guerra Peninsular, com o Liberalismo e o fim da Guerra Civil, a carreira de Neves Costa no Exército foi limitada, tendo sido mesmo reformado compulsivamente em 1837, com a patente de Brigadeiro. Em todo o caso, a sua obra geo-cartográfica, para além de inúmeros mapas e memórias locais e/ou regionais, inclui, pelo menos, dois mapas de Portugal, ambos manuscritos.

O primeiro destes mapas data de 1806 e intitula-se *Mappa geographico do Reino de Portugal no qual estão notadas as suas divisoens militares segundo o projecto que o suppoem dividido em vinte e quatro brigadas de ordenações dezenhado pello Capitão Joze Maria das Neves Costa*⁴⁸⁴. Tal como dá conta o título, o mapa serviu de suporte para a implementação da reforma militar de 1806, que pretendia proceder a um reajuste da disposição militar, melhorando a capacidade de resposta defensiva de Portugal, na sequência dos desaires sofridos durante a Guerra das Laranjas⁴⁸⁵.

Trata-se de um mapa de grandes dimensões (75 x 130 cm), colorido, com uma escala gráfica de 6 Leguas de dezoito ao Gráo, que nos permite calcular em ca. 1: 470 000.

A referência ao autor, identificando-o como capitão, assim como a própria temática do mapa, permitem datá-lo de 1806-1807, dado que Neves Costa foi promovido a Capitão em Novembro de 1806 e a Major em Junho de 1807, pelo que, neste período, enquanto se encontrava a trabalhar no Arquivo Militar, deve ter elaborado o mapa, utilizando como fundo cartográfico uma cópia do mapa de López⁴⁸⁶.

O mapa está orientado com o Este no topo, denunciando a perspectiva de quem está a planear acções defensivas perante uma ameaça de invasão a partir da fronteira terrestre. Esta foi colorida de cor carmim. A imagem cartográfica está

⁴⁸³ Maria Helena DIAS, 2001, p. 37 – 51.

⁴⁸⁴ Presentemente, o mapa faz parte do acervo do G.E.A.E.M, sob a cota 4062-4-48-60 e foi reproduzido em PORTUGAL, 2005, p. 5.

⁴⁸⁵ Sobre esta reforma, ver João CENTENO, 2008.

⁴⁸⁶ Cfr. Maria Helena DIAS, 2005, p. 12-13, que apresenta uma cronologia dos principais dados biográficos deste engenheiro militar.

inserida numa esquadria que não possui qualquer informação relativamente às coordenadas geográficas.

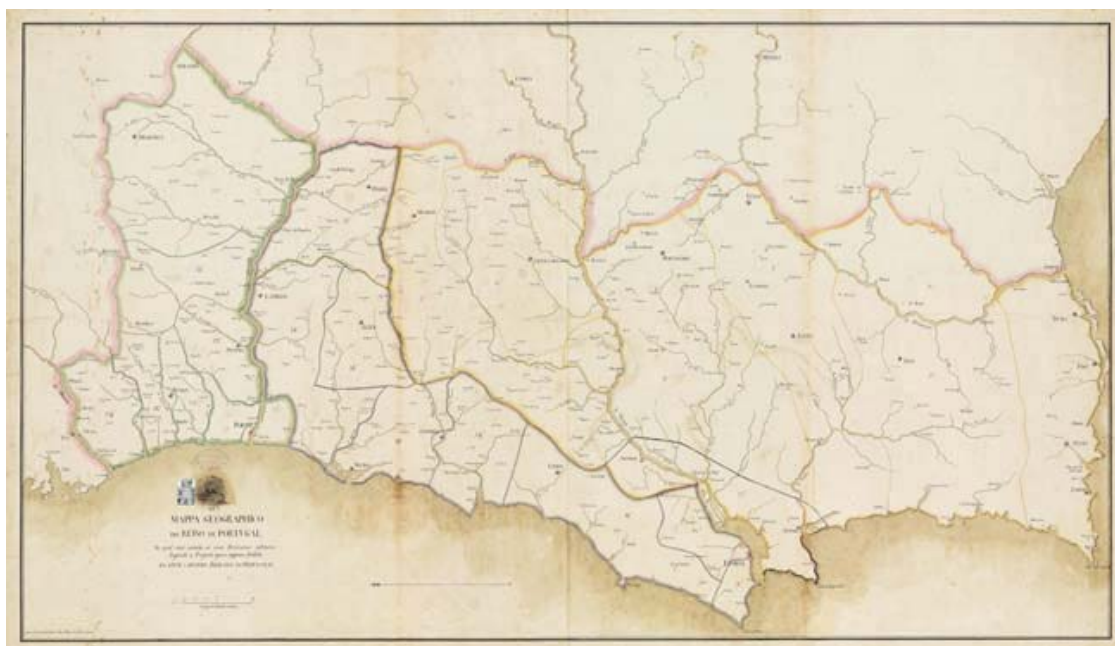


Figura 99 - Mappa geographico do Reino de Portugal, Neves Costa, 1806. G.E.A.E.M.

Na parte inferior esquerda foi colocado, sobre o oceano, o título, sem qualquer cartela ou adorno, tendo por baixo a referida escala gráfica. A orientação é dada por uma simples flecha que aponta a direcção Norte e, no canto inferior esquerdo, está o nome do autor. O mapa figura a divisão territorial das 24 brigadas de ordenanças cujos limites foram, nalguns casos, pintados de cor ocre.

Dado que esta seria o principal objectivo do mapa, o fundo cartográfico do protótipo foi muito simplificado. Assim, Neves Costa apenas representou a rede hidrográfica principal e alguns núcleos de povoamento e respectivos topónimos, ignorando a rede viária e a figuração do relevo que preenchiem por completo o fundo do mapa de López.

Tendo em conta a dimensão do documento e o conteúdo da informação, trata-se de um mapa de gabinete mas, tal como deixa antever a simplicidade gráfica, não foi feito para ser exposto mas antes para ser usado na administração militar. Após esta breve análise, resta saber se o autor utilizou directamente o mapa Lopez de 1778, ou se recorreu a outras versões e cópias manuscritas que, certamente, existiam no Arquivo Militar.

Carta militar das principais estradas de Portugal, por Lourenço Homem da Cunha de Eça, 1808

Quando, em 1807, Napoleão tomou a resolução de invadir e conquistar Portugal, colaborando, para tal, com as autoridades espanholas, constituiu um exército que, numa fase inicial, se denominou “Corpo de Observação da Gironda” para logo se transformar no “Exército de Portugal” e cujo comando foi entregue ao general Junot⁴⁸⁷.

Desde o início, o Alto Comando francês manifestou intenção de agregar a este Exército um Corpo de Engenharia Militar composto por oficiais e técnicos com experiência no teatro ibérico de operações, devido à participação nas forças que apoiaram a invasão espanhola de 1801 e que culminou na Guerra das Laranjas.

De facto, os comandantes franceses estavam conscientes que se preparavam para invadir um território quase completamente desconhecido, pelo que a presença de engenheiros militares com experiência acumulada no terreno, poderia contribuir para o bom sucesso da missão, escolhendo os corredores mais adequado para a passagem do trem de artilharia, identificando os locais para abastecimento de soldados e de animais, o que permitiria acelerar a marcha da tropa para mais rapidamente conquistar o país⁴⁸⁸. Enfim, aplicava-se a fórmula que estava a produzir bons resultados para os exércitos napoleónicos na Europa Central.

No entanto, como a Guerra das Laranjas foi de curta duração, nenhum dos engenheiros franceses teve oportunidade de entrar em território português para proceder a reconhecimentos topográficos. Para o comando desta unidade de engenharia do Exército de Portugal, foi nomeado o Coronel Humbert Marie Vincent⁴⁸⁹.

⁴⁸⁷ Será desnecessário referir as inúmeras obras que se debruçam sobre a temática das Invasões Francesas e da Guerra Peninsular, sobretudo as mais recentes, portuguesas e estrangeiras, a propósito da comemoração do bicentenário das campanhas militares. Em todo o caso, tal não invalida que, para além da bibliografia já citada, não se faça referência a uma ou outra obra mais pertinente para o tema específico aqui abordado.

⁴⁸⁸ António Pedro VICENTE, 1984.

⁴⁸⁹ Para se apreender a dimensão do papel desempenhado pela engenharia militar francesa em Portugal, durante a primeira invasão de 1807-08, é imprescindível a leitura das obras de António Pedro VICENTE, 1983, 1984 e 2000, p. 237- 251.

As ordens emitidas por Napoleão a 17 de Outubro eram claras: “[...] fazei com que me façam a descrição de todas as províncias por onde passardes, das rotas, da natureza do terreno; enviai-me esboços. Encarregai os oficiais da engenharia deste trabalho, que é importante ter. Que eu possa ver a distância das cidades, a natureza do país, os recursos que apresenta”⁴⁹⁰. O Imperador solicita mesmo um mapa geral do Reino.

Durante os cerca de nove meses de ocupação francesa, foram vários os memorandos e relatórios enviados por Junot a Napoleão, dando conta dos progressos que o Corpo de Engenharia ia fazendo, à medida que procediam ao reconhecimento topográfico do território português, com particular atenção para as estradas que ligavam Lisboa às principais praças de guerra da fronteira e ao território a Norte de Lisboa, com o intuito de se proceder à sua fortificação para a defesa da capital, em caso de desembarque britânico⁴⁹¹. Dado que o volume de trabalho era cada vez maior, Vincent solicitou a colaboração de Carlos Frederico Bernardo de Caula que, por sua vez, indicou outros engenheiros militares portugueses para o auxiliarem, entre os quais, José Maria Neves Costa, Joaquim Norberto Xavier de Brito e Lourenço Homem da Cunha de Eça⁴⁹².

Para além dos trabalhos realizados em primeira mão e *in loco*, os engenheiros franceses copiaram e apropriaram-se de inúmeros documentos depositados no Arquivo Militar e na Inspeção-Geral das Fronteiras e Costas do Reino, em Lisboa e que, depois, foram enviados para o Arquivo Militar francês, em Paris, onde, ainda hoje, permanecem⁴⁹³. Disso mesmo dá conta um memorando assinado pelo Coronel Vincent, a 12 de Janeiro de 1808, explicando que o Inspector-geral das Fronteiras, o francês realista Marquês de la Rozière ao serviço de Portugal, lhe havia enviado um conjunto de memórias, descrições, mapas e plantas, relativos aos trabalhos desenvolvidos no âmbito da referida Inspeção-Geral⁴⁹⁴.

⁴⁹⁰ Nicole GOTTERI, 2006, p. 164.

⁴⁹¹ Jean Andoche JUNOT, 2008.

⁴⁹² Carlos Guardado da SILVA, s/d.

⁴⁹³ Cfr. António Pedro VICENTE, 1971-1983.

⁴⁹⁴ António Pedro VICENTE; 1984, p. 203-210. Desde os finais da década de 1790, Portugal acolheu vários militares de nacionalidade francesa, realistas fieis à família Bourbon, que havia sido destronada e exilada após a execução de Louis XVI. Alguns deles, desempenharam cargos importantes, como foram o caso do Marquês de la Rozière ou do Conde de Novion.

Alguns dias antes, a 9 de Janeiro, o próprio Junot, em relatório enviado a Napoleão, havia dito: “[...] trabalha-se constantemente na planta e no levantamento dos terrenos que percorremos; mandei reunir, na medida do possível, as plantas das praças fortes, dos fortes de Lisboa, da costa, *das pontes e das estradas de Portugal* dentro em breve enviarei a V. M. tudo quanto puder recolher e que possa dar-lhe a conhecer este país”⁴⁹⁵.

Foi neste contexto que surgiu o mapa intitulado *Carta militar das principais estradas de Portugal*. Deste mapa são conhecidas, pelo menos, três versões diferentes, sendo uma delas manuscrita e as outras duas impressas. Iniciaremos esta análise pela versão manuscrita, tida como provável protótipo para as versões impressas.

O autor deste mapa foi Lourenço Homem da Cunha de Eça (1767-1833), oficial do Real Corpo de Engenheiros (para onde passou vindo da Armada, mas desde 1812 na classe dos adidos) e lente na Real Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho. Ao que tudo indica, terá sido um dos engenheiros militares portugueses que cooperou com a unidade do *Génie* chefiada por Vincent, entre 1807 e 1808. Após a expulsão das tropas francesas, apresentou às novas autoridades portuguesas uma memória relativa à defesa da capital, aproveitando as vantagens topográficas do terreno compreendido a Norte de Lisboa, onde, depois, foram construídas as Linhas de Torres Vedras⁴⁹⁶.

Talvez por esta razão, em Setembro de 1810, ficou responsável pelo comando, organização, instrução e disciplina dos artilheiros ordenanças que tinham por missão principal guarnecer as ditas Linhas durante a campanha de defesa face à terceira invasão francesa - desta vez comandada por Massena - função que desempenhará até meados da década de 1820, acumulando a tarefa de inspector e supervisor do estado das fortificações, sendo responsável por dirigir vários levantamentos cartográficos deste sistema defensivo⁴⁹⁷.

⁴⁹⁵ Jean-Andoche JUNOT, 2008, p. 127-128. Sublinhado nosso.

⁴⁹⁶ Esteves PEREIRA e Guilherme RODRIGUES, 1907, p. 107-108; André Vítor MELÍCIAS, 2008.

⁴⁹⁷ Os arquivos da D.I.E. registam 62 entradas para documentos cartográficos da responsabilidade deste oficial.

A versão manuscrita deste mapa permanece G.E.A.E.M. e trata-se de um mapa de grandes dimensões (75 x 137 cm), colorido, orientado para Este, e com uma escala que se pode calcular em ca. de 1:470 000⁴⁹⁸.

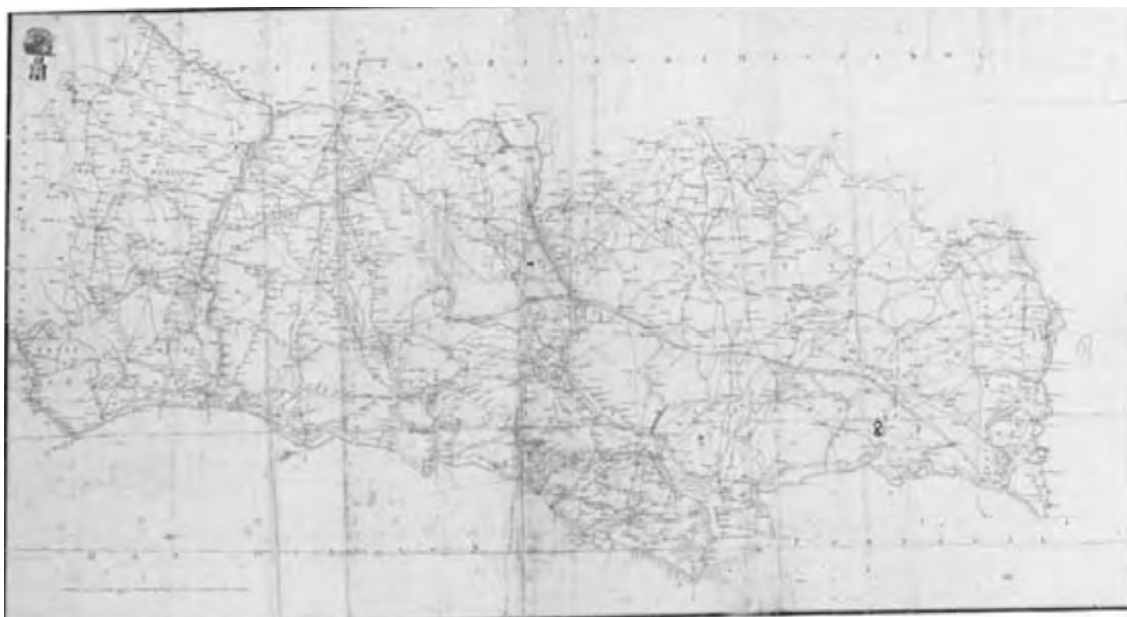


Figura 100 - Versão manuscrita da Carta militar das principais estradas de Portugal, 1801(?) G.E.A.E.M.

Possui, ainda, a orientação colocada sobre o oceano, e uma pequena nota, na parte inferior esquerda do mapa, esclarecendo o significado das letras registadas nos vários itinerários cartografados.

O mapa figura o território português ibérico, incluindo o termo de Olivença. O País está limitado a Norte pela “Parte da Galiza”, a Este por “Parte do Reino de Hespanha” e a Oeste e a Sul pelo “Mar Oceano de Portugal”. Internamente, o país está dividido nas suas seis províncias, devidamente identificadas. A figuração da rede hidrográfica e do relevo foi muito simplificada e já não sobrecarrega o fundo do mapa. Não houve grande preocupação na identificação dos rios ou das serras.

Assim, fazendo jus ao título de *Carta militar das principais estradas de Portugal*, o autor destacou a rede viária do mapa de López, mostrando as principais vias terrestres, aí indicando as distâncias em léguas e o tempo de percurso, em horas de marcha a pé, entre diferentes localidades. Trata-se, então, de um mapa militar que deve ter sido elaborado num contexto específico de guerra e de ameaça de invasão

⁴⁹⁸ É o exemplar sob a cota 4083/III – 2A – 29-41. Foi reproduzido em Maria Helena DIAS *et al*, 2005, p. 201.

estrangeira. A possibilidade deste mapa manuscrito ter sido elaborado no decorrer da campanha da Guerra de 1801 já foi avançada⁴⁹⁹. Desta forma, quando Junot, em 1808, por indicação de Vincent, ordenou a gravação e impressão da *Carta militar*, esta já estava pronta na forma manuscrita.

Da versão impressa do mapa anterior, são conhecidas, pelo menos, duas variantes diferentes. Iniciaremos a análise pelo mapa que foi mandado gravar e imprimir pelos franceses em 1808 e, para isso, socorremo-nos do exemplar que se conserva no arquivo do G.E.A.E.M.⁵⁰⁰.

As características gerais do mapa, as dimensões, a escala, os fenómenos representados, etc. são, em quase tudo, idênticas à versão manuscrita, registando-se, apenas, algumas diferenças pontuais. Por questões técnicas e também devido à dimensão total do mapa, os exemplares foram impressos em duas folhas, sendo posteriormente coladas de modo a configurar um mapa mural ou, quando colados sobre tela e recortado em partes mais pequenas, de forma a transformar-se em mapa de campo.

Nesta versão, o território que corresponde ao termo de Olivença está na parte de Espanha, tendo o autor feito coincidir os limites políticos entre os dois reinos ibéricos com o rio Guadiana, muito embora ainda se possam observar os antigos limites daquele território oliventino, quando estava sob administração portuguesa. Seria uma forma de não deixar esquecer a questão da soberania? Por outro lado, este pormenor parece confirmar que a versão manuscrita anterior deve ter sido elaborada antes da assinatura do Tratado de Paz de Badajoz, em 1801, pelo qual Portugal cedeu a soberania administrativa de Olivença a Espanha.

⁴⁹⁹ Maria Helena DIAS, 2005, p. 200.

⁵⁰⁰ Trata-se do exemplar com a cota 4058-2A-29-41. Também existe um exemplar desta variante arquivada no A.H.M. 47ª Secção, 3ª Divisão, Mapas Gerais 4. Portugal Continental.

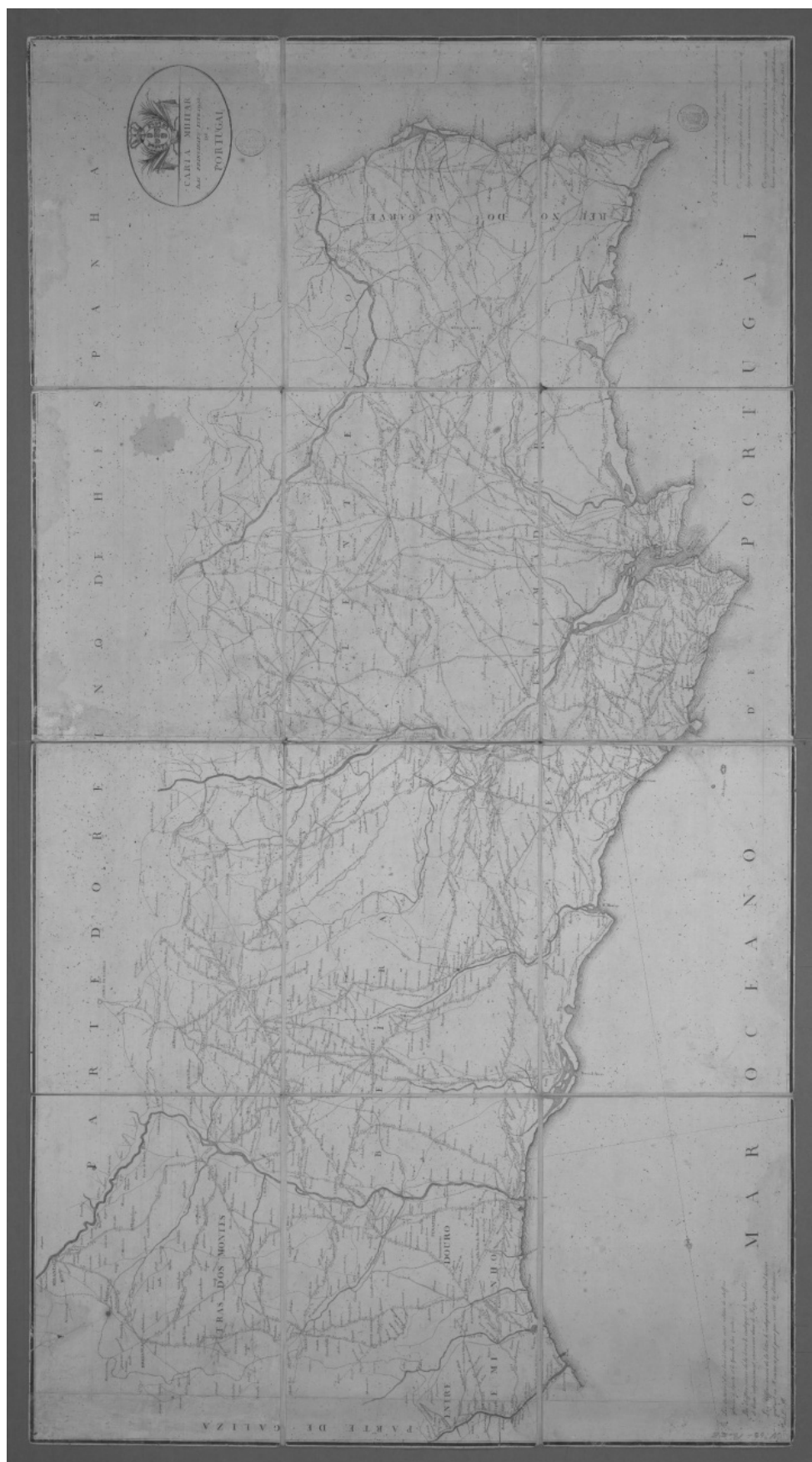


Figura 101 - Versão portuguesa da Carta militar das principaes estradas de Portugal, Lourenço Homem Cunha de Eça, post. 1808. B.N.P.

O mapa apresenta duas notas bilingues, sendo que a do canto inferior esquerdo foi escrita em francês, tendo por baixo a indicação “Par Laurent Homme da Cunha de Eça Majeur du Corps du Genie”. A nota do canto inferior direito, foi escrita em português e dá conta que “as distancias de hum a outro lugar são notadas de algarismos postos a direita e esquerda das Estradas. Os algarismos seguidos da letra L. indicão o numero de legoas vulgarmente anunciadas no Pais. Os algarismos seguidos da letra h. indicão o numero de horas que hum Homem gasta a pé em andar aquella distancia”. Esta indicação remete para o mapa de Tomás López e para a sua fonte itinerária directa: o Roteiro Terrestre incluído no *Mapa de Portugal* de João Bautista de Castro de 1762, onde se deixa claro que a informação do número de léguas e do tempo de percurso é de difícil contabilização, ainda que de bastante utilidade para viajantes, comerciante e militares, tendo Bautista de Castro reunido as melhores informações a partir das investigações desenvolvidas pelo Engenheiro-Mor Azevedo Fortes e das informações prestadas pelos oficiais dos correios⁵⁰¹. Por baixo desta nota, a indicação “Romão Eloy de Almeida Grav. Lisboa. 1808”.

Romão Eloy de Almeida (fl. 1798- fl. 1823) era gravador e director-técnico do ateliê de “abrigão” da Oficina da Casa Literária do Arco do Cego, tendo-se dedicada à gravura de ilustrações de botânica e de zoologia e trabalhou, ainda, na Impressão Régia de Lisboa, onde se dedicou, quase exclusivamente, à gravação de documentos cartográficos. Após a Convenção de Sintra e a consequente expulsão dos franceses, Romão Eloy partiu para o Brasil para se juntar a Frei Mariano Veloso, o antigo director da Oficina do Arco do Cego, para, conjuntamente com outros técnicos, desenvolverem a “nova” Impressão Régia, uma das primeiras instituições que o ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho havia criado após a chegada da Corte ao Rio de Janeiro⁵⁰².

A autoria do mapa ao ser atribuída a um engenheiro militar português, lente de Desenho na Academia de Fortificação e a um gravador/impressor ligado à Impressão Régia, confirma a colaboração próxima entre as autoridades francesas e as instituições portuguesas, incluindo as militares. Finalmente, outro pormenor que diferencia este mapa do manuscrito, é a cartela do título, colocada no canto superior direito e que se

⁵⁰¹ João Bautista de CASTRO, 1762, tomo III, p. 1-6.

⁵⁰² O seu nome estará ligado às primeiras gravações e impressões de imagens na nova Impressão Régia, incluindo a primeira planta impressa da cidade do Rio de Janeiro. Cfr. Orlando da Costa FERREIRA, 1994, p.244-247 e Ana Maria CAMARGO e Rubens MORAES, 1993, p. 21.

compõe de uma elipse dividida em duas metades, ambas com o título, na metade superior, *Carte Militaire des Principales Routes de Portugal* e na metade inferior, *Carta Militar das Principaes Estradas de Portugal*. Este era, sem qualquer margem para dúvidas, o mapa das pontes e das estradas de Portugal que Junot desejava enviar ao Imperador e com o qual pretendia equipar o seu Estado-Maior.

Curiosamente, já foi avançada a hipótese dos franceses não terem tido acesso ao mapa pois, alegadamente, enquanto este aguardava no prelo, os ingleses já ocupavam Lisboa⁵⁰³. Contudo, a análise ao catálogo das obras da biblioteca de Junot, elaborado após a sua morte, revela que este era possuidor de, pelo menos, um exemplar impresso em duas folhas e, também, de uma cópia manuscrita reduzida⁵⁰⁴. É, no mínimo, estranho, que todo o material cartográfico coligido, assim como os reconhecimentos topográficos e militares realizados durante a primeira invasão, francesa não tenham sido utilizados, pelo menos, na terceira invasão, ainda que tenham sido depositados no Arquivo Militar francês. Sobre esta questão, é eloquente a análise do Barão de Marbot, oficial francês que acompanhou Massena: “[...] estas causas eram antes de mais a absoluta falta de conhecimento da topografia da região na qual combatíamos, porque, quer por precauções defensivas, quer por apatia, o governo português jamais mandou desenhar bons mapas do reino. O único que existia era inexacto até mais não, de maneira que nós marchávamos, digamos, às apalpadelas, ainda que houvesse no exército de Massena um grande número de oficiais franceses que já tinham feito duas campanhas em Portugal com Soult e Junot. (...) Massena tinha esperança que estes banidos [trinta oficiais portugueses que o acompanhavam, entre eles o Marquês de Alorna e o Manuel Pamplona Côrte-Real, futuro 1º Conde de Suberra] lhe pudessem dar informações úteis, mas, exceptuando Lisboa e os seus arredores, nenhum deles conhecia o seu próprio país (...)”⁵⁰⁵.

Sobre a “validade” do mapa impresso, é esclarecedor o comentário que figura numa nota às listagens que acompanham uma carta de Eusébio Dias Azedo, acerca das

⁵⁰³ Veja-se a opinião de Charles-Alphonse RAEUBER (1993, p. 53) a propósito da terceira invasão francesa e do lamento dos oficiais do Estado-Maior de Massena por não possuírem bons mapas de Portugal. No entanto, o autor afirma que este mapa, que ele identifica como “Carte Eloy” estava em amplo uso no exército anglo-britânico.

⁵⁰⁴ Cfr. *Catalogue des livres rares et précieux de la Bibliothèque de Ser. Exc. M.^{gr} Le Duc d’Abrantès* em 1813.

⁵⁰⁵ Barão de MARBOT, 2006, p.54.

existências no Arquivo Militar, datada de 22 de Setembro de 1808, dirigida a D. Miguel Pereira Forjaz Coutinho: "N.B. Existem alguns exemplares de hua carta impressa com o titulo de Carta-militar das principaes estradas de Portugal. Esta carta q. o Cor.el Engenh.ro Vincent fez gravar de hua copia da de Lopes na qual o redactor adoptou á vontade os itinerarios q. poude haver á mão sem critério algum geografico q. afiance a sua exactidão, já duvidosa pelos erros conhecidos do original."⁵⁰⁶ .

Após a evacuação das tropas francesas de Portugal, em Setembro de 1808, e face à necessidade de utilização de mapas do território, tanto por parte do exército britânico, como por parte do exército português, foi dada uma nova ordem de impressão do mapa de Loureço Homem. Contudo, face ao novo contexto político, foram introduzidas algumas alterações “simbólicas” ao mapa. Assim, sem modificar o seu conteúdo, nem a sua aparência geral, esta nova variante identifica o seu autor apenas pelas iniciais L. H., desaparecendo qualquer referência à colaboração que existiu entre os oficiais do corpo de engenharia militar de Portugal e de França.

As duas notas bilingues mantiveram-se, até porque o francês era a língua diplomática conhecida e falada entre os oficiais militares portugueses e britânicos, mas a cartela do título sofreu uma alteração importante: o título em português manteve-se na metade inferior da elipse, e na metade superior figuram agora as armas de Portugal, símbolo da nova autoridade restaurada⁵⁰⁷ .

Um exemplar deste mapa estava na posse do então Major George Julius Hartmann (1774-1856), do Regimento de Artilharia da King's German Legion (K.G.L.), ao serviço do Exército Britânico a operar na Península Ibérica sob o comando de Lord Wellington. Hartmann era comandante de Artilharia, tendo desempenhado essa função durante toda a Guerra Peninsular e mesmo durante a batalha de Waterloo. Uma vez estabelecido em Portugal, ficou responsável pelos fortes entre Belém e

⁵⁰⁶ Cfr. Maria Helena DIAS, 2007, p. 8. O documento original encontra-se no A.H.M., 3ª Divisão, 30ª Secção, Caixa 2, nº 65.

⁵⁰⁷ Nos arquivos portugueses encontram-se vários exemplares desta variante, o que parece indicar que o mapa foi amplamente distribuído e estava em franca circulação. Na B.N.P. existem 6 exemplares, alguns os quais nitidamente transformados em mapas de campo. Nesta análise utilizamos o exemplar com a cota C.C. 106 R., disponibilizada *online* através da ligação <http://purl.pt/6302/2>. O exemplar que se conserva no I.G.P. sob a cota CA 50, para além das características aqui referidas, apresenta um conjunto de 25 navios ao longo da costa portuguesa, de diferentes tamanhos, uns com pavilhão português, outros com pavilhão da Royal Navy, desenhados à mão e profusamente colorido. Deve tratar-se de um mapa que foi decorado a pedido do seu proprietário.

Cascais, sendo depois mobilizado para acompanhar a progressão do exército aliado nas campanhas de 1809-1811, em direcção à fronteira com Espanha, até porque a K.G.L. ficou responsável pela fortificação da Raia entre Almeida e Elvas⁵⁰⁸. Nesta qualidade, foi responsável pelo levantamento de vários mapas que davam conta das posições ocupadas pelos exércitos inimigos no campo de batalha, ou que constituíam reconhecimentos de terreno⁵⁰⁹.

O exemplar desta versão do mapa de Lourenço Homem da Cunha de Eça, que esteve na posse de Hartmann, faz parte da Hauslab-Liechtenstein map collection, que se encontra na Library of Congress. O mapa foi completado com informação manuscrita sobre o relevo do país, não só no que diz respeito aos nomes das serras que não constam no original, como na representação gráfica do relevo de todo o vale do Tejo e da faixa fronteiriça da Beira e do Alto Alentejo. Comprova-se, assim, a utilidade da cartografia como auxiliar da Arma de Artilharia no contexto de operações militares e também, do uso e distribuição pelo exército aliado.



Figura 102 - Carta militar das principais estradas de Portugal, Lourenço Homem Cunha de Eça, post. 1808, pertencente a George Julius Hartmann. B.C

⁵⁰⁸ John LESLIE, 1912, pp. 75-100.

⁵⁰⁹ São conhecidos 4 mapas manuscritos de sua autoria: *Schlact von Talavera la Reyna, 1809 den 28ten Juli.*; *Sketch of the surprise of the French troupes under General Girard by Gen. Hill of the allied army near Arrojo de los Molinos, 28 th Obr. 1811*; *Position of the 2 armies during the greatest part of the 28th July and at the attack on the enter of the British & Spanish line at about 20'clock p.m.*; *Sketch of the country between the Coa & Sierra de Gata.*

As variantes inglesas, 1811-1812

Com a chegada a Portugal de efectivos militares do Reino Unido, os editores, gravadores, impressores e geógrafos britânicos concentraram a sua atenção na produção de mapas dos territórios ibéricos. Nesta época, não competia ao Estado-Maior de nenhum dos exércitos em confronto fornecer mapas de apoio aos oficiais, pelo que, estes teriam de desenvolver esforços pessoais para os adquirir. Do ponto de vista britânico, era mais fácil adquirir ou encomendar os mapas em Londres, uma vez que a crónica falta de mapas em Portugal impossibilitava que estes fossem encontrados em Lisboa e também porque sempre existiu uma colaboração estreita entre os editores cartográficos e os militares britânicos, como bem atestam a lista das fontes consultadas na elaboração de vários mapas.

Contudo, os militares rapidamente se aperceberam que os diferentes exemplares de “*Cartas Geográficas*” eram muito incompletos e continham inúmeras inexactidões, pelo que trataram de enviar para Londres esboços, mapas manuscritos ou impressos provenientes de fontes “locais”, supostamente mais fidedignas, com o intuito de aí serem reformulados, gravados e impressos, de forma a conhecerem uma maior circulação. Muitas vezes este processo era custeado pelos próprios oficiais⁵¹⁰. Deste modo, assistiu-se a um crescimento na produção de mapas de Portugal pela Cartografia inglesa, durante todo o período de 1809-1812, principalmente de mapas de tamanho *folio*, tanto em folha solta como integrado em atlas, mas também foram produzidos mapas de grandes dimensões.

Para além das duas variantes do mapa de Lourenço Homem, impressas e editadas em Portugal, conhece-se uma segunda versão, desta vez gravada, impressa e editada em Londres, por Aaron Arrowsmith (1750-1823). Trata-se do fundador de uma importante dinastia de cartógrafos que continuaria a editar mapas até depois da

⁵¹⁰ Este tipo de procedimento era muito vulgar e os exemplos multiplicam-se, mas bastará referir o processo de impressão e edição de um mapa da Província de Entre Douro e Minho pelo gravador/editor inglês Samuel John Neele, em 1813, a expensas de Nicholas Trant, um oficial britânico do exército português que, na qualidade de Governador da Cidade do Porto e Comandante das Milícias, terá mandado fazer esta cópia de um mapa que, até esse ano, apenas circulava na forma manuscrita entre os militares portugueses. Cfr. Luís Miguel MOREIRA, 2011, p. 188-196.

segunda metade do século XIX. Arrowsmith colaborou com John Cary e William Faden antes de iniciar uma carreira a solo⁵¹¹.

Nesta análise utilizamos o mapa que se conserva nos fundos cartográficos da B.N.P.⁵¹² É um mapa gravado, em duas folhas, colorido, mantendo a orientação para Este e também não apresenta escala. As dimensões totais são 58,5 x 132 cm. No canto inferior esquerdo, fora da esquadria do mapa, tem a indicação “E. Jones Sculp^t.” No canto inferior direito, foi colocado o título e a autoridade do mapa: *Map of the Roads of Portugal London, Published 1st January 1811 by A. Arrowsmith Hydrographer to H.R.H the Prince of Wales n^o 10 Soho Square*. Sob o título, apresenta uma nota que dá informações sobre as distâncias indicadas no mapa, em léguas e em horas de percurso: “ Figures with na L annexed are the number of Leagues from town to town. Figures on ----D^o. with an h annexed are the hours a foot courier is in travelling”. Como se comprova, trata-se da tradução para inglês das notas em português e francês do mapa protótipo. Muito provavelmente um oficial britânico, estando na posse de um exemplar gravado em Portugal, tê-lo-á enviado para Londres para ser copiado e editado por uma das muitas casa editoras de Cartografia.

Outro exemplo de mapa de grandes dimensões de origem inglesa, foi o intitulado *A new general military map of the kingdom of Portugal By Don Thomas Lopez, geographer to his Catholic Majesty; the roads are corrected from the carta militar published by the French at Lisbon in 1808, and the principal military features from the best authorities*, gravado por Samuel John Neele e publicado, em oito folhas, por John Stockdale, Piccadilly em 1812. Este exemplar constitui a síntese perfeita entre o mapa de Tomás López – podendo-se considerar uma nova variante - e o mapa de Lourenço Homem, de quem o autor ou autores aproveitaram a informação da rede viária.

O exemplar em análise encontra-se na B.N.P. é composto por oito folhas com numeração romana, inseridas numa dupla esquadria com graus de latitude e de

⁵¹¹ Em 1811, Arrowsmith gravou a *Carta Geral que Comprehende os Planos das Principaes Barras da Costa de Portugal* de Marino Miguel Franzini e fez, também, uma versão da *Carta dos Principais Triângulos...* de Francisco Ciera.

⁵¹² Trata-se do exemplar com a cota C.C. 1238 R.

longitude, encadernadas e formando uma espécie de álbum⁵¹³. Na capa da encadernação, apresenta o título e por cima um brasão composto por um cinturão com a inscrição “FED ELTA” e no interior apresenta a cabeça de um leão coroado e um veado, tendo por baixo da fivela “F. Rice Mount Frenchard”, que pode referir-se ao proprietário do mapa.

A primeira folha representa a Província de Entre Douro e Minho. O título foi colocado sobre o oceano, referindo-se que López era “Geographer to His Catholic Majesty” e que o mapa foi impresso em 5 de Novembro de 1811, tendo a indicação “Neele Sculp^t. Strand. Deste modo, a encadernação deve ter sido uma encomenda do proprietário que ficou pronta durante o ano de 1812.

A análise ao conteúdo do mapa, revela que a figuração da divisão administrativa interna, dividida em “Oidorias” e “Corregimientos”, assim como da rede hidrográfica e do relevo, se inspirou directamente no mapa de López. Por sua vez, os itinerários terrestres correspondem aos que estão inscritos no mapa de Lourenço Homem. A legenda do mapa surge na folha III, onde na “Explanation” é dito que a indicação das distâncias está em léguas e em horas a pé. As três escalas gráficas figuram na folha VII.

Este exemplar constitui um bom exemplo de como o mesmo produto, um mapa de Portugal de grandes dimensões, poderia ser preparado de diferentes formas para poder ajustar-se às diferentes exigências do público, tanto da sociedade civil, como os militares. A este propósito, vale a pena referir a carta que William Warre - oficial britânico oriundo de uma família inglesa estabelecida na cidade do Porto, membro do Estado-Maior britânico e, a partir de 1809, do Estado Maior de Beresford no exército português – escreveu a seu pai no dia 23 de Março de 1810, em Coimbra “(...) ficar-vos-ei muito obrigado se me enviardes o mapa de Espanha e Portugal de Nantiant, publicado por Fadan [sic]. Parece que é o melhor que existe e eu tenho falta de um bom mapa (...). O coronel D’Urban, o nosso quartel-mestre-general, pede-me que adquirais também um para ele. Devem vir colados em tela e num estojo resistente”⁵¹⁴.

⁵¹³ É o mapa sob a cota C.A. 382 A.

⁵¹⁴ William WARRE, 2009, p. 145.

A segunda edição espanhola do *Mapa General del Reyno de Portugal*, por Tomás López

No acervo cartográfico da Biblioteca Nacional de España, conserva-se uma cópia do *Mapa General del Reyno de Portugal* de 1778, ainda que se tenha apagado da chapa de impressão a data e o local de edição. Trata-se de uma reimpressão a partir da placa original, incluído, em 1846, no atlas composto por Tomás Bertrán Soler⁵¹⁵. Tendo em conta que os filhos de Tomás López editaram o mapa de Portugal com a data de 1778 no atlas que publicaram em 1830, é de admitir que esta reimpressão tenha sido preparada, exclusivamente, para a obra de Soler. Deste modo, comprova-se que, em meados do século XIX, a melhor imagem cartográfica de Portugal ainda era o mapa de López.

A edição portuguesa, post. 1811.

Para além desta edição espanhola sem data, há uma versão/variante diferente do mapa de 1778. Existem alguns exemplares conhecidos que se conservam nas Bibliotecas Nacionais de Espanha e de Portugal, no arquivo cartográfico do Instituto Geográfico Português e no Arquivo Histórico Militar⁵¹⁶. Este mapa parece ser uma edição revista do mapa de 1778, ainda que também não esteja datada.

As características gerais do documento são quase idênticas às da edição anterior, mantendo, inclusive, o mesmo título e a mesma dedicatória a D. Pedro Campomanes, embora a configuração da cartela tenha sofrido alterações pronunciadas, assim como a indicação da casa de López, em Madrid. Tal como o seu protótipo de 1778, também este mapa é de grandes dimensões, cerca de 144 x 80 cm, e possui a mesma escala de cerca de 1/450 000. Mas uma característica distinta torna-o especial: à semelhança do mapa de Thomas Jefferys, também este é bilingue, o que

⁵¹⁵ Carmen LÍTER MAYAYO e Francisca SANCHIS BALLESTER, 2002, p. 391.

⁵¹⁶ Os exemplares têm, respectivamente, as seguintes cotas: B.N.E. GM. Mr/2; B.N.P. C.C. 1225 R.; I.G.P. CA 48; A.H.M. 47ª Secção, 3ª Divisão Mapas Gerais, 4. Portugal Continental, nº 10670.

parece denunciar tratar-se de uma versão propositadamente composta para o público português.

A justificar esta hipótese, podemos verificar que a legenda do mapa é a mesma da versão espanhola mas, ao lado desta, foi acrescentada a sua tradução para português: “Explicação dos Signaes deste Mappa”. Verifica-se, também que, sob a cartela, foi acrescentada uma tabela com a indicação das distâncias entre várias localidades portuguesas. Para rematar, uma “Nota 1ª em Portuguese: Este Mappa vai melhorado e corregido com todas as Estradas que lhe faltavao na Edição de Madrid de 1778, e com as légoas que distam hum lugar do outro nas estradas principaes, e caminhos travessos”, logo por baixo, uma outra, também em português “Nota 2ª As legoas que distam hum lugar do outro na estrada, estão marcados p.^r algarismo, segundo são contadas pelos viajantes: hum l denota legoas e o algarismo que lhes segue o numero de legoas: hum h, significa horas e o algarismo que lhe segue denota as horas que se gasta em as andar: isto fizemos por satisfazer a curiosid.^e dos menos inteligentes, por q.^e p.^a as pessoas instr.^{das} devem regular-se pelo Petipé deste Mappa em que estão reguladas as legoas pelo roteiro terrestre do Padre J.B. de Castro, porem com algumas correcções da nossa parte”.

Finalmente, é mencionado o local onde era possível adquirir o mapa em Portugal: "Em Lisboa vende-se nas lojas da Gazeta, na de Carvalho aos Martýres, na do Madre de Deos ao Rocio &c. e no Porto, Coimbra, e Elvas", algo que não acontecia na edição espanhola. A própria existência de um maior número de exemplares sobreviventes em arquivos portugueses parece confirmar que o mapa foi pensado para circular, primeiramente, entre a sociedade portuguesa.

Para além destas alterações que resultaram da necessidade de se proceder a uma “actualização” linguística, o mapa figura outras não menos importantes, que comprovam que se trata de uma nova versão e não de uma mera variante do mapa de 1778. Desde logo, uma das características mais marcantes dos mapas de López, a lista de fontes consultadas, desapareceu neste exemplar; a grafia dos textos foi modificada, tal como a grafia dos topónimos localizados ao longo do litoral e sobre o oceano; o

mapa está totalmente colorido e não apenas com os limites políticos aguarelados, como sucedia na versão anterior⁵¹⁷.

De uma forma geral, os fenómenos representados são os mesmos, ainda que, para além das alterações introduzidas na rede viária, merecendo mesmo duas notas específicas pelo editor - o que confirma, em definitivo, este mapa como um mapa itinerário - outras informações foram acrescentadas, como é o caso dos fortes do litoral entre Peniche e a foz do rio Tejo e a figuração de um símbolo de batalha e respectiva data em Roliça (1808), Vimeiro (1808), Buçaco (1810) e La Albuera (1811).

⁵¹⁷ Carmen LÍTER MAYAYO e Francisca SANCHIS BALLESTER, 2002, p. 391.



Figura 103 - Versão portuguesa do Mapa General del Reyno de Portugal, por Tomás López, post. 1811, I.G.P.

A existência de um exemplar de um mapa de López na Biblioteca Nacional de Portugal, que não figura nem o quadro de distâncias entre as principais localidades, nem o texto correspondente à legenda em português, nem a menção dos locais de venda, parece indicar que se trata, provavelmente, do protótipo ou de um exemplar de prova de impressão, desta versão, confirmando-se, assim, uma edição portuguesa do mapa de López⁵¹⁸.

Uma última nota para dar conta de uma variante deste exemplar e que também faz parte do acervo cartográfico da Biblioteca Nacional de Portugal⁵¹⁹. Ao que tudo indica, parece tratar-se de uma mapa elaborado a partir de uma matriz diferente dado que apresenta dimensões superiores à anterior, mas a única alteração importante é possuir uma legenda a dar conta do itinerário seguido nas três invasões francesas: "Este signal no mappa indica a estrada que tomou Junot em 1807 para vir a Lisboa; Estrada triunfante dos ingleses em 1807; Invasão de Soult 1809; Massena 1810; Derrota e fuga de Massena 1811".

Como se pode comprovar, esta versão teve uma ampla utilização nos primeiros anos do século XIX, sobretudo no período da Guerra Peninsular, altura em que a procura por mapas de Portugal aumentou significativamente e, para alimentar a procura interna, alguém, ou alguma entidade, decidiu copiar (talvez até plagiar) o mapa de López, traduzindo-o e adaptando-o ao público português. É possível que, à semelhança do que aconteceu com a versão portuguesa do mapa de William Faden, editado em 1809, também esta versão tenha sido adaptada, gravada e impressa na Impressão Régia.

Minuta de huma carta do Reino de Portugal, por Neves Costa, 1840/41

Em 1841, Neves Costa deixaria escrito o seu último trabalho, muito embora já estivesse afastado da actividade militar, respondendo a um pedido governamental a si dirigido em 1837, para que examinasse os documentos topográficos depositados no Arquivo Militar e propusesse aqueles que considerava ser necessário fazer, de forma a

⁵¹⁸ Trata-se do exemplar que se conserva sob a cota C.C. 152 R.

⁵¹⁹ Trata-se do exemplar sob a cota C. Par. 60

elaborar-se um plano de defesa para o País. Entre 1836 e 1842, viveram-se tempos políticos muito conturbados: internamente a sociedade portuguesa confrontava-se com várias revoltas, golpes e pronunciamentos militares que ameaçavam uma nova guerra civil, tanto mais que a ameaça “Miguelista” não estava debelada, como se comprovava pelas acções das guerrilhas, sobretudo do “Remexido”; externamente, um conflito diplomático com Espanha, fazia pairar a ameaça de uma invasão terrestre.

Este trabalho, datado de 1841, intitula-se *Considerações militares tendentes a mostrar quais sejam no território portuguez os terrenos cuja topographia ainda falta conhecer para servir de base a um systema defensivo do reino que seja conforme com a sua natureza geographica e com os princípios geraes da sciencia da guerra*, e constitui um importante documento da primeira metade do século XIX, já que o autor fez o ponto de situação da Cartografia militar portuguesa e deu conta da qualidade dos levantamentos topográficos realizados nas diferentes províncias do reino⁵²⁰.

De forma a ilustrar este trabalho, o brigadeiro Neves Costa compôs uma *Minuta de huma carta do Reino de Portugal : redigida segundo outras existentes com o fim especial de fazer vêr n'hum lanço de vista a mútua situação relativa dos seus principaes rios e montanhas e servir assim á intelligencia de huma memoria em que se expoem varias consideraçoes militares tendentes a investigar quaes sejaõ as respectivas localidades parciaes cuja topographia se precisa conhecer a fim de illucidar a escolha e adopção do plano que mais possa convir para a defesa geral do dito reino*⁵²¹. É um mapa manuscrito, datado de 1840, em duas folhas coladas, colorido, embora mais pequeno do que a generalidade das versões que se basearam no mapa de López (56 x 96 cm).

⁵²⁰ A memória encontra-se no A. H. M., 3ª Divisão, 1ª Secção, Caixa 7, nº 13. Cfr. os trabalhos que Maria Helena DIAS consagrou à vida e obra de Neves Costa, nomeadamente, 2001, 2005, 2006.

⁵²¹ Nesta análise teremos presente o mapa que se encontra no G.E.A.E.M. sob a cota 4061-2A-29-41. No entanto, existem outras versões deste mapa no A. H. M., com a indicação "Copiada no Archivo Militar pelo Capitão do Corpo de Estado-Maior, Alvaro Macedo da Cunha, em 1866", e no I. G P., sob a cota C.A 57.

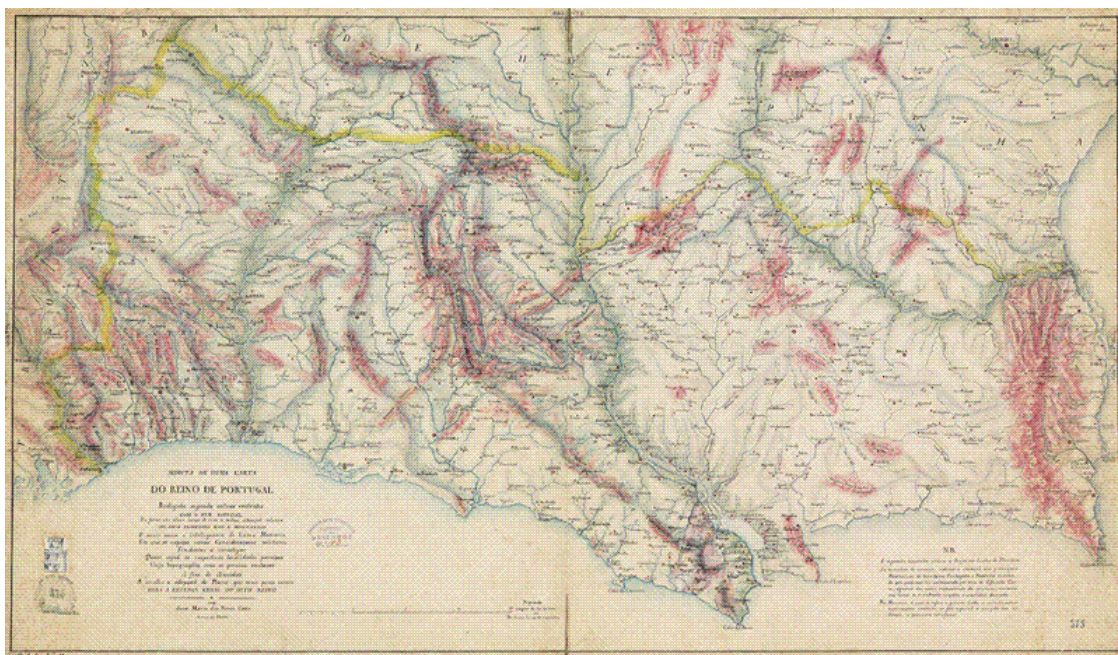


Figura 104 - Minuta de huma carta do Reino de Portugal, Neves Costa, 1840. G.E.A.E.M.

O mapa está inserido numa esquadria simples, sem qualquer referência aos valores das coordenadas geográficas. O território português foi representado orientado para Este, destacando a linha de fronteira que foi pintada de cor amarela. No canto inferior esquerdo, está o título, novamente sem qualquer cartela ou artifício decorativo e, por baixo, a autoria e a data de realização, sem qualquer indicação de patente militar do autor. Ao lado, está a escala gráfica do mapa de “15 Pequenas Leguas de 20 ao Gráo ou de huma hora de caminho”, que permite calcular a escala do mapa em ca. 1:620 000. Não possui orientação.

No canto inferior direito, o autor acrescentou uma nota: “N. B. A aguada amarella indica a raya ou linha de fronteira. As manchas de carmim, indicaõ a situaçaõ das principaes montanhas do territorio portuguez, e fronteira visinha, de que pudemos ter conhecimento por meio de differentes cartas, algumas das quaes, especialmente das impressas, receamos naõ terem a semelhante respeito a exatidaõ desejada. Na memoria á qual se refere a presente carta, se acharão outras explicaçoens relativas ao fim especial a que, pela sua reducçaõ, se procurou satisfazer”. O autor estava, assim, consciente das limitações deste mapa dado que o seu fundo e a configuração dos limites se baseou em trabalhos de autores estrangeiros.

Os fenómenos que mais se destacam são os aspectos naturais, nomeadamente a rede hidrográfica, aguarelada a cor azul, e mais completa do que aquela que figura no mapa de 1806, tendo o autor identificado bastantes linhas de água. Particular atenção foi dada à representação do relevo, pelo menos na figuração das principais serras portuguesas, cuja extensão e forma foram sublinhadas por um sombreado de cor carmim. Também houve uma preocupação em identificar estas principais formas de relevo.

A representação do relevo parece ser, aliás, a grande inovação deste mapa, uma vez que “corrige” os mapas estrangeiros que serviram de fonte. Assim, uma rápida leitura permite verificar que o Sul de Portugal, exceptuando a serra algarvia, já não é atravessado pelas inúmeras cordilheiras montanhosas que se estendiam para, ou desde Espanha, e que surgiam nos mapas de Jefferys, López, Faden e todos os outros que usaram estes autores como modelo. O mapa de Neves Costa mostra que o relevo é muito mais irregular e acidentado a Norte do rio Tejo e a Província de Entre Douro e Minho é muito mais montanhosa do que aquilo que os mapas estrangeiros deixavam perceber.

O nome das províncias portuguesas, mas não os seus limites, foram inscritos no mapa, destacando-se a diferenciação que o autor fez em relação à “Beira Alta” e “Beira Baixa”. Também foram representadas as principais povoações, provavelmente aquelas que surgem ao longo dos principais itinerários militares. O mapa adequava-se, assim, a ilustrar as principais conclusões do trabalho que tinha sido encomendado ao autor.

Como se comprova e como o próprio Neves Costa admitiu, em meados do século XIX, continuavam-se a utilizar as imagens estrangeiras de Portugal do século XVIII que, apesar de todos os seus defeitos e incorrecções, não tinham alternativas portuguesas. Seria necessário aguardar mais de duas décadas para que surgisse o primeiro mapa geográfico de Portugal, resultante da retoma dos trabalhos geodésicos, no quadro do Instituto Geográfico e pela mão de Filipe Folque.

CONCLUSÕES

Ao longo do século XVIII registou-se um aumento na produção, no consumo e na circulação de mapas um pouco por toda a Europa, incluindo Portugal. Um público cada vez mais vasto e interessado alimentava um circuito comercial bastante dinâmico que tratava de localizar a História das principais nações europeias, ilustrar os diferentes teatros de guerra, ou mostrar as novas descobertas geográficas.

Inicialmente apoiados no mercado livreiro – e assim se manteriam em Portugal durante quase todo o século XVIII – rapidamente os editores cartográficos se especializaram na produção deste tipo de documentos. Contudo, o crescente interesse pelos mapas não foi uniforme e motivou o desenvolvimento de duas tipologias cartográficas em paralelo, ainda que, por vezes, com alguns pontos em comum: a científica e a de divulgação.

A Cartografia científica incluía os levantamentos topográficos realizados a grande escala, privilegiando os detalhes do terreno, desenvolvida por cientistas e técnicos especializados, geralmente membros da engenharia militar, apoiados por organismos estatais ou instituições científicas como as Academias e as Universidades. Tanto os produtores como os consumidores deste tipo de mapas estavam ligados ao Poder ou reportavam directamente com o Poder Central.

No que diz respeito ao caso português, foram feitas duas tentativas no sentido de se proceder ao levantamento topográfico do País, de forma a construir-se um “mapa geral do reino”. A primeira foi desenvolvida pelo Engenheiro-Mor Manuel de Azevedo Fortes, na década de 1720 e sob o patrocínio da Academia Real da História Portuguesa. Este engenheiro militar chegou mesmo a preparar um manual, de forma a garantir uma uniformidade nos levantamentos que seriam realizados em simultâneo nas diversas províncias, por diferentes equipas de engenheiros e técnicos.

Contudo, a produção foi muito limitada e o esforço humano e material demasiado elevado para ser suportado pelas instituições, tendo em conta que o país não dispunha sequer de um Corpo de Engenheiros. Perante os escassos resultados os trabalhos foram interrompidos e ficaram suspensos durante um longo período de tempo.

No início da última década do século XVIII, a situação cartográfica portuguesa foi analisada numa *Breves reflexões sobre plantas topográficas das Províncias do Reino de Portugal*, da autoria de um anónimo engenheiro militar português: “Todos aqueles que amam a Geografia, e se querem formar uma ideia do que há no Globo que habitamos, conservam cartas geográficas, plantas corográficas e topográficas, que há (quase de todos os Estados da Europa), com grande estimação, pois são elas o tesouro a que recorrem, querendo-se idear com certeza um sítio onde sucedeu, ou sucede, qualquer acontecimento memorável. Os portugueses (que não têm ocasião de viajar pelo Reino) conhecem melhor a situação de outros Reinos do que aquele que habitam, o que certamente não sucederia se existissem cartas e plantas exactas da sua Pátria, que mais lhes deve interessar. Grande contentamento teriam os amantes da Geografia de possuírem uma carta exacta com notícias preciosas anexas: o que facilmente se poderia conseguir havendo plantas topográficas das Províncias do Reino. Evidentemente se conheceriam as erradas ideias que as cartas falsas que existem lhes têm inspirado (...)”⁵²².

É neste contexto que foi feita uma segunda tentativa de construção de um mapa “científico” de Portugal. Desta vez havia já um maior apoio institucional, não só por parte da Universidade como da Academia das Ciências de Lisboa e do Corpo de Engenheiros Militares e ainda que não tenham cooperado oficialmente, a verdade é que os técnicos e oficiais envolvidos neste projecto estavam ligados àquelas instituições. Para coordenar todas as operações foi criada uma Comissão que deveria proceder à triangulação geral do país e, a partir dessa rede de triângulos, proceder ao levantamento geodésico do Reino de forma a construir-se um “mapa geográfico” do conjunto do território português peninsular, assente em princípios modernos e científicos que servisse de instrumento de planeamento para as instituições do Estado.

Embora os resultados parciais fossem promissores, a actividade desta comissão ao longo dos 14 anos em que operou de forma mais ou menos regular, entre 1790 e 1804, continuou a ser lenta, onerosa e exigente em meios técnicos e humanos. Para piorar este cenário, a última década do século XVIII e os primeiros anos do século

⁵²² Citação retirada do manuscrito *Breves reflexões sobre plantas topográficas das Províncias do Reino de Portugal, sobre a necessidade que delas há, sobre a utilidade que daqui resulta ao Estado, e bem comum, e do prejuízo que tem havido por falta delas*, referido em PORTUGAL, 2005, p. 2.

XIX, foram marcados por duas guerras, uma das quais acompanhada de uma invasão territorial e vários conflitos diplomáticos com Espanha e a França que mantinham um clima de permanente confronto e ameaça militar sobre Portugal.

Interrompidos os trabalhos em 1804, só a partir da década de 1830 seriam retomados, agora de forma mais decidida e final. Em 1865 conseguia-se o tão almejado “mapa científico” do conjunto de Portugal peninsular e que marca o fim de um ciclo de produção e utilização cartográfica, apesar das deficiências que mesmo assim este mapa apresentava por não estarem ainda concluídos os trabalhos geodésicos.

Neste contexto, e ainda no decorrer da primeira metade do século XIX, merece referência a tentativa de criação de um mapa geral do Reino feita pelo director do Arquivo Militar, Miguel Marino Franzini, e que motivou uma acesa polémica com Filipe Folque, o director dos Trabalhos Geodésicos, nos finais da década de 1840. Franzini defendia que os trabalhos de levantamento topográficos, para além de onerosos, eram lentos, pelo que era útil a preparação de um mapa do país que respondesse às necessidades mais urgentes da Administração, propondo, em alternativa, a composição de uma imagem do país, numa escala de ca. 1:200 000, a partir de levantamentos já existentes no Arquivo Militar e que podiam ser completados e corrigidos com trabalhos de campo, como aqueles que Charles Bonnet desenvolveu sobre a geologia do Algarve. Este último trabalho serviria de modelo a efectuar em todo o país e, nos anos seguintes, os trabalhos avançaram para o Alentejo.

Dado os rápidos resultados, o projecto de Franzini mereceu a atenção das autoridades governativas, o que poderia constituir uma ameaça para a continuação dos trabalhos topográficos e geodésicos. Em todo o caso, o mapa geral composto por Franzini permaneceu inédito, apenas se conhecendo os mapas do Algarve que Bonnet elaborou e que se basearam no seu protótipo.

Paralelamente a estas tentativas, devemos referir a acção da Cartografia militar que realizava levantamentos topográficos apoiados em “métodos científicos” sempre que tal se mostrava necessário. No entanto, estes levantamentos limitavam-se a áreas de interesse exclusivamente militar, normalmente nas proximidades das principais fortalezas e fortificações da fronteira e ao longo dos principais itinerários militares, ou seja, os habituais teatros de operações.

Deste modo, se no plano tático, ao nível do plano da batalha, os militares conseguiam resolver os seus problemas cartográficos, já no plano estratégico à escala nacional, nomeadamente para a preparação da defesa do conjunto das fronteiras terrestre e marítima, enfrentavam o mesmo problema de todos: a ausência de um bom mapa do conjunto do país. Perante esta situação de eterna carência de um mapa geográfico, os decisores políticos, os militares, os diplomatas e os técnicos tinham de recorrer à segunda tipologia cartográfica: a Cartografia comercial ou de divulgação, ou à sua adaptação.

Estes mapas eram elaborados por geógrafos, como então se denominavam os cartógrafos de gabinete, ou outros técnicos que, compilando a informação proveniente de diversas fontes - mapas, livros, descrições, relatos, etc. - construía e reconstruía constantemente as imagens cartográficas existentes, mas nem sempre garantindo um maior rigor ou exactidão na sua representação.

Ao longo do século XVIII, os dois grandes centros produtores deste tipo de mapas foram as cidades de Paris e de Londres cujos mapas elaborados pelos seus geógrafos, editores, gravadores e impressores, abasteciam toda a Europa. Contudo, enquanto em França o negócio estava nas mãos dos geógrafos que, depois de elaborarem os mapas, contratavam gravadores e impressores para os editarem, na Grã-Bretanha o comércio dos mapas era dominado pelos técnicos de gravação e de impressão, que contratavam geógrafos para elaborarem os mapas ou, simplesmente, realizavam cópias a partir de protótipos de outros autores⁵²³.

Deste modo, o principal objectivo dos editores era fornecer o mercado com mapas dos mais diferentes países e regiões, obtendo os necessários lucros inerentes a esta actividade comercial. Assim, e numa tentativa de fazer diminuir os custos de uma actividade bastante onerosa, os autores copiavam-se mutuamente e reutilizavam e “reciclavam” o material pré-existente, incluindo as chapas de impressão. Em resultado deste processo, as mesmas imagens cartográficas permaneciam durante longas décadas, circulando em diferentes versões pelos diversos autores. Um mapa de um país ou de uma dada região só se alterava significativamente com a inclusão de fontes até aí inéditas.

⁵²³ Mary Sponberg PEDLEY, 1981, p. 33-45.

Para o caso dos mapas de Portugal, durante a primeira metade do século XVIII, as principais imagens cartográficas que, ao mesmo tempo, serviam de fontes para os outros autores, eram os mapas de Nicolas Sanson, em duas folhas, datado de 1653 e o mapa em várias folhas de Pedro Teixeira de 1662.

As alterações introduzidas na imagem de Portugal a partir da segunda metade do século XVIII, e que redefiniram os contornos do país nos mapas seguintes, iniciaram-se com os contributos de Pedro Gendron (1754), Rizzi-Zannoni (1762) e, muito especialmente, Thomas Jefferys (1762) cujo mapa possui características que o tornaram especial. Em todo o caso, estes contributos basearam-se na mesma fonte cartográfica portuguesa, os mapas regionais, de cada uma das diferentes províncias, gravados originalmente por Grandpré em 1730 e incluídos na obra de Luiz Caetano de Lima *Geografia Histórica ...*, de 1734-1736. Desde então, uma nova imagem do país foi composta e, a pouco e pouco, difundiu-se por toda a Europa, ainda que, até ao fim do século, sobretudo para os mapas de menor dimensão, se encontrassem exemplares baseados em mapas mais antigos.

Entre o universo de mapas do conjunto do território português peninsular impressos, editados entre 1750 e 1812, salientam-se três que, pelas suas grandes dimensões e maior grau de pormenor na representação dos fenómenos, merecem um destaque especial.

O primeiro desses mapas foi o de Thomas Jefferys de 1762, que constituiu a base para os mapas seguintes. A sua análise revelou que, no seu processo de construção, o autor utilizou não só fontes textuais, como também um vasto leque de fontes cartográficas, impressas e manuscritas, portuguesas e estrangeiras. Esta metodologia de construção cartográfica estava dependente quer da quantidade, quer da qualidade das fontes consultadas, o que se reflectia no resultado final. Assim, comprovou-se que Jefferys acedeu a informações que privilegiaram o principal teatro de operações militares, em Portugal, aquando da Guerra da Sucessão de Espanha, durante a primeira década do século XVIII, pelo que esses espaços estão melhor representado que os demais.

Neste pressuposto, o segundo mapa de Portugal de grandes dimensões, elaborado por Tomás López em 1778, reflecte a consulta de fontes militares espanholas, cartográficas ou não, na sequência da invasão e ocupação de parte do

território português pelos exércitos espanhóis, no decorrer da Guerra Fantástica, em 1762. Deste modo, toda a faixa fronteira das províncias de Trás-os-Montes, Beira e Alentejo, apresenta uma maior densidade de informação do que o restante espaço nacional.

Uma imagem semelhante foi transmitida pelo mapa de Faden/Jefferys em 1790, ainda que as fontes consultadas não tenham sido os relatórios e mapas militares espanhóis, mas sim os dos militares ingleses que também haviam participado naquele conflito de 1762, combatendo no mesmo teatro de operações.

Em todo o caso, não deixa de ser interessante verificar que independentemente do centro de produção cartográfica ou do autor/editor, as fontes gerais para a composição dos principais mapas de Portugal no período considerado neste estudo eram, principalmente, portuguesas. Assim, ainda que o processo de construção e de difusão das imagens cartográficas do conjunto de Portugal fosse, essencialmente, de origem estrangeira, estas eram validadas internamente pelas fontes portuguesas, cartográficas ou textuais. Prova disso mesmo é a edição bilingue ou “traduzida” de cada um destes exemplares de grandes dimensões, indicando que foram concebidos a pensar especificamente no público português.

Uma vez realizada a cartobibliografia dos mapas de Portugal da segunda metade do século XVIII, importava compreender a quem se destinavam estas diferentes imagens ou, noutras palavras, quem era o público consumidor de mapas de Portugal na Europa do Iluminismo. Como se demonstrou, os militares eram os principais utilizadores de mapas. No entanto, estes só eram acessíveis aos oficiais de maior patente, até porque a estrutura do Exército não fornecia cartas de apoio, excepto quando se tratava de “equipar” as academias militares. Assim, a aquisição de mapas era da responsabilidade e possibilidade de cada um e é por esta razão que, aos nossos dias, chegaram alguns que ainda possuem as marcas de posse ou mesmo a assinatura dos seus antigos proprietários.

Em todo o caso, os militares não eram os únicos consumidores de mapas: monarcas, ministros, diplomatas, comerciantes, académicos, viajantes, “curiosos” e eruditos, completavam a lista e são inúmeros os exemplos que podemos invocar para ilustrar este crescente interesse na aquisição de mapas.

No caso português, e durante a primeira metade do século XVIII, a colecção cartográfica que integrava a biblioteca do Marquês de Abrantes, ele próprio membro da Real Academia da História Portuguesa, servia de referência aos seus académicos, e terá sido com base na sua colecção que foram compostos os mapas das diferentes províncias portuguesas patrocinados por aquela instituição, sob orientação do Cosmógrafo-mor do Reino e gravados por Grandpré⁵²⁴.

Refira-se, também, o grande interesse manifestado por D. João V que no decorrer do seu longo reinado não enjeitou esforços no sentido de completar as suas bibliotecas com as melhores colecções cartográficas, nomeadamente com os melhores exemplares de atlas e de globos que, ainda hoje, por exemplo, integram o acervo da Biblioteca do Palácio Real de Mafra⁵²⁵.

Quanto aos ministros, diplomatas e estadistas, daremos como exemplo português, o já várias vezes referido, Luís Pinto de Sousa Coutinho, 1º Visconde de Balsemão⁵²⁶. Para além dos mapas que adquiria para a sua colecção particular, enquanto diplomata em Londres, Luís Pinto também os coligiu para uso oficial, remetendo-os para a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros em Lisboa, como fez em 1782 com um Atlas da América do Norte, provavelmente a reedição dos mapas de Jefferys, aquando da Guerra da Independência americana⁵²⁷. Muitos destes exemplares cartográficos, para uso pessoal e oficial, terão sido encomendados a geógrafos e editores estrangeiros, em Londres preferencialmente a William Faden, coleccionando mapas de diferentes espaços geográficos de acordo com os principais acontecimentos geopolíticos da época⁵²⁸. Assim se explica que, na sua biblioteca particular, constasse um atlas factício datado de 1778, que comporta um conjunto de 31 mapas dos territórios dos dois principais reinos ibéricos, editados por Tomás López, assim como mapas soltos da fronteira franco-catalã, datados da época da Guerra do

⁵²⁴ João Carlos GARCIA, 2006, p. 141-173.

⁵²⁵ Na Europa multiplicam-se os exemplos de monarcas “esclarecidos” que se mostraram protectores das ciências geográficas e que se converteram, também, em coleccionadores e consumidores de mapas. Alguma da iconografia da época regista estes exemplos, como eram o caso de Jorge III de Inglaterra, Frederico II da Prússia e Luís XV de França.

⁵²⁶ Impõem-se a realização de uma biografia deste ministro. Aqui seguimos o resumo biográfico proposto por António VENTURA.

⁵²⁷ Ver B.P.M.P. Ms 308, nº 539. Trata-se de uma cópia de uma nota de um ofício da representação portuguesa em Londres.

⁵²⁸ Ver o estudo de Ana Sofia COUTINHO, 2009, p.17-27, sobre os mapas de França existentes na B.P.M.P. e que terão pertencido ao arquivo do 1º Visconde de Balsemão.

Rossilhão e de outros territórios espanhóis na América, também editados pela família López e sempre úteis nas tomadas de decisão do responsável pelos Negócios Estrangeiros de Portugal.

Por este exemplo podemos avaliar o quanto a elite política era utilizadora de mapas, mas outros nomes poderiam ser referidos, como os de Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, que sucedeu a Luís Pinto como governador do Mato Grosso ou José Maria de Sousa Botelho Mourão e Vasconcelos (Morgado Mateus), diplomata português em França. Para além dos homens de Estado, a elite social composta por alguns membros da nobreza ilustrada e académica e pelas ordens religiosas, que possuíam algumas das melhores bibliotecas do país, também eram leitores de mapas. Finalmente os viajantes, principalmente estrangeiros, que percorreram o território português, ou parte dele, fosse como “turistas”, cientistas ou espiões, todos consideravam imprescindível o uso de um mapa e todos se queixavam da falta de um...

Deste modo, iniciado o século XIX, os mapas de Portugal de Tomás López e de Faden/Jefferys, constituíam os melhores exemplares e foram utilizados para os mais diversos fins, ainda que, atendendo ao contexto das Invasões Francesas e posterior Guerra Peninsular, o seu principal uso tenha sido militar.

Foi, então, necessário aguardar pela primeira metade da década de 1860, cem anos após o mapa de Jefferys, para que a imagem cartográfica de Portugal sofresse uma nova alteração com a publicação da *Carta geographica do Reino*, na escala de 1:500 000, sob a égide da Direcção dos Trabalhos Geodésicos, sendo este processo de produção cartográfica inteiramente nacional. A edição deste primeiro mapa científico de Portugal marcou o fim do “Antigo Regime” da História da Cartografia portuguesa.

BIBLIOGRAFIA

1 - FONTES CARTOGRÁFICAS

ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR, LISBOA

47ª Secção/3ª Divisão-Mapas Gerais

4. Portugal Continental

BELLIN, Jacques Nicolas, 1703-1772

Le Portugal et ses frontières avec l'Espagne / par le S. Bellin Ingenieur de la Marine et du Depots des Plans. – Escala [ca. 1:750 000]. - [Paris : s. n.], [1762]. - 1 mapa : color.;

92 x 59 cm

Nº 17307

ELLIOTT, William Granville, 1779-1855

Nova carta militar do reyno de Portugal com estradas, montanhas e rios levantada sobre os lugares pello celebre Elliot e extrahida da que se publicou em Londres ; Constantino de Fontes grav. - Escala [ca. 1:1100 000]. - [Lisboa : .n.], 1810. - 1 mapa : color. ; 61x37 cm.

Nº 5

FADEN, William, 1749-1836

Mappa Corografico dos Reinos de Portugal e Algarves : copiado do Inglez de W. Faden [e] novamente corregido e estampado na Impressão Regia. - Escala [ca. 1:900 000], 20 Legoas Portuguezas de 18 ao gráo = [13,20 cm]. - [s.l.] : Na Impressão Regia, 1809. – 1 mapa : grav., color.; 74 x 51 cm.

Nº 2500

JEFFERYS, Thomas, ca. 1710-1771

Mappa ou carta geographica dos reinos de Portugale e Algarve / por T. Jefferys, Geographo de Sua Magestade Britannica ; Miguel Rodrigues impressor do

Excelentissimo Senhor Cardial Patriarca. - Escala [ca 1:450 000], 10 Leguas commuas de Portugal e d'Espanha 19 à hum Grao = [13,05 cm]. - Londres : A. Dury, 1762. - 1 mapa : grav., p&b ; 103 x 92 cm. - Oferecido pelo Barão de Wiederhold.

Nº 17682

L.H. [de Eça, Lourenço Homem da Cunha 1767?-1833]

Carta militar das principaes estradas de Portugal / por L. H. ; grav. Romão Eloy Almeida. - Escala [ca. 1:470 000]. - Lisboa : [s.n.], 1808. - 1 mapa em 4 folhas : grav., p&b ; 74 x 138 cm.

Nº 1547

LOPEZ DE VARGAS MACHUCA, Tomás, 1731-1802

Mapa general del reyno de Portugal: comprehende sus provincias, corregimientos, oidorias, proveedurias, concejos, cotos &c. / por Tomás Lopes, Geografo de los Dominios de S.M. de sus Reales Academias de la Historia, de S, Fernando, de la de Buenas letras de Sevilla, y de la Sociedad Bascongada de los Amigos del Paiz ; Dedicado Al Ilustrisimo Señor Don Pedro Rodriguez Campomanes, Cavallero de la distinguida Ordem de Carlos III, del Consejo y Camara de S.M., Director de la Historia & C.. - Escala [ca. 1:460 000], 12 Leguas comunes de Portugal, de las que entrem 18 en uno Grado = [16 cm]. - [S.l., s.n., post. 1782]. - 1 mapa : grav., color. ; 137 x 81 cm . Nota 1ª. em Portuguez: Este Mappa vai melhorado e corregido com todas as estradas que lhe faltavão na Edição de Madrid de 1778, e com as legoas que distão hum lugar do outro nas estradas principaes, e caminhos traversos.

Nº 10670

ROBERT DE VAUGONDY, Gilles, 1688-1766

Partie Septentrionale du royaume de Portugal. Partie Meridionale du royaume de Portugal / par le Sr. Robert Geographe ordinaire du Roy. - Escala [ca. 1:690 000], 30 Mille Pas Géométriques de 60 au Degré = [8,10 cm] . - [Paris] : [s.n.], Avec Privilege 1751. - 1 mapa em 2 folhas : grav., traçados color. ; 50 x 54 cm.

Nº 17991

ZATTA, António, fl. 1757-1797

Il Portogallo cioè le provincie di Entre Douro, e Minho, Traz-Os-Montes, e Beira : di nuova projezione : con privilegio dell'eccmo senato / presso Antonio Zatta.- Escala [ca. 1:1 300 000]. - Venezia : [Antonio Zatta], 1776. – 1 mapa : grav., color. ; 30 x 40 cm.

Nº 19229

L'Estremadura di Portogallo Alentejo, ed Algarve : con privilegio dell'eccmo senato / presso Antonio Zatta.- Escala [ca. 1:1 300 000]. - Venezia : [Antonio Zatta], 1776. – 1 mapa: grav., color.; 30 x 40 cm.

Nº 19229

BIBLIOTECA GERAL DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, COLECÇÃO PROFESSOR NABAIS
CONDE

ALBERNAZ, Pedro Teixeira, ca.1595-1662

Descripcion del reyno de Portugal y de los reynos de Castilla, que parten con su frontera / delineada por D. Pedro Teixeira / dedicada a la Magestad del rey Nro. Sr, D. Phelipe 4º por D. Joseph Lendinez de Guevara. - Escala [ca. 1:660 000], 15 Leguas = [14,30 cm]. - Matriti : Marcus Orozcus, 1662. - 1 mapa : p&b ; 77 x 109 cm

BOWLES, Carington, 1724-1793

Bowles's new pocket map of Portugal / laid down according to the Sr. Nolin. - Escala [ca 1:1 100 000], 40 English Miles = [6,50 cm]. - London : Carington Bowles, [ca 1780]. - 1 mapa : grav., color. ; matriz: 66 x 49 cm.

[CAMPOMANES, D. Pedro de,], 1723-1802

Mapa ó descripcion del Reyno, y fronteras de Portugal / sacado de las Cartas geográficas de Pedro Teixeira, y Jacobo Cantelli corregido, y añadido por otras noticias com privilegio de S. M. – Escala [ca. 1:700 000]. – Madrid : [s.n.], 1762. – 1 mapa em duas folhas : grav., color. ; 44 x 53 cm.

CASSINI, Giovanni Maria, 1745-ca.1824

La parte settentrionale del regno di Portogallo diviso nelle sue provincie e delineato sulle ultime osservazioni. La parte meridionale del regno di Portogallo diviso nelle sue provincie e delineato sulle ultime osservazioni. – Escala [1: 1 300 000]. - Roma : Calcografia camerale, 1792. – 1 mapa em 2 folhas : gravado, color. ; 30 x 43 cm cada folha.

EÇA, Lourenço Homem da Cunha de 1767?-1833

Carta militar das principaes estradas de Portugal / por L. H. ; grav. Romão Eloy Almeida. - Escala [ca. 1:470 000]. - Lisboa : [s.n.], 1808. - 1 mapa em 4 folhas : grav., p&b ; 75 x 136 cm.

FADEN, William, 1749-1836

Chorographical map of the kingdom of Portugal divided into its grand provinces = Mappa corografico do Reino de Portugal / published by W[illia]m Faden Geographer to the King and to H. R. H. the Prince of Wales. - Escala [ca 1:930 000], 20 Common Leagues of Portugal 18 to a Degree = [13,30 cm]. - London, Charing Cross : W[illia]m Faden, 12 th August, 1797. - 1 mapa, dobrado em 8º : grav., p&b, traçados color. ; 75x51cm.

Chorographical map of the kingdom of Portugal divided into its grand provinces = Mappa corografico do Reino de Portugal / Published by W[illia]m Faden Geographer to the King and to H. R. H. the Prince of Wales. - Escala [ca 1:930000], 20 Common Leagues of Portugal 18 to a Degree = [13,30 cm]. - London, Charing Cross : W[illia]m Faden, 12 th August, 1797 [1811]. - 1 mapa : grav., p&b, traçados color. ; 72 x 50 cm.

GÜSSENFELD, Franz Ludwig 1744-1808

Regni Portugalliae provincias tres septentrionales Beiram, Transmontanam [et] Interamnam : ex novissimis tabulis D. T. Lopez in lucem ederunt = Carte géographique de les trois provinces septentrionales de Portugal, sâvoir Beira, Tras los Montes [et] Entre Douro-Minho / par F. L. G[üsse]feld]. - Escala [ca. 1:770 000].- [Nürnberg] : Homann. haered., 1800. - 1 mapa : gravado, color. ; 54 x 44 cm.

Provincias meridionales regni Portugalliae, scilicet Extremadura, Transtagana, quibus regnum Algarbiae adiungitur, ad emendatiora exemplaria D. T. Lopez curaverunt = Les provinces meridionales de Portugal, savoir Extremadura, Alentejo [et] Algarbe / dressée nouvellement par F. L. Güssefeld. – Escala [ca. 1:770 000].- [Nürnberg] : Homann. haered., 1800. - 1 mapa : gravado, color. ; 54 x 44 cm.

JEFFERYS, Thomas, ca 1710-1771

Mappa ou carta geographica dos reinos de Portugale e Algarve / por T. Jefferys, Geographo de Sua Magestade Britannica ; Miguel Rodrigues impressor do Excelentissimo Senhor Cardial Patriarca. - Escala [ca 1:450 000], 10 Leguas commuas de Portugal e d'Espanha 19 à hum Grao = [13,05 cm] . - Londres : A. Dury, 1762. - 1 mapa : grav., p&b ; 103 x 92 cm.

Mappa ou carta geographica dos reinos de Portugale e Algarve / por T. Jefferys, Geographo de Sua Magestade Britannica ; Miguel Rodrigues impressor do Excelentissimo Senhor Cardial Patriarca. - Second Edition. - Escala [ca 1:450 000], 10 Leguas commuas de Portugal e d'Espanha 19 à hum Grao = [13,05 cm] . - Londres : W. Faden, 1790. - 1 mapa : grav., p&b ; 165 x 89 cm.

LE ROUGE, fl 1740-1780

Théâtre de la guerre en Portugal : tiré de Texeira et autres / Le Rouge, ingénieur géographe. - Escala [ca. 1:940 000]. - À Paris : chez Le Rouge ruë des grands Augustins, 1762. - 1 mapa : grav., color. ; 69 x 47 cm.

LONGCHAMPS, Sébastian G., fl. 1751-1762

El Reyno de Portugal subdividido en muchas Provincias/compuesto sobre las memorias mas modernas y rectificadas por los observaciones astronomicas de los Señores de la Academia R. de las Ciencias de Paris, por so mui humilide y mui obediente servidor S. G. Longchamps géografo ; dedicado a su magestad catolica Carlos III Rey de España y de las Indias. - Escala [ca 1:1 100 000], 17 1/2 Grandes Leguas de España que 17 1/2

hacen un Grado = [10,25 cm]. - Paris; Madrid : en Casa del Autor : en Casa del Barthelmy, 1762. - 1 mapa : grav., color. ; 76 x 54 cm .

LOPEZ DE VARGAS MACHUCA, Tomás, 1731-1802

Mapa general del reyno de Portugal: comprehende sus provincias, corregimientos, oidorias, proveedurias, concejos, cotos &c. / por Tomás Lopez, Geografo de los Dominios de S.M. de sus Reales Academias de la Historia, de S, Fernando, de la de Buenas letras de Sevilla, y de la Sociedad Bascongada de los Amigos del Pais ; Dedicado Al Ilustrisimo Señor Don Pedro Rodriguez Campomanes, Cavallero de la distinguida Ordem de Carlos III, del Consejo y Camara de S.M., Director de la Real Academia de la Historia &cc.. - Escala [ca 1:470 000], 12 Leguas comunes de Portugal, de las que entran 18. en un Grado = [15,90 cm]. - Madrid : [s.n.], 1778. - 1 mapa em 8 folhas : grav., p&b ; 142 x 81 cm.

NOLIN, Jean Baptiste 1686-1762 – Le Royaume de Portugal divisé en cinq grandes Provinces et subdivisé en plusieurs territoires avec le Royaume des Algarves, l'Estramadoura Espagnol et partie d'Andalousie/ par J.B. Nolin. – Escala [ca. 1:1 100 000], 12 milliaria Hispanica communia = [6,95 cm]. – Paris : chez le Sr. Julien, 1762. – 1 mapa : color. ; 64 x 46

REILLY, Franz Johann Joseph von, 1760-1820

Karte von dem königreiche Portugal / nach Lopez ; neu verzeichnet herausgegeben von Franz Joh. Jos. von Reilly. - Escala [ca. 1:1 300 000], 20 Portugiesische und Spanische gemeine Land meilen 17 1/2 auf einen Grad. = [9,90 cm]. - Wien : im von Reilly'schen Landkarten und Kunstwerke Verschleiss Komptoir, 1795. - 1 mapa : grav., traçados color. ; 54x58 cm.

Die Landshaften Entre Duero e Minho und Traz los Montes/[F. I. I. von Reilly]. - Escala [ca 1:970 000], 11 Portugiesische Meilen 19 auf einen Grad. = [6,60 cm]. - [Wien : s.n., 1791]. - 1 mapa : grav., p&b ; 24x26 cm.

Die Landschaft Beira / [F. I. I. von Reilly]. - Escala [ca 1:970 000], 11 Portugiesische Meilen 19 auf einen Grad. = [6,60 cm]. - [Wien : s.n., 1791]. - 1 mapa : grav., p&b ; 24x26 cm.

Der Landschaft Alentejo Noerdlicher Theil / [F. I. I. von Reilly]. - Escala [ca 1:700 000], 8 Portugiesische Meilen 19 auf einen Grad. = [6,70 cm]. - [Wien : s.n., 1791]. - 1 mapa : grav., color. ; 23 x 26 cm.

Das Koenigreich Algarvien / [F. I. I. von Reilly]. - Escala [ca 1:580 000], 8 Portugiesische Meilen 19 auf einen Grad. = [8,05 cm]. - [Wien : s.n., 1791]. - 1 mapa : grav., color.; 24 x 26 cm.

Die Gegend von Lisabon/ [F. I. I. von Reilly]. - Escala [ca 1:240 000], 2 Deutsche Meilen 15 auf einen Grad. = [6,15 cm]. - [Wien : s.n., 1791]. - 1 mapa : grav., color., ; 24 x 32 cm.

ROBERT DE VAUGONDY, Gilles, 1688-1766.

Carte du Royaume de Portugal : dressée d'après les cartes du pays / par le S. Sanson geog. Ord. du Roi ; corrigée et assujettie aux observations astronomiques, par le S. Robert de Vaugondy ; gravado por Arrivet. - Escala [ca. 1:823 044], 12 Lieues de Portugal de 18 au degré" = [9cm].- À Paris : Chez l'Auteur, 1762. - 1 mapa em 2 folhas : grav., color. ; 42 x 54 cm.

SANSON (d' ABBEVILLE), Nicolas, 1600-1667.

Parte Septentrional. Parte Meridional do Reyno de Portugal / por N. Sanson d' Abbeville.. - Escala [ca. 1:770 000]. - Paris : Em Casa do autor, 1654. 1 mapa em duas folhas : grav., color. ; ca. 43 x 54 cm cada folha

SECO, Fernando Álvares, fl. ca 1559-1561

[Portugal] / Vernandi Alvari Secco ; Sebastianus a Regibus Clodiensis in aere i[n]cidebat ; Michaelis Tramezini formis, cum Summi Pontificis ac Veneti Senatus privilegio. - Escala [ca 1:1 340 000]. - Roma : Michaelis Tramezini, 1561. - 1 mapa : grav., p&b ; 35 x 52 cm

SOTZMANN, Daniel Friedrich, 1754 - 1840

Karte von den Königreichen Portugal und Algarbien [Kartenmaterial] : nach des H. O. C. Büsching Erdbeschreibung 8te Auflage und den Zanoni Jeffery und Lopezischen Karten entworfen / von D. F. Sotzmann, G. K. S. u. G. d. A. d. Wiss ; [Stecher:] F. Ramberg. - Escala [ca. 1: 1 500 000]. - Zu Berlin : [s.n.], 1791. - 1 mapa : gravado, color. ; 48 x 33 cm.

ZATTA, António, fl. 1757-1797

Il Portogallo cioè le provincie di Entre Douro, e Minho, Traz-Os-Montes, e Beira : di nuova proiezione : con privilegio dell'eccmo senato / presso Antonio Zatta.- Escala [ca. 1:1 300 000]. - Venezia : [Antonio Zatta], 1776. - 1 mapa: grav., color.; 30 x 40 cm.

L'Estremadura di Portogallo Alentejo, ed Algarve : con privilegio dell'eccmo senato / presso Antonio Zatta.- Escala [ca. 1:1 300 000]. - Venezia : [Antonio Zatta], 1776. - 1 mapa: grav., color.; 30 x 40 cm.

BIBLIOTECA NACIONAL DE ESPAÑA, MADRID (consulta *online*)

ALBERNAZ, Pedro Teixeira, ca.1595-1662

Descripcion del reyno de Portugal y de los reynos de Castilla, que parten con su frontera / delineada por D. Pedro Teixeira ; dedicada a la Magestad del rey Nro. Sr, D. Phelipe 4º 7 por D. Joseph Lendinez de Guevara. - Escala [ca. 1:660 000], 15 Leguas = [14,30 cm]. - Matriti : Marcus Orozcus, 1662. - 1 mapa : p&b ; 77 x 109 cm

BELLIN, Jacques Nicolas, 1703-1772

Le Portugal et ses frontières avec l'Espagne / par le S. Bellin Ingenieur de la Marine et du Depots des Plans. - Escala [ca. 1:750 000]. - [Paris : s. n.], 1762. - 1 mapa : color.; 92 x 59 cm.

GMG/163 V. 1:N. 32 BIS

CANTELLI, Giacomo, 1643-1695

Il Regno di Portugal / descritto da Giacomo Cantelli da Vig[nol]a, geografo del Sereniss. Sig. Duca di Modena / al Emmo. e Rmo. Prencipe Il Sigr. Cardinale Fabritio Spada ; Antonio Barbey sculp. – Escala [ca. 1 : 784 000], 60 Miglia d'Italia = [14,1 cm]. - Roma : Domenico de Rossi, 1692. - 1 mapa em 2 folhas coladas : grav., p&b; 85 x 55 cm
GMG/128 V. 1 N. 58

CORONELLI, Vincenzo Maria 1650-1718

Regno di Portogallo: Dedicato Al Reverendissimo Padre Don Paulo Antonio Zaccarelli Abbate Generale de Camaldulensi / Gioseppe Dolcetta sculp. - Escala [ca. 1:260.800]. 10 Miglia d'Italia [= 7,1 cm]. - [In Venetia] : [A spese dell'Autore], [1692]. - 1 mapa : grav., 44 X 59 cm
GMG/128 V. 1 N. 58

GENDRON, Pedro, fl. 1754-1758

Portugal dividido en sus provincias compuesto sobre las memorias mas modernas y rectificadas por las observaciones astronomicas de los señores de la academia RI. de las Ciencias de Paris / dedicado "al M. I. S. D. Juan Pedro Ludovici, de la casa de S. M. Fidellisima, Cavallero professo de la Orden de Christo, y contador maior de la misma orden / por Pedro Gendron. – Escala [ca. 1:1 096 490], 45 Millas Comunes de Italia [= 7,6cm].- [Madrid, P.Gendron?], 1754. -1 mapa : grav., color.; 65 x 49 cm
GMG/62 N. 14 53401-2001

GÜSSENFELD, Franz Ludwig 1744-1808

Regni Portugalliae provincias tres septentrionales Beiram, Transmontanam [et] Interamniam : ex novissimis tabulis D. T. Lopez in lucem ederunt = Carte géographique de les trois provinces septentrionales de Portugal, sâvoir Beira, Tras los Montes [et] Entre Douro-Minho / par F. L. G[üssefeld]. - Escala [ca. 1:770 000].- [Nürnberg] : Homann. haered., 1800. - 1 mapa : grav., color. ; 54 x 44 cm.

Provincias meridionales regni Portugalliae, scilicet Extremadura, Transtagana, quibus

regnum Algarbiae adiungitur, ad emendatiora exemplaria D. T. Lopez curaverunt = Les provinces meridionales de Portugal, savoir Estremadura, Alentejo [et] Algarbe / dressée nouvellement par F. L. Güssefeld. – Escala [ca. 1:770 000].- [Nürnberg] : Homann. haered., 1800. - 1 mapa : grav., color. ; 54 x 44 cm.

M.V. 18

JEFFERYS, Thomas, ca 1710-1771

Mappa ou carta geographica dos reinos de Portugale e Algarve / por T. Jefferys, Geographo de Sua Magestade Britannica ; Miguel Rodrigues impressor do Excelentissimo Senhor Cardial Patriarca. - Escala [ca 1:450 000], 10 Leguas commuas de Portugal e d'Espanha 19 à hum Grao = [13,05 cm] . - Londres : A. Dury, 1762. - 1 mapa em 6 folhas : grav., p&b ; 55 x 45 cm cada folha.

M.V. 18

JEFFERYS, Thomas, ca 1710-1771 e FADEN, William, 1749-1836

Mappa ou carta geographica dos reinos de Portugale e Algarve / por T. Jefferys, Geographo de Sua Magestade Britannica ; Miguel Rodrigues impressor do Excelentissimo Senhor Cardial Patriarca. - Second Edition. - Escala [ca 1:450 000], 10 Leguas commuas de Portugal e d'Espanha 19 à hum Grao = [13,05 cm] . - Londres : W. Faden, 1790. - 1 mapa : grav., p&b ; 165 x 89 cm.

M.V. 18

LODGE, John, fl. 1780-1810 Júnior

The kingdoms of Portugal and Algarve / J. Lodge. - Escala [ca 1:1 300 000], 15 Common Leagues of Portugal 18 to a Degree = [7,40 cm]. - London : Laurie & Whittle, 1794. - 1 mapa : grav., traçados color. ; 61 x 42 cm.

M.V. 18

LOPEZ DE VARGAS MACHUCA, Tomás, 1731-1802

Mapa general del reyno de Portugal: comprehende sus provincias, corregimientos, oidorias, proveedurias, concejos, cotos &c. / por Tomás Lopez, Geografo de los Dominios de S.M. de sus Reales Academias de la Historia, de S, Fernando, de la de

Buenas letras de Sevilla, y de la Sociedad Bascongada de los Amigos del Pais ; Dedicado Al Ilustrísimo Señor Don Pedro Rodriguez Campomanes, Cavallero de la distinguida Ordem de Carlos III, del Consejo y Camara de S.M., Director de la Real Academia de la Historia &cc.. - Escala [ca 1:470 000], 12 Leguas comunes de Portugal, de las que entran 18. en un Grado = [15,90 cm]. - Madrid : [s.n.], 1778. - 1 mapa em 8 folhas : grav., p&b ; matriz ca: 37 x 42 cm, dimensão total: 142 x 81 cm.

GMG/857 FOL. 26-29

GMG/859 FOL. 57

MR/2/142

Mapa general del reyno de Portugal: comprehende sus provincias, corregimientos, oidorias, proveedurias, concejos, cotos &c. / por Tomás Lopes, Geografo de los Dominios de S.M. de sus Reales Academias de la Historia, de S, Fernando, de la de Buenas letras de Sevilla, y de la Sociedad Bascongada de los Amigos del Paiz ; Dedicado Al Ilustrísimo Señor Don Pedro Rodriguez Campomanes, Cavallero de la distinguida Ordem de Carlos III, del Consejo y Camara de S.M., Director de la Historia & C.. - Escala [ca 1:4600 00], 12 Leguas comunes de Portugal, de las que entrem 18 en uno Grado = [16,10 cm]. - Madrid : [s.n., post. 1782]. - 1 mapa, em 8 folhas : grav., color. ; dimensão total: 141 x 81 cm .

M.R./2/143

ROBERT DE VAUGONDY, Gilles, 1688-1766

Partie Septentrionale du royaume de Portugal. Partie Meridionale du royaume de Portugal / par le Sr. Robert Geographe ordinaire du Roy. - Escala [ca 1:690 000], 30 Mille Pas Géométriques de 60 au Degré = [8,10 cm] . - [Paris : s.n.], avec Privilege, 1751. - 1 mapa em 2 folhas : grav., traçados color. ; 50 x 54 cm cada folha.

M.V. 18

BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE, PARIS (consulta *online*)

ALBERNAZ, Pedro Teixeira, ca.1595-1662

Descripcion del reyno de Portugal y de los reynos de Castilla, que parten con su frontera / delineada por D. Pedro Teixeira / dedicada a la Magestad del rey Nro. Sr, D. Phelipe 4° / por D. Joseph Lendinez de Guevara. - Escala [ca. 1:660 000], 15 Leguas = [14,30 cm]. - Matriti : Marcus Orozcus, 1662. - 1 mapa : p&b ; 77 x 109 cm

Ge DD 2987 (1868)

Ge AA 1414

Ge B 1445

BELLIN, Jacques Nicolas, 1703-1772

Le Portugal et ses frontières avec l'Espagne / par le S. Bellin Ingenieur de la Marine et du Depots des Plans. – Escala [ca. 1:750 000]. - [Paris : s. n.], [1762]. - 1 mapa : color.; 92 x 59 cm.

Ge C 11369

BESSON, Jean, fl. 1685 et 1706

Royaume de Portugal et partie d'Espagne : Dressé sur des mémoires envoyés de Lisbonne et de Madrid. Dédié à Monseigneur le Marquis de Torcy, ... / par son très humble et très obeissant serviteur, I. Besson, Géographe du Roy. – Escala [ca. 1:665 000], 20 Lieües communes d'Espagne = [13,9 cm]. - A Paris : chez l'auteur, 1704. - 1 mapa em 4 folhas, grav., color. ; 101 x 71 cm

GE C- 11021

CANTELLI, Giacomo, 1643-1695

Il Regno di Portugal / descritto da Giacomo Cantelli da Vig[nol]a, geografo del Sereniss. Sig. Duca di Modena / al Emmo. e Rmo. Prencipe Il Sigr. Cardinale Fabritio Spada ; Antonio Barbey sculp. – Escala [ca. 1 : 784 000], 60 Miglia d'Italia = [14,1 cm]. - Roma : Domenico de Rossi, 1692. - 1 mapa em 2 folhas coladas : grav., p&b; 85 x 55 cm

GE DD- 2987 (1864 B)

GE DD- 2987 (1864 B)

GRANDPRÉ, Charles de, fl. 1729-1736

Mappa geral dos Reynos de Portugal e dos Algarves dividos pelas suas Provincias, Conforme as informaçoes mais exac. / Composto por Carlos de Grandprez ; e dedicado a Sacra Real e Augusta Magest. del Rey D. João o V. ; G.F.L. Debrie invenit et fecit. – Escala [ca. 1: 665 000]. – Lisboa, 1730. – 1 mapa: ms., color. ; 103 x 68 cm
Ge DD 2987 (1871) B.

FADEN, William, 1749-1836

Chorographical map of the kingdom of Portugal divided into its grand provinces = Mappa corografico do Reino de Portugal / published by W[illia]m Faden Geographer to the King and to H. R. H. the Prince of Wales. - Escala [ca 1:930 000], 20 Common Leagues of Portugal 18 to a Degree = [13,30 cm]. - London, Charing Cross : W[illia]m Faden, 12 th August, 1797. - 1 mapa, dobrado em 8º : grav., p&b, traçados color. ; 75x51cm.
Ge FF 13459

JEFFERYS, Thomas, ca 1710-1771

Mappa ou carta geographica dos reinos de Portugale e Algarve / por T. Jefferys, Geographo de Sua Magestade Britannica ; Miguel Rodrigues impressor do Excelentissimo Senhor Cardial Patriarca. - Escala [ca 1:450 000], 10 Legoas commuas de Portugal e d'Espanha 19 à hum Grao = [13,05 cm] . - Londres : A. Dury, 1762. - 1 mapa : grav., p&b ; 103 x 92 cm.
Ge CC 301
Ge DD 5899

LONGCHAMPS, Sébastien G., fl. 1751-1762

El Reyno de Portugal subdividido en muchas Provincias / compuesto sobre las memorias mas modernas y rectificadas por los observaciones astronomicas de los Señores de la Academia R. de las Ciencias de Paris, por so mui humilde y mui obediente servidor S. G. Longchamps géografo ; dedicado a su magestad catolica Carlos III Rey de España y de las Indias. - Escala [ca 1:1 100 000], 17 1/2 Grandes Leguas de España que 17 1/2 hacen un Grado = [10,25 cm]. - Paris; Madrid : en Casa del Autor : en Casa del Barthelmy, 1762. - 1 mapa : grav., color. ; 69 x 51 cm.

Ge C 11368

LOPEZ DE VARGAS MACHUCA, Tomás, 1731-1802

Mapa general del reyno de Portugal: comprehende sus provincias, corregimientos, oidorias, proveedurias, concejos, cotos &c. / por Tomás Lopes, Geografo de los Dominios de S.M. de sus Reales Academias de la Historia, de S, Fernando, de la de Buenas letras de Sevilla, y de la Sociedad Bascongada de los Amigos del Paiz ; Dedicado Al Ilustrisimo Señor Don Pedro Rodriguez Campomanes, Cavallero de la distinguida Ordem de Carlos III, del Consejo y Camara de S.M., Director de la Historia & C.. - Escala [ca 1:460 000], 12 Leguas comunes de Portugal, de las que entrem 18 en uno Grado = [16,10 cm]. - Madrid : [s.n.], 1778. - 1 mapa, em 2 folhas : grav., color. ; ca. 82 x 72 cm, cada folha, dobrado em 8º.

Ge FF 13115 (91-98, carte)

Ge B 13483

MANNERT, Conrad, 1756-1834

Charte von Portugal, nach der Zeichnung von Lopez in der spanischen grossen Charte von 1792, und nach dessen Charte von Portugal... von 1778, mit Beyhülfe von Jefferys Charte / entworfen durch C. Manert ; in der Kayser privil. Kunst und Buch handtung bey Adam Gottlieb. - Escala [ca. 1:930 000]. - Nurnberg : A. G. Schneider u. Weigel, 1804. – 1 mapa: grav., color. ; 70 x 47 cm.

Ge C 998.

NOLIN, Jean Baptiste 1686-1762

Le Royaume de Portugal divisé en cinq grandes Provinces et subdivisé en plusieurs territoires avec le Royaume des Algarves, l'Estramadoura Espagnol et partie d'Andalousie / par J.B. Nolin. – Escala [ca. 1:1 100 000], 12 milliaria Hispanica communia = [6,95 cm]. – Paris : chez le Sr. Julien, 1762. – 1 mapa em 4 folhas : color. ; 64 x 46 cm.

Ge Arch 2403

RIZZI-ZANNONI, Giovanni Antonio, 1736-1814

Mapa dos Reynos de Portugal e Algarve : feita sobre as memorias de D. Vasque de Cozuela, as do P. Lacerda e varias outras / por D. J. AB. Rizzi Zannoni ; Morilier ; Berthault. - Escala [ca. 1:1 200 000], 60 Milles communes d'Italie de 60 au Degré moien = [9,00 cm]. - A Paris : En caza de M. Lattré, 1762. - 1 mapa : color. ; 52x 39 cm .

Ge Arch 2407

SANTINI, Francesco, fl. 1749-1782

Partie septentrionale. Partie Méridionale du royaume de Portugal / Par le S^r. Bellin Ingénieur de la Marine et du Dépôt des Plans. – Escala [ca. 1:900 000], 30 Milles communs d'Italie = [6,20 cm]. -À Venise : par François Santini rue S^{te}. Justine près de l'Église : chez M^r. Remondini, [1784]. – 1 mapa em duas folhas : grav., color. ; ca. 52 x 48 cm cada folha.

Ge C 2218

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL, LISBOA

ARROWSMITH, Aaron, 1750-1823

Map of the roads of Portugal / A. Arrowsmit ; E. Jones sculpt.. - Escala [ca. 1:470 000]. - London : A. Arrowsmith, 1st January, 1811. - 1 mapa : grav., color. ; 59 x 132 cm.

C.C. 1238 R.

BAILLIEUL, Gaspard, fl. 1700-1744

Le Portugal et ses frontieres / por Gaspar Bailleul. - Escala [ca. 1:650 000], dix lieües communes d'Espagne [18 ao grau] = [9,50 cm]. - A Lyon : Chez Daudet, 1762. - 1 mapa: grav., p&b ; 111 x 71 cm.

C.C. 951 R.

BOWLES, Carington, 1724-1793

Bowles's new pocket map of Portugal / laid down according to the Sr. Nolin. - Escala [ca. 1:1 100 000], 40 English Miles [geográficas] = [6,50 cm]. - London : Carington Bowles, [ca 1780]. - 1 mapa : grav., color. ; matriz: 66 x 49 cm.

C.C. 1817 A.

CARPINETTI, João Silvério, 1740-1800

Mappas das provincias de Portugal novamente abertos, e estampados em Lisboa,... : offerecidos ao illustrissimo e excellentissimo Senhor Conde de Oeyras / João Silvério Carpinetti Lisbonense. - Escala [ca. 1:660 000] - [ca. 1:1 300 000]. - Lisboa : Imp. Francisco Manuel, [1762]. - [6] p. de texto, 7 mapas ; 21x30 cm. - Mapa 1: "Patriarcado de Portugal" - Escala ca. 1:790 000, determinada com o valor calculado de 7 cm correspondente a "9 Leguas Portuguezas de 18 ao gráo". 1762. - Mapa 2: "Província de Entre Douro e Minho" - Escala ca. 1:660 000, determinada com o valor calculado de 8,45 cm correspondente a "9 Leguas Portuguezas de 18 ao gráo". - Mapa 3: "Província de Traz os Montes" - Escala ca. 1:770 000, determinada com o valor calculado de 7,25 cm correspondente a "9 leguas Portuguezas de 18 ao gráo".1762. - Mapa 4: "Província da Beira" - Escala ca. 1:960 000, determinada com o valor calculado de 5,80 cm correspondente a "9 Lagoas Portuguezas de 18 ao gráo". - Mapa 5: "Província da Estremadura" - Escala ca. 1:1 300 000, determinada com o valor calculado de 4,30 cm correspondente a "9 Leg. Portuguezas de 18 ao gráo".1762. - Mapa 6: "Província do Alentejo" - Escala ca. 1:1 100 000, determinada com o valor calculado de 4,95 cm correspondente a "9 Leg. Portuguezas de 18 ao gráo".1762. - Mapa 7: "Reyno do Algarve" - Escala ca. 1:680 000, determinada com o valor calculado de 8,20 cm correspondente a "9 Leg. Portuguezas de 18 ao gráo".1762.

C.A. 203 P.

CARY, John, Senior, 1755-1835

A new map of the kingdom of Portugal divided into its provinces / by John Cary. - Escala [ca. 1:1 400 000], 25 Miles of Portugal & Spain 18 3/4 to a Degree = [10,90 cm]. - London : J. Cary, 1801. - 1 mapa : grav., color. ; 51 x 60 cm.

C.C. 1685 A.

EÇA, Lourenço Homem da Cunha de 1767?-1833

Carta militar das principaes estradas de Portugal / por L. H. ; grav. Romão Eloy Almeida. - Escala [ca. 1:470 000]. - Lisboa : [s.n.], 1808. - 1 mapa em 4 folhas : grav., p&b ; 75 x 136 cm.

C.C. 105 R. C.C. 554 R.

C.C. 106 R. C.C. 1226 R.

ELLIOTT, William Granville, 1779-1855

Nova carta militar do reyno de Portugal com estradas, montanhas e rios levantada sobre os lugares pello celebre Elliot e extrahida da que se publicou em Londres / W. G. Eliot ; Constantino de Fontes grav. - Escala [ca. 1:1 100 000]. - [Lisboa : s.n.], 1810. - 1 mapa : color. ; 61 x 37 cm.

C.A. 316//9 A.

FADEN, William, 1749-1836

Chorographical map of the kingdom of Portugal divided into its grand provinces = Mappa corografico do Reino de Portugal / published by W[illia]m Faden Geographer to the King and to H. R. H. the Prince of Wales. - Escala [ca 1:930 000], 20 Common Leagues of Portugal 18 to a Degree = [13,30 cm]. - London, Charing Cross : W[illia]m Faden, 12 th August, 1797. - 1 mapa : grav., p&b, traçados color. ; 72 x 50 cm.

C.C. 1387 A.

C.C. 1423 A.

C.C. 1688 A.

Charte von Portugal / W. Faden. - Escala [ca. 1:920 000], 15 Geographische Meilen 15 auf. 1 Gr. des Aeq. = [12,10 cm]. - Weimar : Im Verlage des Geogr. Instituto, 1804. - 1 mapa : grav., color. ; 73 x 52 cm.

C.C. 1693 A.

FER, Nicolas de, 1646-1720

Les frontieres d’Espagne et de Portugal, ou se trouve le Royaume de Portugal divisé en ses cinq provinces d’Entre Douro et Minho, de Beira, d’Estramadura Portugaise, et d’Entre Tage et Guadiana ditte Alentajo, et de Tralos Montes, le Royaume d’Algarve au Roy de Portugal, partie des Royaume de Grenade, d’Andalousie, de Castille, de Leon, et

de Galice, et 'Estramadura Espagnole au Roy d'Espagne, le Detroit de Gibaltar et les environs de Cadiz / par N. de Fer geographe de Sa Magesté Catolique et de Monseigneur le Dauphin ; gravée par P. Starckman. - Escala [ca. 1:1 400 000], Vingt Lieues d'Espagne [20 ao grau] = [8,00 cm]. - A Paris : Chez l'auteur, N. de Fer, avec privilege du Roy, 1703. - 1 mapa : grav., color. ; 58 x 44 cm.

C.C. 652 A.

Les frontieres d'Espagne et de Portugal ou se trouve le Royaume de Portugal divisé en ses cinq grandes provinces d'Entre Douro et Minho, de Bejra, d'Estremadura Portugaise, et D'Entre Tage et Guadiana ditte Alentajo, et de Tralos Montes, le Royaume D'Algarve au Roy de Portugal, partie des Royaume de Grenade, d'Andalousie, de Castille, de Leon, et de Galice, et L'Estremadura Espagnole, au Roy d'Espagne, le Detroit de Gibraltar et les Environs de Cadiz / par N. de Fer, Geographe de Sa Magesté Catolique et de Monseigneur le Dauphin ; Gravée par P. Starck-man. - Escala [ca. 1:1 400 000], Vingt Lieues d'Espagne [20 ao grau] = [7,95 cm]. - A Paris : Chez N. de Fer, avec privilege du Roy, 1705. - 1 mapa : grav., traçados color. ; 58 x 44 cm.

C.C. 1222 A.

Description del reyno de Portugal y de los reynos de Castilla que confinan con su frontera... / delineada por D. Pedro Teixeira ; P. Stark-man sculpsit ; A. Coquart. - Escala [ca. 1:870 000], Quinze Lieües daEspagne [18 ao grau] = [10,70 cm]. - A Paris : Chez N. de Fer, 1705-1716. - 1 mapa, 12 plantas : traçados a cores ; 80 x 46 cm. - "Vista do Palais Royal de Lisbonne" . - "Emboucheur de la riviere du Tage" - Escala ca. 1:86 000, determinada com o valor calculado 5,65 cm correspondente a "Deux mil cinq cent Toises". - "Le chateau de Belem" . - Inclui as fortalezas de: "Estremos", "St. Julien ou St. Gião", "Olivença", "Elvas", "Lisbonne", "Evora", "Setuval", "Aronches", "Villa Viciosa". - Inclui: "Description de la ville de Lisbonne", "Description de laembouchure de la riviere du Tage".

C.C. 902 R.

GUILLOT, Julião fl. ca 1763

Carta geographica do reyno de Portugal subdividido en muitas provincias / dedicada a Magestade Fidelissima e sempre Augusta del Rey de Portugal e dos Algarves Dom Joseph Primeiro Nosso Senhor por seu muito humilde criado Julião Guillot. - Escala [ca. 1:1 100 000], 17 1/2 Grandes Leguas de España que 17 1/2 hacen un Grado = [10,05 cm]. - Em Lisboa : En Casa do dto Julião Guillot, 1763. - 1 mapa : grav., p&b ; 70 x 51 cm.

C.C. 1386 A.

JAILLOT, Alexis-Hubert, 1632-1712

Partie septentrionale du royaume de Portugal. Partie meridionale du royaume de Portugal: Les Royaumes de Leon et de Galice , les Adturies, partie des deux Castilles & : Partie des Royaume de Castille Nouvelle de Andalousie et de Grenade / par le Sr. Jaillot, Geographe ordinaire du Roy. - Escala [ca. 1:1 200 000], 60 Mille Pas Geometriques, ou Mille d'Italie [60 ao grau] = [9,05 cm]. - A Paris, Joignant les grands Augustins, aux deux Globes : Chez le Sr. Jaillot, 1711. - 1 mapa em 2 folhas : grav., com traçados color. ; 48 x58 cm.

C.C. 1221 A.

C.C. 1223 A.

JEFFERYS, Thomas, ca 1710-1771 e Faden, William, 1749-1836

Mappa ou carta geographica dos reinos de Portugale e Algarve / por T. Jefferys, Geographo de Sua Magestade Britannica ; Miguel Rodrigues impressor do Excelentissimo Senhor Cardial Patriarca. - Second Edition. - Escala [ca. 1:450 000], 10 Leguas commuas de Portugal e d'Espanha 19 à hum Grao = [13,05 cm] . - Londres : W. Faden, 1790. - 1 mapa : grav., p&b ; 165 x 89 cm.

C.C. 954 R.

LODGE, John, fl. 1780-1810 Júnior

The kingdoms of Portugal and Algarve / J. Lodge. - Escala [ca. 1:1 300 000], 15 Common Leagues of Portugal 18 to a Degree = [7,40 cm]. - London : Laurie & Whittle, 1794. - 1 mapa : grav., traçados color. ; 61 x 42 cm.

C.C. 1694 A.

The kingdoms of Portugal and Algarve / from Zannoni's map by J. Lodge geographer. - Escala [ca. 1:1 200 000], 15 Common Leagues of Portugal 18 to a Degree = [7,50 cm]. - London : Laurie & Whittle, 1808. - 1 mapa : grav., traçados color. ; 61 x 43 cm.

C.C. 1686 A.

C.C. 553 R.

LOPEZ DE VARGAS MACHUCA, Tomás, 1731-1802

Nuevo mapa militar y geografico del reino de España, todas las sierras, montañas, caminos militares y particulares, y lugares donde se vieron las principales batallas, y otras circunstancias propias pa la inteligencia de las operaciones militares de la Peninsula; Mapa general del reyno de Portugal [que] comprehende sus provincias, corregimientos, oidorias, proveedurias, concejos, cotos, & C. / formado del mapa de la Peninsula de Lopes, del mapa grande en 4 cartas de Faden, del atlas maritimo de Tofiño, del neptune Français, y de otros autores ; dedicado Al Ilustrisimo Señor Don Pedro Rodriguez Campomanes, Cavallero de la distinguida Ordem de Carlos III, del Consejo y Camara de S.M., Director de la Historia & C., por Tomás Lopes, Geografo de los Dominios de S.M. de sus Reales Academias de la Historia, de S, Fernando, de la de Buenas letras de Sevilla, y de la Sociedad Bascongada de los Amigos del Paiz. - Escala [ca. 1:520 000 – ca. 1:470 000]. - [Madrid? : s.n., post. 1811]. - 1 mapa : grav., color. ; dimensão total: 192 x 299 cm. - Menciona as batalhas entre 1807-1811. - Mapa da Peninsula Ibérica com uma representação separada dos territórios pertencentes a Espanha e Portugal. - O mapa de Portugal apresenta as seguintes dimensões: 140 x 81 cm; trata-se de uma edição actualizada do mapa de 1778

C.C. 128 R.

Mapa general del reyno de Portugal: comprehende sus provincias, corregimientos, oidorias, proveedurias, concejos, cotos &c. / por Tomás Lopez, Geografo de los Dominios de S.M. de sus Reales Academias de la Historia, de S, Fernando, de la de Buenas letras de Sevilla, y de la Sociedad Bascongada de los Amigos del Pais ; Dedicado Al Ilustrisimo Señor Don Pedro Rodriguez Campomanes, Cavallero de la distinguida Ordem de Carlos III, del Consejo y Camara de S.M., Director de la Real

Academia de la Historia &cc.. - Escala [ca. 1:470 000], 12 Leguas comunes de Portugal, de las que entran 18. en un Grado = [15,90 cm]. - Madrid : [s.n.], 1778. - 1 mapa em 8 folhas : grav., p&b ; matriz ca: 37 x 42 cm, dimensão total: 142,10x81,00 cm.

C.C. 952 R.

Mapa general del reyno de Portugal: comprehende sus provincias, corregimientos, oidorias, proveedurias, concejos, cotos &c. / por Tomás Lopes, Geografo de los Dominios de S.M. de sus Reales Academias de la Historia, de S, Fernando, de la de Buenas letras de Sevilla, y de la Sociedad Bascongada de los Amigos del Paiz ; Dedicado Al Ilustrisimo Señor Don Pedro Rodriguez Campomanes, Cavallero de la distinguida Ordem de Carlos III, del Consejo y Camara de S.M., Director de la Historia & C.. - Escala [ca 1:460 000], 12 Leguas comunes de Portugal, de las que entrem 18 en uno Grado = [16,10 cm]. - Madrid : [s.n., post. 1782]. - 1 mapa, em 8 folhas : grav., color. ; dimensão total: 141 x 81 cm .

C.C. 152 R.

C.C. 1225 R.

Mapa general del reyno de Portugal: comprehende sus provincias, corregimientos, oidorias, proveedurias, concejos, cotos &c. / por Tomás Lopes, Geografo de los Dominios de S.M. de sus Reales Academias de la Historia, de S, Fernando, de la de Buenas letras de Sevilla, y de la Sociedad Bascongada de los Amigos del Paiz ; dedicado Al Ilustrisimo Señor Don Pedro Rodriguez Campomanes, Cavallero de la distinguida Ordem de Carlos III, del Consejo y Camara de S.M., Director de la Historia & C.. - Escala [ca. 1:470 000], 12 Leguas comunes de Portugal, de las que entran 18 en un Grado = [15,80 cm]. - Madrid : [s.n., post. 1811]. - 1 mapa : grav., p&b, contornos color. ; matriz: 148 x 87 cm. - Na margem inferior apresenta legenda sobre percursos das invasões francesas (" Este signal no mappa indica a estrada que tomou Junot em 1807 para vir a Lisboa; Estrada triunfante dos ingleses em 1807; Invasão de Soult 1809; Massena 1810; Derrota e fugida de Massena 1811). - Trata-se de uma versão muito próxima da terceira versão do mapa de 1778 [cota BNP: C.C. 1225 R.], mas impresso a partir de uma outra matriz, com dimensões ligeiramente superiores e com a inserção de legenda sobre percursos das invasões francesas, de 1807 a 1811

C.Par. 60

C.C. Par. 30

LONGCHAMPS, Sébastien G., fl. 1751-1762

El Reyno de Portugal subdividido en muchas Provincias / compuesto sobre las memorias mas modernas y rectificadas por los observaciones astronomicas de los Señores de la Academia R. de las Ciencias de Paris, por so mui humilde y mui obediente servidor S. G. Longchamps géografo ; dedicado a su magestad catolica Carlos III Rey de España y de las Indias. - Escala [ca. 1:1 100 000], 17 1/2 Grandes Leguas de España que 17 1/2 hacen un Grado = [10,25 cm]. - Paris; Madrid: en Casa del Autor : en Casa del Barthelmy, 1762. - 1 mapa: grav., color. ; 76 x 54 cm.

C.C. 1235 R.

LOTTER, Tobias Conrad, 1717-1777

Regna Portugalliae et Algarbiae cum adjacentibus Hispaniae provinciis, quibus in peculiari et minori mappa adjunctum est Brasiliae regnum / Sumptibus et Studio Tob. Conr. Lotter Geogr.; Georg Friderich Lotter sculps. - Escala [ca 1:1 300 000], 15 Milliaria Germanica Communia 15 in uno Gradu = [8,70 cm]. - Aug[ustae] Vind[elicorum] [Augsburg] : Tob[ias] Conr[ad] Lotter, 1762. - 1 mapa : grav., color. 59 x 50 cm.

C.C. 1661 A.

C.C. 1825 A.

MORTIER, Pierre, I, 1661-1711

Theatre de la guerre en Portugal, et dans les Algarves / par Pierre Mortier. - Escala [ca. 1:1 100 000], 18 Lieües Communes de Portugal [18 ao grau] = [10,25 cm]. - A Amsterdam : Pierre Mortier, [1706-1710]. - 1 mapa, em duas folhas : grav., traçados color. ; 97 x 60 cm.

C.C. 551 R.

Existe mais um exemplar das duas folhas referentes a Portugal sob as cotas:

C.A. 15//5 R. (folha Norte) e C.C. 1215 A. (folha Sul)

REILLY, Franz Johann Joseph von, 1760-1820

Karte von dem königreiche Portugal / nach Lopez ; neu verzeichnet herausgegeben von Franz Joh. Jos. von Reilly. - Escala [ca. 1:1 300 000], 20 Portugiesische und Spanische gemeine Land meilen 17 1/2 auf einen Grad. = [9,90 cm]. - Wien : im von Reilly'schen Landkarten und Kunstwerke Verschleiss Komptoir, 1795. - 1 mapa : grav., traçados color. ; 54 x 58 cm.

C.C. 1797 A.

RIZZI-ZANNONI, Giovanni Antonio, 1736-1814

Mapa dos Reynos de Portugal e Algarve: feita sobre as memorias de D. Vasque de Cozuela, as do P. Lacerda e varias outras / por D. J. AB. Rizzi Zannoni ; Morilier ; Berthault. - Escala [ca. 1:1 200 000], 60 Milles communes d'Italie de 60 au Degré moien = [9,00 cm]. - A Paris : En caza de M. Lattré, 1762. - 1 mapa : color. ; 52 x 39 cm

C.C. 792 V.

Mapa dos Reynos de Portugal e Algarve = Carte des Royaumes de Portugal et d'Algarve / por D. J. A. Rizzi Zannoni ; feita sobre as memorias topografica de D. Vasque de Conzuela as do P. Lacerda e outras ; Berthoult sculp. ; Marillier. - Escala [ca. 1:1 200 000], 60 Milles communes d'Italie de 60 au Degré moien = [9,00 cm]. - A Paris : En Caza de M. Lattré, [ca 1780]. - 1 mapa em 2 folhas : grav., p&b, traçados color. ; 34 x 45 cm cada folha.

C.C. 877 V.

Les royaumes de Portugal et d'Algarve / par M. Rizzi Zannoni ; Pasquali s[culp].. - Escala [ca. 1:1 300 000], 25 Lieues communes de France de 25 au Degré = [8,80 cm]. - Venise : [s.n.], 1082 [i.e. 1802]. - 1 mapa : grav., p&b, com traçados color. ; 48 x 64 cm.

C.C. 393 A.

ROBERT DE VAUGONDY, Didier, 1723-1786

Partie Septentrionale du Royaume de Portugal. Partie Meridionale du Royaume de Portugal / par le Sr. Robert de Vaugondy fils de Mr. Robert Geog. du Roi. - Escala [ca.

1:2 100 000], 15 Lieues d'une heure [20 ao grau] = [4,05 cm]. - [Paris : s.n.] avec privilege, 1749. - 1 mapa em 2 f. : grav., p&b com traçados color. ; 17 x 23 cm.

C.C. 173 P1

ROBERT DE VAUGONDY, Gilles, 1688-1766

Le royaume de Portugal / par le Sr. Robert, géographe ordinaire du Roy. - Escala [ca. 1:1 400 000]. - [A Paris : Chez L'auteur, 1749]. - 1 mapa : grav., p&b ; 44,50 x 34,50 cm, em folha de 49 x 35 cm.

C.C. 762 V.

Partie Septentrionale du royaume de Portugal. Partie Meridionale du royaume de Portugal / par le Sr. Robert Geographe ordinaire du Roy. - Escala [ca. 1:690 000], 30 Mille Pas Géométriques de 60 au Degré = [8,10 cm]. - [Paris] : [s.n.], Avec Privilege 1751. - 1 mapa em 2 folhas : grav., traçados color. ; 50 x 54 cm cada folha.

C.C. 1683 A.

C.C. 1684 A.

C.C. 536 A.

STOCKDALE, John, 1750-1814

A new general military map of the kingdom of Portugal / by Don Thomas Lopez, geographer to his Catholic Majesty ; the roads are corrected from the carta militar pub[lished] by the French at Lisbon in 1808, and the principal military features from the best authorities ; Neele sculpt.. - Escala [ca. 1:460 000]. - London : John Stockdale, 1811. - 1 mapa em 8 folhas : grav., color. ; 48 x 57 cm cada folha.

C.A. 382 A.

WILKINSON, Robert, fl. ca. 1796-1825

Portugal including Algarve/ published by Robert Wilkinson ; sculp. J. Froggett ; from the various provincial surveys corrected by the nautic observations Don Vicente Tofino and the topography of Don Tomaz Lopez. - Escala [ca. 1:1 000 000], 60 British Statute Miles = [9,60 cm]. - London : Robert Wilkinson, Octr. 7th 1809. - 1 mapa : grav., color., color. ; 64 x 55cm., dobr. 16,50x14,00 cm. – Na margem inferior esquerda inserem-se

três mapas, respectivamente: "Azores", "Cape Verd Isles" e "Madeiras", com escalas aproximadas de [ca. 1:440 000], determinadas com a medida [2,50 cm] de um grau de latitude.

C.C.d. 25 A.

BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO (consulta *online*)

BOREL, Joseph Augustinho, fl. 1764-1792?

Carta geographica do reyno de Portugal subdividido en muitas provincias / dedicada a Magestade Fidelissima e sempre Augusta del Rey de Portugal e dos Algarves Dom Joseph Primeiro Nosso Senhor por seu muito humilde criado Julião Guillot. - Escala [ca. 1:1 100 000], 17 1/2 Grandes Leguas de España que 17 1/2 hacen un Grado = [10,1 cm]. - Lisboa : Em casa de João Maria Mazza , e na casa de Ger.mo Moreira, 1764. - 1 mapa : gravado, color.; 72 x 54 cm.

GENDRON, Pedro, fl. 1754-1758

Portugal dividido en sus provincias compuesto sobre las memorias mas modernas y rectificadas por las observaciones astronomicas de los señores de la academia RI. de las Ciencias de Paris / dedicado "al M. I. S. D. Juan Pedro Ludovici, de la casa de S. M. Fidellissima, Cavallero professo de la Orden de Christo, y contador maior de la misma orden / por Pedro Gendron. – Escala [ca. 1:1 096 490], 45 Millas Comunes de Italia [= 7,6cm].- [Madrid, P.Gendron?], 1754. -1 mapa : grav., color.; 65 x 49 cm
ARC.016,07,019

LAURENT, Pierre(?), 1739-1809

Provincia de Tras os Montes / Laurent sculp.- Escala [ca. 1:770.000]. - [S.l. : s.n., 17--]. - 1 mapa : grav., color. ; 17x 24 cm.
ARC.016,07,021

Provincia da Beira / Laurent Sculp. – Escala [ca. 1:950 000]. - Lutetia [Paris : s.n., 17--]. - 1 mapa : grav., color.; 17 x 23,5 cm .

ARC.016,07,022

Provincia da Estremadura / Laurent sculp.- Escala [ca. 1:1 300 000]. - Lutetia [Paris : s.n., 17--]. - 1 mapa : grav., color.; 17 x 24 cm .

ARC.016,07,023

Provincia do Alentejo / Laurent Sculp.- Escala [ca. 1:1 100 000]. - [S.l. : s.n., 17--]. - 1 mapa : grav., color. ; 24x 18 cm .

ARC.016,07,024

Reino do Algarve / Laurent Sculp. - Escala [ca. 1: 680 000]. - [S.l. : s.n., 17--]. - 1 mapa : grav., color. ; 17 x 24 cm.

ARC.016,07,026

Provincia de Entre Douro e Minho / Laurent Sculp. - Escala [ca. 1: 680 000]. - [S.l. : s.n., 17--]. - 1 mapa : grav. ; 25 x 17cm.

ARC. 1078069

ROBERT DE VAUGONDY, Gilles, 1688-1766.

Carte du Royaume de Portugal : dressée d'après les cartes du pays / par le S. Sanson geog. Ord. du Roi ; corrigée et assujettie aux observations astronomiques, par le S. Robert de Vaugondy ; gravado por Arrivet. - Escala [ca.1:823 044], 12 Lieues de Portugal de 18 au degré [=9cm].- à Paris : chez l'auteur, 1762. - 1 mapa em 2 folhas : grav., color. ; 42 x 54 cm.

ARC.016,07,016-017

SANSON (d' ABBEVILLE), Nicolas, 1600-1667

Parte Septentrional. Parte Meridional do Reyno de Portugal / por N. Sanson d' Abbeville. – Escala [ca. 1:770 000]. – Paris : em casa do autor, 1654. - 1 mapa em duas folhas : grav., color. ; 43 x 54 cm cada folha.

ARC.009,03,019 Cartografia

BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO, PORTO

ELIOTT, William Granville, 1779-1855

Nova carta militar do Reino de Portugal com estradas, montanhas e rios / levantada sobre os lugares pello celebre Eliot e extrahida da que se publicou em Londres ; Constantino Fontes, grav.- Escala [ca. 1 : 1 100 000]. – [Lisboa, s.n.], 1810. – 1 mapa: grav., color. ; 61x37 cm - In *Novo Atlas Universal Portuguez que comprehende todas as Cartas Geographicas dos Impèrios, Reinos e Rèpublicas da Europa, e de outras várias partes do Globo gravadas conforme as últimas descubertas e os mappas mais exactos de Guthrie, Le Bonne, Laurie etc*, Lisboa, 1814.

RES XIX-C-53

HOMANN, Johann-Baptist, 1664-1724

Portugalliae et Algarbiae cum finitimis Hispaniae Regnis: Castiliae, Legionis, Andalusiae, Extrematurae, Galliciae, & Granatae Novissima Tabula qua simul littora Brasiliae Meridional Americae Portugallicae Majestatis dominio subjecta nova methodo exhibentur / Iohanne Bapt. Homanno Geographo & Chalcographo. – Escala [ca. 1:1 500 000], 15 Milliaria Germanica communia = [7,25 cm - Norimberg : [s.n., ca.1704]. – grav., color. ; 50 x 57 cm.

C (I) -7- (14).

LOPEZ DE VARGAS MACHUCA, Tomás, 1731-1802

Mapa del reyno de Portugal : construido. segun las mas modernas memorias / por D. Thomás Lopez, pensionista de S.M.- Escala [ca. 1: 1 600 000]. - Madrid : [Tomás Lopez], 1762. - 1 mapa : grav., p&b ; 39 x 29 cm. - Trata-se de um atlas factício de Portugal.

C-M&A – Pasta 21

NOLIN, Jean Baptiste 1686-1762

Le Royaume de Portugal divisé en cinq grandes Provinces et subdivisé en plusieurs territoires avec le Royaume des Algarves, l'Estramadoura Espagnol et partie

d'Andalousie/ par J.B. Nolin. – Escala [ca. 1:1 100 000], 12 milliaria Hispanica communia = [6,95 cm]. – Paris : chez le Sr. Julien, 1762. – 1 mapa : color. ; 64 x 46 cm.
C-M & A – P 25 (11) A.

ROBERT DE VAUGONDY, Gilles, 1688-1766

Partie Septentrionale du royaume de Portugal. Partie Meridionale du royaume de Portugal / par le Sr. Robert Geographe ordinaire du Roy. - Escala [ca. 1:690 000], 30 Mille Pas Géométriques de 60 au Degré = [8,10 cm]. - [Paris] : [s.n.], Avec Privilege 1751. - 1 mapa em 2 folhas : grav., traçados color. ; 50 x 54 cm.
C (I) - 12.

SANSON (d' ABBEVILLE), Nicolas, 1600-1667

Parte Septentrional. Parte Meridional do Reyno de Portugal / por N. Sanson d' Abbeville. – Escala [ca. 1:770 000]. – Paris : Em Casa do autor, 1654. - 1 mapa em duas folhas : grav., color. ; 43 x 54 cm cada folha.
C (I) – 10.

BRITISH LIBRARY, LONDRES (consulta *online*)

BAILLEUX, Gaspard, fl. 1700-1744

Le Portugal et ses frontieres / por Gaspar Bailleul. - Escala [ca 1:650 000], dix lieües communes d' Espagne [18 ao grau] = [9,50 cm]. - A Paris : Chez Julien, 1762. - 1 mapa : grav., p&b ; 111 x 71 cm.

Le Portugal et ses frontieres / por Gaspar Bailleul. - Escala [ca 1:650 000], dix lieües communes d' Espagne [18 ao grau] = [9,50 cm]. - London: A. Dury, 1762. - 1 mapa : grav., p&b ; 111 x 71 cm.

K.Top.74.55

BELLIN, Jacques Nicolas, 1703-1772

Le Portugal et ses frontières avec l'Espagne / par le S. Bellin Ingenieur de la Marine et du Depots des Plans. – Escala [ca. 1:750 000]. - [Paris : s. n.], [1762]. - 1 mapa : color.; 92 x 59 cm.

K.Top.74.59.

CARPINETTI, João Silvério, 1740-1800

Mappas das provincias de Portugal novamente abertos, e estampados em Lisboa,... : offerecidos ao illustrissimo e excellentissimo Senhor Conde de Oeyras / João Silvério Carpinetti Lisbonense. - Escala [ca. 1:660 000] - [ca. 1:1 300 000]. - Lisboa : Imp. Francisco Manuel, [1762]. - [6] p. de texto, 7 mapas ; 21x30 cm. - Mapa 1: "Patriarcado de Portugal" - Escala ca. 1:790 000, determinada com o valor calculado de 7 cm correspondente a "9 Leguas Portuguezas de 18 ao gráo". 1762. - Mapa 2: "Província de Entre Douro e Minho" - Escala ca. 1:660 000, determinada com o valor calculado de 8,45 cm correspondente a "9 Leguas Portuguezas de 18 ao gráo". - Mapa 3: "Província de Traz os Montes" - Escala ca. 1:770 000, determinada com o valor calculado de 7,25 cm correspondente a "9 leguas Portuguezas de 18 ao gráo".1762. - Mapa 4: "Província da Beira" - Escala ca. 1:960 000, determinada com o valor calculado de 5,80 cm correspondente a "9 Lagoas Portuguezas de 18 ao gráo". - Mapa 5: "Província da Estremadura" - Escala ca. 1:1 300 000, determinada com o valor calculado de 4,30 cm correspondente a "9 Leg. Portuguezas de 18 ao gráo".1762. - Mapa 6: "Província do Alentejo" - Escala ca. 1:1 100 000, determinada com o valor calculado de 4,95 cm correspondente a "9 Leg. Portuguezas de 18 ao gráo".1762. - Mapa 7: "Reyno do Algarve" - Escala ca. 1:680 000, determinada com o valor calculado de 8,20 cm correspondente a "9 Leg. Portuguezas de 18 ao gráo".1762.

C.43.b.65.

ELIOTT, William Granville, 1779-1855

A new military map of Portugal : the roads from Carta Militar published by the French in Lisbon, the rivers and mountains, from the best authorities / drawn by Captn. Eliot, Rl. Artillery. - Escala [ca. 1:1 110 000].- London : T. Egerton, 1810. – 1 mapa : grav., color; 61 x 38 cm.

G.15350.

FADEN, William, 1749-1836

Chorographical map of the kingdom of Portugal divided into its grand provinces =
Mappa corografico do Reino de Portugal / published by W[illia]m Faden Geographer to
the King and to H. R. H. the Prince of Wales. - Escala [ca 1:930 000], 20 Common
Leagues of Portugal 18 to a Degree = [13,30 cm]. - London, Charing Cross : W[illia]m
Faden, 12 th August, 1797. - 1 mapa : grav., p&b, traçados color. ; 72 x 50 cm.

19805.(25.)

JEFFERYS, Thomas, ca 1710-1771

Mappa ou carta geographica dos reinos de Portugale e Algarve / por T. Jefferys,
Geographo de Sua Magestade Britannica ; Miguel Rodrigues impressor do
Excelentissimo Senhor Cardial Patriarca. - Escala [ca 1:450 000], 10 Legoas commuas
de Portugal e d'Espanha 19 à hum Grao = [13,05 cm] . - Londres : A. Dury, 1762. - 1
mapa : grav., p&b ; 103 x 92 cm.

K.Top.74.60

JEFFERYS, Thomas, ca 1710-1771 e Faden, William, 1749-1836

Mappa ou carta geographica dos reinos de Portugale e Algarve / por T. Jefferys,
Geographo de Sua Magestade Britannica ; Miguel Rodrigues impressor do
Excelentissimo Senhor Cardial Patriarca. - Second Edition. - Escala [ca. 1:450 000], 10
Legoas commuas de Portugal e d'Espanha 19 à hum Grao = [13,05 cm] . - Londres : W.
Faden, 1790. - 1 mapa : grav., p&b ; 165 x 89 cm. In: Composite military atlas of
manuscript and printed maps of the Peninsular campaigns in Spain and Portugal.
[London], [ca. 1811]

C.12.f.4.

C.26.d.21.

C.27.b.72.

L.H [D' EÇA, Lourenço Homem da Cunha 1767?-1833]

Carta militar das principaes estradas de Portugal / por L. H. ; grav. Romão Eloy
Almeida. - Escala [ca. 1:470 000]. - Lisboa : [s.n.], 1808. - 1 mapa em 2 folhas : grav.,

p&b ; 75 x 136 cm. In: Composite military atlas of manuscript and printed maps of the Peninsular campaigns in Spain and Portugal. [London], [ca. 1811]

C.12.f.4.

19805.(26.)

LOPEZ DE VARGAS MACHUCA, Tomás, 1731-1802

Mapa general del reyno de Portugal: comprehende sus provincias, corregimientos, oidorias, proveedurias, concejos, cotos &c. / por Tomás Lopez, Geografo de los Dominios de S.M. de sus Reales Academias de la Historia, de S, Fernando, de la de Buenas letras de Sevilla, y de la Sociedad Bascongada de los Amigos del Pais ; Dedicado Al Ilustrisimo Señor Don Pedro Rodriguez Campomanes, Cavallero de la distinguida Ordem de Carlos III, del Consejo y Camara de S.M., Director de la Real Academia de la Historia &cc. - Escala [ca 1:470 000], 12 Leguas comunes de Portugal, de las que entran 18. en un Grado = [15,90 cm]. - Madrid : [s.n.], 1778. - 1 mapa em 8 folhas : grav., p&b ; matriz ca: 37 x 42 cm, dimensão total: 142 x 81 cm.

143.d.12.(134.)

NOLIN, Jean Baptiste 1686-1762

Le Royaume de Portugal divisé en cinq grandes Provinces et subdivisé en plusieurs territoires avec le Royaume des Algarves, l'Estramadoura Espagnol et partie d'Andalousie / par J.B. Nolin. – Escala [ca. 1:1 100 000], 12 milliaria Hispanica communia = [6,95 cm]. – Paris : chez le Sr. Julien, 1762. – 1 mapa em 4 folhas : color. ; 64 x 46 cm.

K.Top.74.56

RIZZI-ZANNONI, Giovanni Antonio, 1736-1814

Mapa dos Reynos de Portugal e Algarve : feita sobre as memorias de D. Vasque de Cozuela, as do P. Lacerda e varias outras/por D. J. AB. Rizzi Zannoni ; Morilier ; Berthault. - Escala [ca. 1:1 200 000], 60 Milles communes d'Italie de 60 au Degré moien = [9,00 cm]. - A Paris : en caza de M. Lattré, 1762. - 1 mapa : color. ; 52 x 39 cm.

19805.(21.)

ROBERT DE VAUGONDY, Gilles, 1688-1766

Partie Septentrionale du royaume de Portugal. Partie Meridionale du royaume de Portugal / par le Sr. Robert Geographe ordinaire du Roy. - Escala [ca. 1:690 000], 30 Mille Pas Géométriques de 60 au Degré = [8,10 cm]. - [Paris : s.n.], 1751. - 1 mapa em 2 folhas : grav., traçados color. ; 50 x 54 cm, cada folha.

ZATTA, António, fl. 1757-1797

Il Portogallo cioè le provincie di Entre Douro, e Minho, Traz-Os-Montes, e Beira : di nuova proiezione : con privilegio dell'eccmo senato / presso Antonio Zatta.- Escala [ca. 1:1 300 000]. - Venezia : [Antonio Zatta], 1776. - 1 mapa: grav., color. ; 30 x 40 cm.

L'Estremadura di Portogallo Alentejo, ed Algarve : con privilegio dell'eccmo senato / presso Antonio Zatta. - Escala [ca. 1:1 300 000]. - Venezia : [Antonio Zatta], 1776. - 1 mapa: grav., color. ; 30 x 40 cm.

DIREÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS DO EXÉRCITO

GABINETE DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE ENGENHARIA MILITAR, LISBOA

COSTA, José Maria das Neves, 1774-1841

Mappa geographico do Reino de Portugal : no qual estão notadas as suas divizoens militares segundo o projecto que o suppoem dividido em vinte e quatro brigadas de ordenações /dezenhado pello Capitaõ Joze Maria das Neves Costa. - Escala [ca. 1:470 000], 6 Legoas de dezoito ao Gráo = [7,90 cm]. -[Lisboa: s.n; 1806-1807]. - 1 mapa : ms., color. ; 75 x 130 cm.

4062-4-48-60

Minuta de huma carta do Reino de Portugal : redigida segundo outras existentes com o fim especial de fazer vêr n'hum lanço de vista a mútua situação relativa dos seus principaes rios e montanhas e servir assim á intelligencia de huma memoria em que se expoem varias considerações militares tendentes a investigar quaes sejaõ as

respectivas localidades parciaes cuja topographia se precisa conhecer a fim de illucidar a escolha e adopção do plano que mais possa convir para a defesa geral do dito reino /por Joze Maria das Neves Costa. - Escala [ca. 1:620 000], 15 Pequenas Leguas de 20 ao Gráo ou de huma hora de caminho = [13,40 cm]. – [s.l, s.n., 1840]. - 1 mapa : ms., color. ; 56 x 96 cm

4061-2A-29-41

EÇA, Lourenço Homem da Cunha de 1767?-1833

[Carta militar das principais estradas de Portugal Lourenço Homem da Cunha de Eça]. - Escala [ca. 1:470 000]. – [Lisboa: s.n., ant. 1808]. - 1 mapa : ms., color. ; 75 x 137 cm

4083/III-2A-29-41

Carta militar das principaes estradas de Portugal por L. H. ; Romão Eloy de Almeida grav. . -Escala [ca. 1:470 000]. - Lisboa : [s.n.], 1808. - 1 mapa : p&b; 75x135 cm

4058-2A-29-41

GUILLOT, Julião fl. ca 1763

Carta geographica do Reyno de Portugal : subdividido en muitas provincias /Julião Guillot. - Escala [ca. 1:1 000 000], 17 1/2 Grandes Leguas de España que 17 1/2 hacen un Grado = [10,30 cm]. - En Lisboa : en Casa do d.to Julião Guillot, 1763. - 1 mapa : color. ; 72 x 54 cm.

4072-4-48-60

JEFFERYS, Thomas, ca 1710-1771 e Faden, William, 1749-1836

Mappa ou carta geographica dos reinos de Portugal e Algarve /por T. Jefferys, Geographo de sua Magestade Britannica, Second edition. - Escala [ca. 1:440 000], 10 Legoas commuas de Portugal e d'Espanha, 19. à hum Grao = [13,40 cm]. - Londres : Published by Wm. Faden, 1790. - 1 mapa : color. ; 170 x 93 cm.

4067/I-2A-29-41

[Esboço geográfico de Portugal : para fazer ver a aplicação do plano da Guarda Provincial e a maneira de guarnecer com ele todo o Reino e suas fronteiras] /A.C.C.P.F., Major de Infantaria. - Escala [ca. 1:440 000], 10 Legôas comuns de Portugal e de Espanha, 19 a hum Gráo = [13,40 cm]. - [s.l, s.n, 18--]. - 1 mapa : ms., color. ; 150 x 79 cm

A indicação no canto inferior direito, "Londres 1762 por T. Jefferys" remete para a base cartográfica a partir da qual este esboço foi construído.

4096-2A-24A-111

[Esboço do mapa de Portugal, a Norte de Lisboa]. - Escala [ca. 1:420 000]. - [s.l, s.n, post 1836]. - 1 mapa : ms., traçados color. ; 69 x 95 cm

4083/I-2A-29-41

[Esboço do mapa de Portugal, a Norte do Rio Tejo]. - Escala [ca. 1:420 000]. - [post 1838]. -1 mapa : ms. ; 66 x 101 cm

Contém informação manuscrita, a lápis, na margem superior do mapa: "Carta de Portugal = de Lopes". - Contém manuscritas a lápis, no verso, as seguintes indicações: "Foi mandada fazer, por Neves, para servir para as Estradas"; "Carta de Portugal por Lopez"; Miscellanea nº.; e Arm 7 - G6.

4084/I-2A-29-41

[Carta itinerária de Portugal]. - Escala [ca. 1:470 000], 10 Lég. de 20 ao Gráo = [11,70 cm]. - [s.l, s.n, 18--]. - 1 mapa : ms., color. ; 76 x 130 cm

Deve tratar-se de uma adaptação da carta de Tomás Lopez, provavelmente dos começos de Oitocentos. No verso apresenta tira de papel colada com a seguinte menção: "Extratos de pontos principaes da Carta de Portugal p.r Lopes".

4078-4-48-60

[Carta geral de Portugal]. - Escala [ca. 1:470 000]. - [s.l, s.n, post. 1812]. -1 mapa : ms., color. ; 154 x 86 cm

Data atribuída com base em indicações manuscritas, na margem esquerda, a lápis, sobre os trabalhos de que o autor se serviu e discrepâncias encontradas. Refere-se,

entre outros a Marino Miguel Franzini e o seu roteiro (publicado em 1812), Custódio José Gomes de Vilas Boas, Folque (Pedro?), João Baptista de Castro, Tofiño e Lourenço Homem da Cunha de Eça, entre outros. Entre os trabalhos referidos, às vezes de modo impreciso, figura a "Carta do Piquet". A ser esta carta a que foi publicada em Paris em 1821 por Guérin de Lamotte sob a direcção de Charles Piquet, com o título "Carta chorographique des environs de Lisbonne", tal remeteria este documento para data posterior. Outro elemento de datação: junto à barra de Aveiro figura a indicação "Barra Nova aberta em 1808".

4077-4-48-60

[Carta de Portugal : esboço]. - Escala [ca. 1:400 000]. - [s.l, s.n, post 1838]. - 1 mapa em 4 folhas: ms., traçados color. ; 170 x 88 cm

4073-4-48-60

INSTITUT CARTOGRÀFIC DE CATALUNYA, BARCELONA (consulta *online*)

BELLIN, Jacques Nicolas, 1703-1772

Le Portugal et ses frontières avec l'Espagne / par le S. Bellin Ingenieur de la Marine et du Depots des Plans. – Escala [ca. 1:750 000]. - [Paris : s. n.], [1762]. - 1 mapa : color.; 92 x 59 cm.

LODGE, John, fl. 1780-1810 Júnior

The kingdoms of Portugal and Algarve / J. Lodge. - Escala [ca 1:1 300 000], 15 Common Leagues of Portugal 18 to a Degree = [7,40 cm]. - London : Laurie & Whittle, 1794. - 1 mapa : grav., traçados color. ; 61 x 42 cm.

LOTTER, Tobias Conrad, 1717-1777

Regna Portugalliae et Algarbiae cum adjacentibus Hispaniae provinciis, quibus in peculiari et minori mappa adjunctum est Brasiliae regnum / Sumptibus et Studio Tob. Conr. Lotter Geogr. ; Georg Friderich Lotter sculps. - Escala [ca 1:1 300 000], 15 Milliaria Germanica Communia 15 in uno Gradu = [8,70 cm]. - Aug[ustae]

Vind[elicorum] [Augsburg] : Tob[ias] Conr[ad] Lotter, 1762. - 1 mapa : grav., color. 65 x 54cm.

RIZZI-ZANNONI, Giovanni Antonio, 1736-1814

Carte des royaumes de Portugal et d'Algarve feita sobre as memorias topografica de D. Vasque de Cozuela as do padre Lacerda e varias outras / par Mr. Rizzi-Zannoni ; Morilier ; Berthault. - Escala [ca 1:1 200 000], 60 milles communes d'Italie de 60 au Degré moien = [9,00 cm]. - Paris : Chez le Sr. Lattré, 1762. - 1 mapa em duas folhas : grav., color. ; 34 x 44cm cada folha.

ROBERT DE VAUGONDY, Gilles, 1688-1766

Partie Septentrionale du royaume de Portugal. Partie Meridionale du royaume de Portugal / par le Sr. Robert Geographe ordinaire du Roy. - Escala [ca 1:690 000], 30 Mille Pas Géométriques de 60 au Degré = [8,10 cm] . - [Paris : s.n.], avec Privilege, 1751. - 1 mapa em 2 folhas : grav., traçados color. ; 50 x 54 cm cada folha.

INSTITUTO GEOGRÁFICO PORTUGUÊS, LISBOA

COSTA, José Maria das Neves, 1774-1841

Minuta de huma carta do Reino de Portugal : redigida segundo outras existentes com o fim especial de fazer vêr n'hum lanço de vista a mútua situação relativa dos seus principaes rios e montanhas e servir assim á intelligencia de huma memoria em que se expoem varias consideraçoens militares tendentes a investigar quaes sejaõ as respectivas localidades parciaes cuja topographia se precisa conhecer a fim de illucidar a escolha e adopção do plano que mais possa convir para a defesa geral do dito reino /por Joze Maria das Neves Costa. - Escala [ca. 1:620 000], 15 Pequenas Leguas de 20 ao Gráo ou de huma hora de caminho = [13,2 cm]. – 1840. - 1 mapa : ms., color. ; 57 x 95 cm

CA 57

EÇA, Lourenço Homem da Cunha de 1767?-1833

Carta militaire des principales routes du Portugal = Carta militar das principaes estradas de Portugal/por Lauren Homme da Cunha de Eça [Lourenço Homem da Cunha]; Romão Eloy de Almeida grav..- Escala [ca. 1: 470 000]. - Lisboa : [s.n.], 1808. - 1 mapa em 4 folhas : grav., p&b ; 75 x 136 cm.

CA 49

FADEN, William, 1749-1836

Mappa corografico dos Reinos de Portugal e Algarves : copiado do Inglez de W. Faden [e] novamente corregido e estampado na Impressão Regia. - Escala [ca. 1:900 000], 20 Leguas Portuguezas de 18 ao gráo = [13,20 cm]. - [s.l.] : Na Impressão Regia, 1809. - 1 mapa : grav., color.; 74 x 51 cm.

CA 51

L.H. [de Eça, Lourenço Homem da Cunha 1767?-1833]

Carta militar das principaes estradas de Portugal / por L. H. ; grav. Romão Eloy Almeida. - Escala [ca. 1:470 000]. - Lisboa : [s.n.], 1808. - 1 mapa em 4 folhas : grav., p&b ; 74 x 138 cm.

CA 50

LOPEZ DE VARGAS MACHUCA, Tomás, 1731-1802

Mapa general del reyno de Portugal: comprehende sus provincias, corregimientos, oidorias, proveedurias, concejos, cotos &c. / por Tomás Lopes, Geografo de los Dominios de S.M. de sus Reales Academias de la Historia, de S, Fernando, de la de Buenas letras de Sevilla, y de la Sociedad Bascongada de los Amigos del Paiz ; Dedicado Al Ilustrisimo Señor Don Pedro Rodriguez Campomanes, Cavallero de la distinguida Ordem de Carlos III, del Consejo y Camara de S.M., Director de la Historia & C.. - Escala [ca. 1:460 000], 12 Leguas comunes de Portugal, de las que entrem 18 en uno Grado = [16 cm]. - [S.l. : s.n., post. 1782]. - 1 mapa : grav., color. ; 137 x 81cm . Nota 1ª. em Portuguez: Este Mappa vai melhorado e corregido com todas as estradas que lhe faltavão na Edição de Madrid de 1778, e com as legoas que distão hum lugar do outro nas estradas principaes, e caminhos traversos.

CA 48

RIZZI-ZANNONI, Giovanni Antonio, 1736-1814

Mapa dos Reynos de Portugal e Algarve : feita sobre as memorias de D. Vasque de Cozuela, as do P. Lacerda e varias outras / por D. J. AB. Rizzi Zannoni ; Morilier ; Berthault. - Escala [ca. 1:1 200 000], 60 Milles communes d'Italie de 60 au Degré moien = [9,00 cm]. - A Paris : En caza de M. Lattré, 1762. - 1 mapa : color. ; 52x 39 cm .

CA 47

KRIGSARKIVET (ARQUIVO MILITAR DA SUÉCIA), ESTOCOLMO (consulta *online*)

ALBERNAZ, Pedro Teixeira, ca.1595-1662

Descripcion del reyno de Portugal y de los reynos de Castilla, que parten con su frontera / delineada por D. Pedro Teixeira / dedicada a la Magestad del rey Nro. Sr, D. Phelipe 4º / por D. Joseph Lendinez de Guevara. - Escala [ca. 1:660 000], 15 Leguas = [14,30 cm]. - Matriti : Marcus Orozcus, 1662. - 1 mapa : p&b ; 77 x 109 cm.

0401:03: A: 01

FADEN, William, 1749-1836

Chorographical map of the kingdom of Portugal divided into its grand provinces = Mappa corografico do Reino de Portugal / published by W[illia]m Faden Geographer to the King and to H. R. H. the Prince of Wales. - Escala [ca 1:930 000], 20 Common Leagues of Portugal 18 to a Degree = [13,30 cm]. - London, Charing Cross : W[illia]m Faden, 12 th August, 1797. - 1 mapa : grav., p&b, traçados color. ; 72 x 50 cm.

0401:03: A: 12

Charte von Portugal / W. Faden. - Escala [ca. 1:920 000], 15 Geographische Meilen 15 auf. 1 Gr. des Aeq. = [12,10 cm].. - Weimar : Im Verlage des Geogr. Instituto, 1804. - 1 mapa : grav., color. ; 73 x 52 cm.

0401:03: A: 06

0401:03: A: 15

JEFFERYS, Thomas, ca 1710-1771 e Faden, William, 1749-1836

Mappa ou carta geographica dos reynos de Portugale e Algarve / por T. Jefferys, Geographo de Sua Magestade Britannica ; Miguel Rodrigues impressor do Excelentissimo Senhor Cardial Patriarca. - Second Edition. - Escala [ca 1:450 000], 10 Leguas commuas de Portugal e d'Espanha 19 à hum Grao = [13,05 cm] . - Londres : W. Faden, 1790. - 1 mapa : grav., p&b ; 165 x 89 cm.

0401:03: A: 10

LOPEZ DE VARGAS MACHUCA, Tomás, 1731-1802

Mapa general del reyno de Portugal: comprehende sus provincias, corregimientos, oidorias, proveedurias, concejos, cotos &c. / por Tomás Lopez, Geografo de los Dominios de S.M. de sus Reales Academias de la Historia, de S, Fernando, de la de Buenas letras de Sevilla, y de la Sociedad Bascongada de los Amigos del Pais ; Dedicado Al Ilustrisimo Señor Don Pedro Rodriguez Campomanes, Cavallero de la distinguida Ordem de Carlos III, del Consejo y Camara de S.M., Director de la Real Academia de la Historia &cc.. - Escala [ca 1:470 000], 12 Leguas comunes de Portugal, de las que entran 18. en un Grado = [15,90 cm]. - Madrid : [s.n.], 1778. - 1 mapa em 8 folhas : grav., p&b ; matriz ca: 37 x 42 cm, dimensão total: ca. 142 x 81 cm.

0401:03: A: 04

MANNERT, Conrad, 1756-1834

Charte von Portugal, nach der Zeichnung von Lopez in der spanischen grossen Charte von 1792, und nach dessen Charte von Portugal... von 1778, mit Beyhülfe von Jefferys Charte / entworfen durch C. Manert ; in der Kayser privil. Kunst und Buch handtung bey Adam Gottlieb. - Escala [ca. 1:930 000]. - Nurnberg : A. G. Schneider u. Weigel, 1804. - 1 mapa: grav., color. ; 70 x 47 cm.

0401:03: A: 16

RIZZI-ZANNONI, Giovanni Antonio, 1736-1814

Mapa dos Reynos de Portugal e Algarve [Material cartográfico] = Carte des Royaumes de Portugal et d'Algarve / por D. J. A. Rizzi Zannoni ; feita sobre as memorias

topografica de D. Vasque de Conzuela as do P. Lacerda e outras ; Berthoult sculp. ; Marillier. - Escala [ca 1:1 200 000], 60 Milles communes d'Italie de 60 au Degré moiien = [9,00 cm]. - A Paris : En Caza de M. Lattré, [ca. 1780]. - 1 mapa em 2 folhas : grav., p&b, traçados color. ; 34 x 45 cm cada folha.

0401:03: A: 05

SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA, LISBOA

GAVER, Fernando, 1744-18...

Mapa del Reyno de Portugal dispuesto por el Exmo. Sr. Principe de la Paz, en qe. unicamente se señala el curso de los Rios y Cordilleras que ocupan su area las Ciudades Fortalezas y Poblaciones conmls Caminos präs por los quales parece q. hay mas facilidad para el transito del Exto q. emprenda su Conquista y las direcciones de sus Marchas desde la Frontera de España en el supuesto de ser la R voluntad de S.M. señorearse en primer lugar de las Provincias de Entredueiro y Miño y de Tras-los-montes en cuya operacion se prescinde de las dificultades q. presentaran aquellos terrenos de q. tienen los exâctos conocimientos topograficos q. se requierem para fixar una idea de//les marchas posiciones y movimtos de las tropas q. en la ocasion habran de variarse seg. resulte de los Conocmto. partic al tpo de la execucion Madrid 31 de Enero de 1801/ [D. Fernando de Gaver]. - Escala [ca. 1:600 000] 13 leguas de hora de caminho de 20 ao grão = 12,1 cm. - Madrid: [s.n.], 1801. - 1 mapa ; ms., color.; 148 x 92 cm.

6/G/7

STANFORD UNIVERSITY, DAVID RUMSEY COLLECTION, (consulta *online*)

CARY, John, Senior, 1755-1835

A new map of the kingdom of Portugal divided into its provinces / by John Cary. - Escala [ca. 1:1 400 000], 25 Miles of Portugal & Spain 18 3/4 to a Degree = [10,90 cm]. - London : J. Cary, 1801. - 1 mapa : grav., color. ; 51 x 60 cm.

FADEN, William, 1749-1836

Chorographical map of the kingdom of Portugal divided into its grand provinces = Mappa corografico do Reino de Portugal / published by W[illia]m Faden Geographer to the King and to H. R. H. the Prince of Wales. - Escala [ca 1:930 000], 20 Common Leagues of Portugal 18 to a Degree = [13,30 cm]. - London, Charing Cross : W[illia]m Faden, 12 th August, 1797. - 1 mapa, dobrado em 8º : grav., p&b, traçados color. ; 75x51cm.

LODGE, John, fl. 1780-1810 Júnior

The kingdoms of Portugal and Algarve / J. Lodge. - Escala [ca 1:1 300 000], 15 Common Leagues of Portugal 18 to a Degree = [7,40 cm]. - London : Laurie & Whittle, 1794. - 1 mapa : grav., traçados color. ; 61 x 42 cm.

RIZZI-ZANNONI, Giovanni Antonio, 1736-1814

Mapa dos Reynos de Portugal e Algarve = Carte des Royaumes de Portugal et d'Algarve / por D. J. A. Rizzi Zannoni ; feita sobre as memorias topografica de D. Vasque de Conzuela as do P. Lacerda e outras ; Berthoult sculp. ; Marillier. - Escala [ca 1:1 200 000], 60 Milles communes d'Italie de 60 au Degré moien = [9,00 cm]. - A Paris : En Caza de M. Lattré, [ca 1780]. - 1 mapa em 2 folhas : grav., p&b, traçados color. ; 34 x 45 cm cada folha.

ROBERT DE VAUGONDY, Gilles, 1688-1766

Partie Septentrionale du royaume de Portugal. Partie Meridionale du royaume de Portugal / par le Sr. Robert Geographe ordinaire du Roy. - Escala [ca 1:690 000], 30 Mille Pas Géométriques de 60 au Degré = [8,10 cm] . - [Paris : s.n.], avec Privilege, 1751. - 1 mapa em 2 folhas : grav., traçados color. ; 50 x 54 cm cada folha.

UNIVERSITÄTSBIBLIOTHEK BERN, SAMMLUNG RYHINER, BERNA (consulta *online*)

FADEN, William, 1749-1836

Charte von Portugal / W. Faden. - Escala [ca. 1:920000], 15 Geographische Meilen 15 auf. 1 Gr. des Aeq. = [12,10 cm]. - Weimar : Im Verlage des Geogr. Instituto, 1804. - 1 mapa : grav., color. ; 73 x 52 cm.

1502:19

FOSSE, Jean Baptiste de la, 1721-1806

Les royaumes de Portugal et des Algarves : divisées en ses principales provinces suivant les nouvelles observations et les mémoires les plus récents / par J. B. de la Fosse. — Escala [ca. 1:1 100 000]. - À Paris : chez Mondhare rue S. Jacques près S. Severin, 1778. - 1 mapa : grav., color. ; 62 x 50 cm.

1502 : 11

GÜSSEFELD, Franz Ludwig 1744-1808

Regni Portugalliae provincias tres septentrionales Beiram, Transmontanam [et] Interamniam [Kartenmaterial] : ex novissimis tabulis D. T. Lopez in lucem ederunt = Carte géographique de les trois provinces septentrionales de Portugal, sâvoir Beira, Tras los Montes [et] Entre Douro-Minho / par F. L. G[üssefeld]. - Escala [ca. 1:770 000]. - [Nürnberg] : Homann. haered., 1800. - 1 mapa : grav., color. ; 54 x 44 cm

1502: 17

Provincias meridionales regni Portugalliae, scilicet Extremadura, Transtagana, quibus regnum Algarbiae adiungitur, ad emendatiora exemplaria D. T. Lopez curaverunt = Les provinces meridionales de Portugal, savoir Extremadura, Alentejo [et] Algarbe / dressée nouvellement par F. L. Güssefeld. — Escala [ca. 1:770 000].- [Nürnberg] : Homann. haered., 1800. - 1 mapa : grav., color. ; 54 x 44 cm

1502: 18

JEFFERYS, Thomas, ca 1710-1771

Mappa ou carta geographica dos reinos de Portugale e Algarve / por T. Jefferys, Geographo de Sua Magestade Britannica ; Miguel Rodrigues impressor do Excelentissimo Senhor Cardial Patriarca. - Escala [ca 1:450000], 10 Legoas commuas de

Portugal e d'Espanha 19 à hum Grao = [13,05 cm] . - Londres : A. Dury, 1762. - 1 mapa em 6 folhas: grav., p&b ; 103 x 92 cm (total).

1502: 1/6

LE ROUGE, George Louis, ca. 1712-ca.1790

Théâtre de la guerre en Portugal : tiré de Texeira et autres / Le Rouge, ingénieur géographe. - Escala [ca. 1:940 000]. - À Paris : chez Le Rouge rue des grands Augustins, 1762. - 1 mapa : grav., color. ; 69 x 47 cm.

1501 : 54

LONGCHAMPS, Sébastien G., fl. 1751-1762

El Reyno de Portugal subdividido en muchas Provincias/compuesto sobre las memorias mas modernas y rectificadas por los observaciones astronomicas de los Señores de la Academia R. de las Ciencias de Paris, por so mui humilide y mui obediente servidor S. G. Longchamps géografo ; dedicado a su magestad catolica Carlos III Rey de España y de las Indias. - Escala [ca 1:1 100 000], 17 1/2 Grandes Leguas de España que 17 1/2 hacen un Grado = [10,25 cm]. - Paris; Madrid : en Casa del Autor : en Casa del Barthelmy, 1762. - 1 mapa : grav., color. ; 76 x 54cm.

1501: 49

LOPEZ DE VARGAS MACHUCA, Tomás, 1731-1802

Mapa del reyno de Portugal : construido. segun las mas modernas memorias / por D. Thomás Lopez, pensionista de S.M. Math. - Escala [ca. 1: 1 600 000]. - Madrid : [Tomás Lopez], 1762. - 1 mapa : grav., p&b ; 39 x 29 cm.

1501 : 48

Mapa general del reyno de Portugal: comprehende sus provincias, corregimientos, oidorias, proveedurias, concejos, cotos &c. / por Tomás Lopez, Geografo de los Dominios de S.M. de sus Reales Academias de la Historia, de S, Fernando, de la de Buenas letras de Sevilla, y de la Sociedad Bascongada de los Amigos del Pais ;

Dedicado Al Ilustrísimo Señor Don Pedro Rodriguez Campomanes, Cavallero de la distinguida Ordem de Carlos III, del Consejo y Camara de S.M., Director de la Real Academia de la Historia &cc.. - Escala [ca 1:470 000], 12 Leguas comunes de Portugal, de las que entran 18. en un Grado = [15,90 cm]. - Madrid : [s.n.], 1778. - 1 mapa em 8folhas : grav., p&b ; 142 x 81 cm.

1502: 7/10

NOLIN, Jean Baptiste 1686-1762

Le Royaume de Portugal divisé en cinq grandes Provinces et subdivisé en plusieurs territoires avec le Royaume des Algarves, l'Estramadoura Espagnol et partie d'Andalousie / par J.B. Nolin. – Escala [ca. 1:1 100 000], 12 milliaria Hispanica communia = [6,95 cm]. – Paris : chez le Sr. Julien, 1762. – 1 mapa em 4 folhas : color. ; 64 x 46 cm.

1501 : 34

ROBERT DE VAUGONDY, Gilles, 1688-1766

Partie Septentrionale du royaume de Portugal. Partie Meridionale du royaume de Portugal / par le Sr. Robert Geographe ordinaire du Roy. - Escala [ca 1:690 000], 30 Mille Pas Géométriques de 60 au Degré = [8,10 cm] . - [Paris : s.n.], avec Privilege, 1751. - 1 mapa em 2 folhas : grav., traçados color. ; 50 x 54 cm cada folha.

1501 : 43/44

SANSON (d' ABBEVILLE), Nicolas, 1600-1667

Parte Septentrional. Parte Meridional do Reyno de Portugal / por N. Sanson d' Abbeville.. – Escala [ca. 1/770 000]. – Paris : Em Casa do autor, 1654. 1 mapa em duas folhas : grav., color. ; ca. 43 x 54 cm cada folha.

1501: 9/10

SANTINI, Francesco, fl. 1749-1782

Partie septentrionale. Partie Méridionale du royaume de Portugal / Par le S^r. Bellin Ingénieur de la Marine et du Dépôt des Plans. – Escala [ca. 1:900 000], 30 Milles communs d'Italie = [6,20 cm]. -À Venise : par François Santini rue S^{te}. Justine près de

l'Église : chez M^r. Remondini, [1784]. – 1 mapa em duas folhas : grav., color. ; ca. 52 x 48 cm cada folha.

1501: 56/57

SOTZMANN, Daniel Friedrich, 1754 - 1840

Karte von den Königreichen Portugal und Algarbien : nach des H. O. C. Büsching Erdbeschreibung 8te Auflage und den Zanoni Jeffery und Lopezischen Karten entworfen / von D. F. Sotzmann, G. K. S. u. G. d. A. d. Wiss ; [Stecher:] F. Ramberg. - Escala [ca. 1: 1 500 000]. - Zu Berlin : [s.n.], 1791. - 1 mapa : grav., color. ; 48 x 33 cm.

1501:14

ZATTA, António, fl. 1757-1797

Il Portogallo cioè le provincie di Entre Douro, e Minho, Traz-Os-Montes, e Beira : di nuova projezione : con privilegio dell'eccmo senato / presso Antonio Zatta.- Escala [ca. 1:1 300 000]. - Venezia : [Antonio Zatta], 1776. – 1 mapa: grav., color.; 30 x 40 cm.

1501:59

L'Estremadura di Portogallo Alentejo, ed Algarve : con privilegio dell'eccmo senato / presso Antonio Zatta.- Escala [ca. 1:1 300 000]. - Venezia : [Antonio Zatta], 1776. – 1 mapa: grav., color.; 30 x 40 cm.

1501:60

2- FONTES MANUSCRITAS

ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR, LISBOA

[VILASBOAS, Custódio Gomes de] - *Carta Escrita ao Secretário da Academia de Ciências, José Correia da Serra, por Custódio Gomes de Villasboas, em 5 de Outubro de 1789, sobre o método com que se deve proceder à Construção da Carta Geográfica do Reino.* 4^a Divisão, 1^a Secção, Caixa 16, nº 20

[VILASBOAS, Custódio Gomes de] – *Ofício de Custódio Vilas Boas ao Secretário de Estado da Guerra sobre o modo de levantar o esqueleto da Carta do Reino, em 1790.*

4ª Divisão, 1ª Secção, Caixa 16, nº 06

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, LISBOA

Ministério dos Negócios Estrangeiros

Instruções aos ministros portugueses nas cortes estrangeiras, 1760-1804

Liv. 187

Correspondência entre diplomatas portugueses e o Secretário de Estado: Francisco Xavier de Mendonça Furtado e Martinho de Melo e Castro, 1759-1769

Liv. 127

Correspondência das Legações portuguesas – Londres – 1758-1764

Cx. 2 -6

Cx. 691-695

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL

PEREIRA, Brás (1642). *Fronteira de Portugal fortificada pelos reys deste Reyno. Tiradas estas fortalezas no tempo del Rey Dom Manoel.*

Ms. F. 6618 (microfilme)

BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO, PORTO

[COUTINHO, Luís Pinto de Sousa] - *Copiador de sua correspondência com os ministros d'Estado de Portugal, em quanto esteve embaixador em Londres*, Ms. 309, nº 118. Ms. 311, nº 243 (ano de 1777); Ms. 312, nº 300 (ano de 1779); Ms. 313, nº 328, 337 e 344 (ano 1779).

3- OBRAS DE REFERÊNCIA E ESTUDOS

ALEGRE I NADAL, Pau (ed.) (2010). *El Mapa com a Llenguatge Geogràfic. Recull de reflexions contemporànies (segle XX)*. Barcelona, Institut d'Estudis Catalans; Societat Catalana de Geografia; Instituto Geográfico Nacional; Centro Nacional de Información Geográfica.

ALEGRIA, Maria Fernanda (1977) - Cartografia Antiga de Portugal Continental. *Finisterra*, vol. 12, 24: 169-210.

ALEGRIA, Maria Fernanda (1986). O povoamento a sul do Tejo nos séculos XVI e XVII. Análise comparativa entre dois mapas e outras fontes históricas. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, I Série, vol.1: 179-197.

ALEGRIA, Maria Fernanda e RIMBERT, Silvie (1978). La cartographie analytique comme outil de recherche historique: application a une étude d'évolution entre deux cartes anciennes du Portugal. *Recherches Géographiques à Strasbourg*, 8: 53-74.

ALEGRIA, Maria Fernanda e GARCIA, João Carlos (1991). Etapas da evolução da Cartografia portuguesa (séculos XV a XIX). In *Cicle de Conferències sobre Història de la Cartografia 2on Curs - La Cartografia de la Península Ibèrica i la seva extensió al continent americà*. Generalitat de Catalunya, Departament de Política Territorial i Obres Públiques, Barcelona, Institut Cartogràfic de Catalunya: 225-264.

ALEGRIA, Maria Fernanda e GARCIA, João Carlos (1995). Aspectos da evolução da Cartografia portuguesa (séculos XV a XIX). In DIAS, Maria Helena (coord.), *Os Mapas em Portugal, da tradição aos novos rumos da Cartografia*. Lisboa, Edições Cosmos: 27-84.

ALEGRIA, Maria Fernanda e DIAS, Maria Helena (2000). Quatro séculos de imagens do litoral português. A região de lisboa na Cartografia náutica nacional e estrangeira. *Revista Studia*, 56/57: 61-96.

ALEGRIA, Maria Fernanda; DAVEAU, Suzanne; GARCIA, João Carlos; RELAÑO, Francesc (2007). Portuguese Cartography in the Renaissance. In WOODWARD, David (coord.), *The History of Cartography, vol. III – Cartography in the Renaissance, Part 1*. Chicago – London, The University of Chicago Press: 975-1068.

ALMAGRO-GORBEA, Martín (2003). Pedro Rodríguez Campomanes y las antigüedades. In ANES y ÁLVAREZ DE CASTRILLÓN, Gonzalo (coord.), *Campomanes en su II Centenario*, Madrid, Real Academia de la Historia: 117-159.

ALMEIDA, André Ferrand de (1999). Os jesuítas matemáticos e os mapas da América portuguesa (1720-1748). *Oceanos*, 40: 79 - 92.

ALMEIDA, André Ferrand de (2001). *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748)*. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

ALMEIDA, André Ferrand de (2001). Entre a Guerra e a Diplomacia: os conflitos luso – espanhóis e a Cartografia da América do Sul (1702-1807). In GARCIA, João Carlos (coord.), *A Nova Lusitânia: imagens cartográficas do Brasil nas Coleções da Biblioteca Nacional (1700-1822)*. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses: 37-65.

ALMEIDA, André Ferrand de (2009). O Mapa Geográfico de América Meridional, de Juan de la Cruz Cano y Olmedilla. *Anais do Museu Paulista*, 17, 2: 79-89.

ALMEIDA, André Ferrand de (2009). A viagem de José Gonçalves da Fonseca e a cartografia do rio Madeira (1749-1752). *Anais do Museu Paulista*, 17, 2: 215-235.

ALONSO BAQUER, Miguel (1972). *Aportación militar a la cartografía española en la Historia Contemporánea*. Madrid, Instituto de Geografía Aplicada.

ALONSO BAQUER, Miguel (1982). Cartografía militar española en la primera mitad del siglo XIX. In *Curso de Conferencias sobre Historia de la Cartografía Española*. Madrid, Real Academia das Ciencias Exactas, Físicas y Naturales: 113-132.

AMÂNDIO, Bernardino (1994). *O Engenheiro Custódio José Gomes de Villasboas e os Portos de Mar de Esposende em 1795 e Viana em 1805*. Viana do Castelo, Edição dos Amigos do Mar.

AMARAL, Ilídio (2009). Nótulas históricas sobre os primeiros tempos da Academia das Ciências de Lisboa. In *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, Classe de Letras*, [em linha], URL: <http://www.acadciencias.pt/files/Mem%C3%B3rias/Il%C3%ADdio%20do%20Amaral/n%C3%B3tulas%20hist%C3%B3ricas.pdf>, acedido em 11/04/2012.

AMARAL, Manuel (2004). *Oliveira 1801. Portugal em Guerra do Guadiana ao Paraguai*. Lisboa, Tribuna da História.

- AMARAL, Manuel (2010). *A Luta Política em Portugal nos Finais do Antigo Regime*. Lisboa, Tribuna da História.
- AMORIM, Inês (2006). A reconstrução de um espaço histórico: o concelho de Cambra na 2ª metade do século XVII - fontes e metodologia. *Revista da Faculdade de Letras – HISTÓRIA*, III Série, 7: 149-168.
- ANDRADE, Amélia Aguiar (2001). *A Construção Medieval do Território*. Lisboa, Livros Horizonte.
- ANTUNES, João Manuel Viana (1996). *Obras Militares do Alto Minho: a costa atlântica e a raia ao serviço das Guerras da Restauração*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Porto, Faculdade de Letras - Universidade do Porto.
- ARAUJO, Renata de (1998). *As Cidades da Amazônia no Século XVIII - Belém, Macapá e Mazagão*. Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.
- ARAUJO, Renata de (2006). Manuel de Azevedo Fortes e o estatuto dos Engenheiros Portugueses. In FERNANDES, Mário (coord.), *Manoel de Azevedo Fortes (1660-1749). Cartografia, Cultura e Urbanismo*. Porto, Gabinete de Estudos de Desenvolvimento e Ordenamento do Território: 15-34.
- ARNHOLD, Helmut (1984). *Das Geographische Institut Zu Weimar. Wissenschaft und industrie*. 11ed., Weimar, Druckhaus Weimar.
- AZEREDO, Daiane Estevam. *Colônia do Sacramento: o embate entre as coroas castelhana e lusitana*. [em linha], URL: <http://www.ufrrj.br/graduacao/prodocencia/publicacoes/perspectivashistoricas/artigos/10.pdf>, acedido em 10/04/2012.
- BANDEIRA, Miguel Sopas de Melo (2000). *O Espaço Urbano de Braga em meados do século XVIII: a reconstituição da cidade a partir do Mappa das ruas de Braga e dos índices dos Prazos das Casas do Cabido*. Porto, Afrontamento.
- BANDEIRA, Miguel Sopas de Melo (2001). *O Espaço Urbano de Braga – a cidade entre os finais do Antigo Regime ao advento da II República*. Dissertação de Doutoramento em Geografia. Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.) (2004). *Nova História Militar de Portugal*. 5 vols., Lisboa, Círculo de Leitores.
- BARBER, Peter (2005). *The Map Book*. London, Weidenfeld & Nicolson.

- BARBER, Peter and HARPER, Tom (2011). *Magnificent Maps: Power, Propaganda and Art*. London, British Library.
- BARELLA i MIRÓ, Albert (1992). Dues interpretacions diferents de Catalunya a la Cartografia francesa del segle XVII. *Revista Catalana de Geografia*, vol. 7, 19: 27-42.
- BARNES, Trevor J. and DUNCAN, James S. (eds.)(1992). *Writing Worlds. Discourse, text and metaphor in the representation of landscape*. London, Routledge.
- BARRETO, António (2006). *Guerra Fantástica – 1762. Portugal, o Conde de Lippe e a Guerra dos Sete Anos*. Lisboa, Tribuna da História.
- BEBIANO, Rui (2000). *A Pena de Marte. Escrita da guerra em Portugal e na Europa (sécs. XVI-XVIII)*. Coimbra, Edições Minerva.
- BERKELEY, Alice D. (coord.) (1991). *New Lights on the Peninsular War – International Congress on the Iberian Peninsula selected papers 1780-1840*. Lisboa, The British Historical Society of Portugal.
- BETHENCOURT, Francisco (1990). La sociogénesis del sentimiento nacional. *Manuscripts*, 8: 17-40.
- BICALHO, Maria Fernanda Baptista (2005). A Fronteira dos Impérios: conexões políticas, conflitos e interesses portugueses na região platina. *Actas do Congresso Internacional «Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades»*. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. *Instituto Camões* [em linha], URL: <http://www.instituto-camoes.pt/CVC/filosofia/ilu0.html>, acedido em 10/04/2012.
- BINDING, Paul (2003). *Imagined Corners. Exploring the World's First Atlas*. London Review.
- BLACK, Jeremy (1997). *Maps and Politics*. London, Reaktion Books.
- BLAS, Javier, CRUZ DE CARLOS, María y MATILLA, José Manuel (2011). *Grabadores extranjeros en la Corte española del Barroco*. Madrid, Centro de Estudios Europa Hispánica e Biblioteca Nacional de España.
- BORRALHO, Maria Luísa Malato R. (1999). *D. Catarina de Lencastre (1749-1824). Libreto para uma autora quase esquecida*. Dissertação de Doutoramento em Literatura Comparada. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- BORREGUERO BELTRÁN, Cristina (2003). Imagen y propaganda de guerra en el conflicto sucesório (1700-1713). *Manuscripts*, 21: 95-132.

- BORGES, João Vieira (2000). *Intervenções militares portuguesas na Europa do século XVIII*. Estoril, Edições Atena.
- BORNSTEIN, Félix José (2002). Rodríguez Campomanes. Los limites del Reformismo Ilustrado. *Revista de Estudios Políticos*, 118: 101-141.
- BOSQUE MAUREL, Joaquín (2010). La Cartografía de España. In CUESTA DOMINGO, Mariano y SURROCA CARRASCOSA, Alfredo (dir. y coord.), *Cartografía Hispánica: imagen de un Mundo en Crecimiento 1503-1810*. Madrid, Ministerio de Defensa: 49-68.
- BOURGUET, Marie-Noëlle (1997). O Explorador. In VOVELLE, Michel *O Homem do Iluminismo*. Lisboa, Editorial Presença.
- BOUSQUET-BRESSOLIER, Catherine (coord.) (1995). *L'œil du Cartographe et la représentation géographique du moyen Âge à nos jours*. Paris, Comité des Travaux Historiques et Scientifiques.
- BOXER, Charles R. (2001). *O Império Marítimo Português 1415-1825*. Lisboa, Edições 70.
- BRAGANÇA, Aníbal (2005). Sobre o editor: notas para a sua história. *Em Questão*, vol. 11, 2: 219-237.
- BRANCO, Rui Miguel Carvalhinho (1999). *O conhecimento do território e a construção do Estado. O desenvolvimento da Cartografia territorial em Portugal no século XIX*. Dissertação de Mestrado em Economia e Sociologia Históricas. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa.
- BRANCO, Rui Miguel Carvalhinho (2000). Da Carta Topográfica do Reino à Carta Chorographica do Reino. Políticas e Modelos Cartográficos em Portugal (1788-1852). In *Actas do XX Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social*. Porto, Faculdade de Economia da Universidade do Porto: 1-23
- BRANCO, Rui Miguel Carvalhinho (2003). *O Mapa de Portugal, Estado, Território e Poder no Portugal de Oitocentos*. Lisboa, Livros Horizonte.
- BRITO, Frei Bernardo de (1597). *Geographia antiga de Lusytania*. Alcobça, Antonio Aluarez.
- BROTON, Jerry (1997). *Trading territories, mapping the early modern world*. London, Reaktion Books.

BUENO, Beatriz P. Siqueira (1998). A Iconografia dos Engenheiros Militares no Século XVIII: Instrumento de Conhecimento e Controlo de Território. In CARITA, Hélder e ARAUJO, Renata (coord.), *Colectânea de Estudos Universo Urbanístico Português 1415-1822*. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses: 87-118.

BUENO, Beatriz P. Siqueira (1998). De Quanto Serve a Ciência do Desenho no Serviço das Obras de El-Rei. In CARITA, Hélder e ARAUJO, Renata (coord.), *Colectânea de Estudos Universo Urbanístico Português 1415-1822*. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses: 267-281.

BUENO, Beatriz P. Siqueira (2000). Desenho e Desígnio - o Brasil dos Engenheiros Militares. *Oceanos*, 41: 40-58.

BUENO, Beatriz P. Siqueira (2001). Formação e Metodologia de Trabalho dos Engenheiros Militares: a Importância da "Ciência do Desenho" na Construção de Edifícios e Cidades. *Urbanismo de Origem Portuguesa*, [em linha], URL: http://revistas.ceurban.com/numero4/artigos/artigo_03.htm, acessado em 22/08/2011.

BUENO, Beatriz P. Siqueira (2003). *Desenho e Desígnio: o Brasil dos Engenheiros Militares (1500-1822)*. São Paulo, Universidade de São Paulo.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira (2009). Do borrão às aguadas: os engenheiros militares e a representação da Capitania de São Paulo. *Anais do Museu Paulista*, vol.17, n.2: 111-153.

BUISSERET, David (ed.) (1992). *Monarchs, Ministers and Maps: the Emergence of Cartography as a Tool of Government in Early Modern Europe*. Chicago, The University of Chicago Press.

BUISSERET, David (2004). *La Revolución Cartográfica en Europa, 1400-1800. La representación de los nuevos mundos en la Europa del Renacimiento*. Barcelona, Ediciones Paidós Ibérica S.A.

BUTERRFIELD, Herbert (1992). *As origens da Ciência moderna*. Lisboa, Edições 70.

C, N. (1910). A engenharia militar portuguesa até á época das invasões francezas. *Revista de Engenharia Militar*, 15, 11-12: 439-455.

CAETANO, Joaquim de Oliveira e SOROMENHO, Miguel Conceição (2001). *A Ciência do Desenho – A Ilustração na Coleção de Códices da Biblioteca Nacional*. Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa.

CALAFATE, Pedro (2007). Iluminismo em Portugal. *Instituto Camões*, [em linha], URL: <http://www.instituto-camoes.pt/CVC/filosofia/ilu0.html>, acedido em 13/04/2007.

CALAFATE, Pedro (dir.) (2001). *História do Pensamento Filosófico Português - As Luzes*. Vol. 3, Lisboa, Editorial Caminho.

CALAFATE, Pedro (org.) (2006). *Portugal como Problema – Séculos XVII e XVIII - Da Obscuridade Profética à Evidência Geométrica*. Vol. 2, Lisboa, Fundação Luso-Americana e Público.

CALLIXTO, Carlos (1989). As Fortificações Marítimas do Tempo da Restauração. In MOREIRA, Rafael (dir.) *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*. Lisboa, Publicações Alfa: 207-220.

CÁMARA MUÑOZ, Alícia (coord.) (2005). *Los Ingenieros Militares de la Monarquia Hispanica en los siglos XVII y XVIII*. Madrid, Ministério de Defesa.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida e MORAES, Rubens Borba de (1993). *Bibliografia da impressão régia do Rio de Janeiro*. São Paulo, Kosmos.

CAMPBELL, Tony (1989). Understanding engraved maps. *Map Collector*, 46: 2-10.

CAPEL, Horacio (1982). *Geografía y Matemáticas en la España del Siglo XVIII*. Barcelona, Oikos-Tau ediciones,.

CAPEL, Horacio, SÁNCHEZ, Joan Eugeni e MONCADA, Omar (1988). *De Palas a Minerva: la formación científica y la estructura institucional de los ingenieros militares en el siglo XVIII*. Barcelona, Serbal/CSIC.

CARDOSO, José Luís (ed.). (1987). *Memórias Económicas Inéditas (1780-1808)*. Lisboa, Academia das Ciências.

CARDOSO, José Luís (eds.). (1990). *Memórias Económicas da Real Academia das Ciências de Lisboa, para o Adiantamento da Agricultura, das Artes e da Industria em Portugal, e as suas Conquistas*. Lisboa, Banco de Portugal.

CARDOSO, José Luís (1997). *Pensar a economia em Portugal – digressões históricas*. Algés, Difel.

CARDOSO, José Luís e CUNHA, Alexandre Mendes (2011). Discurso econômico e política colonial no Império Luso-Brasileiro (1750-1808). *Revista Tempo*, 31: 65-88.

CARDOSO, Maria Luiza (2011). Aulas públicas militares na América Portuguesa antes do período pombalino. *Revista Brasileira de História Militar*, II, 4: 1-24.

CARDOSO, Padre Luiz (1747-1751). *Diccionario geografico, ou noticia historica de todas as cidades villas lugares e aldeas, rios, ribeiras, e serras dos Reynos de Portugal e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontram, assim antigas, como modernas*. 2 vols., Lisboa, Regia Officina Sylviana e Academia Real.

CARITA, Rui (1984) – *O Regimento de Fortificação de D. Sebastião (1572) e a Carta da Madeira de Bartolomeu João (1654)*. Funchal, Governo Regional da Madeira e Secretaria Regional da Educação.

CARPINETTI, João Silvério (1993). *Mappas das Provincias de Portugal, Novamente abertos, e Estampados em Portugal*. 2ª edição fac-simile, Lisboa, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro e Biblioteca Nacional.

CARVALHO, Ayres de (1977). *Catálogo da Colecção de Desenhos*. Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa.

CARVALHO, Joaquim de (1987). *João Jacinto de Magalhães. Obras Completas*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

CARVALHO, Manuel Jorge Pereira de (1995). Objectivos na Criação da Academia Real, de Fortificação, Artilharia e Desenho. *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, 61: 95-185.

CARVALHO, Rómulo de (1986). *História do Ensino em Portugal, desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

CASTI MORESCHI, Emanuela (1992). Cartografia e politica territoriale nella Repubblica di Venezia. In *Cicle de Conferències sobre Història de la Cartografia 3er Curs - La Cartografia Italiana*. Barcelona, Generalitat de Catalunya/ Department de Política Territorial i Obres Públiques/ Institut Cartogràfic de Catalunya: 81-101.

CASTI MORESCHI, Emanuela (1999). *Reality as representation, the semiotics of cartography and the generation of meaning*. Bergamo, Bergamo University Press e Edizioni Sestante.

CASTRO, Alberto Pereira (1994). *A Praça Forte de Valença do Minho*. Valença, Câmara Municipal de Valença.

CASTRO, João Baptista de (1762). *Mappa de Portugal Antigo, e Moderno*. 2ª ed., 5 vols., Lisboa, Off. Patriarcal de Francisco Luiz Ameno.

Catalogue des livres rares et Précieux de la Bibliothèque de Ser. Exc. M.^{gr} Le Duc d'Abrantès (1813). Paris, L'Imprimerie de J. Gratiot.

Catálogo de cartografía histórica de la frontera hispano-portuguesa (2001). Madrid, Archivo Cartográfico y de Estudios Geográficos e Centro Geográfico del Ejército.

Catalogo General de la Cartoteca del Archivo Militar (1981). Vol. 1, Madrid, Imprenta Ideal.

CENTENO, João (2008). *O Exército Português na Guerra Peninsular. Do Rossilhão ao fim da Segunda Invasão Francesa*. Vol. 1, Lisboa, Prefácio.

CHAVES, Luís (1927). *Subsídios para a História da Gravura em Portugal*. Coimbra, Imprensa da Universidade.

CHRIMES, Mike (2002). William Faden. In SKENPTON, A.W. (ed.), *A Biographical Dictionary of Civil Engineers in Great Britain and Ireland*. Vol.1, London, Thomas Telford Publishing: 221.

CINTRA, Jorge Pimentel (2009). O Mapa das Cortes: perspectivas cartográficas. *Anais do Museu Paulista*, 17, 2: 63-77.

CLUNY, Isabel (1999). *D. Luís da Cunha e a Ideia de Diplomacia em Portugal*. Lisboa, Livros Horizonte.

CLUNY, Isabel (2002). A Guerra de Sucessão de Espanha e a diplomacia portuguesa. *Penélope*, 26: 63-92.

CLUNY, Isabel (2003). A diplomacia portuguesa e a Guerra de Sucessão de Espanha. In *O Tratado de Methuen (1703). Diplomacia, Guerra, Política e Economia*. Lisboa, Livros Horizonte: 51-70.

COATS, Alice Margaret (1975). *Lord Bute: an illustrated life of John Stuart, third Earl of Bute 1713-1792*. Aylesbury, Shire Publins.

CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da (2000). A Praça de Guerra. Aprendizagens entre a Aula do Paço e a Aula de Fortificação. *Oceanos*, 41: 25-38.

CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da (2000). Transformação do espaço urbano em Valença: de Duarte de Armas a Champalimaud de Nussane. *Monumentos – Revista da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, 12, 32-39.

CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da (2001). Configurando a praça de guerra: o espaço urbano no sistema defensivo da fronteira portuguesa (primeiras impressões para os séculos XVII e XVIII. In CARITA, Hélder e ARAUJO, Renata (coord.), *Colectânea de*

Estudos Universo Urbanístico Português 1415-1822. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses: 825-839.

CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da (2002). *Da Vila Cercada à Praça de Guerra – Formação do espaço Urbano em Almeida (Século XVI-XVIII)*. Lisboa, Livros Horizonte.

CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da (2009). *Da cidade e fortificação em textos portugueses: 1540-1640*. Dissertação de doutoramento em Arquitectura. Coimbra, Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra.

CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da (2011). Os desenhos do engenheiro militar Miguel Luís Jacob e a cartografia das praças de guerra no século XVIII. *In Actas do II Simpósio Luso-Brasileiro da Cartografia Histórica*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, [em linha], URL: http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/944_IVCLBCH_Os%20desenhos%20de%20Miguel%20Lu%EDs%20Jacob.pdf.

CORNETTE, Joël (2000). *Absolutisme et Lumières 1652-1783*. Nouvelle édition revue et augmentée, Paris, Hachette.

CORREIA, Patrícia Cardoso (2003). Bibliografia Temática Marquês de Pombal. *Camões – Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, 15-16, [em liha], URL: <http://www.instituto-camoes.pt/revista/revista15t.htm>, acedido em 12/12/2011.

CORTESÃO, Armando (1965). A Mais Antiga Carta Corográfica de Portugal Manuscrita que há conhecimento. *Ethnos*, IV: 95-99.

CORTESÃO, Armando (1965). An early chorographic map of Portugal. *Imago Mundi*, 19: 111-112.

CORTESÃO, Armando e MOTA, Avelino Teixeira da (1987). *Portugaliae Monumenta Cartographica*. 2ª ed., 6 vols., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

CORTESÃO, Jaime (1984). *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. 2ª ed., 4 vols., Lisboa, Livros Horizonte,.

CORTESÃO, Jaime (2009). *História do Brasil nos Velhos Mapas*. 2 vols., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

CORTÉS CORTÉS, Fernando (1989). *Espionagem e Contra-Espionagem numa guerra peninsular, 1640-1668*. Lisboa, Livros Horizonte.

CORTÉS CORTÉS, Fernando (1990). *Guerra e Pressão Militar nas Terras de Fronteira 1640-1668*. Lisboa, Livros Horizonte.

- COSTA, António Carvalho da (1706). *Corografia Portuguesa e descripçam Topgraphica do famoso Reyno de Portugal*. Lisboa, Officina Real Deslandesiana.
- COSTA, Fernando Dores (2003). A diplomacia portuguesa e a Guerra de Sucessão de Espanha. In *O Tratado de Methuen (1703). Diplomacia, Guerra, Política e Economia*. Lisboa, Livros Horizonte: 71-96.
- COSTA, Fernando Dores (2004). *A Guerra da Restauração 1641-1668*. Lisboa, Livros Horizonte.
- COSTA, Maria de Fátima (2009). Miguel Ciera: um demarcador de limites no interior sul americano (1750-1760). *Anais do Museu Paulista*, vol. 17, 2: 189-214.
- COUTINHO, Ana Sofia (2007). *Imagens Cartográficas de Portugal na Primeira Metade do Século XVIII*. Dissertação de Mestrado em Estudos Locais e Regionais. Porto, Faculdade de Letras - Universidade do Porto.
- COUTINHO, Ana Sofia (2009). Imagens de França do Século XVIII através da Coleção Cartográfica do Visconde de Balsemão. *Revista da Faculdade de Letras História*, III Série, 10: 17-27.
- COUTO, Jorge (2009). As missões americanas na origem da expulsão da Companhia de Jesus de Portugal e seus Domínios Ultramarinos. In *A expulsão dos jesuítas dos Domínios Portugueses: 250º aniversário*. Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal.
- CRAMPTON, Jeremy W. and KRYGIER, John (2006). An Introduction to Critical Cartography. *ACME: An International E-Journal for Critical Geographies*, Volume 4, issue 1, [em linha], URL: <http://www.acme-journal.org/vol4/JWCJK.pdf>, acedido em 12/07/2010.
- CRAN BERMUDEZ, Juan Agustín (1800). *Diccionario histórico de los mas ilustres profesores de las bellas artes en España*. Vol. 4, Madrid, Real Academia de San Fernando: 357-358.
- CRESPO SANZ, António (2010). La imprenta y las técnicas de grabado como elemento de difusión de mapas. In CUESTA DOMINGO, Mariano y SURROCA CARRASCOSA, Alfredo (dir. y coord.), *Cartografía Hispánica: imagen de un Mundo en Crecimiento 1503-1810*. Madrid, Ministerio de Defensa: 361-375.
- CRESPO SANZ, António (2008). *El Atlas de El Escorial*. Tese de Doutoramento. Valladolid, Departamento de Geografia da Universidade de Valladolid.

CRUZ, António (1970). *Geografia e Economia da província do Minho nos fins do século XVIII*. Porto, Centro de Estudo Humanísticos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

CRUZ, Rui Meira (1993). José Anastácio da Cunha: o homem, o artilheiro, o matemático e o poeta. *Caderno de História Militar*, 18.

CRUZ VILLALÓN, María (2007). Frontera y fortificación. El valor de un patrommonio. *In Ciudades y núcleos fortificados de la frontera hispano-lusa. El territorio de Extremadura y Alentjo. Historia y patrimonio*. Cáceres, Universidade de Extremadura: 9-25.

CUNHA, Rosalina (1967). Documentos Diversos Sobre a Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica – 1798-1809. *Separata da Revista Ocidente*, vol. LXXII: 57-67.

CURTO, Diogo Ramada, DOMINGOS, Manuela, FIGUEIREDO, Dulce e GONÇALVES, Paula (2007). *As Gentes do Livro: Lisboa, século XVIII*. Lisboa, Biblioteca Nacional.

DALMAU, Rafael (ed.) (2011). *10 Mapes de Catalunya (1606-1906)*. Barcelona, Institut Cartogràfic de Catalunya.

DANVILLE, François de (1954). Les cartes anciennes de l'Église de France sur la cartographie ecclésiastique du XVIe au XVIIIe siècle. *Revue d'histoire de l'Église de France*. 40, 134: 7-121.

DAVEAU, Suzanne (1993). Os Mappas das Provincias de Portugal, de J.S. Carpinetti, na História da Cartografia Portuguesa. *In CARPINETTI, João Silvério, Mappas das Provincias de Portugal, Novamente abertos, e Estampados em Portugal*. 2ª edição fac-simile, Lisboa, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro e Biblioteca Nacional.

DAVEAU, Suzanne (2000). A Rede Hidrográfica no mapa de Portugal de Fernando Álvaro Seco (1560). *Finisterra*, XXXV, 69: 11-38.

DAVEAU, Suzanne (2001) – O Conhecimento Geográfico do Mundo. *In CAETANO, Joaquim Oliveira, Gravura e Conhecimento do Mundo: O Livro impresso ilustrado nas colecções da BN*. Lisboa, Biblioteca Nacional: 127-147.

DAVEAU, Suzanne (2001). A Descrição Territorial no Numeramento de 1527-32. *Penélope*, 25: 7-39.

DAVEAU, Suzanne (2002). O Conteúdo Geográfico da Descrição do Reino de Portugal. *In COELHO, António Borges (coord.), Descrição do Reino de Portugal de Duarte Nunes de Leão*. Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa: 63-92.

DAVEAU, Suzanne (2007). O Fragmento de Mapa Corográfico de Portugal da Real Academia de la Historia de Madrid. Fases de realização e de utilização. In *Actas do II Simpósio Luso-Brasileiro da Cartografia Histórica*. Lisboa, Instituto Geográfico Português, [em linha], URL: http://www.igeo.pt/servicos/DPCA/PDF/020_SuzanneDaveau.pdf.

DAVEAU, Suzanne (2010). *Um antigo mapa corográfico de Portugal (c.1525): reconstituição a partir do Códice de Hamburgo*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos.

DAVEAU, Suzanne (2010). Conhecimento actual da representação corográfica de Portugal no século XVI. In ALMEIDA, A. Campar de et al (coord.), *Olhar o mundo, ler o território. Uma viagem pelos mapas [coleção Nabais Conde]*. Coimbra, Instituto de Estudos Geográficos, Centro de Estudos Geográficos e FLUC: 33-37.

DAVEAU, Suzanne e GALEGO, Júlia (1995). Difusão e ensino da Cartografia em Portugal. In DIAS, Maria Helena (coord.), *Os Mapas em Portugal, da tradição aos novos rumos da Cartografia*. Lisboa, Edições Cosmos: 87-123.

DIAS, João José Alves (1996) - *Gentes e Espaços (em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI)*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.

DIAS, Maria Helena (coord.) (1995). *Os mapas em Portugal, da tradição aos novos rumos da Cartografia*. Lisboa, Edições Cosmos.

DIAS, Maria Helena (2001). Recordando um engenheiro português ao serviço da Cartografia militar. *Boletim do Instituto Geográfico do Exército*, 63: 37-51.

DIAS, Maria Helena (2001). A imagem do espaço nacional e o papel da Cartografia militar portuguesa. *Revista Militar*, 53, 1: 27-57.

DIAS, Maria Helena (2002). Disponibilizar, utilizar e valorizar a informação cartográfica histórica: o projecto SIDCarta. In *Utilizadores de Informação Geográfica (U.S.I.G.): comunicações*. Lisboa, U.S.I.G.

DIAS, Maria Helena (coord.) (2003). *Contributos para a História da Cartografia Militar Portuguesa*. Edição em CD-ROM, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, Instituto Geográfico do Exército e Direcção dos Serviços de Engenharia.

DIAS, Maria Helena (2003). As explorações geográficas dos finais de Setecentos e a grande aventura da Carta Geral do Reino de Portugal. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, I, XIX: 383-396.

DIAS, Maria Helena (2005 a). Neves Costa: uma figura emblemática da Cartografia militar portuguesa. *Boletim do Instituto Geográfico do Exército*, 67: 4-7.

DIAS, Maria Helena (2005 b). *Brigadeiro José Maria das Neves Costa, 1774-1841: patrono do Instituto Geográfico do Exército*. [Lisboa], Instituto Geográfico do Exército,.

DIAS, Maria Helena; PORTUGAL. Instituto Geográfico do Exército (2009). *Finis Portugalliae: nos confins de Portugal: Cartografia militar e identidade territorial*. Lisboa, Instituto Geográfico do Exército.

DIAS, Maria Helena e BOTELHO, Henrique Ferreira (coord.) (1999). O Alvorecer da Cartografia Moderna. In *Quatro Séculos de Imagens de Cartografia Portuguesa/Four centuries of images from Portuguese Cartography*. 2ª edição, Lisboa, Comissão Nacional de Geografia, Centro de Estudos Geográficos, Instituto Geográfico do Exército: XV-XXIII.

DIAS, Maria Helena, GARCIA, João Carlos, ALMEIDA, André Ferrand de e MOREIRA, Luís Miguel (coord.) (2005). *Actas do Colóquio internacional História da Cartografia militar (séculos XVIII e XIX)*. Viana do Castelo, Câmara Municipal de Viana do Castelo.

DIAS, Maria Helena, GARCIA, João Carlos, ALMEIDA, André Ferrand de e MOREIRA, Luís Miguel (coord.) (2005). *Cartas, Plantas, Esboços e Projectos. Cartografia Militar Portuguesa dos séculos XVIII-XIX. Exposição*. Viana do Castelo, Câmara Municipal de Viana do Castelo.

DOMINGOS, Manuela D. (2000). *Livreiros de Setecentos*. Lisboa, Biblioteca Nacional.

DOMINGOS, Manuela D. (2002). *Bertrand: uma livraria antes do Terramoto*. Lisboa, Biblioteca Nacional.

DOMINGUES, Ângela (1991). *Viagens de exploração geográfica na Amazônia em fins do Século XVIII: política, ciência e aventura*. Lisboa, Analecta Transmarina.

DÖRFLINGER, Johannes (2003). *Reilly, Franz Johann Joseph von*. In EBNETH, Bernhard (ed.), *Neue Deutsche Biographie*. Vol. 21, Berlin, Duncker & Humblot: 334.

DÖRFLINGER, Johannes (1981). The First Austrian World Atlases: Schrämbel and Reilly. *Imago Mundi*, 33: 65 – 71.

DUARTE, António Paulo (2003). *O Equilíbrio Ibérico séc. XI-XX, História e Fundamentos*. Lisboa, Edições Cosmos e Instituto da Defesa Nacional.

DUMOURIEZ, Charles (2007). *O Reino de Portugal em 1766*. Casal de Cambra, Caleidoscópio.

EAST, W. Gordon (1954). An eighteenth-century geographer William Guthrie of Brechin. *Scottish Geographical Magazine*, 72: 32-37.

EDNEY, Mathew (1998). Jefferys (ca. 1710-1771) and the Mapping of North America. In *The "Percy Map". The Cartographic Image of New England and Strategic Planning during the Revolutionary War. An examination of the Douglass-Jefferys-Green Map of the most Inhabited Part of New England (1755), of its use for strategic planning by Hugh, Earl Percy, British general in Boston, New York, and Rhode Island, 1774-1777, and of its cartographic significance in determining the image of New England*. Portland, The Osher Map Library and Smith Center for Cartographic Education - University of Southern Maine, [em linha], URL: <http://www.usm.maine.edu/~maps/percy/jefferys.html>, acedido em 06/05/2007.

EDNEY, Mathew (2005). Putting "Cartography" into the History of Cartography: Arthur H. Robinson, David Woodward, and the Creation of a Discipline. *Cartographic Perspectives*, 51: 14-29.

EDNEY, Mathew (2007). A história da publicação do Mapa da América do Norte de John Mitchell de 1755. *Varia Historia*, vol. 23, 37: 30-50.

EDNEY, Mathew (2007). Recent Trends in the History of Cartography: A Selective, Annotated Bibliography to the English-Language Literature. *Coordinates: Online Journal of the Map and Geography Round Table, American Library Association*, B, 6, [em linha], URL: <http://purl.oclc.org/coordinates/b6.htm>, acedido em 25/10/2011

EDNEY, Matthew (2007). A Publishing History of John Mitchell's 1755 Map of North America. *Cartographic Perspectives*, 58: 4-27 e 71-75.

EDNEY, Matthew (2008). John Mitchell's Map of North America (1755): A Study of the Use and Publication of Official Maps in Eighteenth-Century Britain. *Imago Mundi* 60, 1: 63-85.

EDNEY, Mathew (2012). John Green (d.1757): Geographer. In *The "Percy Map". The Cartographic Image of New England and Strategic Planning during the Revolutionary War. An examination of the Douglass-Jefferys-Green Map of the most Inhabited Part of New England (1755), of its use for strategic planning by Hugh, Earl Percy, British general in Boston, New York, and Rhode Island, 1774-1777, and of its cartographic significance in determining the image of New England*. Portland, The Osher Map Library and Smith Center for Cartographic Education - University of Southern Maine,

[em linha], URL: <http://usm.maine.edu/maps/web-document/3/7/sub-/john-green-d1757-geographer>, acedido em 25/08/2012.

EGMOND, Marco van (2009) - *Covens & Mortier: A Map Publishing House in Amsterdam 1685-1866*. Utrecht, Hes & De Graaf.

EHRENSVÄRD, Ulla (1987). Color in cartography: a historical survey. In WOODWARD, David, *Art and Cartography: six historical essays*. Chicago, The University of Chicago Press: 123-146.

ELIOT, William Granville (1810). *A Treatise on the Defense of Portugal with a Military Map of the Country to which is added a Sketch of the Manners and Customs of the Inhabitants and Principal Events of the Campaigns under Lord Wellington*. London, T. Egerton.

ESCOLAR, Marcelo (2003). Exploration, cartography and the modernization of state power. In BRENNER, Neil, JESSOP, Bob, JONES, Martin, MACLEOD, Gordon (ed.), *State/Space: a reader*. Oxford, Wiley-Blackwell: 29-52.

ESPÍRITO SANTO, Gabriel (2009). *A Grande Estratégia de Portugal na Restauração 1640-1668*. Lisboa, Caleidoscópio.

ESPÍRITO SANTO, Gabriel (2008). *Restauração*. Matosinhos, Quidnovi.

ESTAÇO, Gaspar (1625). *Várias Antiguidades de Portugal*. Lisboa, Pedro Crasbeeck.

FARIA, Manuel Severim de (1740) - *Notícias de Portugal*. 2ª Impressão, Lisboa Occidental, Off. de Antonio Isidoro da Fonseca.

FARIA, Miguel Figueira (2001). *A Imagem Útil - José Joaquim Freire (1760 - 1847) desenhador topográfico e de história natural: arte, ciência e razão de estado no final Antigo Regime*. Lisboa, Universidade Autónoma Editora.

FARIA, Ana Leal (2008). *Arquitectos da Paz. A Diplomacia Portuguesa de 1640 a 1815*. Lisboa, Tribuna da História.

FELDMAN, Hans-Uli (1997). Official survey and first National Map series of Switzerland, 19th century. In *Cicle de Conferències sobre Història de la Cartografia 6è Curs - La Cartografia dels Països de Parla Alemanya*. Barcelona, Generalitat de Catalunya/ Department de Política Territorial i Obres Públiques/ Institut Cartogràfic de Catalunya: 211-220.

FERNANDES, Mário (2011). *Corsários do Islão no atlântico Norte (1580-1700)*. Lisboa, Chiado Editora.

- FERNANDES, Mário Gonçalves, coord. (2006) – *Manoel de Azevedo Fortes (1660-1749). Cartografia, Cultura e Urbanismo*. Porto, Gabinete de Estudos de Desenvolvimento e Ordenamento do Território.
- FERNANDES, Mário Gonçalves (2002). *Urbanismo e Morfologia Urbana no Norte de Portugal 1852/1926 (Viana do castelo, Póvoa do Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança*. Dissertação de Doutoramento em Geografia. Porto, Faculdade de Letras - Universidade do Porto.
- FERNANDES, Paulo Jorge (1999). Portugal no tempo das ligações perigosas. *História*, 19: 30-39.
- FERREIRA, Alves; MORAIS, Custódio de; SILVEIRA, Joaquim da; GIRÃO, Amorim (1956-1957). O Mais Antigo Mapa de Portugal (1561). *Boletim do Centro de Estudos Geográficos*, 12-13: 1-66 e 14-15:10-43.
- FERREIRA, Mário Olímpio Clemente (2001). *O Tratado de Madrid e o Brasil Meridional – Os Trabalhos Demarcadores das Partidas do Sul e a sua Produção Cartográfica (1749-1761)*. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- FERREIRA, Nuno Alexandre Martins (2009). *Luís Serrão Pimentel (1613-1679): Cosmógrafo Mor e Engenheiro Mor de Portugal*. Dissertação de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão. Lisboa, Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa.
- FERREIRA, Orlando da Costa (1994). *Imagem e Letra: Introdução à Bibliografia Brasileira*. 2ª ed., São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo.
- FERREIRO, Laurie D. (2011). *Measure of the Earth - Enlightenment Expedition that Reshaped our World*. New York, Basic Books.
- FERRO, João Pedro (1995). *A População Portuguesa no Final do Antigo Regime (1750-1815)*. Lisboa, Editorial Presença.
- FONSECA, H. (1975) Da Academia dos Guardas-Marinhas à Escola Naval do Alfeite. *Revista da Armada*, 46: 5-7.
- FORDHAM, Herbert George (1924). The work of John Cary and his Successors. *The Geographical Journal*, 63, 5: 438-440.

FORDHAM, Herbert George (1925). *John Cary, engraver, map, chart and print-seller and globemaker, 1754 to 1835: a bibliography with an introduction and biographical notes*. Cambridge, Cambridge University Press.

FORTES, Manuel de Azevedo (1720). *Representação feyta à S. Magestade, que Deos guarde, pelo Engenheyro mor destes Reynos, sobre a forma e direcçam que devem ter os Engenheyros para melhor servirem ao dito Senhor neste Reyno, & suas Conquistas*. Lisboa Occidental, Officina de Mathias Pereyra da Sylva & João Antunes Pedrozo.

FORTES, Manuel de Azevedo (1722). *Tratado do Modo o Mais Fácil e o Mais Exacto de Fazer as Cartas Geograficas, assim da terra, como do mar, e tirar as plantas das praças, cidades e edificios com instrumentos, e sem instrumentos, para servir de instrucção à fabrica das Cartas Geograficas da Historia Ecclesiastica, e Secular de Portugal*. Lisboa, Officina de Pascoal da Silva.

FORTES, Manuel de Azevedo (1728). *O Engenheiro Portuguez Dividido em Dous Tratados primeyro, que comprehende a Geometria Pratica sobre o papel, e sobre o terreno: o uso dos instrumentos mais necessarios aos Engenheiros: o modo de desenhar, e dar aguadas nas plantas militares; e no appendice a Trigonometria rectilinea*. Lisboa, Officina de Manoel Fernandes da Costa.

FREIRE, António Oliveira (1739). *Descripçam Corográfica do Reino de Portugal...* Lisboa Occidental, Officina de Miguel Rodrigues.

FREMLIN, Gerald and ROBINSON, Arthur H. (2005). *Maps as mediated seeing. Fundamentals of Cartography*. Victoria, Trafford Publishing.

FUENTE, Francisco de la (2011). *D. Miguel Pereira Forjaz, Conde da Feira, 1769-1827. O organizador da luta contra Napoleão*. Parede, Tribuna da História.

FURTADO, Júnia Ferreira (2011). Guerra, diplomacia e mapas: a Guerra da Sucessão Espanhola, o Tratado de Utrecht e a América portuguesa na cartografia de D'Anville. *Topoi*, 12, 23: 66-83.

GARCIA, João Carlos (1996). A Configuração da Fronteira luso-espanhola nos Mapas dos Séculos XV a XVIII. *Treballs de la Societat Catalana de Geografia*, XI, 41: 293-321.

GARCIA, João Carlos (1998). As Razias da Restauração Notícias Sobre um Mapa Impresso do Século XVII. *Cadernos de Geografia - Homenagem ao Doutor J.M. Pereira de Oliveira*, 17: 43-48.

GARCIA, João Carlos (1999). O Alentejo c.1644: Comentário a um Mapa. *Arquivo de Beja*, X: 29-47.

GARCIA, João Carlos (coord.) (2001). *A Nova Lusitânia: imagens cartográficas do Brasil nas Coleções da Biblioteca Nacional (1700-1822)*. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

GARCIA, João Carlos (2002). As descrições de Portugal no século XVI. In COELHO, António Borges (coord.), *Descrição do Reino de Portugal de Duarte Nunes de Leão*. Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa: 55-62.

GARCIA, João Carlos (2003). A Fronteira Impressa. Apontamentos sobre uma Série Cartográfica. In DIAS, Maria Helena (coord.), *Contributos para a História da Cartografia Militar Portuguesa*. Edição em CD-ROM, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, Direcção dos Serviços de Engenharia e Instituto Geográfico do Exército.

GARCIA, João Carlos (2005). *Mapa da Fronteira entre o Alentejo e a Estremadura espanhola, 1644*. Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, [em linha], URL: <http://purl.pt/369/1/ficha-obra-mapa-alentejo.html>.

GARCIA, João Carlos (2005). *Mapa da Correição de Santarém, no século XVII*. Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, [em linha], URL: <http://purl.pt/369/1/ficha-obra-mapa-correicao-santarem.html>.

GARCIA, João Carlos (2006). Manoel de Azevedo Fortes e os mapas da Academia Real da História Portuguesa, 1720-1736. In GONÇALVES, Mário, *Manoel de Azevedo Fortes (1660-1749). Cartografia, Cultura e Urbanismo*. Porto, Gabinete de Estudos de Desenvolvimento e Ordenamento do Território: 141-173.

GARCIA, João Carlos (2009) – Os Mapas da Segunda Invasão Francesa. In OLIVEIRA, Valente de (coord.), *O Porto e as Invasões Francesas 1809-2009*. Vol. 1, Porto, Público e Câmara Municipal do Porto: 251-276.

GARCIA, João Carlos (2010) - A Lusitânia para o cardeal Guido Sforza: um mapa de Portugal de 1561 na Biblioteca Nacional. *Revista da Faculdade de Letras – HISTÓRIA*, III, 11: 363-368.

GARCIA, João Carlos e MOREIRA, Luís Miguel (2009). Castro Laboreiro na Guerra da Restauração: análise de duas plantas do castelo. *Boletim Cultural de Melgaço*, 8: 75-92.

GARCIA, João Carlos e MOREIRA, Luís Miguel (2008). El geógrafo trabaja en su casa: espaços portugueses na produção cartografica de Tomás López. *Península: Revista de Estudos Ibéricos*, 5: 103-125.

GARRIDO RODRIGUEZ, Jaime (2001) *Fortalezas de la Antiga provincia de Tuy*. 2ª ed., Pontevedra, Deputación Provincial de Pontevedra.

GARRIGOS PICO, Eduardo (1982). Política Cartográfica en España: siglos XVI al XVIII. *In Curso de Conferencias sobre Historia de la Cartografía Española*. Madrid, Real Academia de las ciencias Exactas, Físicas y Naturales: 35-43.

GENDRON, Pedro (1756). *Atlas o Compendio Geographico del Globo Terrestre dividido en Imperios, Reynos, Republicas, Estados, Provincias, Islas, Capitales, Arzobispados, Obispados, Religiones y Ríos. Obra muy util y aun necessaria para saber la Geographia que servirá de Introducció ò de suplemento al método Geographico impresso en dos tomos de octavo a costa de Pedro Gendron*. Madrid.

GERALDES, Sofia Mendes (s/d) - *As gentes do livro na guerra peninsular*. *In* Colóquio Portugal, Brasil e a Europa napoleónica, Instituto das Ciências Sociais de Lisboa, [em linha], Url: www.euronapoleon.com/pdf/private/sofia_geraldes.pdf, acedido em 13/02/2010.

GERALDO, José Custódio Madaleno (2010). José Maria das Neves Costa e as Linhas de Torres Vedras. *Revista Militar*, [em linha], URL: <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=530>, acedido em 3/05/2011.

GOMES, Rita Costa (1989). A Construção das Fronteiras. *In* CURTO, Ramada (coord.), *A Memória da Nação*. Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora: 357-382.

GÓMEZ URDÁÑEZ, José Luís (2002). Ensenada, la Meritocracia al Poder. *La Aventura de la Historia*, 43: 56 – 62.

GOTTERI, Nicole (2006). *Napoleão e Portugal*. Lisboa, Teorema.

GUEDES, Fernando (1987). *O livro e a leitura em Portugal: subsídios para a sua História (séculos XVIII e XIX)*. Lisboa, Verbo.

GUEDES, Fernando (2012). *Livreiros Franceses do delfinado em Portugal no século XVIII*. Lisboa, Editorial Presença.

GUEDES, Lívio da Costa (1992). A viagem de Christian, Príncipe de Waldeck, ao Alentejo e ao Algarve descrita pelo Barão Von Wiederhold 1798. *Separata do Boletim do Arquivo Histórico Militar*, 60: 15-40.

GUEDES, Lívio da Costa (1988). Aspectos do reino do Algarve nos séculos XVI e XVII. A “Descrição” de Alexandre Massaii (1621). *Separata do Arquivo Histórico Militar*, Lisboa.

GUEDES, Max Justo (1974). Bicentenário do Chefe-de-Esquadra José Maria Dantas Pereira. *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, classe de Ciências, tomo XVII, Lisboa.

GUEDES, Max Justo (1997). A cartografia da delimitação das fronteiras do Brasil no séc. XVIII. In GUERREIRO, Inácio (coord.), *Cartografia, Diplomacia no Brasil do século XVIII*. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

GUERREIRO, Inácio (1985). A Sociedade Real Marítima e o exame das Cartas Hidrográficas. Censura da carta de Cabo Verde, de Francisco António Cabral (1790). *Separata do Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, XXXIX: 5-55.

GUERREIRO, Luís R. (1997). *O Grande Livro da Pirataria e do Corso*. Lisboa, Temas e Debates.

HARLEY, John Brian (1966). The bankruptcy of Thomas Jefferys: An episode in the economic history of eighteenth century map-making. *Imago Mundi*, 20: 27 – 48.

HARLEY, John Brian (1987). The Map and the Development of the History of Cartography. In HARLEY, John Brian and WOODWARD, David (ed.), *The History of Cartography, vol. I - Cartography in Prehistoric, Ancient, and Medieval Europe and the Mediterranean*. Chicago – London, The University of Chicago Press: 1-42.

HARLEY, John Brian (1992). Deconstructing the Map. In BARNES, Trevor e DUNCAN, James (ed.) *Writing Worlds/Discourse, text and metaphor in the representation of landscape*. Routledge, London and New York: 231-147.

HARLEY, John Brian (1995). La Carte en tant que biographie : réflexions sur la carte du service cartographique de l’Etat. Newton Abbot, Devonshire CIX, SE. In GOULD, Peter et BAILY, Antoine (edit.) *Le Pouvoir des cartes – Brian Harley et la Cartographie*. Paris, Anthropos: 11-18.

- HARLEY, John Brian (1995). Cartes, Savoir et pouvoir. In GOULD, Peter et BAILY, Antoine (edit.) *Le Pouvoir des cartes – Brian Harley et la Cartographie*. Paris . Anthropos: 19-51.
- HARLEY, John Brian (1995). Déconstruire la Carte. In GOULD, Peter et BAILY, Antoine (edit.) *Le Pouvoir des cartes – Brian Harley et la Cartographie*. Paris, Anthropos: 61-85.
- HARWOOD, Jeremy (2006). *To the Ends of the Earth – 100 maps that changed the World*. London, Marshal Editions.
- HEINZ, Jutta (2000). Ueber die Mittel Naturgeschichte gemeinnütziger zu machen (1799) – Bertuchs Entwurf eines populärwissenschaftlichen Forschungs und Verlagsprogramms. In GERHARD, R. Kaiser e SIEGFRIED, Seifert (Hrsg.): *Friedrich Justin Bertuch(1747-1822) – Verleger, Schriftsteller und Unternehmer im klassischen Weimar*. Tübingen, Max Niemeyer Verlag: 659-671, [em linha], URL: http://www.goethezeitportal.de/db/wiss/bertuch/heinz_naturgeschichte.pdf.
- HEINZ, Markus (1997). A Programme for Map Publishing: the Homann firm in the eighteenth century. *Imago Mundi*, 49: 104-115.
- HENRIQUES, Mendo Castro (2002). *Salamanca 1812- Companheiros de Honra*. Lisboa, Prefácio.
- HERNANDO, Agustín (1995). *El Mapa de España, siglos XV-XVIII*. Madrid, Ministério de Fomento y Instituto Geográfico Nacional.
- HERNANDO, Agustín (1996). *La imagen de un país. Juan Bautista Labaña y su mapa de Aragón*, Zaragoza, Institución Fernando el Católico.
- HERNANDO, Agustín (2007). Panorama cartográfico de la España del siglo XVIII: los mapas creados por Tomás López (1730-1802). *Mapping. Revista Internacional de Ciencias de la Tierra*, 116: 14-20.
- HERNANDO, Agustín (2008). *El geógrafo Juan López (1765-1825) y el comercio de mapas en España*. Madrid, C.S.I.C. y Ediciones Doce Calles.
- HESPANHA, António Manuel (1994). *As Vésperas do Leviathan - Instituições e Poder Político em Portugal – Séc. XVII*. Coimbra, Livraria Almedina.
- HEWITT, Rachel (2010). *Map of a Nation. A Biography of the Ordnance Survey*. London, Granta Publications.
- HINDLE, Paul (1998). *Maps for Historians*. Chichester, Philimore & Co. Ltd.

- HOFMANN, Catherine (2000). La genèse de l'atlas historique en France (1630-1800) : pouvoirs et limites de la carte comme " oeil de l'histoire ". *Bibliothèque de l'école des chartes*, 158: 97-128.
- HORTA, José António (2009). *Images and Representations of Ireland in Portugal (1830-1925): Geographical Knowledge and Geographical Imagination*. Thesis submitted to the National University of Ireland in fulfillment of the requirements for the degree of Doctor of Philosophy. Cork, Department of Geography, Arts Faculty, University College Cork.
- JACOB, Christian (2006). *The Sovereign Map – Theoretical Approaches in Cartography Throughout History*. Chicago & London, The University of Chicago Press.
- JENNY, Bernhard (2010). New features in MapAnalyst. *e-Perimetron*, 5, 3: 176 -180, [em linha], URL: www.e-perimetron.org, acedido em 16/09/2011.
- JUNOT, Jean-Andoche (2008). *Diário da I Invasão Francesa*. Lisboa, Livros Horizonte.
- JUNIOR, Eduardo Teixeira de Carvalho (2005). *Verney e a questão do Iluminismo em Portugal*. Dissertação de Mestrado em História. Curitiba, Universidade Federal do Paraná.
- KAGAN, Richard L. (2002). Arcana Imperii: Mapas, Ciencia e Poder en la Corte de Felipe IV. In PEREDA, Felipe, et al. (coord.) *El Atlas del Rey Planeta. La "Descripción de España y de las costas y puertos de sus reinos*. Barcelona, Ediciones Nerea: 49 – 70.
- KAIN, Roger (1997). The Ordnance Survey: emergence of the National Mapping Agency. In *Cicle de Conferències sobre Història de la Cartografia 7è Curs - La Cartografia Anglesa*. Barcelona, Generalitat de Catalunya/ Department de Política Territorial i Obres Públiques/ Institut Cartogràfic de Catalunya: 235-250.
- KAISER, Gerhard, R. e SEIFERT, Siegfried (Hrsg.) (2000): *Friedrich Justin Bertuch (1747-1822) – Verleger, Schriftsteller und Unternehmer im klassischen Weimar*. Tübingen, Max Niemeyer Verlag.
- KANAS, Nick (2007). *Star Maps: History, Artistry and Cartography*. Chichester, Praxis Publishing.
- KANTOR, Iris. (2009). Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica (1750-1850). *Anais do Museu Paulista*, 17, 2: 39-61.

- KANTOR, Íris (2010). Mapas em trânsito: projeções cartográficas e processo de emancipação política do Brasil (1779-1822). *Araucaria. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades*, 12, 24: 110-123.
- KOHLMAIER, Ursula (2001). *Der verlag Franz Anton Schrämbl*. Dissertation zur Erlangung des Doktorgrades der Philosophie. Wien, Geisteswissenschaftlichen Fakultät der Universität Wien.
- KONVITZ, J. W. (1987). *Cartography in France (1660-1848). Science, Engineering, and Statecraft*. Chicago, Chicago University Press.
- KRETSCHMER, Ingrid (1997). The development of Austrian cartography. Cartographic representation of Austrian territories. *In Cicle de Conferències sobre Història de la Cartografia 6è Curs - La Cartografia dels Països de Parla Alemana*. Barcelona, Generalitat de Catalunya/ Department de Política Territorial i Obres Públiques/ Institut Cartogràfic de Catalunya: 121-175.
- KROGT, Peter Van der (1993). Commercial cartography in The Netherlands with particular reference to atlas production (16th-18th centuries). *In Cicle de Conferències sobre Història de la Cartografia 4rt Curs - La Cartografia dels Països Baixos*. Barcelona, Generalitat de Catalunya/ Department de Política Territorial i Obres Públiques/ Institut Cartogràfic de Catalunya: 71-138.
- LAFUENTE, Antonio; MAZUECOS, Antonio (1987). *Los Caballeros del Punto Fijo. Ciencia, política y aventura en la expedición geodésica hispanofrancesa al virreinato del Perú en el siglo XVIII*. Barcelona, Ediciones del Serbal / CSIC.
- LEÃO, Duarte Nunes (2002) - *Descrição do Reino de Portugal*. 3ª ed., Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa.
- LESLIE, John H (1912). *The Royal Artillery in the Peninsular War: The services of the Royal Regiment of Artillery in the Peninsular War, 1808 to 1814*. Woolwich, Royal Artillery Institution Printing House.
- LIMA, D. Luiz Caetano de (1736). *Geografia Historica de todos os Estados Soberanos da Europa...* . 2 vols., Lisboa, Officina de Joseph Antonio da Sylva.
- LINK, Henry Frederick (1801). *Travels in Portugal and through France and Spain with a Dissertation on the Literature of Portugal and the Spanish and Portuguese Languages*. London, T.N.Longman and O. Rees.

- LÍTER MAYAYO, Carmen e SANCHIS BALLESTER, Francisca (2002). *La obra de Tomás López. Imagen cartográfica del siglo XVIII*. Madrid, Biblioteca Nacional.
- LÍTER MAYAYO, Carmen e SANCHIS BALLESTER, Francisca (1998). *Tomás López y sus colaboradores*. Madrid, Biblioteca Nacional.
- LIVINGSTONE, David and WITHERS, Charles (1999). *Geography and Enlightenment*. Chicago, University of Chicago Press.
- LÓPEZ GÓMEZ, Antonio e MANSO PORTO, Carmen (2006). *Cartografía del siglo XVIII. Tomás López en la Real Academia de la Historia*. Madrid, Real Academia de la Historia.
- LOUSADA, Abílio Pires (2012). *A Restauração Portuguesa de 1640. Diplomacia e Guerra na Europa do século XVII*. 2ª ed., Porto, Fronteira do Caos.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero de (1980). As Descrições Geográficas de Portugal: 1500-1650. Esboço e Problemas. *Revista de História Económica e Social*, 5: 15-56.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero de (1997). O Enquadramento do Espaço Nacional. In MATTOSO, José (dir.) *História de Portugal*, vol. 3, Lisboa, Editorial Estampa: 19-59.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero de (2004). O Projecto de D. Luís da Cunha para o Império Português. In SILVA, Francisco Ribeiro da; CRUZ, Maria Antonieta; RIBEIRO, Jorge Martins; OSSWALD, Helena (coord.) *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto: 653-659.
- MAGALHAES, Joaquim Romero (2009). Mundos em miniatura: aproximação a alguns aspectos da cartografia portuguesa do Brasil (séculos XVI a XVIII). *Anais do Museu Paulista*, 17,1: 69-94.
- MAGALHÃES, Taveira de (1900). Summario histórico-bibliográfico sobre a Defeza de Portugal. III período, desde a Revolução Francesa até ao fim da Campanha de 1801. *Revista do Exército e da Armada*, XIV, 81.
- MAGALLANES PERNAS, Luís (2005). El Archivo Cartográfico y de Estudios Geográficos del centro Geográfico del Ejercito. In DIAS, Maria Helena et al. (coord.) *História da Cartografia Militar (séculos XVIII-XX)*. Actas do Colóquio Internacional. Viana do Castelo, Câmara Municipal de Viana do Castelo: 101-117.
- MANGANI, Giorgio (1996). Antonio Zatta editore veneziano di libri geografici. In PAOLI, Feliciano e MANGANI, Giogio (coord.) *Gerardo Mercatore. Sulle tracce di*

geografi e viaggiatori nelle Marche. Ancona, Edizioni Biblioteca, Museo Civico di Urbania e Il Lavoro Editoriale: 73-87.

MANGANI, Giorgio (2000). Giovanni Antonio Rizzi-Zannoni e i suoi rapporti com Giuseppe Toaldo. In *Atti del Convegno Giuseppe Toaldo e il suo tempo. Nel bicentenario della morte : scienze e lumi tra Veneto e Europa*. Cittadella (Padova), Bertoncello Editore: 173-190.

MANIQUE, Luís de Pina (1943). Subsídios para a História da Cartografia Portuguesa. *Boletim do Instituto Geográfico e Cadastral*, III: 183-248.

MANIQUE, Luís de Pina (1950). O Convénio Luso-Brasileiro de 1867 sobre Cartografia Portuguesa. *Anais do IV Congresso de História Nacional*. 4: 451-484.

MANSO PORTO, Carmen (1999). *Cartografía Histórica Portuguesa, Catálogo de Manuscritos (siglos XVII-XVIII)*. Madrid, Real Academia de la Historia.

MANSO PORTO, Carmen (2002). *La colección de mapas y planos manuscritos de España y los Atlas de Tomás López en la Real Academia de la Historia*. Boletín de la Real Academia de la Historia, CXCIX: 105-116.

MANZANO AGULIARO, Francisco; MANZANO AGULIARO, Gil; DE SAN ANTONIO GÓMEZ, Carlos (2005). El levantamiento topográfico y la cartografía en el siglo XVIII: el método de la topografía eclesiástica. In *Actas do Congresso Internacional conjunto XV ADM e XVII INGEGRAF*. Sevilha, Departamento de Ingeniería Gráfica, Universidad de Sevilla, 1-3 de Junho, [em linha], URL: <http://www.ingegraf.es/pdf/titulos/COMUNICACIONES%20ACEPTADAS/M17.pdf>, acedido em 12/03/2011.

MARBOT, General Barão de (2006). *Memórias sobre a 3ª Invasão Francesa*. Casal de Cambra, Caleidoscópio.

MARQUES, Alfredo Pinheiro (1987). Adenda de Actualização. In CORTESÃO, Armando e MOTA, Avelino Teixeira da, *Portugaliae Monumenta Cartographica*. 2ª ed., vol. 6, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

MARQUES, Fernando Pereira (1999). *Exército, mudança e modernização na primeira metade do século XIX*. Lisboa, Edições Cosmos.

MARQUES, Fernando Pereira (1989). *Exército e Sociedade em Portugal, no declínio do Antigo Regime e advento do Liberalismo*. Lisboa, Publicações Alfa.

- MARQUES, Miguel da Silva (2001). *Cartografia Antiga: tabela de equivalências de medidas cálculo de escalas e conversão de valores e coordenadas geográficas*. Lisboa, Biblioteca Nacional.
- MARTÍN LÓPEZ, José (2001). *Cartógrafos Españoles*. Madrid, Ministério de Fomento e Centro Nacional de Información Geográfica.
- MARTÍNEZ, Pedro Soares (2010). *História Diplomática de Portugal*. 3ª ed., Coimbra, Almedina.
- MARTINS, Dorbalino dos Santos (1990). A Academia Militar. *Cadernos de História Militar*, 2.
- MATA, Eugénia e VALÉRIO, Nuno (2003). *História Económica de Portugal, uma Perspectiva Global*. 2ª ed., Lisboa, Editorial Presença.
- MAXTED, Ian (1987). Bertuch: Weimar's Literary Midwife. In MYERS, Robin and HARRIS, MICHAEL *Aspects of printing from 1600*. Oxford, Oxford Ploytechnic Press: 125-148.
- MAXWELL, Kenneth. (2001). *O Marquês de Pombal*. Lisboa, Editorial Presença.
- MEIRELES, Maria Adelaide (1994). Introdução. In *Topografia da Província de Entre Douro e Minho Delineada por Gonçalo Luís da Silva Brandão*, ed. Fac similada, Biblioteca Pública Municipal do Porto, Porto.
- MELÍCIAS, André Filipe Vítor (2008). *As Linhas de Torres Vedras: construção e impactos locais*. Torres Vedras, Câmara Municipal de Torres Vedras e Livraria Livro do dia.
- MENDES, Humberto Gabriel (1969). Lucas Jansz. Waghenaeer e o conhecimento náutico das costas de Portugal no século XVI. *Separata da Revista da Universidade de Coimbra*, XXIV.
- MENDES, Humberto Gabriel (1969). Catálogo de Cartas Antigas da Mapoteca do Instituto Geográfico e Cadastral. *Cadernos Técnicos e de Informação*, 22.
- MENDES, Humberto Gabriel (1982). *Cartografia portuguesa do Marquês de Pombal a Filipe Folque 1750-1900. O Património Histórico Cartográfico do Instituto Geográfico Cadastral*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- MENDES, Humberto Gabriel (1983). O convénio cartográfico luso-brasileiro de 1867: a Cartografia portuguesa ao serviço da comunidade luso-brasileira. *Revista do Instituto Geográfico e Cadastral*, 3: 53-95.

MENDONÇA, Isabel (2003). *António José Landi (1713/1791) Um Artista entre dois Continentes*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

MENDOZA VARGAS, Héctor e GARCIA, João Carlos (2007). A história da cartografia nos países ibero-americanos. *Terra Brasilis*, 7 - 8 - 9: 2-13 [em linha], URL : <http://terrabilis.revues.org/235>, acedido em 09/11/2012.

MIRANDA, Tiago Dos Reis (1991). "Estrangeirados". A questão do isolacionismo português nos séculos XVII E XVIII. *Revista de História*, 123-124: 35-70.

MONMONIER, Mark (1995). *Drawing the line: tales of maps and cartocontroversy*. New York, Henry Holt and Company, Inc.

MONTANER i GARCIA, M. Carme (2000). *Mapes i Cartògrafs a la Catalunya Contemporània (1833-1941). Els inicis i la consolidació de la Cartografia topogràfica*. Barcelona, Rafael Dalmau e Institut Cartogràfic de Catalunya.

MONTANER i GARCIA, M. Carme (2005). *Imago Cataloniae: mapes de Catalunya, emprentes de la història*. Barcelona, Generalitat de Catalunya /Lunwerg editores.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo (2008). *D. José na sombra de Pombal*. Lisboa, Temas e Debates.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo (2004). A Guerra da Aclamação. In BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA Nuno Severiano (dir.) *Nova História Militar de Portugal*, vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores: 277-281.

MORAIS, Carlos (1999). A gramática de Grego de João Jacinto de Magalhães no contexto da Reforma Pombalina. *Ágora. Estudos Clássicos em Debate*,1: 75-103.

MOREIRA, Cecilia de Lourdes Porto Gaspar (2009). Colônia do Sacramento: permanência urbana na demarcação de novas fronteiras Latino-Americanas. Dissertação de Mestrado em Urbanismo. Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MOREIRA, Luís Miguel (2007). Um "coup d'oeil" sobre o Entre Douro e Minho pelo Engenheiro Militar Michel Lescolles, em 1661". In *Actas do II Simpósio Luso-Brasileiro da Cartografia Histórica*. Lisboa, Instituto Geográfico Português, [em linha], URL: www.igeo.pt/servicos/CDI/PDF/014_LuisMoreira.pdf.

- MOREIRA, Luís Miguel (2011). *O Alto Minho na Obra do Engenheiro Militar Custódio José Gomes de Villasboas*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos-Universidade de Lisboa.
- MOREIRA, Rafael (1986). Do Rigor Teórico à Urgência Prática: a Arquitectura Militar. In DIAS, Pedro, ALARCÃO, Jorge de e ALMEIDA, Carlos A. de, *História da Arte em Portugal - O Limiar do Barroco*. Vol. 8, Lisboa, Publicações Alfa: 67-85.
- MORELAND, Carl e BANNISTER, David (1989). *Antique Maps*. 3rd ed., London, Phaidon Press Limited.
- MOTA, Avelino Teixeira da (s/d). *Arquitectos e Engenheiros e a Cartografia de Portugal até 1700*, inédito.
- MOTA, Avelino Teixeira da (1965). A “Sociedade Real Marítima” e os Primeiros Estudos de Marés em Portugal. *Anais do Instituto Hidrográfico*, 2: 7 - 18.
- MOTA, Avelino Teixeira da (1972). Acerca da recente devolução a Portugal, pelo Brasil, de manuscritos da Sociedade Real, Marítima, Militar e Geográfica (1798-1807). *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa: 237 - 310.
- MOTA, Isabel Ferreira da (2003). *A Academia Real da História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no séc. XVIII*. Coimbra, Edições Minerva.
- MURO, José Ignacio, NADAL, Francesc e URTEAGA, Luis (1996). *Geografía Estadística y catastro en España 1856-1870*. Barcelona, Ediciones del Serbal.
- NADAL, Francesc e URTEAGA, Luis (1990). Cartografia y Estado: los Mapas Topográficos Nacionales y la Estadística Territorial en el Siglo XIX. *Geo Crítica*, 88: 7-91.
- NONELL, Anni Günther (2002). *Porto, 1763/1852 a construção da cidade entre despotismo e liberalismo*. Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.
- NUNES, Maria de Fátima (1988). *O Liberalismo Português: Ideários e Ciências O Universo de Marino Miguel Franzini (1800-1860)*. Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica e Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa.
- NUNES, Maria de Fátima (1990). A Sociedade Real, Marítima e Geográfica (1798-1808) -Notas para o Estudo da Sociabilidade Científica em Portugal. In [Actas do] *Colóquio Internacional Carlos III y su Siglo*, tomo II, Madrid: 765-771.

- NÚÑEZ DE LAS CUEVAS, Rodolfo (1987). Cartografía Española en el Siglo XVIII. *In Astronomía y Cartografía de los siglos XVIII y XIX*. Madrid Observatorio Astronómico Nacional e Instituto Geográfico Nacional: 53-70.
- NÚÑEZ DE LAS CUEVAS, Rodolfo (1991). Historia de la Cartografía Española. *In La Cartografia de la Península Ibèrica i la seva extensió al Continent Americà*. Barcelona, Generalitat de Catalunya/ Departament de Política Territorial i Obres Públiques/ Institut Cartogràfic de Catalunya: 153-223.
- OLIVEIRA, Ricardo (2007). Sob o Alpendre da Razão: Dilemas da Ilustração em Portugal na primeira metade do século XVIII. *Revista da Universidade Rural- série ciências Humanas*, 9, 1: 81-87.
- OLIVEIRA, Valente de (Coord.) (2009). *O Porto e as Invasões Francesas 1809-2009*. 4 vols., Porto, Público e Câmara Municipal do Porto.
- ORGEIX, Émile d' (2008). Alain Manesson Mallet (1630-1706) : portrait d'un ingénieur dans le sillage de Vauban. *Bulletin du comité français de cartographie*, 195: 64-74.
- OSSWALD, Helena (2002). Em torno dos Inquéritos Paroquiais. Uma fonte para o conhecimento do espaço litoral. *In [Actas do Encontro] O Litoral em perspectiva histórica (Séc. XVI-XVIII)*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto: 127-143.
- PALAU BAQUERO, Mercedes (1987). Expediciones Científicas españolas en el siglo XVIII. *In Astronomía y Cartografía de los siglos XVIII y XIX*. Madrid, Observatorio Astronómico Nacional e Instituto Geográfico Nacional: 33-52.
- PALSKY, Gilles (1996). Aux origines de la cartographie thématique : les cartes spéciales avant 1800. *In Cicle de Conferències sobre Història de la Cartografia 5è Curs - La Cartografia Francesa*. Barcelona, Generalitat de Catalunya/ Departament de Política Territorial i Obres Públiques/ Institut Cartogràfic de Catalunya: 129-145.
- PALSKY, Gilles (1998a). Origines et Évolution de la Cartographie Thématique (XVII^e-XIX^e Siècles). *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, XIV: 39 – 60.
- PALSKY, Gilles (1998b). La Figure des Nombres. *Les Cahiers de Science & Vie*, 48 : 64-70.
- PALSKY, Gilles (2004). François de Dainville et l'Histoire de la Cartographie : orientations traditionnelles et thématiques nouvelles. In BOUSQUET-BRESSOLIER, Cathérine (coord.), François de Dainville pionnier de l'histoire de la cartographie & de l'éducation. Paris, École Nationale des Chartes: 81-99.

PALSKY, Gilles (2005). Le Projet de Standardisation de la Cartographie Militaire en France au XIX^e siècle. In DIAS, Maria Helena, GARCIA, João Carlos, ALMEIDA, André Ferrand de e MOREIRA, Luís Miguel (coord.), *Actas do Colóquio internacional História da Cartografia militar (séculos XVIII e XIX)*. Viana do Castelo, Câmara Municipal de Viana do Castelo: 47-69.

PAAR, Edwin (2008). O sistema fortificado de Elvas no panorama da arquitectura militar europeia da época. *Monumentos*, 28: 52-57.

PARDAL, Maria João Martins (2005). *O Terramoto de 1755 - A Urbanização da Nova Lisboa*. Lisboa, Setecaminhos.

PARKER, Geoffrey (1992). Maps and Ministers: The spanish Habsburgs. In BUISSERET, David (ed.) *Monarchs, Ministers and Maps: the Emergence of Cartography as a Tool of Government in Early Modern Europe*. Chicago, The University of Chicago Press.

PASTOUREAU, Mireille (1981). *Les Sansons (1630-1730): um siècle de Cartographie Française*. Paris, Sand & Conti.

PASTOUREAU, Mireille (1984). *Les atlas français XVIe-XVIIe siècles : répertoire bibliographique et étude*. Paris, Bibliothèque Nationale.

PASTOUREAU, Mireille (1988). *Nicolas Sanson d' Abbeville : Atlas du Monde, 1665*. Paris, Sand & Conti.

PATIER, Felicidad (1992). *La Biblioteca de Tomás López, seguida de la relación de los mapas impresos, com sus cobres, y de los libros del caudal de venta que quedaron a su fallecimiento en Madrid en 1802*. Madrid, Ediciones El Museo Universal.

PEDLEY, Mary Sponberg (1982). The Map Trade in Paris, 1650-1825. *Imago Mundi*, 33: 33-45.

PEDLEY, Mary Sponberg (1986). Gentlemen abroad: Jefferys and Sayer in Paris. *Map Collector*, 37 : 20-23.

PEDLEY, Mary Sponberg (1992). *Bel et Utile: The Work of the Robert De Vaugondy Family of Mapmakers*. Tring, Map Collector Publications Ltd,.

PEDLEY, Mary Sponberg (1996). Maps, war and Commerce: business correspondence with London Map firm of Thomas Jefferys and William Faden. *Imago Mundi*, 48: 161-173.

- PEDLEY, Mary Sponberg (2005). *The Commerce of Cartography. Making and Marketing Maps in eighteenth-century France and England*. Chicago and London, The Chicago University Press.
- PEIRCE, Benjamin (1830). *A Catalogue of the Harvard University in Cambridge, Massachussets*. Vol. III, Cambridge, Metcalf and Company.
- PELLETIER, Monique (1995). Formation et missions de l'ingénieur géographe militaire au XVIII^e siècle. In BOUSQUET-BRESSOLIER, Catherine (coord.) *L'œil du Cartographe et la représentation géographique du Moyen Âge à nos jours*. Paris, Comité des Travaux Historiques et Scientifiques: 73-92.
- PELLETIER, Monique (1996). "Cartographie Nationale, Cartographie Régionale: de Ptolémée à Cassini", in *Cicle de Conferències sobre Història de la Cartografia, 5^e Curs - La Cartografia Francesa*. Barcelona, Generalitat de Catalunya/ Department de Política Territorial i Obres Públiques/ Institut Cartogràfic de Catalunya: 69-82.
- PELLETIER, Monique (1999). Cartography and Power in France during the seventeenth and eighteenth centuries. *Cartographica*, vol. 35, 3-4: 41 - 53.
- PELLETIER, Monique (2001). *Cartographie de la France et du monde de la Renaissance au Siècle des Lumières*. Paris, Bibliothèque Nationale de France.
- PELLETIER, Monique (2002). *Les Cartes de Cassini: la science au service de l'État et des régions*. Paris, Éditions du Comité des Travaux Historiques et Scientifiques.
- PELLETIER, Monique et OZANNE, Henriette (1995). *Portraits de la France. Les cartes, témoins de l'Histoire*. Paris, Hachette/B.N.F.
- PEREDA, Felipe (2004). *Historia de la Cartografía Española*. Oviedo, Universidad de Oviedo.
- PEREDA, Felipe e MARÍAS, Fernando (2002). El Hallazgo del Atlas del Rey Planeta. *La Aventura de la Historia*, 46: 80-83.
- PEREDA, Felipe, MARÍAS, Fernando, HERNANDO, Agustín, KAGAN, Richard L. e MARÍAS, Daniel (2002). *El Atlas del Rey Planeta. La "Descripción de España y de las costas y puertos de sus reinos*. Barcelona, Ediciones Nerea,.
- PEREIRA, Ana Martínez (2008). La participación portuguesa en la Guerra de Sucesión Española. Una diatribe política en emblemas, símbolos y enigmas. *Península, Revista de Estudos Ibéricos*, 5: 175-183.

PEREIRA, Esteves e RODRIGUES, Guilherme (1907). Lourenço Homem da Cunha de Eça. In TORRES, João Romano *Dicionário Histórico, Corográfico, Heráldico, Biográfico, Bibliográfico, Numismático e Artístico*. Volume III, Lisboa, João Romano Torres – editor: 107-108.

PEREIRA, José Esteves (1983). *O pensamento político em Portugal no século XVIII*. António Ribeiro dos Santos. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

PEREIRA, José Esteves (2004). *Percursos de História das Ideias*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

PEREIRA, José Maria Dantas (1832). *Memoria para a Historia do Grande Marquez de Pombal no Concernente à Marinha: Sendo a de Guerra o Principal Objecto Considerado*. Lisboa, Academia Real das Ciências de Lisboa.

PEREIRA, Margareth da Silva (2001). Visão da cidade e do território no período joanino: a ação do brigadeiro Alpoim. In *Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português - 1415-1822*. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses: 369-381.

PETTO, Christine Marie (2007). *When France Was King of Cartography: The Patronage and Production of Maps in Early Modern France*. Lanham, Lexington Books.

PETTO, Christine Marie (2009). Semblance of Sovereignty: cartographic possession in map cartouches and atlas frontispieces of Early Modern Europe. In BACKHAUS, Gary and MURUNGI, John, *Symbolic Landscapes*. s/l, Springer: 227-250.

PICKLES, John (1992). Texts, Hermeneutics and Propaganda Maps. In BARNES, Trevor and DUNCAN, James (ed.) *Writing world, discourse, text and metaphor in the representation of landscape*. London and New York, Routledge: 193-230.

PICKLES, John (2004). *A History of Spaces: cartographic reason, mapping and the geo-coded world*. London and New York, Routledge.

PIMENTA, José Ramiro (2008). Memórias descritivas e militares de uma parte da fronteira do Alentejo. Reconstituição cartográfica de uma rede viária do início do séc. XIX. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia – Universidade do Porto*, II: 161-168.

POLLARD, Albert Frederick (1896). Charles Rainsford. In LEE, Sidney (ed.) *Dictionary of National Biography*. vol. XLVII, London, Smith, Elder & Co.,: 183-184.

PORTALIS, Roger e BÉRALDI, Henri (1881). *Les Graveurs du Dix-Huitième Siècle*. Paris, Damascène Morgand et Charles Fatout,.

- PORTOCARRERO, Gustavo (2003). *Sistemas de Defesa Costeira na Arrábida Durante a Idade Moderna – Uma visão Social*. Lisboa, Edições Colibri.
- PORTUGAL. Instituto Geográfico do Exército (2005). *Cenários geográficos & arte de defesa militar: José Maria das Neves Costa, 1774-1841, patrono do Instituto Geográfico do Exército: exposição*. Lisboa, Instituto Geográfico do Exército.
- QUARESMA, António Martins (2007). *Alexandre Massai - A "Escola Italiana" de Engenharia Militar no Litoral Alentejano (Séculos XVI e XVII)*. Sines, Centro Cultural Emmerico Nunes.
- RAEUBER, Charles Alphonse (1991). Military Topographical Reconnaissance in Portugal, 1810. In BERKELEY, Alice *New Lights on the Peninsular War – International Congress on the Iberian Peninsula Selected Papers 1780-1840*. Lisboa, The British Historical Society of Portugal: 165-178.
- RAEUBER, Charles Alphonse (1993). *Les Renseignements la reconnaissance et les Transmissions Militaires du Temps de Napoléon l'exemple de la Troisième Invasion du Portugal 1810*. Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar.
- RAMINELLI, Ronald (1998). Ciência e colonização: viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. *Revista Tempo*, 6: 157-182.
- RAMOS, Luís A. de Oliveira (1977). Para a História Social e Cultural (Fins do Século XVIII - Princípios do Século XIX). *Bracara Augusta*, XXI: 291 - 302.
- RAMOS, Luís A. de Oliveira (1987). *Sob o Signo das «Luzes»*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- REGUERA RODRÍGUEZ, António (1993). *Territorio Ordenado, Territorio Dominado: Espacios, Políticas y conflictos en la España de la Ilustracion*. León, Universidad de León,.
- REITINGER, Franz (2010). *Voltaire's Valet: The Career of Sebastian G. Longchamps from Servant to Map Publisher*. *Sjuttonhundratal - Nordic Yearbook for Eighteenth-Century Studies*. Uppsala, Swedish Society for Eighteenth-Century Studies: 74-96.
- RESENDE, André de (1593). *Libri quatuor De antiquitatibus Lusitaniae....* Eborae, Excudebat Martinus Burgensis.
- RIBEIRO, Anabela, BRAGA, Joana e RUNA, Lucília (2006). Memórias Paroquiais: uma coleção online. *Boletim Arquivos Nacionais*, 12: 1-2.

- RIBEIRO, José Silvestre (1872). *Historia dos Estabelecimentos Scientificos Litterarios e Artisticos de Portugal nos Sucessivos Reinados da Monarchia*. Vol. II, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias.
- RIBEIRO, José Victorino (1912). *A Imprensa Nacional de Lisboa. Subsídios para a sua História, 1768-1912*. Lisboa, Imprensa Nacional.
- RITTER, Michael (2001). Seutter, Probst and Lotter: an Eighteenth-Century Map Publishing House in Germany. *Imago Mundi*, 53: 130-135.
- ROBINSON, Arthur Howard (1982). *Early Thematic Mapping In The History Of Cartography*. Chicago, The University of Chicago Press.
- RODRIGUES, Luís Alexandre, (1997). *Bragança no Século XVIII, Urbanismo, Arquitectura*. Bragança, Junta de Freguesia da Sé.
- RODRIGUES, Manuel Ferreira e MENDES, José M. Amado (1999). *História da Indústria Portuguesa – Da Idade Média aos Nossos Dias*. Mem Martins, Publicações Europa-América e Associação Industrial Portuense.
- RODRÍGUEZ CAMPOMANES, D. Pedro (1808). *Notícia Geográfica del Reyno y Caminos de Portugal*. Madrid, Imprenta de la Hija de Ibarra.
- ROMBALI, Leonardo (1992). Cartografia e uso del territorio in Italia. La Toscana fiorentina e lucchese, realtà regionale rappresentativa dell'Italia centrale. In *Cicle de Conferències sobre Història de la Cartografia 3er Curs - La Cartografia Italiana*. Barcelona, Generalitat de Catalunya/ Department de Política Territorial i Obres Públiques/ Institut Cartogràfic de Catalunya: 105-146.
- ROSSA, Walter, CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da e TRINDADE, Luísa (2008). Raia e Cidade. *Monumentos*, 28: 6 – 21.
- SÁ, José António (1801). *Instrucções geraes para se formar o Cadastro, ou o mappa arithmetico-politico do reino*. Lisboa, Regia Officina.
- SAEZ GARCIA, Juan António de (2004). *Gipuzkoa en el siglo XVIII a la luz de la obra de Tomás López*. Donostia/San Sebastián, Instituto Geográfico Vasco.
- SAFIER, Neil (2008). *Measuring the new world: enlightenment science and South America*. Chicago, The Chicago University Press.
- SALEMA, Coronel Vasco da Costa (1979). Desenhos Cartográficos Militares Espanhóis Referentes à Campanha de 1762. *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, 49: 7-56.

SAMPAIO, Rui Manuel de Almeida Trigueiros (1991). *História da Academia Militar*. Vol. I, Lisboa, Academia Militar.

SAN ANTONIO GOMEZ, Carlos de, MANZANO AGUGLIARO, Francisco, LEÓN CASAS, Miguel Ángel (2005). Tomás López, un cartógrafo de gabinete del siglo XVIII: fuentes y método de trabajo. In *Actas do Congresso Internacional conjunto XV ADM e XVII INGEGRAF*. Sevilha, Departamento de Ingeniería Gráfica - Universidad de Sevilla, [em linha], URL:

<http://www.ingegraf.es/pdf/titulos/COMUNICACIONES%20ACEPTADAS/M2.pdf>,
acedido em 12.03.2011.

SÁNCHEZ RUBIO, Rocío, TESTÓN NÚÑEZ, Isabel y SÁNCHEZ RUBIO, Carlos M. (eds).

La Memoria Ausente: Cartografía de España y Portugal en el Archivo Militar de Estocolmo, séculos XVII y XVIII. Edição em CD-ROM, Badajoz, 4 Gatos.

SÁNCHEZ RUBIO, Rocío, TESTÓN NÚÑEZ, Isabel y SÁNCHEZ RUBIO, Carlos M. (eds.)(2004). *Imágenes de un Imperio Perdido. El Atlas del Marqués de Heliche*. Cáceres, Presidencia de Junta de Extremadura.

SANTOS, António César Almeida (2011). Portugal e a política económica portuguesa na segunda metade de Setecentos. In *Anais do V Congresso Internacional de História, Universidade Estadual de Maringá*. Maringá, [em linha], URL: <http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/26.pdf>

SANTOS, Cândido dos (1996). *Universidade do Porto: raízes e memória da instituição*. Porto, Universidade do Porto.

SANTOS, Cândido dos (2011). *História da Universidade do Porto*. Porto, Universidade do Porto Editorial.

SANZ HERMIDA, José María (2002). *El Mapa de España de Enrique Cock, Salamanca 1581-1583 – Una aventura cartográfica en la Salamanca del siglo XVI*. Salamanca, Caja Duero.

SCHARFE, Wolfgang (1987). Daniel Friedrich Sotzmann. Leben und Werk eines Berliner Kartographen. In Scharfe, Wolfgang, Kretschmer, Ingrid e Wawrik, Franz (Hrsg.): *Kartographisches Colloquium Wien '86. Vorträge und Berichte*. Berlin, Reimer: 11-22.

SCHARFE, Wolfgang (1997). Cartography in Germany between the Renaissance and the 18th century. Regional development and atlas cartography. In *Cicle de Conferències sobre Història de la Cartografia 6è Curs - La Cartografia dels Països de Parla Alemanya*.

Barcelona, Generalitat de Catalunya/ Department de Política Territorial i Obres Públiques/ Institut Cartogràfic de Catalunya: 45- 66.

SCHARFE, Wolfgang (1997). Autochthonous and heteronomous cartographic periods as methodologic approach in History of Cartography Brandenburg in the 15th to 18th centuries as an example. *In Old Maps in the Heart of Europe International Map Collector's Society 16th International Symposium*. Budapest, Eötvös Loránd University, [em linha], URL: <http://lazarus.elte.hu/gb/imcos97/scharfe.htm>

SCHARFE, Wolfgang (1997). Surveys of German territories from late 18th to the early 20. *In Cicle de Conferències sobre Història de la Cartografia th centuries. In Cicle de Conferències sobre Història de la Cartografia 6è Curs - La Cartografia dels Països de Parla Alemanya*. Barcelona, Generalitat de Catalunya/ Department de Política Territorial i Obres Públiques/ Institut Cartogràfic de Catalunya: 69-86.

SCHMIDT, Rudolf (2001). Il ruolo dei Globi nella conoscenza della Terra. *In Segni e Sogni della Terra il disegno del mondo dal mito di Atlante alla geografia delle reti*. Novara, Istituto Geografico De Agostini: 192-219.

SELVAGEM, Carlos (1994). *Portugal Militar - Cômpendio de História Militar e Naval de Portugal desde as Origens do Estado Portucalense até ao fim da Dinastia de Bragança*. 2ª reimpressão, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

SEPÚLVEDA, Cristóvão Magalhães Aires (1912-1908). *História Orgânica e Política do Exército Português*. Vols. I-I V (Provas), Lisboa, Imprensa Nacional.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1982). *História de Portugal*. 2ª ed., vol. V, Lisboa, Editorial Verbo.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1984) - *História de Portugal*. 2ª. ed., vol.VI, Lisboa, Editorial Verbo.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo e ALBUQUERQUE, Luís de (1970). *A população de Portugal em 1798: o censo de Pina Manique*. Paris, Centro Cultural Português. Fundação Calouste Gulbenkian.

SERRÃO, José Vicente (1998). O Quadro Económico. *In MATTOSO, José (dir.) História de Portugal*. Vol. 4, Lisboa, Editorial Estampa: 67-109.

SILVA, Abílio Diniz (intro.) (2001). *Instruções Políticas*. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses: 19-170.

SILVA, Ana Cristina Nogueira da (1998). *O Modelo Espacial do Estado Moderno Reorganização Territorial em Portugal nos Finais do Antigo Regime*. Lisboa, Editorial Estampa.

SILVA, Ana Cristina Nogueira e HESPANHA, António Manuel (1993). A Identidade Portuguesa. In MATTOSO, José (dir), *História de Portugal*, vol. 4, Lisboa, Círculo de Leitores, p.25-27.

SILVA, Ana Cristina Nogueira e HESPANHA, António Manuel (1998) “O Quadro Espacial” in MATTOSO, José (dir.) *História de Portugal*. Vol. 4, Editorial Estampa, Lisboa: 35-41.

SILVA, Carlos Guardado da (s/d). As Linhas de Torres Vedras. In *Comemoração do Bicentenário das Linhas de Torres 1810-2010*. [em linha], URL: <http://www.linhasdetorresvedras.com/historia/artigos/?id=4>, acedido em 12/04/2011,

SILVA, Inácio Francisco da (1947). A Aula de Fortificação e Architectura Militar. *Revista de Engenharia Militar*, nº comemorativo do III centenário: 29-43.

SILVA, Rodrigo Mendes (1648). *Población general de España*. Madrid.

SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da (1997). *Território e Poder. Nas Origens do estado Contemporâneo em Portugal*. Cascais, Patrimonia Historica.

SIMON, William Joel (1983). *Scientific Expeditions in the Portuguese Overseas Territories (1783-1808)*. Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical.

SMITH, Catherine Delano (1997). English Regional Mapping in the Eighteenth and early Nineteenth Centuries: County Maps and Atlases and the growth of Topographical Knowledge. In *Cicle de Conferències sobre Història de la Cartografia 7è Curs - La Cartografia Anglesa*. Barcelona, Generalitat de Catalunya/ Department de Política Territorial i Obres Públiques/ Institut Cartogràfic de Catalunya: 111-128.

SMITH, Catherine Delano e KAIN, Roger (1999). *English Maps: a History*. London, British Library.

SOARES, Ernesto (1940). *História da Gravura Artística em Portugal. Os artistas e as suas obras*. Tomo I, Lisboa, Instituto para a Alta Cultura.

SOARES, Ernesto (1966). *Estampadores e Impressores - Contribuição para o Estudo das Artes Gráficas*. Lisboa, Academia Portuguesa de Ex. Libris,.

- SORALUCE BLOND, José Ramon (1985). *Castilhos y Fortificaciunes de galicia – La Arquitectura Militar de los Siglos XVI-XVIII*. s/l, Fundación Pedro Barrié de la Maza-Conde de Fenosa.
- SOROMENHO, Miguel Conceição Silva (1991). *Manuel Pinto de Vilalobos: da engenharia militar à arquitectura*. Dissertação de Mestrado em História da Arte Moderna. Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa.
- SOROMENHO, Miguel Conceição Silva (2001). Descrever, registar, instruir: práticas e usos do desenho. In CAETANO, Joaquim de Oliveira e SOROMENHO, Miguel Conceição *A Ciência do Desenho: A Ilustração na Colecção de Códices da Biblioteca Nacional*. Lisboa, Biblioteca Nacional: 19-24.
- SOUSA, Fernando de (1977). Portugal nos Fins do Antigo Regime (Fontes para o seu Estudo). *Bracara Augusta*, XXI: 303-320.
- SOUSA, Fernando de (1997). Uma descrição de Trás-os-Montes por José António de Sá. Separata da *Revista População e Sociedade*, 3.
- SOUSA, Fernando de (2001). A Correição de Moncorvo em finais do século XVIII. Separata da *Revista População e Sociedade*, 7.
- STEPHEN, Leslie and LEE, Sidney (ed.) (1998) – *The Dictionary of National Biography*. 11th ed., Oxford, Oxford University Press.
- STOCKLER, Francisco de Borja Garção (1813). *Cartas ao autor da História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal*. Rio de Janeiro, Impressão Régia.
- SUBTIL, José (1998). O Processo Político (1621-1807): No crepúsculo do corporativismo. Do reinado de D. José às invasões francesas (1750-1807). In MATTOSO, José (dir.) *História de Portugal*. Vol. 4, Lisboa, Editorial Estampa: 419 e 420.
- TAILLEMITE, Etienne (1982). *Dictionnaire des marins français*. Paris, Editions maritimes & d'outre-mer.
- TEIXEIRA, Manuel C. e VALLA, Margarida (1999). *O Urbanismo Português Séculos XIII-XVIII Portugal-Brasil*. Lisboa, Livros Horizonte.
- THROWER, NORMAN J. W. (2002). *Mapas y Civilización. Historia de la Cartografía en su contexto cultural y social*. Barcelona, Ediciones del Serbal.
- TOOLEY, Ronald Vere (1979). *Tooley's Dictionary of Mapmakers*. Hertfordshire, Map Collector Publications Limited.

- TOPA, Francisco (2000). *Poemas Dispersos e Inéditos de Luís Pinto de Sousa Coutinho, 1.º Visconde de Balsemão*. Porto, Edição do autor.
- TWYMAN, Michael (1970). *Lithography (1800-1850). The Techniques of drawing on stone. In England and France and their application in works of topography*. Oxford, Oxford University Press.
- VALERIO, Vladimiro (1993). *Società uomini e istituzioni cartografiche nel Mezzogiorno d'Italia*. Firenze, Istituto Geografico Militare.
- VALERIO, Vladimiro (1993). Atlanti Italiani dall'Invenzione della Stampa all'Affermazione della Litografia *In Cicle de Conferències sobre Història de la Cartografia 3er Curs - La Cartografia Italiana*. Barcelona, Generalitat de Catalunya/ Department de Política Territorial i Obres Públiques/ Institut Cartogràfic de Catalunya: 149-201.
- VALLA, Margarida (2001). Espaço Urbano no Recinto Fortificado do Século XVII: a Teoria e a Prática. In CARITA, Hélder e ARAÚJO, Renata (coord.), *Colectânea de Estudos Universo Urbanístico Português 1415-1822*. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses: 383-405.
- VALLEJO GARCIA-HEVIA, José Maria (1996). Campomanes, la biografía de un jurista y historiador (1723-1802). *Cuadernos de Historia del Derecho*, 3: 99-176.
- VALLEJO GARCIA-HEVIA, José Maria (1997). La Monarquía y un ministro, Campomanes. Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales.
- VANDELLI, Domingos (1987). Memória sobre a necessidade de uma viagem filosófica feita no reino, e depois nos seus domínios. *In Memórias Económicas Inéditas (1780-1808)*. Lisboa, Academia das Ciências Lisboa: 33-36.
- VAZQUEZ MAURE, Francisco (1982). Cartografía de la Península: Siglos XVI a XVIII. *Curso de Conferencias sobre Historia de la Cartografía Española*. Madrid, Real Academia das Ciencias Exactas, Físicas y Naturales: 59-73.
- VEGA, Jesusa (1990). *Orígenes de la litografía en España. El Real establecimiento Litográfico*. Madrid, Fábrica Nacional de Moneda y Timbre.
- VENTURA, António (2004). *A Guerra das Laranjas e a Perda de Olivença 1796 - 1801*, Lisboa, Prefácio.
- VERRI, Gilda Maria Whitaker (2006). *Tinta sobre papel: Livros e leituras em Pernambuco no século XVIII (1759-1807)*. Recife, Editora Universitária/UFPE.

VICENTE, António Pedro (1971-1983). *Manuscritos do Arquivo Histórico de Vincennes referentes a Portugal*. 3 vols., Fundação Calouste Gulbenkian e Centro Cultural Português, Paris.

VICENTE, António Pedro (1984). *Le Génie Français au Portugal sous L'Empire. Aspects de son activité à l'époque de l'invasion et de l'occupation de ce pays par l'Armée de Junot - 1807-1808*. Lisbonne, Direcção do Serviço Histórico Militar.

VICENTE, António Pedro (2000). O Recrutamento de Militares no Estrangeiro VICENTE, António Pedro (1998). Do Rossilhão às Invasões Francesas. In TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord.) *Portugal e a Guerra, história das intervenções militares portuguesas nos grandes conflitos mundiais (sécs. XIX-XX)*. Lisboa, Edições Colibri: 34 -46.

– de Shaumbourg Lippe a William Beresford. In *O Tempo de Napoleão em Portugal – Estudos Históricos*. 2ª ed., Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar: 57-73.

VICENTE, António Pedro (2000). Para a História da Engenharia Francesa em Portugal – Aspectos da Actuação do Coronel Vincent (1807-1808). In *O Tempo de Napoleão em Portugal – Estudos Históricos*. 2ª ed., Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar: 237- 251.

VICENTE, António Pedro (2000). *O Tempo de Napoleão em Portugal – Estudos Históricos*. 2ª ed., Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar.

VICENTE, António Pedro (2007). *Guerras Peninsulares 1801-1814*. Matosinhos, Quidnovi.

VILLAS-BOAS, Manuel (2000). *João Jacinto de Magalhães: Um empreendedor científico na Europa do século XVIII*. Aveiro, Fundação João Jacinto de Magalhães.

VITERBO, Francisco Sousa (1988). *Dicionário Histórico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Constructores Portugueses ou a serviço de Portugal*. 3 vols., ed. fac similada do exemplar de 1899, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

VITERBO, Sousa Francisco (1909). A Gravura em Portugal. Breves apontamentos para a sua História. *Separata do Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archelogos Portuguezes*. Lisboa Typ. da Casa da Moeda e Papel Sellado.

VOVELLE, Michel (dir.) (1997) – *O Homem do Iluminismo*. Lisboa, Editorial Presença,.

VRIES, Dirk de (1993). Official cartography in The Netherlands. In *Cicle de Conferències sobre Història de la Cartografia 4rt Curs - La Cartografia dels Països Baixos*. Barcelona,

Generalitat de Catalunya/ Departament de Política Territorial i Obres Públiques/ Institut Cartogràfic de Catalunya: 17-70.

WALLIS, Helen M. and ROBINSON, Arthur H. (1987). *Cartographical Innovations An International Handbook of Mapping Terms to 1900*. Tring, Map Collector Publications in association with the International Cartographic Association.

WARRE, William (2009). *Cartas da Península 1808-1812*. Lisboa, Alêtheia Editores.

WILFORD, John Noble (2000). *The Mapmakers*. Revised Edition, New York, Vintage Books.

WILLIAMSON, Tom and MACNAIR, Andrew (2010). William Faden and Norfolk's Eighteenth Century Landscape: A Digital Re-Assessment of his Historic Map. Windgather Press, Macclesfield.

WINCHESTER, Simon (2002). *The Map that Changed the World. A Tale of Rock, Ruin and Redemption*. London, Penguin Books.

WITHERS, Charles (2007). *Placing the Enlightenment: Thinking Geographically About the Age of Reason*. Chicago, The University of Chicago Press.

WOOD, Denis (1992). *The Power of Maps*. New York/London, The Guilford Press.

WOOD, Denis, FELS, John and KRYGIER, John (2010). *Rethinking the Power of Maps*. New York/London, The Guilford Press,.

WOODWARD, David (ed.) (1987). *Art and Cartography: Six Historical Essays*. Chicago, The University of Chicago Press,

WOODWARD, David (ed.) (2007). *The History of Cartography, Volume III: Cartography of the European Renaissance*. Chicago, The University of Chicago Press.

Páginas na internet de interesse para a História da Cartografia Portuguesa

<http://www.bn.br>

<http://www.bnp.pt>

<http://www.zb.unibe.ch/maps/ryhiner/sammlung>

<http://www.davidrumsey.com>

<http://www.icc.cat/>

<http://www.igeo.pt/>

<http://sidcarta.exercito.pt/bibliopac/bin/wxis.exe/bibliopac/?IsisScript=bin/bibliopac.xic&db=BASEDSE&lang=P&start=>

<http://www.riksarkivet.se/default.aspx?id=6412&refid=1132>

<http://www.bnf.fr/fr/acc/x.accueil.html>

<http://www.bl.uk/>

<http://usm.maine.edu>